



MEDIEVALISTA

JULHO - DEZEMBRO 2022 - N.º 32

ISSN 1646-740X



Director | Chief Editor

Luís Filipe Oliveira – UAlg e IEM / NOVA FCSH

Subdirector | Co-Editor in Chief

João Luís Inglês Fontes – IEM / NOVA FCSH e CEHR-UCP

Redacção | Associate Editors

Adelaide Millán da Costa – UAb e IEM / NOVA FCSH

Adelaide Miranda – IEM / NOVA FCSH

Bernardo de Vasconcelos e Sousa – IEM / NOVA FCSH

Isabel Cristina Fernandes – IEM / NOVA FCSH e GEsOS / C. M. Palmela

Isabel Barros Dias – UAb, IELT | IEM / NOVA FCSH

Maria Coutinho – CITAR-EA / UCP Porto

Pedro Chambel – IEM / NOVA FCSH

Consultora técnica / Technical advisor

Paula Ochôa – CHAM / NOVA FCSH

Assistente Editorial | Editorial Assistant

Ana Celeste Glória – IHA / NOVA FCSH

Publicação | Publisher

IEM / NOVA FCSH - Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Concepção gráfica e paginação / Graphic design and layout

Ana Celeste Glória – IHA / NOVA FCSH

Carlos Moreira – IEM / NOVA FCSH

A propriedade intelectual dos conteúdos pertence aos respectivos autores e os direitos de edição e publicação à *Medievalista*. Os conteúdos dos artigos são da inteira responsabilidade científica e ética dos seus autores, bem como os critérios ortográficos adoptados.

Avaliação por *double blind peer review*.

The intellectual property of the journal's contents belongs to the authors and the editing and publishing rights belongs to the *Medievalista*. The contents of the articles are those of the scientific and ethical responsibility of their authors, as well as the spelling criteria adopted.

Evaluation by double blind peer review.



Esta revista é financiada por fundos nacionais através dos Financiamentos Base, com a referência UIDB/00749/2020 e Programático, com a referência UIDP/00749/2020, do Instituto de Estudos Medievais.

This journal is funded by national funds: Base funding, with reference UIDB/00749/2020, and Programmatic funding, UIDP/00749/2020, from the Institute for Medieval Studies.



ÍNDICE

Contents

Editorial | *Editorial*

Editorial – *As opções e a vocação da Medievalista*

Editorial – Missions and options of Medievalista

Luís Filipe Oliveira, João Luís Fontes

7

DESTAQUE | *HIGHLIGHT*

Jerusalem 1099: from Muslim to Christian City

Jerusalém, 1099: da cidade muçulmana à cidade cristã

Denys Pringle

11

ARTIGOS | *ARTICLES*

A presúria de “Uilla Coua” e as origens do Mosteiro de Lorvão: os documentos 19 e 47 do *Liber Testamentorum* e o contributo da arqueologia

The ‘presúria’ of “Uilla Coua” and the origins of the Monastery of Lorvão: documents 19 and 47 of the Liber Testamentorum and the contribution of archaeology

Manuel Luís Real

43

Coïmbre, Tolède, Lisbonne: “Chrétien Arabisés” dans l’Hispanie de la “Reconquête”

Coimbra, Toledo, Lisbon: “Arabised Christians” in Iberia of the “Reconquista”

Jean-Pierre Molénat

105

Arthur ainda vive? O problema da crença em seu retorno no século XII
Does Arthur still alive? The problem of the belief in his return during the 12th century

Isadora Cristine Martins 135

O Cavalo na Idade Média Portuguesa
The Horse in the Portuguese Middle Ages

Afonso Soares de Sousa 171

A Carta de 25 de Fevereiro de 1327 e a Norma dita de 18 de Fevereiro de 1332. Questões de interpretação normativa e de datação

Analysing Medieval Law. The Letter of February 25th 1327 and the Ordinance of February 18th 1332

Jorge Manuel de Matos Pina Martins Prata 217

Povoar e enquadrar. Um percurso pela geografia das formas de vida religiosa da Lisboa medieval (séculos XII-XIV)

Populating and framing. A journey through the geography of the forms of religious life in medieval Lisbon (12th-14th century)

Maria Filomena Andrade, João Luís Fontes 257

En los orígenes de la observancia. Frades da prove vida en la Galicia medieval (Finales siglo XIV – finales siglo XV)

In the origins of observance. Frades da prove vida in medieval Galicia (late 14th century - late 15th century)

María Luz Ríos Rodríguez, M.^a Dolores Fraga Sampedro 281

Infraestructuras de abastecimiento y desagüe en la Granada de la primera mitad del siglo XVI: la red arterial de acequias y sus ramales

Supply and drainage infrastructures in Granada from the first half of the 16th century: arterial network of irrigation ditches and its branches

Daniel Jesús Quesada Morales 309

Enfrentar a peste numa vila da Idade Média: Funchal, 1488-1489 (Nótula de história urbana)

Facing the plague in a village from the Middle Ages: Funchal, 1488-1489 (Notes on Urban history)

Iria Gonçalves 341

RECENSÕES | *BOOK REVIEWS*

CÓMEZ RAMOS, Rafael – *El urbanismo durante el reinado de Alfonso X el Sabio*. Aguilar de Campoo/Sevilha: Fundación Santa María la Real del Patrimonio Histórico/Editorial Universidad de Sevilla, 2020 (119 pp.)
Virgolino Ferreira Jorge 367

LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (éd.) – *Les Archives Familiales dans l'Occident Médiéval et Moderne. Trésor, arsenal, memorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021 (555 pp.)
Miguel Aguiar 373

BECEIRO PITA, Isabel (dir) – *La espiritualidad y la configuración de los reinos ibéricos (siglos XII-XV)*. Madrid: Dykinson S.L., 2018 (366 pp.)
João Luís Fontes 385

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO | *RESEARCH NOTES*

Três olhares sobre a Ordem do Templo em Portugal
Three perspectives on the Temple Order in Portugal
Paula Pinto Costa, Luís Filipe Oliveira, Philippe Josserand 401

Arqueología del territorio en un concejo de realengo: el caso de Baeza (Jaén) y su comunidad de Villa y Tierra
Arqueology of the territory in a concept of realengo: the case of Baeza (Jaén) and the community of Villa and Tierra
María Victoria Gutiérrez Calderón 429

Nuevas consideraciones metodológicas para el estudio de la Crónica Geral de Espanha de 1344. (Ms. 1 de la serie Azul de la Academia das Ciências)
New methodological considerations for the study of Crónica Geral de Espanha de 1344 (Ms. 1 de la serie Azul de la Academia das Ciências)
María Pandiello Fernández 449

VARIA | *VARIA*

Philippe Contamine (1932-2022)
Armando Luís de Carvalho Homem 469

Bibliotheca Iluminada. Produção e circulação da Bíblia em Portugal. Itinerários dos manuscritos iluminados românicos. Biblioteca Nacional de Portugal, 28 de Outubro de 2021 a 22 de Janeiro 2022

Illuminated Bibliotheca. Production and circulation of the Bible in Portugal. Itineraries of the Romanesque illuminated manuscripts.

National Library of Portugal, 28 October 2021 to 22 January 2022

Luís Correia de Sousa, Maria Adelaide Miranda

477

Crónica de uma revisão anunciada. A *De Expugnatione Lyxbonensi* à luz da investigação recente

De Expugnatione Lyxbonensi in light of recent research

Pedro Picoito

487



Editorial – *As opções e a vocação da Medievalista*

Editorial – *Missions and options of Medievalista*

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5620>

Há muito que a *Medievalista* tem vindo a afirmar-se como uma revista de referência na área dos estudos medievais. Com a publicação regular de dois números por ano, sempre em acesso livre e sem quaisquer custos para autores e para leitores, aposta na criação de uma plataforma internacional de divulgação, de partilha e de debate de ideias e de perspectivas. Através da publicação de estudos inovadores, pretende cruzar diferentes áreas disciplinares e transpor as tradições historiográficas mais diversas, para aproximar as distintas geografias de estudo e de investigação em estudos medievais. Tem sido esta a vocação da *Medievalista* nos últimos anos, num impulso para revitalizar as fronteiras dos saberes e das disciplinas da melhor forma, aspecto que é, aliás, património comum do Instituto de Estudos Medievais.

Os últimos números publicados confirmam a adopção clara destes princípios e destes objectivos. Seja pelo desenvolvimento de novos temas — a escultura polícroma em madeira dos séculos XI a XIII, os eclesiásticos e a política nos séculos XIII e XIV, ou a circulação de modelos culturais na Hispânia, entre outros —, seja pelo contributo dos investigadores com as origens geográficas e as afiliações institucionais mais diversas. De autores consagrados, como Lucretia Kargère, Joseph T. Snow, Hilário Franco Jr., Thierry Pécout, Arsenio Dacosta, Xosé Ramón Mariño Ferro, Rémy Cordonnier, Alan Forey e Karl Borchardt, aos mais jovens investigadores, por vezes em início de carreira. Desde 2019, pelo menos, os estrangeiros têm predominado entre os autores publicados pela revista (56%), período em que os trabalhos editados em língua portuguesa (36%) se reduziram a pouco mais de um terço do total. Entre as restantes línguas de publicação, avultam o inglês (27%) e o espanhol (26%), mais afastados o francês (9%) e o italiano (2%), numa diversidade linguística e cultural que importa manter e preservar. Para assim resistir às

tendências actuais que resumem cada vez mais ao inglês a ciência que se faz, ou a que conta e se valoriza, pelo menos. Se a *Medievalista* é, por certo, uma revista portuguesa, não é seguramente uma revista feita por e para portugueses, menos ainda sobre os temas específicos da história de Portugal.

O número actual da revista, que ora se apresenta, mantém esta linha de rumo. Traz em destaque um artigo de Denys Pringle sobre a transformação de Jerusalém numa cidade cristã, que procura avaliar o impacto que a conquista de 1099 teve na demografia e nas estruturas urbanas. Estas últimas foram certamente significativas, com a conversão da mesquita al-aqsa num palácio régio e a ampliação do Santo Sepulcro, ou a construção do alcácer com uma planta triangular, assim renovando os centros de prestígio e de autoridade da cidade. Nem sempre o sentido destas era unívoco e a redução da área das muralhas urbanas foi acompanhada de um aumento da população. Por finais do século XII, Jerusalém terá recuperado os níveis anteriores à conquista, apresentando nessa altura entre 20.000 a 30.000 moradores, o tamanho de Acre, de Florença e de Londres pela mesma época.

Dois outros artigos situam-se nesta linha de investigação e de reflexão, preocupados com as dinâmicas de intercâmbio e de transição entre as sociedades islâmicas e cristãs da Hispânia. Um deles, de Manuel Luís Real, respeita à presúria de Vila Cova, a actual Penacova, e à refundação do mosteiro de Lorvão no século X, trazendo uma releitura de diplomas conhecidos e identificando Bermudo Ordonhes como o responsável por estas operações na fronteira do Mondego. A par de outros dados sobre a região, os grupos aristocráticos nela presentes e os conflitos entre eles, ou a presença de norte-africanos na comitiva de Bermudo Ordonhes, a informação dos diplomas associa-se por norma aos vestígios artísticos e arqueológicos da época, numa conjugação destes diferentes materiais que não é comum. O segundo trabalho é de Jean-Pierre Molénat e analisa o destino dos cristãos arabizados, os moçárabes, presentes em três cidades peninsulares, Coimbra, Toledo e Lisboa, na época das conquistas cristãs. Num exercício de história comparada, sublinha-se a divergência entre as cidades portuguesas e a castelhana, já que Toledo conservou uma comunidade moçárabe até finais do século XV, enquanto as de Coimbra e de Lisboa desapareceram muito antes. Talvez devido à menor resistência da monarquia portuguesa às pressões da Santa Sé, como sugere o autor.

A crença no regresso de Artur é o tema do trabalho de Isadora Martins, na linha de contacto entre a história e a literatura. Apostando na distinção entre o Artur da lenda e do romance e o das crónicas e das hagiografias dos séculos XII e XIII, a autora pretende

recuperar o sentido daquela crença, sugerindo que esta correspondia na origem, antes de ser um motivo literário, a um discurso de resistência das gentes comuns, em torno do qual se articulava a esperança numa expulsão dos estrangeiros. Pertence ao mundo da cavalaria, mas num registo mais profano, o artigo de Afonso Soares Sousa sobre o cavalo no período de formação do reino português. Sem considerar o cavalo como instrumento de guerra, aspecto mais estudado, o autor oferece uma visão bastante completa, quase panorâmica, do cavalo medieval. Desde a estatura e a criação destes, feita pelos reis, pelos mosteiros e pelos grandes senhores, à sua identificação corrente pela cor das pelagens e pelas suas distintas capacidades, aos preços que atingiam nos mercados entre 900 e 1226, ou ao seu valor como símbolos de poder e de prestígio.

Os restantes artigos lidam com realidades portuguesas, ou peninsulares. A partir de uma revisitação da carta de 25 de Fevereiro de 1327, Jorge Prata propõe recuar para 18 de Fevereiro desse ano a data da ordenação dita de 1332 sobre o *Livramento dos Feitos na Corte*, que vedara a presença de advogados e de procuradores do número nos tribunais da Corte. A par desta correcção, o estudo traz outros contributos, quer sobre a relação das cartas da chancelaria com os itinerários do rei, quer, sobretudo, sobre a distinção entre o *mandar* e o *ver*, as fórmulas para significar o poder de produzir e de validar os diplomas. Por seu lado, Maria Filomena Andrade e de João Luís Fontes revisitaram as casas religiosas estabelecidas em Lisboa após a conquista cristã. Primeiro nos arredores da cidade, depois, já no século XIII, com a construção de um verdadeiro aro conventual, em parte absorvido pela nova muralha fernandina, já que a presença destas casas foi mais rara no antigo casco urbano. Em contrapartida, María Ríos Rodríguez e Maria Fraga Sampedro analisaram as origens da observância franciscana na Galiza, através do estudo dos frades da pobre vida, cujos oratórios se situavam em espaços ermos, ainda que contassem com o apoio dos poderes do século e das elites sociais. Dois outros artigos fecham este apartado. Num deles, Daniel Quesada Morales analisou a rede de acéguas que cruzava Granada no século XVI, abastecendo fontes, tanques e cisternas, regando as hortas, ou levando as águas residuais para o exterior. No último, a Professora Iria Gonçalves recuperou as decisões do concelho do Funchal, em 1488-1489, para evitar o contágio da peste. Com o isolamento dos doentes e a quarentena dos recuperados, e, sobretudo, das tripulações dos barcos que chegavam ao porto, ou com as restrições à circulação e a exigência de certificados de saúde, num exercício com interessantes paralelos em tempos muito recentes.

A diversidade de temas e de proveniências manteve-se nas secções fixas da revista. Nas recensões, Virgolino Ferreira Jorge analisou uma obra sobre o urbanismo castelhano da segunda metade do século XIII, época de criação de novas cidades e de transformação doutras e para a qual se conhecem alguns regulamentos urbanísticos. Por seu turno, Miguel Aguiar recenseou uma obra colectiva sobre os arquivos familiares como espaços de construção de memórias e de identidades sociais, trazendo reflexões importantes sobre a relação da história dos arquivos com a evolução dos grupos aristocráticos. Por fim, João Luís Fontes comentou outra obra colectiva, desta vez sobre o papel da religião e da espiritualidade na delimitação das fronteiras e na consolidação dos reinos ibéricos dos séculos XII a XV. As notas de investigação integram, por outro lado, uma reflexão colectiva sobre a Ordem do Templo em Portugal, feita por Paula Pinto Costa, Luís Filipe Oliveira e Philippe Joserrand a propósito de uma dissertação de doutoramento que foi defendida em Coimbra, assim como a análise da transformação da cidade islâmica de Baeza num concelho medieval, feita por M. Victoria Gutiérrez no âmbito de uma investigação que cruza os dados da história com os da arqueologia do território. Encerra a secção um estudo de María Pandiello Fernández sobre o manuscrito (L) que serviu de base à edição da *Crónica de Espanha de 1344*, mas que traz dados novos sobre a origem do códice, a partir da análise das iluminuras que ilustram o texto. Por fim, na *Varia* cabe destacar o artigo de Armando Luís de Carvalho Homem que presta sentida homenagem ao falecimento de Philippe Contamine, o texto de Luís Correia de Sousa e de Adelaide Miranda sobre a exposição das bíblias românicas iluminadas, que teve lugar na Biblioteca Nacional, em Lisboa, ou as considerações de Pedro Picoito sobre a autoria e o sentido último da narrativa de conquista de Lisboa.

Mesmo sem publicar, desta feita, um dossier temático específico, este número da *Medievalista* traz muitos motivos de interesse. Ficam doravante à disposição de todos, certos de que a missão da revista se cumpre e se renova sempre que publica outro número.

Luís Filipe Oliveira, João Luís Fontes

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís – “Editorial – *As opções e a vocação da Medievalista*”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 7-10. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

DESTAQUE

HIGHLIGHT



MEDIEVALISTA

N.º 32 | Julho – Dezembro 2022

ISSN 1646-740X

Jerusalem 1099: from Muslim to Christian City

Jerusalém, 1099: da cidade muçulmana à cidade cristã

Denys Pringle

Cardiff University
School of History, Archaeology and Religion
Cardiff CF10 3EU, Wales

PringleRD@cardiff.ac.uk

Data recepção do artigo / Received for publication: 20 de Outubro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5625>

ABSTRACT

On 15 July 1099, after more than four and a half centuries of Muslim rule, Jerusalem fell to the army of the First Crusade and for the next 88 years it became once again a Christian city. At that time, the city's population may have numbered hundreds rather than the thousands of earlier periods, but it seems to have grown afterwards. The size of the late 12th century population may therefore have been closer to that of the mid-11th century, perhaps around 20,000–30,000, that is to say roughly the same size as Acre, Tyre, Florence or London in the same period. Along with these demographic fluctuations and the reduction of the area defended by city-walls, this paper analyses the impact of Christian rule on the town structures. From the conversion of the former Aqṣā Mosque as a royal palace, and then as the Temple's headquarters, to the renovation of the Citadel as a small triangular-shaped fortress, and mostly to the important changes made in the Holy Sepulchre, with the enlargement of the church and the addition of an adjoining monastic cloister.

Keywords: Crusade; demography; town walls; palaces; churches.

RESUMO

Após mais de quatro séculos e meio de domínio muçulmano, em 15 de julho de 1099, Jerusalém foi conquistada pelos cruzados, transformando-se novamente, durante os 88 anos seguintes, numa cidade cristã. Nessa época, a população da cidade media-se talvez em centenas, não nos milhares dos períodos anteriores, mas tudo indica que terá crescido após a conquista. Por finais do século XII, a população parece ter recuperado os níveis anteriores, tendo então entre 20.000 a 30.000, ou seja, aproximadamente o mesmo tamanho de Acre, Tiro, Florença, ou Londres no mesmo período. Além destas flutuações demográficas e da redução da área das muralhas, o artigo analisa o impacto do domínio cristão nas estruturas da cidade. Da conversão, em 1101, da antiga mesquita al- Aqṣā num palácio régio, e, depois, no convento central do Templo, à renovação do alcácer como uma fortaleza de planta triangular, e, sobretudo, às alterações do Santo Sepulcro, com o alargamento da igreja e a junção de um claustro monástico.

Palavras-chave: Cruzada; demografia; muralhas; palácios; igrejas.



On 15 July 1099, after more than four and a half centuries of Muslim rule, Jerusalem fell to the army of the First Crusade and for the next 88 years it became once again a Christian city¹.

Populating the city

By the time the Crusaders took Jerusalem, it had lost virtually all its native residents. Much of the Christian population had either fled or been expelled during the Frankish advance on the city and in the final onslaught remaining Muslims and Jews were killed or held for ransom. A major difficulty facing the new rulers of the city, therefore, was how to repopulate it. During the siege, the Crusading army had numbered perhaps over 40,000 people, including women and children; but once the city was taken and Crusading vows fulfilled, the army quickly dispersed. A year later, King Baldwin I's chaplain, Fulcher of Chartres, remarked that there were no more than 300 knights and as many foot-soldiers distributed between Jerusalem, Jaffa, Ramla and Haifa². The city's population in the early years of the 12th century may therefore have numbered hundreds rather than thousands.

¹ General accounts of Crusader Jerusalem include: ABEL, Félix-Marie – "L'État de la cité de Jérusalem au XII^e siècle". In ASHBEE, C. R. (ed.) – *Jerusalem 1920–1922: Being the Records of the Pro-Jerusalem Council during the first two years of the Civil Administration*. London: J. Murray, Pub. for the Council of the Pro-Jerusalem Society, 1924, pp. 32-40; BAHAT, Dan – "Crusader Jerusalem". In ROZENBERG, Silvia (ed.) – *Knights of the Holy Land: The Crusader Kingdom of Jerusalem*. Jerusalem: Israel Museum, 1999, pp. 71–81; BAHAT, Dan; RUBINSTEIN, Chaim T. – *The Illustrated Atlas of Jerusalem*. Trans. Shlomo Ketko. Jerusalem: Carta, 1989, pp. 90-103; BENVENISTI, Meron – *The Crusaders in the Holy Land*. Jerusalem: Israel Universities Press, 1970, pp. 35-73; BOAS, Adrian – *Crusader Archaeology*. London: Routledge, 1999, pp. 13-32; BOAS, Adrian – *Jerusalem in the Time of the Crusades*. London: Routledge, 2001; HIYARI, Mustafa A. – "Crusader Jerusalem, 1099–1187 AD". In ASALI, K. J. (ed.) – *Jerusalem in History*. London: Scorpion Press, 1990, pp. 130-176; PRAWER, Joshua – "The Latin Settlement of Jerusalem". *Speculum* 27 (1952), pp. 490-503; PRAWER, Joshua – *Crusader Institutions*. Oxford: Clarendon Press, 1980, pp. 85-101; PRINGLE, Denys – "Crusader Jerusalem". *Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society* 19 (1990-1991), pp. 105-13 [reprinted in PRINGLE, Denys – *Fortification and Settlement in Crusader Palestine*. Aldershot: Ashgate-Variorum, 2000, ch. II]; PRINGLE, Denys – *The Churches of the Crusader Kingdom of Jerusalem: A Corpus*. 4 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1993–2009, vol. 3; RILEY-SMITH, Jonathan (ed.) – *The Atlas of the Crusades*. London: Times Books, 1991, pp. 44-47; VINCENT, Louis-Hugues; ABEL, Félix-Marie – *Jérusalem: Recherches de topographie, d'archéologie et d'histoire*. Vol. 2. *Jérusalem nouvelle*. 4 fascs + album. Paris: Gabalda, 1914-1926, pp. 945-972.

² FULCHER OF CHARTRES – *Fulcheri Carnotensis Historia Hierosolymitana (1095–1127)*, 2.6.9. Ed. Heinrich Hagenmeyer. Heidelberg: Winters, 1913, p. 389.

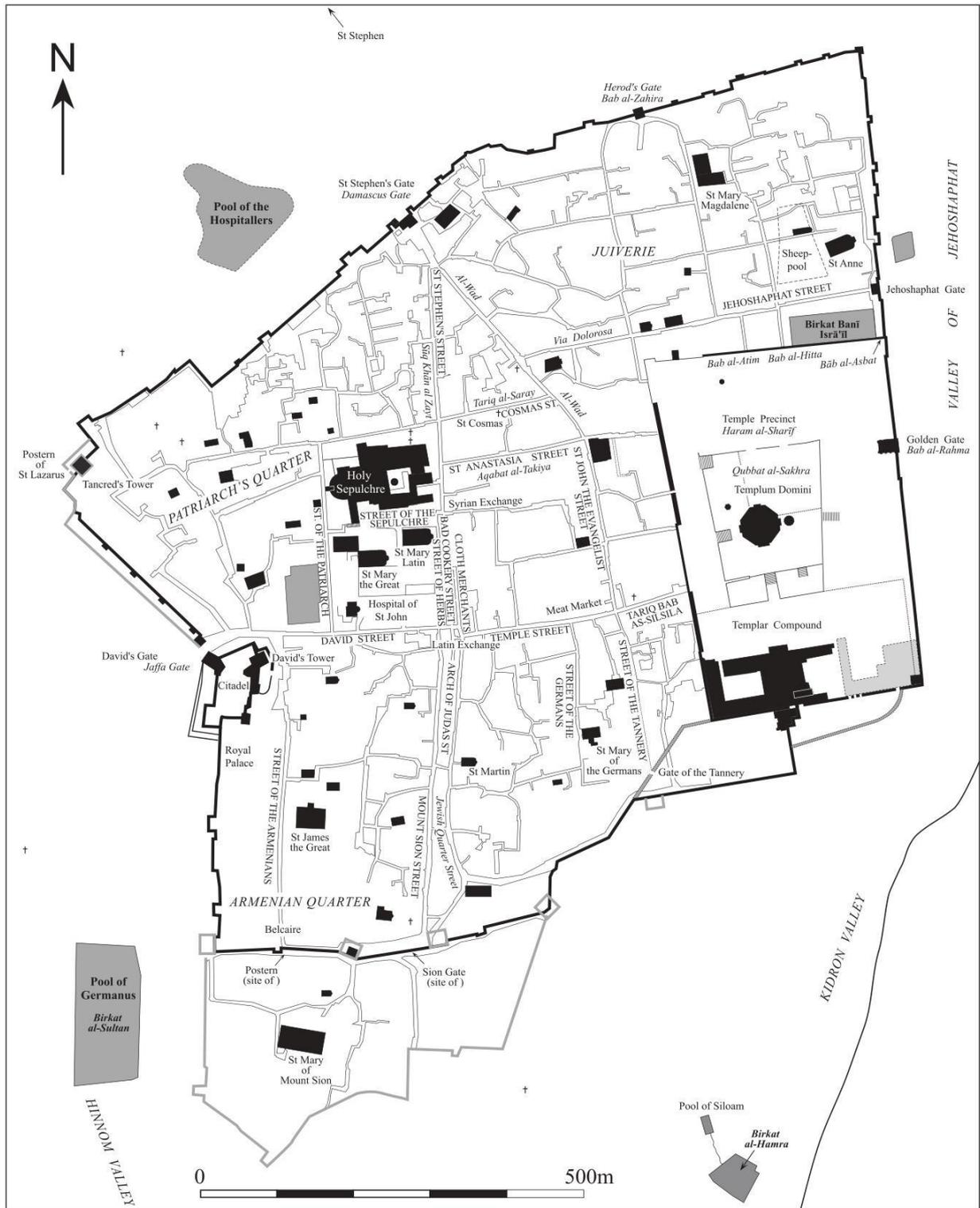


Fig. 1 - Plan of Jerusalem in the 12th century (drawn by Kirsty Harding and Ian Dennis).

The acute shortage of inhabitants was not helped by a law which forbade Muslims and Jews from resettling in the Holy City, though later in the century Muslims, including ‘Ali al-Harawī and Usāmah Ibn Munqīdh³, were able to enter the Ḥaram al-Sharīf as pilgrims and Benjamin of Tudela records four Jewish families and a rabbi resident in the city in the 1160s⁴. Among the Westerners settled in Jerusalem by c.1165, John of Würzburg mentions French, Lorrainers, Normans, Provençals, Auvernois, Spaniards, Burgundians and Germans, while his list of those possessing chapels includes Greeks, Latins, Germans, Hungarians (or Bulgarians), Scots (or Irish?), Navarese, Bretons and English⁵.

As well as encouraging Westerners to stay in Jerusalem, another way of increasing the population was by encouraging local Orthodox Christians to settle in it. This policy was followed with some success by Baldwin I after his expedition in 1115 east of the Jordan to the region around Petra, where there was a significant Christian population. As William of Tyre says, many of these people came to Jerusalem “with their wives and children, with their flocks and herds, and their entire households”⁶. Other inducements were also tried. In 1120, for instance, Baldwin II, at the request of Patriarch Warmund, restored the customary charges for the use of official weights and measures and exempted from customs duty all basic foodstuffs entering the city gates, including wheat, beans, lentils and chickpeas, in order to reduce the cost of living⁷.

Such incentives seem to have borne some fruit. By October 1187, when Jerusalem was retaken by Saladin, its population had risen to perhaps as many as 60,000 – but

³ ‘ALĪ IBN ABĪ BAKR AL-HARAWĪ – *Kitāb al-Ishārāt ilā Ma‘rifat al-Ziyārāt*. Ed. and trans. Josef W. Meri, *A Lonely Wayfarer’s Guide to Pilgrimage* (Studies in Late Antiquity and Early Islam, vol. 19). Princeton NJ: Darwin Press, 2004, pp. 70-75; USAMAH IBN MUNQIDH – *The Book of Contemplation: Islam and the Crusades*. Trans. Paul M. Cobb. London: Penguin, 2008, pp. 147-148, 250.

⁴ BENJAMIN OF TUDELA – *The Itinerary*. Ed. and trans. Marcus Nathan Adler. London: Oxford University Press, 1907, pp. 22–25.

⁵ JOHN OF WÜRZBURG – *Peregrinationes Tres*. (Corpus Christianorum, Continuatio Mediaevalis (CCCM) 139). Ed. Robert B.C. Huygens. Turnhout: Brepols, 1994, pp. 126, 137-138.

⁶ WILLIAM OF TYRE – *Chronicon*, 11.27. Ed. Robert B. C. Huygens (Corpus Christianorum, Continuatio Mediaevalis (CCCM) 63). Turnhout: Brepols, 1986, p. 536.

⁷ MAYER, Hans Eberhard (ed.) – *Die Urkunden der Lateinischen Könige von Jerusalem*, 4 vols. (Monumenta Germaniae Historica (MGH): Diplomata Regum Latinorum Hierosolymitanorum). Hanover: Hahnsche Buchhandlung, 2010, vol. 1, pp. 230-233, no. 86; FULCHER OF CHARTRES – *Historia* 3.8, pp. 636-637; WILLIAM OF TYRE – *Chronicon*, 12.15, p. 565; PRAWER, Joshua – *Crusader Institutions*, pp. 94-95.

this figure would have included a large number of refugees, who had fled there from elsewhere in the kingdom, following the battle of Ḥaṭṭīn. The size of the late 12th century population may therefore have been closer to that of the mid-11th century, perhaps around 20,000–30,000, that is to say roughly the same size as Acre, Tyre, Florence or London in the same period⁸.

The city's defences

Medieval descriptions of Jerusalem and archaeological evidence both suggest that the walls of the city captured by the Crusaders followed more or less the same alignment as the present walls built by the Ottoman sultan Sulaymān II in the 1520s⁹. The walled city was therefore somewhat smaller than that enclosed by the empress Eudocia in the mid-5th century¹⁰. By the 6th century, the Byzantine walls enclosed on the south Mount Sion, Ophel (or the City of David) and the Pool of Siloam, but by the time of the siege of 1099 those areas lay outside the walls. The contraction of the defended area seems to have taken place in the early 11th century, for, according to the Melkite historian Yaḥya ibn Saʿīd al-Anṭākī, when the Fatimid caliph al-Zāhir rebuilt the city walls in 1033, he made use of stone taken from the ruined churches outside them, including the church of Mount Sion, which had been destroyed by fire in May 996¹¹. One effect of this was that the Jewish community, whose quarter had previously been in the southern part of the city, was relocated to the north-eastern part (today's Muslim quarter). In 12th century sources that quarter was known as the *Juiverie*, even though at that time its inhabitants were not

⁸ BENVENISTI, Meron – *Crusaders in the Holy Land*, pp. 26-27, 35, 43; PRAWER, Joshua – *Crusader Institutions*, p. 88. Rather smaller estimates are favoured by RUSSELL, Josiah Cox – *Medieval Regions and their Cities*. Newton Abbot: David & Charles, 1972, pp. 200-207; RUSSELL, Josiah Cox – “The Population of the Crusader States”. In ZANCOUR, Norman P.; HAZARD, Harry W. (ed.) – *The Impact of the Crusades on the Near East*. Vol. 5 of *A History of the Crusades*. Ed. Kenneth M. Setton. Madison: University of Wisconsin Press, 1985, pp. 295-314.

⁹ PRAWER, Joshua – “The Jerusalem the Crusaders captured: a contribution to the medieval topography of the city”. In EDBURY, Peter W. (ed.) – *Crusade and Settlement; Papers read at the First Conference of the Society for the Study of the Crusades and the Latin East and presented to R.C. Smail*. Cardiff: Cardiff University Press, 1985, pp. 1-16; cf. WIGHTMAN, Greg J. – *The Walls of Jerusalem: From the Canaanites to the Mamluks*, Mediterranean Archaeology Supplement. Vol. 4. Sydney: Meditarch, 1993; GIBSON, Shimon; LEWIS, Rafael Y.; TABOR, James – “New Finds from the 11th to 13th Centuries along the Southern Old City Wall of Mount Zion”. In *New Studies in the Archaeology of Jerusalem and its Region: Collected Papers*, vol. 10, Jerusalem, 2016, pp. 39*-55*.

¹⁰ BAHAT, Dan; RUBINSTEIN, Chaim T. – *Illustrated Atlas of Jerusalem*, pp. 68-79.

¹¹ YAḤYA IBN SAʿĪD AL-ANṬĀKĪ – *Histoire*. Ed. and trans. I. Kratchkovsky *et al.*, 3 vols. (Patrologia Orientalis, vols. 90 (18.5), 114 (33.3), 212 (47.4)). Paris: Firmin-Didot/Turnhout: Brepols, 1924-1997, vol. 1, pp. 103-104; vol. 3, pp. 166-167.

Jews but mostly Syrian Christians. According to William of Tyre, the Fatimid caliph al-Mustanşir (1036–94) laid the burden of rebuilding the city wall around the patriarch’s quarter in the north-western part of the city on the Christian community living there. They completed the work in 1063, after appealing to the Byzantine emperor, Constantine X Ducas (1059–67), for financial help¹². After the Fatimids lost control of the city in 1073, the walls also seem to have been strengthened by the Seljuq Turks, to whom Ekkhard of Aura attributes the construction of the outer wall (*antemurale*)¹³, also referred to as a barbican (*barbacana*), which together with a ditch are mentioned in the accounts of the siege¹⁴. Frankish Jerusalem’s walls were therefore essentially those of the 11th century, repaired and strengthened where necessary. In 1172, the German pilgrim Theoderic described them in these words:

“The city extends lengthwise from north to south, breadthwise from west to east, and on the heights of the mountain overlooking the valleys it is strongly fortified on all sides with towers, walls and bastions (*propugnaculis*). There is also a ditch or moat (*vallum ... sive fossatum*), placed immediately outside the wall, fortified by a wall, bastions and crenellations (*muro et propugnaculis atque minis*), which they call a barbican (*barbicana*)”¹⁵.

By this period, however, maintenance of the defences seems to have become lax. After a section of the walls fell down in 1178, William of Tyre relates that the secular and ecclesiastical leaders agreed to set aside an annual sum of money for repairing them¹⁶. Among the new works paid for in this way may have been the “new tower, built by the brothers of the Hospital”, which is mentioned in a contemporary account of the siege of August 1187¹⁷.

¹² WILLIAM OF TYRE – *Chronicon*, 9.17-18, pp. 442-445; PRAWER, Joshua – *Crusader Institutions*, pp. 297-298.

¹³ EKKEHARD OF AURA – *Hierosolymita*, 4 (Recueil des Historiens des Croisades: Historiens occidentaux, vol. 5). Paris: Imprimerie National, 1895, p. 14.

¹⁴ ALBERT OF AACHEN – *Historia Ierosolimitana: History of the Journey to Jerusalem*, 6.1, 6.10. Ed. and trans. Susan B. Edgington. (Oxford Medieval Texts). Oxford: Clarendon Press, 2007, pp. 406-407 (*murosque exteriores urbis, quos barbicanas vocant*), 416-417 (*barbicanas, exteriores scilicet muros muris oppositos ...; et viam machine ad interiores muros et antiquos aptavit*).

¹⁵ THEODERICUS – Ed. Robert B. C. Huygens, *Peregrinationes Tres* (Corpus Christianorum, Continuatio Mediaevalis (CCCM) 139). Turnhout: Brepols, 1994, p. 145 (ch. 3) (trans. DP).

¹⁶ WILLIAM OF TYRE – *Chronicon*, 21.24 (25), p. 996.

¹⁷ RÖHRICHT, Reinhold – *Beiträge zur Geschichte der Kreuzzüge*, 2 vols. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1874-1878, vol. 1, p. 191; cf. PRINGLE, Denys, – “A Rental of Hospitaller Properties in Twelfth-Century Jerusalem”. In EDGINGTON, Susan; NICHOLSON, Helen (ed.) – *Deeds Done Beyond*

The city had six main gates: David's Gate on the west, St Stephen's Gate on the north, the Jehoshaphat Gate and Golden Gate on the east, and the Tanners' Gate and Mount Sion Gate on the south. There were also at least five posterns. One gate that has been investigated archaeologically is St Stephen's (or the Damascus or Nablus) Gate, where the remains of the Crusader barbican may also still be seen. Excavations by the British School of Archaeology in the 1960s showed that below the Ottoman gate are the remains of the original Roman one, built between the mid-1st and mid-3rd centuries with a central archway flanked by a pair of smaller pedestrian gates and massive quadrangular towers¹⁸. By the 12th century, only the central archway was in use. Early in that century, an outer gate, or barbican, containing a bent entrance, was built just in front of it on the line of the outer wall; and by the middle of the century, other buildings were constructed to either side of the street between the two gates. On the west these included a small chapel, built in the space between the Roman tower and the roadway. Its internal walls were covered with paintings, including on the east an Annunciation scene, executed in a style datable to around 1140¹⁹. Another feature of the chapel was a chute, opening through its east wall into a stone trough beside the roadway; this faced an identical one in the building opposite. These are rather like the feeding troughs for animals that are found in the stables of some Crusader castles; but here it seems that whatever was distributed from them was intended for humans rather than animals. As there are cisterns below the chapel and the building opposite, this may possibly have been water for thirsty travellers entering the gate; but since this was the principal gate of entry for pilgrims, it is also possible that they could have been used for distributing something else, such as pilgrimage tokens. By 1158, the whole complex around the gate belonged to the Benedictine abbey of St Mary Latin, though the gate itself would

the Sea: Essays on William of Tyre, Cyprus and the Military Orders presented to Peter Edbury. Vol. 6. *Crusades-Subsidia*. Farnham: Ashgate, 2014, pp. 181-196, at p. 192.

¹⁸ HENNESSY, J. Basil – "Preliminary Report on the Excavations at the Damascus Gate, Jerusalem, 1964-1966". *Levant* 2 (1970), pp. 22-27; WIGHTMAN, Greg J. – *The Damascus Gate, Jerusalem: Excavations by C.-M. Bennett and J.B. Hennessy at the Damascus Gate, Jerusalem, 1964-66*. (BAR International Series, vol. 519). Oxford: British Archaeological Reports, 1989.

¹⁹ HUNT, Lucy-Ann – "Damascus Gate, Jerusalem, and Crusader Wall painting of the mid-twelfth century". In FOLDA, Jaroslav (ed.) – *Crusader Art in the Twelfth Century*. (BAR International Series, vol. 152). Oxford: British Archaeological Reports, 1982, pp. 191-214; PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 306-310.

have remained subject to royal authority²⁰. In 1172, Theoderic also noted that within the gate there was a hospital or hospice, “which the Greeks call a *xenodocheion*”²¹. The chapel may possibly have formed part of this institution.

Centres of authority

Before the Crusader conquest, the principal centres of Muslim religious and secular authority in Jerusalem had been respectively the Ḥaram al-Sharīf, containing both the main Friday mosque of al-Aqṣā and the shrine of the Dome of the Rock (Qubbat al-Ṣakhra), and the Citadel, also known as David’s Tower. When the Crusaders stormed the city, these had been the last strongholds to fall – the former to Tancred and the latter to Raymond of St.-Gilles. Both Duke Godfrey and King Baldwin I resided at first in the Citadel, like the Fatimid governor before them. By 1101, however, Baldwin I was already making use of the former Aqṣā mosque as a royal palace.

The Aqṣā Mosque

The Ḥaram represented the precinct of the former Jewish Temple, destroyed by the Romans in AD 70, and the Franks identified the Aqṣā mosque, which occupied its south end, as the Temple or Palace of King Solomon. It was therefore perhaps natural as well as expedient that Baldwin I appropriated and adapted its massive aisled prayer hall as a formal setting for royalty. The king’s chaplain, Fulcher of Chartres, may have been alluding to the building works that transformed it into a royal palace when he describes Baldwin selling off the lead from the demolished parts of the roof. It was probably as a result of this that the mosque was reduced in size from fifteen aisles to only seven²².

Around 1120, however, the Aqṣā also became the principal residence of the Knights Templar. According to the 13th century chronicle of Bernard the Treasurer, after the conquest of Jerusalem, a number of knights attached themselves to the Holy

²⁰ HIESTAND, Rudolf (ed.) – *Vorarbeiten zum Oriens Pontificius*, vol. 3: *Papsturkunden für Kirchen im Heiligen Lande* (Abhandlungen der Akademie der Wissenschaften in Göttingen, Phil.-hist. Klasse, series 3, vol. 136). Göttingen, 1985, pp. 218-222, no. 79 (1158); pp. 271-277, no. 106 (1173).

²¹ THEODERICUS – Ed. Huygens, p. 173 (ch. 26).

²² FULCHER OF CHARTRES – *Historia*, 1.26.10, ed. Hagenmayer, p. 291; PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, p. 420.

Sepulchre as lay brothers, under the authority of its prior; but eventually they tired of military inactivity, and asked the prior and the king, Baldwin II, for permission to elect themselves a master, who would lead them in defence of the kingdom. The prior released them from their vows and the king granted them lands, castles and towns. He also granted them the use of his palace in the Temple of Solomon, where they constructed a “fine and rich” residence next to the king’s, so that, if he should ever want his palace back, they could still continue to live there²³.

William of Tyre confirms that the Templars held the Aqṣā from the king, adding that the canons of the Lord’s Temple (or Dome of the Rock), who owned the entire Temple precinct, gave them some adjoining land in which to “practise their religion” – in other words land on which to establish their conventual buildings, including a church or chapel, a chapter house, dormitory, refectory and infirmary²⁴.

Visiting pilgrims describe the Templar area in some detail. Around 1165, John of Würzburg described the large and spacious buildings adjoining the palace, including a large new church, which was then under construction. He also mentions the underground stables, which were large enough to hold 2,000 horses or 1,500 camels. These were located in the vaults of the Umayyad or Abbasid period that supported the south-eastern part of the platform²⁵.

In 1172, another German pilgrim, Theoderic, described Solomon’s Palace as:

“oblong in shape like any church and supported inside by columns; and indeed, having one end laid out in the round and raised up with a large rounded dome like a sanctuary, it is arranged, as we have said, in the form of a church. This palace, with all its appurtenances, has passed into the ownership of the Knights Templar, who live and keep their stores of arms, clothing and food in it and the other houses attached to it ... These buildings have below them stables for horses, which were built in former times by the same king next to the palace itself. Intricate in the variety of their wonderful workmanship, they are of vaulted construction, vaults and arches

²³ *Chronique d’Ernoul et de Bernard le Trésorier*. Ed. L. de Mas Latrie, Paris: Société d’histoire de France, 1871, pp. 7-9; cf. LUTTRELL, Anthony – “The Earliest Templars”. In BALARD, Michel (ed.) – *Autour de la Première Croisade*. Vol. 14. *Byzantina Sorboniensia*. Paris: Sorbonne, 1996, pp. 193-202.

²⁴ WILLIAM OF TYRE – *Chronicon*, 12.7, pp. 553-555.

²⁵ JOHN OF WÜRZBURG – *Peregrinationes Tres*, pp. 134-135.

alternating in many different ways. We have borne witness that by our estimation they are able to hold 10,000 horses with their grooms. In short, no-one would be able to reach from one end of the building to the other, in length or in breadth, with a single arrow-shot from a crossbow. The area above is covered with houses, chambers and buildings, all of them suitable for various uses. Indeed, up above it abounds in galleries, gardens, courts, vestibules, places of assembly and rainwater reservoirs for refilling the cisterns, while the area below is excellently supplied with baths, store-houses, granaries, wood-piles and other stocks of necessities. On the other side of the palace, that is, towards the west, the Templars have built a new house. If I were able to relate its height, length, breadth, cellars, refectories, stairs and roof, which is raised in a high ridge contrary to the custom of that country, the listener would hardly believe any of it. For they have built there a new cloister, in the same way as they have the old one on the other side; moreover, there beside the outer court they are constructing a new church of wonderful size and workmanship”²⁶.

Most of these structures were swept away when the Aqṣā was converted back into a mosque by Saladin in 1187, though the central three bays of the present porch are a Templar addition, albeit later modified. On the east side, there also still survive a fine Romanesque rose window and the eastern apse of a 12th century chapel, which is now walled up on the inside. On the west side of the mosque no trace now remains of the church that Theoderic saw under construction, though some of the buildings surrounding the site of the cloister appear to be Frankish in origin²⁷.

The Citadel

The principal strongpoint of the Citadel was a massive rectangular tower, one of three originally built by Herod the Great around what in his time had been the north-western corner of the city²⁸. The large bossed masonry of the tower made it stand out from the later constructions of the citadel and in the 12th century it was referred to un-historically as the Tower of David. Already by 1099, this tower had come to

²⁶ THEODERICUS – Ed. Huygens, pp. 164-165 (ch. 17) (trans. DP).

²⁷ On the Templars’ building works in the Aqṣā, see HAMILTON, Robert W. – *The Structural History of the Aqsa Mosque: A Record of Gleanings from the Repairs of 1938-1942*. Jerusalem and London: Government of Palestine, 1949; PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 417-435; KEDAR, Benjamin Z.; PRINGLE, Denys – “1099-1187: The Lord’s Temple (*Templum Domini*) and Solomon’s Palace (*Palatium Salomonis*)”. In GRABAR, Oleg; KEDAR, Benjamin Z. (ed.) – *Where Heaven and Earth Meet: Jerusalem’s Sacred Esplanade*. Jerusalem: Ben Zvi Institute/Austin TX: University of Texas Press, 2009, pp. 132-149, at 142-147, fig. 74.

²⁸ BAHAT, Dan; RUBINSTEIN, Chaim T. – *Illustrated Atlas of Jerusalem*, pp. 34-53.

form part of a small triangular-shaped fortress, with a solid cylindrical tower at its south-east corner, whose garrison of several hundred men surrendered to Raymond of St-Gilles. Excavations in the 1930s and 1980s suggest that this early citadel was first established by the Seljuq Turks in the 1070s, at a time when urban citadels were beginning to appear elsewhere in the Middle East – for example, in Raqqa and Damascus. Under the Franks the castle was enlarged. In 1172, for instance, Theoderic describes the Tower of David as having “an adjacent chamber and hall (*solarium et palatium*), newly built and strongly defended by barbicans”²⁹. A map of c.1150 now preserved in Cambrai also shows David’s Tower in schematic form with the *Curia regis*, represented by a hall and two towers, attached to its southern side³⁰. Remains of buildings that possibly once formed part of the royal palace were uncovered in 1971, some 125 m south of it³¹.

The church of the Holy Sepulchre

The Holy Sepulchre was the principal goal of all Crusades and Christian pilgrimages to Jerusalem³². In the early 4th century, at the time of the emperor Constantine I, the

²⁹ THEODERICUS – Ed. Huygens, p. 146 (ch. 4).

³⁰ JOHNS, Cedric Norman – “The Citadel, Jerusalem. A Summary of Work since 1934”. *Quarterly of the Department of Antiquities in Palestine* 14 (1950), pp. 121-190, pls XLVII–LXIV [reprinted in JOHNS, Cedric Norman – *Pilgrims’ Castle (‘Atlit), David’s Tower (Jerusalem) and Qal’at ar-Rabad (‘Ajlun): Three Middle Eastern Castles from the Time of the Crusades*. Ed. D. Pringle. Aldershot: Ashgate-Variorum, 1997, ch. vii]; AMIRAN, Ruth; EITAN, Avi – “Excavations in the Courtyard of the Citadel, Jerusalem, 1968-1969 (Preliminary Report)”. *Israel Exploration Journal* 20 (1970), pp. 9-17; GEVA, Hilel – “Excavations in the Citadel of Jerusalem, 1979-1980: Preliminary Report”. *Israel Exploration Journal* 33 (1983), pp. 55-71; PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 88-89; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings in the Crusader Kingdom of Jerusalem: An Archaeological Gazetteer*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, pp. 54-55.

³¹ BAHAT, Dan; BROSHI, Magen – “Excavations in the Armenian Garden”. In YADIN, Yigael (ed.) – *Jerusalem Revealed: Archaeology in the Holy City 1968-1974*. Jerusalem: Israel Exploration Society/Newhaven CT: Yale UP, 1976, pp. 55-56; BOAS, Adrian J. – *Domestic Settings: Sources on Domestic Architecture and Day-to-Day Activities in the Crusader States*. Leiden: Brill, 2010, pp. 72-74.

³² On the Crusader-period church of the Holy Sepulchre, see: BIDDLE, Martin – *The Tomb of Christ*. Stroud: Sutton, 1999; BIDDLE, Martin; AVNI, Gideon; SELIGMAN, John; WINTER, Tamar – *The Church of the Holy Sepulchre*. New York: Rizzoli, 2000; CORBO, Virgilio – *Il Santo Sepolcro di Gersalemme: Aspetti archeologici dalle origini al periodo crociato*. (Studium Biblicum Franciscanum. Collectio Maior, vol. 29). Jerusalem: Franciscan Printing Press, 3 vols., 1981-1982; COÛASNON, Charles – *The Church of the Holy Sepulchre*. (The Schweich Lectures of the British Academy, 1972). London: Oxford University Press for the British Academy, 1974; FOLDA, Jaroslav – *The Art of the Crusaders in the Holy Land, 1098-1187*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pp. 175-245; FOLDA, Jaroslav – “The South Transept Façade of the Church of the Holy Sepulchre in Jerusalem: An Aspect of ‘Rebuilding Zion’”. In FRANCE, John; ZAJAC, William J. (ed.) – *The Crusades and their Sources: Essays Presented to Bernard Hamilton*. Aldershot: Ashgate, 1998, pp. 239-257; HUNT, Lucy-Anne – “Artistic and Cultural Inter-Relations between the Christian Communities at the Holy Sepulchre in the 12th Century”. In O’MAHONY, Anthony (ed.) – *The Christian Heritage in the Holy Land*. London: Scorpion Cavendish,

tomb of Christ was isolated from the natural rock into which it had originally been cut and was enclosed in a small aedicule, itself contained within a larger domed rotunda in the tradition of late Roman imperial mausolea. To the east of the rotunda lay an open two-storey peristyled court, containing chapels associated with Christ's Passion and, at its south-east corner, the rock of Calvary itself. To the east of the courtyard stood a massive five-aisled basilica, which was entered from the main north-south street, or *Cardo*, through a *propylaeum* and atrium.

In 1009, this entire complex, including the Tomb of Christ, was destroyed by the deranged Fatimid caliph, al-Hākīm. Rebuilding began within three years. It was carried on between 1014 and 1023, first under the patronage of al-Hākīm's own mother, Maryam (or Mary), who was herself Christian, and then, from 1020 onwards, under the patriarch of Jerusalem, Nicephorus I, who travelled to Constantinople in 1023 to report on progress to the emperor, Basil II. After the negotiation of a formal agreement between the emperor Michael IV and Caliph al-Mustansīr in 1037–38, work resumed and continued until around 1040. Although William of Tyre later attributed the rebuilding to Michael IV's successor, Constantine IX Monomachus³³, it now appears that the work was already substantially complete before Constantine became emperor in 1042.

The 11th century building work concentrated on the aedicule and the rotunda enclosing the tomb, the chapels north and south of it, and the courtyard to the east containing Calvary and the places associated with the Passion. Constantine I's great basilica was not rebuilt, but in compensation for its loss the rotunda was itself converted into a church by the addition of an eastern chancel and apse.

After the Crusader conquest of 1099, it must soon have become clear that the rebuilt church was too small accommodate the needs of Jerusalem's new Latin kings and patriarchs, or the large numbers of pilgrims who were now flocking to the holy places, especially around Eastertime. In the early 12th century, two important

1995, pp. 57-96; PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 6-72; PRINGLE, Denys – “The Crusader Church of the Holy Sepulchre”. In GRIFFITH-JONES, Robin; FERNIE, Eric (ed.) – *Tomb and Temple: Reimagining the Sacred Buildings of Jerusalem*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2018, pp. 62-80.

³³ WILLIAM OF TYRE – *Chronicon*, 1.6, ed. Huygens, pp. 112-113.

changes were therefore made: first, the church was enlarged by demolishing the chancel and apse and adding a new Romanesque transept and choir to the east, bringing all the holy sites under one roof; and secondly, to the east of this on the site of Constantine's ruined basilica a monastic cloister was added to accommodate the canons serving the church, who in 1114 were regularized as Augustinians. The new choir and high altar were consecrated by Patriarch Fulcher on 15 July 1149, exactly fifty years after the fall of the city.

The final element to be built was the bell-tower, replacing an earlier one erected on the roof immediately after the conquest in 1099. The ringing of bells, banned by the Muslims, would have been a powerful statement of the city's renewed Christian identity – and, although the mid-12th century Cambrai map shows numerous church bell-towers scattered through the city, albeit improbably represented as cylindrical in form, it is perhaps significant that apart from the Holy Sepulchre's tower only one other Crusader bell-tower, that of St Anne's church, managed to survive the Muslim reconquest until an earthquake precipitated its destruction in 1834³⁴.

Other churches, shrines and hospitals

Apart from the Holy Sepulchre, which served as cathedral and parish church for the whole city, some 85 other churches and chapels are documented in 12th century Jerusalem³⁵. These range from the churches of major religious houses down to small shrines and chapels. Many of these churches were associated with holy sites of the New Testament, and a number of them replaced earlier Byzantine churches that had fallen into ruin or had been demolished during the centuries of Muslim rule.

As well as restoring its churches, the process of re-establishing the city's Christian identity also included the virtual obliteration of anything overtly Islamic. In Jerusalem we have little evidence for the fate of lesser Muslim buildings, which in other cities captured by the Franks, such as Caesarea, Acre and Ascalon, were often granted to Christian religious houses and adapted either as churches or for secular

³⁴ PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 144-145.

³⁵ See PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3.

use³⁶. As already noted, however, the main concentration of Islamic religious activity in Jerusalem had been in and around the Ḥaram al-Sharīf, where the Franks converted the city's principal Friday mosque, the Aqṣā, into a royal palace and subsequently the headquarters of the Templars

The other principal Muslim building in the Ḥaram was the Dome of the Rock, or Qubbat al-Ṣakhra. This had been built by the Umayyad caliph ‘Abd al-Malik from AD 691-692 onwards as a centre for Muslim pilgrimage, celebrating Muḥammad's "night journey" and mysterious ascent to heaven. Its construction also had a political motive, to outshine the centre of Christian devotion represented by the dome of the Holy Sepulchre. Although the Franks were fully aware that the Dome of the Rock was a Muslim building, occupying the site of the former Jewish Temple, they effectively Christianized it, by converting it into a church, known as the Lord's Temple (*Templum Domini*) and dedicated to the Virgin Mary. Within it were recalled the presentations of Mary and of her son Jesus in the Temple, as well as a number of other events associated with the Temple in the Old and New Testaments. The building was capped by a golden cross and most – though not all – of the mosaic inscriptions in Arabic decorating its exterior and interior were reworked in Latin to proclaim its Christian identity. Augustinian canons were installed to serve it, and the exposed rock at its centre, held to represent the site of the Holy of Holies, was paved over, partly to prevent pilgrims chipping it away for souvenirs but also to support a choir and high altar, enclosed by a wrought-iron chancel screen. The canons' cloister adjoined the building on the esplanade to the north, while the smaller Umayyad Dome of the Chain (Qubbat al-Silsila), which stood immediately west of it, was repurposed as a chapel dedicated to St James the Less, the brother of Jesus, who had been martyred by being clubbed to death after being cast down from the pinnacle of the Temple³⁷.

The double Golden Gate, on the east side of the Ḥaram, also seems to have been part of ‘Abd al-Malik's original building scheme. This the Franks also made into a church,

³⁶ PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 1, pp. 61-69, 166-180; vol. 4, pp. 35-40, 83, 126, 165-166.

³⁷ PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 182-185, 397-417; KEDAR, Benjamin Z.; PRINGLE, Denys – "1099–1187: The Lord's Temple", pp. 135-141.

though the gates themselves were normally kept walled up for reasons of security. However, they were unblocked twice a year: first on Palm Sunday, to celebrate Christ's entry into Jerusalem that day, seated on a donkey; and again on the Feast of the Exaltation of the Cross, because, after defeating the Persians in 627, it was through this gate that the emperor Heraclius was supposed to have entered Jerusalem, bearing the relic of the Holy Cross brought back from Persia. Although the gate itself retains its original early Umayyad form, the two domes on raised drums that cover its eastern bays may well represent Frankish additions. At any rate, there must have been some form of opening in the roof by that time, since according to Jerusalem's 12th century Latin liturgy for Palm Sunday, when the procession from Bethany reached the gate, the boy choristers of the Holy Sepulchre would go on to the roof and sing alternate verses and responses with the precentor and clergy gathered inside the gate below³⁸.

The second largest church in Jerusalem, also served by Augustinian canons, was St Mary of Mount Sion, commemorating the Dormition, or Falling Asleep, of the Virgin Mary. This replaced a large Byzantine church, which had been mostly destroyed by earthquakes and stone-robbing for rebuilding the city walls in the 11th century. The new church appears to have been similar in style to some of the larger Romanesque churches of the West, such as St Sernin in Toulouse, with a high vaulted nave and galleries above the aisles. In an intermediate gallery in the south aisle, overlooking the sanctuary, was the chapel of the Holy Spirit, commemorating the room of the Last Supper and the descent of the Holy Spirit at Pentecost. This was rebuilt in an early Gothic style a little before 1187³⁹.

Since Byzantine times, the burial place of the Virgin Mary had been venerated in a crypt below a centrally-planned church in the Kidron Valley (or Valley of Jehoshaphat), between the city and the Mount of Olives. Reconstruction of the destroyed upper church and monastic buildings was begun by the Benedictines

³⁸ PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 103-109; KEDAR, Benjamin Z.; PRINGLE, Denys – “1099–1187: The Lord's Temple”, pp. 147-148.

³⁹ VINCENT, Louis-Hugues; ABEL, Félix-Marie – *Jérusalem nouvelle*, pp. 421-481; PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 261-287; PRINGLE, Denys – “Gothic Architecture in the Holy Land and Cyprus: From Acre to Famagusta”. *Levant* 47.3 (2015), pp. 293-315, at pp. 295-296.

around 1112. The crypt was provided with a monumental staircase, whose walls and vaults were decorated with paintings and texts illustrating Mary's burial and assumption. This stair would have allowed pilgrims to visit the tomb without having to enter the monastery and disturb the monks. To either side of the stair there were also chapels containing the tombs of two queens of Jerusalem: Morphia, the wife of Baldwin II, on the left, and Melisende, the wife of Fulk of Anjou, on the right⁴⁰.

Within the city immediately south of the Holy Sepulchre were another two Benedictine abbeys, which had originally been founded in the 11th century by merchants from Amalfi: St Mary Latin for men, and St Mary Magdalene (later known as St Mary Parva or Major) for women⁴¹. It was from the hospitaller functions associated with these two houses that the Latin Hospital developed in the later 11th and early 12th century, taking as its chapel a former 6th century Greek church of St John the Baptist. In the early years of the Crusader kingdom, the hospital came to be more closely associated with the canons serving in the Holy Sepulchre. In February 1113, however, Pope Paschal II took it under his own protection and the following year it severed its connection with the Holy Sepulchre and developed as a separate order of the church. In the 1170s, the Hospital is described as being like a palace, containing beds for more than 1,000 sick people⁴². Like the Templars, the Hospitallers of St John had also developed by this time into a military order and one of the most powerful landowners in the kingdom, besides possessing valuable estates overseas⁴³.

⁴⁰ VINCENT, Louis-Hugues; ABEL, Félix-Marie – *Jérusalem nouvelle*, pp. 312-314, 805-831; BAGATTI, Bellarmino; PICCIRILLO, Michele; PRODOMO, A. – *New Discoveries at the Tomb of the Virgin Mary in Gethsemane*. (Studium Biblicum Franciscanum, Collectio minor, 17). Trans. L. Scriberras. Jerusalem: Franciscan Print Press, 1975; PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 287-306.

⁴¹ PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 236-261; PRINGLE, Denys – “The Abbey Church of St Mary the Great (or the Less) and its Benedictine Nunnery”. In VIEWEGGER, Dieter; GIBSON, Shimon (ed.) – *The Archaeology and History of the Church of the Redeemer and the Muristan in Jerusalem*. Oxford: Archaeopress, 2016, pp. 121-135.

⁴² THEODERICUS – Ed. Huygens, p. 157-158 (ch. 13).

⁴³ LUTRELL, Anthony – “The Earliest Hospitallers”. In KEDAR, Benjamin Z.; RILEY-SMITH, Jonathan; HIESTAND, Rudolph (ed.) – *Montjoie: Studies in Crusade History in Honour of Hans Eberhard Mayer*. Aldershot: Ashgate, 1997, pp. 37-54; RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller in the Levant, c.1070-1309*. Basingstoke: Palgrave-Macmillan, 2012; NICHOLSON, Helen – *The Knights Hospitaller*. Woodbridge: Boydell, 2001; PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 192-201.

Although most of the area covered by the Hospital was built over in the early 20th century, a set of plans of the medieval remains was made by the Swiss architect Conrad Schick in 1902. These indicate that the Hospital extended around two and a half sides of the urban block lying south of the Holy Sepulchre. Immediately facing the south door of the Sepulchre church stood the new conventual church of St John and its bell-tower, with the living area of the brothers probably immediately south of it. The old church of St John lay to the south of that; and the eleven wards of the hospital as well as the women's ward and an orphanage probably extended along David Street on the south side, with kitchens and services along part of the east side. There were also extensive latrines, which emptied into pits or into the stone-lined drains below the surrounding streets⁴⁴.

In the 12th century, perceptions of Jerusalem's religious geography underwent some significant changes, at least from a western perspective. It was in this period, for example, that the present-day Way of the Cross, or Via Dolorosa, came to be established. In earlier times the sites of Christ's trial and condemnation had been located on Mount Sion, where the *Praetorium* and house of Caiaphas were still being shown beside the church of Sion in the 12th century. Evidence from pilgrimage texts, however, shows that before the fall of Jerusalem to Saladin in 1187 there was also an alternative "Way of the Cross", involving sites associated with the former Roman Antonia fortress on the north side of the Temple area. The starting point for this was the Sheep Pool near St Anne's church where, according to tradition, the wood from which the Cross was made had lain since the time of Solomon. A little further east, against the north wall of the Temple was the chapel of the Repose or Prison of Christ, where Jesus was supposedly imprisoned after his arrest in Gethsemane; and near this was the church of the Flagellation, on the supposed site of Pilate's *Praetorium*. From there the Way of the Cross shown to pilgrims seems to have passed through the Temple court, leaving it by the Sorrowful Gate on the west and proceeding across Street of the Valley to the Holy Sepulchre. After the initial loss of Jerusalem in 1187

⁴⁴ PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 201-206; PRINGLE, Denys – "The Layout of the Jerusalem Hospital in the Twelfth Century: Further Thoughts and Suggestions". In UPTON-WARD, Judi (ed.) – *The Military Orders*, vol. 4: *On Land and by Sea*. Aldershot: Ashgate, 2008, pp. 91-110; BERKOVICH, Ilya; RE'EM, Amit – "The Location of the Crusader Hospital in the Muristan – A Reassessment". In VIEWEGGER, Dieter; GIBSON, Shimon (ed.) – *The Archaeology and History of the Church of the Redeemer and the Muristan in Jerusalem*. Oxford: Archaeopress, 2016, pp. 193-220.

and definitively after 1244, the Way of the Cross changed to its present route north of the Ḥaram al-Sharīf, since it was no longer possible for Christians to enter the precinct itself⁴⁵.

The Frankish conquest of Jerusalem also provided opportunities for the eastern Christian communities to rebuild and develop their churches. Principal among these were the Armenian cathedral of St James the Great, which was rebuilt by the time of the visit to Jerusalem by King Toros around 1165, and the Jacobite cathedral of St Mary Magdalene, of which only the vaulted foundations now survive below the Maymūniyya Muslim Girls' School⁴⁶. The Greek Orthodox, albeit now theoretically subject to the Latin patriarch, also maintained a number of churches and monasteries grouped around the church of the Holy Sepulchre⁴⁷.

Houses, shops and workplaces

Describing the domestic buildings of Jerusalem, Theoderic writes:

“The houses, reaching up on high with laboriously constructed walls, have roofs that are not raised up to a ridge after our fashion but are level and flat in form. When it pours with rain, people collect the rainwater from them into their cisterns and store it for their own use, for they have the use of no other water, because they have none. Wood suitable for buildings or for burning is scarce there, because Mount Lebanon, which alone abounds in cedar, cypress and fir, is far distant from them”⁴⁸.

Charter evidence suggests that a number of houses, particularly those predating the 12th century, were of the eastern Mediterranean type, with a central courtyard

⁴⁵ VINCENT, Louis-Hugues; ABEL, Félix-Marie – *Jérusalem nouvelle*, pp. 610-641; STORME, Albert – *La Voie Douloureuse*. Jerusalem: Franciscan Printing Press, 1973, pp. 67-73, 82-112, 125-139; WILKINSON, John – *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*. (Hakluyt Society, series 2, vol. 167). London: The Hakluyt Society, 1988, pp. 73-77; PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 93-97, 129-137, 207-208, 389-397; PRINGLE, Denys – *Pilgrimage to Jerusalem and the Holy Land, 1187-1291*. Farnham: Ashgate, 2012, pp. 7-8, 161.

⁴⁶ VINCENT, Louis-Hugues; ABEL, Félix-Marie – *Jérusalem nouvelle*, pp. 522-558; PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 168-182, 327-335.

⁴⁷ PAHLITZSCH, Johannes – *Graeci und Suriani im Palästina der Kreuzfahrerzeit: Beiträge und Quellen zur Geschichte des griechische-orthodoxen Patriarchats von Jerusalem*. Vol. 33. *Berliner Historische Studien*. Berlin: Duncker & Humblot, 2001; PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 117, 124-125, 137-141, 156-167, 189-192, 208-212, 314-322, 335-349, 353-358, 381-385; PRINGLE, Denys – “The Identification of the Medieval Church of St Sabas in Jerusalem in the Light of New Documentary Evidence”. *Palestine Exploration Quarterly* 150.4 (2018), pp. 309-319.

⁴⁸ THEODERICUS – Ed. Huygens, p. 146 (ch. 3) (trans. DP).

containing a cistern⁴⁹. Others, like those described by Theoderic, were of a more western urban style, with one or more storeys of living rooms (or solars) built above store-rooms or shops opening on to the street⁵⁰. In 1143, for example, the canons of the Holy Sepulchre sold some houses in Mount Sion street to Arnulf, the son of Bernard the Syrian. They were located above the vaults of the Hospitallers' money exchange, which in turn were above a bakery, also belonging to the canons. A condition of the sale was that if at any time anyone should add another storey and wish to sell it, the canons should have the right to purchase it at a price of one mark less than the proposed sale price⁵¹. Remains of shops of just this type, with separate doorways that once led to now-vanished to upper floors, survive just south of the intersection of the city's two principal streets.

The principal grain market of Frankish Jerusalem lay just inside David's Gate, in front of the Citadel. The pork market was to the north of it, presumably because in early Islamic Jerusalem it had been in the Christian quarter, which was located in that area. Other butchers, however, practised their trade around the Tanners' Gate, in the south-east of the city. Of the city's market streets, Theoderic tells us that "almost all ... are paved underfoot with great stones, and overhead many of them are vaulted in stone, with windows arranged here and there to let in light"⁵². A number of markets specializing in particular products are also mentioned in the sources, principal among them being the Triple Market (or *sūq*) built – or rebuilt – by Queen Melisande in 1152 and incorporating the remains of the colonnaded street and covered pavements of the north–south Byzantine *cardo*⁵³. In the central aisle was the street of "Bad Cookery", or "Restaurants", while flanking it on the west were the vegetable and herb markets and on the east the "Covered Street" containing the cloth market. At the north end was the fish market and the market for poultry, eggs and cheese, from which another market street containing the shops of Latin and

⁴⁹ Such buildings have been investigated archaeologically in Acre and Jaffa: see BOAS, Adrian J. – *Domestic Settings*, p. 83.

⁵⁰ See BOAS, Adrian J. – *Domestic Settings*, pp. 84–87; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, p. 56.

⁵¹ *Le Cartulaire du chapitre du Saint-Sépulchre de Jérusalem*. Ed. Geneviève Bresc-Bautier (Documents relatifs à l'Histoire des Croisades, vol. 15). Paris: Geuthner, 1984, pp. 164–165, no. 68.

⁵² THEODERICUS – Ed. Huygens, p. 146 (ch. 3) (trans. DP).

⁵³ *Le Cartulaire du chapitre du Saint-Sépulchre*, ed. Bresc-Bautier, pp. 103–105, no. 36 (1152). On the medieval adaptation of the Byzantine colonnaded streets, see WILKINSON, John – "The Streets of Jerusalem". *Levant* 7 (1975), pp. 118–136; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, pp. 55–56.

Syrian goldsmiths led westwards past St Mary Latin to the south door of the Holy Sepulchre⁵⁴. Inscriptions indicate that some of the shops in the *sūq* belonged to St Anne's abbey, of which Queen Melisende was a known patron⁵⁵. Other specialist markets in 12th century Jerusalem included those of the furriers and saddlers⁵⁶.

Tombs and cemeteries

Important people in Frankish Jerusalem might sometimes be buried inside a church, but most people would have been buried in extra-mural cemeteries. John of Valenciennes, for example, whose tombstone is now preserved beside St Anne's church, was buried in the cemetery attached to the church of Mount Sion. The only church with full parochial rights, including that of burial, was the Holy Sepulchre, whose cemetery was located on the north-western side of the city near the Mamilla Pool, where some Crusader tomb-chests may still be seen reused as Muslim grave-markers⁵⁷. Poor or destitute pilgrims, however, could be guaranteed a Christian burial free of charge in a vast charnel pit below the church of St Mary in Akeldama, belonging to the order of St John. This stood in the Field of Blood or burial place for strangers that had been bought with the money paid to Judas for betraying Jesus⁵⁸. Other burials took place in and around the Temple area, particularly around the Golden Gate⁵⁹.

1187: The Muslim reconquest

Jerusalem was retaken by Saladin on 2 October 1187. A week later the sultan attended Friday prayers in the Aqṣā mosque, with the *qādī* Muḥyī al-Dīn al-Qurashī acting as preacher and *imām*. He subsequently installed a preacher and *imām*, and ordered the mosque to be restored. The accounts of what was then done shed light on what the Franks had done to the building. The *miḥrāb* had been obscured by the walls of a granary, or by latrines according to some, and to the west of the mosque the Franks had built a high church. These constructions were removed and the court

⁵⁴ *Chronique d'Ernouf*, ed. de Mas Latrie, pp. 200-202; trans. PRINGLE, Denys – *Pilgrimage to Jerusalem*, p. 158.

⁵⁵ PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, p. 154.

⁵⁶ PRINGLE, Denys – “Rental of Hospitaller Properties”, pp. 184-185, 189-192.

⁵⁷ PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 217-220.

⁵⁸ PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 222-228.

⁵⁹ PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 105, 108, 406, 414.

around the mosque was cleared. A *minbar* was erected, the walls that the Franks had built between the columns were demolished, and their precious carpets were replaced with prayer mats. The golden cross that the Franks had erected on the Dome of the Rock was also taken down, dragged through streets and smashed. Inside the building, the high altar and paving were removed from the rock and the rock itself washed with rose water⁶⁰.

Although the Orthodox Christians were allowed to keep their churches and a Greek Orthodox patriarch was installed again in the Holy Sepulchre, most of the Latin churches were converted into mosques or found other uses. The Latin patriarch's residence became a *khanqa* for Sufis and St Anne's church a madrasa for Shafi'ite lawyers (1192). Saladin also converted the women's abbey of St Mary the Great into a Muslim hospital, or *bimaristan*, and he may also have been responsible for turning its sister house for men, St Mary Latin, into another Shafi'ite madrasa. In the Hospital area, the original church of St John was given back to the Greeks, but the Hospitallers' new church was converted into a mosque by Saladin's son, al-Malik al-Afdal 'Alī, while the rest of the conventual area became a *zāwiya*⁶¹. Many of the churches outside the walls, including those of St Stephen, St Saviour in Gethsemane, St Mary in Jehoshaphat and the great church of St Mary of Mount Sion, were demolished, their stone being used for rebuilding the town walls, though Mary's tomb below the church of St Mary in Gethsemane and the tomb of David on Mount Sion were preserved as Muslim shrines. Much of the rich decoration from the demolished buildings, including mosaic tesserae and sculpture, was saved for reuse in building projects carried out by Saladin's successors in and around the Ḥaram al-Sharīf⁶².

Although in Ayyubid, Mamluk and Ottoman times Jerusalem was no longer as exclusively Christian a city as it had been in 12th century – returning to its previous status as a Muslim city with significant communities of Eastern Christians and Jews

⁶⁰ PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 407-408, 423.

⁶¹ PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 125-126, 143, 198, 238-239, 254-255.

⁶² IBN AL-ATHĪR – *Al-Kāmil fī'l-ta'rikh*. Ed. and Fr. trans. in *Recueil des Historiens des Croisades: Historiens orientaux*, vol. 1. Paris: Imprimerie National, 1844, p. 706; PRINGLE, Denys – *Churches*, vol. 3, pp. 412-413, 432.

– the city's built fabric even today owes much to that relatively brief period in the 12th century, when it occupied a significant position at the very centre of Christian European consciousness.

Bibliographical references

Printed sources

ALBERT OF AACHEN – *Historia Ierosolimitana: History of the Journey to Jerusalem*. Ed. and trans. Susan B. Edgington. (Oxford Medieval Texts). Oxford: Clarendon Press, 2007.

‘ALĪ IBN ABĪ BAKR AL-HARAWĪ – *Kitāb al-Ishārāt ilā Ma‘rifat al-Ziyārāt*. Ed. and trans. Josef W. Meri, *A Lonely Wayfarer's Guide to Pilgrimage* (Studies in Late Antiquity and Early Islam, vol. 19). Princeton NJ: Darwin Press, 2004.

BENJAMIN OF TUDELA – *The Itinerary*. Ed. and trans. Marcus Nathan Adler. London: Oxford University Press, 1907.

Le Cartulaire du chapitre du Saint-Sépulchre de Jérusalem. Ed. Geneviève Bresc-Bautier (Documents relatifs à l'Histoire des Croisades, vol. 15). Paris: Geuthner, 1984.

Chronique d'Ernoult et de Bernard le Trésorier. Ed. L. de Mas Latrie. Paris: Société d'histoire de France, 1871,

EKKEHARD OF AURA – *Hierosolymita*, 4 (Recueil des Historiens des Croisades: Historiens occidentaux, vol. 5). Paris: Imprimerie National, 1895.

FULCHER OF CHARTRES – *Fulcheri Carnotensis Historia Hierosolymitana (1095–1127)*, 2.6.9. Ed. Heinrich Hagenmeyer. Heidelberg: Winters, 1913.

JOHN OF WÜRZBURG – *Peregrinationes Tres*. (Corpus Christianorum, Continuatio Mediaevalis (CCCM) 139). Ed. Robert B.C. Huygens. Turnhout: Brepols, 1994.

HIESTAND, Rudolf (ed.) – *Vorarbeiten zum Oriens Pontificius*, vol. 3: *Papsturkunden für Kirchen im Heiligen Lande* (Abhandlungen der Akademie der Wissenschaften in Göttingen, Phil.-hist. Klasse, series 3, vol. 136). Göttingen, 1985.

IBN AL-ATHĪR – *Al-Kāmil fī'l-ta'rikh*. Ed. and Fr. trans. in *Recueil des Historiens des Croisades: Historiens orientaux*, vol. 1. Paris: Imprimerie National, 1844.

MAYER, Hans Eberhard (ed.) – *Die Urkunden der Lateinischen Könige von Jerusalem*, 4 vols. (Monumenta Germaniae Historica (MGH): Diplomata Regum Latinorum Hierosolymitanorum). Hanover: Hahnsche Buchhandlung, 2010, vol. 1.

THEODERICUS – Ed. Robert B. C. Huygens, *Peregrinationes Tres* (Corpus Christianorum, Continuatio Mediaevalis (CCCM) 139). Turnhout: Brepols, 1994.

USAMAH IBN MUNQIDH – *The Book of Contemplation: Islam and the Crusades*. Trans. Paul M. Cobb. London: Penguin, 2008.

WILLIAM OF TYRE – *Chronicon*, 11.27. Ed. Robert B. C. Huygens (Corpus Christianorum, Continuatio Mediaevalis (CCCM) 63). Turnhout: Brepols, 1986.

YAḤYA IBN SAʿĪD AL-ANṬĀKĪ – *Histoire*. Ed. and trans. I. Kratchkovsky *et al.*, 3 vols. (Patrologia Orientalis, vols. 90, 114, 212). Paris: Firmin-Didot/Turnhout: Brepols, 1924-1997.

Studies

ABEL, Félix-Marie – “L’État de la cité de Jérusalem au XII^e siècle”. In ASHBEE, C. R. (ed.) – *Jerusalem 1920–1922: Being the Records of the Pro-Jerusalem Council during the first two years of the Civil Administration*. London: J. Murray, Pub. for the Council of the Pro-Jerusalem Society 1924, pp. 32-40.

AMIRAN, Ruth; EITAN, Avi – “Excavations in the Courtyard of the Citadel, Jerusalem, 1968–1969 (Preliminary Report)”. *Israel Exploration Journal* 20 (1970), pp. 9-17.

BAGATTI, Bellarmino; PICCIRILLO, Michele; PRODOMO, A. – *New Discoveries at the Tomb of the Virgin Mary in Gethsemane*. (Studium Biblicum Franciscanum, Collectio minor, 17). Trans. L. Scriberras. Jerusalem: Franciscan Print Press, 1975.

BAHAT, Dan – “Crusader Jerusalem”. In ROZENBERG, Silvia (ed.) – *Knights of the Holy Land: The Crusader Kingdom of Jerusalem*. Jerusalem: Israel Museum, 1999, pp. 71–81.

BAHAT, Dan; BROSHI, Magen – “Excavations in the Armenian Garden”. In YADIN, Yigael (ed.) – *Jerusalem Revealed: Archaeology in the Holy City 1968-1974*. Jerusalem: Israel Exploration Society/Newhaven CT: Yale UP, 1976, pp. 55-56.

BAHAT, Dan; RUBINSTEIN, Chaim T. – *The Illustrated Atlas of Jerusalem*. Trans. Shlomo Ketko. Jerusalem: Carta, 1989, pp. 90-103.

BENVENISTI, Meron – *The Crusaders in the Holy Land*. Jerusalem: Israel Universities Press, 1970.

BERKOVICH, Ilya; RE’EM, Amit – “The Location of the Crusader Hospital in the Muristan – A Reassessment”. In VIEWEGGER, Dieter; GIBSON, Shimon (ed.) – *The Archaeology and History of the Church of the Redeemer and the Muristan in Jerusalem*. Oxford: Archaeopress, 2016, pp. 193-220.

BIDDLE, Martin – *The Tomb of Christ*. Stroud: Sutton, 1999.

BIDDLE, Martin; AVNI, Gideon; SELIGMAN, John; WINTER, Tamar – *The Church of the Holy Sepulchre*. New York: Rizzoli, 2000.

BOAS, Adrian – *Crusader Archaeology*. London: Routledge, 1999.

BOAS, Adrian – *Jerusalem in the Time of the Crusades*. London: Routledge, 2001.

BOAS, Adrian J. – *Domestic Settings: Sources on Domestic Architecture and Day-to-Day Activities in the Crusader States*. Leiden: Brill, 2010.

CORBO, Virgilio – *Il Santo Sepolcro di Gersalemme: Aspetti archeologici dalle origini al periodo crociato*. (Studium Biblicum Franciscanum. Collectio Maior, vol. 29). Jerusalem: Franciscan Printing Press, 3 vols., 1981-1982.

COÜASNON, Charles – *The Church of the Holy Sepulchre*. (The Schweich Lectures of the British Academy, 1972). London: Oxford University Press for the British Academy, 1974.

FOLDA, Jaroslav – *The Art of the Crusaders in the Holy Land, 1098-1187*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

FOLDA, Jaroslav – “The South Transept Façade of the Church of the Holy Sepulchre in Jerusalem: An Aspect of ‘Rebuilding Zion’”. In FRANCE, John; ZAJAC, William J. (ed.) – *The Crusades and their Sources: Essays Presented to Bernard Hamilton*. Aldershot: Ashgate, 1998, pp. 239-257.

GEVA, Hilel – “Excavations in the Citadel of Jerusalem, 1979–1980: Preliminary Report”. *Israel Exploration Journal* 33 (1983), pp. 55-71.

GIBSON, Shimon; LEWIS, Rafael Y.; TABOR, James – “New Finds from the 11th to 13th Centuries along the Southern Old City Wall of Mount Zion”. In *New Studies in the Archaeology of Jerusalem and its Region: Collected Papers*, vol. 10, Jerusalem, 2016, pp. 39*-55*.

HAMILTON, Robert W. – *The Structural History of the Aqsa Mosque: A Record of Gleanings from the Repairs of 1938–1942*. Jerusalem and London: Government of Palestine, 1949.

HENNESSY, J. Basil – “Preliminary Report on the Excavations at the Damascus Gate, Jerusalem, 1964-1966”. *Levant* 2 (1970), pp. 22–27.

HIYARI, Mustafa A. – “Crusader Jerusalem, 1099–1187 AD”. In ASALI, K. J. (ed.) – *Jerusalem in History*. London: Scorpion Press, 1990, pp. 130-176.

HUNT, Lucy-Ann – “Damascus Gate, Jerusalem, and Crusader Wall painting of the mid-twelfth century”. In FOLDA, Jaroslav (ed.) – *Crusader Art in the Twelfth Century*. (BAR International Series, vol. 152). Oxford: British Archaeological Reports, 1982, pp. 191–214.

HUNT, Lucy-Anne – “Artistic and Cultural Inter-Relations between the Christian Communities at the Holy Sepulchre in the 12th Century”. In O’MAHONY, Anthony (ed.) – *The Christian Heritage in the Holy Land*. London: Scorpion Cavendish, 1995, pp. 57-96.

JOHNS, Cedric Norman – “The Citadel, Jerusalem. A Summary of Work since 1934”. *Quarterly of the Department of Antiquities in Palestine* 14 (1950), pp. 121-190 [reprinted in JOHNS, Cedric Norman – *Pilgrims’ Castle (‘Atlit), David’s Tower (Jerusalem) and Qal’at ar-Rabad (‘Ajlun): Three Middle Eastern Castles from the Time of the Crusades*. Ed. D. Pringle. Aldershot: Ashgate-Variorum, 1997, ch. vii].

KEDAR, Benjamin Z.; PRINGLE, Denys – “1099–1187: The Lord’s Temple (*Templum Domini*) and Solomon’s Palace (*Palatium Salomonis*)”. In GRABAR, Oleg; KEDAR, Benjamin Z. (ed.) – *Where Heaven and Earth Meet: Jerusalem’s Sacred Esplanade*. Jerusalem: Ben Zvi Institute/Austin TX: University of Texas Press, 2009, pp. 132-149.

LUTTRELL, Anthony – “The Earliest Templars”. In BALARD, Michel (ed.) – *Autour de la Première Croisade*. Vol. 14. *Byzantina Sorboniensia*. Paris: Sorbonne, 1996, pp. 193-202.

LUTRELL, Anthony – “The Earliest Hospitallers”. In KEDAR, Benjamin Z.; RILEY-SMITH, Jonathan; HIESTAND, Rudolph (ed.) – *Montjoie: Studies in Crusade History in Honour of Hans Eberhard Mayer*. Aldershot: Ashgate, 1997, pp. 37-54.

NICHOLSON, Helen – *The Knights Hospitaller*. Woodbridge: Boydell, 2001.

PAHLITZSCH, Johannes – *Graeci und Suriani im Palästina der Kreuzfahrerzeit: Beiträge und Quellen zur Geschichte des griechische-orthodoxen Patriarchats von Jerusalem*. Vol. 33. *Berliner Historische Studien*. Berlin: Duncker & Humblot, 2001.

PRAWER, Joshua – “The Latin Settlement of Jerusalem”. *Speculum* 27 (1952), pp. 490-503.

PRAWER, Joshua – *Crusader Institutions*. Oxford: Clarendon Press, 1980, pp. 85-101.

PRAWER, Joshua – “The Jerusalem the Crusaders captured: a contribution to the medieval topography of the city”. In EDBURY, Peter W. (ed.) – *Crusade and Settlement; Papers read at the First Conference of the Society for the Study of the Crusades and the Latin East and presented to R.C. Smail*. Cardiff: Cardiff University Press, 1985, pp. 1-16.

PRINGLE, Denys – “Crusader Jerusalem”. *Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society* 19 (1990-1991), pp. 105-13 [reprinted in PRINGLE, Denys – *Fortification and Settlement in Crusader Palestine*. Aldershot: Ashgate-Variorum, 2000, ch. II].

PRINGLE, Denys – *The Churches of the Crusader Kingdom of Jerusalem: A Corpus*, 4 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1993–2009.

PRINGLE, Denys – *Secular Buildings in the Crusader Kingdom of Jerusalem: An Archaeological Gazetteer*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PRINGLE, Denys – “The Layout of the Jerusalem Hospital in the Twelfth Century: Further Thoughts and Suggestions”. In UPTON-WARD, Judi (ed.) – *The Military Orders*, vol. 4: *On Land and by Sea*. Aldershot: Ashgate, 2008, pp. 91-110.

PRINGLE, Denys – *Pilgrimage to Jerusalem and the Holy Land, 1187–1291*. Farnham: Ashgate, 2012.

PRINGLE, Denys, – ‘A Rental of Hospitaller Properties in Twelfth-Century Jerusalem’. In EDGINGTON, Susan; NICHOLSON, Helen (ed.) – *Deeds Done Beyond the Sea: Essays on William of Tyre, Cyprus and the Military Orders presented to Peter Edbury*. Vol. 6. *Crusades–Subsidia*. Farnham: Ashgate, 2014, pp. 181-196.

PRINGLE, Denys – “Gothic Architecture in the Holy Land and Cyprus: From Acre to Famagusta”. *Levant* 47.3 (2015), pp. 293-315.

PRINGLE, Denys – “The Abbey Church of St Mary the Great (or the Less) and its Benedictine Nunnery”. In VIEWEGER, Dieter; GIBSON, Shimon (ed.) – *The Archaeology and History of the Church of the Redeemer and the Muristan in Jerusalem*. Oxford: Archaeopress, 2016, pp. 121-135.

PRINGLE, Denys – “The Crusader Church of the Holy Sepulchre”. In GRIFFITH-JONES, Robin; FERNIE, Eric (ed.) – *Tomb and Temple: Reimagining the Sacred Buildings of Jerusalem*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2018, pp. 62-80.

PRINGLE, Denys – “The Identification of the Medieval Church of St Sabas in Jerusalem in the Light of New Documentary Evidence”. *Palestine Exploration Quarterly* 150.4 (2018), pp. 309-319.

RILEY-SMITH, Jonathan (ed.) – *The Atlas of the Crusades*. London: Times Books, 1991.

RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller in the Levant, c.1070–1309*. Basingstoke: Palgrave-Macmillan, 2012.

RÖHRICHT, Reinhold – *Beiträge zur Geschichte der Kreuzzüge*. 2 vols. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1874-1878.

RUSSELL, Josiah Cox – *Medieval Regions and their Cities*. Newton Abbot: David & Charles, 1972.

RUSSELL, Josiah Cox – “The Population of the Crusader States”. In ZANCOUR, Norman P.; HAZARD, Harry W. (ed.) – *The Impact of the Crusades on the Near East*. Vol. 5 of *A History of the Crusades*. Ed. Kenneth M. Setton. Madison: University of Wisconsin Press, 1985, pp. 295-314.

STORME, Albert – *La Voie Douloureuse*. Jerusalem: Franciscan Printing Press, 1973.

VINCENT, Louis-Hugues; ABEL, Félix-Marie – *Jérusalem: Recherches de topographie, d'archéologie et d'histoire*. Vol. 2. *Jérusalem nouvelle*. 4 fascs + álbum. Paris: Gabalda, 1914-1926.

WIGHTMAN, Greg J. – *The Damascus Gate, Jerusalem: Excavations by C.-M. Bennett and J.B. Hennessy at the Damascus Gate, Jerusalem, 1964-66*. (BAR International Series, vol. 519). Oxford: British Archaeological Reports, 1989.

WIGHTMAN, Greg J. – *The Walls of Jerusalem: From the Canaanites to the Mamluks*, Mediterranean Archaeology Supplement. Vol. 4. Sydney: Meditarch, 1993.

WILKINSON, John – “The Streets of Jerusalem”. *Levant* 7 (1975), pp. 118-136.

WILKINSON, John – *Jerusalem Pilgrimage 1099–1185* (Hakluyt Society, series 2, vol. 167). London: The Hakluyt Society, 1988.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PRINGLE, Denys – “Jerusalem 1099: from Muslim to Christian City”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 13-40. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

ARTIGOS

ARTICLES



A presúria de “Uilla Coua” e as origens do Mosteiro de Lorvão: os documentos 19 e 47 do *Liber Testamentorum* e o contributo da arqueologia

The *presúria* of “Uilla Coua” and the origins of the Monastery of Lorvão: documents 19 and 47 of the *Liber Testamentorum* and the contribution of archaeology

Manuel Luís Real

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

Universidade do Porto, Faculdade de Letras, CITCEM – Centro de Investigação
Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
4150-564 Porto, Portugal

<https://orcid.org/0000-0003-4279-215X>

Data recepção do artigo / Received for publication: 3 de Janeiro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 9 de Abril de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5635>

RESUMO

Tomando como ponto de partida os documentos 19 e 47, são analisadas outras informações do cartulário de Lorvão, assim como certos silêncios e partes adulteradas. Partindo da sugestão de que existe uma complementaridade entre os registos 19 e 33, chega-se à conclusão de que o (re)fundador do mosteiro poderá ter sido o príncipe rebelde Bermudo Ordonhes. Contribuem para fundamentar esta proposta, o tipo asturiano da cabeceira da basílica altomedieval, descoberta em 1984, assim como o estilo do único friso escultórico subsistente, reportável à arte da diocese de Coimbra durante o século IX e inícios do X.

Palavras-chave: Lorvão; Mosteiro; *Liber Testamentorum*; Bermudo Ordonhes; Alta Idade Média.

ABSTRACT

Taking documents 19 and 47 as a starting point, other information from *Lorvão's* cartulary is analysed, as well as certain silences and falsified data. Based on the suggestion that there is a complementarity between registers 19 and 33, it is concluded that the (re)founder of the monastery was the rebellious prince Bermudo Ordonhes. Both the Asturian type of the east end of the high-medieval basilica, discovered in 1984, and the style of the only surviving sculptural frieze, reminiscent of the art found in the diocese of Coimbra during the 9th century and early 10th century, contribute to support this proposal.

Keywords: *Lorvão*; Monastery; *Liber Testamentorum*; Bermudo Ordonhes; High Middle Ages.



Os conteúdos deste artigo foram, em grande medida, suscitados a partir duma estimulante troca de correspondência com um amigo de longa data, o Professor Doutor Jorge de Alarcão, que, para além de reconhecida autoridade em Arqueologia Romana, sempre se interessou pela documentação medieval, enquanto instrumento para melhor entender o território. Neste âmbito, e durante os últimos anos, realizou importantes estudos sobre a cidade de Coimbra e a região beirã, tendo tido a generosidade de me consultar por diversas ocasiões acerca de assuntos de interesse comum, no âmbito da Alta Idade Média¹. O profundo conhecimento que tem da documentação publicada sobre este período, assim como a sua capacidade analítica e facilidade argumentativa, constituíram para nós, pessoalmente, um salutar desafio e a chamada à reflexão sobre questões a propósito das quais, até então, apenas ligeiramente nos tínhamos debruçado.

Apesar do esforço genuíno de alcançar consensos feitos a partir da apresentação dos dados e do debate de ideias, há que reconhecer, com toda a naturalidade, que nem sempre tal desígnio é atingido. Mas são estas trocas de argumentos que possibilitam aproximações em temas que, até anteriormente, eram improváveis. Deve ter-se em conta que as fontes de que dispomos são muito lacunares e, mesmo quando se conservaram – sobretudo até meados do século X –, não raras vezes são imprecisas ou de genuinidade controversa. Será indispensável unir pontas, cerzir indícios, avançar com hipóteses e evocar contextos que justifiquem os enunciados. Criar um fio condutor nem sempre é fácil e, mesmo quando tal se concretiza, outro tipo de argumentos pode tornar válida uma hipótese alternativa. Mas é deste modo que a ciência se afirma e o conhecimento histórico avança, nomeadamente em períodos de tão parca e condicionada informação documental.

¹ Salientamos os seguintes: ALARCÃO, Jorge de – *In territorio Colimbric: lugares velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2004; ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: A montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008; ALARCÃO, Jorge de – *Do Douro ao Mondego, de Afonso Magno a Almançor*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património, 2019.

A propósito, vale a pena recordar o que, no nº7 da *Medievalista online*, escreveu o Professor Doutor José Mattoso acerca do desafio que constitui a utilização de certos documentos do *Liber Testamentorum*, do mosteiro de Lorvão: “as evidentes dificuldades de interpretação resultantes de problemas levantados pela crítica de autenticidade atemorizam a maioria dos investigadores modernos que tentaram servir-se dele”. Ao fazer a revisão crítica da edição do cartulário laurbanense, levada a efeito pelo Centro de Estudios e Investigación ‘San Isidoro’, José Mattoso deixa-nos uma nota optimista que, simultaneamente, pode ser interpretada como directiva:

“Com efeito, esgotados, porventura, os recursos analíticos, creio ser ainda possível avançar de alguma maneira o conhecimento histórico que é, afinal, o objectivo fundamental da abordagem das fontes enquanto testemunhos do passado. Ou seja, na minha opinião, é preciso ainda...proceder a um encontro entre os dados fornecidos pela análise, não como objecto em si mesma, mas como indicadores de factos significativos em termos históricos”.

Referia-se José Mattoso aos estudos de contexto, nomeadamente a factos políticos, a factos da história monástica e à história da ocupação humana do território. No seu entender,

“a síntese não é apenas o resultado da conjugação de dados fornecidos pela análise, mas um passo mais no processo de conhecimento global do passado, pois convida a verificar, num segundo tempo de análise, interrogações que a comparação dos dados sugere e que podem ou não confirmar as hipóteses nascidas da própria comparação”².

É nesta perspectiva que procuramos reflectir sobre a cronologia de dois documentos de excepcional relevância, inseridos no *Liber Testamentorum*, tentando contextualizá-los e extraíndo daí conclusões sobre o seu significado à luz da história da expansão astur-leonesa na fronteira demarcada entre Viseu e Coimbra.

² MATTOSO, José – «Recensão: Nascimento, Aires A.; e Fernández Catón, José M. (eds.) – *Liber testamentorum coenobii laurbanensis (estudios)*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”». *Medievalista online* [Em Linha] 7 (2009). [Consultado a 4 Dezembro 2021]. <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/350/340>

I. Na pista do príncipe Bermudo Ordonhes³

[911].09.28 – Confirmação régia da “uilla” denominada Vila Cova, adquirida por presúria, cujo anónimo concessionário fica obrigado perante Ordonho de, à data da morte, ceder a respectiva posse a favor do mosteiro de Lorvão⁴.

Este documento aparece referenciado pelo cartulário como “*Testamentum de uilla de Ydriz et de suo seruo nomine Picon*”, título este que tem gerado alguma confusão. Para além disso, a sua data foi adulterada. Nos *Portugaliae Monumenta Historica* aparece datado entre 850-856 e, na edição leonesa do *Liber Testamentorum* são-lhe apontadas, com interrogação, as datas alternativas de 811 ou 911. Nesta última publicação anota-se a principal bibliografia respeitante ao documento, surgida até à data da edição, e são feitos diversos comentários analíticos⁵. Em nosso entender, a data crítica do diploma original corresponderia a *28 de Setembro de 911*. Aliás, a mesma opinião já antes de nós tinha sido considerada por Rui de Azevedo, Pierre David, Nelson C. Borges, Mário de Gouveia e Jorge Alarcão⁶.

Vejamos mais de perto as razões que levam a concluir por aquela data. Na transcrição do cartulário falta apenas um C na parte correspondente às centenas, o qual se percebe ter sido deliberadamente rasurado. Deve, assim, corrigir-se a

³ Siglas utilizadas: BF – *Le cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI^e-XIII^e)*; CDMC – *Colección diplomática del Monasterio de Celanova (842-1230)*; DC – *Portugaliae Monumenta Historica...: Diplomata et Chartae*; INQ – *Portugaliae Monumenta Historica...: Inquisitiones*; LF – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*; LP – *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*; LT – *Liber testamentorum coenobii laurbanensis*; TA – *Tumbo A de la Catedral de Santiago*; TB – *Tumbo B de la catedral de Santiago*.

⁴ LT 47 = DC 3.

⁵ LT, pp. 476-477 e 665-666.

⁶ AZEVEDO, Rui de – *O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*. Lisboa: Bertrand, 1933, pp. 17 e 24-25; DAVID, Pierre – “Les saints patrons d’églises entre Minho et Mondego jusqu’à la fin du XI siècle”. *Revista Portuguesa de História* 2 (1943), p. 246; BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade, das origens a 1737*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002, vol. I, p. 69; GOUVEIA, Mário de – *O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense: Os Anais de Lorvão e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XII)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008. Dissertação de Mestrado, p. 36; ALARCÃO, Jorge de – *In territorio Colimbrie*, p. 19 e p. 91. Estranha-se, assim, a hesitação manifestada pela edição crítica do cartulário, a respeito da data deste documento: 811 ou 911 (cf. LT, pp. 476 e 665). Deve alertar-se, ainda, para a circunstância de a numeração de Rui de Azevedo não coincidir com a da edição leonesa, dirigida por J. M^a Fernández Catón e Aires A. Nascimento. No primeiro caso o diploma aparece com o n^o 46 e na edição crítica tem o n^o 47, por se incluir como n^o 1 o texto do cronicão.

datação como segue: *Facta carta notum die IIII kalendas octobris. Era DCCC[C] XLVIII^a* (X aspado na casa das dezenas).

A análise das subscrições aponta-nos também para um curto período, situado entre 911/912. Na verdade, a biografia conhecida dos intervenientes neste acto oferece-nos as seguintes balizas: Ordonho, rei na Galiza (911-914); Nausto, bispo de Coimbra (867-912); Froarengo, bispo do Porto (890?-918); Juvarius, provável bispo de Lamego (911); Recaredus, bispo de Lugo/Braga (893-924); Savarigus, bispo de Mondoñedo/Dume (909-924)⁷. Esteve ausente o bispo de Viseu, que em 911 deveria ser Gomado, segundo Carriedo Tejedo⁸.

Confirmada a estreita amplitude cronológica resultante da análise dos subscritores do documento (911/912), desde logo se dá conta de um anacronismo introduzido no conteúdo interno, quando o escriba refere S. Mamede e S. Paio como santos patronos do mosteiro. Foi Pierre David que sugeriu existir um problema no caso de S. Paio, dado que o seu martírio apenas aconteceu a 26 de Junho de 925⁹. Como já tem sido adiantado por outros autores, esta seria mais uma prova da falta de rigor nas transcrições do notário laurbanense. Ele teria usado aqui a citação dos oragos em vigor no seu tempo (século XII), sendo que apenas S. Mamede corresponderá à primitiva dedicação da igreja conventual. No entanto, Nelson Correia Borges, apoiado em iconografia e documentação de época moderna, pertencentes ao próprio mosteiro, defende que este S. Paio será antes o mártir da Ístria, do século III d. C.¹⁰. O problema é que tais informações são colhidas em testemunhos pós-medievais e, por sua vez, este santo não consta em qualquer fonte hagiográfica da Hispânia romana e visigoda, nem mesmo nos calendários moçárabes.

⁷ J. M^a Fernández Catón confunde Savarigo de Mondoñedo (909-924) com o bispo homónimo de Viseu, que é mais tardio e, portanto, incompatível com a data do documento (cf. LT, p. 477).

⁸ O bispo Gomado está documentado entre 897 e 912, tendo resignado antes de 915, quando aparece substituído por Anserico. Seria já muito idoso em 911, podendo a sua ausência derivar de motivos de saúde. Sobre o episcopologio do noroeste peninsular, *vide* CARRIEDO TEJEDO, Manuel – “Los episcopologios portugueses en los siglos IX-X, através de dos obispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927), y su situación a comienzos del siglo XI”. *Bracara Augusta* 48 (1998-1999), pp. 311-401.

⁹ DAVID, Pierre – “Les saints patrons d’églises entre Minho et Mondego jusqu’à la fin du XI siècle”, pp. 244-248

¹⁰ BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, pp. 58-59.

Uma prova irrefutável da data atribuída – 28 de Setembro de 911 – é a circunstância de ela coincidir, precisamente, com o dia da célebre “*Congregatio Magna*” de Aliobrio, em que o jovem monarca se reuniu com “*omnes Episcopi, Comites, et Capitanei territorio Galeciensi*”. Esta Curia Régia teve lugar na bacia do duriense, às portas da *Stremadura* beirã e num momento em que a governação do recém-criado reino “*Galeciensi*” se defrontava com a necessidade de articular a administração das duas grandes zonas, a norte e a sul do rio Douro, que de ora em diante passaram a integrá-lo. O único testemunho até agora conhecido, sobre os temas aí tratados, é de âmbito muito parcial. Trata-se apenas da demarcação dos limites do bispado de Dume, a respeito da qual existia uma carta autógrafa no arquivo da Sé de Braga e transcrita no *Liber Fidei*¹¹. É compreensível que tal diploma tenha ido parar ao cartório de Braga, por se relacionar com a confirmação do senhorio dumense. Naturalmente, estariam na ordem do dia outros temas, nomeadamente os relativos à defesa e ao povoamento da fronteira das Beiras. Mas perdeu-se praticamente tudo, com excepção, também, do documento que agora estamos a analisar. Ele é nada mais, nada menos, que a confirmação régia feita a determinado magnata, de uma propriedade sita em zona estratégica da fronteira do Mondego e recentemente tomada por presúria. A designação coeva de “Porto de Ladrões” para o lugar onde se situava a *Uilla Coua* estará relacionada com a instabilidade que se vivia nesta faixa territorial, numa altura em que Coimbra ainda sofria grande exposição a ataques inimigos. Aliás, a fragilidade dessa zona, numa época em que as autoridades islâmicas continuavam a desencadear algaras punitivas e pilhagens, veio a ser replicada mais tarde e num outro contexto, quando no tempo de Almançor uma horda de meliantes, vindos de Condeixa, atacou o mosteiro de Lorvão¹². O copista laurbanense omitiu ostensivamente o nome do tal magnata agraciado pela confirmação régia, mas ainda no século XII o respectivo original se conservava no cartório monástico, sendo transcrito para o cartulário com algumas deturpações. Apenas por dizer respeito a um bem fundiário de excepcional notoriedade, cuja posse o mosteiro sentia necessidade de legitimar, é que se decidiu incluir a sua cópia. Ora, a carta autógrafa não era mais do que a pública-forma de um dos actos régios que ocorreram durante a referida Cúria, à semelhança do que, também em separado,

¹¹ LF 19.

¹² LT 71.

sucedeu com a cópia da delimitação do termo de Dume. E, acrescente-se, alguns dos subscritores até são comuns aos dois diplomas. A não sobreposição de todos eles explica-se pelo facto destes documentos não constituírem qualquer acta da reunião curial, mas, tão somente, corresponderem a extractos de decisões aí tomadas e das quais se passou registo particular, com endereçamentos diferenciados. Mesmo assim, o número e o nível de subscritores da confirmação régia da *Uilla Coua* demonstram tratar-se de um destinatário de estatuto superior.

O diploma em causa diz respeito à ratificação do usufruto pleno, por uma vida, da “*Uilla Coua ad portu de Latrones*”, feita pelo futuro rei Ordonho II, recém-aclamado senhor da grande Galiza em consequência da divisão do reino leonês, após Afonso Magno ter sido obrigado a resignar. Mas, como acima se disse, a cópia do cartulário omitiu o nome do concessionário. Todavia, em duas ocasiões ele é citado genericamente pelo monarca (“*tui serui*”, “*uita tua*”), que lhe impõe o compromisso de, após a sua morte, deixar ao mosteiro de Lorvão a posse plena dessa herdade. Mais adiante, veremos quem terá sido o destinatário do documento, cujo nome foi suprimido deliberadamente pelo copista.

Para sustentar o nosso raciocínio e dada a complexidade do texto – por estar escrito em latim medieval e conter imprecisões de transcrição – apresentamos a tradução da sua parte mais significativa:

“Em nome do Senhor. Ordonho rei, Saúde Eterna no Senhor. Na verdade (*quidem*) não existe dúvida, pelo contrário isso (*sed...eo*) permanece bem conhecido (*notissimum*) de muitos, de que apresuraram (*prenderunt*) a *uilla* do teu servo chamado Picon, e eu, Ordonho, [confirmando-te] a *uilla* denominada Vila Cova ao Porto de Ladrões, que obteve (*quod obtinuit*) Ydriz, com suas paredes e seus lugares (*uiciis*, no sentido de “casais” ou “aldeias”) e termos antigos, e com toda a sua coisa útil (*prestantia*) tudo o que aí está disponível (*adprestitum*) aos homens. Assim, que desde o presente dia e do tempo segundo o qual a apresuraram (*eam preserunt*) ao teu servo (*tui serui*) [determino que] a possuas com firmeza em vida tua, por nossa concessão (*de nostro dato*), e depois da tua morte, aquela *uilla* e aquele servo que acima se repete, fique posteriormente parte (*post parte*) do mosteiro de Lorvão em honra de S. Mamede e S. Paio, para remédio da nossa alma e de nossos pais de santa memória. Cujo juramento confirmo por Deus Pai Todo Poderoso, de que nunca estarei (*nunquam ero*) contra este meu acto para o

quebrar (*ad inrumpendum*). E além disso todo aquele que (*Et insuper quantum*) [contra isto] atentar compense em quaduplicado...”.

Este documento é extremamente relevante, pois, para uma época ainda demasiado precoce, dá-nos conta do modo como se ia processando o povoamento estratégico da fronteira recém-ocupada por forças cristãs. No vertente caso, tratava-se de homologar o desfecho de uma presúria particular, levada a cabo pelos homens de um magnata, acaso um nobre senhor com relação próxima ao próprio monarca. Independentemente do estatuto da pessoa em causa e da sua, maior ou menor, proximidade ao Rei, a legitimação de um acto de presúria passaria, antes de mais, pela confirmação da autoridade régia. E terá sido esta a razão primordial do diploma.

A dada altura do documento é referido um servo, de nome *Picon*. Nada mais se diz a seu respeito, podendo pensar-se que se trate do antigo proprietário ou, então, do responsável pelo maneio da terra que certos homens apresuraram (*quod preendiderunt*) e que aí se manteve na condição de servo. Deveria ser alguém vinculado à mesma terra pelo trabalho, já presente na herdade antes da presúria. O facto de ser citado apenas este nome numa herdade que, para ser explorada, deveria exigir múltiplos servidores, pode significar que seria ele o mais destacado em Vila Cova, dono de terrenos que foram alvo da presúria e reduzido à condição de servo na sequência desta última.

Outro interveniente citado no diploma é um tal Idris, que, em nosso entender, foi o autor material desta presúria (“*Uilla Coua...quod obtinuit Ydris*”). Tê-lo-á feito em nome do anónimo senhor da *uilla* ou, como alternativa, em nome próprio e tendo posteriormente cedido a respectiva posse ao nobre destinatário da carta. Porém, estamos em crer que se tratará da primeira hipótese, dado que a homologação da presúria exigiria confirmação régia e esta encontra-se passada em nome do desconhecido magnata e não de Idris.

Mas vamos ver quem deverão ser eles, o novo dono da *uilla* e este tal Idris, seu presumível auxiliar. O desvendar deste enigma começou a dever-se à argúcia de

Jorge Alarcão que, em *In territorio Colimbrie*, lançou uma primeira hipótese. De acordo com o que aí propunha, tratar-se-ia da presúria efectuada por “servos” de Diogo Fernandes, sobre uma propriedade que havia pertencido a Idris¹³. Independentemente das imprecisões que subsistem nesta interpretação, ela constituiu um passo importante para o posterior esclarecimento da identidade do destinatário da escritura de confirmação lavrada pelo rei Ordonho. O avanço seguinte foi dado muito recentemente, pelo mesmo investigador, numa nota inserida no seu estudo *Do Douro ao Mondego de Afonso Magno a Almançor*, como segue:

“DC 3 [= LT 47] é um documento muito estropiado que nos parece dever interpretar-se como doação da *villa* de Ydriz pelo príncipe Ordonho a Bermudo [Ordonhes]. Não figura no documento o nome do donatário; mas a *villa* doada, *Villa Cova ad portu de Latrones*, parece-nos ser aquela mesma Villa Cova que D. Onega doa ao mosteiro de Lorvão em 928, em cumprimento das últimas vontades do príncipe Bermudo, recentemente falecido (DC 34). No documento de Ordonho, a doação é feita com a condição de o donatário, por sua morte, doar a *villa* ao mosteiro laurbanense”¹⁴.

Na verdade, o diploma de 928 mais não é do que a satisfação do compromisso assumido por Bermudo Ordonhes em 911, sendo encarregados do seu cumprimento, *post mortem*, a condessa D. Onega e seus quatro filhos, numa cerimónia confirmada por Ramiro, rei em Viseu, três bispos regionais e diversos membros da aristocracia local¹⁵. Nesta estimulante proposta de Jorge de Alarcão apenas mantemos reservas quanto ao papel desempenhado pelo tal Idris, “*quod obtinuit*” a dita vila.

Quanto ao documento de 911, pode concluir-se que não foi seu destinatário o abade de Lorvão, como interpretam os autores da edição crítica do cartulário¹⁶. Se assim fosse, em princípio, os termos seriam diferentes: deviam estar mencionados concretamente o suposto abade e, também, os monges ou o mosteiro. E nesse caso

¹³ ALARCÃO, Jorge de – *In territorio Colimbrie*, pp. 19-20 e p. 91.

¹⁴ ALARCÃO, Jorge de – *Do Douro ao Mondego, de Afonso Magno a Almançor*, pp. 35-36, n.12.

¹⁵ LT 33. No documento sublinha-se que a entrega de Vila Cova ao mosteiro de Lorvão é feita “*pro anima dominissimi nostri domini Ueremudi, dive memorie*”.

¹⁶ LT, pp. 476-477.

não haveria razões para o escriba omitir nomes. Além do mais, o mosteiro aparece aqui como beneficiário em segunda instância, pelo que o beneficiado directo – o verdadeiro destinatário do diploma – terá que ser outra entidade.

Também não foi seguramente Idris, como queria Rui de Azevedo¹⁷ e aceitam vários autores, pois o benefício régio é concedido a título vitalício, a alguém que não este personagem. A maneira como ele é referido no documento, com a conjugação do verbo na 3ª pessoa, não corresponde ao modo “coloquial” que é usado em relação ao destinatário: “*tui serui*”, “*abeas*”, “*uita tua*”. Deve sublinhar-se que a alusão à posse da *uilla*, adquirida por intermédio de Idris, é apresentada no pretérito e na 3ª pessoa do singular: *obtinuit*. Mas ao falar-se da presúria, o mesmo texto usa o plural (*prendiderunt*), circunstância que interpretamos como referindo-se a uma acção envolvendo terceiros. E, neste caso, o mandante da presúria.

Esse tal Idris será, muito possivelmente, o senhor da *uilla de Idrizes*, em S. Pedro do Sul, onde se fixou o clã lafonense. Pensamos isto devido à raridade e dignidade do respectivo nome, assim como à proximidade geográfica dessa herdade relativamente à *uilla Iben Ordonis* – hoje Bordonhos – e às Caldas de Lafões; ou seja, ao local onde Bermudo Ordonhes terá habitado e ao sítio que ele frequentava para banhos termas¹⁸. A escassos 2 Km do lugar de *Idrizes* (hoje Drizes), o príncipe asturiano terá mandado construir o templo de S. Martinho do Banho, como pode inferir-se do invulgar fragmento de ajimez aí conservado; o modelo é raro e pode encontrar-se nas Astúrias, em San Salvador de Valdedios (**Fig. 1**). E em Drizes existe ainda a “quinta da Torre”, o que também confirma ter havido uma habitação senhorial muito próximo das antigas termas. Este sítio faz parte da freguesia da Várzea, onde em 1258 é citada ainda uma leira que entestava “*in area veteri*”¹⁹. Esta *uilla* altomedieval vem documentada no *Livro Preto* da Sé de Coimbra, logo em 1128²⁰ e situava-se na vizinhança imediata das Caldas de Lafões e a uma légua de Bordonhos. Acerca desta “*uilla Hydrizes*”, “*Heldrizes*” ou “*Eldrizes*” existem mais três

¹⁷ AZEVEDO, Rui de – *O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*, pp. 24-25.

¹⁸ REAL, Manuel Luís – “O castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões”. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património* 12 (2013), pp. 212-217.

¹⁹ INQ 1258: 899^a.

²⁰ LP 63 e 479.

documentos no *Baio Ferrado*²¹, datados de 1150 e 1158. Robert Durand não a soube localizar, apesar do conteúdo de tais diplomas se associar à terra de Lafões²². Ligou-os erradamente a outros que falam de Aldriz, na freg. de Argoncilhe (Santa Maria da Feira). Ora, este último topónimo, assim como o de Alderiz, na freg. de Pias (Monção), terão uma distinta origem em “Alderigo” ou “Aldrigo”, um antropónimo de etimologia germânica.



Fig. 1 – Sobreposição do fragmento de ajimez de S. Martinho do Banho com o de S. Salvador de Valdedios (Astúrias), devendo o do templo de S. Pedro do Sul possuir apenas dois arcos (Cl. do autor. Montagem gráfica: Cláudio Almeida).

“*Ydris*” é nome árabe, atribuído a um dos mais importantes profetas do Islão. Ele corresponde ao bíblico Enoch ou Enoque que, literalmente, significará “o sábio” ou “o iniciado”. Tal antropónimo anda também associado ao califado Idríssida, de Marrocos (788-974). O seu fundador, Mulei Idris ou Idris I, era neto de Ali e de Fátima, filha de Maomé. Expulso da Síria depois da derrota na batalha de Faqueque (787), na sequência de uma rebelião contra o califado Abássida, ele veio a refugiar-se em Volubilis. Em pouco tempo, tornar-se-ia rei de certas tribos do norte de Marrocos, onde, na esteira do que se dera no Andalus, criou o segundo estado muçulmano a emancipar-se de Bagdade. Durante o reinado do seu sucessor, Idris ibn Idris ou Idris II, é fundada a capital em Fez. Nesse mesmo período dá-se também, em Córdova, a célebre revolta do Arrabalde, levada a efeito pelos cristãos da cidade. A violenta resposta do emir Al-Hakam I, que capturou e mandou crucificar umas centenas de nobres e clérigos, levou a que parte da população moçárabe emigrasse para Alexandria e Creta. Mas cerca de oitocentas famílias terão passado também à

²¹ BF 71, 73 e 96.

²² Agradecemos a Daniel Melo a chamada de atenção para estes documentos e a confusão de Robert Durand.

Mauritânia, sendo acolhidas em Fez, onde lhes foi atribuído um bairro separado dos árabes. E pouco tempo depois chegaram mais 200 famílias de Cairuão, banidas pelos Aglábidas. Assim, surgiu aí uma sociedade de características muito peculiares, tendo as relações com a Hispânia passado a ficar desde então mais facilitadas, a partir de Fez. Um conhecido magrebino que usou o nome da linhagem idríssida e que manteve estreita relação com o Andalus, foi o historiador e geógrafo al-Idrisi (*Abu Abdullah Muhammad al-Idrisi*). No trânsito do século IX para o X, o reino marroquino viveu um período de guerra civil e encontrava-se acossado pelos fatímidas da Ifríquia. Estas circunstâncias poderão explicar a presença de um Idris refugiado na fronteira meridional da *Gallecia*, onde também estão documentados diversos topónimos que evocam a cidade de Cairuão (por ex. “Alquerubim”, cuja correspondência é aceite desde há muito tempo; ou “Queirã”, lugar conhecido na Idade Média por *Queyraa* ou *Quiroa*).

O antropónimo Idris é raríssimo na documentação astur-leonesa e, ao que nos é dado a conhecer, será único em território português. Tratando-se de um nome de linhagem aristocrática, é provável que a relação com Bermudo Ordonhes possa ser compreendida à luz de um qualquer antecedente associado à Corte deste príncipe asturiano. É oportuno lembrar que, segundo a *Crónica de Sampiro*, a sua resistência em Astorga, durante os sete anos que durou o golpe revolucionário contra o rei seu irmão (c.891-898), só terá sido possível graças ao apoio de forças árabes²³.

Este conjunto de dados faz pensar que também Idris possa ter sido um dos principais auxiliares do príncipe Bermudo, exilado em terra de Lafões. Apesar de cego, Bermudo Ordonhes contou com um grupo de fiéis apoiantes, entre os quais se destacavam Diogo Fernandes e sua mulher Onega²⁴, para além de vários descendentes dos condes Afonso Betotes e Vímara Peres. O clã lafonense terá sido formado num contexto de rebeldia contra a Corte ovetense, o que não o terá impedido de contribuir, desde logo, para uma reformulação do domínio senhorial

²³ QUINTANA PRIETO, A. – *La “Tiranía” de Bermudo, el Ciego, en Astorga*. Separata de *Archivos Leoneses*, nº 41. Leon: 1967; REAL, Manuel Luís – “O castro de Baiões”, pp. 209-211.

²⁴ A condessa Onega tem sido considerada, por alguns, como sobrinha do próprio Bermudo e prima de Ordonho. Nelson C. Borges, decerto por confusão, considerou-a irmã de Bermudo Ordonhes (BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, p.70). Acerca das opiniões sobre a filiação de Onega, vide MATTOSO, José – *A nobreza medieval portuguesa*. Lisboa: Ed. Estampa, 1981, p. 137.

na fronteira beirã. Após o desaparecimento de Afonso Magno e através da acção congregadora de Ordonho II, os seus membros acabarão por se integrar activamente no processo de consolidação da monarquia astur-leonesa nestas paragens. O papel tutelar do príncipe Bermudo ao longo de três décadas (c. 898-928), apesar do desaparecimento de quase toda a respectiva base documental, parece ter sido relevante na zona de Lafões e, mesmo, no médio Mondego²⁵. É em torno dele e de Ordonho II que se devem as primeiras referências seguras de um patrocínio em favor do mosteiro de Lorvão. Aliás, a aceitar-se a superior responsabilidade de Bermudo na presúria da *uilla* de Vila Cova – a mais importante e uma das primeiras herdades documentadas na área nuclear da casa monástica – dificilmente se pode rejeitar a ideia de ele estar associado à (re)fundação do cenóbio laurbanense.

Entre as propriedades mais próximas do mosteiro, do lado do Mondego, contam-se três *uillae* pertencentes a diversos herdeiros e que, aos poucos, os monges de Lorvão foram adquirindo. E os homens que exploravam estes domínios envolveram-se em litígios, por mais do que uma vez, sobre os respectivos limites territoriais. As áreas em conflito eram as seguintes:

– a citada *Vila Cova*, que Rui de Azevedo pensou centrar-se na Granja do Rio, é considerada com maior probabilidade em Cheira, por Nelson C. Borges, baseado em vários assentos pertencentes ao próprio mosteiro; a localização a meia encosta é, inclusive, mais conforme à tendência de fixação das populações na época conturbada que estamos a tratar; mas a propriedade estendia-se pelas duas margens da várzea, com o seu porto; de acordo com uma informação coeva, a baliza meridional confrontava com os vilares de Oliveira e Louredo, já na margem esquerda do Mondego; pensamos que a primitiva Vila Cova era, antes da presúria, mais ampla e especialmente concentrada na

²⁵ O rápido expansionismo de Bermudo, de Lafões para a bacia do Mondego, é acompanhado de uma iniciativa paralela por parte de Diogo Fernandes e Onega. Como bem anota Nelson C. Borges, referindo-se ao ilustre casal, “tudo leva a supor que se estabeleceram na zona de Penacova, sendo os prováveis fundadores de Gondelim” (BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, 71). Esta propriedade terá sido herdada por sua filha Múnia. E o irmão desta, o conde Ximeno Dias, veio a desempenhar funções judiciais na área de Penacova. Sobre o papel desempenhado por Diogo Fernandes e seus filhos no povoamento dos vales do Vouga e do Mondego, assim como em direcção ao Douro, vide REAL, Manuel Luís – “O papel das elites na definição progressiva do território: A sua presença na senhoriação da «Fronteira Beirã» (séculos IX-XI)”. In TENTE, Catarina (ed.) – *Do Império ao Reino: Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal, 2018, pp. 314-318.

margem norte; mas terá sido repartida nessa altura, continuando uma parte ainda afecta a herdutores independentes, por acordo firmado na ocasião;

- a segunda parcela, igualmente denominada *Vila Cova*, será a que continuou na posse dos herdutores alodiais; confinava com a anterior, pela margem direita do Mondego e, ao incluir a zona de implantação do castelo roqueiro, passou a ser conhecida como Penacova; é possível que os moradores deste segundo quinhão da Vila Cova explorassem também a excelente várzea que lhe ficava em frente, para os lados da Azenha do Rio; só assim se explica a citação de ambas as Vilas Cova, quando o conde Ximeno Dias presidiu à demarcação da linha divisória que as separava, já a sul do Mondego;
- do outro lado do rio, existia também a vila de *Alquinitia*, que tinha a ela associados os vilares de Louredo e Soutelo (freg. de Arrifana); segundo J. Silveira, citado por Rui de Azevedo, ainda havia na zona a reminiscência do nome “Alcaniz”; e um documento de 1180, referente ao “couto de Seira”, apresenta nos seus limites a “serra de Alquinicia”²⁶, que deve ser a actual serra do Carvalho, na fronteira entre os concelhos de Coimbra e Vila Nova de Poiares²⁷.

É de recordar que, na vizinhança desta herdade, ficava ainda a *uilla* de Algaça, de que o rei Ordonho II fez testamento ao mosteiro de Lorvão, possivelmente em 917²⁸. Ainda hoje os moradores designam “Travessa de Algazala” a uma das artérias do lugar²⁹, na forma como o topónimo é referido em quatro documentos do século X. A data do LT 41 foi rasurada e, depois, refeita parcialmente. Houve uma mão posterior que, de modo deliberado, reformulou a datação de vários diplomas tresladados para

²⁶ AZEVEDO, Rui de – *O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*, p. 25 e p. 36.

²⁷ A referência a Louredo, em documentos alusivos tanto à vila de Alcainça, como à vila de Algaça fariam supor que estas formavam uma única herdade. Porém, a dúvida desaparece em LT 42, que as menciona em simultâneo. A norte e na proximidade do cenóbio laurbanense ficavam também as *uillae* de Cãcomes, Figueira, Larçã, Sazes e Vilar Telhado, mas elas apenas estão documentadas na segunda metade do século X (LT 2, 32 e 48). É ainda de assinalar que numa das ditas Vilas Cova irá surgir um outro mosteiro, provavelmente na dependência de Lorvão (DC 178 e 179; LT 37).

²⁸ LT 41.

²⁹ Edital n.º 20/2016 do Município de Vila Nova de Poiares: *Toponímia da freguesia de Arrifana*, Junho de 2016, p. 13. Disponível em http://cm-vilanovadepoiars.pt/images/areas-de-acao/cartografia_sig/total-Arrifana.pdf.

o cartulário³⁰, relativos especificamente a Ordonho e a alguns personagens ligados ao clã de Lafões³¹. No caso da doação de Algaça, no espaço da data é nítida a eliminação de um C e é possível que, na reconstituição da parte rasurada, tenha sido reescrito um X, em vez de um L (fol. 27r). Em nossa opinião, a data do original seria “Era. DCCCC.LV”, ou seja, o Ano de 917, condizendo precisamente com o reinado de Ordonho. Entre as subscrições originais – as da primeira coluna – contam-se a de Guterre Mendes e a de um tal “*Domnus Garseanus*”. Neste último caso não se trata do rei Garcia, como já alguém aventou, pois este havia falecido antes de 914. É um seu homónimo, que juntamente com Guterre Mendes, aparece a subscrever outros documentos de Ordonho, em 915 e 920³². E é possível que seja o mesmo *Garsea Patroniz* que figura no testamento do próprio Guterre Mendes³³. Confirmando a cronologia relativamente precoce do diploma, deve assinalar-se que a doação régia da *uilla* de Algaça é feita “*uobis Iusto abba*”, ou seja, ao prelado que figura como primeiro abade do mosteiro (“*Inprimis [I]ustus abba*”), na lista que o escriba inseriu no chamado “*Chronicon Laurbanense*”.

Defendemos a (re)fundação desta casa monástica nos primeiros anos do século X, no que apenas ligeiramente diferimos de Rui de Azevedo, quando admite ainda possível o último quartel da centúria anterior: “só a partir de 907 ou, com mais segurança, de 911 há documentos sobre o mosteiro de Lorvão, os quais denunciam a existência já em tempos anteriores, mas de forma alguma nos autorizam a recuá-la para além de 878”³⁴. Confirmada a falsa antiguidade de diplomas que aparecem fraudulentamente datados de um período anterior à presúria de Coimbra, também nós julgamos necessária a revisão da data do LT 19, de que o próprio Rui de Azevedo apresenta 907 como possível, embora pouco segura. É o que tentaremos corrigir na segunda parte deste trabalho.

³⁰ Rui de Azevedo, sem questionar os motivos destas falsificações, é de opinião que tais fraudes foram praticadas já no *scriptorium* alcobacense (AZEVEDO, Rui de – *O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*, p. 11). Temos dúvidas a esse respeito.

³¹ Nomeadamente LT 19, 41, 47, 49; e talvez ainda o LT 48. Relativamente ao LT 19, estamos-nos a referir ao *comes* Teodorico, de que trataremos mais adiante.

³² TA 28 e 32.

³³ CDMC 23.

³⁴ AZEVEDO, Rui de – *O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*, pp. 22-23.

Diga-se, entretanto, que esta nossa opinião em nada contradiz a possibilidade de uma origem mais antiga do povoamento de Lorvão e da própria casa religiosa, como quer Nelson Correia Borges³⁵. Para além de várias peças de origem romana aparecidas na povoação e até dentro do mosteiro³⁶, é bem provável que possamos identificar o lugar como a sede da paróquia sueva *Lurbine*³⁷. Ao *Parochiale* suevo tem sido atribuída uma cronologia entre 572-582 d. C.. Embora com todas as cautelas, pode ainda ser considerada verosímil uma nota de Fr. Bernardo de Brito extraída de “hum livro de óbitos muy antigo da própria casa”, segundo a qual, faleceu a 10 de Abril o “*venerabilis Lucentius primus quondam Abbas Laurbani, postea vero ad episcopatû Colimbribensis civitas assumptus*”³⁸. A data da morte de Lucêncio teria ocorrido no ano 580. Ainda segundo outra nota transcrita por Brito, a sagração do templo monástico ocorreu a 20 de Maio, data a que Nelson C. Borges não deixa de acrescentar alguma dúvida – “a ser verdade...” – e corrige para 29 do dito mês³⁹.

Já não podemos concordar com a cronologia atribuída ao fragmento de friso que se encontra reutilizado na parede sul da torre sineira⁴⁰. Tal peça foi considerada como visigoda, mas não pode ser anterior ao século IX. Em recente estudo sobre a escultura dos moçárabes de Coimbra, pensamos ter demonstrado concludentemente que tal friso se insere numa corrente artística que emergiu já após a invasão árabe, perto do final da primeira centúria de domínio islâmico. Pertence a um grupo artístico muito pujante e coerente, que se difundiu no seio da diocese coimbrã e cujo período áureo de produção coincide com os finais do século VIII e, especialmente, todo a centúria seguinte. Este movimento colhe distantes influências itálicas e apresenta-se com bastante originalidade do ponto de vista plástico e no desenho ornamental. O que mais surpreende é que ele evidencia uma deliberada autonomia programática, tendo em conta o contexto sociopolítico em

³⁵ BORGES, Nelson Correia – “Lucêncio, bispo de Conímbriga, e as origens do Mosteiro de Lorvão”. *Conímbriga* 23 (1984), pp. 143-158; BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, pp. 49-65.

³⁶ A mais significativa é a *tabula* em calcário, do século I d.C., de *Gaius Velerius Iulianus* (Museu Nacional de Arqueologia – nº inv^o E 5516). Merece também ser mencionada uma ara romana.

³⁷ FERNANDES, A. de Almeida – *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*. Sep. do *Arquivo do Alto Minho*. Viana do Castelo: Viúva de José de Sousa, Filhos Lda., 1968, pp. 100-101.

³⁸ BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade*, vol. I, p. 55.

³⁹ BORGES, Nelson Correia – “Lucêncio, bispo de Conímbriga”, p. 146.

⁴⁰ BORGES, Nelson Correia – “A pedra visigótica do Mosteiro de Lorvão”. *Mundo da Arte* 13 (1983), pp. 57-58; BORGES, Nelson Correia – “Lucêncio, bispo de Conímbriga”, pp. 155-156.

que se encontravam as várias comunidades cristãs da região⁴¹. A escultura de Lorvão mostra-se perfeitamente integrada nos padrões dessa corrente: friso esquemático com um ramo de videira exibindo cachos de uvas e gavinhas, mas sem folhas; e encordoados paralelos, entre dois filetes lisos, a servir de orlas ao motivo central (**Fig. 2**). Todavia, existem dois detalhes que singularizam esta peça face à maioria das produções da corrente em que se integra. Em vez do calcário de boa qualidade, tão frequentemente usado na região e nessa época, este friso foi lavrado numa pedra “de mármore cinzento escuro com veios esverdeados, proveniente, com toda a probabilidade, das pedreiras das proximidades de Sazes de Lorvão, nas faldas do Buçaco”⁴². Por outro lado, enquanto na totalidade dos exemplares conhecidos os cachos de uva aparecem envolvidos por uma orla rígida, aqui esta última encontra-se praticamente ausente. O encapsulamento dos bagos de uva é uma marca distintiva da matriz inspiradora da arte coimbrã dos séculos VIII-IX. Trata-se de um detalhe formal claramente importado do exterior e que caracteriza as produções mais genuínas deste grupo. O desaparecimento das orlas rígidas – de que apenas é perceptível um tímido esboço no primeiro cacho do lado esquerdo – constitui para nós um possível indício do carácter relativamente tardio desta peça, que, sem custo, situaremos no início do século X. Aliás, entre a vasta série de esculturas conhecidas, não será a única mais evoluída e que dobra a centúria. Tal cronologia bate certo com o momento de intervenção de Bermudo Ordonhes e do seu sobrinho, o rei Ordonho II. Ela é em tudo compatível com a data crítica atribuível aos documentos mais antigos do cartulário e, bem assim, com o cálculo aproximado sobre o início da série abacial, tal como esta se apresenta no “*chronicon laurbanense*”.

Mais ainda, os santos patronos do mosteiro de Lorvão ajudam também a sustentar a origem relativamente recente do mosteiro, tal como já observava Rui de Azevedo. Quanto a S. Paio, é explicado o acréscimo desta invocação por iniciativa do autor do treslado, à luz do que seria usual no seu tempo. O martírio do santo cordovês apenas se deu no ano 925 e num pergaminho original que chegou até nós, datado do ano 998, ainda só se refere S. Mamede⁴³. Aliás, o próprio *Liber Testamentorum* inclui uma

⁴¹ REAL, Manuel Luís – “A ortodoxia romana dos moçárabes de Coimbra, através da escultura ornamental”. *Arqueologia Medieval* 15 (2020), pp.147-180.

⁴² BORGES, Nelson Correia – “Lucêncio, bispo de Conímbriga”, p. 155.

⁴³ DC 178.

série de diplomas apenas com a invocação deste santo. Nelson C. Borges, com base em anotações modernas inseridas em documentos do cartório das monjas cistercienses, aceita a possibilidade de se tratar de um outro S. Paio, originário da Ístria, que foi martirizado no século III d.C.⁴⁴. Todavia, esta hipótese confronta-se com a realidade da inexistência de quaisquer fontes hispânicas sobre o seu culto em época visigoda e, nos calendários moçárabes, o santo que aí figura é o mártir cordovês.



Fig. 2 – Friso alto-medieval do mosteiro de S. Mamede de Lorvão, reaproveitado na torre sineira (cortesia de Paulo C. Santos – Direcção Regional de Cultura do Centro).

Quanto a S. Mamede de Cesareia, apesar de relíquias suas terem sido colocadas em Santa Cruz de Poitiers, no século VI, a verdade é que “en España sólo aparece en calendários moçárabes, en la adición al Pasionario silense y en el sacramentario de este monasterio com una misa de latin muy tardío dependiente de la *Passio*”⁴⁵.

Estranhamente, o *Liber Testamentorum* não inclui qualquer informação acerca do fundador do cenóbio laurbanense. Era de esperar que, na selecção dos treslados, figurasse o documento fundacional, o registo do dote do fundador ou, pelo menos, o mais antigo privilégio real. Tal nunca é explicitado e, tendo em conta outras

⁴⁴ BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade*, vol. I, pp. 58-59.

⁴⁵ GARCIA RODRIGUEZ, Carmen – *El culto de los Santos en la España romana y visigoda*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1966, p. 197.

anomalias, Maria João Branco e Mário de Gouveia fazem avaliações assertivas sobre a conjuntura em que se deu a fixação dos textos no cartulário e chegam à conclusão de que, tanto os anais, como a selecção e o tratamento dos diplomas, obedeceram a objetivos ideológicos e propagandísticos⁴⁶. A escolha das notícias analísticas e a própria organização interna do códice revelam claras intenções de valorizar determinadas ocorrências e certas entidades, em detrimento de outras. No dizer de Maria João Branco, a sua feitura pressupõe uma verdadeira “agenda política”. E o momento escolhido para a elaboração do cartulário (c. 1120) teve, mesmo, uma motivação concreta. Ele segue-se à recuperação da autonomia do mosteiro face à Sé de Coimbra e surge para evocar a época mais pujante da instituição, salientando as personalidades que, no passado e no entender da comunidade, mais contribuíram para a sua riqueza e prestígio.

Torna-se perfeitamente claro que foi preocupação dos monges enfatizar o papel de Ramiro II e a acção de membros da linhagem conimbricense, herdeira do presor Hermenegildo Guterres. Apesar dos documentos régios mais antigos dizerem respeito a Ordonho II, eles foram remetidos para segundo plano e sofreram, até, mutações fraudulentas. É nosso entender que o pano de fundo de tais escolhas e da modificação do conteúdo de alguns documentos (deturpando datas, por exemplo, para invocar uma origem mais antiga e mascarar a identidade dos fundadores) prende-se com um conflito, ainda hoje pouco questionado, mas que parece ter existido entre as principais linhagens associadas ao movimento das Presúrias. E não

⁴⁶ BRANCO, Maria João – “Reis, condes, mosteiros e poderes: O mosteiro de Lorvão no contexto político do reino de Leão (sécs. IX-XII)”. In NASCIMENTO, Aires A.; e FERNÁNDEZ CATÓN, José M. (eds.) – *Liber testamentorum coenobii laurbanensis (estúdios)*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2008, pp. 27-80; GOUVEIA, Mário de – *O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense*, cit.; GOUVEIA, Mário de – “Apresentação de tese. *O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense: os “Anais de Lorvão” e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XII)*. Tese de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 2008. Orientação do Prof. Doutor José João da Conceição Gonçalves Mattoso e do Prof. Doutor Luís Filipe Llach Krus”. *Medievalista Online* [Em Linha] 8 (Julho-Dezembro 2010). [Consultado a 4 Dezembro 2021]. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/334/322>. DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.470>. Estes autores orientam as suas investigações na esteira de Luís Krus, que, no âmbito da respectiva prestação de provas de agregação, à Universidade Nova de Lisboa, apresentou em 1998 uma inovadora perspectiva sobre *A produção do passado nas comunidades letradas do Entre Minho e Mondego nos séculos XI e XII - as origens da analística portuguesa*, publicada postumamente em KRUS, Luís – *A construção do passado medieval. Textos inéditos e publicados*. Lisboa: IEM, 2011, pp. 235-258.

nos podemos esquecer, também, que o próprio Ordonho se tornou rei após ter destronado o pai, em conivência com seus irmãos. Ora, Hermenegildo Guterres foi o mais leal servidor de Afonso Magno⁴⁷. Para além do mais, ainda como príncipe e governador da *Gallecia*, foi Ordonho quem estabeleceu pontes com a Corte do arqui-inimigo de Afonso III, *Bermudo Ordonhes*, seu tio e irmão do rei. Bermudo encontrava-se exilado em Lafões com outro infiel, *Diogo Fernandes*⁴⁸, a quem o mesmo príncipe teve ainda a suposta “desfaçatez” de entregar ao seu cuidado a criação do terceiro filho, o futuro rei Ramiro. Diogo Fernandes estava ainda rodeado de alguns descontentes, da descendência dos condes Vímara Peres e Afonso Betotes, a quem Hermenegildo Guterres terá querido apoderar-se de territórios de que se sentiam com direito, como parece confirmar-se pela intitulação do conde Hermenegildo como “*comes Tude et Portucale*”, num documento de 899⁴⁹. Entre esses descendentes contavam-se *Hermenegildo Gonçalves* e *Rodrigo Tedones*, netos de Afonso Betotes; *Alvito Lucides*, neto de Vímara Peres e genro de Diogo Fernandes; e um irmão deste, *Teodorico Lucides*, que, como veremos a seguir, pode ter exercido temporariamente o cargo de conde de Coimbra, retirando a primazia à linhagem guterreana.

Deve recordar-se que Vímara Peres é desconsiderado no próprio *Liber Testamentorum* quando, na resenha analítica que fala da presúria de *Portucale*, surge citado apenas pelo nome, enquanto que Hermenegildo Guterres é

⁴⁷ É verdade que Ordonho estava casado com Elvira Mendes, filha do presor de Coimbra e mordomo-mor de Afonso Magno. E a união de Elvira com o príncipe herdeiro não pode deixar de ter significado. Porém, nestes e noutros casos, os matrimónios não querem sempre significar alianças firmes e, muito menos, a perenidade do alinhamento de interesses. Sem dúvida que, frequentemente, eles corresponderam a genuínos entendimentos familiares. Mas estas alianças matrimoniais, em outras ocasiões, não passavam de meras tentativas de pacificação, a qual se poderia vir a revelar precária. Será arriscado ver sempre, num casamento aristocrático, o início de uma relação estável de convivência, sem desencontros. É importante tentar perceber o contexto e em que momento ocorreram tais enlacs. E ter sempre presente que, com o tempo, a sua função política se podia esfumar. É o que se terá passado em vários matrimónios combinados entre as famílias Guterres, Betotes, Peres e Fernandes.

⁴⁸ Uma doação de Afonso III ao mosteiro de Sahagun parece aludir a Diogo Fernandes: “*in locum quod dicitur Saltum Subteriore uinnee in medio plano secus fluuio Nacegia, que fuit de Didaco et caruit illa per infidelitate* (VALDÉS GALLEGO, José Antonio – “La donación otorgada por Alfonso III a San Salvador de Oviedo en el año 908”. *Boletín del Real Instituto de Estudios Assturianos* 150 (1997), pp. 251-252, sublinhado nosso).

⁴⁹ SÁEZ, Emilio – “Los ascendientes de San Rosendo”. *Hispania* 8/30-33 (1948), p. 19; SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio – *Estudios sobre Galicia en la temprana Edad Media*. La Coruña: Fundacion Barrié de la Maza, 1981, pp. 517-529.

respeitosamente apresentado na qualidade de “*comes*”. Para além disso, é muito enigmática a referência à morte de Vímara Peres, em Vama, na presença do rei Afonso Magno. Vímara Peres, apesar de filho do fidelíssimo Pedro Theon, pertence já a uma geração que se encontrava em conflito com o rei, como o prova a revolta liderada por seu irmão, Hermenegildo Peres. Ora, sem entrar em detalhes deprimentes – como acontece noutras partes do cronicão –, o escriba pode ter querido evocar o assassinato de Vímara na presença do rei ou, pelo menos, lembrar uma morte desejada. É isso o que parece ter acontecido também com a seca referência à morte de Afonso VI, o rei que terá sido responsável pelo início da perseguição da comunidade moçárabe e que originou a submissão do mosteiro de Lorvão à Sé de Coimbra, pela mão do conde D. Henrique e logo a seguir à morte do alvazir Sesnando⁵⁰. De outro modo não se explica a escolha da notícia, já que o autor dos anais não sentiu necessidade de evocar a morte de outros personagens benquistos para a comunidade. Aludir à ocorrência da morte, simplesmente, funcionaria como a catarse de uma desgraça maior.

A elevação dada à figura de Ramiro II prende-se, por sua vez, com o reconhecido apoio que este veio a dar ao mosteiro, numa aliança perfeita com a nova linhagem patronal, sobretudo na pessoa do conde Gonçalo Moniz, bisneto do presor conimbricense. Ramiro nunca cortou os laços com o clã de Lafões, onde teve como irmã de leite a futura condessa Mumadona. No entanto, após receber em testamento a parte sul do reino da *Gallecia*, ele irá tomar diversas medidas de aproximação à família guterreana, aquela que poderia ser mais problemática no novo reino, dadas as antigas afinidades de Ramiro com a parentela de Diogo Fernandes. Quando se tornou rei em Viseu, ele casa-se com Ausenda Guterres, filha de Guterre Osores e Aldonça Mendes, e agrega auxiliares de governação oriundos de cada uma das facções: Ximeno Dias, que é citado com direito de precedência nos documentos, e Gonçalo Moniz, que devia então ser bastante jovem e aparece em segundo plano, como subscritor. Entretanto, Ramiro despacha Hermenegildo Gonçalves e Mumadona Dias para norte do Douro, em jeito de recompensa, mas também como forma de garantir o domínio territorial e assegurar a estabilidade no condado de

⁵⁰ Quanto à referência ao falecimento do rei Ordonho I, a razão pode ser diferente. Ela vem justificada logo a seguir, pela feliz notícia da unção do rei Afonso Magno.

Portucale. Ao ascender ao trono de Leão, Ramiro repudia Ausenda, sem aparente trauma para a estirpe de origem da rainha, e casará com Urraca Sanches de Pamplona. Deste modo, a sua hábil estratégia leva-o a procurar apoios na fronteira leste do Reino, ao mesmo tempo que estreita laços com a nobreza galaico-portuguesa. Merecem aqui destaque as boas relações que imediatamente procura estabelecer com o jovem bispo S. Rosendo – neto de Hermenegildo Guterres –, assim como a confirmação de Gonçalo Moniz como conde de Coimbra. Esta orientação de favor para com a linhagem guterreana e o condado de Coimbra, leva o conde Ximeno Dias, anos mais tarde, a consorciar-se com uma irmã de S. Rosendo, talvez na expectativa de alcançar ganhos pessoais numa zona em que, já anteriormente, havia exercido funções de relevo. Tal iniciativa não terá surtido o efeito desejado, pois a escolha régia veio a recair em Gonçalo Moniz. Porém, esta ligação acabou por enfeudar Ximeno na política seguida pela linhagem conimbricense, no âmbito das disputas pelo trono leonês, a ponto de vir a ser qualificado de *filius canis* por Ordonho III, o monarca apoiado pela sua família nuclear, a partir do solar vimaranense⁵¹.

A nosso ver, terão sido estas as razões de fundo que explicam o critério selectivo e a organização interna do *Liber Testamentorum*, bem como certas anomalias que podem ser consideradas fraudulentas. Tudo leva a crer que houve como que uma *damnatio memoriae* acerca da identidade do (re)fundador do mosteiro de Lorvão. Achamos muito provável que o renascimento do cenóbio laurbanense se tenha ficado a dever a um entendimento entre Ordonho II e seu tio, o príncipe Bermudo Ordonhes, numa época em que Coimbra ainda se mantinha em situação muito precária, face a sucessivas investidas muçulmanas⁵². Ainda em 907 o conde Guterres

⁵¹ CEBALLOS ESCALERA, Alfonso – *Reyes de Leon (30). Ordoño III 951-956, Sancho I 956-966, Ordoño IV 958-959, Ramiro III 966-985, Vermudo II 982-999*. Burgos: Editorial La Olmeda, 2000, p. 88.

⁵² Sobre esta matéria, ver o nosso recente estudo *A presúria de Coimbra de 878 d. C. e as pedras que ‘falam’ deste sucesso* (no prelo). Mário de Gouveia, decerto aproveitando a sugestão de Frei Justo Pérez de Urbel, sobre um possível refúgio de Bermudo Ordonhes em Coimbra, avançou com a hipótese de ele se ter refugiado nesta cidade do Mondego, antes mesmo da presúria e tendo-a facilitado mediante um pacto com Hermenegildo Guterres (PÉREZ DE URBEL, Fray Justo – “Jimenos y Velas em Portugal”. *Revista Portuguesa de História* 5/2 (1951), p. 478, nota 3; GOUVEIA, Mário de – “Hermenegildo Guterres e a presúria de Coimbra (séc. IX-X)”. In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.) – *Olhares sobre a História: Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 286-287). Todavia, considera que tal refúgio se deu após a fase de rebelião em Astorga, o que se revela impossível dado o desencontro cronológico. A revolta de Astorga inicia-se quase quinze

Mendes foi obrigado a acorrer em auxílio de Coimbra, na altura em que estava para nascer o seu segundo filho, o futuro S. Rosendo. O povoamento e a segurança do território, agora sob alçada cristã, exigiriam a implantação de uma forte comunidade em um lugar de 2ª linha, relativamente bem defendido, embora integrado nas zonas em disputa. Importava criar uma instituição capaz de dominar espiritualmente o território, captar vontades e congregar meios, contribuindo desse modo para estimular a presença de novos colonizadores e mobilizar as populações para a defesa das terras recentemente apresuradas. Pela sua singular posição estratégica, a partir do vale do Vouga, e pelos contactos que o respectivo círculo de apoiantes devia conseguir manter entre ambos os lados em disputa, Bermudo Ordonhes era certamente quem poderia estar em melhor posição para levar por diante um tal desígnio. Ao atribuímos a provável fundação do mosteiro a este magnata, em articulação com Ordonho (ainda príncipe regente ou já como rei da *Gallecia*), somos obrigados a considerar tal sucesso ainda na primeira década do século X, senão mesmo em 911, data do controverso documento LT 47.

É bem possível que o assunto da fundação do mosteiro de Lorvão tenha sido abordado na célebre *Congregatio magna* de “Aliobrio”, onde estiveram presentes “*omnes Episcopi, Comites, et Capitanei territorio Galeciensi*”⁵³. Recorde-se que se encontrava aí o bispo Nausto de Coimbra e que, entre os leigos, aquele que em primeiro lugar subscreve o documento é o conde Lucídio Vimaranes. Ele era o pai de Alvito Lucides, já cima referido. Este último estava casado com Múnia Dias, uma das filhas de Diogo Fernandes, de quem herdou uma outra *uilla* nas proximidades de Vila Cova, em Gondelim. Em 984, a herdade estava na posse de Tegla Alvites, neta de Diogo e Onega. Pelo exposto, parece poder concluir-se que Diogo Fernandes terá avançado para as margens do Mondego na mesma ocasião de Bermudo Ordonhes, vindo eventualmente a tomar a *uilla* de Gondelim também por presúria. O seu servo Astruario, que vivia na dita vila ainda em 984, ligado à herdade desde o tempo dos avós de Tegla e aí se mantendo com filhos e netos, pode muito bem ser descendente

anos após a presúria de Coimbra. A hipótese acima formulada só teria cabimento se Bermudo tivesse emigrado para o vale do Mondego aquando da primeira rebelião, juntamente com seus irmãos. E, neste caso, a hipotética fuga só teria sido possível depois de alcançar a liberdade, pois nessa ocasião chegou a estar preso e sofreu castigo de desorbitação ocular. Mas nenhuma fonte existe a fundamentar essa circunstância.

⁵³ DC 17.

dos primitivos donos, a quem tal *uilla* fora apresurada e aí terão permanecido por carta de encomuniação⁵⁴.

Não seria de estranhar, porém, que a decisão da (re)fundar o mosteiro de Lorvão tivesse sido tomada pouco tempo antes destes acontecimentos. Após a resignação forçada de Afonso Magno, Ordonho foi aclamado rei da Galiza, em Lugo, a 7 de Junho de 910, estando aí presentes todos os condes “imperantes” no território lucense. Em data próxima, antes ou depois da assembleia de Lugo, o príncipe Ordonho efectuou ainda uma expedição contra Sevilha. Não logrando entrar na cidadela, atacou o bairro periférico de Regel, o que lhe permitiu regressar a Viseu com grande número de cativos e um abundante botim. É possível que uma parte desses cativos sejam os que constam da doação que fez à igreja de Santiago, a 20 de Abril de 911⁵⁵. Mas a notícia do estacionamento do monarca em Viseu demonstra bem a sua grande atenção para com as questões de fronteira. E não seria de admirar que, já então, estivesse de pé a ideia de fundar uma sólida casa monástica no vale do Mondego, que servisse de retaguarda ao povoamento da terra coimbrã.

A presúria de Vila Cova pode ter ocorrido pouco tempo antes da reunião magna de 28 de Setembro de 911, em Aliobrio, pois o que o documento régio faz é apenas confirmar a apropriação da *uilla* e com o desígnio expresso de favorecer o mosteiro, numa altura em que este se encontraria em fase fundacional. Não se sabe quem levou ao rei o assunto da Vila Cova. Pode ter sido Lucídio Vimaranes ou mesmo Diogo Fernandes, o qual passou também a frequentar a Corte no momento em que o rei Afonso Magno começava a perder influência⁵⁶. E voltará a estar junto a Ordonho, por exemplo, em Maio de 912⁵⁷ e em 915⁵⁸.

⁵⁴ LT 48.

⁵⁵ TA 21.

⁵⁶ Ao que parece, pela documentação existente, a sua aproximação da Corte pode ter-se dado em 909, na derradeira fase do já débil reinado de Afonso III. O mesmo terá acontecido com os irmãos rebeldes, Fruela e Bermudo. Fray Justo de Perez de Urbel dá conta desta circunstância e, a propósito de Bermudo Ordonhes, não deixa de anotar que “este logra, al fin del reinado de Alfonso III, reconciliarse con su hermano, pera sin dejar el amparo de la frontera...”. Para o autor, é sempre considerada a fronteira do Mondego. Sobre esta matéria *vide* PÉREZ DE URBEL, Fray Justo – “Jimenos y Velas em Portugal”, p. 484; SÁEZ, Emilio – “Los ascendientes de San Rosendo”, pp. 57-58; e COTARELO VALLEDOR, Armando – *Historia crítica y documentada de la vida y acciones de Alfonso III El Magno, último rey de Asturias*. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1933, pp. 507-508.

⁵⁷ TA 23 – *Didacus*.

⁵⁸ TA 28 – *Didacus Federnandici*.

O ano de 912 parece ter sido crucial para a fronteira beirã e, possivelmente, nos preparativos da campanha militar de Évora, do ano seguinte. Entre Abril e Junho há três documentos de Ordonho a favor da basílica de Santiago. E a 30 de Maio o príncipe Ramiro aparece pela primeira vez no séquito do monarca, seu pai⁵⁹. É possível que Ordonho tenha descido até Viseu e Lafões, regressando com o jovem príncipe à Galiza, que com doze a quinze anos de idade deixa a região que lhe serviu de berço a seguir ao nascimento. É mais do que provável a presença de Ordonho junto à fronteira, nesse preciso ano de ingresso do príncipe Ramiro no ambiente da Corte. Na verdade, são também dessa altura as duas epígrafes mais antigas da Beira Interior e que – é nossa convicção – estão associadas ao momento da fundação de mais dois mosteiros, em outras tantas áreas estratégicas da fronteira beirã: Lourosa da Serra e Trancoso⁶⁰. Isto leva-nos a pensar que a *via colimbriana*, na sua obliquidade NE-SW, seria neste momento o marco de consolidação do movimento das presúrias e um trampolim para preparar novos avanços na parte ocidental do reino leonês.

Tal sucessão de acontecimentos, em datas relativamente prematuras da fase de repovoamento, pode induzir-nos a pensar que os membros do clã de Lafões, sentindo-se confortáveis nas margens do Vouga e seguros no seu solar de abrigo, iniciam desde logo uma campanha de expansionismo senhorial em direcção à bacia do Mondego. E nesse âmbito, cientes da instabilidade que aí ainda se vivia, talvez tenham pensado aproveitar o momento para aceder ao governo do condado de Coimbra. Este processo ia claramente contra os interesses da família do presor Hermenegildo Guterres, com quem poderiam querer ajustar contas antigas. A anterior tentativa do mordomo de Afonso Magno para alargar à sua estirpe o governo de toda a faixa atlântica até Coimbra, à custa da anexação das terras condais de Tui e Portugal, não podia ser esquecida pelos descendentes de Afonso Betotes e

⁵⁹ TA 23.

⁶⁰ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, vol. I, pp. 31-34. Ambas as epígrafes datam do ano 912, embora deva subsistir alguma cautela a respeito da de Trancoso, pois a peça original desapareceu. Atendendo ao contexto, dentro do que se começa a conhecer sobre o papel do clã lafonense, na sua directa articulação com o “*princeps*” Ordonho, parece difícil que possamos estar a falar já da sacração de tais templos. Não haveria tempo para concluir obras. Basta ter em conta que a chegada de Bermudo a Lafões se dá por volta do ano 900 e que o avanço para o vale do Mondego, com as presúrias de Vila Cova de Gondelim, ocorre perto de 911.

de Vímara Peres, que sobre elas sentiam direito em resultado da acção dos seus antepassados. Vários indícios apontam no sentido de uma possível concorrência entre os dois grupos durante a primeira metade do século X. Um testemunho dessa disputa pelo governo do condado de Coimbra, por parte das referidas linhagens, é o que parece evidenciar o documento que se segue.

II. A possível disputa pelo governo do Condado de Coimbra

[926-927].04.13 – Doações do presbítero *Fradilani* ao mosteiro de Lorvão, quando Ramiro era Rei, em Viseu, e Teodorico Lucides seria seu conde e provável governador de Coimbra⁶¹.

Este diploma diz respeito a uma doação do presbítero Fradilano ao abade João e aos monges de Lorvão, segundo a qual, após a sua morte, deixa um conjunto de bens situados nos actuais concelhos de Coimbra e Cantanhede. Entre eles, ocupam lugar de destaque a igreja de S. Martinho de *Seliobria* e uma outra igreja dedicada a Santa Cristina. O lugar de “*Seliobria*” corresponde ao sítio de Pedrulhais ou Pedralhais, na actual freguesia de Sepins. Nos séculos XII e XIII era conhecido como *S. Martinho de Senobria* ou *Sonobra*, havendo também uma menção a um *castellum de Seliobriga*⁶². Através de um documento setecentista, sabemos do achado de “pedras labradas, sepulturas de pedra, tijolos e telhas grossas”. Ainda hoje, a distribuição de vestígios arqueológicos se estende por uma vasta área, tendo em 1987 sido destruídos vários muros e um pavimento de *opus signinum*. Quem sabe se tais estruturas até estariam relacionadas com o primitivo templo, pois na Alta Idade Média usavam-se pavimentos muito semelhantes?! O local fornece materiais desde o Calcolítico e é de destacar o aparecimento de um alfinete em ouro, encontrado nas “chãs de S. Martinho” e adquirido pelo Museu Nacional de Arqueologia. Os vestígios romanos e medievais concentram-se na parte mais alta do lugar⁶³.

⁶¹ LT 19 = DC 15.

⁶² ALARCÃO, Jorge de – *In territorio Colimbricæ*, p. 50; CRUZ, Carlos Manuel Simões – *Carta arqueológica do concelho de Cantanhede*. Cantanhede: Município de Cantanhede, 2005, p. 219.

⁶³ CRUZ, Carlos Manuel Simões – *Carta arqueológica do concelho de Cantanhede*, pp. 219-223.

Relativamente à igreja de Santa Cristina, o texto é um pouco ambíguo, devido a redacção defeituosa. A seguir à menção desta igreja, o articulado do diploma anota a doação “*cum tota illa uilla iam supradicta seu et omnia ministeria que in ipsas ecclesias applicare potui*”. E, a isto, acrescenta uma extensa enumeração de bens móveis e de gado diverso. Por isso mesmo, Jorge de Alarcão chegou a considerar a hipótese de tal templo se situar também em Seliobria. Mas em estudo posterior acaba por reconhecer que se trata de S^a Cristina de Coimbra, da qual o presbítero Fradilano e o rei chegaram, respectivamente, a possuir metade dos direitos de padroado, antes de os doarem ao mosteiro de Lorvão⁶⁴. Aliás, já era esta a opinião de Rui de Azevedo⁶⁵. Em nosso entender, é acertada tal conclusão. De facto, em 933, Ramiro II faz a doação de metade dessa igreja de Santa Cristina, a qual, segundo titula o códice, ficava junto à porta de Almedina. A oferta régia deu-se no tempo do abade Mestálio, para sustento dos frades e servir de hospício, “*secundum illam primitur contestabit, post partem idem monasterio, Fradinani presbiteri*”⁶⁶. Como se vê, é o próprio monarca a aludir à anterior doação do presbítero Fradilano. O escriba trocou o *l* por um *n*, no nome do presbítero, mas não restam dúvidas que se trata da mesma pessoa. E se atentarmos melhor ao teor do testamento do clérigo⁶⁷, a alusão à *uilla* dirá apenas respeito a S. Martinho de *Seliobria* e não a Santa Cristina. Depois de Fradilano citar as “*meas ecclesias*” pela ordem mencionada, passa a referir “*tota illa uilla*”, no singular. E só depois, ao descrever todos os bens móveis e o gado que pretende doar, é que vêm explicitados, no plural, “*omnia ministeria que in ipsas ecclesias applicare potui*”. Por fim, o texto conclui com a descrição do termo da referida *uilla*. Embora se reconheça que o diploma é algo confuso, julgamos poder afirmar que a vila é uma só, havendo a doação de uma segunda igreja. Poder-se-ia argumentar que existiram vilas possuidoras de mais do que um templo. É uma realidade. Mas, neste caso, não oferece dúvida o facto de o documento de Ramiro se estar a referir à anterior doação do presbítero Fradilano.

Resta saber onde, em Coimbra, se situava a igreja de Santa Cristina, já que na documentação dos séculos XI e XII nunca mais se fala de um templo com esse orago.

⁶⁴ ALARCÃO, Jorge de – *In territorio Colimbrie*, p. 76.

⁶⁵ AZEVEDO, Rui de – *O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*, pp. 21-22 e 24.

⁶⁶ LT 1.

⁶⁷ LT 19.

Lembramos que o autor do cartulário deixou a seguinte nota, no cabeçalho da doação LT 1: “*In primis testamentvm de Sancta Christina de Colimbria ad portam de Almedina*”. Na opinião de Jorge de Alarcão, não seria o templo que precedeu a igreja românica de Santiago, cujo patrono anterior era S. Cucufate. Embora reconheça a dificuldade do tema, põe a hipótese – com pouca convicção – de o templo se situar no arrabalde, mas mais próximo da porta de Belcouce. Defende ainda que tenha desaparecido durante a segunda ocupação islâmica e não aceita a coincidência com a actual igreja de Santiago. Todavia, acaba por manter expressa alguma dúvida, condescendendo que “é muito provável que se situasse extramuros, junto da porta que depois se chamou de Almedina”⁶⁸. Temos reflectido bastante sobre este problema e aos poucos, com novos dados, fomos evoluindo até formar a convicção de que se trata, efectivamente, do mesmo local.

A igreja moçárabe estava inicialmente dedicada a Santa Cristina, cuja festa litúrgica se realiza a 24 de Julho, ou seja, na véspera da de S. Cucufate. E a reconquista de Coimbra por Fernando Magno, em 1064, dá-se a 25 do dito mês, precisamente no dia de S. Cucufate e, também, de S. Cristóvão e S. Tiago. As festas religiosas dos dois primeiros são citadas nos *Anais do mosteiro de Santo Tirso*, exactamente a propósito das conquistas de Fernando I, de Leão: cita-se S. Cucufate para a tomada de Viseu e, para a reconquista de Coimbra, é invocado S. Cristóvão⁶⁹. Eram apenas estas as festas do calendário litúrgico para o dia 25 de Julho, que, no século XI, estavam na mente dos monges beneditinos. Ora, é de ter em conta que a versão original deste *chronicon* remontará a 1079⁷⁰, ou seja, somente quinze anos passados do sucesso conimbricense. A dedicação do templo a Santiago ter-se-á dado já no século XII, remontando a 1137 a primeira referência ao novo orago⁷¹, mais ou menos na altura em que podia estar a pensar-se na reforma românica do templo. Esta renovada invocação terá sucedido porque, entretanto, a *Historia Silense* e o *Codex Calistinus*

⁶⁸ ALARCÃO, Jorge de – *In territorio Colimbrie*, pp. 77-78.

⁶⁹ GOUVEIA, Mário de – “O essencial sobre a analística monástica portugalense (séc. XI-XII)”. *Lusitania Sacra* 25 (2012), p. 200.

⁷⁰ GOUVEIA, Mário de – “O essencial sobre a analística monástica portugalense”, p. 187.

⁷¹ GOMES, Saúl António – “Coimbra e Santiago de Compostela: Aspectos de um inter-relacionamento nos séculos medievos”. *Revista Portuguesa de História* 34 (2000), p. 466.

haviam-se encarregado de difundir a intervenção providencial do apóstolo de S. Tiago durante a conquista de Coimbra⁷².

Recuando agora no tempo, a suposta mudança de orago para S. Cucufate pode ter ocorrido numa ocasião também extraordinária, cerca de 70 anos antes, no preciso momento da entrada de Fernando Magno na cidadela de Coimbra, a 25 de Julho de 1064. Não será de admirar que a invocação de Santa Cristina se tenha renovado, em associação ao santo “libertador” da cidade, S. Cucufate, cujo ritual festivo começava na vigília da véspera, exactamente a par da cerimónia litúrgica do dia daquela santa. E a dedicação a S. Cristóvão – a outra igreja do arrabalde cujo orago, em 1116-1117, já incumbia a S. Bartolomeu – pode ter surgido num processo em tudo paralelo ao da sua vizinha da porta de Almedina. Já em trabalhos anteriores tínhamos defendido que, durante a 2ª ocupação islâmica, haviam encerrado todas as igrejas do interior da Medina, sendo o templo de S. Salvador, sito no antigo *forum* romano, o primeiro a ser simbolicamente restaurado no exacto ano da reconquista⁷³. A renovação do orago das duas igrejas do arrabalde, que mais próximas ficavam da principal entrada da Medina, pode remontar ao mesmo momento da libertação de Coimbra, a 25 de Julho. O simbolismo desta data e o significado da vitória cristã foram de tal modo importantes para os seus contemporâneos, que devem ter dado origem a estas três cerimónias, em louvor de Cristo Salvador e em honra dos dois santos que “intercederam” a favor da vitória das tropas cristãs. Posteriormente, tal sucesso viria, inclusive, a justificar a doação de direitos sobre uma daquelas igrejas – a de S. Cucufate – à diocese de Compostela. E uma prova de que a igreja de Santa Cristina terá sido aquela que precedeu a de S. Cucufate/S. Tiago, encontramos-la na listagem dos bens devolvidos ao mosteiro de Lorvão, pelo bispo D. Gonçalo, no momento em que foi restaurada a independência da antiga casa monástica. Entre as igrejas a devolver no aro de Coimbra contam-se, em estreita sequência, “*Sanctum Martinum de Sen(i)obria et ecclesiam beati Cucufati*”⁷⁴. Daí, poder também concluir-se que, em 1116, a dedicação a S. Tiago ainda não se havia concretizado.

⁷² GOUVEIA, Mário de – “Apresentação de tese. *O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense: os “Anais de Lorvão” e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XI)*”, p. 4.

⁷³ REAL, Manuel Luís – “A ortodoxia romana dos moçárabes de Coimbra”, p. 154; FERNANDES, Paulo Almeida; REAL, Manuel Luís – “A construção e as artes ao tempo de D. Sesnando (Parte1)”. *Portugalia* 41 (2020), pp. 144-147.

⁷⁴ LP 61.

A data deste diploma, LT 19, é igualmente problemática e por várias razões. As subscrições dizem respeito a personalidades quase todas documentadas apenas a partir dos anos vinte do século X. Na verdade, o monarca e três dos confirmantes voltam a surgir em conjunto no célebre documento de 928, relativo ao cumprimento da doação de Vila Cova. E analisando a cronologia de outros indivíduos melhor documentados, que aparecem a subscrever o diploma, chegamos aos seguintes resultados: Ramiro, rei em Viseu (926-931); Ximeno Dias (923-961); Gonçalo Moniz (928-981); e o bispo de Coimbra, D. Paio (928-931). A presença de Gonçalo Moniz empurra necessariamente este acto para os finais da década. Ele era então bastante jovem, apesar de seu pai ser o primeiro filho do conde Guterre Mendes⁷⁵. Finalmente, há a observar que o diploma está dirigido ao abade Mestálio, que é o segundo na ordem do denominado “*Chronicon Abbatum*” e cujo governo monástico está balizado, pelo menos, entre 927 e 943.

Existem, porém, duas situações que importa comentar. O segundo bispo que aparece a subscrever a presente carta vem assim referido: “*Froarengus episcopus*”. Ora, segundo Carriedo Tejedo, há um Froarengo que foi bispo do Porto e cujo último documento conhecido data de 918⁷⁶. Não se tratará provavelmente da mesma pessoa ou esta teria mudado de diocese numa fase avançada da vida, já que, como acompanhante do prelado de Coimbra, é mais lógico tratar-se de um bispo em Viseu. Sobre ambos, no LT 19 não se diz quais eram as dioceses a que pertenciam. No caso de D. Paio não existe qualquer dúvida. Quanto ao outro bispo tem todo o sentido pensar-se em Viseu, pois não é provável que se trate de Lamego e, no Porto, já aparece Hermógio desde 923. Acreditamos que possa ser o antigo prelado desta última diocese, já bastante idoso (pois exercia aquele cargo desde, pelo menos, os anos 905-906) e que, devido à sua madura experiência, possa ter sido chamado para Viseu ainda no tempo de Ordonho II, quando a cidade começava a adquirir nova importância no contexto da reconquista. O certo é que ele terá falecido pouco tempo depois, dado que em Dezembro de 928 já estava Salomão eleito bispo de Viseu. Tudo

⁷⁵ Daí a sua durabilidade até ao ano de 981. O mesmo acontece, proporcionalmente, com o conde Ximeno Dias, que, sendo da geração precedente, vive pelo menos até 961. Na época, há mais casos de subscrições de jovens aristocratas que, desde cedo, se estão a iniciar na carreira do poder. A ligação de seu avô à defesa de Coimbra explicará o papel que veio a caber a Gonçalo Moniz, na Corte viseense de Ramiro.

⁷⁶ CARRIEDO TEJEDO, Manuel – “Los episcopologios portugueses en los siglos IX-X”, pp. 320-321.

aponta para que a doação das igrejas de S. Martinho de *Seliobria* e de Santa Cristina de Coimbra tenha coincido com o ano de 927. Todavia, subsiste ainda um segundo detalhe problemático, pois o primeiro documento conhecido de Mestálio refere-se a 25 de Março de 927⁷⁷, enquanto a 13 de Abril do mesmo ano, no diploma que estamos a analisar, ainda figura o abade João. Assim, apontamos cautelarmente para uma data aproximada entre 926-927⁷⁸. Este intervalo de tempo em nada contradiz a possibilidade de estarem presentes tanto Gonçalo Moniz, como o bispo D. Paio, apesar de figurarem pela primeira vez em 928, na documentação conhecida.

O que importa realçar é que estaremos aqui perante mais um diploma atribuível ao período em que Ramiro foi rei em Viseu. E, neste caso, com a explícita assinatura enquanto “*rex*”. Ele vem acompanhado, logo a seguir, da subscrição de um até agora intrigante “*Teodoricus comes*”. Em tempos, na sequência de uma pergunta sobre a identidade deste conde, feita em amigável troca de correspondência com Jorge de Alarcão, entregámo-nos à tarefa de desvendar a sua possível linhagem. Viemos a encontrar este Teodorico entre 912 e 942⁷⁹. Ele aparece a subscrever documentos de Ordonho II e Fruela II, assim como de patronos do mosteiro de Celanova (Fruela e sua mulher, Sarracina; S. Rosendo), e lavrados em benefício de vários institutos religiosos, como a catedral de Santiago, o mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Triacastela ou o de Celanova, já referido. Nos diplomas mais antigos assina apenas pelo prenome, mas identifica-se como *Teodoricus Lucidi* em 924, 936 e 942. Neste último ano é nomeado como “*comes et dux*”. E nestes actos aparece associado a outros membros de sua família, como Lucídio Vimaranes, Alvito Lucides, Rodrigo Lucides, Soeiro Lucides, Arias Alvites ou Paio Teodorigues. E ainda, conforme as situações, com nomes bem conhecidos da aristocracia galaico-portugalense, tais como Gonçalo Betotes, Telo Betotes, Hermenegildo Gonçalves, Paio Gonçalves, Diogo Fernandes, Ximeno Dias, Guterre Mendes ou Osório Guterres. Uma prova indirecta desta mesma relação familiar podemos encontrá-la na doação de Múnia

⁷⁷ LT 40.

⁷⁸A data do diploma, na cópia do cartulário, apresenta um X aspado na casa das dezenas. Se o original, em vez de XL se apresentasse com um LX – convertido para quarenta por suposto lapso do escriba no momento de transcrever a data – a cronologia do documento batia acertadamente na era 965, ou seja, no ano 927. Neste caso, ter-se-ia que encontrar uma explicação para a suposta sobreposição temporal dos abaciados de João e Mestálio, nos meses de Março e Abril. Uma transição de poderes, com breve recuperação funcional do, quase finado, abade João?

⁷⁹ TA 23, 31 e 38; TB 237; CDMC 53 e 72.

Dias ao mosteiro de Lorvão, da *uilla Teodorize*⁸⁰, que poderá ter sido fundada pelo seu cunhado, o conde Teodorico. O documento data de cerca de 951/955 e pensamos que esta e outras doações foram concretizadas no momento em que Múnia ficou viúva de Alvito Lucides. Isto porque o documento LT 58, para o qual tem sido apontado o ano 973, deve ser recuado para o intervalo de 928/929. Os seus subscritores são quase coincidentes com os do célebre LT 33, sobre Vila Cova, além de este segundo diploma evocar nos mesmos termos a memória de Bermudo Ordonhes. Entre novos subscritores contam-se Sancho Ordonhes (rei da Galiza entre 926-929) e S. Rosendo (bispo de Dume a partir de 925), o que reforça a credibilidade desta nossa proposta.

Tudo leva a crer, por conseguinte, que Teodorico Lucides seja mais um filho de Lucídio Vimaranes – não citado por E. Sáez – e que veio a ocupar um lugar de destaque junto do jovem rei Ramiro, quando este assentou trono em Viseu. Atendendo à sua posição de destaque no documento, logo a seguir ao monarca, e tendo em conta de que se tratava da doação de bens em Coimbra (igreja de S^a Cristina) e no “*suburbio*” da cidade (vila e igreja de S. Martinho de Seliobria), estamos em crer que, em 926-927, seria ele o conde de Coimbra. E, se dúvidas houver, basta comparar a singela fórmula da sua identificação neste diploma, com aquela outra do ano 966, quando Gonçalo Moniz, sem dúvida então conde de Coimbra, confirma o testamento de Sancho I ao mesmo mosteiro de Lorvão: *Gundisalus Muneonis conf.*⁸¹. Num e noutro caso figuram em segundo lugar, logo a seguir ao rei. E, quanto a Gonçalo Moniz, nem sequer é identificado como “conde”, ao contrário do que sucede com o *Teodoricus comes*. No diploma que estamos a analisar⁸², Gonçalo Moniz já aparece activo na região de Coimbra, mas atrás das assinaturas de Teodorico Lucides e de Ximeno Dias. É possível que este último até tenha sucedido nas funções de conde de Coimbra, quando esteve a julgar o diferendo entre os homens de Vila Cova e *Alquinitia*⁸³. Ou que estivesse a actuar ainda em nome do conde Teodorico, como seu directo auxiliar ou como representante dos interesses do clã de Lafões na zona de Penacova. O certo é que Teodorico não irá estar presente em Moçâmedes

⁸⁰ LP 56.

⁸¹ LT 5.

⁸² LT 19.

⁸³ LT 34 e 36.

(Vouzela), quando em 928 é entregue Vila Cova ao mosteiro de Lorvão, satisfazendo o compromisso do falecido príncipe, Bermudo Ordonhes. Em contrapartida, encontram-se aí presentes Ximeno Dias, na qualidade de filho de Onega – senão também como delegado do conde regional⁸⁴ – e o mesmo Gonçalo Moniz, que confirma o diploma a seguir ao sinal régio de Ramiro. Pode até ter acontecido que o diploma original tenha sido lavrado na quinta de Moçâmedes, apenas na presença das duas partes envolvidas, tendo sido depois levado à confirmação régia, em Viseu, onde na Corte estariam os três bispos subscritores, que não o *comes* Teodorico, ocupado nas suas funções de governador conimbricense.

É de referir, quanto a Árias Mendes, que E. Sáez defende que ele, tendo provavelmente sido nomeado por Afonso Magno para o cargo de conde de Coimbra, “debió abandonar cuando Ordoño II, cuñado suyo, se encargó del gobierno de Galicia por voluntad de su padre”⁸⁵. A eminência de voltar a perder Coimbra para as forças muçulmanas, por volta de 907, poderá ter sido um dos motivos desse afastamento. Aliás, é nesta altura que também, segundo o mesmo autor, a aura de Hermenegildo Guterres começa a esmorecer⁸⁶. O poder da respectiva linhagem, em nosso entender, terá ficado bastante abalado durante décadas (uma geração, talvez) após a senilidade de Afonso III, com quem o velho mordomo mantivera uma convergência de interesses. Hermenegildo já não aparece na documentação da Corte desde os primeiros anos do século X. A sua progressiva perda de autoridade, assim como a subsequente deposição e morte do rei protector, fez com que, a partir de agora, houvesse quem pretendesse saldar contas pela perseguição que, nos anos de glória, o conde Hermenegildo infligiu a certa nobreza galega, sua conterrânea. Só com Gonçalo Moniz as coisas parecem inverter-se e o condado de Coimbra se começa a consolidar e a ganhar verdadeiro poder regional. Ramiro terá percebido bem que, para suplantar as tensões existentes desde há décadas entre as principais famílias nesta parte do reino, era aconselhável entregar Coimbra a uma nova geração, na

⁸⁴ Ximeno Dias é o único dos irmãos que está solteiro em 928 (LT 33) e assim parece continuar dez anos mais tarde (LT 34). Casará depois com Ausenda Guterres, neta do presor de Coimbra. Ela figura a seu lado, pela primeira vez, apenas em 949 (CDMC 84). Esta união leva-o a procurar um reforço da sua importância na região. É assim que o vemos a alinhar com os interesses da facção “conimbricense”, representada pelos descendentes de Hermenegildo Guterres, e a entrar em conflito com as posições políticas da sua própria linhagem.

⁸⁵ SÁEZ, Emilio – “Los ascendientes de San Rosendo”, p. 32.

⁸⁶ SÁEZ, Emilio – “Los ascendientes de San Rosendo”, pp. 20-22.

pessoa de um bisneto do presor da antiga *Emínio*, e colocar no condado de *Portucale* Hermenegildo Gonçalves, um herdeiro dos condes de Tui e aliado da descendência de Vímara Peres.

III. Notas arqueológicas e artísticas sobre o mosteiro altomedieval

Na literatura especializada, são pouco conhecidos os vestígios arqueológicos do mosteiro de Lorvão, não obstante terem sido efectuadas escavações no interior da actual igreja, que levaram à descoberta de uma parte da basílica altomedieval. Também tem sido pouco divulgado o já referido friso em mármore, que Nelson Correia Borges deu a conhecer. O seu esquema decorativo integra-se, sem hesitação, na corrente artística difundida na área da diocese de Coimbra, ao longo de todo o século IX. Na centúria imediata, as produções deste tipo parecem começar a rarear. Quanto à peça de Lorvão, ela já praticamente abandonou os cachos encapsulados, que são a principal marca distintiva desta corrente artística. Pode talvez vislumbrar-se um ensaio de orla contínua no primeiro motivo do lado esquerdo, mas ao longo do friso assume-se já uma clara evolução formal, libertando os cachos de uva desse exótico artifício (**Fig. 2**). Para além dos dados cronológicos fornecidos pelas mais recentes escavações na chamada casa de *Tancinus*, em Conímbriga, demo-nos ao estudo da difusão deste tipo de cacho, de características tão especiais⁸⁷. Ele terá surgido na Antiguidade Tardia, em cerâmica norte-africana (Tunísia), e daqui passou à península itálica. A sua transferência para a pedra parece dar-se apenas no século VIII. Na verdade, a orla rígida ainda não está nos cachos de uva da escultura lombarda mais conhecida. Tudo indica que deve ter surgido em Roma, associada à renovação artística imposta pela Cúria papal a partir de Adriano I (772-795) e que prosseguiu com Leão III (795-816) e Pascoal I (817-824). O seu expansionismo acompanhará a acção dos bispos de Roma na busca de uma maior ligação pastoral à Cristandade do Ocidente. A permeabilidade não foi tão forte nas áreas do império carolíngio, dada a sua sólida identidade cultural – excepção feita para algumas regiões próximas da bacia do Mediterrâneo –, mas deu-se especialmente na Hispânia, na Ístria e Dalmácia e, com expressão mais reduzida, no sul de Inglaterra, tudo regiões onde chegaram missões papais. A existência destas últimas é

⁸⁷ REAL, Manuel Luís – “A ortodoxia romana dos moçárabes de Coimbra”, pp.147-180.

reconhecida, embora escasseiem as fontes a esse respeito. No caso da Península Ibérica, em nosso entender, tal fenómeno terá surgido em redor do movimento gerado pela luta contra o adopcionismo⁸⁸ e daí a explicação da presença deste motivo – na forma encapsulada dos cachos de uva – entre os *dhimmi* da diocese de Coimbra, que terão ficado fiéis à catequese romana.

O maior contributo no conhecimento de S. Mamede de Lorvão tem sido dado ao longo de décadas por Nelson C. Borges, que, em 1984, chegou a promover escavações arqueológicas no antecoro da actual igreja. Este investigador deu notícia do achado de materiais antigos e publicou várias imagens resultantes daquela intervenção, embora sem desenvolver comentários interpretativos a seu respeito⁸⁹. De qualquer forma, os dados apresentados constituem um contributo precioso para o conhecimento do passado desta casa conventual e merecem ser melhor divulgados, justificando aqui a sua análise mais circunstanciada. Na realidade, colocou-se então a descoberto a parte mais significativa do templo alto-medieval e conseguiu-se ainda identificar o assentamento de alguns pilares da igreja românica, o que permitiu, neste último caso, entender como se desenvolvia o edifício do século XII e qual a sua relação com o anterior⁹⁰. Já anteriormente havia indícios documentais que apontavam para uma basílica de três naves, que teriam, provavelmente, correspondência numa cabeceira tríplice e com absides redondas (cfr. reconstituição na **Fig. 6**)⁹¹. O levantamento arqueológico mostrou também que o templo pré-românico obedecia a um idêntico plano tripartido, se bem que de dimensões mais reduzidas e possuindo cabeceira plana (**Figs. 3 e 4**). As três absides do santuário do edifício altomedieval ocupam, com grande precisão, o espaço correspondente ao 2º tramo da nave central do edifício românico, contando a partir

⁸⁸ É de lembrar a gorada missão do bispo Égila, no tempo do Papa Adriano I, por desvio doutrinário do próprio delegado da cúria romana. Outras missões poderão ter existido, tendo esta ficado documentada, devido precisamente à heterodoxia em que caiu o emissário papal.

⁸⁹ BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade*, vol. I, pp. 91-93; vol. II, pp. 44-66.

⁹⁰ Na figura 3 vão assinalados, a azul, os locais onde foram detectados vestígios do assentamento dos pilares românicos. Entre os pilares do lado sul veem-se ainda os restos de um pavimento de mosaico, que decoraria o interior do templo tardo-medieval.

⁹¹ Sobre esta tipologia arquitectónica, que fez escola no românico português em igrejas de três naves, veja-se: REAL, Manuel Luís – *A organização do espaço arquitectónico entre Beneditinos e Agostinhos, no séc. XII*. Separata de *Arqueologia*. Porto: GEAP, 1983. Decidimos não incluir a reconstrução do claustro românico, por ser demasiado inseguro. Ele deveria ter dimensões mais reduzidas do que o actual, construído no séc. XVII e cujo traçado se articula mal com a igreja medieval (**Fig. 6**).

do pórtico da entrada. E a largura do templo mais antigo coincidia praticamente com a amplitude da nave central da basílica do século XII. Não foi possível escavar a maior parte da aula basilical, tendo apenas sido posto a descoberto o início das respectivas naves, que prosseguiam por debaixo do actual coro das freiras, o que impediu o prosseguimento da escavação.



Fig. 3 - Planta da cabeceira e início das naves do templo alto-medieval (a vermelho); tapamento da entrada do anexo Norte, com posterior abertura de uma porta para a capela-mor (a rosa); sapatas dos pilares românicos (a azul). (Fonte: BORGES, Nelson C. - *Arte Monástica em Lorvão*. Tratamento gráfico: Cláudio Almeida).

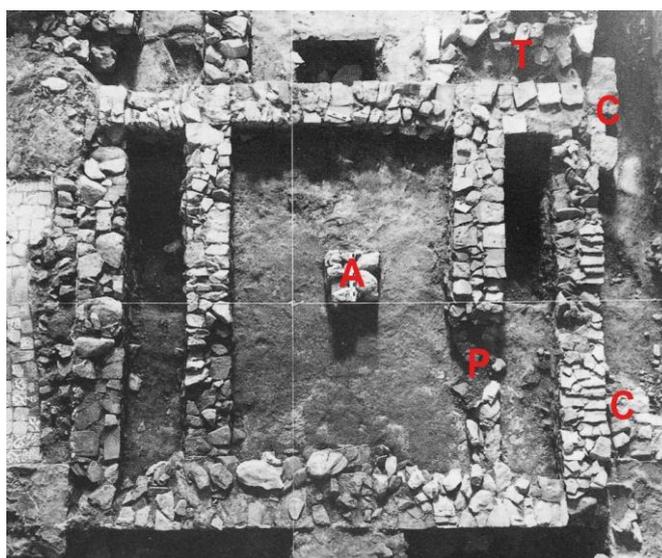


Fig. 4 - Ruínas do templo, vistas na posição invertida face ao desenho supra: A - pé do altar; C - vestígio de contrafortes; P - indicio de porta posterior; T - muro que bloqueou a entrada do anexo norte (Fonte: Nelson C. Borges; Tratamento gráfico: Cláudio Almeida).

Pela excelente fotografia publicada por Nelson C. Borges, vê-se claramente que a cabeceira terminava a leste por um único muro rectilíneo, do qual arrancavam as três absides (**Fig. 4**). Consultados vários reportórios de arquitectura hispânica entre os séculos VI a X, não resta a menor dúvida de que a tipologia desta parte do edifício aponta para a arquitectura asturiana, o que, de certo modo, confirma o que vínhamos a concluir a respeito da época em que surgiu esta comunidade monástica e da provável (re)fundação por um príncipe originário das Astúrias. Na verdade, nesta região do Norte peninsular é quase sistemático o uso de três capelas rectangulares na cabeceira, sendo esta fechada a leste por um muro rectilíneo. No caso de Lorvão, chama a atenção a extrema pequenez do vão que possuem os seus anexos laterais, em contraste com o exagerado comprimento dos mesmos. Mas há que referir que nas Astúrias também existem capelas laterais demasiado estreitas, em oposição às generosas medidas da capela-mor. Restam fortes dúvidas quanto à reconstituição que fez F. de Selgas a respeito de Santianes de Pravia⁹². Mas podem citar-se os planos exageradamente distendidos das capelas laterais de Gobiendes, Nora e Tuñon e, em certa medida, até de S. Salvador de Valdedios⁹³. Tomando a relação da largura interior das capelas laterais, face ao comprimento das mesmas, verificamos o seguinte: em *Gobiendes* 1,20m x 2,30m; em *Nora* 2,10m x 4,42m; em *Tuñon* 1,76m x 2,88m; e em *Valdedios* 1,45m x 2,19m⁹⁴. No caso de Lorvão, ressalta o contraste, ainda maior, entre o estreito vão transversal de tais anexos relativamente ao excessivo comprimento dos mesmos. Nelson C. Borges fornece alguns dados métricos para a igreja românica, mas nada discrimina a respeito do edifício anterior. Consultando as duas plantas por si publicadas, à escala, podemos calcular aproximadamente as seguintes amplitudes nos anexos da cabeceira: 0,80m (larg.) x 3,50m (comp.). Tais compartimentos são tão estreitos que dá para questionar se seriam verdadeiras capelas ou se serviriam somente como anexos para a guarda de relíquias, objectos litúrgicos ou oferendas. Do ponto de vista estrutural, pode também pensar-se na função de um eventual reforço para

⁹² CABALLERO ZOREDA, Luís; RODRÍGUEZ TROBAJO, Eduardo – *Las iglesias asturianas de Pravia y Tuñon. Arqueología de la Arquitectura*. Madrid: CSIC, 2010, pp. 15 e 51-52.

⁹³ UTRERO AGUDO, Maria de los Ángeles – *Iglesias tardoantiguas y altomedievales en la Península Ibérica: Análisis arqueológico y sistemas de abovedamiento*. Madrid: CSIC, 2006, pp. 457, 466, 474 e 476.

⁹⁴ CASTRO VALDÉS, César G. – *Arqueología cristiana de la Alta Edad Media en Asturias*. Oviedo: Instituto de Estudios Asturianos, 1995, pp. 421, 426, 438 e 442.

sustentar a presumível abóbada da capela-mor, denotando, assim, a insegurança técnico-construtiva prevalente entre os artífices locais.

Ao observar com atenção a planta publicada pelo citado investigador, nota-se ainda uma certa anomalia no que concerne ao traçado de ambos os anexos. Embora não estejamos dentro dos detalhes da escavação, dá a ideia de que a entrada do anexo norte veio a ser bloqueada por um muro feito *a posteriori*. E que o acesso a este espaço tenha passado a realizar-se a partir de uma porta situada a meio da divisória com a capela-mor. Assim o faz crer a abertura visível nesse ponto da cabeceira, embora algo desfeita (**Figs. 3 e 4**). Isto leva-nos a questionar, por outro lado, se terá ou não havido, entretanto, uma adaptação funcional desse espaço para o transformar, por exemplo, como cartório ou tesouro, numa fase ainda anterior à construção da torre.

A abside central era igualmente mais profunda do que larga e possuía dimensões que estimamos em cerca de 2,20m (larg.) x 3,50m (comp.)⁹⁵. É de uma amplitude bastante aproximada à da ousia de Santiago de Gobiendes (2,37m x 3,38m), a igreja que conserva anexos mais estreitos, mas aqui a capela-mor está lançada no sentido transversal, à semelhança de outros exemplos na região. As escavações da capela-mor revelaram vários enterramentos, devendo o central corresponder a alguém importante, ligado eventualmente à obra românica, pois surgiu num nível com aparência de pertencer a uma fase posterior (**Fig. 3**). Na verdade, sob a sepultura principal, ainda restavam os vestígios da sapata de assentamento do altar pré-românico (**Fig. 4**).

Como se disse acima, os arqueólogos descobriram também o início da aula basilical, que segue por debaixo do actual coro das monjas. O templo possuía três naves, que mantinham aproximadamente as mesmas larguras descritas para a cabeceira, como

⁹⁵ Mesmo assim, a capela-mor de Lorvão tinha dimensões mais reduzidas do que a sua contemporânea de S. Martinho do Banho (S. Pedro do Sul), que possui interiormente 4,47m (comp.) x 3,07m (larg.). Esta última aproxima-se, antes, das medidas da ousia de S. Pedro de Nora: 4,42m (comp.) x 3,69m (larg.). Agradeço a primeira informação ao Dr. Eduardo Nuno de Oliveira, responsável pelo centro de interpretação das Termas Romanas de S. Pedro do Sul. As medidas de Nora podem ser consultadas em – CASTRO VALDÉS, César G. – *Arqueologia cristiana de la Alta Edad Media en Asturias*, p. 438.

se pode observar nas ilustrações apresentadas. Tendo em conta as orientações programáticas da arquitectura asturiana, admitimos ainda a possibilidade de ter havido anexos salientes, encostados aos muros norte e sul da aula basilical. Porém, a interrupção da escavação arqueológica, no início do moderno coro das monjas, impede que se possa confirmar esta hipótese. Durante obras realizadas no século passado, apareceu “um fuste de coluna de mármore branco, 1,49m de alto, mais oval que cilíndrico, com terminações irregulares, em género de astrágalos, podendo ser de qualquer época muçulmana ou de sua influência, mas de aproveitamento de um romano”⁹⁶. Pela altura da peça, é muito possível que tivesse pertencido à basílica, seja sob os arcos longitudinais das naves, seja na zona do arco triunfal. Não deve causar admiração o facto de, na divisória das naves, aparecerem alinhamentos contínuos de alicerce. Esta era uma prática corrente no assentamento de colunatas, como forma de reforçar a estabilidade dos respectivos pontos de apoio. O mesmo se passa com as aberturas da capela-mor e dos anexos laterais, onde o alicerce é contínuo (**Fig. 3**). Embora se desconheça a planimetria completa da aula basilical e se existiram ou não eventuais anexos, pode concluir-se que, em linhas gerais, a igreja de Lorvão teria uma organização espacial próxima da de San Adrián de Tuñón, fundada em 891 e cuja consagração teve a presença, entre outros, do bispo de Coimbra. Como alternativa, poderá pensar-se numa planta semelhável à do templo galaico-asturiano de La Corticela, o mosteiro criado pelo bispo Sisnando I de Iria Flavia, anexo à basílica de Compostela. Diga-se, porém, que em La Corticela se desconhece o remate ocidental da primitiva igreja. O mais provável é que tivesse quatro tramos, atendendo à distância que a separava do transepto da basílica românica.

Desde a década de 50 do século passado que está divulgada a existência de uma torre altomedieval, dissimulada na ala nordeste, onde acabou por se integrar durante a renovação desta parte do convento, por volta de 1630⁹⁷. Em nível superior, ela possui ainda a respectiva porta de arco em ferradura (**Fig. 5**). Porém, esta passagem foi entaipada e insensivelmente revestida a azulejo branco, durante

⁹⁶ CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1952, p. 194.

⁹⁷ CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*, p. 194 e estampa 156.

a adaptação do edifício a hospital psiquiátrico, algo que agora poderá ser revertido com a anunciada adaptação do imóvel a hotel.



Fig. 5 - Porta da torre alto-medieval do mosteiro, no momento da sua descoberta. Pode ter sido construída na 2ª metade do séc. X ou já no século XI (Fonte: Nelson C. Borges - *Arte Monástica em Lorvão*)

A torre encontrava-se originalmente afastada da igreja, como pode ver-se na planta que aqui publicamos (**Fig. 6**). É provável que não tenha sido demolida no século XVII, graças ao seu préstimo funcional e à importância simbólica que teria. Será bem possível que aí se tenham conservado, durante séculos, o tesouro e o cartório do mosteiro. No entanto, não parece que tal edificação haja sido construída logo desde o início. Ela poderá remontar ao século XI, acompanhando o processo de fortificação

de diversas comunidades monásticas de Coimbra e arredores, onde estão documentadas torres adjacentes ao respectivo templo. Aliás, chama a atenção a diferença de escala entre a basílica primitiva e a imponente torre. No espaço que medeia entre esta e a igreja pré-românica haveria ainda outras construções para a instalação dos monges. Com provável acerto, Nelson C. Borges sugeriu a permanência de alguns traçados antigos, mas nada de substancial pode daí ser concluído sem a realização de escavações arqueológicas nesse sector⁹⁸. Daí que preferíssemos nada assinalar na planta aqui publicada (**Fig. 6**).

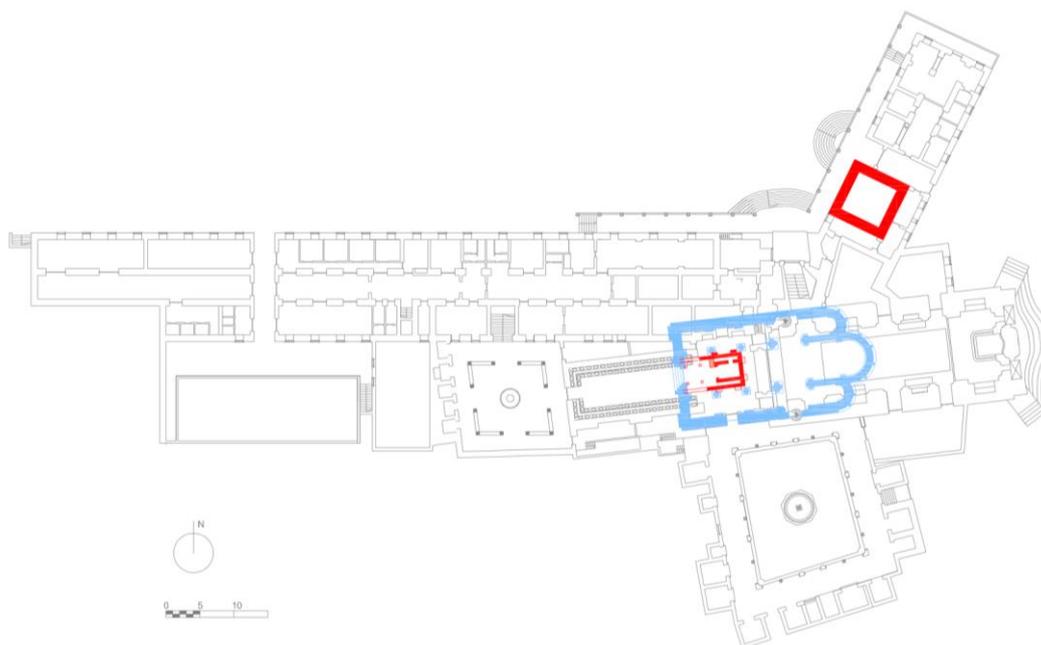


Fig. 6 - Planta do mosteiro de Lorvão, com a reconstituição do templo românico (a azul) e sua relação espacial com a igreja e a torre alto-medievais (Fonte: cortesia de Tânia Antunes. Tratamento gráfico: Nuno Tasso de Sousa)

Dois documentos falam-nos das agruras que os monges de Lorvão e os de Vila Cova sofreram após a reconquista deste território por Almançor, e que, devido a um incêndio, alguns deles se retiraram “*in illa torre de Miranda*”⁹⁹. Os mosteiros foram atacados e os monges que conseguiram escapar, uns esconderam-se no mato e outros refugiaram-se na torre que julgamos estar na origem do castelo de Penacova. Isto devido à sua especial posição estratégica no controlo da passagem do Mondego

⁹⁸ BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade*, vol. II, fig. 49.

⁹⁹ LT 37 e 71.

(Fig. 7)¹⁰⁰ e pela inequívoca informação de um documento do ano 980, que localiza a já citada *uilla de Alquinítia* e a igreja de S. Martinho “*in territorio de Miranda*”¹⁰¹. Vários autores têm identificado esta passagem com Miranda do Corvo, mas tal é insustentável, pois o seu castelo fica a maior distância de Penacova do que desta povoação à própria cidade de Coimbra. É bom não esquecer que, inclusive, as tão propaladas Vilas Cova eram consideradas, no século X, como pertencentes à área coimbrã: “*et est ipsa uilla suburbio Conimbrie et diuidet cum alia Uilla Coua*”¹⁰². Por maioria de razão, devemos pensar que seria bem mais lógica uma citação do “território de Coimbra”, do que remeter para Miranda do Corvo. Ora, quanto ao *territorio de Miranda* citado ainda do século X, o que devemos estar em presença é de uma memória da micro-organização territorial na bacia do Mondego, herdeira de um período até anterior à época das presúrias.



Fig. 7 – A travessia das tropas de Wellington junto a Penacova, em 1811, a caminho do Bussaco (Fonte: SAINT-CLAIR, Thomas – *A series of views of the Principal Occurrences of the Campaigns in Spain and Portugal, taken during the Peninsular War*).

¹⁰⁰ SAINT-CLAIR, Thomas – *A series of views of the Principal Occurrences of the Campaigns in Spain and Portugal, taken during the Peninsular War*. London: P. & C. Colnaghi, 1815 (gravura nº 1, da autoria de C. Turner).

¹⁰¹ LT 43.

¹⁰² LT 33.

IV. A reconstituição da presúria de Penacova e suas sequelas

Antes de abordarmos este tão sugestivo tema, importa realçar o valor estratégico do lugar. A zona de Penacova possuía uma posição privilegiada no controlo da travessia do rio, seja para quem vinha de sul, seja contra qualquer avanço que pudesse ser ensaiado por via fluvial, que da costa viesse em direcção à Beira interior. E vale a pena lembrar o documento já aqui analisado, com data crítica do ano 911, que chega a denominar a passagem junto a Vila Cova, como “*portu de Latrones*”¹⁰³. Terá sido para combater esta situação que se promoveu o encastelamento da zona, num processo certamente paulatino e que foi crescendo em rede. É até bem possível que a origem de tal fenómeno possa ter surgido de forma simples e espontânea. Pode ter sido fruto da necessidade sentida pelas populações locais, na sequência da instabilidade que acompanhou a queda do Império romano até à conquista árabe da Península. Esta hipótese é alicerçada, inclusive, na circunstância do castelo ter nascido, não na “*uilla*” senhorial ocupada por presúria, mas sim no sector afecto aos herdeiros alodiais, descendentes dos antigos habitantes da localidade, desde sempre ligados à terra.

O castelo de Penacova já estava em ruína em 1755, tal como o palácio dos condes de Atouguia, herdeiros do morgadio da vila, instituído pelo rei D. Dinis. Da torre de menagem só restava de pé a parte do Ocidente¹⁰⁴. Porém, a posição altaneira do castelo está ainda bem patente na gravura que representa a travessia do Mondego pelas tropas de Wellington, em direcção ao Bussaco, em 1811 (**Fig. 7**). O castelo ficava no chamado monte de Nossa Senhora da Guia, uma das elevações sobranceiras ao rio, cuja designação muito deve à capela aí construída no século XI, onde o respectivo orago¹⁰⁵ deixa entrever a função referencial do lugar, em termos visuais e militares. É a esta função de controlo sobre eventuais movimentações hostis, através do vale do Mondego, que também reporta a designação medieva de “torre de Miranda”. Aliás, no início do século XX lá existia um “Mirante”, o qual parece ter substituído a estrutura visível na gravura inglesa de 1815, na parte inferior do castelo (o paço dos morgados da vila?). Uma excelente fotografia “do lado

¹⁰³ LT 47.

¹⁰⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias do Distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: (Minhografe. Artes Gráficas), 2010, p. 651.

¹⁰⁵ Sobre o antigo orago desta capela, cfr. nota 111.

do penedo", antes das reformas que descaracterizaram o monte, vem publicada em 1909 na revista *Serões*. Ainda lá se vê com toda a clareza a zona do castelo, o mirante e a altaneira capela da Senhora da Guia (Fig. 9). Este conjunto foi destruído por volta de 1930, para dar lugar ao Preventório de Penacova, por iniciativa do médico Bissaya Barreto. Depois da extinção desta unidade hospitalar, o edifício acabou adaptado a hotel.

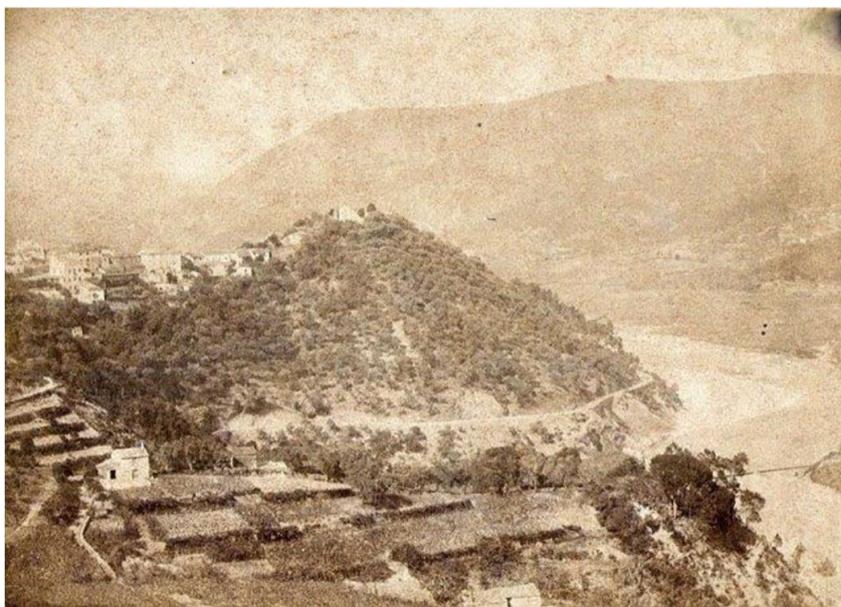
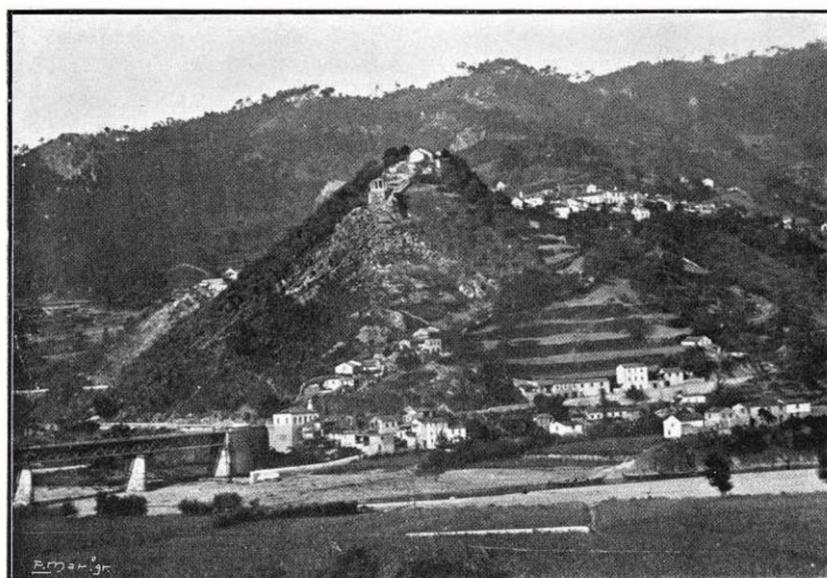


Fig. 8 - Fotografia antiga da vila de Penacova, vendo-se o morro do Castelo e, em primeiro plano, os antigos campos de Cheira (Fonte: propriedade da Câmara Municipal).



PENACOVA — VISTA DO LADO DO PENEDO
A' esquerda a ponte José Luciano; ao centro, no vertice da colina, a capella da Senhora da Guia; mais abaixo o Mirante; á direita, a igreja matriz

Fig. 9 - Fotografia do monte do castelo, em Penacova.
[Fonte: *Revista Serões* 51 (Set. 1909), p. 187].

A propósito das funções militares de Penacova, temos ainda a suspeita de que no *Penedo do Castro*, sobranceiro ao lugar onde Nelson C. Borges localiza o núcleo da primitiva Vila Cova, existiu um facho de comunicação à distância. Não é o “penedo” do castelo, acima referido. “Segundo relatos antigos”, já se chamou *Penedo do Cambó*¹⁰⁶, designação esta que julgamos derivar do dispositivo que aí existiu, para envio de sinais luminosos ou de fumo. Não raras vezes, o facho possuía um braço comprido e dobrado na ponta, para dependurar a respectiva gaiola ou caldeirinha. É uma solução já utilizada pelos romanos e que vem representada na célebre Coluna de Trajano (**Fig. 10**). Repare-se que aqui, ao lado da torre de sinais, aparecem medas de palha e uma pilha de toros de madeira, os combustíveis necessários para realizar mensagens por fumo ou fogo, conforme as circunstâncias. Na imagem vê-se o enorme braço com a ponta incandescente. Em Portugal, ainda se conservam algumas gaiolas em ferro que ficavam penduradas no mastro dos fachos, para exhibir os sinais de fogo (**Fig. 11**)¹⁰⁷. Tanto na época romana, como na Idade Média, as comunicações eram processadas em rede, através de postos de vigilância e da emissão de sinais, regra geral luminosos ou sonoros. Isto, sem esquecer o uso de estafetas ou de pombos. Durante o dia poderiam existir outras sinalizações ópticas (espelhos, bandeiras, fumos). Mas para enviar sinais de fogo ou de fumo, nem sempre era necessário recorrer a estruturas muito sofisticadas. Bastaria uma fogueira ou caldeira incandescente.

No Penedo do Castro pode nunca ter existido uma torre de alvenaria, pois havia a possibilidade de utilizar um dispositivo mais ligeiro. Quanto à actual designação do Penedo, ela pode originar confusão, dado que apenas foi atribuída modernamente, em homenagem ao bibliófilo e investigador conimbricense, Dr. Augusto M. Simões e Castro. Não se trata aqui de qualquer povoado ou fortificação de origem proto-histórica. É antes uma alta penedia, a partir da qual se alcança um imenso horizonte visual. Daí pensarmos que, na Idade Média, seria um ponto essencial para observação e comunicação. Como dissemos acima, era também conhecido por

¹⁰⁶ COUTO, Joaquim Leitão; ALMEIDA, David – *Patrimónios de Penacova: Apontamentos para a sua valorização e divulgação*. Penacova: Câmara Municipal de Penacova, 2017, p. 39.

¹⁰⁷ Conhecemos três exemplares com esta antiga função: um no ‘Museu Municipal de Vila do Conde’, proveniente do Monte do Viso, entre Guilhabreu e Vilar do Pinheiro, cujo facho está já documentado em 1075, como “*alpe mons fero*” ou “*kastro fero*” (DC 522 e 523); e dois no Museu Municipal de Penafiel, originários dos fachos de Duas Igrejas e de Luzim.

Penedo da Cheira e deu nome ao lugar que lhe fica mais próximo. Este topónimo “Cheira” terá igualmente a ver com a função de facho, pois deriva do latim *flagrare*, que na sua forma clássica significa “arder”. Mas a partir do latim vulgar derivou semanticamente para o sentido “exalar odor” ou “dar cheiro”, algo que também as fogueiras emitem¹⁰⁸. O termo “Penedo da Cheira” é usado no mesmo sentido que se dá ao “Cabeço da Chama”, na Serra do Açor.



Fig. 10 – Coluna de Trajano, em Roma: torre de um facho romano, ladeada por duas medas de palha e uma pilha de madeira, para a emissão de sinais fumo ou fogo. (Fonte: <https://www.trajans-column.org>).



Fig. 11 – Gaiolas em ferro dos fachos de Luzim e de Duas Igrejas, no Museu Municipal de Penafiel (Fonte: fotografia do autor).

¹⁰⁸ *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007, T. 5, s.v. *Cheir-*.

A fotografia que publicamos na **Fig. 8**¹⁰⁹ foi tirada precisamente do altaneiro Penedo do Castro. Esta imagem corresponde a um período em que Penacova ainda conservava um grau de desenvolvimento não muito distante relativamente à ocupação medieval do sítio. A perspectiva escolhida pelo fotógrafo é preciosa nesse sentido, pois vê-se com toda a clareza o morro do castelo e um conjunto de espaços que suscitam reflexão mais detalhada. A fortificação mal se distingue, em contraste com o protagonismo da capela de Nossa Senhora da Guia, devido à brancura da sua silhueta. Em artigo assinado por David G. Almeida cita-se uma crónica de meados do século XIX, que fala da última reforma desta capela, no ano de 1783, e onde se diz que ela ficava “entre duas gigantescas muralhas da antiga era”¹¹⁰. É eloquente a posição do castelo como sentinela na curva do rio. Mas a fotografia revela-nos ainda outros detalhes da maior importância. Em primeiro plano, vemos os campos lavrados de Cheira, que aproveitam uma zona de pouca inclinação, com bom potencial agrícola. Este pormenor confere suficiente credibilidade à proposta de Nelson C. Borges, baseada em documentação conventual, de que seria aqui a Vila Cova confirmada ao mosteiro em 928.

A imagem que estamos a comentar mostra ainda a zona de expansão inicial de Penacova, a primeira a urbanizar-se, dentro do castelo e seu arrabalde imediato¹¹¹. Constata-se um desenvolvimento quase plano, em tudo semelhante aos campos de Cheira. Daí ser muito verosímil estarmos diante da outra Vila Cova, aquela que inicialmente se manteve ocupada por herdeiros independentes. A relação de proximidade entre os dois sítios e a semelhança das suas características topográficas, mais sugerem estarmos aqui perante ambas as Vilas Cova. Este paralelismo é demasiado eloquente e ajuda a compreender a sua comum identidade

¹⁰⁹ A foto é anterior a 1906, pois ainda não aparece a Ponte José Luciano de Castro. Pertenceu à Sociedade de Propaganda e Progresso de Penacova e, hoje, é propriedade da Câmara Municipal. Agradecemos à Divisão de Cultura e Turismo o fornecimento destes dados.

¹¹⁰ ALMEIDA, David G. de – *História(s) mal contada(s) – Andanças da Igreja Paroquial da vila de Penacova*. 23 de Setembro de 2020 [Em Linha]. [Consultado a 22 Novembro 2021] Disponível em penacovactual.pt.

¹¹¹ O primeiro sinal é-nos fornecido documentalmente em 1012, quando Zacarias Iben Egriz doa aos monges de Lorvão umas “*cortes cum casas*” situadas in “*uilla de Uilla Cova*” (LT 39). E em 1036 é o mosteiro da Vacariça que aí recebe em testamento uma casa “*in medio de ipso castelo*” para aí se construir uma igreja em honra dos apóstolos S. Pedro, S. Paulo e S. Tomé (LP 93). Este terá sido o primeiro orago do templo de Nossa Senhora da Guia, templo esse que em 1133 foi profanado por Álvaro Rabaldes, o qual teve de doar uma herdade à Sé de Coimbra, para reparação dos danos aí causados (LP 440).

toponímica, derivada certamente de um momento anterior à presúria, cuja negociação ou pressão de cedência, da parte da hoste galaico-asturiana, terá levado a repartir o espaço entre autóctones e as gentes do presor.

Com base na documentação coeva – apesar dos problemas diplomáticos enunciados –, devemos estar diante de um dos raros exemplos em que parcialmente se pode reconstituir um processo de presúria e as sequelas a ele associadas. No relato inserido no compromisso de 911 fala-se de uma “*uilla*” demarcada por “*terminis antiquis*” e “*cum suis parietes et suis uiciis*”¹¹². É possível que um desses *uici* fosse a futura Penacova, que se manteve na posse dos trabalhadores alodiais que já aí viviam antes da presúria. Outro *uicus* poderia ser a Granja do Rio, que ficou a pertencer ao sector tomado por presúria. Quanto a *parietes*, não sabemos se nesta palavra estão supostas casas em uso pleno ou se há uma alusão a meras ruínas. Nesta última hipótese, poder-se-ia imaginar que tenha havido uma retracção das zonas de habitat, durante a primeira fase de ocupação islâmica, concentrando-se a população mais em redor do morro onde surgiu o castelo, por necessidade de defesa. Em contrapartida, a outra parte da *uilla* poderia ter casebres já em ruína, sendo negociada a sua entrega aos novos colonos, para lançarem as bases da povoação de Cheira, como assento principal da terra apresada. Estamos em crer, porém, que também esta área continuaria a ter os campos lavrados por rústicos locais. E havia, mesmo, alguém que aí se destacava e que decidiu – ou foi obrigado – entregar-se à protecção do novo senhor. É o que deve concluir-se da circunstância de *Picon* se ter tornado servo, precisamente na sequência da presúria dos terrenos desta parte da vila: “*secundum eam [uilla] preserunt tui serui*” (“segundo aquela vila apresuraram ao teu servo”).

Antes mesmo da entrega definitiva da propriedade ao mosteiro de Lorvão (928), este continuou a receber novas dotações em redor. Já referimos a doação da vila de Algaça e dos vilares de Louredo e Sautelo, pelo rei Ordonho II¹¹³. E em 927, talvez já na perspectiva da concretização da entrega definitiva de Vila Cova – com Bermudo Ordonhes à beira do fim e desejoso de cumprir a promessa –, os monges irão

¹¹² LT 47.

¹¹³ LT 41.

comprar ao presbítero Samuel e demais herdeiros as partes que possuíam no “*porto de Uilla Coua*”, com sua várzea¹¹⁴. O quinhão vendido ao mosteiro ficava em frente à Granja do Rio e estendia-se pela margem esquerda até confinar com a “*uilla de Alquinitia*”. Os monges estavam, assim, a assegurar o monopólio da travessia naquele lugar e a garantir melhor segurança no acesso ao rio, precisamente numa zona que, no diploma de 911, era ainda designada como “*portu de Latrones*”. E só com a precedência do documento de 927 se pode explicar que, no ano seguinte, se fale nos novos limites da vila, a qual, a partir de agora, passou a contar com terrenos nas duas margens: “*diuidet cum alia Uilla Coua et cum Alquinitia et Olibaria*”¹¹⁵.

A expansão da propriedade monástica foi acompanhada por certa tensão com os vizinhos, talvez em resultado de algum abuso ou indisfarçada pressão, por parte dos monges. Disto resultou que, poucos anos depois, há uma queixa dos homens livres de *Alquinitia*, que recorrem ao conde Ximeno Dias, em 936, para julgar a disputa existente sobre os limites entre as duas vilas¹¹⁶. Esta era uma zona crítica para as ambições do mosteiro, dado que a ligação mais importante de Vila Cova à *via colimbriana* partia da Granja do Rio, usando a barca da Ronqueira, lugar onde chegava o ramal de ligação à estrada da Beira e em que o topónimo “Travassos”, junto à margem sul, estaria a sinalizar o ponto de chegada de viandantes. E o próprio termo “Ronqueira” deve evocar a antiga existência de sinais sonoros de aviso ou reconhecimento. Os limites do termo monástico, na margem sul, começavam próximo da Carvoeira – “*inter ambas Uillas Couas*” –, subiam depois pelo Sanguinho, viravam a sul até Outeiro, aí fazendo fronteira com Oliveira, para depois flectirem de novo em direcção à margem do rio, um pouco antes de Louredo¹¹⁷. O juiz Ximeno Dias, como compensação de ofício, reservou para si parte da várzea, com seu porto, mas voltará a entregar estes bens ao mosteiro dois anos mais tarde¹¹⁸. Porém, os problemas com os habitantes da periferia não desapareceram, pois o mosteiro ia adquirindo novos bens e, paulatinamente, alargando em redor a sua influência¹¹⁹. Adquire inclusive várias igrejas e um pequeno mosteiro, que reforçarão o domínio

¹¹⁴ LT 40.

¹¹⁵ LT 33.

¹¹⁶ LT 36.

¹¹⁷ ALARCÃO, Jorge de – *In territorio Colimbrie*, p. 92.

¹¹⁸ LT 34.

¹¹⁹ LT 35, 37, 38, 39, 42, 43; LP 396.

espiritual e temporal sobre as populações à volta: S. Martinho, na vila de Alcaínça (980); mosteiro de Vila Cova (998); Santa Eulália, em Penacova ou nas imediações (1098).

Esta expansão dominial deu origem a novas reclamações e veio a avivar problemas antigos. É o que se deverá concluir da função arbitral do conde D. Henrique, em 1105. O mosteiro de Lorvão, aliás competindo com o da Vacariça e a própria Sé de Coimbra, vai adquirir também bens em Penacova. Suspeitamos mesmo que o tal mosteiro de Vila Cova ficaria nesta parte. Como corolário desse seu ímpeto expansionista, os monges de Lorvão pretendiam “fazer passar o limite de *Vila Cova* pelo meio do castelo de Penacova e por *unam petram que erat super pelago de Seren in medio ribulo* e os homens de Penacova sustentavam que o limite passava pela ribeira de Abarqueira”¹²⁰. Esta ribeira fica a ocidente de Cheira, o que leva a concluir que os habitantes de Penacova, descendentes dos proprietários alodiais do tempo da presúria, não estavam esquecidos de reclamações antigas e terão aproveitado o momento para subir a contestação. Desafiados pela cobiça dos monges e, talvez, conscientes de que o mosteiro se encontraria numa posição mais frágil, face à política anti-moçárabe de Afonso VI, recorreram para o conde D. Henrique, procurando ainda recuperar o termo de Vila Cova/Cheira na parte correspondente à sua dimensão original, fixada no limite da Abarqueira. O conde D. Henrique não atendeu as pretensões dos monges, tendo determinado o limite entre Penacova e Vila Cova “*per penedos que sunt inter Pena Cova et Avarqueira, impronante a petra coguluda qui stat in cabo de vineas*”. Ou seja, no fim da parte agricultada, podendo os tais penedos coincidir com os pequenos esporões situados abaixo do caminho que desce de Chaínho para Cheira e entronca a meio da via de ligação desta última com Penacova, à cota superior¹²¹. Da sentença do conde D. Henrique pode ainda verificar-se que a área da Vila Cova afecta ao mosteiro tinha aumentado consideravelmente na última centúria. Os limites do respectivo termo, na parte ocidental, estendiam-se

¹²⁰ ALARCÃO, Jorge de – *In territorio Colimbrie*, p. 95. Jorge de Alarcão, que aqui estamos a acompanhar, tem uma conclusão diferente. Para este investigador, depois de comentar argumentos acerca de várias localizações possíveis, acaba por defender que a Vila Cova da presúria de 911 ficava na Granja do Rio e que se situaria em Cheira a Vila Cova dos herdeiros independentes. Acrescenta ainda que, sendo Cheira um lugar de revindicação comum, os monges teriam levado a melhor e empurrado os proprietários alodiais para Penacova (ALARCÃO, Jorge de – *In territorio Colimbrie*, pp. 88-96).

¹²¹ Cf. *Carta Militar de Portugal*, 1:25.000, fol. 231.

agora até à Ribeira de Valbom, próximo da actual fronteira com o concelho de Coimbra e, para norte do rio Mondego, embora os dados não sejam tão explícitos, tendia já a envolver o próprio mosteiro de Lorvão.

Esta nossa interpretação sobre “*ambas Uilla Couas*” é perfeitamente compatível com os dados contidos num *Livro de Índices* do mosteiro, do século XVIII, transcritos através de Jorge de Alarcão, por amável informação de Nelson C. Borges: “Villa de Penacova e Cheira / Tem este Most^o algumas propriedades / dentro na villa de Pena Cova e seu / limite, e Casal de Cheyra que antigam.^{te} / se chamava Villa Cova”¹²². A dita herdade de Vila Cova/Cheira, directamente vinculada ao facho do Penedo do Castro, distingue-se não só pela sua amplitude – recordemos que englobaria a Granja do Rio e se estendia, logo em 928, até aos limites de Louredo, na margem esquerda do Mondego –, mas também pela função estratégica, com o seu posto de observação e comunicação inter-regional. Coincide com o já referido Penedo do Cambo ou da Cheira, acerca do qual, também nas *Memórias Paroquiais* de 1758, no relatório sobre Penacova, ao aludir à elevação serrana existente sobre a vila, se anota que no extremo ficava o chamado “Cabeço do Alarde”. Esta outra designação – a somar às duas anteriores – induz a pensar que aí chegou mesmo a existir uma guarnição militar. Não seria apenas um mero posto gerido por gente local. Não sabemos a que época remonta tal designação, embora seja um termo de origem árabe (*al-ardh*). Porém, o que não pode deixar de se acentuar é que esta *Uilla Coua* dos LT 33 e 47 foi um elemento relevante do processo fundacional da casa monástica de Lorvão e da colonização galaico-asturiana no médio Mondego.

Tanto Lorvão, como Penacova, são claros testemunhos da existência de um povoamento cristão anterior à fase das presúrias, o qual acabará por ser parcialmente absorvido e radicalmente transformado por estas últimas. É possível que, no início da Alta Idade Média, a população cristã herdeira da paróquia sueva de *Lurbine* tivesse uma existência relativamente pacífica e quase autossuficiente. Esta situação veio a alterar-se com a acção desencadeada a mando de Bermudo Ordonhes, em possível articulação com o príncipe Ordonho, de modo a fortalecer a

¹²² ALARCÃO, Jorge de – *In territorio Colimbrie*, p. 94.

fronteira do Mondego e consolidar a mais recente expansão do reino asturiano. Bermudo ficara fisicamente diminuído desde a primeira revolta contra o rei, seu irmão, que o mandou cegar. Um dos seus auxiliares terá sido Idris, um árabe de nobre linhagem que – por motivo desconhecido – poderia estar também refugiado junto da Corte de Lafões. É bem provável que tenha sido ele a comandar, no terreno, a apropriação de uma parte da Vila Cova. Apesar da posse da metade ocidental da *uilla* ter sido entregue por uma vida a Bermudo Ordonhes, é possível que, já a partir de então, esta terra pudesse estar a ser explorada em benefício dos monges de Lorvão, por herdeiros dependentes do príncipe asturiano, o patrono do mosteiro até ao ano de 928¹²³. Tratar-se-ia de um meio de sustento algo semelhante ao que vem consignado documentalmente, um pouco mais tarde, acerca das rendas devidas por treze reideiros dessa Vila Cova¹²⁴. Em certa medida, nos inícios do século X, poderemos estar aqui perante uma situação próxima daquela que é referida também a respeito de S. Miguel de Negrelos (Guimarães), cujos patronos tomaram a respectiva *uilla* por presúria e aí fundaram um mosteiro. Neste caso, *uilla* e mosteiro coincidem no mesmo espaço. Mas é de realçar o testemunho que os fundadores dão das benfeitorias que realizaram na sua propriedade, sublinhando que o bispo “*ordinavit... que fecesemus ei date et ingenuassimus eam*”¹²⁵. À semelhança disto, a exploração da Vila Cova/Cheira poderia ter funcionado precisamente como propriedade ingénua, ao serviço do mosteiro, passando mais tarde para a propriedade plena deste último, em obediência ao acordado entre Ordonho II e o príncipe Bermudo. A sua maior vizinhança ao mosteiro e directa relação com o vale do Mondego, assim como a anterioridade cronológica da documentação que lhe diz respeito, levam a concluir que a exploração de Vila Cova possa ter feito parte do dote associado à fundação do cenóbio laurbanense.

¹²³ Em Vila Cova haveria agricultores rendatários – os *homines* do senhor da “*uilla*” – e agricultores independentes, à semelhança do que C. A. Ferreira de Almeida também identificara na vila de Santa Eulália de Águas Santas (DC 13). Nesta “*uilla*”, sita na freguesia de Rio Covo (Barcelos), este investigador contabilizou 25 servos dependentes dos bispos Nausto de Coimbra e Sisnando de Compostela, além de, pelo menos, 5 proprietários alodiais que são nominalmente identificados no documento (ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – “Ainda o documento XIII dos *Diplomata et Chartae*”. *Revista da Faculdade de Letras – História* I (1970), p. 104).

¹²⁴ LT 35.

¹²⁵ LM 65.

Com o movimento das Presúrias assiste-se, assim, à intensa reforma senhorial do território e ao acentuar da militarização desse espaço, cuja unicidade é espelhada na designação “*territorio de Miranda*”. A reconquista de Almançor trouxe alguns momentos de instabilidade, mas talvez temporários. E, de facto, há indícios de que o mosteiro de Lorvão, após a conquista de Almançor, tenha conseguido recuperar alguma da sua pacífica existência e haja conservado os pontos estratégicos em que assentava o seu domínio em redor¹²⁶.

Estamos em crer que o posicionamento militar e administrativo das autoridades muçulmanas se deslocou ligeiramente para montante, deixando a área de Penacova mais à conta dos monges de Lorvão. Tais autoridades estariam especialmente preocupadas em controlar o importante nó localizado na confluência do Dão e do Mondego, um ponto sensível das ligações entre Coimbra e a Beira interior, incluindo o acesso à estratégica cidade de Viseu. É o que nos levam a crer dois topónimos aí existentes e de significado complementar: “Porto de Raiva” e “Almaça”. No primeiro caso, estamos quase seguramente perante um *ribat*, que controlava o mais sinuoso meandro do rio, para reforçar a defesa do lugar onde deveria estar sediado o “superintendente da terra” (*al-massâh*). Em Castelo de Paiva, no vale do Douro, existe também o topónimo “Raiva”, que um documento de 1062 ainda refere como “*Arrabia*”, derivado do árabe “*ar-râbita*” ou “*ribât*”¹²⁷. Quanto a Almaça, é hoje um lugar pertencente ao concelho de Mortágua e cuja localização, na confluência da ribeira do mesmo nome com o rio Mondego, lhe conferia bastante segurança nesse conturbado período altomedieval. É quase certo que aí estacionaria algum representante do governo cordovês. Há mesmo a passagem de um documento, do ano 998, que se refere já a essa autoridade regional que, pelo menos no início, agia com alguma hostilidade para com os monges: “*que illis peteuat potestate qui erat in illa terra*”¹²⁸. Estamos em crer que tudo isto tenha acontecido somente após a reconquista de Almançor (987), dada a circunstância de que, no que respeita aos

¹²⁶ BRANCO, Maria João – “Reis, condes, mosteiros e poderes: O mosteiro de Lorvão no contexto político do reino de Leão”, pp. 65-68.

¹²⁷ BARROCA, Mário Jorge – “Muçulmanos e cristãos no Douro português (século VIII-IX)”. In SEBASTIÁN, Luís (coord.) – *Vindos de longe: estrangeiros no Douro. Actas das 4^{as} Conferências do Museu de Lamego/CITCEM* [Em linha]. Lamego: CITCEM/Museu de Lamego, 2016, p. 37. [Consultado a 4 Dezembro 2021]. Disponível em <https://museudelamego.gov.pt/investigacao/atas-de-conferencias/>.

¹²⁸ DC 178.

ribats com fins paramilitares, a sua proliferação somente terá ocorrido depois de meados do século IX, sendo por isso improvável que tivesse aí funcionado algo do género antes das primeiras presúrias. Além do mais, a região não tinha, até essa altura, a importância estratégica que lhe veio a ser reconhecida no século XI, com os cercos cristãos a Viseu e a Coimbra.

A concluir, não é de mais sublinhar que o *Liber Testamentorum* reserva ainda surpresas insuspeitas, convocando novas pesquisas, interdisciplinares e de contexto. Apesar do esforço realizado para melhor entender e difundir o cartulário laurbanense, através da edição analítica integrada na série “Fuentes y Estudios de Historia Leonesa” (2008), subsistem muitos problemas de ordem cronológica e de interpretação do próprio conteúdo de certos diplomas¹²⁹. Com este estudo, procuramos demonstrar isso mesmo, socorrendo-nos também da arqueologia e da análise estilística de uma escultura coeva, para rever o controverso enigma das origens medievais do mosteiro de Lorvão¹³⁰.

¹²⁹ Correspondência numérica dos documentos citados entre a edição do *Liber Testamentorum* e os *Diplomata et Chartae*: LT 1 = DC 37; LT 2 = DC 94; LT 5 = DC 92; LT 19 = DC 15; LT 32 = D C116; LT 33 = DC 34; LT 34 = DC 47; LT 36 = DC 42; LT 37 = DC 179; LT 38 = DC 379; LT 39 = DC 217; LT 40 = DC 33; LT 41 = DC 2; LT 42 = DC 165; LT 43 = DC 127; LT 47 = DC 3; LT 48 = DC 139; LT 49 = DC 145; LT 58 = DC 107. Os documentos LT 35 e LT 71 estão transcritos por AZEVEDO, Rui de – *O mosteiro de Lorvão*, docs. 1 e 4.

¹³⁰ Agradecemos a Tânia Sofia L. Antunes e a Pedro Matos a cedência da fonte com que foram trabalhadas, respectivamente, as figs. 6 e 12; a Paulo C. Santos a cedência da imagem da **Fig. 2**; à C.M. de Penacova a imagem e os dados relativos à fotografia reproduzida na **Fig. 8**; a Cláudio Almeida o arranjo gráfico das **Figs. 1, 3, 4 e 12**; a Nuno Tasso de Sousa o tratamento final da **Fig. 6**, em AutoCAD.

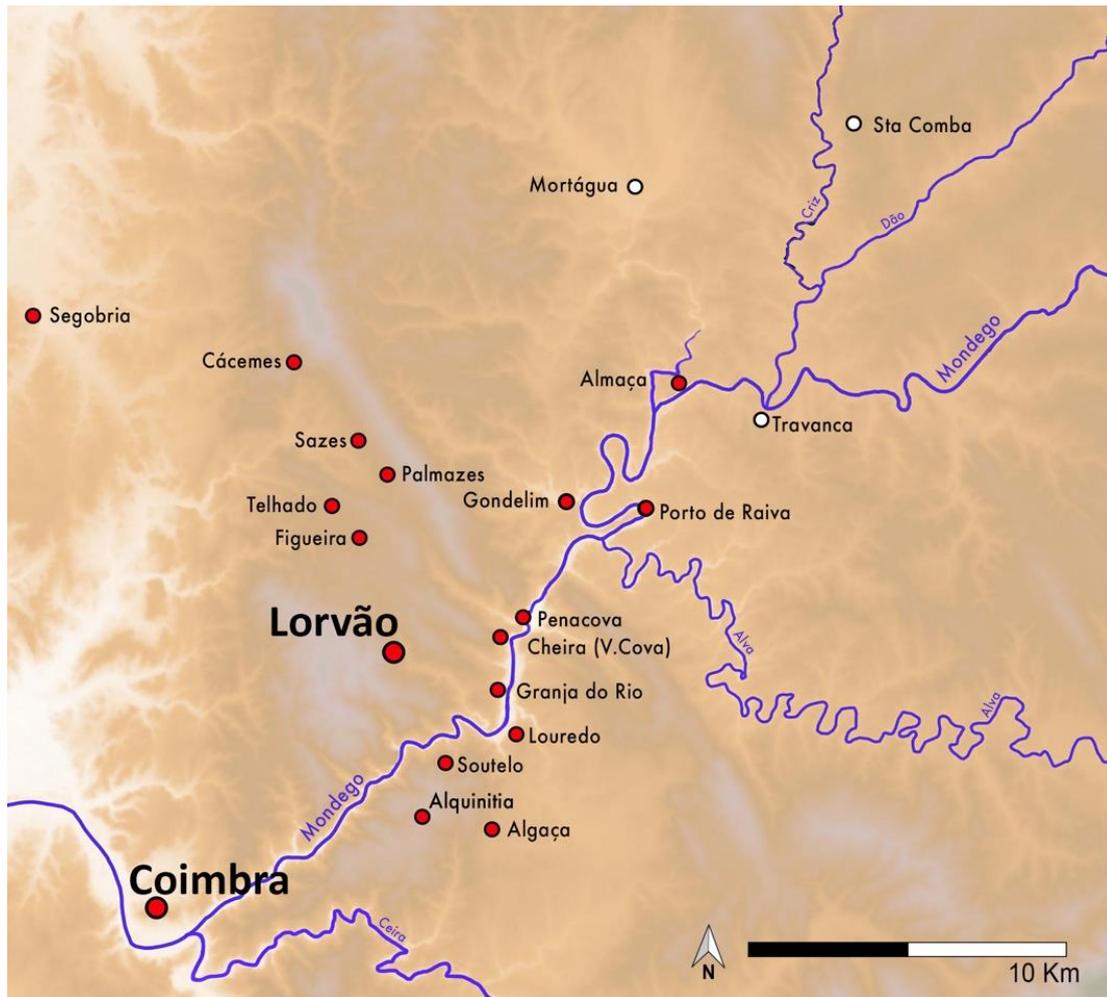


Fig. 12 – Mapa com a localização do mosteiro de Lorvão e dos principais sítios mencionados no texto (a vermelho) e, tal como os demais, já existentes no século X (Fonte: cortesia de Pedro Matos, CEAACP-FCT. Arranjo gráfico: Cláudio Almeida).

Referências bibliográficas

Fontes

Le cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI^e-XIII^e). Ed. Robert Durand. Paris: Centro Cultural Português da FCG, 1971.

Colección diplomática del Monasterio de Celanova (842-1230), 3 vols. Ed. Emilio Sáez y Carlos Sáez. Alcalá de Henares: Universidad de A. de H., 1996-2006.

Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae. Ed. lit. Avelino de Jesus da Costa, rred. Lit por José Marques. Braga: Arquidiocese de Braga, 2016.

Liber testamentorum coenobii laurbanensis (estúdios). Ed. Aires A. Nascimento y José M. Fernández Catón. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2008.

Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra. Edição crítica por Manuel Augusto Rodrigues e Avelino de Jesus da Costa. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

Portugaliae Monumenta Historica...: Diplomata et Chartae. Lisboa: Academia das Ciências, 1867-.

Portugaliae Monumenta Historica...: Inquisitiones. Lisboa: Academia das Ciências, 1856-.

Tumbo A de la Catedral de Santiago. Ed. Manuel Lucas Álvarez. Santiago de Compostela: Cabildo de la Catedral; Seminario de Estudos Galegos, 1998.

Tumbo B de la catedral de Santiago. Ed. María T. González Balasch. Santiago de Compostela: Cabildo de la Catedral; Seminario de Estudos Galegos, 2004.

Estudos

ALARCÃO, Jorge de – *In territorio Colimbrie: lugares velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2004.

ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: A montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

ALARCÃO, Jorge de – *Do Douro ao Mondego, de Afonso Magno a Almançor*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património, 2019.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – “Ainda o documento XIII dos *Diplomata et Chartae*”. *Revista da Faculdade de Letras – História I* (1970), pp. 97-107.

ALMEIDA, David G. de – *História(s) mal contada(s) – Andanças da Igreja Paroquial da vila de Penacova*. 23 de Setembro de 2020 [Em Linha]. [Consultado a 22 Novembro 2021] Disponível em penacovactual.pt.

ANTUNES, Tânia Sofia Lopes – *Lorvão: Um mosteiro e um lugar*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013. Dissertação de Mestrado.

AZEVEDO, Rui de – *O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*. Lisboa: Bertrand, 1933.

BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. 3 vols. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

BARROCA, Mário Jorge – “Muçulmanos e cristãos no Douro português (século VIII-IX)”. In SEBASTIÁN, Luís (coord.) – *Vindos de longe: estrangeiros no Douro. Actas das 4^{as} Conferências do Museu de Lamego/CITCEM* [Em linha]. Lamego: CITCEM/Museu de Lamego, 2016, pp. 33-48. [Consultado a 4 Dezembro 2021]. Disponível em <https://museudelamego.gov.pt/investigacao/atas-de-conferencias/>.

BORGES, Nelson Correia – “A pedra visigótica do Mosteiro de Lorvão”. *Mundo da Arte* 13 (1983), pp. 57-58.

BORGES, Nelson Correia – “Lucêncio, bispo de Conímbriga, e as origens do Mosteiro de Lorvão”. *Conimbriga* 23 (1984), pp. 143-158.

BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade, das origens a 1737*. 2 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

BRANCO, Maria João – “Reis, condes, mosteiros e poderes: O mosteiro de Lorvão no contexto político do reino de Leão (sécs. IX-XII)”. In NASCIMENTO, Aires A.; FERNÁNDEZ CATÓN, José M. (eds.) – *Liber testamentorum coenobii laurbanensis (estudios)*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2008, pp. 27-80.

CABALLERO ZOREDA, Luís; RODRÍGUEZ TROBAJO, Eduardo – *Las iglesias asturianas de Pravia y Tuñon. Arqueología de la Arquitectura*. Madrid: CSIC, 2010.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias do Distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: (Minhografe. Artes Gráficas), 2010.

CARRIEDO TEJEDO, Manuel – “Los episcopologios portugueses en los siglos IX-X, através de dos obispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927), y su situación a comienzos del siglo XI”. *Bracara Augusta* 48 (1998-1999), pp. 311-401.

CASTRO VALDÉS, César G. – *Arqueologia cristiana de la Alta Edad Media en Asturias*. Oviedo: Instituto de Estudios Asturianos, 1995.

CEBALLOS ESCALERA, Alfonso – *Reyes de Leon (30). Ordoño III 951-956, Sancho I 956-966, Ordoño IV 958-959, Ramiro III 966-985, Vermudo II 982-999*. Burgos: Editorial La Olmeda, 2000.

CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1952.

COTARELO VALLEDOR, Armando – *Historia crítica y documentada de la vida y acciones de Alfonso III El Magno, último rey de Asturias*. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1933.

COUTO, Joaquim Leitão; ALMEIDA, David – *Patrimónios de Penacova: Apontamentos para a sua valorização e divulgação*. Penacova: Câmara Municipal de Penacova, 2017.

CRUZ, Carlos Manuel Simões – *Carta arqueológica do concelho de Cantanhede*. Cantanhede: Município de Cantanhede, 2005.

DAVID, Pierre – “Les saints patrons d’églises entre Minho et Mondego jusqu’à la fin du XI siècle”. *Revista Portuguesa de História* 2 (1943), pp. 221-254.

FERNANDES, A. de Almeida – *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*. Separata do *Arquivo do Alto do Minho*. Viana do Castelo: Viúva de José de Sousa, Filhos Lda., 1968.

FERNANDES, Paulo Almeida– *Matéria das Astúrias. Ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa no actual centro de Portugal, séculos VIII-X*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017. Tese de doutoramento.

FERNANDES, Paulo Almeida; REAL, Manuel Luís– “A construção e as artes ao tempo de D. Sesnando (Parte1)”. *Portugalia* 41 (2020), pp. 123-168.

GARCIA RODRIGUEZ, Carmen – *El culto de los Santos en la España romana y visigoda*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1966.

GOMES, Saúl António – “Coimbra e Santiago de Compostela: Aspectos de um inter-relacionamento nos séculos medievos”. *Revista Portuguesa de História* 34 (2000), pp. 453-490.

GOUVEIA, Mário de – *O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense: Os Anais de Lorvão e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XII)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008. Dissertação de Mestrado.

GOUVEIA, Mário de – “Hermenegildo Guterres e a presúria de Coimbra (séc. IX-X)”. In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.) – *Olhares sobre a História: Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 279-292.

GOUVEIA, Mário de – “Apresentação de tese. *O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense: os “Anais de Lorvão” e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XII)*. Tese de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 2008. Orientação do Prof. Doutor José João da Conceição Gonçalves Mattoso e do Prof. Doutor Luís Filipe Llach Krus”. *Medievalista Online* [Em Linha] 8 (Julho-Dezembro 2010). [Consultado a 4 Dezembro 2021]. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/334/322>. DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.470>.

GOUVEIA, Mário de – “O essencial sobre a analística monástica portugalense (séc. XI-XII)”. *Lusitania Sacra* 25 (2012), pp. 183-226.

KRUS, Luís – “A produção do passado nas comunidades letradas do Entre Minho e Mondego nos séculos XI e XII - as origens da analística portuguesa”. In KRUS, Luís – *A construção do passado medieval. Textos inéditos e publicados*. Lisboa: IEM, 2011, pp. 235-258.

MATTOSO, José – *A nobreza medieval portuguesa*. Lisboa: Ed. Estampa, 1981.

MATTOSO, José – «Recensão: Nascimento, Aires A.; e Fernández Catón, José M. (eds.) – *Liber testamentorum coenobii laurbanensis (estudios)*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”». *Medievalista online* [Em Linha] 7 (2009). [Consultado a 4 Dezembro 2021]. <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/350/340>.

PÉREZ DE URBEL, Fray Justo – “Jimenos y Velas em Portugal”. *Revista Portuguesa de História* 5/2 (1951), pp. 475-492.

QUINTANA PRIETO, A. – *La “Tiranía” de Bermudo, el Ciego, en Astorga*. Separata de *Archivos Leoneses*, nº 41. Leon, 1967.

REAL, Manuel Luís – *A organização do espaço arquitectónico entre Beneditinos e Agostinhos, no séc. XII*. Separata de *Arqueologia*. Porto: GEAP, 1983.

REAL, Manuel Luís – “O castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões”. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património* 12 (2013), pp. 203-230.

REAL, Manuel Luís – “O papel das elites na definição progressiva do território: A sua presença na senhorialização da «Fronteira Beirã» (séculos IX-XI)”. In TENTE, Catarina (ed.) – *Do Império ao Reino: Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal, 2018, pp. 297-339.

REAL, Manuel Luís – “A ortodoxia romana dos moçarabes de Coimbra, através da escultura ornamental”. *Arqueologia Medieval* 15 (2020), pp.147-180.

RODRÍGUEZ FERNANDEZ, Justiniano – *Ramiro II, rey de Leon*. Madrid: CSIC: Instituto Jeronimo Zurita, 1972.

RODRÍGUEZ FERNANDEZ, Justiniano – *Reyes de Leon (28). Garcia I 910-914, Ordoño II 914-924, Fruela II 924-9256, Alfonso IV 925-931*. Burgos: Editorial La Olmeda, 1997.

SÁEZ, Emilio – “Los ascendientes de San Rosendo”. *Hispania* 8/30-33 (1948), pp. 3-233.

SAINT-CLAIR, Thomas – *A series of views of the Principal Occurrences of the Campaigns in Spain and Portugal, taken during the Peninsular War*. London: P. & C. Colnaghi, 1815.

SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio – *Estudios sobre Galicia en la temprana Edad Media*. La Coruña: Fundacion Barrié de la Maza, 1981.

UTRERO AGUDO, Maria de los Ángeles – *Iglesias tardoantiguas y altomedievales en la Península Ibérica: Análises arqueológico y sistemas de abovedamiento*. Madrid: CSIC, 2006.

VALDÉS GALLEGO, José Antonio – “La donación otorgada por Alfonso III a San Salvador de Oviedo en el año 908”. *Boletín del Real Instituto de Estudios Assturianos* 150 (1997), pp. 243-260.

Obras de referência:

Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

REAL, Manuel Luís – “A presúria de “Uilla Coua” e as origens do Mosteiro de Lorvão: os documentos 19 e 47 do *Liber Testamentorum* e o contributo da arqueologia”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 43-103. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**Coimbra, Tolède, Lisbonne: “Chrétiens
Arabisés” dans l’Hispanie de la “Reconquête”**

**Coimbra, Toledo, Lisbon: “Arabised Christians” in Iberia of the
“Reconquista”**

Jean-Pierre Molénat

Centre National de la Recherche Scientifique – Institut de Recherche et d’Histoire des
Textes (CNSR-IRHT), section arabe
F-75005 Paris, France

jpmolenat@free.fr

<https://orcid.org/0000-0002-8173-9119>

Data recepção do artigo / Received for publication: 5 de Outubro de 2021
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 25 de Fevereiro de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5644>

RÉSUMÉ

À Coïmbre, en 1064, comme à Tolède, en 1095, et à Lisbonne, en 1147, la prétendue "Reconquête" venue du nord de la péninsule, voire de plus loin, trouve sur place des groupes de chrétiens arabisés, que l'on désigne communément comme "mozarabes". Mais le destin de ceux-ci s'avère bien différent selon les cas. Alors qu'à Tolède les mozarabes donnent le ton, au moins linguistiquement, jusqu'à l'extrême fin du XIII^e siècle, le mozarabisme s'efface rapidement dans les deux capitales portugaises, disparaissant dès le courant du XII^e siècle. Cet article est un effort pour expliquer la différence et en trouver la cause.

Mots-clé: Mozarabes; Al-Andalous; Reconquête; Almohads; Arabization.

ABSTRACT

At Coimbra, in 1064, as at Toledo, in 1095, and again at Lisbon, in 1147, the so-called "Reconquest" coming from the north of the peninsula, even from further afield, found on the spot groups of Arabized Christians, who are commonly referred to as "Mozarabs". But the fate of them all turns out to be very different from case to case. While in Toledo the Mozarabs set the tone, at least linguistically, until the very end of the 13th century, the Mozarabism did fade out rapidly in the two Portuguese towns, disappearing as early as the course of the 12th century. This article is an effort to explain that difference and to find its cause.

Keywords: Mozarabs; Al-Andalus; Reconquest; Almohads; Arabization.



En premier lieu, on s'efforcera d'éviter, dans toute la mesure du possible, le terme de “mozarabes”, qui a donné lieu à trop d'extrapolations hasardeuses, pour employer celui, plus neutre, de “chrétiens arabisés”, au surplus strictement conforme au sens étymologique de “mozarabes” (*musta'rib* ou *musta'rab*, soit arabisant ou arabisé¹). Mais il sera, en définitive, impossible de l'éviter complètement, pour des raisons de commodité, plutôt que de lourdes périphrases.

On distingue trois étapes, ou trois moments, dans l'histoire de ces chrétiens arabisés de la Péninsule Ibérique. En premier lieu se manifeste leur existence comme une minorité dans l'Andalus des Omeyyades et des taïfas, puis vient leur présence, probablement ou peut-être, à la suite de leur émigration, sur les terres chrétiennes du Nord de la péninsule, et spécialement dans le royaume de León. Enfin ils se retrouvent sur les terres récemment “reconquises”, ou conquises, selon ce qu'on préférera dire, par les chrétiens du Nord péninsulaire, à partir de la fin du XI^e siècle². On laissera ici de côté les deux premières étapes, pour concentrer l'attention sur l'ultime période du phénomène de l'existence, à priori paradoxale, de populations chrétiennes arabisés, au moins du point de vue linguistique, dans la péninsule Ibérique médiévale.

Coïmbre, 1064; Tolède, 1095; Lisbonne, 1147. Ce sont trois moments où la conquête “chrétienne” ou “féodale”, venue du Nord péninsulaire, voire de terres plus lointaines de la géographie européenne, dans le cas de Lisbonne, trouve sur place dans les villes qu'elle vient de prendre à l'islam d'al-Andalus, des populations qui s'y étaient maintenues sous le statut de *ḍimmī/s*, certes sans qu'elles ne se soient converties à la religion prêchée par Mahomet, mais qui s'étaient plus ou moins acculturées, notamment au niveau linguistique, ce qui permet de parler à leur

¹ Étant donné la confusion, dans la plupart des dialectes arabes, y compris celui, ou ceux, d'al-Andalus, entre les participes actifs en “i” et les passifs en “a”, les formes *musta'rib* et *musta'rab* sont équivalentes, bien que la première soit grammaticalement logique, quand la seconde, celle usitée en al-Andalus, se reflète dans son emprunt des langues romanes.

² Ces trois étapes ont été distinguées dans MOLÉNAT, Jean-Pierre – “L'anthroponymie des chrétiens arabisés de la péninsule Ibérique médiévale: le double nom des “mozarabes”, IX^e-XIII^e siècles”. *Hamsa. Journal of Judaic and Islamic Studies* 3 (2016-2017), pp. 78-90.

propos, sans intentions péjoratives ni apologétiques, de “chrétiens arabisés” ou de “mozarabes” au sens propre du terme.

Le fait de cette permanence chrétienne notamment dans ces trois centres urbains et leur environnement, sous la domination islamique, jusqu’à l’arrivée des conquérants venus du Nord, mérite que l’on s’y arrête ici, soit pour la maintenir, contre les affirmations qui prétendent parfois la nier³, soit pour y apporter des nuances importantes, contre les exagérations démesurées qui lui sont trop fréquemment apportées⁴. Tout d’abord contre la dénégation radicale, dans le cas de Lisbonne, il convient de repousser les affirmations selon lesquelles une présence chrétienne était impossible dans la ville islamique au moment de la conquête de 1147. Cette affirmation est démentie par les textes qui rapportent les incidents de cette conquête, sur lesquels on reviendra. Certains auteurs, allant plus loin, n’hésitent pas à affirmer que les chrétiens de la Lisbonne islamique vivaient principalement dans des quartiers spécifiques, les *moçarabias*, sans que l’on aperçoive clairement sur quoi ils se basent, sinon sur la toponymie, et la dédication des églises, postérieurement à la conquête chrétienne⁵. L’un d’entre eux ajoute, sans donner plus de référence, que, sous la domination islamique, la présence chrétienne dans la ville était certainement supérieure à celle des musulmans⁶, affirmation en contradiction ne serait-ce qu’avec le témoignage du voyageur norvégien, le prince Sigurd, lequel décrit Lisbonne, dans la première moitié du XII^e siècle, comme à

³ EPALZA, Mikel de – “Falta de obispos y conversión al Islam de los cristianos de al-Andalus”. *Al-Qanṭara* 15 (1994), pp. 385-400.

⁴ Un exemple de ces exagérations: MIRANDA CALVO, José – “La ayuda mozárabe en la reconquista de Toledo”. In *Simposio Toledo Hispanoárabe* (Tolède, 6-8 mai 1982). Tolède: Colegio Universitario, 1986, pp. 153-166.

⁵ Outre Carlos Guardado de Silva, cité infra, MATOS, José Luis de – *Lisboa Islâmica*. Lisbonne: Instituto Camões, 1999, chap. 5, pp. 31-35, “S. Vicente e as comunas cristãs”, et FERNANDES, Paulo Almeida – “A marginalidade do lado cristão: o breve exemplo dos moçarabes de Lisboa”. In *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno*. Vol. III. Porto: Livraria Civilização, 2003, pp. 1231-1237.

⁶ SILVA, Carlos Guardado da – “Lisboa no reinado de D. Afonso Henriques”. In SALVADO, Salette (coord.) – *Afonso I de Portugal: nos 900 anos do seu nascimento*. Lisboa: Grupo dos Amigos de Lisboa-Câmara Municipal, 2012, pp. 149-171; SILVA, Carlos Guardado da – “Lisboa: da cidade de fronteira à afirmação da capital do reino, 1147-1383”. *Férula: Revista da Associação para estudos históricos interdisciplinares* [En ligne] 3 (Mar. 2013), pp. 24-34. Accessible à <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/30034>; SILVA, Carlos Guardado da – *Lisboa medieval. A organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Ed. Colibri, 2008, p. 103.

moitié chrétienne et à moitié païenne, c'est à dire, de son point de vue, musulmane⁷.

La présence “mozárabe” dans la Tolède de 1085 est démentie par certains auteurs qui veulent voir dans les chrétiens arabisés attestés dans la ville postérieurement à cette date, des musulmans qui se seraient convertis au christianisme pour rester et ne pas émigrer devant la conquête chrétienne⁸. Mais cette thèse ne repose sur aucun fondement précis, et contredit le fait, parfaitement attesté, de la présence musulmane, en la personne des “mudéjars”, dans les royaumes chrétiens de la péninsule, y compris la Castille, jusqu'à l'extrême fin de la période médiévale. Les juristes (*fuqahā'*) musulmans de l'époque surent trouver, jusqu'aux conversions forcées des premières années du XVIe siècle, des accommodements à l'obligation d'émigrer des terres d'infidélité, fondée sur des versets du Coran, et donc en principe intangibles⁹.

Il convient certes d'apporter des nuances importantes à la vision traditionnelle selon laquelle la Tolède islamique antérieure à 1085 était en fait une ville “mozárabe”, dominée par ses éléments chrétiens. On a fait remarquer qu'aucun des textes sur lesquels certains auteurs ont voulu s'appuyer pour le faire, ne mentionne explicitement l'élément chrétien dans la ville, ainsi dans le cas de la bataille du Guadalacete en 240 H/854, moment où le souverain léonais, Ordoño I, envoya son frère, le comte du Bierzo¹⁰, Gatón, contre l'émir omeyyade Muḥammad I, à l'appui des “Tolédans”, mais non pas des “chrétiens de Tolède”, notera-t-on¹¹. Mais il est impossible de nier totalement une telle présence, encore qu'elle fût certainement

⁷ MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Les mozarabes du Ġarb al-Andalus du IXe au XIIe siècle”. *Arqueologia Medieval* 12 (2012), pp. 247-265. DOZY, Reinhardt – *Los Vikingos en España*. Madrid: Ediciones Polifemo, 1987, pp. 74-76; DOZY, Reinhardt – *Recherches sur l'histoire et la littérature de l'Espagne pendant le Moyen Âge*. 3e éd. Paris-Leyde: Maisonneuve – E. J. Brill, 1881, t. 2, p. 324. FERREIRO ALEMPARTE, Jaime – *Arribadas de Normandos y Cruzados en las costas de la Península Ibérica*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 1999, pp. 62-65.

⁸ RUBIERA MATA, M. J. – “Les premiers Mores convertis ou les prémices de la tolérance”. In CARDAILLAC, L. (dir.) – *Tolède XIIIe-XIIIe siècles. Musulmans, chrétiens et Juifs: le savoir et la tolérance*. Paris: Autrement, 1991, pp. 102-111.

⁹ MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Le problème de la permanence des musulmans dans les territoires conquis par les chrétiens, du point de vue de la loi islamique”. *Arabica* 48/ 3 (2001), pp. 392-400.

¹⁰ En même temps que venaient d'autres contingents chrétiens, provenant du royaume de Pampelune.

¹¹ SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio – “La Jornada del Guadelecete”. *Boletín de la Real Academia de la Historia* 100 (1932), pp. 691-700. L'illustre historien ne parle pas là des chrétiens de Tolède, mais des Tolédans, et des polythéistes, ou Galiciens, pour les Asturiens.

minoritaire¹². La proportion des six paroisses mozarabes face aux ving-trois paroisses latines dans la Tolède postérieure à sa reconquête, où certains des meilleurs historiens ont voulu voir le reflet de la composition de la population urbaine après 1085¹³, paraîtra être bien plutôt l’image de la minorité mozarabe de la ville durant la période islamique de son histoire, ainsi qu’il sera expliqué plus loin. L’argument avancé en sens contraire, selon lequel les édifices des églises paroissiales “mozarabes” de Tolède ne présenteraient pas de structures antérieures au XIIe siècle¹⁴, ne semble pas décisif. Comment pourrait-on imaginer que l’on ait édifié à cette date des églises dans la ville, sur des emplacements qui n’aient pas été antérieurement des lieux de culte, soit musulman, soit chrétien? Comment irait-on penser que l’on ait accordé aux “mozarabes” tolédans, ou seulement, semble-t-il, à certains d’entre eux, la pratique du rite wisigothique, supprimé partout ailleurs, autrement que pour le motif, allégué par la tradition, bien que non attesté par les documents, de la permanence du culte, selon ce rite, dans ces églises, durant la période de la domination islamique dans la ville? et cela même si ce motif n’est en réalité qu’un prétexte invoqué pour justifier l’exception faite à la règle partout observée ailleurs du passage du rite wisigothique au rite latin¹⁵.

En tout état de cause, le texte du *fuero* de 1101 accordé par Alphonse VI aux mozarabes de Tolède affirme clairement que le souverain a trouvé certains d’entre eux dans la ville, en les distinguant de ceux qu’il y a fait venir, selon les propres paroles du souverain, des terres étrangères, c’est à dire de l’Andalousie, au sens

¹² MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Y a-t-il eu des mozarabes à Tolède du VIIIe au XIe siècle?”. In *Entre el califato y la taifa: Mil años del Cristo de la Luz. Actas del Congreso Internacional, Toledo, 1999*. Tolède: Asociación de Amigos del Toledo Islámico, 2000, pp. 97-106.

¹³ GONZÁLEZ, Julio – *Repoblación de Castilla la Nueva*. Madrid: Universidad Complutense, Facultad de Filosofía y Letras, 1975.

¹⁴ APARICIO BASTARDO, J. A. – “Evolución de la topografía religiosa cristiana altomedieval en la urbe toledana: las iglesias de los mozárabes”. In *IV Congreso de Arqueología Medieval Española, Sociedades en transición*. Tomo II. Alicante: Asociación Española de Arqueología Medieval, 1994, pp. 31-37, et APARICIO BASTARDO, J. A. – “Notas para la aproximación al estudio de las iglesias de mozárabes en la urbe toledana”. *Anaquel de Estudios Árabes* 4 (1993), pp. 9-24. AILLET, Cyrille – “Islamisation et évolution du peuplement chrétien en al-Andalus, VIIIe-XIIe siècle”. In VALÉRIAN, Dominique (éd.) – *Islamisation et arabisation de l’Occident musulman médiéval (VIIe-XIIIe siècle)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011, pp. 151-192, spécifiquement pp. 154-155.

¹⁵ Ricardo Izquierdo suggère un processus inverse de celui proposé ici, soit une augmentation du nombre des paroisses mozarabes de Tolède dans le courant du XIIe siècle, avec l’arrivée des réfugiés venus du sud péninsulaire (IZQUIERDO BENITO, Ricardo – “Toledo a comienzos del siglo XII”. In *Commemoración del IX centenario del fuero de los mozárabes*. Tolède: Instituto de Estudios Visigótico-Mozárabes, 2003, pp. 25-53).

géographique actuel, encore islamique, et à ce moment là (1101) au pouvoir des Almoravides¹⁶.

Pour ce qui concerne Coïmbre, tous les auteurs s'accordent pour voir dans la ville du Mondego un foyer de mozarabisme. Il pourrait difficilement d'ailleurs en être autrement, étant donné l'alternance des dominations chrétienne et islamique dans la région avant 1064: conquise pour le royaume de León en 878, la cité retourna, avec ses environs, au pouvoir des musulmans en 987, à l'époque d'Almanzor (le *ḥāǧib* al-Manṣūr), dans ce qui constitue la seule véritable entreprise durable de reconquête islamique jamais entreprise dans la péninsule¹⁷. Pendant cette seconde période de domination musulmane¹⁸ qui s'étend jusqu'en 1064, les documents de la cathédrale de Coïmbre sont là pour attester de la permanence de la vie chrétienne dans la région¹⁹, de même que ceux du monastère de Lorvão²⁰. Selon la *Historia Silense*, que l'on veut maintenant appeler *Legionensis*, dans le récit de la prise de Coïmbre par le roi Ferdinand I^{er}, il se trouvait des clercs, évidemment chrétiens, dans la ville, même si celle-ci fut finalement livrée par les "Barbares", que l'on comprendra comme les musulmans, contre la vie sauve pour eux et leurs enfants, et la possibilité d'émigrer²¹.

¹⁶ "Facio hanc cartam firmitatis ad totos Muztarabes de Toletto... vos omnes quos in hac urbe semper amavi et dilexi, seu de alienis terris ad populandum adduxi" (MUÑOZ Y ROMERO, Tomás (ed.) – *Colección de fueros municipales y cartas pueblas De los Reinos de Castilla, León, Corona de Aragón y Navarra*. Madrid, 1847, réimp. Madrid: Ediciones Atlas, 1972, p. 360. GARCÍA-GALLO, Alfonso – "Los Fueros de Toledo". *Anuario de Historia del Derecho Español* 45 (1975), pp. 341-488, spécialement p. 421, et app. 1, p. 460; GONZÁLEZ PALENCIA, Angel – *Los Mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*. 4 vols. Madrid: Instituto de Valencia de Don Juan, 1926-1930, *Volumen Preliminar*, p. 119).

¹⁷ Si l'on excepte le cas d'Almeria, conquise par les chrétiens en 1157, mais récupérée par les Almohades dix ans plus tard, et qui restera dans le Domaine de l'islam jusqu'en 1489.

¹⁸ Cyrille Aillet préfère parler, à ce propos, d'un "protectorat" musulman sur la région (AILLET, Cyrille – "Aux marges de l'Islam: le château des Deux Frères et le dernier des Ghassanides". In DESWARTE, Thomas; SÉNAC, Philippe (dir.) – *Guerre, pouvoir et idéologies dans l'Espagne chrétienne aux alentours de l'an mil*. Turnhout: Brepols, 2005, pp. 25-35). Toute domination musulmane exercée sur des chrétiens (ou des juifs) *ḍimmī/s* est un "protectorat" dans la mesure où elle autorise le maintien d'institutions communautaires autonomes pour les prétendus "protégés".

¹⁹ *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Éd. critique par Manuel Rodrigues et Avelino Jesus da Costa. Coïmbre: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999. Dorénavant cité comme LP, avec le numéro du document.

²⁰ LOSA, António – "Mozárabes em território português nos séculos X e XI. Contribuição para o estudo da antropónimoia no *Liber Testamentorum* de Lorvão". In *Islão e arabismo na Península Ibérica. Actas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamólogos (Évora-Faro-Silves, 29 sept.-8 out. 1982)*. Évora: Universidade de Évora, 1986, pp. 273-289. Les documents de Lorvão sont intégralement publiés et étudiés: *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis*, 2 vol. (1, *Estudos*; 2, *Facsimil*). León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 2008.

²¹ *Historia Silense*. Ed. Francisco Santo Coco. Madrid: Junta para Ampliación de Estudios e

Quelle fut donc la politique des pouvoirs chrétiens nordiques lors de leur conquêtes de ces trois villes, à l'égard de leurs populations totalement ou partiellement arabisées, c'est à dire mozarabes?

En ce qui concerne Coïmbre, l'époque est marquée par le gouvernement de la ville et de sa région, confié au fameux consul ou *alvazil* Sisnando Davídez (ou Sesnando Davides). On ne s'attardera pas ici sur les titres qui lui sont attribués, probablement simples habillages, latins ou arabes, d'une réalité d'un pouvoir délégué difficile à définir. Plus sérieux sont les doutes qui ont été exprimés concernant la biographie du personnage²². Néanmoins, s'il est vraisemblable que la plupart des documents qui relatent sa carrière soient des faux fabriqués à Coïmbre, comme justification de certains droits, il n'est pas raisonnable de penser que les événements qui s'y trouvent rapportés aient pu être inventés à une époque qui n'était pas très éloignée d'eux, quelques dizaines d'années tout au plus. En outre, la coïncidence entre les documents suspects de Coïmbre et l'*Historia Silense*, d'une origine distincte, quoique évidemment apparentée²³, ne peut manquer de retenir l'attention. Enfin le chroniqueur musulman Ibn 'Idārī pourrait faire référence à lui à propos de la prise de Coïmbre par Ferdinand I^{er}, tout en apportant des précisions ignorées des sources chrétiennes, principalement lorsqu'il affirme qu'un personnage nommé Rando, auparavant au service de l'Aftaside de Badajoz, trahit en livrant la ville de Coïmbre, dont il était le gouverneur. Mais l'information qui est ensuite apportée sur la mort tragique de ce Rando, qui eut la gorge tranchée, après être revenu auprès de son maître, l'Aftaside, interdit une telle identification avec Sisnando, dont on connaît pertinemment la date du décès donnée par les sources chrétiennes²⁴. Plus sérieuse

Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Históricos, 1921, pp. 76-77. GÓMEZ-MORENO, Manuel – *Introducción a la Historia Silense con versión castellana de la misma y de la Crónica de Sampiro*. Madrid: Est. tipografico sucesores de Rivadana, 1921, p. CXXIV.

²² PRADALIÉ, Gérard– "Les faux de la cathédrale et la crise à Coïmbre au début du XII^e siècle". *Mélanges de la Casa de Velázquez* 10 (1974), pp. 77-98.

²³ On considère maintenant l'*Historia*, désormais qualifiée de *Legionense*, comme une chronique composée à León et destinée à couvrir les règnes de Ferdinand I^{er} et Alphonse VI. Georges Martin, dans "La *Historia legionensis* (llamada *silensis*) como memoria identitaria de un reino y como autobiografía" et "Ordoño Sisnández, autor de la *Historia legionensis* (llamada *silensis*). Notas histórico-filológicas sobre un ego fundador" (*e-Spania* 14 (Déc. 2012) – <https://doi.org/10.4000/e-spania.21740> et <https://doi.org/10.4000/e-spania.21711>) suspecte néanmoins une origine mozarabe et coïmbre de l'auteur de la chronique, voire pense qu'il peut être un fils de Sisnando Davídez.

²⁴ IBN 'IDĀRĪ – *La caída del Califato de Córdoba y los Reyes de Taifas (al-Bayān al-Mugrib)*. Trad. Felipe

apparaît l’hypothèse formulée dès le XIXe siècle par l’illustre Reinhardt Dozy, selon laquelle Sisnando aurait été l’un des 300 captifs pris par l’Abbadide de Séville dans une expédition contre le Nord, au château des Deux Frères (*al-aḥwayn*, aujourd’hui Lafões)²⁵. La date de cette expédition, nécessairement antérieure à 1033, n’est pas en contradiction de manière obligatoire avec celle du décès signalé en 1091, au moment duquel le personnage n’aurait été guère plus que sexa- ou septuagénaire, avec une durée de vie certes longue, mais pas impossible, même à cette époque. Nous ignorons d’autre part l’origine d’autres renseignements contradictoires avec les précédents, et qui affirment que Sisnando aurait été “appelé” depuis la cour des Abbadides de Séville, pour administrer Coïmbre (déjà reconquise) après le mauvais gouvernement d’un comte “franc” non identifié²⁶.

Le mozarabisme à Coïmbre, dans les dernières années du XIe siècle et au début du XIIe, s’exprime dans l’anthroponymie des personnages qui apparaissent dans les documents, ou les confirment, qu’il s’agisse de clercs ou de laïcs, avec parfois le double nom, caractéristique des chrétiens arabisés. Même si les noms à consonance partiellement arabe restent minoritaires, toutes les combinaisons d’éléments romans et arabes sont possibles: on trouve ainsi en 1083, Zoleima Aflah et son gendre Martinho Iben Atomat, (ou Martino Imnotomat) (LP 456)²⁷; en 1086, “Petro,

Maíllo Salgado. Salamanca: Universidad de Salamanca, Estudios árabes e islámicos, 1993, p. 198: “El maldito Fernando ahora la asedió hasta que la conquistó. Y esto fue porque su caid - en ese tiempo era uno de los esclavos (*‘abīd*) de Ibn al-Afṭas, que se llamaba Rando (*Rānduh*)-habló secretamente con Fernando [para] que le diera el amán mismo y a su familia y se pasaría a él desde la ciudad de noche. Entonces le dio el maldito el amán y se pasó el maldito secretamente al ejército de los cristianos”. Le texte original a été publié par E. García Gómez et E. Lévi-Provençal, *Al-Bayān al-Muḡrib. Al-Ġuz’ al-tālīt*. 2e éd., Beyrouth, 1980, pp. 238-239. La lecture “Rānduh” pour Sisnando ne ferait guère problème, mais bien l’information ensuite donnée par le chroniqueur sur l’exécution du personnage.

²⁵ DOZY, Reinhardt – *Histoire des Musulmans d’Espagne*. Leyde: E. J. Brill, 1861, t. 4, pp. 12-13. Le texte arabe a été publié par le même Dozy (*Scriptorum Arabum loci de Abbadidis*. Leyde: E. J. Brill, 1846, t. 2, p. 12-13; réimp. Georg Olms Verlag, Hildesheim, 1992) et traduit par C. Aillet (“Aux marges de l’Islam, le château des Deux Frères”, spécifiquement p. 27)

²⁶ SIDARUS, Adel – “O convívio étnico e cultural em al-Andalus entre nativos, árabes e berberes (séculos VIII-XI)”, communication à paraître dans les actes d’un colloque tenu à Coïmbre sur la figure de Sisnando Davides, aimablement adressée par l’auteur. La référence donnée semble être la dissertation de maîtrise de ISAAC, Francisco Maria Botelho Barata – *Sesnando Davides. Alvazil, Cônsul, Estratega e Moçárabe* (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2013), inédite, mais disponible sur internet. Pourtant ce dernier affirme que Sisnando a du rejoindre Ferdinand Ier à partir de 1060 et avoir été le conseiller qui induisit le roi à conquérir Coïmbre en 1064 (pp. 114-115).

²⁷ VENTURA, Leontina – “As Cortes ou a instalação em Coimbra dos *fideles* de D. Sesnando”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. III. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 37-52.

presbitero, qui et Zalama” et “Zuleimen presbiter” (LP, doc. 16), la même année, “Marvam Menendiz” (c’est-à-dire un Marwān) et “Martinus Iben Atomad” (LP 20), “Muferrichi Iben Azaki” (c’est-à-dire un Mufarriğ), le même “Marvam Menendiz” et “Martinus Iben Gundesindiz” (LP 21); en 1080, “Zoleiman Afflah” et les déjà vus “Martinus Aben Atomad” et “Marvan Melendiz”, ainsi que “Tructesindo Abgomariz” et “Zuleiman Gudiniz” (LP 28); en 1094, Soleima Alcarraque (LP 280); en 1116, “Randulfus Zoleimaniz”; en 1123, “Ramirus Marvaniz” et “Salvator Zoleimaniz” (LP 31); en 1094, “Pelagius Abunazar”, “Zoleiman Lovegildiz presbiter”, “Petrus qui et Zalama”, “Marvan Menendiz” (LP 32); en 1117, “Randulfus Zoleimaniz” (LP 36); en 1128, “Zoleiman Alcarmed” (LP 37); en 1096, “Mauram Menendi” ou “Marvan”, “Ramirus Mauraniz” ou “Marvanis” (LP 45).

Les éléments arabisés de la population chrétienne locale de Coïmbre sont renforcés, dans les années qui suivent 1064 par des apports provenant des territoires qui restent alors sous contrôle islamique. En 1080, Sisnando confirme à l’abbé Petrus, venu du pays de l’Islam (*de terra paganorum*) et ayant choisi la terre des chrétiens, la donation des terres et de maisons à planter et édifier²⁸. Le *Livro Preto* mentionnerait, outre cet abbé, l’arrivée de trois évêques et d’un sous-diacre originaires des terres islamiques d’al-Andalus²⁹.

Y compris après le décès de Sisnando Davídez, survenu en 1091, et qui selon les interprétations courantes, marquerait la fin de la prépondérance “mozárabe” à Coïmbre, c’est apparemment encore un chrétien arabisé, si l’on en croit son nom de Randulfo Zoleimaz (peut-être identifiable au Randulfus Zoleimaniz précédemment mentionné)³⁰, qui détient la charge d’*alcaide* de Coïmbre entre 1121 et 1125³¹. En

²⁸ LP, doc. 28.

²⁹ AILLET, Cyrille – “El monasterio de Lervão y los confines de la Beira. Apuntes sobre la memoria histórica de un espacio de contacto”. *Studia Historica-Historia Medieval* 27 (2009), pp. 71-95, faisant référence à VASCONCELOS, António de – “A catedral de Santa Maria Conimbricense ao principiar o século XI. Moçarabismo desta região em tempos posteriores”. *Revista Portuguesa de História* 1 (1940), pp. 120-126 [113-140].

³⁰ Les noms Zoleimaniz ou Zoleimaz ne peuvent guère être compris autrement que par la suffixation de la terminaison en -iz des noms paternels romans à Sulaymān, forme arabe correspondant à Salomon. Zuleimaniz serait donc un Ibn Sulaymān.

³¹ MERÊA, Paulo – “Alcaides de Coimbra durante o século XII”. In *Estudos de História de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006, pp. 521-530, spécifiquement pp. 525-526. Le personnage paraît avoir survécu jusqu’en 1156, mais sans la charge en question.

dépit donc de l’arrivée de clercs originaires du nord des Pyrénées, et notamment d’un nouvel évêque, Maurice Burdin,³² succédant au “mozárabe” Paternus³³, puis à Cresconius, sous l’épiscopat de qui le rite romain fut introduit au sud du Douro³⁴, on ne peut donc pas dire que les chrétiens arabisés se soient trouvés complètement évincés du pouvoir municipal à Coïmbre à hauteur de la deuxième décennie du XIIe siècle.

Sans doute conviendrait-il de pouvoir distinguer entre la pratique du rite wisigothique, souvent qualifié de “mozárabe”, et l’arabisation culturelle, qui n’est guère perceptible principalement à nos yeux qu’à travers l’anthroponymie, alors que la toponymie et le vocabulaire des sources ne fournissent que des indications le plus souvent éminemment discutables.

L’époque du prince, puis premier roi de Portugal, Afonso Henriques, ne paraît pas aussi favorable aux chrétiens arabisés de Coïmbre, cela en dépit de l’arrivée de nouveaux contingents d’entre eux dans la ville du Mondego, ou ses alentours. On fait par là référence à ceux qu’Afonso Henriques ramena d’une expédition effectuée par lui, à une date d’une identification peu claire, dans le Sud du Ġarb al-Andalus, et qui le conduisit peut-être jusqu’à proximité de Séville. On sait que le prince entendait maintenir ces gens dans la servitude, et qu’il fallut l’intervention d’un saint personnage, nommé Theotonio, premier prieur du monastère de Santa Cruz de Coïmbre, pour lui rappeler qu’il s’agissait de ses frères en christianisme, et obtenir qu’il les libérât et les établît sur les terres du monastère³⁵. Encore remarquera-t-on

³² Sur l’évêque Maurice Burdin, originaire de Limoges, attesté à Coïmbre à partir de 1099, VELOSO, Maria Teresa Nobre – “D. Maurício, monge de Cluny, bispo de Coimbra, peregrino na Terra Santa”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. IV. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 125-136.

³³ CARRIEDO TEJEDO, Manuel – “El obispo Paterno de Tortosa (1058-1082), embajador del taifa de Zaragoza en Santiago (1064) y obispo de Coimbra (1083-1088)”. *Estudios Mindonienses. Anuario de estudios histórico-teológicos de la diócesis de Mondoñedo-Ferrol* 30 (2014), pp. 223-265. On sais que Paternus légua à la cathédrale de Lisbonne un lot de livres arabes, parmi les quels figuraient sans doute quatre folios de parchemin qui servirent de reliure à un codex de Sta. Cruz de Coïmbre, et parvinrent ainsi aux Archives de la *Torre do Tombo* à Lisbonne (A. SIDARUS, dans les *Arabismo e traduções árabes em meios luso-moçárabes*. LusoSofia Press: Covilhã, 2009, pp. 5-6).

³⁴ DAVID, Pierre – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Lisboa-Paris: Institut français au Portugal, 1947, «La crise de 1080», pp. 407-430, spécialement p. 429.

³⁵ NASCIMENTO, Aires Augusto (éd.) – “Vita Theotonii”. In *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, n.º 17, pp. 176 (texte latin), 177 (trad. portugaise moderne), 304-305 (trad. XVe ou XVIe siècle).

que ces captifs libérés furent installés sur des biens de propriété ecclésiastique et non pas sur des domaines que leur auraient été concédés en propre.

Pour revenir à Tolède, il ne fait guère de doute que l'*urbs regia*, au moment où Alphonse VI y entra, devait comporter une fraction relativement importante de chrétiens arabisés (“mozarabes”) dans sa population, même si l'affirmation de l'aide apportée par eux à la prétendue reconquête de la ville ne repose en réalité que sur peu de choses³⁶. De fait, le seul véritable argument qui vienne à l'appui de la présence mozarabe dans la ville en 1085 réside dans le *fuero* de 1101 donné par Alphonse VI à tous les mozarabes de Tolède qu'il a toujours aimés, dit-il, dans cette ville, ou amenés de terres étrangères pour peupler, avec la distinction avec ceux ramenés par lui d'Andalousie. On aperçoit avec ce texte la différence du cas tolédan avec ceux de Lisbonne et de Coïmbre.

Dans les trois cas le (re)conquérant chrétien trouve une communauté chrétienne arabisée établie dans la ville objet de la conquête. Mais, pas plus à Lisbonne qu'à Coïmbre il n'y a l'équivalent du *fuero* des mozarabes de Tolède, une charte de privilège leur garantissant certains droits. Tout au contraire, Afonso Henriques concède une telle charte, appelée en portugais un *foral*, aux musulmans libres (*mouros forros*) de Lisbonne, comme à ceux d'Almada, Palmela et Alcácer [do Sal]³⁷.

Au moment de la conquête de Lisbonne par la coalition des chrétiens du nord avec les croisés anglais, flamands, et allemands, il se peut que l'évêque de Lisbonne ait joué un rôle de négociateur entre les musulmans de la cité assiégée et les assaillants, s'agissant du moment où l'archevêque de Braga et l'évêque de Porto vinrent parlementer avec les assiégés et leurs représentants, dont l'évêque, restés sur la muraille (*ipso civitatis alcaie super murum cum episcopo et primiceriis ciuitatis stantibus*)³⁸. On a exprimé ailleurs des doutes concernant l'*alcaie* du texte, s'agissant

³⁶ MIRANDA CALVO, José – “La ayuda mozárabe en la reconquista de Toledo”, pp. 153-166; MIRANDA CALVO, José – *La Reconquista de Toledo por Alfonso VI*. Tolède: Instituto de Estudios Visigótico-Mozárabes, 1980.

³⁷ BARROS, Filomena Lopes de – “Foral dos Mouros Forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer”. In *Os Forais de Palmela. Estudo Crítico*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2005, p. 15-55.

³⁸ SILVA, Carlos Guardado – *Lisboa Medieval*, p. 102. NASCIMENTO, Aires Augusto (éd.) – *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*. Lisboa: Colibri, 2001, pp. 92-93.

de savoir s’il agissait du chef militaire (arabe *qā'id*, esp. *alcaide*), comme il est généralement compris, ou du juge musulman (arabe *qāḍī*, esp. *alcalde*), les deux termes s’étant trouvés confondus en portugais, apparemment pour des raisons phonétiques. On pensera donc que c’était le *cadi* musulman et l’évêque chrétien, représentant les deux communautés de la cité assiégée, qui se tenaient côte à côte sur la muraille pour parlementer avec les assaillants³⁹. On rejettera ainsi d’autant plus fermement l’idée de deux historiens français aujourd’hui disparus⁴⁰, reprenant celle d’auteurs portugais⁴¹, en contradiction avec celle du grand Alexandre Herculano⁴², selon lesquels l’*episcopus* du texte d’Osbern (ou d’un R. mal identifié)⁴³ était le *qāḍī* musulman de la ville. Mais le fait certain est que cet évêque mozarabe de Lisbonne a péri égorgé, quand les assaillants pénétrèrent à l’intérieur de la ville⁴⁴.

Un autre élément vient corroborer la présence de chrétiens, que l’on appellera “mozarabes” par commodité, dans la ville assiégée et finalement capturée, et attester qu’ils ne se trouvaient nullement du côté des assiégeants, fussent-ils pour partie originaires du nord du pays que nous appelons maintenant “Portugal”, et qu’ils ne pouvaient pas non plus considérer la prise de la ville comme une “libération”. Il s’agit du moment où, une fois la ville conquise, une épidémie se répandit parmi les *mauri*, de la ville ou de ses environs, qui se trainaient sur le sol

³⁹ MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Cristianos arabizados (*mozárabes*) del Occidente peninsular (*Garb al-Andalus*) del siglo IX al XII”. *Hesperia. Culturas del Mediterráneo* 7/1 (2013), pp. 45-65, spécialement p. 55.

⁴⁰ DUFOURCQ, Charles-Emmanuel – “Les Mozarabes du XIIe siècle et le prétendu “Évêque” de Lisbonne”. *Revue d’Histoire et de Civilisation du Maghreb* 5 (1968), pp. 125-130. RICARD, Robert – “Le prétendu évêque mozarabe de Lisbonne (1147)” et “*Episcopus* et *cadi*. L’évêque mozarabe de Lisbonne (1147)”, articles republiés dans *Études sur l’histoire morale et religieuse du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1970, pp. 32-41 et 42-52.

⁴¹ AZEVEDO, Luís Gonzaga de – *História de Portugal*. T. 4. Lisboa: Edições Biblión, 1942, pp. 254-259, 261; CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga. Bairros orientais*. 2. ed., Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1935, pp. 106-109, p. 216, selon les références données par RICARD, Robert – “Le prétendu évêque mozarabe”, p. 33, note 3.

⁴² HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*. T. 1. Éd. avec préface et notes de José Mattoso. Lisboa: Bertrand, 1989, p. 497, y note de Mattoso, n.º 57, p. 610 (éd. originale 1846).

⁴³ Sur l’identification de l’auteur de la lettre constituant le récit le plus détaillé du siège de Lisbonne, en dernier lieu, BRANCO, Maria João V. – “Introdução. A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida”. In NASCIMENTO, Aires Augusto (éd.) – *A conquista de Lisboa aos mouros*, pp. 9-51, qui considère que l’auteur de la lettre n’était pas Osbern, mais “R.”, probablement un Randulfus.

⁴⁴ “*Episcopum uero ciuitatis antiquissimum, preciso iugulo, contra ius et fas occidunt*” (NASCIMENTO, Aires Augusto (éd.) – *A conquista de Lisboa aos mouros*, pp. 138-139). Cet auteur relève (note 196, p. 173), qu’il n’y a pas d’autre information concernant l’organisation de la communauté mozarabe à l’intérieur de la cité que ce meurtre de l’évêque.

en embrassant la croix et en invoquant le nom de “Marie, mère de Dieu”. Il serait déjà étonnant de voir des musulmans, puisque tel est le sens normal de *mouros* en portugais, *moros* en castillan, s'accrocher à la croix, et il nous paraît totalement impossible de les voir invoquer Marie, mère de Dieu. Si l'islam reconnaît le personnage de *Maryam*, mère de *ʿĪsā* (Jésus), avec une sourate du Coran au nom de cette femme, son fils n'est considéré par les croyants de l'islam que comme un des prophètes antérieurs à Muḥammad, le «Sceau des prophètes», et il serait contraire au principe le plus fondamental de l'islam que Dieu (*Allāh*) pût avoir une mère. On se trouve donc obligé d'admettre que les *mauri* de la supposée Lettre du Croisé anglais sont en réalité des chrétiens arabisés, confondus, volontairement ou non, par le rédacteur du texte avec des musulmans.

Une telle confusion ne serait évidemment pas un cas unique. On pourrait en citer de multiples exemples durant tout le Moyen Âge ibérique. Ainsi, lorsque le grand chroniqueur castillan Pero López de Ayala explique qu'après la reconquête de Tolède, les *moros* constituaient le *concejo* et tenaient la ville, il ne peut avoir en vue que les mozarabes de la cité du Tage⁴⁵. De même, selon le récit de l'archevêque Rodrigo Jiménez de Rada⁴⁶, lorsqu'après la saisie de la grande-mosquée de Tolède par la reine Constance et l'archevêque Bernard de Sédillac, et sa consécration en cathédrale, les “Arabes” de la ville accourent au devant d'Alphonse VI et le supplient de ne pas sévir contre les coupables, de peur d'être tenus pour responsables de ce châtement, en supposant que cet épisode contienne une part de vérité, en fait d'Arabes, il ne pouvait s'agir que des mozarabes de la ville⁴⁷, que nous y savons bien présents, comme on l'a dit plus haut, alors que tout indique que les musulmans en étaient déjà partis, en grand nombre dès avant, ou immédiatement, après l'entrée du souverain de León et Castille avec ses troupes⁴⁸. Les musulmans ne se

⁴⁵ MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Tolède vue par les chroniqueurs R. Jiménez de Rada et P. López de Ayala, rapprochés de leurs prédécesseurs de langue arabe, latine ou romane”. *Mélanges de la Casa de Velázquez* 44/1 (2014), p. 179-197.

⁴⁶ *De Rebus Hispaniae*, Livre 6, chap. 24, “*Quod Mezquita Maurorum facta est Ecclesia Christianorum*”, éd. Juan Fernández Valverde. Turnhout: Brepols, 1987, pp. 205-207; trad. FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan – *Historia de los hechos de España*. Madrid: Alianza Ed., 1989, pp. 249-250.

⁴⁷ MOLÉNAT, Jean-Pierre – *Campagnes et Monts de Tolède du XIe au XVe siècle*. Madrid: Casa de Velázquez, 1997, p. 27, n'a pas aperçu la possibilité que les *moros* mentionnés par Jiménez de Rada dans cet épisode fussent en fait les mozarabes.

⁴⁸ En dépit de la persistance du mythe du maintien des musulmans à Tolède, entretenu naguère par

retrouveront en nombre appréciable, encore que toujours très minoritaires, à Tolède qu'à partir des années trente du XIII^e siècle, avec les progrès de la conquête chrétienne en Andalousie, entraînant vers le Nord péninsulaire, y compris la vallée du Tage, son lot de captifs, éventuellement ensuite rachetés, sans qu'ils aient toujours la possibilité, ou même la volonté, de retourner vers la demeure de l'Islam (la *dār al-Islām*).

Les chrétiens arabisés étant présents à Tolède en 1085, d'autres arrivent, en provenance d'Andalousie, et notamment de la zone de Guadix, encore au temps d'Alphonse VI, en tout cas avant 1101, date du *fuero* qui les mentionne. Il en vient encore, sans doute en plus grand nombre, au milieu du XII^e siècle, fuyant l'arrivée dans la péninsule des Almohades persécuteurs⁴⁹. Il est possible de penser qu'à ces derniers arrivés il n'ait pas été laissé, comme aux précédents, en tout cas ceux présents en 1085, la possibilité de garder la pratique du rite wisigothique dans des paroisses propres, ce qui expliquerait divers points, autrement énigmatiques.

Il y a d'une part la mention, au milieu du XII^e siècle, d'un conflit entre des gens appelés mozarabes et l'autorité archiépiscopale sur la question des rites et des vêtements ecclésiastiques⁵⁰, ce qui n'aurait eu aucun sens concernant les mozarabes de 1085, à qui on aurait laissé la pratique de leur ancienne liturgie dans des paroisses propres.

Le second élément qui attire l'attention, et que l'on peut expliquer ainsi, réside dans la disproportion entre le nombre des paroisses mozarabes (5 ou 6) et celui des paroisses latines (21) à l'intérieur de Tolède. Cette disproportion semblerait

Évariste Lévi-Provençal (*Encyclopédie de l'Islam*, 1^{ère} éd., art. «Ṭulayṭula», employant le terme de «morisques») et qui se retrouve encore de nos jours chez Brian Catlos (*Muslims of Medieval Latin Christendom, c. 1050-1614*. New York: Cambridge University Press, 2014), les arguments en sens contraire ont été longuement exposés notamment par J.-P. MOLÉNAT, dans *Campagnes et Monts de Tolède, du XIII^e au XV^e siècle*, pp. 31-32, et la révision de l'article de l'*Encyclopédie de l'Islam*, 2^e édition.

⁴⁹ MOLÉNAT, Jean-Pierre – "Sur le rôle des Almohades dans la fin du christianisme local au Maghreb et en al-Andalus". *Al-Qanṭara* 18/2 (1997), pp. 389-413.

⁵⁰ Selon la bulle non datée d'Eugène III (1145-1153), donnée à la requête de l'archevêque Raymond, "*Significatum nobis est quod quidam qui mozarabes nuncupantur uenerabili fratri nostro archiepiscopo toletano obedientiam denegantes ... in sacramentis missarum et aliis officiis tonsura quoque quoque clericali uestimentis suam antiquam consuetudinem consequentes, ab Apostolica Sede sentire presumant*" (RIVERA RECIO, Juan Francisco – *La Iglesia de Toledo en el siglo XII (1086-1208)*. T. 1. Rome: Instituto Español de Historia Eclesiástica, 1966, p. 209).

indiquer, comme le pensait le regretté Julio González, que les “mozarabes” ne constituaient qu’une minorité dans la ville des XIIe et XIIIe siècles⁵¹. Mais une telle appréciation entre en contradiction avec d’autres indicateurs, qu’il est difficile de mettre en doute, notamment la prépondérance de la langue arabe, et son emploi exclusif dans la documentation urbaine jusqu’à l’extrême fin du XIIIe siècle⁵², mais également le fait que le droit wisigothique, le *fuero juzgo*, constituait le droit général de la ville dont ne s’exemptaient que ceux qui se réclamaient d’une origine castillane⁵³. Enfin il n’est pas possible de négliger la prépondérance dans la vie sociale de la ville, et dans l’église elle-même, avec les archevêques du XIIIe siècle⁵⁴ et de la première moitié du XIVe, des lignages d’origine mozarabe, et la préséance, donnée jusqu’au XIVe siècle, à l’*alcalde* des mozarabes, jugeant au criminel et au civil, sur l’*alcalde* des castillans, jugeant seulement au civil. Tous ces éléments ont été développés dans l’ouvrage, basé sur une thèse de doctorat d’État, et mal intitulé *Campagnes et Monts de Tolède*.

Les mozarabes arrivés à Tolède au milieu du XIIe siècle, exactement autour de 1147, ont reçu du souverain castillan, en toute propriété, des terres, et des localités entières, dans les environs de la ville. On peut citer ainsi la donation effectuée par Alphonse VII, à une date indéterminée, à la paroisse urbaine de Santo Tomé de quatre *villae*, dont celles d’Orgaz et de Manzanque⁵⁵, et en 1150 celle de l’ultérieur *despoblado* de Yegros à la paroisse de San Vicente, avec une liste de ses habitants où

⁵¹ GONZÁLEZ, Julio – *Repoblación de Castilla la Nueva*, t. 2, p. 90.

⁵² MOLÉNAT, Jean-Pierre – “L’arabe à Tolède, du XIIe au XVIe siècle”. *Al-Qanṭara* 15/2 (1994), pp. 473-496, s’appuyant principalement sur les documents arabes publiés et traduits par GONZÁLEZ PALENCIA, Ángel – *Los Mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*. 4 vol. Madrid: Instituto de Valencia de Don Juan, 1926-1930.

⁵³ MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Peut-on trouver trace de la Loi islamique dans les documents arabes chrétiens de Tolède des XIIe et XIIIe siècles?”. *Medievalista Online* [En ligne] 20 (Juillet-Décembre 2016). Accessible à <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/173>. DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.1168>.

⁵⁴ HERNÁNDEZ, Francisco J.; LINEHAN, Peter – *The mozarabic Cardenal. The Life and Times of Gonzalo Pérez Gudiel*. Florence: SISMEL, 2004.

⁵⁵ En 1220, Ferdinand III confirme à Fernand Yannes de Alfariella “*illas quatuor villas videlicet Alfundech, Orgaz, Sanctam Mariam de la Bobada et Manzaneech (...) quas illustrissimus progenitor meus dominus Alfonsus imperator Hispaniae bonae memoriae dederat et concesserat concilio Sancti Thomae*”, et que le nouveau bénéficiaire a acheté au même *concejo* (GONZÁLEZ, Julio – *Reinado y diplomas de Fernando III*. 3 vols. Cordoue: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1980-1986, t. 2, doc. 109).

figurent d'indubitables mozarabes⁵⁶. Car parmi les bénéficiaires énumérés, on relève des noms qui appartiennent sans contestation possible à des chrétiens arabisés (*Almalde, Sebastian Abulheit, Iben Muskek, Dominico Iben Ezed, Iustus Heir, Iben Gabdirazac, Tome Abiahia...*). Étant donné le phénomène du double nom des mozarabes, il est tout à fait possible, et même probable, qu'il faille ajouter au nombre des chrétiens arabisés ceux pour lesquels aucun élément d'onomastique arabe n'apparaît dans ce document. Il est vraisemblable que les bénéficiaires étaient de nouveaux arrivés dans la ville, car autrement on comprendrait mal qu'il ait fallu attendre trois quarts de siècle pour les pourvoir de terres. Le fait que ni la paroisse de Santo Tomé, ni celle de San Vicente, n'étaient des paroisses mozarabes, confirme l'idée que l'on avait fait entrer dans les paroisses de rite latin des chrétiens arabisés tout juste arrivés d'Andalousie, en plus de la pleine liberté qui leur était reconnue. Tout au contraire, comme on l'a vu, lorsqu'Afonso Henriques ramena à Coïmbre des captifs chrétiens d'une expédition qu'il avait effectuée dans le Sud encore islamique de la péninsule ibérique, s'il accepta de les libérer sur l'intervention du saint Teotonio, il les établit sur les terres du monastère de Santa Cruz.

On ne trouve pas plus à Lisbonne qu'à Coïmbre de paroisses qui demeurent affectées à la pratique du rite wisigothique, dit "mozarabe", comme c'est le cas à Tolède jusqu'à la fin du XVe siècle au moins, et le moment où le Cardinal Cisneros fit transférer la célébration du rite dans une chapelle de la Cathédrale⁵⁷, dans un geste que l'on peut considérer comme l'acte de décès du mozarabisme authentique⁵⁸. Tout au plus mentionne-t-on qu'à Coïmbre, "la communauté mozarabe" garda une connection avec l'église paroissiale de São Salvador, mais cela seulement jusqu'au deuxième tiers du XIIe siècle⁵⁹.

⁵⁶ En 1150, Alphonse VII donne la "*villa que vocatur Egrus*" à une liste de personnages, en ajoutant "*et omni collationis Sancti Vincentii*" (MARTÍN, José Luís – *Origenes de la Orden militar de Santiago (1170-1195)*. Barcelone: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1974, doc. 15).

⁵⁷ MESEGUER FERNÁNDEZ, Juan – "El Cardenal Jiménez de Cisneros, fundador de la capilla mozárabe". In *Historia mozárabe: I Congreso internacional de estudios mozárabes (Toledo, 1975)*. Tolède: Diputación Provincial, 1978, pp. 149-245.

⁵⁸ Il existe encore aujourd'hui à Tolède une confrérie mozarabe, dont les membres revendiquent la descendance des mozarabes historiques, dans une prétension qu'il est difficile de prendre au sérieux.

⁵⁹ CAMPOS, Maria Amélia – "Coimbra's parochial network. Aspects of its definition in the 12th century". In VILAR, Hermínia Vasconcelos; BRANCO, Maria João (éd.) – *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*. Lisboa: CIDEHUS, 2016, pp. 246-258, spécialement p. 253, et note 42, faisant référence à VENTURA, Leontina – "Coimbra Medieval: uma

Il est possible de relever à Lisbonne, depuis les lendemains de la conquête jusqu’à l’époque de D. Dinis, aux premières années du XIV^e siècle, un certain nombre de noms qui peuvent, ou paraissent, avoir une étymologie arabe, et sembleraient faire entrer les hommes qui en sont porteurs dans la catégorie des “mozarabes”⁶⁰. Il est vrai que l’origine arabe de tels noms est parfois peu claire, voir douteuse, étant donné les transformations induites par le passage dans la langue romane proto-portugaise. On peut certes admettre qu’un nom tel que Pedro Mouraniz (1210) soit un habillage roman pour un Ibn Marwān, ou un Motase, dont le fils apparaît à la même date, ait été un Mu’tasim. On voit mal, par contre, à quelle forme arabe pouvait correspondre les “Gabaire” ou “Gabarre”. Le raisonnement selon lequel, pas plus qu’une onomastique arabe, même latinisée, ne signifie la pratique de l’islam, une telle onomastique n’implique pas le “mozarabisme”, ne paraît pas juste, si du moins on admet la définition étymologique de “mozarabe” comme arabisé, et non une supposée définition religieuse. Une telle définition religieuse ne saurait se situer que dans la pratique du rite wisigothique, improprement appelé “mozarabe”. Or, à Lisbonne comme à Coïmbre, et ailleurs dans la péninsule, à l’exception de Tolède, le rite wisigothico-mozarabe a été supprimé⁶¹. A Coïmbre, on considère comme définitivement imposés, à la date de 1116 les usages liturgiques et l’organisation ecclésiastique en provenance de Rome⁶². Donc, si l’on s’en tenait à la supposée définition religieuse du mozarabisme, il n’y aurait plus de mozarabes, à Lisbonne ni à Coïmbre, passé le milieu du XII^e siècle. Ainsi, pour que l’on puisse trouver des mozarabes dans les deux capitales portugaises après ce tournant du siècle, il faut nécessairement admettre une autre définition du mozarabisme que celle qui se situe dans la pratique d’un rite chrétien distinct de celui de Rome, qui ne peut être que

cidade em Formação”. In *Inventário do Museu Nacional de Machado de Castro. Coleção de Ourivesaria Medieval. Séculos XII-XV*. Coord. de Adília Alarcão. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003, p. 17.

⁶⁰ SILVA, Manuel Fialho; LOURINHO, Inês – “O hibridismo na sociedade Olisiponense pós-1147”, communication au *Colóquio internacional Moçárabes Cultura e acultura*, Silves, 2010. SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das taifas a D. Dinis*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2016. Thèse de doctorat.

⁶¹ RUBIO SADIA, Juan Pablo – “*Apud Hispanos lex Toletana obliterata est*. De supresiones, olvidos y pervivencias en torno al rito hispano”. *Toletana* 33 (2015/2), pp. 25-42, mentionne le cas des mozarabes tolédans, mais n’évoque pas la suppression du rite au Portugal.

⁶² ROSA, Maria de Lurdes – “A religião no século: vivências et devoções dos leigos”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História religiosa de Portugal*. Vol. 1. *Formação e limites da Cristiande*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 423-506, spécifiquement p. 433.

culturel (et non cultuel), celui d’une influence de la langue arabe, où l’on revient à la définition étymologique et originelle du terme⁶³.

De même que les chrétiens arabisés arrivés à Tolède au milieu du XIIe siècle et intégrés, de plus ou moins bon gré, dans les paroisses latines, n’en demeuraient pas moins des “mozarabes” au sens propre, comme en témoignent les noms qu’ils portaient dans les documents latins d’origine royale de l’époque, nous devons admettre que les habitants de Lisbonne, ou de Coïmbre, porteurs de noms d’origine ou d’influence arabe, étaient plus ou moins des arabisés, certes en voie de désarabisation plus ou moins avancée.

Car la différence entre Lisbonne et Coïmbre, d’une part, et Tolède, de l’autre, réside dans l’absence totale d’écrits de langue arabe, passé le moment de leur “reconquête” respective dans les deux villes portugaises⁶⁴, face à la masse de documentation arabe écrite par et pour les chrétiens de la métropole du Tage, entre 1085 et les toutes dernières années du XIIIe siècle. Car si, comme on l’a montré, les quelques 1200 et plus documents arabes de Tolède produits entre 1085 et la fin du XIIIe siècle ne reflètent pour aucun d’entre eux une application supposée de la Loi islamique, mais bien celle de la loi des Wisigoths, le *Fuero Juzgo*, cela en dépit non seulement de la langue arabe, relativement correcte, et du formulaire juridique, conforme à la tradition malikite d’al-Andalus⁶⁵.

L’emploi persistant de la langue arabe pendant plus de deux siècles reflète indubitablement à Tolède un degré d’ “arabisation” inconnu dans d’autres secteurs de la péninsule après leur passage sous un pouvoir que l’on peut sans doute encore qualifier de “chrétien”, si d’autres chercheurs préférerons dire “féodal”, et notamment dans l’ancien *Ġarb al-Andalus*, désormais le Portugal, avec ses capitales de Coïmbre et de Lisbonne.

⁶³ HITCHCOCK, Richard – “¿Quiénes fueron los verdaderos mozárabes? Una contribución a la historia del mozarabismo”. *Nueva Revista de Filología Hispánica* 30/2 (1981), pp. 574-585.

⁶⁴ SIDARUS, Adel – *Arabismo e traduções árabes em meios luso-mozárabes*, ne mentionne pas de texte arabe écrit à Lisbonne ou à Coïmbre dans la période envisagée.

⁶⁵ MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Peut-on trouver trace de la Loi islamique”.

Comment explique cette différence entre les chrétiens “arabisés” de Tolède, persistant durant si longtemps dans leur “arabisation”, et ceux de Coïmbre et de Lisbonne, dont le “mozarabisme” n’est guère perceptible qu’à travers l’emploi d’une onomastique partiellement arabe, qui va en s’effaçant dans la seconde moitié du XIIe siècle?

On pensera que cette différence tient en premier lieu à un facteur d’ordre démographique. Comme on l’a dit, les mozarabes de Tolède ont vu leurs effectifs s’accroître, depuis le nombre relativement réduit de ceux présents en 1085, durant le règne d’Alphonse VI, et surtout au milieu du XIIe siècle, avec une immigration massive, en provenance de tous les secteurs de l’Andalousie encore islamique, comme en témoignent les noms d’origine (*nisba/s*) de beaucoup d’entre eux dans les documents arabes tolédans. Si, du point de vue religieux, la plupart, sinon l’ensemble de ces derniers venus, ont dû être soumis au rite romain, dans les paroisses latines, ils bénéficiaient du moins de la pleine liberté avec la concession de terres en toute propriété, pour ne rien dire du *fuero* de 1101, qui a dû leur être appliqué, selon la phrase du souverain qui mentionnent ceux amenés de terres étrangères. La prépondérance des “mozarabes” dans la cité castillane du Tage reste visible jusqu’au XIVe siècle.

Rien de tout cela ne s’applique à Coïmbre et Lisbonne. Certes Afonso Henriques a ramené à Coïmbre des captifs d’une expédition effectuée dans le Sud de la péninsule, mais avec l’intention de les maintenir dans leur statut de captivité, et s’il les a libérés, c’était pour les établir sur des terres qui ne leur ont pas été données, mais qui appartenaient au monastère de Santa Cruz de Coïmbre. Pas plus à Lisbonne qu’à Coïmbre n’a existé l’équivalent du *fuero* des mozarabes de 1101 à Tolède. Ce furent au contraire les musulmans, les *mouros*, qui bénéficièrent, à Lisbonne, comme dans trois autres localités, d’un *foral* particulier.

Alphonse VI et ses petit-fils, l’Empereur Alphonse VII pour le royaume de León-Castille, Afonso Henriques pour le naissant royaume portugais, ont eu à faire face à deux vigoureuses contre-offensives musulmanes menaçant leurs capitales récemment conquises, celle des Almoravides contre Tolède dans les dernières années du XIe siècle et les toute premières du siècle suivant, celle des Almohades à

partir du milieu du XIIe siècle, menaçant aussi bien Tolède que Lisbonne et Coïmbre. On peut penser que les souverains ainsi menacés dans leurs récentes acquisitions ont recherché pour leur défense l'appui de populations nouvellement soumises, et plus ou moins bien intégrées à leur domination. Ces populations, que l'on peut qualifier de "minorités" étaient de deux sortes: les chrétiens antérieurement soumis au pouvoir musulman, et "arabisés", c'est à dire ceux que l'on désigne communément comme "mozarabes", et les musulmans qui auraient préféré à la fuite vers ce qui demeurait de la "demeure de l'islam" (*dār al-islām*) dans la péninsule, la permanence sous un pouvoir chrétien, que l'on qualifie de mudéjars.

Aussi bien le *fuero* des mozarabes de Tolède en 1101, que le *foral* des *mouros* de Lisbonne et autres lieux en 1170, répondent au besoin de rechercher l'appui des populations concernées face à la menace représentée par les contre-offensives islamiques à caractères plus ou moins sectaires, plus encore pour les Almohades que pour les Almoravides. Il semble qu'à Tolède, comme on l'a dit, ne soit pas, ou presque pas, resté, de musulmans dans la ville, après l'entrée dans celle-ci, du souverain chrétien, et qu'ainsi les seuls "minoritaires" (en dehors des juifs) dont il était possible de rechercher l'appui étaient les "mozarabes" demeurés sur place, ou bien récemment arrivés d'autres parties de la péninsule. On comprend ainsi, et le *fuero* de 1101, et la permanence de la célébration du rite wisigothique dans les paroisses mozarabes, et l'accueil et l'installation des mozarabes méridionaux au milieu du XIIe siècle. Il semble que le besoin ne se soit pas fait sentir d'un tel statut privilégié pour d'éventuels musulmans demeurés à Tolède après 1085: sans doute étaient-ils trop peu nombreux, et la politique religieuse strictement orthodoxe (sunnite-malikite) des Almoravides ne constituait pas un facteur qui pût inciter certains musulmans andalousiens à échapper à leur domination.

La situation était visiblement différente à Lisbonne. Peut-être plus de musulmans, soit de *mouros* authentiques, étaient-ils demeurés sur place après la conquête chrétienne, ce que nous ignorons. Mais l'on peut observer que la doctrine, et la politique, des sectateurs d'Abd al-Mu'min, le premier calife almohade, étaient tout autant agressives envers les musulmans qui n'étaient pas partisans de la doctrine unitarienne, c'est-à-dire non *muwahhidūn*, qu'à l'égard des chrétiens *dimmī/s*, ce qui

aurait pu induire un certain nombre de musulmans qui n'adhéraient pas à la doctrine almohade, connaissant les événements qui s'étaient déroulés par exemple à Séville lors de l'entrée des troupes almohades dans cette ville, à préférer la permanence dans la Lisbonne chrétienne, à l'émigration vers les territoires contrôlés par les Almohades. Mais on restera beaucoup plus réservé quant à l'éventuelle émigration, parfois évoquée, de musulmans non-almohades vers les territoires chrétiens. Ainsi peut se comprendre la concession du *foral* des *mouros* de Lisbonne et autres lieux, Almada, Palmela et Alcácer en 1170. Mais pourquoi n'y a-t-il pas eu de *foral* des mozarabes de Lisbonne, ni de concession de la pratique du rite visigothique?

Il est possible de suggérer comme clé d'explication de cette attitude beaucoup plus restrictive à l'égard des mozarabes du premier souverain portugais, que ne l'avait été celle d'Alphonse VI, et par conséquent de la destinée différente du mozarabisme à Lisbonne et Coïmbre par rapport à celui qu'il connut à Tolède, la dépendance beaucoup plus grande d'Afonso Henriques à l'égard du Saint-Siège que ce n'avait été le cas pour Alphonse VI.

Certes ce dernier n'avait pas ménagé ses appuis aux Clunisiens et à la papauté romaine, comme en témoignent le choix fait de la liturgie romaine aux dépens de celle héritée des Wisigoths, déjà opéré avant 1085⁶⁶, puis après la "reconquête" de la ville royale, la désignation du moine clunisien Bernard de Sédillac, auparavant abbé de Sahagún, comme son premier archevêque. Il n'en demeure pas moins qu'il ne trouvait pas dans une situation où il aurait dû se soumettre totalement à la politique romaine. En témoignerait la colère manifestée par le souverain contre le viol de la grande-mosquée effectué par la reine et l'archevêque, pour ne pas rappeler encore ici la survie dû rite wisigothique dans les paroisses "mozarabes" de Tolède⁶⁷.

⁶⁶ FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier – "Política religiosa de Alfonso VI". In *Alfonso VI y su legado. Actas del Congreso Internacional Sahagún 29 de octubre al 1 de noviembre de 2009, IX Centenario de Alfonso VI (1109-2009)*. León: Diputación de León, Instituto Leonés de Cultura, 2012, pp. 37-62.

⁶⁷ González Ruiz interprète la survie des paroisses mozarabes de Tolède, en l'absence d'un document royal pour l'autoriser, comme une tolérance de fait, devant la nécessité de retenir à tout prix la population mozarabe dans la ville, se terminant par un usage prolongé et finalement par un droit (GONZÁLVIZ RUIZ, Ramón – "Toledo, último reducto del mundo mozárabe". In GONZÁLVIZ JIMÉNEZ, Manuel; RÍO MARTÍN, Juan del (éds.) – *Los Mozárabes, una minoría olvidada*. Séville: Fundación El Monte, 1997, pp. 47-85).

On peut penser qu'au contraire Afonso Henriques ne disposait pas d'une telle marge de manœuvre à l'égard de la politique du Saint-Siège, dans l'attente où il se trouvait de la reconnaissance par celui-ci de son titre royal. En un certain sens ainsi, l'extinction du mozarabisme, combien plus rapide à Coïmbre et Lisbonne qu'à Tolède, paraît-elle le prix payé pour l'indépendance portugaise.

Références bibliographiques

Sources

Sources imprimées

Historia Silense. Éd. Francisco Santo Coco. Madrid: Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Históricos, 1921.

IBN 'IDĀRĪ – *Al-Bayān al-Muğrib. Al Ğuz' al-tāliṭ*. Éd. E. García Gómez et E. Lévi-Provençal, 2e éd., Beyrouth, 1980.

IBN 'IDĀRĪ – *La caída del Califato de Córdoba y los Reyes de Taifas (al-Bayān al-Mugrib)*. Trad. Felipe Maíllo Salgado. Salamanca: Universidad de Salamanca, Estudios árabes e islámicos, 1993.

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo – *De Rebus Hispaniae*. Éd. Juan Fernández Valverde. Turnhout: Brepols, 1987.

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo – *Historia de los hechos de España*. Trad. Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Ed., 1989.

Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis, 2 vol. (1. *Estudos*; 2. *Facsimil*). León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 2008.

Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra. Éd. critique par Manuel Rodrigues et Avelino Jesus da Costa. Coïmbre: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

MUÑOZ Y ROMERO, Tomás (éd.) – *Colección de fueros municipales y cartas pueblas De los Reinos de Castilla, León, Corona de Aragón y Navarra*. Madrid: Ediciones Atlas, 1972 (réimp 1847).

NASCIMENTO, Aires Augusto (éd.) – *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*. Lisboa: Edições Colibri, 1998,

NASCIMENTO, Aires Augusto (éd.) – *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*. Lisboa: Colibri, 2001.

Scriptorium Arabum loci de Abbadidis. Éd. Reinhart Dozy. Leyde: E. J. Brill, 1846.

Études

AILLET, Cyrille – “Aux marges de l’Islam: le château des Deux Frères et le dernier des Ghassanides”. In DESWARTE, Thomas; SÉNAC, Philippe (dir.) – *Guerre, pouvoir et idéologies dans l’Espagne chrétienne aux alentours de l’an mil*, Turnhout: Brepols, 2005, pp. 25-35.

AILLET, Cyrille – “El monasterio de Lorvão y los confines de la Beira. Apuntes sobre la memoria histórica de un espacio de contacto”. *Studia Historica-Historia Medieval* 27 (2009), pp. 71-95.

AILLET, Cyrille – *Les Mozarabes. Christianisme, islamisation et arabisation en péninsule Ibérique (IX^e-XII^e siècles)*. Madrid : Casa de Velázquez, 2010.

AILLET, Cyrille – “Islamisation et évolution du peuplement chrétien en al-Andalus, VIII^e-XII^e siècle”. In VALÉRIAN, Dominique (éd.) – *Islamisation et arabisation de l’Occident musulman médiéval (VII^e-XIII^e siècle)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011, pp. 151-192.

APARICIO BASTARDO, José Ángel – “Notas para la aproximación al estudio de las iglesias de mozárabes en la urbe toledana”. *Anaquel de Estudios Árabes* 4 (1993), pp. 9-24.

APARICIO BASTARDO, José Ángel – “Evolución de la topografía religiosa cristiana altomedieval en la urbe toledana: las iglesias de los mozárabes”. In *IV Congreso de Arqueología Medieval Española, Sociedades en transición*. Tomo II. Alicante: Asociación Española de Arqueología Medieval, 1994, pp. 31-37.

AZEVEDO, Luís Gonzaga de – *História de Portugal*. T. 4. Lisboa: Edições Biblión, 1942.

BARROS, Maria Filomena Lopes de – “Foral dos Mouros Forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer”. In *Os Forais de Palmela. Estudo Crítico*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2005, p. 15-55.

BRANCO, Maria João Violante – “Introdução. A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida”. In NASCIMENTO, Aires Augusto (éd.) – *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*. Lisboa: Colibri, 2001, pp. 9-51.

CAMPOS, Maria Amélia – “Coimbra's parochial network. Aspects of its definition in the 12th century”. In VILAR, Hermínia Vasconcelos; BRANCO, Maria João (éd.) – *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*. Lisboa: CIDEHUS, 2016, pp. 246-258.

CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga. Bairros orientais*. 2. ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1935.

CATLOS, Brian – *Muslims of Medieval Latin Christendom, c. 1050-1614*. New York: Cambridge University Press, 2014.

DAVID, Pierre – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Lisboa-Paris: Institut français au Portugal, 1947.

DOZY, Reinhardt – *Histoire des Musulmans d’Espagne*. Tome IV. Leyde: E. J. Brill, 1861.

DOZY, Reinhardt – *Recherches sur l’histoire et la littérature de l’Espagne pendant le Moyen Âge*, 3e éd. Tome 2. Paris-Leyde: Maisonneuve – E. J. Brill, 1881.

DOZY, Reinhardt – *Los Vikingos en España*. Madrid: Ediciones Polifemo, 1987.

DUFOURCQ, Charles-Emmanuel – “Les Mozarabes du XIIe siècle et le prétendu “Évêque” de Lisbonne”, *Revue d’Histoire et de Civilisation du Maghreb* 5 (1968), pp. 125-130.

EPALZA, Mikel de – “Falta de obispos y conversión al Islam de los cristianos de al-Andalus”. *Al-Qanṭara* 15 (1994), pp. 385-400.

FERNANDES, Paulo Almeida – “A marginalidade do lado cristão: o breve exemplo dos moçárabes de Lisboa”. In *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno*. Vol. III. Porto: Livraria Civilização, 2003, pp. 1231-1237.

FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier – “Política religiosa de Alfonso VI”. In *Alfonso VI y su legado. Actas del Congreso Internacional Sahagún 29 de octubre al 1 de noviembre de 2009, IX Centenario de Alfonso VI (1109-2009)*. León: Diputación de León, Instituto Leonés de Cultura, 2012, pp. 37-62.

FERREIRO ALEMPARTE, Jaime – *Arribadas de Normandos y Cruzados en las costas de la Península Ibérica*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 1999.

GARCÍA-GALLO, Alfonso – “Los Fueros de Toledo”. *Anuario de Historia del Derecho Español* 45 (1975), pp. 341-488.

GÓMEZ-MORENO, Manuel – *Introducción a la Historia Silense con versión castellana de la misma y de la Crónica de Sampiro*. Madrid: Est. tipográfico sucesores de Rivadenera, 1921.

GONZÁLEZ, Julio – *Repoblación de Castilla la Nueva*. Madrid: Universidad Complutense, Facultad de Filosofía y Letras, 2 vols., 1975.

GONZÁLEZ, Julio – *Reinado y diplomas de Fernando III*. 3 vols. Cordoue: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1980-1986.

GONZÁLEZ PALENCIA, Angel – *Los Mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*. 4 vols. Madrid: Instituto de Valencia de Don Juan, 1926-1930.

GONZÁLVEZ RUIZ, Ramón – “Toledo, último reducto del mundo mozárabe”. In GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel; RÍO MARTÍN, Juan del (éds.) – *Los Mozárabes, una minoría olvidada*. Séville: Fundación El Monte, 1997, pp. 47-85.

HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal. Desde o començo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*. T. 1. Éd. avec préface et notes de José Mattoso. Lisboa: Bertrand, 1989.

HERNÁNDEZ, Francisco J.; LINEHAN, Peter – *The mozarabic Cardinal. The Life and Times of Gonzalo Pérez Gudiel*. Florence: SISMEL, 2004.

HITCHCOCK, Richard – “¿Quiénes fueron los verdaderos mozárabes? Una contribución a la historia del mozarabismo”. *Nueva Revista de Filología Hispánica* 30/2 (1981), p. 574-585.

ISAAC, Francisco Maria Botelho Barata – *Sesnando Davides. Alvazil, Cônsul, Estratega e Moçárabe*. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2013. Dissertation de Maîtrise.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo – “Toledo a comienzos del siglo XII”. In *Commemoración del IX centenario del fuero de los mozárabes*. Tolède: Instituto de Estudios Visigótico Mozárabes, 2003, pp. 25-53.

LOSA, António – “Moçárabes em território português nos séculos X e XI. Contribuição para o estudo da antroponímia no *Liber Testamentorum* de Lorvão”. In *Islão e arabismo na Península Ibérica. Actas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamólogos (Évora-Faro-Silves, 29 sept.-8 out. 1982)*. Évora: Universidade de Évora, 1986, pp. 273-289.

MARTIN, Georges – “La *Historia legionensis* (llamada *silensis*) como memoria identitaria de un reino y como autobiografía”. *e-Spania* 14 [En ligne] (Déc. 2012). DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.21740>

MARTIN, Georges – “Ordoño Sisnández, autor de la *Historia legionensis* (llamada *silensis*). Notas histórico-filológicas sobre un ego fundador”. *e-Spania* 14 [En ligne] (Déc. 2012). DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.21711>.

MARTÍN, José Luís – *Origenes de la Orden militar de Santiago (1170-1195)*. Barcelone: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1974.

MATOS, José Luis de – *Lisboa Islâmica*. Lisboa: Instituto Camões, 1999.

MERÊA, Paulo – “Alcaides de Coimbra durante o século XII”. In *Estudos de História de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006, pp. 521-530.

MESEGUER FERNÁNDEZ, Juan – "El Cardenal Jiménez de Cisneros, fundador de la capilla mozárabe". In *Historia mozárabe: I Congreso internacional de estudios mozárabes (Toledo, 1975)*. Tolède: Diputación Provincial, 1978, pp. 149-245.

MIRANDA CALVO, José – *La Reconquista de Toledo por Alfonso VI*. Tolède: Instituto de Estudios Visigótico-Mozárabes, 1980.

MIRANDA CALVO, José – "La ayuda mozárabe en la reconquista de Toledo". In *Simposio Toledo Hispanoárabe (Tolède, 6-8 mai 1982)*. Tolède: Colegio Universitario, 1986, pp. 153-166.

MOLÉNAT, Jean-Pierre – "L'arabe à Tolède, du XIIe au XVIe siècle". *Al-Qanṭara* 15/2 (1994), pp. 473-496.

MOLÉNAT, Jean-Pierre – *Campagnes et Monts de Tolède du XIIe au XVe siècle*. Madrid: Casa de Velázquez, 1997.

MOLÉNAT, Jean-Pierre – "Sur le rôle des Almohades dans la fin du christianisme local au Maghreb et en al-Andalus". *Al-Qanṭara* 18/2 (1997), pp. 389-413.

MOLÉNAT, Jean-Pierre – "Y a-t-il eu des mozarabes à Tolède du VIIIe au XIe siècle?". In *Entre el califato y la taifa: Mil años del Cristo de la Luz. Actas del Congreso Internacional, Toledo, 1999*. Tolède: Asociación de Amigos del Toledo Islámico, 2000, pp. 97-106.

MOLÉNAT, Jean-Pierre – "Le problème de la permanence des musulmans dans les territoires conquis par les chrétiens, du point de vue de la loi islamique". *Arabica* 48/ 3 (2001), pp. 392-400.

MOLÉNAT, Jean-Pierre – "Les mozarabes du Ġarb al-Andalus du IXe au XIIe siècle". *Arqueologia Medieval* 12 (2012), pp. 247-265.

MOLÉNAT, Jean-Pierre – "Cristianos arabizados (*mozárabes*) del Occidente peninsular (*Ġarb al-Andalus*) del siglo IX al XII". *Hesperia. Culturas del Mediterráneo* 7/1 (2013), pp. 45-65.

MOLÉNAT, Jean-Pierre – "Tolède vue par les chroniqueurs R. Jiménez de Rada et P. López de Ayala, rapprochés de leurs prédécesseurs de langue arabe, latine ou romane". *Mélanges de la Casa de Velázquez* 44/1 (2014), p. 179-197.

MOLÉNAT, Jean-Pierre – "Peut-on trouver trace de la Loi islamique dans les documents arabes chrétiens de Tolède des XIIe et XIIIe siècles?". *Medievalista Online* [En ligne] 20 (Juillet-Décembre 2016). Accessible à <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/173>. DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.1168>.

MOLÉNAT, Jean-Pierre – "L'anthroponymie des chrétiens arabisés de la péninsule Ibérique médiévale: le double nom des "mozarabes", IXe-XIIIe siècles". *Hamsa. Journal of Judaic and Islamic Studies* 3 (2016-2017), pp. 78-90.

PRADALIÉ, Gérard – “Les faux de la cathédrale et la crise à Coïmbre au début du XIIe siècle”. *Mélanges de la Casa de Velázquez* 10 (1974), pp. 77-98.

RICARD, Robert – “*Episcopus et cadi*. L’évêque mozarabe de Lisbonne (1147)”. In *Études sur l’histoire morale et religieuse du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1970, pp. 42-52.

RICARD, Robert – “Le prétendu évêque mozarabe de Lisbonne (1147)”. In *Études sur l’histoire morale et religieuse du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1970, pp. 32-41.

RIVERA RECIO, Juan Francisco – *La Iglesia de Toledo en el siglo XII (1086-1208)*. T. 1. Rome: Instituto Español de Historia Eclesiástica, 1966.

ROSA, Maria de Lurdes – “A religião no século: vivências et devoções dos leigos”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História religiosa de Portugal*. Vol. 1, *Formação e limites da Cristiandade*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 423-506.

RUBIERA MATA, M. J. – “Les premiers Mores convertis ou les prémices de la tolérance”. In CARDAILLAC, L. (dir.) – *Tolède XIIe-XIIIe siècles. Musulmans, chrétiens et Juifs: le savoir et la tolérance*. Paris: Autrement, 1991, pp. 102-111.

RUBIO SADIA, Juan Pablo – “*Apud Hispanos lex Toletana obliterata est*. De supresiones, olvidos y pervivencias en torno al rito hispano”. *Toletana* 33 (2015/2), pp. 25-42.

SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio – “La Jornada del Guadelecete”. *Boletín de la Real Academia de la Historia* 100 (1932), pp. 691-700.

SIDARUS, Adel – *Arabismo e traduções árabes em meios luso-moçárabes*. LusoSofia Press: Covilhã, 2009.

SILVA, Carlos Guardado da – *Lisboa medieval. A organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Ed. Colibri, 2008.

SILVA, Carlos Guardado da – “Lisboa no reinado de D. Afonso Henriques”. In SALVADO, Saete (coord.) – *Afonso I de Portugal: nos 900 anos do seu nascimento*. Lisboa: Grupo dos Amigos de Lisboa-Câmara Municipal, 2012, pp. 149-171.

SILVA, Carlos Guardado da – “Lisboa: da cidade de fronteira à afirmação da capital do reino, 1147-1383”. *Férula: Revista da Associação para estudos históricos interdisciplinares* [En ligne] 3 (Mar. 2013), pp. 24-34. Accessible à <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/30034>.

SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das taifas a D. Dinis*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2016. Thèse de doctorat.

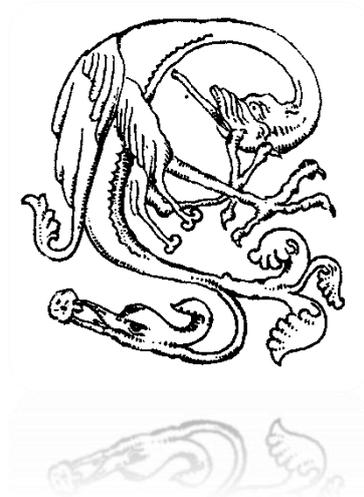
VASCONCELOS, António de – “A catedral de Santa Maria Conimbricense ao principiar o século XI. Moçarabismo desta região em tempos posteriores”. *Revista Portuguesa de História* 1 (1940), pp. 113-140.

VELOSO, Maria Teresa Nobre – “D. Maurício, monge de Cluny, bispo de Coimbra, peregrino na Terra Santa”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. IV. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 125-136.

VENTURA, Leontina – “As Cortes ou a instalação em Coimbra dos *fideles* de D. Sennando”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. III. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 37-52.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Coimbra, Tolède, Lisboa: «chrétiens arabisés» dans l’Hispanie de la «Reconquête»”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 105-133. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**Arthur ainda vive?
O problema da crença em seu retorno no século XII**

**Does Arthur still live?
The problem of belief in his return during the 12th century**

Isadora Cristine Martins

Mestranda no Programa de Pós Graduação em História Social
da Universidade de São Paulo
05508-000 Butantã, São Paulo, Brasil

isadora.cristine.martins@usp.br
<https://orcid.org/0000-0002-8921-7278>

Data recepção do artigo / Received for publication: 7 de Abril de 2021

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 29 de Janeiro de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5648>

RESUMO

Há uma tradição historiográfica que associa a figura do Rei Arthur com o messianismo régio, expresso pela esperança de alguns grupos étnicos insulares que carregaram em comum um substrato de traços culturais celtas (côrnicos, bretões e galeses) em seu retorno. Essa esperança, conhecida na historiografia como “espera bretã”¹, foi apontada em algumas fontes dos séculos XII e XIII, nas quais os cronistas assinalavam que Arthur não estaria, de fato, morto para alguns grupos étnicos dentro do território da Grã-Bretanha.

Desde a década de 1990, a discussão sobre a tese da espera bretã se transformou. Virginie Greene questiona a pertinência de utilizar o termo “messianismo” para referir-se à realidade medieval e argumenta que ele não se aplica com o mesmo sentido que os historiadores utilizam para se referir à modernidade².

Neste ensaio, tentamos retirar a análise do escopo de sua reprodução dentro do espaço cortês através da análise de crônicas selecionadas, partindo da perspectiva do movimento historiográfico conhecido como “A História Vista de Baixo”, para depreender quem é o povo que espera por Arthur e se essa espera é mais do que um discurso construído pelos cronistas.

A partir de um cruzamento entre crônicas e estudos arqueológicos, tentamos mapear tradições de culto, peregrinação e folclore associadas a Arthur, circulando pela Grã-Bretanha dominada pelos normandos. Executamos uma leitura das fontes observando referências laterais a Arthur e prestando atenção nas relações de poder que as crônicas ensejam.

Palavras-chave: Messianismo Régio; Rei Arthur; Escrita histórica; História vista de baixo.

ABSTRACT

There is a historiographical tradition that connects King Arthur with royal messianism, expressed by the belief that some insular ethnic groups (Cornish, Welsh, and Bretons) had in his return. This hope, known in historiography as “the Breton hope”³, was suggested in some sources during the 12th and 13th centuries, in which chroniclers stated that Arthur was not, in fact, dead for some groups within Great Britain’s territory.

Since the 1990s, the discussion about the Breton hope has changed. Virginie Greene questions the pertinence of using the term “messianism” in the Middle Ages and argues that it cannot be used in the same sense as used by historians to refer to Modernity⁴.

In this essay we try to withdraw the analysis from the courtly environments in which they were reproduced, through some selected chronicles, from a History from Below perspective, to understand who are the people waiting for Arthur’s return and whether this hope represents more than a speech constructed by the chroniclers.

From a crossing between chronicles and archaeological studies, we try to map cults, traditions, and pilgrimages linked to Arthur that circulated through Great-Britain under the Norman rule. We read the sources observing side references to Arthur and paying attention to the power relations that the chronicles contain.

Keywords: Messianism; King Arthur; Historical writing; History from below.

¹ TATLOCK, J.S.P. – “Geoffrey and King Arthur in Normannicus Draco”. *Modern Philology* XXXI/2 (November 1933), pp. 1-18.

² GREENE, Virginie – “Qui croit au retour d’Arthur?”. *Cahiers de Civilisation Médiévale* 180 (Octobre-Novembre 2002), p. 335.

³ TATLOCK, J.S.P. – “Geoffrey and King Arthur in Normannicus Draco”, pp. 1-18.

⁴ GREENE, Virginie – “Qui croit au retour d’Arthur?”, p. 335.



1. Introdução

A abordagem historiográfica conhecida como História Vista de Baixo, aplicada aos estudos medievais, deve levar em conta algumas dificuldades específicas aos períodos de tempo mais recuados. Os medievistas compartilham dificuldades com historiadores da primeira Modernidade e da Antiguidade, tendo acesso a uma documentação maioritariamente produzida pelas elites. O estudo do passado é também um estudo de fragmentos e, frequentemente, os vestígios apontam para classes dominantes e suas visões de mundo.

Para David Hitchcock, em sua reflexão sobre a importância da História Vista de Baixo, essa perspectiva seria o ponto de virada para resgatar histórias sobre as desigualdades da memória coletiva e a história nacional⁵. Consideramos importante trazer essas reflexões para os estudos arturianos: quando se trata de Arthur, a história nacional construída no século XIX⁶ é confundida com a memória coletiva, uma estrutura que concebe essa memória como popular e homogênea. A partir dessa confusão de categorias históricas, um herói nacional eleito pelo século XIX mistura-se a uma crença messiânica que estaria presente já no século XII – a de que Arthur retornaria dos mortos.

Isso implica dizer que o Arthur do século XII era já aquele que encontramos refeito no século XIX. O nosso objetivo, neste estudo de caso, é desvencilhar Arthur da certeza que a malha da memória coletiva impõe, um constructo que frequentemente embaralha os campos de cultura popular e erudita e os transforma em uma massa homogênea.

⁵ HITCHCOCK, David – “Why History from below matters?”. *The many-headed monster* [Em linha] (2013) [Consultado a 20 julho 2020]. Disponível em <https://manyheadedmonster.wordpress.com/2013/07/22/david-hitchcock-why-history-from-below-matters-more-than-ever/>.

⁶ Cf. BARCZEWSKI, Stephanie – *Myth and national Identity in nineteenth-century Britain: The legends of King Arthur and Robin Hood*. Oxford: Oxford University Press, 2000, pp. 11-44.

A esperança bretã, termo comumente empregado pela historiografia⁷, constitui-se como um *topos* bastante difundido nas crônicas dos séculos XII e XIII. A expressão, cunhada pelos estudos arturianos, engloba alguns grupos étnicos autóctones da Grã-Bretanha pré-saxônica, período histórico em que Arthur teria vivido. Neste estudo, optaremos pelo termo “britões” para referirmo-nos aos ocupantes das Ilhas Britânicas antes da chegada de grupos advindos do continente, como saxões, daneses e normandos. Essa escolha justifica-se pela incidência dos termos nas fontes primárias analisadas. Geoffrey de Monmouth utiliza a palavra latina *Britones* para referir-se ao povo que descende de Brutus, dissidente troiano que, segundo sua elaboração histórica, teria sido o responsável pela fundação da Britânia:

“Talia michi et de talibus multociens cogitanti optulit Walterus Oxenefordensis archidiaconus, uir in oratoria arte atque in exoticis hystoriis eruditus, quendam Britannici sermonis librum uetustissimum qui a Bruto primo rege Britonum usque ad Cadualadrum filium Caduallonis actus omnium continue et ex ordine perpulcris orationibus proponebat”⁸.

Da mesma maneira, o cronista Geraldo de Gales utiliza o mesmo termo para introduzir o tema do achado da tumba de Arthur, afirmando que “*Arthuri quoque Britonum regis incliti memoria est non suppressenda*”⁹. Segundo Karen Sullivan, quando um cronista do século XII mobiliza o termo *Britones*, ele está se referindo aos habitantes da Grã-Bretanha, especialmente quando menciona o tempo em que Arthur governava ou o povo que o teria sucedido¹⁰.

A discussão da terminologia empregada para realizar as análises é oportuna para ressaltarmos as posições dos cronistas e suas relações de identidade (ou

⁷ JÚNIOR, Hilário Franco – “O retorno de Arthur: O imaginário da política e a política do imaginário no século XII”. In *Os três dedos de Adão*. São Paulo: EDUSP, 2010, pp. 173-192.

⁸ “Eu pensei com frequência sobre o assunto [escrever um livro sobre os Reis da Bretanha] até que Walter, arqui-diácono de Oxford, um homem versado nas artes retóricas e em histórias estrangeiras, trouxe a mim um velho livro em língua britã, que carregava uma excelente narrativa de todos os feitos desde o primeiro rei dos britões, Brutus, até Cadualadrus, filho de Caduallo”. cf. MONMOUTH, Geoffrey de – *Historia regum Britanniae*. Editado por Michael D. Reeve, traduzido por Neil Wright. Woodbridge: Boydell Press, 2007, p. 5.

⁹ “Que a memória de Arthur, distinto rei dos britões, não seja suprimida”. GALES, Geraldo de – *Instructions for a ruler: De principis instructione*. Editado por Robert Bartlett. Oxford: Oxford Scholarly Editions Online, 2018, p. 364.

¹⁰ SULLIVAN, Karen – *The danger of romance – Truth, fantasy and Arthurian fictions*. Chicago: The University of Chicago Press, 2018, p. 108.

desagregações de identidade) com determinados grupos étnicos da Grã-Bretanha pré-saxônica, e como essas construções de identidade refletem no presente das crônicas, mobilizando-as para descrever dinâmicas de colonização e ideias de Império. A figura de Arthur e a perspectiva de seu retorno, neste cenário, emergem para suprir tensões geradas por essas identificações.

O *topos* da morte duvidosa de Arthur aparece em diversas crônicas anglo-normandas do século XII. Guilherme de Malmesbury, em 1125, escreve que “Sed Arturis sepulchrum nusquam uisitur, unde antiquitas neniaram adhuc eum uenturum fabulatur”¹¹.

Entre 1123 e 1139, o cronista galês Geoffrey de Monmouth compõe a *Historia regum Britanniae*, um enorme sucesso de circulação, que fornece uma breve, porém ambígua, descrição da morte de Arthur e abre espaço para as dúvidas sobre o seu fim. Na obra, Geoffrey afirma que, após a batalha de Camlann, Arthur foi levado para a ilha de Avalon para curar suas feridas.

Trabalharemos com um recorte de algumas das menções à morte de Arthur em fontes selecionadas dos séculos XII e XIII que podem ajudar a elucidar o nosso problema. Focaremos, especialmente, na supracitada *Historia regum Britanniae* e nos *Miracula Sancte Marie Laudunensis*, por considerarmos que as duas crônicas representam uma porção importante da gênese da tradição relacionada à morte e ao retorno messiânico de Arthur. A existência dessa tradição faz com que alguns arturianistas, como Roger Sherman Loomis, creditem a espera por Arthur baseando-se apenas nesses relatos¹² sem um questionamento mais profundo sobre as intenções dos cronistas ao reportarem tais dúvidas: “the belief in Arthur’s survival [...] prevailed among the Cornish and Bretons as early as 1113. We have at least two testimonies from the same century to the existence of this belief among the Welsh”¹³.

¹¹ “A tumba de Arthur não é em lugar conhecido, ainda que as antigas fábulas ainda clamem que ele retornará”. Cf. PADEL, O. J. – “The nature of Arthur”. *Cambrian Medieval Celtic Studies* 27 (1994), pp. 1-31.

¹² LOOMIS, Roger Sherman (org.) – *Arthurian literature in the middle ages: a collaborative history*. Oxford: Clarendon Press, 1959, pp. 64-72.

¹³ LOOMIS, Roger Sherman (org.) – *Arthurian literature*, p. 64.

Uma das fontes apontadas por Loomis é o *Livro Negro de Carmarthen*, que abordaremos mais adiante. Embora não especifique qual seria a segunda fonte, pela data que fornece, o autor está provavelmente se referindo aos *Miracula sancte Laudunensis*, que está no centro do nosso *corpus* documental.

Nossa intenção é explorar as relações existentes entre as posições dos cronistas, frequentemente membros do clero empregados pela corte e assimilados pela crescente burocracia do Império Angevino, e os grupos autóctones de espaços afetados pelo domínio normando que poderiam constituir o “povo” de que falam os cronistas.

Aqui, julgamos proveitoso remeter às reflexões de Carlo Ginzburg nos prefácios de *O Queijo e os Vermes*. A partir de um fragmento, Ginzburg vai tentar reconstruir a cultura dos subalternos utilizando-se do conceito de circularidade que aparece na obra do filósofo e teórico da literatura Mikhail Bakhtin; com essa perspectiva, o relacionamento de influências entre as classes dominantes e subalternas torna-se dialógico e fluido. Para Ginzburg, uma análise de classes é sempre melhor do que uma análise interclassista¹⁴, o que nos remete a um problema conceitual na abordagem da crença no retorno de Arthur.

A opção de Ginzburg de utilizar “cultura” no lugar de “mentalidade” não é gratuita: inserir os personagens centrais de suas fontes na história das mentalidades seria excluir o componente racional da visão de mundo que manifestam, desconsiderar a *lógica* por trás de seu pensamento, uma vez que a História das Mentalidades tem enfatizado a existência de elementos inertes e inconscientes de uma determinada visão de mundo. Na tradição da história social, “mentalidade” e “cultura” representam dois tipos diferentes de abordagem. A historiografia inglesa ligada à *New Left* prefere o termo “cultura” para delimitar elementos pertinentes a uma classe específica, o que permite que uma análise com recorte de classes seja executada.

¹⁴ GINZBURG, Carlo – *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006, pp. 23-24.

A história das mentalidades, impulsionada pela terceira geração dos *Annales*, crucial para a historiografia da literatura medieval, utiliza o termo “mentalidade” no sentido de representar o “espírito da época”. Jacques Le Goff é o maior expoente dessa tradição que quer fazer ressaltar “o que São Luís tem em comum com o último dos camponeses”¹⁵. Consideramos que essa abordagem é, em grande parte, responsável pelo impasse acerca da crença em Arthur a que chegamos.

Os estudos arturianos sobre os séculos XII e XIII admitem duas hipóteses: em um primeiro momento, na primeira metade do século XX, a historiografia arturiana concorda que existe, de fato, uma crença no retorno de Arthur¹⁶. Essa abordagem muda a partir do final do século XX, e os historiadores passam a ver com ceticismo a hipótese da difusão da crença no retorno de Arthur entre os britânicos. Assim, ela passa a ser considerada como um recurso retórico, um lugar comum no discurso, utilizado nas crônicas para divertir a corte e instruir a nobreza de acordo com um *ethos* específico. Os historiadores que constroem essa segunda abordagem, cujas críticas aos estudos desenvolvidos nos séculos XIX e XX são pertinentes, são eméritos de estudos que focam na linguagem e na literatura, o que muitas vezes oblitera a relação das fontes com a realidade material. Neste caso, o cruzamento das crônicas com outras fontes pode elucidar as lacunas de ambas as correntes.

Na primeira abordagem, a crença em Arthur é atestada sem uma crítica das fontes que leve em consideração seus interesses nas elucubrações que fazem sobre grupos étnicos que têm em comum um substrato de tradições celtas. Os historiadores admitem a espera desses grupos pelo retorno de Arthur, baseando-se estritamente nas afirmações dos cronistas medievais, sem interrogar suas intenções, como sustentado por Jean Christophe Cassard, em um artigo em que analisa o retorno messiânico de Arthur:

¹⁵ LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre – *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 71.

¹⁶ J.S.P. Tatlock, Edmond Faral, Roger Sherman Loomis e Jean-Christophe Cassard são exemplos dessa historiografia que, até meados do século XX, defendia a tese da espera bretã. No Brasil, há um artigo de Hilário Franco Júnior, publicado em *Os três dedos de Adão*, muito de acordo com essa corrente. cf. JÚNIOR, Hilário Franco – *Os três dedos de Adão*.

“La documentation conservée permet d'affirmer que dans le courant du XII^{ème} siècle tous les rameaux du peuple brittonique ont partagé l'espoir du retour d'Arthur. Le foyer originel de cette espérance paraît devoir être localisé en Armorique, quoique la profonde unité de civilisation encore décelable à l'époque au sein du monde brittonique rende aléatoire ce genre d'attribution en paternité. Le premier témoignage dans le temps, et l'un des plus intéressants, provient du récit de la tournée entreprise en 1113 en Grande-Bretagne par neuf chanoines de l'église cathédrale de Laon”¹⁷.

Na segunda abordagem, a hipótese de um recurso discursivo é lançada em um vazio, como se não estivéssemos tratando de um todo social, mas de uma bolha dentro da elite cortês. Patrick Sims-Williams diminui a importância de tradições orais ligadas a um substrato mais antigo de crenças pré-saxônicas na transmissão da Matéria da Bretanha, e atribui o sucesso do ciclo arturiano fora da Grã-Bretanha ao processo de oralização das crônicas e romances, minimizando a atuação de atores britões dotados de um repertório próprio, talvez vindo da tradição oral, e não necessariamente retirados do escopo da produção escrita:

“There is also the bare possibility that an earlier written form of the story of Yvain had already been memorized by French jongleurs and passed into their oral repertoire. Duggan has pointed out that even when they were incapable of reading, jongleurs could have access to the world of letters merely through their presence in situations in which written texts were read aloud, such as those described in Chrétien de Troyes's *Chevalier au lion* (v. 5356-71) of the Roques”¹⁸.

Embora o processo de oralização de que fala Sims-Williams encontre eco na pertinente tese de Paul Zumthor sobre as condições de reprodução da palavra escrita no medievo, em que o autor reflete sobre a recepção dos textos e sua repercussão na oralidade¹⁹, a dicotomia entre a palavra escrita e a tradição oral conduz a um impasse comparável àquele enfrentado por historiadores da cultura ao tentar compreender as relações entre cultura popular e erudita. É necessário pensar

¹⁷ CASSARD, Jean-Christophe – “Arthur est vivant! Jalons pour une enquête sur le messianisme royal au moyen âge”. *Cahiers de civilisation médiévale* 126 (Avril – June 1989), p. 136. Grifo nosso.

¹⁸ SIMS-WILLIAMS, Patrick – “The early Welsh Arthurian poems”. In BROMWICH, Rachel; OWEN, Alfred; JARMAN, Hughes; ROBERTS, Byrnyley F. (eds.) – *The Arthur of the Welsh: The Arthurian legend in medieval Welsh literature*. Cardiff: University of Wales Press, 2013, p. 49.

¹⁹ ZUMTHOR, Paul – *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

em relações porosas entre a tradição oral, que mobiliza uma rede de símbolos e motivos folclóricos, e a palavra escrita, com sua produção não inteiramente descolada da tradição oral, mas tampouco livre de interlocuções políticas.

Aqui, a circularidade de Bakhtin²⁰ deve ser considerada com atenção: a existência de uma relação dialógica entre as culturas não significa a ausência de especificidades em cada esfera, mas a interação entre as duas e as apropriações que podem surgir desse contato. A abordagem da historiografia do final dos anos 1990 parece desconsiderar os cronistas como atores que agem na complexidade do mundo concreto. As classes dominantes não levavam uma vida inteiramente deslocada de outros setores da sociedade, especialmente nos contextos urbanos, onde boa parte dessas fontes é produzida. Julgamos interessante aproveitar a noção que aparece em “O Problema do texto”, de Bakhtin, de que o texto é o reflexo subjetivo de um mundo objetivo e, portanto, a expressão de uma consciência que reflete algo²¹. Tentar compreender a palavra escrita significa empreender um diálogo e admitir que essa criação é produto da interação do autor com o mundo ao seu redor, e isso inclui as relações entre classes.

Segundo John Arnold, o estudo de História Moderna leva ao acesso de um material relativamente melhor documentado do que aquele encontrado em períodos mais recuados, como a Idade Média, o que permite o cruzamento de fontes e certo grau de análises seriais²² para tentar alcançar uma leitura vinda dos de baixo, mais próxima de suas próprias experiências. É importante que a análise vista de baixo se concentre na lógica dos grupos sociais que pretende alcançar e não apenas nos *discursos* e nas *imagens* que as fontes apresentam dessas populações, o que para nós demonstrará ser uma noção bastante importante.

²⁰ BAKHTIN, Mikhail – *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais*, São Paulo: Hucitec, 2010.

²¹ BAKHTIN, Mikhail – “O problema do texto”. In *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 328-358.

²² ARNOLD, John – “History from below - some medievalist perspectives”. *The many-headed monster* [Em linha] (2013) [Consultado julho 2020]. Disponível em <https://manyheadedmonster.wordpress.com/2013/08/20/john-arnold-history-from-below-some-medievalist-perspectives/>.

O trabalho de historiadores da Idade Média em tempos mais recuados (pré-1100, segundo Arnold)²³, quando trabalham com a abordagem da História Vista de Baixo, tende a ser arqueológico devido à escassez de fontes, o que acaba por transformar as análises em estudos mais estruturais do que obras focadas na agência individual. Um estudo de micro-história ou história do cotidiano torna-se mais difícil de empreender, embora existam exemplos de medievalistas que executaram o projeto com destreza, como a obra Emmanuel Le Roy Ladurie.²⁴ Entretanto, é importante reconhecer a limitação das fontes escolhidas e dos instrumentos que se tem à disposição.

No presente estudo de caso, a escolha de uma abordagem vista de baixo é útil para sanar a superficialidade com a qual as classes populares são tratadas nos estudos das crônicas pseudo-históricas. O povo é um elemento sempre presente e, no entanto, as análises tocam superficialmente na investigação da relação desses discursos com a realidade. Este é um primeiro esforço para investigar as motivações que fariam as classes populares evocarem Arthur.

2. As crônicas e seus retratos do entorno

Durante todo o século XX, o estudo das crônicas pseudo-históricas do século XII tende a delinear Arthur como um herói cortês, um exemplo de cavaleiro cristão exemplar, que demonstraria a consolidação da nobreza guerreira medieval. Essas pesquisas abordam a esperança bretã de forma tangencial, na qual o povo que espera o retorno de Arthur aparece apenas como uma informação lateral²⁵. As obras que admitem Arthur como um herói popular fora dos ambientes de corte ancoram sua argumentação em antigas tradições gaélicas ou galesas²⁶, além da palavra dos cronistas da Idade Média Central, assumindo que, se puderem fazer conexão com uma tradição mais antiga do que o século XII, a espera pelo retorno de Arthur seria

²³ ARNOLD, John – “History from below - some medievalist perspectives”.

²⁴ Sobretudo LE ROY LADURIE, Emmanuel – *Montaillou, povoado occitânico de 1294 a 1324*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

²⁵ Os estudos sobre a espera bretã de Hilário Franco Júnior e Jean Christophe Cassard podem ser considerados exemplos dessa abordagem que associa a lenda de Arthur com o messianismo régio; cf. FRANCO JR. – Hilário. *Os três dedos de Adão*, pp. 173-192; CASSARD, Jean-Christophe – “Arthur est vivant!”, pp. 135-146.

²⁶ LOOMIS, Roger Sherman (org.) – *Arthurian literature*, pp. 52-64.

fundamentada e poderia, de fato, constituir uma crença para os grupos étnicos insulares.

A associação de Arthur com o messianismo régio, justificado pela esperança dos britões por seu retorno²⁷, suscita comparações de pesquisadores de períodos distintos com outras experiências posteriores na História, como a mitologia em torno de Dom Sebastião no século XVI. No Brasil, o mito de Arthur vem sendo utilizado para fazer conexão entre as tradições orais brasileiras com suas raízes medievais, valendo-se do pensamento da história de longa duração das mentalidades, onde o mito de Arthur teria transmigrado o Atlântico para tomar outras formas²⁸.

É preciso um esforço para delimitar sobre quem estamos falando. As fontes são vagas em evocar quem acredita, referindo-se sempre ao “povo” (“o povo diz que ele dorme”; “o povo acredita em seu retorno”, e fórmulas parecidas) ou simplesmente “os britões”. Por isso, optamos por destacar e trabalhar com fontes que oferecem mais detalhes e evocam situações que supostamente aconteceram e descrevem os cenários. É importante lembrar, aqui, as palavras de John Arnold, discutindo o alcance dos de baixo para medievistas:

“And in each case, where ‘below’ begins is somewhat elastic, influenced primarily by the difficulty or otherwise of the task in hand: for early medievalists, saying anything about anyone who isn’t a king, prince or bishop can feel like a victory for ‘below’; for late medievalists, the civic elites are definitely ‘elite’, but quite a lot of the rest of the urban population (forming however still a minority of the total population) are at least ‘below-ish’, and non-noble/non-gentry rural dwellers (even if in fact among the richest of peasants) are even more ‘below’, because less immediately visible”²⁹.

Trabalhando com fontes que classificamos como ambivalentes no século XII, construções que transitam entre a História e a Literatura, o pesquisador opera com

²⁷ FRANCO JR., Hilário – *Os três dedos de Adão*, pp. 173-192; CASSARD, Jean-Christophe – “Arthur est vivant!”, pp. 135-146.

²⁸ PEREIRA, Rosuel Lima – “Heroísmo, guerra e imaginário: Raízes medievais e socioculturais do Sebastianismo maranhense”. In *História antiga e medieval. Conflitos sociais, guerras e relações de gênero: representações e violência*. Vol. 6. São Luís do Maranhão: Editora UEMA, 2017, pp. 365-374.

²⁹ ARNOLD, John – “History from below - some medievalist perspectives”.

um discurso que foi filtrado e trabalhado para se encaixar em visões de mundo que representam a vivência das elites. As fontes aqui analisadas foram produzidas em contextos eclesiásticos e, de uma maneira ou de outra, expressam as posições dos compiladores em relação a um evento sensível para os atores sociais dos espaços que conhecemos hoje como França e Inglaterra: a conquista normanda da Grã-Bretanha.

No entanto, apesar do crivo pelo qual essas fontes passaram no momento de suas produções, isso não inviabiliza seu aproveitamento para realização de uma análise que leva em consideração a diferença de classes. Isso seria jogar a água do banho junto com a criança, uma vez que, para o contexto das lendas sobre Arthur, essas são as principais fontes que encontramos. Que o “povo” – muitas vezes uma massa amorfa e sem definição por parte dos cronistas medievais – apareça nas crônicas, às vezes de maneira condescendente, às vezes de maneira zombeteira e marginalizante, já é por si só um dado significativo. Assim, serve-nos a noção advinda de Walter Benjamin de “escovar a história a contrapelo”, ou seja, interrogar as fontes para revelar em seus processos de compilação e transmissão as tensões que as formaram enquanto monumentos de cultura:

“Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo”³⁰.

O fato de a produção dessas crônicas sempre estar atrelada ao contexto da conquista normanda ou a um eclesiástico normando ou francês é uma informação importante e que, alinhada a um interrogatório direcionado para as classes populares, pode fornecer algumas pistas. Nos estudos de literatura anglo-normanda, frequentemente, faz-se menção aos impactos que a conquista causou à nobreza anglo-saxã: confisco de terras, imposição de novas senhorias e a substituição de

³⁰ BENJAMIN, Walter – “Teses sobre o conceito de História”. In *Obras escolhidas*. Vol. 1. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 222-232.

altos cargos nas abadias, assim como o enfraquecimento do poder episcopal e a queima de igrejas durante a conquista³¹.

Seria, portanto, superficial admitir que os efeitos da conquista normanda não foram sentidos pelas classes populares, embora a maioria dos estudos esteja focada em analisar os impactos na nobreza. Após a conquista, um grande levantamento administrativo, nomeado *Domesday Book*, é encomendado por Guilherme, o Conquistador para conhecer com mais profundidade a extensão das riquezas da Inglaterra. A existência desse levantamento demonstra a vulnerabilidade diante da conquista e fornece-nos algumas informações sobre os efeitos nas classes mais baixas. Para aumentar os impostos reais, o tamanho dos campos pertencentes aos camponeses foi reduzido³². Além disso, os espaços urbanos de contatos anglo-normandos eram pontos de interação entre “frankish knights, Latin priests, merchants, townsmen and, as ‘non-voting members’, peasants”³³, o que pode representar um aumento das tensões entre as populações autóctones da Grã-Bretanha e novos migrantes advindos de espaços normandos.

Neste contexto, há uma constante nos discursos que falam de Arthur: nas crônicas, há sempre alguém que espera pelo Rei e esse retorno acarretaria uma mudança na situação atual, uma reviravolta que mudaria o curso da História e acarretaria na expulsão de estrangeiros das Ilhas Britânicas. Para Virginie Greene, em um artigo de 2002, a repetição representaria um *topos*, indicando a mera reprodução de um modelo generalizado, e não uma reflexão da realidade concreta³⁴. A autora traz um apanhado de fragmentos que repetem essa fórmula:

– Guillaume de Malmesbury (cerca de 1125):

“Mais la tombe d'Arthur ne se trouve nulle part, c'est pourquoi de vieilles complaints inventent qu'il reviendra”;

³¹ CHIBNALL, Marjorie – “Ecclesiastical patronage and the growth of feudal estates at the time of the Norman conquest”. *Annales de Normandie* 8/2 (1958), pp. 103-118.

³² HARVEY, Sally P. J. – “Domesday book and Anglo-Norman governance”. *Transactions of the Royal Historical Society* 25 (1975), pp. 175-193.

³³ WEST, Francis James – “The colonial history of the Norman conquest?”. *History* 84/274 (1999), pp. 219-236.

³⁴ GREENE, Virginie – “Qui croit au retour d'Arthur?”, p. 329.

– Henri de Huntingdon dans sa lettre à Warin (1139):

“Et pourtant sa mort est déniée par les Bretons, tes parents, qui attendent subtilement (ou: selon leur coutume) son retour”;

– Wace (1155), acerca de Arthur em Avalon:

“Ancor i est, Breton l'atandent,
Si com il dient et antandent;
De la vanra, ancor puet vivre”.

– A descrição da Inglaterra (depois de 1139, antes de 1200), texto adicionado à *Estoire des Angleis*, de Gaimar, acerca dos conflitos entre normandos e galeses:

“Ben s'en vengèrent les Waleis.
De nos Francies mult unt ocis,
De nos chastels se sunt saisiz;
Apertement le vont disant,
Forment nus vont maneçant,
Qu'a la parfin tute l'avrunt,
Par Artur la recoverunt,
E cest pais tut ensement
Toldrunt a la romaine gent,
A la terre sun nun rendrunt,
Bretaine la repelerunt”³⁵.

A afirmação de Greene de que a repetição representaria um lugar comum descolado da realidade parece se sustentar apenas em parte para nós. Retomando Bakhtin³⁶, consideramos improvável que essas fontes estivessem sendo veiculadas em um vácuo e não tivessem nenhum tipo de relação com a realidade, ainda que uma realidade distorcida pelo crivo eclesiástico. É importante notar que todas as fontes citadas por Greene acabam por representar uma visão negativa dos britões, e não é

³⁵ GREENE, Virginie – “Qui croit au retour d'Arthur?”, p. 329.

³⁶ BAKHTIN, Mikhail – *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*.

difícil retrair as relações dos seus compiladores com os componentes da corte normanda.

O nosso objetivo, portanto, é oferecer uma alternativa a essa interpretação, levando em conta a experiência popular britânica nos novos arranjos sociais trazidos com a conquista normanda. Para isso, além da documentação de crônicas levantada, empreendemos uma busca por estudos que possam iluminar práticas medievais de religiosidade popular. A palavra escrita pode ser agora cruzada com vestígios materiais, e, desta forma, escapamos do impasse encontrado por Greene, que enxerga um discurso construído apenas com o propósito de marginalizar os britões para o entretenimento das cortes.

É preciso também colocar em perspectiva os discursos criticados por Greene: se há, de alguma forma, a necessidade de elaborar retóricas que fragilizam o povo, o mais lógico é pensar que esse último oferece alguma ameaça, mesmo que simbólica.

Sobre a crença do povo no retorno de Arthur, Greene nega a pertinência de utilizar o termo messianismo para referir-se à realidade medieval, uma vez que “d'un point de vue chrétien, le seul messianisme orthodoxe est celui qui consiste à affirmer que le Messie est déjà venu et qu'il reviendra à la fin des temps. Tout autre messianisme est hérétique”³⁷.

Ora, a argumentação da autora é construída a partir do pressuposto de que toda expressão de religiosidade na Idade Média é, necessariamente, ortodoxa. A realidade é inferida a partir do discurso, sem observar uma possível materialidade ou diálogo do discurso com a realidade, ainda que a produção textual, como encontramos em Bakhtin, seja o reflexo subjetivo do mundo objetivo³⁸.

Apontamos a existência de autos medievais de Inquisição que, apesar de menos incisivos do que aqueles encontrados na Modernidade, constituem um *corpus* documental contundente que vem, inclusive, sendo estudado na chave de uma

³⁷ GREENE, Virginie – “Qui croit au retour d'Arthur?”, p. 335.

³⁸ BAKHTIN, Mikhail – “O problema do texto”, pp. 328-358.

História Vista de Baixo,³⁹ o que demonstra que nem toda expressão de religiosidade na Idade Média era homogênea ou ortodoxa. No decorrer da Idade Média, as polêmicas heréticas eram comuns e suscitaram o desenvolvimento de “suportes textuais de identificação e refutação de crenças heréticas”⁴⁰. Para Rodney Hilton, quebrar com a ortodoxia – por meio de resíduos pagãos ou heresia – podia representar a chave para a possibilidade de uma revolta significativa das classes subalternas durante a Idade Média⁴¹.

Os sujeitos nas fontes que estudamos aqui não são acusados de heresia e também não começam uma revolta – até onde podemos constatar analisando as fontes eclesiásticas –, mas a insistência na figura de Arthur encaixa-se na mesma lógica de resistência de que fala Rodney Hilton. Não raro, como veremos a seguir, os sujeitos estão envolvidos em dinâmicas com estrangeiros e parecem se utilizar de Arthur para se afirmarem diante de uma dada alteridade, o que pode representar dinâmicas de resistência por meio de um desafio jocoso por parte dos interlocutores de quem está compilando a fonte.

Greene, em sua revisão da literatura sobre as fontes britânicas, reconhece que a espera por Arthur nas fontes escritas parece ser sempre atribuída ao outro, uma vez que são raros os relatos insulares que atribuem a si mesmos a espera pelo retorno de Arthur.

Aqui, cabe mencionar os conteúdos da tradição de textos galeses, anteriores ao século XII e às elaborações das prosas latinas. A tradição galesa é um composto heterogêneo que difere entre si na língua, formas literárias e intenções, mas que se constitui como a mais importante fonte para conhecer a tradição arturiana nativa de

³⁹ John Arnold escreveu um artigo no qual utiliza a documentação da inquisição para interrogar vozes subalternas. cf. ARNOLD, John – “The historian and the inquisitor: the ethics of interrogating subaltern voices”. *The Journal of Theory and Practice* 2 (1998), pp. 379-386; Emmanuel Le Roy Ladurie também utiliza esse tipo de documentação. cf. LE ROY LADURIE, Emmanuel – *Montaillou, povoado occitânico de 1294 a 1324*, p. 584.

⁴⁰ SILVA, Patrícia Antunes Serieiro – *Polêmica anti-herética e repressão: perseguição e vindicta contra hereges na Summa Adversus Catharos et Valdenses de Frei Moneta de Cremona, OP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019. Tese de Doutorado, p. 1.

⁴¹ ARNOLD, John – “Religion and popular rebellion from the Capuciati to Niklashausen”. *The Journal of Social History Society* 6 (2009), pp. 149-169.

Gales⁴². Mais abaixo, veremos também como a figura de Arthur interage com os santos insulares e seu papel nas hagiografias.

Por ora, focaremos nos textos fora do escopo hagiográfico, como a coletânea conhecida como *Mabinogion*, escrito entre os séculos XI e XVI, que representam composições literárias baseadas em tradições orais mais antigas⁴³. Na tradição da poesia galesa, segundo Brynley F. Roberts, um mundo arturiano a ser defendido pelo líder é estabelecido, ainda não cavaleiresco, mas com certeza maravilhoso⁴⁴. Da mesma forma, a imagem da traição sofrida por Arthur e a sua morte na batalha de Camlann é um tema já desenvolvido, presente em algumas alusões no poema de *Cullhwch e Olwen*, considerado uma das narrativas arturianas mais antigas e datado do século XI⁴⁵.

Além da tradição associada aos *Mabinogion*, encontramos menção a Arthur e seu túmulo no *Livro Negro de Carmarthen*, um manuscrito do século XIII contendo versos escritos entre os séculos VI e XIII. Em uma lista de heróis ligados à tradição oral e ao folclore, lê-se:

“A grave for March, a grave for Gwythur,
A grave for Gwgawn of the Red Sword,
The world’s wonder a grave for Arthur.
Concealed till Doomsday the grave of Arthur”⁴⁶.

De acordo com Richard Barber, essa passagem sugere que haveria algo de misterioso em relação à morte e ao túmulo de Arthur⁴⁷. Mesmo que aceitemos que essa *stanza* do *Livro Negro de Carmarthen* seja contemporânea ou mesmo posterior a Geoffrey de Monmouth e ao sucesso de reprodução das narrativas arturianas, a descrição da morte de Arthur é bastante escassa na *Historia regum Britanniae*. Da

⁴² ROBERTS, Brynley F. – “Cullhwch ac Olwen, the triads, Saints lives”. In BROMWICH, Rachel; OWEN, Alfred; JARMAN, Hughes; ROBERTS, Brynley F. (eds.) – *The Arthur of the Welsh: The Arthurian legend in medieval Welsh literature*. Cardiff: University of Wales Press, pp. 73-97.

⁴³ ROBERTS, Brynley F. – “Cullhwch ac Olwen, the triads, Saints lives”, p. 78.

⁴⁴ ROBERTS, Brynley F. – “Cullhwch ac Olwen, the triads, Saints lives”, p. 78.

⁴⁵ ROBERTS, Brynley F. – “Cullhwch ac Olwen, the triads, Saints lives”, p. 79.

⁴⁶ BARBER, Richard – *King Arthur: Hero and legend*. Nova Iorque: St. Martin Press, 1986, p. 16.

⁴⁷ BARBER, Richard – *King Arthur*, p. 16.

mesma forma, enquanto se verifica, no texto de Geoffrey, uma preocupação com as mortes dos reis e a demarcação de onde estão enterrados⁴⁸, não há menção sobre o túmulo de Arthur. Portanto, ainda que a *Historia regum Britanniae* seja o texto mais bem sucedido de reprodução dos motivos arturianos durante a Idade Média Central⁴⁹, a preocupação com Arthur e seu túmulo não necessariamente deriva dela e é possível que já estivesse presente nas tradições folclóricas galesas. Se as atribuições à ausência do túmulo de Arthur e seu possível retorno derivassem do sucesso da *Historia regum Britanniae*, esperaria-se que Geoffrey dedicasse uma passagem mais detalhada ao assunto, quando, em verdade, ele quase não toca na questão.

Patrick Sims-Williams destaca que a passagem sobre o túmulo arturiano no *Livro Negro de Carmarthen* em galês utiliza a palavra *anoeth*, que se traduziria como algo muito difícil, ou mesmo impossível, de alcançar⁵⁰. Segundo o autor, é possível que essa expressão arcaica tenha sido retirada do poema de *Cullhwch e Olwen*, o que tornaria a *stanza* do *Livro Negro* necessariamente posterior ao poema. Christopher Michael Berard afirma que, mesmo que aceitemos que o referido trecho seja anterior ao século XII, não há como provar que os britânicos encaravam Arthur como um messias político ou como um herói que retornaria⁵¹.

Acreditamos que há outro caminho interpretativo a seguir. Na tradição profética galesa, encontra-se a figura do *Mab Darogan*, uma lenda de fundo messiânico que representa um herói cujo destino seria expulsar os estrangeiros da Grã-Bretanha⁵². Segundo Aled Lion Jones, o herói profético da tradição galesa é frequentemente “sem

⁴⁸ Durante a narrativa da *Historia regum Britanniae*, Geoffrey de Monmouth descreve as condições das mortes dos reis de que se ocupa e o lugar de suas tumbas. Isso acontece, por exemplo, com o Rei Arviragus no livro IV, com Lucius no livro V e com Vortimer no livro VI. A tumba de Vortimer é referenciada, inclusive, com a propriedade de afastar os saxões das Ilhas. cf. MONMOUTH, Geoffrey de – *Historia regum Britanniae*, pp. 133-134.

⁴⁹ A obra conheceu enorme sucesso na Inglaterra e no norte da França. Sobrevivem cerca de 215 manuscritos com cópias do conteúdo, e estima-se que um terço desses manuscritos data do século XII. LUPACK, Alan – *The Oxford guide to Arthurian literature and legend*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

⁵⁰ SIMS-WILLIAMS, Patrick – “The early Welsh Arthurian poems”, p. 49.

⁵¹ BERARD, Christopher Michael – “King Arthur and the canons of Laon”. *Arthuriana*, 26/3 (2016), pp. 91-119.

⁵² JONES, Aled Lion – *Darogan, prophecy, lament and absent heroes in medieval Welsh literature*. Cardiff: University of Wales Press, 2013, pp. 1-65.

rosto”, o que permite que diferentes figuras sejam encaixadas em suas estruturas formais para torná-lo presente⁵³. Morgan Kay destaca que Arthur é um entre muitos possíveis heróis redentores na profecia galesa:

“Arthur is the returning hero that Geoffrey of Monmouth made famous, but in Wales, he is just one of several redeemers, historical and mythical figures who are expected to return to unite Wales. There are eight such heroes who appear frequently in Welsh lore: Hiriell, Cynan, Cadwaladr, Arthur, Owain, Owain Lawgoch, Owain Glyndwr, and Henry Tudor. Stories of *y mah darogan* (the son of prophecy) go back at least to the third century when a Roman leader declared himself to be the awaited. [...] These stories were propagated in times of political hardship in Wales, such as after the death in 1282 of Llywelyn ap Gruffydd, the last native ruler of Wales, and one who came close to achieving independence”⁵⁴.

Ainda que Arthur não figure como personagem central nos ciclos tradicionais galeses, propomos enxergá-lo como uma figura modular, cujos contornos flexíveis permitem que ele possa ser apropriado de acordo com o contexto. Na elaboração das hagiografias de santos britânicos, como veremos a seguir, Arthur é uma figura ambígua que parece mudar conforme o tom que os compiladores desejam empregar às fontes. Mais tarde, no começo na virada do século XII para o século XIII, os Plantagenetas tentarão associar-se de forma contundente à sua figura, em uma certa esperança de se apropriar da popularidade de Arthur⁵⁵. Atentos, portanto, à rede simbólica estabelecida pelas tradições britânicas de um herói que deve lutar contra estrangeiros e restaurar as Ilhas ao seu estado de glória, Arthur pode ser evocado como uma figura de poder contra esses mesmos estrangeiros, podendo inclusive manifestar zombaria, transparecendo, portanto, na tradição cronística que reproduz o *topos* de que Arthur um dia retornaria.

⁵³ JONES, Aled Lion – *Darogan, prophecy, lament*, p. 9.

⁵⁴ KAY, Morgan – “Prophecy in Welsh manuscripts”. *Proceedings of the Harvard Celtic Colloquium* 26/27 (2006/2007), pp. 73-108.

⁵⁵ Aqui, apontamos a nomeação de Arthur, neto de Henrique II, como herdeiro ao trono de Ricardo Coração de Leão em 1190 e o traslado dos ossos de Arthur em Glastonbury realizado por Eduardo I em 1278. cf. BERARD, Christopher Michael – *Arthurianism in early plantagenet England. From Henry II to Edward I*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2019.

Para James C. Scott em *Weapons of the weak*, um livro frequentemente utilizado na chave dos estudos de História Vista de Baixo, é importante analisar a ação e os comportamentos de um determinado grupo de acordo com a rede de símbolos, normas e enquadramentos ideológicos próprios, que fornecem as condições para determinados comportamentos⁵⁶.

À luz dessas reflexões, reconhecemos que é importante prestar nova atenção às fontes que mencionam uma espera pelo retorno de Arthur, tentando retirar a análise do escopo de sua reprodução dentro do espaço cortês.

No século XII, Alain de Lille escreve em um comentário às Profecias de Merlim, de Geoffrey de Monmouth:

“Si vous ne me croyez pas, allez dans le royaume d'Armorique (nommé aussi petite Bretagne) et proclamez sur les marchés et dans les villages qu'Arthur le Breton est mort comme meurent les autres gens, et on vous prouvera par les faits mêmes que la prophétie de Merlin est vraie, que la fin d'Arthur est douteuse.

Vous aurez du mal à fuir sans dommage, sans être accablé d'injures ou écrasé par les pierres que vous jetteront vos auditeurs”⁵⁷.

Uma das únicas certezas que se tem sobre a fonte é a origem de seu cronista: sabemos que ele vem de Lille, uma cidade no norte do que hoje considera-se como a França. Seu relato é construído ao redor de uma região que ele observa como um estranho; Armórica, aqui, representa a alteridade de que fala Virginie Greene. Nesse sentido, de fato, a crença em Arthur é atribuída ao outro, e o outro é violento. Não é simplesmente um culto como o dos santos, mas é algo que se manifesta na coletividade também. Tudo indica que há uma lógica de construção coletiva por trás das reações violentas, mas só temos o reflexo dessas práticas através do filtro

⁵⁶ SCOTT, James C. – *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1987, p. 38.

⁵⁷ O texto em questão diz respeito a um comentário do século XII às profecias de Merlin, de Geoffrey de Monmouth. Em sua edição no século XVII, a autoria foi atribuída a Alain de Lille, teólogo francês e abade de Cîteaux, morto em 1202. Há um debate sobre a verdadeira autoria dessa fonte. Recentemente, os historiadores especulam que o autor nasceu, de fato, em Lille, mas trata-se de outro Alain de Lille. cf. VEYSSEYRE, Géraldine; WILLE, Clara – “Les commentaires latins et français aux Prophetie Merlini de Geoffroy de Monmouth (XIIe -XVe siècle)”. *Médiévales* [Em linha] 55 (outono de 2008) [Consultado a julho 2020]. Disponível em <http://journals.openedition.org/medievales/5513>.

eclesiástico. Há uma constante interessante que, conforme acreditamos, não foi discutida.

Para isso, voltaremos para outra fonte: os *Miracula Sancte Marie Laudunensis*, escrita em 1142⁵⁸ por Hérیمان de Laon, que narra a peregrinação de doze cônegos que fazem o caminho de Laon, na França, até a Bretanha, em uma campanha de cura e purificação que utiliza as relíquias de Nossa Senhora. A fonte menciona Arthur em dois momentos. No primeiro, os cônegos são guiados por um britão a sítios famosos, atribuídos a Arthur: trata-se de uma descrição geográfica, na qual a menção a Arthur parece estar presente apenas como uma curiosidade, indicando seu forno e sua cadeira na paisagem. Voltaremos à primeira menção em seguida. Por ora, focaremos em um segundo momento, que carrega uma narrativa parecida com aquela encontrada em Alain de Lille. A história se passa na cidade de Bodmin, na Cornualha, e se dá da seguinte maneira:

“Sed et iuvenis quidam in eadem villa surdus a nativitate ad feretrum venit, et lotus aures aqua reliquiarum protinus audivit. Quidam etiam vir ibidem manum aridam habens, coram feretro pro sanitate recipienda vigilabat. Sed sicut Britones solent iurgari cum Francis pro rege Arturo, idem vir cepit rixari cum uno ex famulis nostris, nomine Haganello, qui erat ex familia domni Widonis Laudunensis archidiaconi, dicens adhuc Arturum vivere. Unde non parvo tumultu exorto, cum armis ecclesiam irruunt plurimi, et nisi prefatus Algardus clericus obstitisset, pene usque ad sanguinis effusionem ventum uisset. Quam rixam coram feretro suo factam credimus Domine nostre displicuisse, nam idem vir manum aridam habens, qui pro Arturo tumultum fecerat, sanitatem non recepit”⁵⁹.

⁵⁸ J.P.S. Tatlock e M. Faral são responsáveis por contribuir com um debate sobre a possível datação da fonte. Faral defende que a passagem arturiana é uma interpolação tardia, posterior à viagem dos cônegos de Laon em 1112, enquanto Tatlock apresenta algumas inconsistências para defender a legitimidade do relato, como o fato de que Hérیمان de Laon não poderia saber diretamente de tais trivialidades cónicas se não tivesse, de alguma maneira, entrado em contato com elas. Cf. TATLOCK, J. S. P. – “The English journey of the Laon canons”. *Speculum* 8/4 (1933), pp. 454-465.

⁵⁹ “Neste mesmo vilarejo [Bodmin], um jovem, surdo desde o nascimento, veio até a urna, e, tendo lavado as orelhas com água dos relicários, imediatamente foi capaz de ouvir. Um homem com a mão dessecada veio passar a noite a fim de recuperar sua saúde. Mas como os britões têm o hábito de discutir com os franceses a respeito do Rei Arthur, este homem começou a querelar com um dos nossos servos, chamado Haganello, que servia a família do arqui-diácono Guy de Laon. Ele dizia que Arthur ainda estava vivo. Isso resultou em um grande tumulto e muitos entraram na igreja carregando armas. Se o clérigo Algard não tivesse intervindo, nós teríamos sem dúvida chegado a uma efusão de sangue. Nós cremos que essa algazarra criada em frente à urna [das relíquias] contrariou a Nossa senhora, porque este homem de mão dessecada, que causou o tumulto por causa de Arthur,

Aqui, novamente, o discurso apresenta-se em território estrangeiro. Os cônegos estão viajando pela Inglaterra para impôr a cura por meio de suas próprias relíquias, mas não percebemos como isso pode ecoar para quem está recebendo a cura ou se os britões interpretam essa transposição como uma violência em si mesma. O homem da mão dessecada não atua sozinho em sua violência: logo, um tumulto é gerado e as pessoas entram na igreja onde os cônegos estão hospedados carregando armas. A evocação de Arthur parece fazer parte de uma lógica coletiva. Greene não descarta a possibilidade de Arthur ser evocado em tom jocoso e irônico como provocação aos cônegos, mas sua análise não investiga os mecanismos da ironia. Neste ponto, retomamos a argumentação de James C. Scott em *Weapons of the weak*: o comportamento coletivo representado na fonte integra uma malha intrincada de símbolos. Segundo Scott, a conformidade dos de baixo é ameaçada quando os símbolos da elite estão desalinhados com os seus próprios⁶⁰, como parece acontecer no excerto apresentado: um símbolo de resistência, Arthur, é mobilizado em oposição às relíquias de Santa Maria de Laon.

A crítica desse trecho dos *Miracula*, endossada por Greene e Christopher Michael Berard⁶¹, consiste em afirmar que essa querela é um artifício tardio criado pelos cônegos de Laon para explicar por que o homem da mão dessecada não se curou. Greene afirma que esse encontro representa o conflito de dois sistemas de maravilhoso, em vez de refletir a imagem de um clero cético de um lado e de um povo crente de outro. Embora essa hipótese faça sentido, tratar a querela como o conflito de dois sistemas apartados implica enxergar Arthur como representante direto de tradições supostamente pagãs. Como argumentamos a seguir, o conflito se delimita dentro da comunidade de cristãos.

Segundo Virginie Greene, a fonte dos cônegos de Laon permite a visão de uma oposição entre Arthur e a Virgem, cujas relíquias eram transportadas pelos cônegos,

não se curou”. *TOURNAL*, Herman of – *Miracula Sancte Marie Laudunensis*. Editado por Alain Saint Denis. Paris: Éditions du CNRS, 2008, p. 186.

⁶⁰ SCOTT, James C. – *Weapons of the Weak*, p. 40.

⁶¹ GREENE, Virginie – “Qui croit au retour d’Arthur?”, pp. 321-340, e BERARD, Christopher Michael – “King Arthur and the canons of Laon”. *Arthuriana*, 26/3 (2016), p. 105.

e de que a crença na Virgem é de natureza diversa daquela em Arthur. Como cristianizados, os britões não poderiam crer em Arthur “como criam no juízo final”⁶² e manteriam certa distância das crenças e tradições consideradas como pagãs. Ela ainda aponta o fato de a Matéria da Bretanha já ser bastante conhecida fora dos territórios insulares, o que insere Arthur como um personagem da ficção e não passível de constituir objeto de crenças populares.

Queremos desmontar o argumento de Greene a partir de dois aspectos principais. Assumindo que o excerto arturiano na fonte dos cônegos de Laon seja posterior à *Historia regum Britanniae*, a autora relaciona o sucesso da Matéria da Bretanha fora da Inglaterra a essa fonte. Não temos espaço suficiente para nos debruçar sobre a obra monumental de Monmouth aqui, mas basta apontar que ela se insere no gênero da escrita histórica em latim. Ainda que tenha sido desconsiderada por historiadores dos séculos XIX e XX por suas interpolações fictícias, a *Historia regum Britanniae* é uma obra cujo principal objetivo é, dentro da concepção medieval do que é História, ser um tratado sobre o passado⁶³.

O relato sobre a vida e a morte de Arthur elaborado por Geoffrey de Monmouth, portanto, era aceite por seus contemporâneos, ainda que com algumas reservas⁶⁴. Segundo Fiona Tolhurst, no final do século XII, nem os tradutores da obra, nem os cronistas contemporâneos questionaram a versão galfridiana do passado, apesar de a narrativa sobre Arthur ir de encontro à autoridade ortodoxa, aquela desenvolvida por Beda em *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*⁶⁵. O argumento de que Arthur no século XII constituiria o mesmo Arthur da tradição oral, com o qual os britões teriam uma relação distanciada por conta de suas raízes pagãs, como sugere Greene,

⁶² GREENE, Virginie – “Qui croit au retour d’Arthur?”, p. 329.

⁶³ Sobre Geoffrey de Monmouth e as convenções da escrita histórica no século XII, cf. HENLEY, Georgia – “Geoffrey of Monmouth and the conventions of history writing in early 12th century England”. In HENLEY, Georgia; SMITH, Joshua Byron (org.) – *A companion to Geoffrey of Monmouth*, Leyde: Brill, 2020, pp. 291-314.

⁶⁴ CRICK, Julia – “The British past and the Welsh future: Gerald of Wales, Geoffrey of Monmouth and Arthur of Britain”. *Revista Celtica* 23 (1999), p. 64. Crick faz um relato sobre as críticas de Geraldo de Gales a Geoffrey de Monmouth ainda que, mais tarde, ele tenha incorporado a versão galfridiana em seu “A Instrução do Príncipe”, um texto destinado a tecer críticas contra Henrique II e aos Plantagenetas.

⁶⁵ TOLHURST, Fiona – *Geoffrey of Monmouth and the Translation of Female Kingship*. Londres: Palgrave Macmillan, 2013.

não se verifica. Geoffrey de Monmouth reelabora a memória de Arthur e o insere como um herói cristão, apto a dialogar com grupos insulares cristianizados vivendo nos espaços anglo-normandos.

O segundo ponto é que, enquanto Greene vê uma oposição entre a Virgem e Arthur, nós temos mais dificuldade de enxergá-la. Mais uma vez, se aceitarmos que a passagem arturiana nos *Miracula* é posterior a Geoffrey, o argumento de Greene torna-se mais difícil de compreender, uma vez que o Arthur de Geoffrey é associado à Virgem, cuja imagem carrega em seu escudo:

“Nec mora, beati uiri benedictione hilarati festinauit quisque armari se et praeceptis eius parere. Ipse uero Arturus, lorica tanto rege digna indutus, auream galeam simulacro draconis insculptam capiti adaptat, humeris quoque suis clipeum uocabulo Pridwen, in quo imago sanctae Mariae Dei genitricis inpicta ipsum in memoriam ipsius saepissime reuocabat”⁶⁶.

Por outro lado, se aceitarmos o argumento de Oliver James Padel, que considera que o relato dos cônegos de Laon em Bodmin teria acontecido muito cedo para já ter sido influenciado pela obra de Geoffrey⁶⁷, outra consideração deve ser tecida: embora a *Historia Regum Britanniae* seja notável por ser a primeira narrativa completa sobre a vida de Arthur, a posição em que Geoffrey se coloca é a de um mero tradutor, um mediador entre a tradição oral que o cerca e os leitores⁶⁸. Patrick Sims-Williams destaca que, na *Historia Brittonum* de Nennius (datada de 829-830), já há evidências de um *corpus* considerável de histórias arturianas⁶⁹. É possível, portanto, que, com a cristianização dos espaços insulares, um Arthur sincrético já estivesse circulando pela Grã-Bretanha antes que Geoffrey de Monmouth o passasse para a palavra

⁶⁶ “Sem demora, abençoados pelo santo, cada homem se apressou a obedecer suas ordens [de Arthur]. O próprio Arthur vestiu uma cota de malha digna de um rei, e um elmo gravado com a imagem de um dragão. Colocou sobre seu ombro o escudo chamado *Pridwen*, no qual a imagem pintada de Santa Maria, a mãe de Deus, preservava sua memória diante de seus olhos”. MONMOUTH, Geoffrey de – *Historia regum Britanniae*, p. 199.

⁶⁷ GREENE, Virginie – “Qui croit au retour d’Arthur?”, p. 324.

⁶⁸ ECHARD, Siân – “Geoffrey of Monmouth”. In ECHARD, Siân (org.) – *The development and dissemination of the Arthurian Legend in medieval latin*. Cardiff: University of Wales Press, 2011, pp. 51-52.

⁶⁹ SIMS-WILLIAMS, Patrick – “The early Welsh Arthurian poems”, p. 36.

escrita, o que permitiria a evocação de sua figura, mesmo com a cristianização das Ilhas Britânicas.

Segundo J.S.P. Tatlock, a afirmação de que os franceses tinham por hábito quererlar com os britânicos sobre Arthur não parece ser uma interpolação tardia, e o autor chega à conclusão de que o relato pode ser considerado mais antigo do que a *Historia regum Britanniae*:

“The entire English narrative *prima facie* deals with incidents of 1113, which followed directly on those of 1112; we have found much that probably does, and no experiences of the canons that cannot. It seems impossible to doubt that, twenty years or so before Geoffrey of Monmouth wrote his *Historia*, they found Cornish men holding their country to be Arthur's, pointing to his chair and oven [referindo-se à primeira menção arturiana na fonte dos cônegos], and heartily believing him still alive”⁷⁰.

Hérیمان de Laon está contando a história do ponto de vista dos cônegos, o que significa que ele poderia ter simplesmente omitido o fato de que o homem da mão dessecada não se curou e continuar com a sua apologia às relíquias da Nossa Senhora de Laon. No entanto, ele sente a necessidade de relatar o ocorrido.

Tanto em Hérیمان de Laon quanto em Alain de Lille nos deparamos com um cenário de violência que trata da reação a algo que não está dito de forma explícita nos textos. As análises quase sempre ignoram os próprios autores das fontes como atores ativos e a eles outorgam o lugar de observadores passivos. Entretanto, a presença dos eclesiásticos estrangeiros no espaço das Ilhas Britânicas, no contexto da conquista, representa um ponto de tensão e muda radicalmente o acontecido. Não eram incomuns nas culturas urbanas medievais demonstrações de xenofobia e desagregação de estrangeiros, o que pode ter sido agravado quando esses são os conquistadores. Denis Menjot destaca a dificuldade de aceitação de novos migrantes repercutida por estereótipos e crenças:

“Les barrières linguistiques, religieuses, culturelles impliquent souvent une discrimination civique, sociale et parfois une ségrégation spatiale qui donne naissance

⁷⁰ TATLOCK, J. S. P. – “The English journey of the Laon canons”, p. 465.

à des isolats, difficilement intégrables [...]. La capacité d'acceptation par les habitants anciennement installés est mise à mal par les stéréotypes, les croyances ou la réputation des nouveaux venus. Par exemple, les Ragusains ont une opinion plutôt négative des Catalans qui sont souvent associés aux pirates dans les chroniques de cette ville. Il en est de même à Naples où, après la conquête de la ville par le roi d'Aragon, les Catalans sont perçus comme des colonisateurs"⁷¹.

Nesse sentido, parece-nos lógica a apropriação popular de um herói que remonta a uma origem mítica das Ilhas Britânicas, cujo papel seria restaurar o território a uma condição anterior às sucessivas invasões. Os cenários descritos por Alain de Lille, por exemplo, se dão em um contexto de interlocução entre pessoas, fora do âmbito das cortes: o autor fala de mercados, lugar de trocas e notícias.

3. O cruzamento com os estudos arqueológicos

É importante também ressaltar que a dinastia normanda enfrentou diversos problemas durante o século XII com relação à resistência dos galeses e outros povos celtas à sua dominação. Somente após 1284, a relação política entre a Inglaterra Normanda e Gales chegava finalmente a uma resolução mais definitiva, quando Eduardo I derrotou os chefes de Gwynedd e tomou o controle do que tinha permanecido uma Gales independente⁷².

Em 1191, os monges da abadia de Glastonbury exumam um corpo que reclamam como o de Arthur, encontrado dentro dos terrenos que pertencem à abadia⁷³. Para Antonia Gransden, a exumação de Arthur foi uma farsa executada pelos monges para suprir tanto suas necessidades materiais quanto as da dinastia Plantageneta. Supostamente, Henrique II teria aconselhado os monges acerca do lugar onde o corpo estaria enterrado⁷⁴. Para Gransden, isso representa a necessidade de provar que Arthur estava morto, bem como definir o lugar de sua tumba. Essa hipótese só

⁷¹ MENJOT, Denis – “Les gens venus d'ailleurs dans les villes médiévales: quelques acquis de la recherche”. In MENJOT, Denis (org.) – *Arriver en ville – les migrants en milieu urbain au Moyen Âge*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2013, pp. 15-29.

⁷² HURLOCK, Kathryn – *Medieval pilgrimage in Wales*. Manchester: Palgrave Macmillan, 2018.

⁷³ GALES, Geraldo de – *Liber de principis instructione* [Em linha]. Traduzido por John William Sutton. Rochester: 2001. [Consultado a julho 2020]. Disponível em <https://d.lib.rochester.edu/camelot/text/gerald-of-wales-arthurs-tomb>.

⁷⁴ Além de indicado por Antonia Gransden no artigo abaixo citado, isso também aparece na obra de Richard Barber. Cf. BARBER, Richard – *King Arthur in Legend and History*. Londres: Cardinal, 1973, pp. 57-67.

faz sentido se aceitarmos que há uma dimensão política na apropriação da figura de Arthur pela cultura popular. Se conectarmos o fato às reações violentas apresentadas nas fontes de Alain de Lille e Hérیمان de Laon, podemos chegar a uma hipótese acerca da necessidade de apaziguar os ânimos na Grã-Bretanha.

Os monges, por outro lado, não conseguindo encontrar um santo que desempenhasse um papel de patrono para a abadia, voltaram-se para um personagem da literatura que vinha se tornando popular com a difusão da *Historia regum Britanniae*⁷⁵. Segundo Gransden, a necessidade de um patrono vinha da busca por prestígio e representava uma desvantagem em relação a outras abadias beneditinas.

Aqui, gostaríamos de voltar à primeira menção a Arthur nos *Miracula Sancte Marie Laudunensis*. Guiados por um britão, os cônegos são apresentados a sítios célebres pela presença de Arthur, como seu forno e sua cadeira, e Hérیمان de Laon afirma que esses lugares são famosos nas fábulas britânicas. Para Virginie Greene, eles correspondem a uma tradição folclórica celta mais antiga, na qual Arthur, um gigante, teria deixado suas marcas no solo⁷⁶. As formações rochosas, portanto, corresponderiam ao que foi apresentado aos cônegos como o forno e a cadeira de Arthur.

Destacamos que esse trecho nos *Miracula Sancte Marie Laudunensis* sugere o caráter popular e folclórico dessa tradição, diferente de um recurso discursivo, o que não exclui a possibilidade de um Arthur sincrético e cristão também circular pela Grã-Bretanha e pela Bretanha francesa. Essa passagem é bastante lateral na narrativa (que não é sobre Arthur) e figura na obra como uma curiosidade de viagem. É possível, portanto, que os monges de Glastonbury estivessem fundamentando suas esperanças de atrair peregrinos em uma tradição pré-existente, evidenciada por esses sítios exibidos aos cônegos de Laon. Podemos inferir que há uma tradição de

⁷⁵ GRANSDEN, Antonia – “The growth of the Glastonbury traditions and legends in the twelfth century”. *Journal of Ecclesiastical History* 27/4 (1976), pp. 337-358.

⁷⁶ GREENE, Virginie – “Qui croit au retour d’Arthur?”, p. 327.

lugares associada a Arthur antes que a abadia de Glastonbury a reclamasse com propósitos políticos.

Consideramos, para além dos discursos, olhar para as práticas de peregrinação entre as classes subalternas. Para Patrick Geary, uma das formas de expressão da religião camponesa era a peregrinação a sítios sagrados, embora lugares como Santiago de Compostela ou Roma fossem raramente acessíveis para os camponeses que possuíam promessas a pagar. Assim, a criação de pontos de peregrinação locais era importante para a religiosidade popular e representava uma necessidade dentro da lógica da economia da salvação⁷⁷. Ian Reader defende que, durante séculos, a peregrinação desenvolveu-se ao lado de e em resposta a fatores que não eram em si religiosos⁷⁸.

Segundo Sarah Blick, os clérigos, enquanto guardiões das relíquias sagradas, esperavam receber pessoas de todas as classes para comprar indulgências e adquirir peças de adoração⁷⁹. Blick ressalta a presença e a interação dos pobres nessa dinâmica, o que nos leva a ponderar que a campanha executada pelos monges de Glastonbury mirava a religiosidade popular, que comporia a maior parte de seus visitantes e peregrinos, e não apenas os raros visitantes da corte.

Entretanto, quando nos voltamos às hagiografias e à conexão de Arthur com os santos insulares, o que poderia explicar algum nível devocional entre certas camadas sociais, encontramos um extenso debate. Andrew Breeze aponta nove textos hagiográficos relevantes, que poderiam iluminar a disseminação da tradição arturiana pela Grã-Bretanha⁸⁰.

⁷⁷ GEARY, Patrick J. – “Peasant religion in medieval Europe”. *Cahiers d’Extrême Asie* 12 (2001), pp. 158-209.

⁷⁸ HURLOCK, Kathryn – *Medieval pilgrimage in Wales*, p. 30.

⁷⁹ BLICK, Sarah – “Common ground: Reliquaries and the lower classes in late medieval Europe.” In ROBINSON, James; DE BEER, Lloyd; HARNDEN, Anna (org.) – *Matter of faith: An Interdisciplinary study of relics and relic veneration in the medieval period*. Londres: The British Museum, 2014.

⁸⁰ BREEZE, Andrew – “Arthurian early saints’ lives”. In ECHARD, Siân (ed.) – *The Arthur of medieval latin literature. The development and dissemination of the Arthurian legend in medieval latin*. Cardiff: University of Wales Press, 2011.

Breeze apresenta o debate entre historiadores que tentaram compreender o papel de Arthur nas hagiografias dos santos celtas, e concorda que há certa discrepância na representação do personagem. Arthur frequentemente aparece como um tirano ou um obstáculo a ser enfrentado pelos santos nos textos monásticos. Alguns historiadores tentam depreender se a visão controversa de Arthur nestes textos se explicaria por conflitos entre o poder secular e a Igreja:

“A different image of Arthur appears in essays of Canon Doble, the Cornish hagiographer. His editor noted how allusions to Arthur in the Lives of Cadog, Carannog, Padarn, Illtud and Gildas are ‘not very respectful’, which he saw as continuing the conflict of Church and State embodied by Gildas and Maelgwn Gwynedd in the sixth century”⁸¹.

Apesar de observar o retrato negativo em alguns dos textos hagiográficos, Jeff Rider enfatiza que as vidas de santos compõem o maior *corpus* documental arturiano pré-Geoffrey de Monmouth, e que o papel de Arthur neles era meramente convencional. Rider afirma que em apenas dois deles Arthur atua como um tirano de fato e que: “Elsewhere Arthur ‘plays a role more heroic than royal, grants nothing, acts in concert with the saint, or is simply thrown in for “historical” relief. The figure of Arthur in these lives is, in fact, more remarkable for its diversity than for its unanimity”⁸².

Diante da controvérsia encontrada na historiografia acerca das representações de Arthur nas hagiografias, Breeze conclui que, afinal, Arthur parece desempenhar para autores mais recentes um papel muito mais positivo do que anteriormente indicado pela historiografia que se ocupou do assunto. Sobre a questão da tradição popular, tópico que nos interessa aqui, o autor ressalta que não há consenso sobre as hagiografias representarem uma visão específica das esferas monásticas, como sustenta Roger Sherman Loomis, ou se mantém a tradição popular intacta, como sugerido por John Morris⁸³.

⁸¹ BREEZE, Andrew – “Arthurian early saints’ lives”, p. 32.

⁸² BREEZE, Andrew – “Arthurian early saints’ lives”, p. 33.

⁸³ BREEZE, Andrew – “Arthurian early saints’ lives”, p. 38.

Para resolver essa questão, Breeze sugere que os historiadores voltem aos textos galeses em vernáculo, para melhor compreender as tradições por trás das passagens arturianas nas hagiografias.

Embora esse seja um caminho pertinente, gostaríamos de refletir sobre possíveis cruzamentos das fontes. Diferente do que ocorre com as crônicas ou as hagiografias, temos vestígios e evidências arqueológicas dos cultos e dos locais de peregrinação, o que nos permite cruzar as fontes e sair do impasse enfrentado pela historiografia. Novas descobertas arqueológicas podem permitir que outros cruzamentos sejam realizados para iluminar pontos diferentes dessa tradição.

Kathryn Hurlock, em seu estudo sobre peregrinação medieval em Gales, reconhece que alguns santos populares eram associados a Arthur. De acordo com a autora, o culto de St. Illtud era bastante difundido em Gales por volta de 1185, apenas alguns anos antes da exumação em Glastonbury. Sua vida, escrita em 1140, afirma que ele era primo de Arthur, e o santo é descrito como alguém que protege o povo dos normandos nos séculos XI e XII⁸⁴. Mais dois santos que teriam sido mortos na batalha de Camlann, na qual Arthur teria sido também mortalmente ferido, foram responsáveis por desenvolver tradições de peregrinação: St. Petroc e Derfel Gadarn. Este último é tido como um guerreiro de Arthur, que teria se voltado para a vida religiosa após a batalha de Camlann. O centro de seu culto era a paróquia de Llanderfel, parte de uma igreja rural feita de madeira. No final da Idade Média, uma tradição de fazer circular uma estátua de madeira, conhecida como o cavalo de Derfel, está documentada. Nessa ocasião, a estátua era tirada de dentro da igreja e circulava pelo vilarejo, quando as crianças podiam montá-lo⁸⁵. Os vestígios dessa estátua estão atualmente em Llanderfel. Hurlock destaca que Derfel é comumente assimilado como símbolo da resistência e liberdade galesa⁸⁶.

Já a igreja dedicada ao culto de St. Petroc fica em Bodmin, mesmo lugar em que Hérیمان narra as dificuldades dos cônegos de Laon com os britões. Suas relíquias

⁸⁴ HURLOCK, Kathryn – *Medieval pilgrimage in Wales*, p. 191.

⁸⁵ DILLON, Anne – “John Forest and Derfel Gadarn: A Double Execution”. *Recusant History*, 28 (2006), pp. 1-21.

⁸⁶ HURLOCK, Kathryn – *Medieval pilgrimage in Wales*, p. 192.

estão preservadas em um caixão de marfim. Há um relato sobre o roubo dessas relíquias em 1177, atribuído a Roberto de Tautona; o roubo teria sido executado por um cônego de Bodmin e transportado para a França, na abadia de St-Méen. As relíquias foram recuperadas através dos esforços de Henrique II, e o relato de Roberto de Tautona, de acordo com G. H. Doble, atribui o caixão de marfim ao traslado das relíquias de volta para Bodmin⁸⁷.

Essa pequena anedota é interessante para nós, primeiro porque, para constituir o objeto de roubo e desencadear os esforços do Rei Henrique II para recuperá-las, as relíquias de St. Petroc deviam já estar bem estabelecidas à época do acontecido, em 1177. Henrique II é frequentemente tido na historiografia como um rei apaziguador, que prefere manter Gales como uma fronteira instável⁸⁸, e, nessa ocasião, pode ter investido suas forças nesse sentido. A briga presenciada pelos cônegos de Laon entre o britão e o servo que viajava junto com os cônegos pode indicar que eles estavam, de alguma forma, trespassando crenças que se comunicavam com a tradição oral e local, e evocava sentimentos como resistência ou assinalava diferenças culturais. Essas tradições estavam frequentemente ligadas a Arthur.

Apoiando-se nas práticas e na materialidade das vidas dos componentes do “povo”, é possível entrever a utilidade da apropriação de um herói como Arthur para atacar forasteiros e demonstrar força ou resistência ou mesmo para suprir suas necessidades espirituais, provendo sítios de peregrinação locais para cumprirem suas promessas e conseguirem salvar-se das ameaças do mundo exterior.

Não temos como aferir se a campanha dos monges de Glastonbury para atrair peregrinos foi bem sucedida ou se quem peregrinava eram os mesmos que atiravam pedras nos mercados por conta de Arthur, mas esperamos que esta reflexão, sem dúvida ainda permeada com muitas lacunas, possa apontar alguns caminhos para pensar em alternativas às duas tradições historiográficas aqui apresentadas.

⁸⁷ DOBLE, G. H. – “The Reliques of St. Petroc”. *Antiquity* 13/52 (December 1939), pp. 403-415.

⁸⁸ FALETRA, Michael – *Wales and the medieval colonial imagination: The matters of Britain in the Twelfth Century*, Manchester: Palgrave Macmillan, 2014.

Gostaríamos de ressaltar, sobretudo, as possíveis lógicas por trás de uma crença que, a princípio, parece irracional. Se nos deixarmos levar pela leitura ingênua das fontes, descobriremos os vilões e camponeses britânicos como ignorantes e crentes; o nosso objetivo aqui foi tentar realizar um esforço de leitura das fontes disponíveis no sentido de encontrar inconsistências, escovando-as a contrapelo à maneira benjaminiana⁸⁹.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes impressas

GALES, Geraldo de – *Instructions for a ruler: De principis instructione*. Editado por Robert Bartlett. Oxford: Oxford Scholarly Editions Online, 2018.

GALES, Geraldo de – *Liber de principis instructione* [Em linha]. Traduzido por John William Sutton. Rochester: 2001. [Consultado a julho 2020]. Disponível em <https://d.lib.rochester.edu/camelot/text/gerald-of-wales-arthurs-tomb>.

MONMOUTH, Geoffrey de – *Historia regum Britanniae*. Editado por Michael D. Reeve, traduzido por Neil Wright. Woodbridge: Boydell Press, 2007.

TOURNAI, Herman de – *Miracula Sancte Marie Laudunensis*. Editado por Alain Saint Denis. Paris: Éditions du CNRS, 2008.

Estudos

ARNOLD, John – “The historian and the inquisitor: the ethics of interrogating subaltern voices”. *The Journal of Theory and Practice* 2 (1998), pp. 379-386.

ARNOLD, John – “Religion and popular rebellion from the Capuciati to Niklashausen”. *The Journal of Social History Society* 6 (2009), pp. 149-169.

ARNOLD, John – “History from below - some medievalist perspectives”. *The many-headed monster*. [Em linha] [Consultado a julho 2020]. Disponível em <https://manyheadedmonster.wordpress.com/2013/08/20/john-arnold-history-from-below-some-medievalist-perspectives/>.

⁸⁹ BENJAMIN, Walter – “Teses sobre o conceito de História”. In *Obras escolhidas*. Vol. 1. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 222-232.

BAKHTIN, Mikhail – “O problema do texto”. In *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 327-359.

BAKHTIN, Mikhail – *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BARBER, Richard – *King Arthur: Hero and legend*. Nova Iorque: St. Martin Press, 1986.

BARCZEWSKI, Stephanie – *Myth and national identity in nineteenth-century Britain: The legends of King Arthur and Robin Hood*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BENJAMIN, Walter – “Teses sobre o conceito de História”. In *Obras escolhidas*. Vol. 1. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 222-232.

BERARD, Christopher Michael – “King Arthur and the canons of Laon”. *Arthuriana*, 26/3 (2016), pp. 91-119.

BERARD, Christopher Michael – *Arthurianism in early plantagenet England. From Henry II to Edward I*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2019.

BLICK, Sarah – “Common ground: Reliquaries and the lower classes in late medieval Europe”. In ROBINSON, James; DE BEER, Lloyd; HARNDEN, Anna (org.) – *Matter of faith: An interdisciplinary study of relics and relic veneration in the medieval period*. Londres: The British Museum, 2014, pp. 110-116.

BREEZE, Andrew – “Arthurian early saints’ lives”. In ECHARD, Siân (ed.) – *The Arthur of medieval Latin literature. The development and dissemination of the Arthurian legend in medieval Latin*. Cardiff: University of Wales Press, 2011, pp. 26-45.

CASSARD, Jean-Christophe – “Arthur est vivant! Jalons pour une enquête sur le messianisme royal au moyen âge”. *Cahiers de civilisation médiévale* 126 (Avril - Juin 1989), pp. 135-146.

CHIBNALL, Marjorie – “Ecclesiastical patronage and the growth of feudal estates at the time of the Norman conquest”. *Annales de Normandie* 2 (1958), pp. 103-118.

CRICK, Julia – “The British past and the Welsh future: Gerald of Wales, Geoffrey of Monmouth and Arthur of Britain”. *Revista Celtica* 23 (1998), pp. 60-75.

DILLON, Anne – “John Forest and Derfel Gadarn: A double execution”. *Recusant History* 28 (2006), pp. 1-21.

DOBLE, G. H. – “The reliques of St. Petroc”. *Antiquity* 13/52 (December 1939), pp. 403-415.

ECHARD, Siân – “Geoffrey of Monmouth”. In ECHARD, Siân (org.) – *The development and dissemination of the Arthurian Legend in medieval latin*. Cardiff: University of Wales Press, 2011, pp. 51-52.

FALETRA, Michael – *Wales and the medieval colonial imagination: The matters of Britain in the twelfth century*. Manchester: Palgrave Macmillan, 2014.

GEARY, Patrick J. – “Peasant religion in medieval Europe”. *Cahiers d'Extrême Asie* 12 (2001), pp. 158-209.

GINZBURG, Carlo – *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

GRANSDEN, Antonia – “The growth of the Glastonbury traditions and legends in the twelfth Century”. *Journal of Ecclesiastical History* 27/4 (1976), pp. 337-358.

GREENE, Virginie – “Qui croit au retour d'Arthur?”. *Cahiers de Civilisation Médiévale* 180 (Octobre - Novembre 2002), pp. 321-340.

HARVEY, Sally P. J. – “Domesday book and anglo-norman governance”. *Transactions of the Royal Historical Society* 25 (1975), pp. 175-193.

HENLEY, Georgia – “Geoffrey of Monmouth and the conventions of history writing in early 12th century England”. In HENLEY, Georgia; SMITH, Joshua Byron (org.) – *A companion to Geoffrey of Monmouth*, Leyde: Brill, 2020, pp. 291-314.

HITCHCOCK, David – “Why History from below matters?” *The many-headed monster* [Em linha] (2013) [Consultado a 20 julho 2020]. Disponível em <https://manyheadedmonster.wordpress.com/2013/07/22/david-hitchcock-why-history-from-below-matters-more-than-ever/>.

HURLOCK, Kathryn – *Medieval pilgrimage in Wales*. Manchester: Palgrave Macmillan, 2018.

JONES, Aled Lion – *Darogan, prophecy, lament and absent Heroes in medieval Welsh literature*. Cardiff: University of Wales Press, 2013.

JÚNIOR, Hilário Franco – *Os três dedos de Adão: Ensaios de mitologia medieval*. São Paulo: Edusp, 2009.

KAY, Morgan – “Prophecy in Welsh manuscripts”. *Proceedings of the Harvard Celtic Colloquium* 26/27 (2006/2007), pp. 73-108.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre – *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LE ROY LADURIE, Emmanuel – *Montaillou, povoado occitânico de 1294 a 1324*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LOOMIS, Roger Sherman (org.) – *Arthurian literature in the middle ages: a collaborative history*. Oxford: Clarendon Press, 1959.

LUPACK, Alan – *The Oxford guide to Arthurian literature and legend*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MENJOT, Denis – “Les gens venus d’ailleurs dans les villes médiévales: quelques acquis de la recherche”. In MENJOT, Denis (org.) – *Arriver en ville – les migrants en milieu urbain au Moyen Âge*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2013, pp. 15-29.

PADEL, O. J. – “The nature of Arthur”. *Cambrian Medieval Celtic Studies* 27 (1994), pp. 1-31.

PEREIRA, Rosuel Lima – “Heroísmo, guerra e imaginário: Raízes medievais e socioculturais do Sebastianismo maranhense”. In *História antiga e medieval. Conflitos sociais, guerras e relações de gênero: representações e violência*. Vol. 6. São Luís do Maranhão: Editora UEMA, 2017, pp. 365-374.

ROBERTS, Brynley F. – “Cullhwch ac Olwen, the triads, Saints lives”. In BROMWICH, Rachel; OWEN, Alfred; JARMAN, Hughes; ROBERTS, Brynley F. (eds.) – *The Arthur of the Welsh: The Arthurian legend in medieval Welsh literature*. Cardiff: University of Wales Press, 2013, pp. 73-97.

SCOTT, James C. – *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1987.

SILVA, Patrícia Antunes Serieiro – *Polêmica anti-herética e repressão: perseguição e vindicta contra hereges na Summa Adversus Catharos et Valdenses de Frei Moneta de Cremona, OP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019. Tese de Doutorado.

SIMS-WILLIAMS, Patrick – “Did itinerant Breton *conteurs* transmit the *matière de Bretagne*?” *Romania* 116, 461-462 (1998), pp. 72-111.

SIMS-WILLIAMS, Patrick – “The early Welsh Arthurian poems”. In BROMWICH, Rachel; OWEN, Alfred; JARMAN, Hughes; ROBERTS, Brynley F. (eds.) – *The Arthur of the Welsh: The Arthurian legend in medieval Welsh literature*. Cardiff: University of Wales Press, 2013, pp. 33-73.

St. Petroc’s Church. Cornwall guide [Em linha] [Consultado a julho 2020]. Disponível em https://www.cornwalls.co.uk/bodmin/petrocs_church.htm.

SULLIVAN, Karen – *The danger of romance – Truth, fantasy and Arthurian fictions*. Chicago: The University of Chicago Press.

TAHKOKALLIO, Jaakko – “Fables of King Arthur”. *Mirator* 9/1 (2008), pp. 19-35.

TATLOCK, J.S.P. – “Geoffrey and King Arthur in Nomannicus Draco”. *Modern Philology* XXXI/2 (November 1933), pp 1-18.

TATLOCK, J.S.P. – “The English journey of the Laon canons”. *Speculum* 8/4 (1933), pp. 454-465.

TOLHURST, Fiona – *Geoffrey of Monmouth and the translation of female kingship*. Londres: Palgrave Mcmillan, 2013.

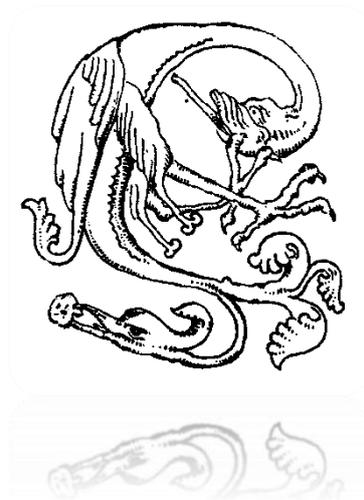
VEYSSEYRE, Géraldine; WILLE, Clara – “Les commentaires latins et français aux *Prophetie Merlini* de Geoffroy de Monmouth (XIIe -XVe siècle)”. *Médiévales* [Em linha] 55, outono de 2008 [Consultado a julho de 2020]. Disponível em <http://journals.openedition.org/medievales/5513>.

WEST, Francis James – “The colonial history of the Norman conquest?”. *History* 84/274 (1999), pp. 219-236.

ZUMTHOR, Paul – *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MARTINS, Isadora Cristine – “Arthur ainda vive? O problema da crença em seu retorno no século XII”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 135-170. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



O Cavalo na Idade Média Portuguesa¹

The Horse in the Portuguese Middle Ages

Afonso Soares de Sousa

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
3004-531 Coimbra, Portugal

afonso.sousa1@hotmail.com

Data recepção do artigo / Received for publication: 7 de Outubro de 2021

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 9 de Abril de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5658>

¹ Este artigo é enquadrado por uma Bolsa de Investigação afecta ao projeto de investigação FALCO - Formulando a relação entre humanos e outras espécies no Portugal medievo (Hypothesising Human-Animal Relations in Medieval Portugal), financiado por fundos nacionais pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT EXPL/HAR-HIS/1135/2021), em execução desde 1 de Janeiro de 2022.

RESUMO

O presente artigo é um contributo para o estudo do cavalo na Idade Média, num período que se estende entre os séculos X-XIII. Geograficamente, esta análise compreende um espaço em profundas transformações que é, atualmente, Portugal, durante o processo que o levou de condado a reino. O cavalo é aqui tratado de um prisma social, político, económico e quotidiano, em aspetos que vão desde a sua criação, ao seu valor de mercado, passando pelo seu valor simbólico. Aborda ainda a instrumentalização política deste animal por parte dos monarcas portugueses.

Palavras-chave: Equídeo; cavalo; Idade Média; Portugal.

ABSTRACT

The present article is a contribution to the study of the horse in the Middle Ages, in a period that extends between the X-XIII centuries. Geographically, this analysis comprises a space in profound transformations that is Portugal, during the process that took it from county to kingdom. The horse is treated here from a social, political, economic and daily perspective, considering its creation, its market value and symbolic value. It also addresses the political instrumentalization of this animal by the Portuguese monarchs.

Keywords: Equid; horse; Middle Ages; Portugal.



Introdução

Este texto procura estudar o cavalo no espaço geográfico e no tempo próprios da formação de Portugal, de modo a preencher um vazio existente na historiografia portuguesa, que, de um modo geral, apenas tem considerado o cavalo como um instrumento de guerra². Assim, pretende-se dar uma nova faceta ao estudo deste animal, trabalhando-o de um prisma histórico-social, económico, político e quotidiano. Não é posta de parte a existência de uma vertente militar associada ao cavalo, nem é pretendido desvalorizar esse plano. Contudo, esse não vai ser o ponto central deste artigo.

Este estudo engloba o período entre os séculos X e XIII. O espaço temporal definido tem início, pois, durante o processo de reconquista cristã e acompanha-o até ao reinado de D. Afonso III, marcado pela conquista definitiva do Algarve. A limitação cronológica superior deve-se, em parte, ao aparecimento de fontes como o livro de alveitaria do Mestre Giraldo, que já estão relativamente bem exploradas. É certo também que, à medida que nos aproximamos dos finais da Idade Média, os contributos historiográficos aumentam. Desta forma, limitamos a análise, essencialmente, ao século XIII.

Contextualização

Os equídeos mereceram a atenção de tratadistas desde muito cedo. Refira-se a *Historia Animalium*, do século IV a. C., de Aristóteles. Esta obra, já fazia diversas referências a doenças que afetavam o cavalo, ilustrando a preocupação com este animal na época³. Seguiu-se, ainda na Antiguidade Clássica, a *Digesta Artis Mulomedicinae* escrita por *Flavius Vegetius Renatus*, no século IV d. C.⁴.

² Este artigo é resultado da investigação feita no seminário “A Construção de um Reino: entre Castela e o Mar”. Agradeço ao Doutor Simon Davis pelas recomendações bibliográficas, à Doutora Maria Amélia Campos pelo acompanhamento e revisão e, em especial, ao Doutor Saúl António Gomes que orientou toda a investigação e execução.

³ ARAÚJO, Yann Loïc – “Contributo para a história da alveitaria e dos cavalos de guerra no Portugal medieval”. *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias* 98/549, (2004), p. 20.

⁴ ARAÚJO, Yann Loïc – “Contributo para a história”, p. 20.

Contemporâneo desta obra é o fantástico “Mosaico dos Cavalos”⁵, pertencente ao Museu Nacional de Arqueologia, que foi encontrado na *Villa Romana* de Torre de Palma e que impressiona pelo pormenor com que estão representados cinco cavalos intitulados pelas denominações: *Inacus, Hiberus, Leneus, Lenobatis, Pelops*⁶.

Já dentro da Idade Média e no contexto peninsular ibérico, entre os séculos VI e VII, Isidoro de Sevilha escreveu *De Animalibus*, que corresponde ao livro XII das *Etimologias*, onde aborda, entre outros animais, justamente, o cavalo⁷. Em meados do século X foi composto o *Hippiatrika*, que reuniu 420 lições acerca da criação de animais e de doenças que poderiam ter⁸. Três séculos mais tarde, surgiu a *De Medecina Equorum*, por Jordão da Calábria, um físico e veterinário da corte de Frederico II, do Sacro Império Romano-Germânico. Outra importante obra é o *Livro de Alveitaria*, de Lourenço Russião que terá sido uma importantíssima fonte para os primeiros tratados portugueses⁹.

O primeiro tratado de alveitaria, em Portugal, foi escrito já no reinado de D. Dinis, e por sua vontade, pela mão do Mestre Giraldo¹⁰. O *Livro d'alveitaria pera quallquer besta que quiseses*, é uma fantástica fonte para o estudo do cavalo. É necessário destacar, ainda neste tópico, que a primeira obra, acerca de medicina animal, do qual temos conhecimento em território português, surge no testamento de Mestre Gil em 1257, onde é feita a referência a um livro que trata a anatomia e cura de cavalos¹¹.

O cavalo, durante a formação do reino de Portugal, era um autêntico barómetro social. Através dele era possível ascender socialmente e manter um conjunto de direitos ou privilégios e a sua perda, caso não fosse restabelecida, podia colocar o

⁵ “Mosaico dos Cavalos”. [Consultado a 20 setembro 2021]. Disponível em <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=119865>.

⁶ Acerca deste assunto ver: ALMEIDA, Fernando de – “O Mosaico dos Cavalos”. *O Arqueólogo Português* IV (1970), pp. 263-275.

⁷ Esta fonte será desenvolvida ao longo deste trabalho através da publicação: SEVILHA, Isidoro de – *Etimologías*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.

⁸ ARAÚJO, Yann Loïc – “Contributo para a história”, p. 20.

⁹ ARAÚJO, Yann Loïc – “Contributo para a história”, p. 21.

¹⁰ ARAÚJO, Yann Loïc – “Contributo para a história”, p. 22.

¹¹ “*Item aliud volumen in quo est liber qui dicitur Amicum induit et Cirurgia bene grosata. Et Anathomia et Cura equorum siue Cirurgia ipsorum*”, GOMES, Saúl António – *Introdução à História do Castelo de Leiria*. 2ª ed. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 2004, p. 245.

estatuto do cavaleiro em causa. Os concelhos medievais, em cujos forais se legisla justamente sobre os cavaleiros-vilãos e o seu estatuto social, em função de terem ou não cavalo, das suas perdas na guerra e modos de recuperação do mesmo, são a prova disso. É certo que todos os *vizinhos* do concelho eram homens livres, porém, é nítida a divisão que se estabelecia entre dois grupos: o dos cavaleiros-vilãos e o dos peões¹². José Mattoso refere: “Que os cavaleiros constituíam no concelho uma verdadeira aristocracia, já se pode imaginar quando se sabe o valor que o cavalo de guerra tem durante os séculos XII e XIII”¹³. Assim, a posse de um cavalo, “que se considera ora como uma obrigação ora como um direito”¹⁴, usando-o ao serviço do rei, garantia uma série de direitos, e deveres, que constituíam um estatuto social bastante distinto dos restantes *vizinhos* do concelho.

A ligação das gentes do medievo ao cavalo, no espaço que hoje é Portugal, não passa despercebida na toponímia. São vários os topónimos, que surgem na documentação medieval, que têm uma clara ligação aos equídeos e sobre os quais podemos considerar alguns exemplos. O atual rio Asnes, na região de Tondela, surge referenciado em diferentes documentos como *riuulum de Asinis*¹⁵, *riuulum de Asinos*¹⁶ ou *rivuli Asinorum*¹⁷, havendo neste caso uma clara ligação ao termo latino *asinus*, que significa asno ou burro. Também aparece o *riuulo de Caualos* ou *Kaualos*¹⁸, fazendo referência ao atual rio de Cavalos, em Vale de Taipa, ou ainda o *mons de cauallus*¹⁹, aludindo, talvez, ao atual Monte Cavalinho, em Guimarães. Estes são apenas alguns exemplos dos muitos que podemos encontrar na documentação medieval.

¹² MATTOSO, José – *Identificação de um País*. 1ª ed. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2015, p. 410.

¹³ MATTOSO, José – *Identificação de um País*, p. 410.

¹⁴ MATTOSO, José – *Identificação de um País*, p. 410.

¹⁵ AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses – Documentos Régios: documentos dos Condes Portugalenses e de D. Afonso Henriques, A.D. 1095-1185*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958, vol.1, t.1., doc.132, p. 155, 1133, março, 20.

¹⁶ AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc. 234, p. 286, 1150, maio.

¹⁷ AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1 doc. 240, p. 294, 1152, setembro, 30.

¹⁸ AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc. 56, p. 70, 1121, fevereiro, 1.

¹⁹ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*. Lisboa: Typis Academicis, 1868, vol.I, fasc. I, p. 62, 968.

Criação de cavalos

Henrique da Gama Barros, em 1922, tratou a “Creação de cavallos”, na *História da Administração Pública em Portugal*²⁰, porém, a sua análise parte de meados do século XIV. João Gouveia Monteiro também estudou a “criação e manutenção dos cavalos” no âmbito da obra *Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*²¹, no ano de 1998. Mais recentemente, Miguel Gomes Martins dedicou um subcapítulo de *A Arte da Guerra em Portugal :1245 a 1367*²², ao cavalo. O mesmo autor retomou o assunto em “Armas e cavalos: os arsenais e as coudelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média”²³. Todavia, estes preciosos contributos acerca do cavalo e da sua criação são mais focados no contexto militar, incidindo, sobretudo, sobre os séculos XIII a XV.

Tal como nos mostram os trabalhos acima referidos, nos finais da Idade Média é visível a preocupação dos monarcas com a falta de bons cavalos em Portugal. De facto, com a conquista do Algarve perdia-se, por um lado, uma motivação para a dispendiosa manutenção destes animais e, por outro, uma fonte de aquisição de boas montadas fruto da captura dos mesmos ao inimigo²⁴. Esta situação apareceu-nos espelhada, ainda antes da formação do reino, numa carta de doação e couto, de 1110, onde o Conde D. Henrique pede a Bernaldo Francês, como contrapartida da entrega de cinco casais, um bom cavalo trazido da terra dos mouros²⁵. Ressalvamos a interpretação de Armando de Almeida Fernandes, que diz ser, o cavalo, “obtido em assalto aos mouros ou em comércio com eles”²⁶. De qualquer forma, seja capturado à força ou comprado, há a expressa ordem do Conde D. Henrique para que o cavalo viesse de terras dominadas por mouros.

²⁰ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1922, t. IV, pp. 90-99.

²¹ MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal- Nos Finais da Idade Média*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1998, pp. 151-162.

²² MARTINS, Miguel Gomes – *A Arte da Guerra em Portugal: 1245 a 1367*. 1ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 267-288.

²³ MARTINS, Miguel Gomes – “Armas e cavalos: os arsenais e as coudelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média”. In FERNANDES, Isabel Cristina (coord. cient.) – *Castelos das Ordens Militares. Atas do Encontro Internacional*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 2013, pp. 409-426.

²⁴ MARTINS, M. Gomes – *A Arte da Guerra*, p. 285.

²⁵ “*de te accepimus unum bonum caballum quem adduxisti de terra maurorum*”, AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc. 21, p. 27, 1110, agosto.

²⁶ FERNANDES, A. de Almeida – *Viseu, Agosto de 1109 Nasce D. Afonso Henriques*. 4ª ed. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu, 1993, p. 38.

João Gouveia Monteiro refere – alicerçando-se nas palavras de Ralph H. Davis²⁷ – que no Noroeste europeu, até ao século XI, os cavalos indígenas seriam, por um lado, bastante limitados em número e, por outro, de pequenas dimensões²⁸. Contudo, tal como veremos adiante, esta visão não é propriamente precisa e, a par disso, no caso Peninsular, a situação seria algo diferente. Efetivamente, a *Hispania* seria na Idade Média um lugar de boas montadas, que já na Antiguidade Clássica eram reconhecidas como tal²⁹.

Neste contexto, não é difícil entender as palavras de admiração do cruzado Raul quando, em 1147, chegou à região de Lisboa: “Nos seus campos espinoteiam éguas de surpreendente fecundidade, pois, ao serem bafejadas pelos favónios, concebem do vento e, depois, atacadas pelo cio copulam com os machos, assim se acasalando com o sopro das brisas”³⁰. No entanto, até chegarmos aos cavalos que existiam no final da época medieval, parece ter-se processado um fenómeno muito lento de manipulação da espécie equina, que se foi desenvolvendo ao longo de vários séculos, ao qual a Península Ibérica não foi alheia³¹.

De uma forma geral, os equídeos da época medieval não teriam a estatura de um cavalo atual.³² Contudo, será correto considerar que estes animais eram pequenos para a época em que se inseriam? Um estudo zoológico recente considerou um total de quase 200 ossos de cavalo, retirados de 38 sítios arqueológicos em Londres³³. Este trabalho permitiu analisar vestígios de equídeos num intervalo de tempo que se estende desde 1220 até 1900. O período considerado entre 1220 e 1350, que mais nos interessa, demonstrou que a altura média da cernelha daqueles

²⁷ DAVIS, Ralph H. C. – *The Medieval Warhorse*. London: Thames and Hudson, 1989, p. 6.

²⁸ MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal*, p. 151.

²⁹ MARTINS, M. Gomes – *A Arte da Guerra*, p. 268. Acerca da qualidade dos equídeos hispânicos, ver também os diversos argumentos apresentados por: MORALES MUÑIZ, Dolores C.– “El caballo en la Edad Media. Un estado de la cuestión”. In *Sociedad Española de Estudios Medievales – Homenaje al profesor Eloy Benito Ruano*. Murcia: Universidad de Murcia Servicio de Publicaciones, 2010, pp. 538-539.

³⁰ “*In cuius pascuis eque lasciuunt mira fecunditate. Nam aspirate fauoniis uento concipiunt et postmodum sitientes cum maribus coeunt; sic aurarum spiritu maritantur*”, NASCIMENTO, Aires A. – *A conquista de Lisboa aos Mouros*. 3ª ed. Lisboa: Nova Vega, 2018, pp. 79-81.

³¹ MARTINS, M. Gomes – *A Arte da Guerra*, p. 268.

³² THOMAS, Richard [et. al.] – “The brede of good & strong Horsis: zooarchaeological evidence for size change in horses from early modern London”. *Post-Medieval Archaeology* 52/2 (2018), pp. 224-238.

³³ THOMAS, Richard [et. al.] – “The brede of good & strong Horsis”, pp. 224-238.

animais era de 1,42 metros e a estatura máxima verificada de 1,63 metros³⁴. É de destacar que estas medidas não incluem o pescoço e a cabeça do cavalo, uma vez que usualmente se utiliza a cernelha como ponto máximo para a medição da altura. Embora estes cavalos não pareçam propriamente grandes, devemos ter em conta que a estatura do homem na Idade Média não seria igual à de hoje. Um estudo que se dedica à estatura dos indivíduos que habitaram Portugal, desde o Mesolítico até ao século XX, apresenta duas estimativas, calculadas segundo diferentes fatores, para a estatura do Homem medieval em Portugal, sendo uma de 161cm e outra de 160cm³⁵.

Assim, se estabelecermos uma comparação entre o maior cavalo analisado em Londres entre 1220 e 1350, no estudo antes referido, e a altura normal de um indivíduo do sexo masculino, podemos perceber que um homem comum medieval seria, sensivelmente, da mesma altura da cernelha de um cavalo de grandes dimensões. Caso o pescoço e cabeça do cavalo fossem tidos em conta, a altura deste animal superaria largamente a altura de um homem³⁶.

No território português medieval, os maiores interessados na criação de gado cavalari seriam os monarcas. Porém, também temos nesta equação os grandes senhores, as instituições eclesiásticas seculares e regulares, sobretudo os senhorios monásticos e os das ordens religiosas militares. Dificilmente, alguém de fora destes grupos poderia ter uma criação de cavalos, pelo menos em número considerável. Isto porque, como mostra Miguel Gomes Martins, a criação de cavalos seria extremamente dispendiosa. Era necessário ter éguas e um bom garanhão, um espaço devidamente vedado com vastas pastagens e acesso a um abastecimento de

³⁴ THOMAS, Richard [et. al.] – “The brede of good & strong Horsis”, p. 225.

³⁵ CARDOSO, Hugo; GOMES, J. – “Trends in Adult Stature of Peoples who Inhabited the Modern Portuguese Territory from the Mesolithic to the Late 20th Century”. *International Journal of Osteoarchaeology* 19 (ago. 2008), pp. 711-725.

³⁶ Destaco que a comparação é feita entre indivíduos que habitaram o território português, na Idade Média, e equídeos da cidade de Londres medieval. Apesar de não ser uma comparação ideal, a utilização do estudo anglo-saxónico afigura-se como a melhor aproximação que temos da realidade medieval portuguesa, uma vez que não existem estudos aprofundados relativos à estatura de equídeos no espaço português. Realço ainda que recorro, em ambos os casos, ao valor médio de estaturas, pelo que poderia haver, tanto pessoas como equídeos, com estaturas superiores, ou inferiores, daquelas que são apresentadas e que no caso dos cavalos de guerra seriam, certamente, os de maior dimensão.

água e ainda um conjunto de trabalhadores, entre os quais constariam, certamente, “especialistas” em adestramento e tratamento de doenças³⁷. Era uma autêntica empresa que apesar de todas as despesas poderia estar longas temporadas sem conseguir produzir as montadas desejadas.

Podíamos destacar neste contexto as herdades chamadas “cavalarias”, intimamente ligadas ao cavaleiro-vilão. Contudo, estas não seriam criações de cavalos. Como indica José Mattoso, seriam “préstamos concedidos pelo rei em troca de serviço militar a título pessoal”³⁸. Desta forma, podemos associar estas “cavalarias” a um serviço a cavalo prestado ao rei. No entanto, não podemos afirmar que estas terras teriam criações de gado cavalar. Não podemos esquecer-nos da diferença entre manter um cavalo, por si só já bastante dispendioso, e manter uma produção de cavalos, cujas despesas são largamente mais avultadas.

De forma a atestar a antiguidade da criação de cavalos no espaço que hoje é Portugal, podemos recuar à Alta Idade Média. Encontramos no testamento de Mumadona Dias, entre muitos outros bens, a referência a 30 cavalos, 50 machos e mulas, 70 éguas, 3 machos reprodutores e quatro burros³⁹. Estamos aqui perante uma evidente situação de procriação, não só por indicar separadamente os cavalos reprodutores dos restantes, mas também evidenciada pela enorme quantidade de éguas. Este documento mostra-nos não só que em pleno século X havia criação de cavalos, como nos revela que já havia uma manipulação da espécie para o apuramento das montadas, através da seleção dos melhores garanhões para a reprodução de novos animais.

A criação de cavalos podia acontecer de três diferentes maneiras: a primeira era ter uma eguada e um garanhão, tal como acontece na natureza, deixando que a reprodução acontecesse de forma natural; a segunda era escolher o melhor garanhão e deixá-lo cobrir todas as éguas que conseguisse durante a época de

³⁷ MARTINS, M. Gomes – *A Arte da Guerra*, pp. 271-272.

³⁸ MATTOSO, José – *Identificação de um País*, p. 421.

³⁹ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. I, p. 47, p. 959.

acasalamento; a terceira seria fazer uma reprodução seletiva onde tanto o macho como a fêmea fossem previamente escolhidos⁴⁰.

No caso da criação cavalariça referida no testamento de Mumadona Dias poderia tratar-se da utilização da segunda técnica. Naquele contexto seriam três machos selecionados, que acasalariam com as 70 éguas e porventura não estariam todos reunidos num único espaço, mas sim dispersos em várias herdades.

Estes números (cerca de 23 éguas por cavalo) correspondem aos que, mais tarde, surgem nas *Ordenações Afonsinas*: “cavallo de cavallagem que seja fremoso, e bem pensado, e seu dono fezer certo, que em cada huum anno cavalgua, e segura vinte éguas”⁴¹. Tendo em conta que o período de gestação de uma égua dura cerca de 11 meses⁴², se todas as 70 éguas estivessem em período fértil, Mumadona Dias produziria um número bastante considerável de equídeos anualmente.

Quanto aos monarcas, é certo que tinham as suas criações e que eram os maiores interessados na existência de um grande número de cavalos em todo o reino. Miguel G. Martins destaca, acerca deste assunto, o facto de os monarcas deverem dotar com cavalos os cavaleiros da sua mesnada, pelo menos a partir da centúria ducentista⁴³. Também destaca, referindo-se a Sancho II, o testamento deste monarca, pelo qual deixava metade dos seus cavalos à Ordem de Avis e outra metade à de Santiago⁴⁴ e, ainda, a sua tia D. Mafalda que deixou a sua eguada à Ordem de Avis⁴⁵.

Para além destes testemunhos, que só por si já indiciam que os monarcas teriam as suas próprias criações de cavalos, podemos acrescentar outros. É o caso do “*livro dos degredos e constetuiçoens que fez o mui nobre Dom Afonço, o quinto Rey de Portugal que foi*”, de 11 de abril de 1258, onde está, no segundo decreto, a indicação

⁴⁰ MARTINS, M. Gomes – *A Arte da Guerra*, pp. 268-269.

⁴¹ *Ordenações Afonsinas*. Notas de Mário J. de Almeida Costa e Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, vol. I, título LXXI, cap. VII, p. 493.

⁴² SILVA, Ana Teresa – *Hipologia - guia para o estudo do cavalo*. Lisboa: Lidel, 2013, p. 141.

⁴³ MARTINS, M. Gomes – *A Arte da Guerra*, p. 269.

⁴⁴ BRANDÃO, António – *Quarta Parte Da Monarchia Lusitana*. Lisboa: Mosteiro de S. Bernardo, 1632, parte IV, f. 169v.

⁴⁵ MARTINS, M. Gomes – *A Arte da Guerra*, p. 269.

para o rei não ter outras bestas na estrebaria senão quatro cavalos para éguas⁴⁶. Num outro documento, de janeiro de 1261, também referente a legislação, encontramos a indicação de que os potros das éguas do rei, após os dois anos de idade, deveriam ser dados a quem o soberano quisesse, de forma a não ter aqueles animais às suas custas⁴⁷. Torna-se evidente, através destes testemunhos, que o rei D. Afonso III produzia as suas próprias montadas e, ainda, que utilizava os potros, criados por si, para oferecer a quem entendesse de forma a reduzir os custos da criação destes animais.

Recuando ao reinado de D. Sancho I, aliás, encontramos indicações que nos mostram que também este rei já teria criações de cavalos. Em janeiro de 1208, o monarca faz uma doação ao convento da Santíssima Trindade de Santarém, pela qual entregava aos trinitários, entre outros bens, éguas suas que tinha naquela região⁴⁸. Notemos que não refere cavalos, mas sim éguas, o que nos leva a supor que seria um incentivo à criação cavalariça. Ainda sobre Sancho I podemos destacar as éguas de Soure, que deixa ao Mosteiro de Santa Cruz, no seu segundo testamento, e ainda as éguas que tinha em Santarém, que deixa ao *Hospitale Captivorum*, entre outros animais⁴⁹.

Sabe-se, ainda, que D. Afonso Henriques teria também as suas produções de gado cavalariça e que patrocinava mosteiros para que pudessem ter as suas criações. Temos o caso do *Indiculum Foundationis Monasterii Beati Vicentii Ulixbone*, ou Notícia da Fundação do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa, que contém a seguinte passagem: a partir de então, passou o rei a entregar a essa igreja campos, vinhas, hortas, moinhos, gado ovino, cavalariça, bovino, suíno, e as demais coisas necessárias à

⁴⁶ “ElRey nom tenha nem faça ter outras bestas na estrebaria senom quatro cavalos pera egoas”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et consvetvdines*. Lisboa: Typis Academicis, 1856, vol.I, fasc. II, p. 198, 1258, abril, 11.

⁴⁷ “E os poldros das egoas dElRey andem com as egoas ataa dous annos e dês alli em deante dê os ElRey a quem quizer e nom os tenha mais aa sa custa”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 200, 1261, janeiro.

⁴⁸ “do meas terras quas habeo in campo de Erreas, et casalia ejus et meas vaccas, meas oves, meas equas, meos porcos et haereditates, quas ibi habeo”, AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979, doc. 173, p. 264, 1208, janeiro.

⁴⁹ AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues – *Documentos de D. Sancho I*, doc. 194, p. 299, 1210, outubro.

manutenção dos irmãos nela residentes⁵⁰. Na primeira alçada das inquirições de 1258, no atual julgado de Nóbrega, aparece outra referência semelhante, dizendo “que este davandito Moesteiro fez elRey don Alfonso I de Portugal, et poblou de bois et de vacas et de eguas et de seu ganado”⁵¹.

Para além das doações régias de éguas, que já fomos referindo, há outros indícios de que as instituições eclesásticas teriam as suas criações de equídeos. Podemos dar como exemplo, ainda ligado à figura de Afonso Henriques, o documento que regista a requisição, por parte do primeiro rei de Portugal, de dez éguas com os seus potros e uma égua avaliada em 500 soldos, à abadessa de Paderne (c. Melgaço), no ano de 1141⁵². Outro caso é o de uma abadia cisterciense que, provavelmente, faria criação de cavalos: o Mosteiro de Fiães. Para esta abadia em concreto, é possível encontrar referências a compras de herdades que este mosteiro fazia, pagando com potros, éguas e até cavalos. Vejamos: em 1221, os monges compram uma herdade e pagam com uma égua e a sua cria, entre outros bens⁵³; em 1226 regista-se a compra de um casal pelo preço de um bom cavalo⁵⁴; em 1246, finalmente, assinala-se a aquisição de uma herdade que foi paga com um bom potro⁵⁵.

Outro tipo de documentos que nos atestam a grande quantidade de equídeos que estava na posse dos mosteiros são as doações, que lhes eram feitas por aqueles que queriam garantir a salvação das suas almas, onde se encontram referências frequentes a éguas e a cavalos, entre outros bens, móveis ou imóveis. Temos, por exemplo, o caso do Mosteiro de São Mamede de Lorvão. Foi possível identificar, para

⁵⁰ “*Et ex inde cepit rexe idem ecclesie delegare agros, vineas, ortos, molendina, greges ouium, equarum, armentorum, porcorumque, et cetera stipendiis fratrum in ea commorantium necessaria*”, a tradução de Aires A. Nascimento não foi utilizada no corpo de texto, tendo sofrido algumas alterações, NASCIMENTO, Aires A. – *A conquista*, p. 194.

⁵¹ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Inquisitiones*. Lisboa: Typis Academicis, vol.I, fasc.III, 1891, p. 415, 1258.

⁵² AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc. 186, p. 229, 1141, abril, 16.

⁵³ MARQUES, José – *O Cartulário do Mosteiro de Fiães*. vol.1. Melgaço: Câmara Municipal de Melgaço, 2016, doc. 116, p. 97, 1221, outubro, 18.

⁵⁴ MARQUES, José – *O Cartulário*, doc. 411, p. 268, 1226.

⁵⁵ MARQUES, José – *O Cartulário*, doc. 113, p. 95, 1246.

este claustro, documentos dos anos 907⁵⁶, 935⁵⁷, 954⁵⁸ e 967⁵⁹. Em todos eles aparecem referências a gado cavalari, seja cavalos, éguas, mulos ou burros. Embora as menções aos animais surjam sempre no plural, não é possível precisar quantos seriam. Não deixa, de qualquer maneira, de representar um número considerável de equídeos que o Mosteiro de São Mamede de Lorvão ia recebendo. Também foi possível encontrar, tal como no Mosteiro de Fiães, uma compra dos monges lorvanenses feita com um equídeo⁶⁰. Neste caso, aliás, compraram tudo o que possuía o muçulmano Oborroz, em Botão (c. Coimbra), por uma égua prena.

Outro exemplo é o Mosteiro de S. João de Tarouca. Na documentação deste instituto cisterciense também é possível encontrar referências a doações, onde constam cavalos, e compras de propriedades pagas com equídeos. Para o primeiro caso foi identificada uma doação em 1175⁶¹ e outra em 1228⁶². Para o segundo caso, também foi possível encontrar outros dois documentos, um de 1170⁶³ e outro de 1176⁶⁴.

Assim, se reunirmos os documentos que expõem o gado cavalari que os reis doavam aos mosteiros e conventos, as compras que estes faziam com equídeos, as frequentes doações de animais que recebiam e a vasta propriedade que detinham, torna-se difícil não considerar que haveria uma importante criação de cavalos nestas instituições, compreendendo-se, ainda, que tenha sido no seio das mesmas que se vieram a escrever ou compilar alguns tratados dedicados justamente a estes

⁵⁶ NASCIMENTO, Aires A.; CATÓN, José M. Fernández (eds.) – *Liber testamentorum coenobii laurbanensis (estúdios)*. Leão: Centro de Estudios e Investigación «SanIsidoro», 2008, doc. 19, p. 624, 907, abril, 13.

⁵⁷ NASCIMENTO, Aires A.; CATÓN, José M. Fernández (eds.) – *Liber testamentorum*, doc. 4, p. 599, 935, setembro, 11.

⁵⁸ NASCIMENTO, Aires A.; CATÓN, José M. Fernández (eds.) – *Liber testamentorum*, doc. 73, p. 703, 954, março, 11.

⁵⁹ NASCIMENTO, Aires A.; CATÓN, José M. Fernández (eds.) – *Liber testamentorum*, doc. 2, p. 595, 967, julho, 24.

⁶⁰ NASCIMENTO, Aires A.; CATÓN, José M. Fernández (eds.) – *Liber testamentorum*, doc. 15, p. 617, 1018?

⁶¹ FERNANDES, Armando de Almeida – *Taraucae monumenta histórica: I Livro das doações de Tarouca*. Braga: Câmara Municipal de Tarouca, 1991-1993, doc. 316, p. 259, 1175, maio, 21.

⁶² FERNANDES, Armando de Almeida – *Taraucae monumenta*, doc. 459, p. 377, 1228, junho.

⁶³ FERNANDES, Armando de Almeida – *Taraucae monumenta*, doc. 359, p. 294, 1170, março, 1.

⁶⁴ FERNANDES, Armando de Almeida – *Taraucae monumenta*, doc. 229, p. 194, 1176, abril, 28.

animais, como foi o caso de Bernardo, o Português, que era, muito provavelmente, religioso regular⁶⁵.

Para além dos monarcas, mosteiros e conventos, os grandes senhores também teriam as suas criações de gado cavalariço. De outra forma não seria possível que Egas Moniz deixasse em testamento, no ano de 1081, toda a sua criação de mulos, mulas, cavalos e éguas⁶⁶. Outro caso é o do famoso conde de Coimbra, Sesnando Davides, que, em 1087, também faz referência ao seu gado de vacas e de cavalos⁶⁷.

Entrando no meio clerical também podemos destacar neste tópico o bispo de Coimbra, Julião, que, em 1089, testava *omnes boues et uacas et equas quas habeo*⁶⁸. Neste último caso atente-se, mais uma vez, na utilização do termo *equas* (éguas) e não *equos* (cavalos).

Já em pleno século XIII é possível identificar algumas pistas de que João Peres de Aboim também teria ligação à criação de cavalos, desde logo a doação régia que recebe, a 16 de novembro de 1259, de umas casas, adega e cavalariça na alcáçova de Santarém⁶⁹. Para além disso, em março de 1263, podemos encontrar duas compras que João Peres de Aboim faz, pagando-as com bons potros⁷⁰.

Para finalizar, não podemos esquecer o papel das Ordens Militares na criação de montadas. Neste caso, a grande motivação seria, por um lado, a criação de bons cavalos de guerra e por outro a criação de bestas de carga capazes de carregar todo o equipamento necessário numa campanha militar. Estes dois tipos de equídeos aparecem, em grande quantidade, num documento de 1282. Neste documento

⁶⁵ NICOLÁS, H. La Fuente – *Das Werk Los siete libros del arte de la ciencia de la albeitería des Fray Bernardo Portugés*. Munich: Ludwig-Maximilians Universität München, 2012. Tese de Doutoramento, pp. 28-34.

⁶⁶ “*Tota mea criazone siue de mulos uel mulas et de kauillos vel equas*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*. Lisboa: Typis Academicis, vol. I, fasc. III, 1870, p. 361, 1081.

⁶⁷ “*Meo ganato de meis uaccis aut de meis equis*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. III, p. 405, 1087.

⁶⁸ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. III, p. 434, p. 1089.

⁶⁹ AZEVEDO, Pedro de; FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Livro dos bens de D. João de Portel: cartulário do século XIII*. Lisboa: Colibri, 2003, doc. XXIX, p. 38, 1259, novembro, 16.

⁷⁰ AZEVEDO, Pedro de; FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Livro dos bens*, doc. CLXV, p. 102, 1263, março; AZEVEDO, Pedro de; FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Livro dos bens*, doc. CLXVI, p. 102, 1263, março.

consta um acordo em que Ramon Marquet, cidadão de Barcelona, e Romeu Burguet, comandante templário de Palau-solità, se comprometem a transportar Lourenço Martins, lugar-tenente do mestre da Milícia do Templo no reino de Portugal, de Barcelona para Acre. Com ele levaria quatro freires com os seus escudeiros e entre 45 a 50 equídeos, entre os quais estariam cavalos e bestas muares⁷¹. Veja-se a enorme quantidade de equídeos que apenas cinco freires da Ordem do Templo, com os seus escudeiros, levavam numa expedição.

Embora a presença de Ordens Militares no espaço português remonte a D. Teresa, o seu desenvolvimento em Portugal, e na Península Ibérica, deu-se apenas em meados do século XII⁷². Neste sentido, as informações que as fontes nos transmitem são bastante escassas neste espaço temporal, sendo mais generosas nos séculos XIV e XV.

De qualquer maneira, é bastante provável que as Ordens Militares produzissem cavalos em Portugal a partir do momento em que começaram a ter os seus domínios. Tal como mostra Miguel G. Martins, “cada uma das praças fortes tuteladas pelas ordens militares teria, para além do seu arsenal, as suas próprias cavalaria, algumas das quais com um elevado número de montadas”⁷³. Destaca ainda o caso de Aljustrel, onde durante o reinado de D. Sancho II a Ordem de Santiago teria uma importante reserva de cavalos⁷⁴. Estes testemunhos, embora sejam claros quanto à existência de cavalos nos domínios das Ordens Militares, não o são quanto à criação dessas montadas. Seriam produzidas nas imediações dos seus castelos? Seriam apenas fruto de doações e saques de guerra?

Assim, a criação da espécie equina parece ter sido uma prática habitual durante toda a Idade Média portuguesa, existindo mesmo antes da formação do Reino de Portugal. Os diferentes grupos identificados como intervenientes neste processo fazem realçar dois fatores comuns a todos eles: a grande capacidade económica e de posse de terras.

⁷¹ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers*. 1ª ed. Paris: Les Belles Lettres, 2019, doc. 3.

⁷² MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota - A Guerra na Idade Média*. 1ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011, p. 28.

⁷³ MARTINS, Miguel Gomes – “Armas e cavalos”, p. 319.

⁷⁴ MARTINS, Miguel Gomes – “Armas e cavalos”, p. 319.

Terminologia medieval para a caracterização do cavalo

A identificação dos equídeos, feita nas fontes medievais, expressa-se de diversas formas e partindo de diferentes características. Dedicamos alguns considerandos à interpretação das denominações empregues na referência de diferentes animais.

As mais comuns, e mais óbvias, referem-se às diferentes espécies e ao seu género: *equo, equa, mulo, mula, asino, asina*. Fazendo referência ao cavalo, égua, mulo, mula, burro e burra. Para além destas diferenciações, os documentos distinguem também, por exemplo, o *pullo*⁷⁵, como sendo a cria da burra, ou a *filia*, para fazer referência à cria de uma égua: *una equa et sua filia*⁷⁶, ou, mais comumente, o *poldrum*⁷⁷ que podemos traduzir à letra para poldro ou potro. Fazendo uso deste último vocábulo, também foi possível detetar uma menção que identificava uma *equa apoldrada*⁷⁸, numa clara alusão a uma égua prenha.

Por vezes, para além da identificação anteriormente referida, pode surgir um adjetivo, como por exemplo: *Kauallo bono*⁷⁹ ou *kaballo obtimo*⁸⁰, ou a identificação do animal através da sua dimensão: *equa media*⁸¹. Um caso mais curioso, que surge em 1260, identifica um *pullo equi capistrario*⁸², isto é, um potro com o seu cabresto. Este animal está assim referido porque poderia, porventura, ser demasiado novo para ter sela, sendo por isso levado pelo cabresto e talvez também servisse para indicar que este animal era domesticado. Esta suposição torna-se mais credível quando nos deparamos com referências a éguas bravas que também podiam ser utilizadas como moeda de troca. Temos, para este caso, dois exemplos: um do ano 1088⁸³ e outro de 1102⁸⁴.

⁷⁵ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. IV, p. 488, 1095.

⁷⁶ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. III, p. 460, 1092.

⁷⁷ AZEVEDO, Pedro de; FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Livro dos bens*, doc. CLXV, p. 102, 1263, março.

⁷⁸ NASCIMENTO, Aires A.; CATÓN, José M. Fernández (eds.) – *Liber testamentorum*, doc. 15, p. 617, 1018?

⁷⁹ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. II, p. 267, 1060.

⁸⁰ AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc. 124, p. 147, 1132, abril.

⁸¹ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. II, p. 359, 1081.

⁸² HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et consvetvdines*, vol. I, fasc. V, Lisboa: Typis Academicis, 1866, p. 696, 1260.

⁸³ “*Et accepimus de vobis in precio III equas bravvas*”, COSTA, A. de Jesus, MARQUES, José – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Braga: Arquidiocese de Braga, 2016, t. 1, doc. 297, p. 447, 1088, abril,1.

⁸⁴ “*accepit de nos III equas bravvas*”, COSTA, A. de Jesus, MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 315, p. 464, 1102.

No entanto, surgem descrições bastante mais minuciosas, referindo-se a um animal pela cor, ou cores, da sua pelagem. Estas permitiam diferenciar com maior clareza um determinado equídeo. É de realçar que as tonalidades descritas nas fontes de índole contratual, que iremos analisar, tinham um propósito prático de identificação e não uma carga simbólica.

Neste campo, já Isidoro de Sevilha, entre finais do século VI e inícios de VII, estabelecia algumas “cores que devem ter-se em conta”⁸⁵. No livro XII, “*De animalibus*”, das *Etimologias*, o autor apresenta-nos os termos: *badius* (baio), *aureus* (dourado), *roseus* (avermelhado), *myrteus* (murzelo)⁸⁶, *cervinus* (loiro escuro)⁸⁷, *gilvus* (cinzento⁸⁸ ou creme)⁸⁹, *glaucus* (glauco), *scutulatus* (malhado; manchas de várias formas e cores)⁹⁰, *canus* (cinzento claro ou prateado), *candidus* (branco brilhante), *albus* (branco), *guttatus* (malhado com pintas pretas) e *niger* (negro).

Esta prática, de identificar um animal através dos seus traços físicos mais marcantes, ter-se-á mantido durante toda a Idade Média, chegando mesmo aos dias de hoje⁹¹. É certo, também, que em tempos anteriores ao medievo esse procedimento seria recorrente. De outra forma não seria possível que Isidoro tivesse por base textos da Antiguidade Clássica de autores como *Rutilius Taurus Aemilianus Palladius* ou *Aulo Gelio*⁹².

Nesta temática da identificação das pelagens, o caso mais curioso, por ter como interveniente D. Afonso Henriques, aparece-nos numa venda de um casal a *Paio*

⁸⁵ SEVILHA, Isidoro de – *Etimologías*, p. 897.

⁸⁶ Tradução feita com base na interpretação de: PASCUAL BAREA, Joaquín– “Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla”. *Studia Philologica Valentina* 17/14 (2015), p. 99.

⁸⁷ Tradução que conjuga a sugestão de J. P. Barea com a tradução de J. O. Reta e M. A. M. Casquero. PASCUAL BAREA, Joaquín– “Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla”, p. 98; SEVILHA, Isidoro de – *Etimologías*, p. 897.

⁸⁸ SEVILHA, Isidoro de – *Etimologías*, p. 897.

⁸⁹ PASCUAL BAREA, Joaquín– “Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla”, p. 93.

⁹⁰ “Como el guttatus (‘blanco pálido con puntos negros’), scutulatus (literalmente ‘con escudos’), es otro color con manchas, pero de mayor tamaño y de distinta forma y colores”; PASCUAL BAREA, Joaquín– “Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla”, p. 95.

⁹¹ Atualmente as denominações, para caracterizar cavalos através da sua pelagem, são preservadas e utilizadas no mundo da equitação. Embora tenham sofrido algumas alterações, quanto aos seus significados, ainda se encontram semelhanças com os termos medievais. Acerca deste assunto ver: SILVA, Ana Teresa – *Hipologia*, pp. 225-248.

⁹² PASCUAL BAREA, Joaquín – “Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla”, p. 81.

Braga. Lê-se neste documento que o rei aceita, a 25 de setembro de 1146, como pagamento, um cavalo murzelo⁹³, isto é, um cavalo totalmente preto⁹⁴. Este vocábulo pode ser interpretado, também, como preto com tons avermelhados, semelhante à cor de uma amora⁹⁵. Esta coloração surge noutros documentos e com algumas variantes na sua escrita. Em 1088 aparece um *cavallo colore maurizello*⁹⁶, em 1101 um *cavallum maurcellum*⁹⁷ e em 1188, no primeiro testamento de Sancho I, surge um *runcinum murzelum*⁹⁸.

Aparece também o termo *roselo* visível em diversos contratos de venda. Esta coloração foi encontrada em diversos documentos datados de: 1041⁹⁹, 1045¹⁰⁰, 1048¹⁰¹, 1074¹⁰², 1080¹⁰³, 1091¹⁰⁴, 1092¹⁰⁵, 1100¹⁰⁶ e 1110¹⁰⁷. Segundo Bluteau, rusilho ou rosilho é a “cor tirante a Rosa, e branca, pelo de huma cor, e pelo de outra”¹⁰⁸. Porém, para este termo, podemos contar ainda com outra definição onde se considera: “rosillo, de pelo misturado de branco, preto e castanho”¹⁰⁹.

Isidoro de Sevilha fala-nos do *roseus*¹¹⁰ que significa rosa em latim, e que Jose Oroz Reta traduz para o espanhol *rojizo* que em português podemos ler como avermelhado ou apurpurado. Joaquín P. Barea, que escreveu “*Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla*”, mostra-nos a ligação que o *roseus* tem com

⁹³ AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc. 219, p. 270, 1146, setembro, 25.

⁹⁴ SILVA, Joaquim Carvalho – *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval*. 2ª ed. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009, p. 196.

⁹⁵ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón– *Léxico Hispánico Primitivo: Siglos VII al XII*. 1ª ed. Madrid: Espasa Calpe, 2003, p. 400.

⁹⁶ COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 126, p. 220, 1088, junho, 15.

⁹⁷ COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 161, p. 272, 1101, setembro, 7.

⁹⁸ AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues – *Documentos de D. Sancho I*, doc. 31, p. 50, 1188.

⁹⁹ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*, vol. I, fasc. II, Lisboa: Typis Academicis, 1869, p.191, 1041.

¹⁰⁰ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. II, p. 206, 1045.

¹⁰¹ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. II, p. 222, 1048.

¹⁰² COSTA, A. de Jesus, MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 262, p. 412, 1074, abril, 1.

¹⁰³ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. III, p. 352, 1080.

¹⁰⁴ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. III, p. 446, 1091.

¹⁰⁵ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. III, p. 463, 1092.

¹⁰⁶ COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 154, p. 261, 1100, maio, 20.

¹⁰⁷ COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 387, p. 550, 1110, outubro, 22.

¹⁰⁸ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 402.

¹⁰⁹ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón– *Léxico Hispánico Primitivo*, p. 559.

¹¹⁰ SEVILHA, Isidoro de – *Etimologias*, p. 896.

o vermelho e de seguida faz a ligação dessa mesma cor com o tom alazão¹¹¹. Conclui, após uma breve explicação, que o *roseus* que Isidoro refere, em relação à pelagem do cavalo, é um misto de castanho e vermelho¹¹². Porém, tanto a versão de Joaquin P. Barea para o vocábulo *roseus*, como a que consta no *Glossário do léxico primitivo iberorromânico*, não correspondem à definição de rosilho dada por Raphael Bluteau que diz ser uma “cor tirante ao rosa e branca com pelo de uma cor e de outra”, significado que vai no mesmo sentido da definição latina de *roseus*, rosa.

Assim, parece-me difícil negar a ligação do *roselo* ao avermelhado/rosado. Essa negação é feita na definição do *Léxico hispânico primitivo* que apenas remete para o branco preto e castanho. No entanto, fica a dúvida se estamos perante cavalos cuja pelagem era uma mistura de pelos brancos com pelos vermelhos, criando no seu conjunto um tom rosado. Ou, por outro lado, se o vocábulo *roselo*, do século XI, tem alguma ligação ao *roseus*, dos séculos VI-VII, que Joaquin P. Barea diz ser um castanho avermelhado, ou alazão.

Outro termo utilizado na documentação medieval é o *baio*. Esta palavra, no contexto medieval, remete-nos de imediato para o cartulário Baio-Ferrado do Mosteiro de Grijó que curiosamente adota esta denominação. De facto, esta designação não se referia apenas ao cavalo em geral, mas sim a um tipo específico que iremos tratar de seguida.

No livro “*De Animalibus*” é feita a referência ao *badius*¹¹³ (baio em português). Isidoro de Sevilha faz uma análise a esta tonalidade referindo que ao cavalo baio os antigos chamavam *vadium* por ser aquele que corria com mais potência (*vadere*). Refere que também se dá a denominação de *phoenicatus* ou até *spadix*, que deriva da cor da palmeira à qual os sículos chamavam *spadica*¹¹⁴. Esta interpretação etimológica, no entanto, carece de fundamento científico¹¹⁵.

¹¹¹ Por alazão entenda-se: castanho avermelhado.

¹¹² PASCUAL BAREA, Joaquín- “Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla”, pp. 85-86.

¹¹³ SEVILHA, Isidoro de - *Etimologias*, p. 896.

¹¹⁴ SEVILHA, Isidoro de - *Etimologias*, pp. 897-898.

¹¹⁵ SEVILHA, Isidoro de - *Etimologias*, p. 896.

Joaquín P. Barea aborda estas associações feitas por Isidoro de Sevilha e aprofunda essa temática. Todavia, o que nos interessa é o conceito que atribui ao baio que, para esse autor, seria um cavalo castanho claro. Explica-nos que Isidoro, Paladio e Quirón distinguiram o alazão do baio ainda que ambos, com as suas distinções, pudessem estar incluídos dentro da *gama rojiza*, ou seja, avermelhada. Completa dizendo que Isidoro identifica o baio com o *spadix*, porque ambos são castanhos ainda que o baio possa ser mais claro¹¹⁶.

Será neste sentido que Raphael Bluteau aponta o baio como “cor vermelha, mais, ou menos subida”¹¹⁷. Parece seguro, tendo em conta os factos, apontar para a possibilidade de o tom do baio, na documentação posterior ao século X, ser efetivamente o castanho claro, como seria nos séculos VI-VII.

Temos como exemplo da utilização do termo baio um contrato de venda de 1043, que faz referência a um *kaualo baio*¹¹⁸. Outros dois contratos, de 1075¹¹⁹ e 1085¹²⁰, também se referem a esta cor utilizando o vocábulo *baium*. Há, ainda, um contrato de venda, de 1134, retirado do cartulário Baio-Ferrado do Mosteiro de Grijó¹²¹. Estranho seria se esta coloração não fosse encontrada nesse cartulário. Já em finais do século XII foi possível voltar a identificar esta pelagem¹²².

Um documento, datado de 1043, apresenta-nos algo mais complexo: um *caualo colore bagio nasino*¹²³. Quanto ao termo “bagio” é seguro associá-lo ao baio, tal como indica o glossário do *Léxico Hispánico Primitivo*¹²⁴. Quanto ao *nasino*, que completa a descrição deste animal, não foi possível encontrar o seu significado. Porém, há uma forte possibilidade de estar ligado à pelagem do burro. Tal como *dosino* significa,

¹¹⁶ PASCUAL BAREA, Joaquín- “Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla”, pp. 86-88.

¹¹⁷ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez & latino*, p. 16.

¹¹⁸ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. II, p. 198, 1043.

¹¹⁹ COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 264, p. 414, 1075, junho, 11.

¹²⁰ COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 289, p. 439, 1085, abril, 25.

¹²¹ DURAND, Robert – *Le cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó: XIe-XIIIe siècles*. Paris: Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, doc. 114, p. 110, 1134, março, 12.

¹²² GOMES, Saúl António – “Entre Memória e História, os primeiros tempos da Abadia de Santa Maria de Alcobaça, (1152-1215)”. *Separata da Revista de História da Sociedade e da Cultura* 2 (2002), p. 256.

¹²³ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. II, p. 199, 1043.

¹²⁴ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón- *Léxico Hispánico Primitivo*, p.82.

segundo Isidoro de Sevilha, “aquele que tem a cor parecida à do burro”¹²⁵, o termo *nasino* também pode seguir a mesma ordem de ideias. Não deixa, de qualquer modo, de ser apenas uma suposição. Quanto ao termo *dosino* é possível identificá-lo num contrato de venda do ano 900, no atual concelho de Braga. Nesse contrato surge uma menção a um *cavallo dosno*¹²⁶, havendo boas probabilidades de que este termo tenha a mesma conotação que o *dosino* de Isidoro de Sevilha.

Seguimos para outro tom, o raudão. Este termo aparece de diferentes formas na documentação, como por exemplo: *raudana*¹²⁷, *raudane*¹²⁸, *raudam*¹²⁹, *rauane*¹³⁰, *raudiane*¹³¹, *radan*¹³², *rouane*¹³³. Raudão seria, segundo Joaquim C. Silva, cor-de-rosa¹³⁴, ideia que também surge no *Elucidário* de Viterbo. Porém, este segundo, remete-nos para ver “Cavalo Raudão” que diz ser o “cavalo que tinha uma cor tirante a vermelho, a que os latinos chamam *Rubidus*, de onde facilmente se deduziu cavalo ruão, que tem a cor vermelha, com alguma mescla de branca” e acrescenta, “porém se entenderem que seja alazão queimado, ou tostado, e não ruão encendido, não contenderemos”¹³⁵. Já no *Diccionario da lingua portugueza*, de Antonio de Moraes Silva, aparece-nos que cavalo raudão é o mesmo que rosilho¹³⁶.

Neste panorama, temos a possibilidade de *raudane* ser uma pelagem cor-de-rosa, numa mistura de pelos brancos e vermelhos. Ideia que faria sentido com a associação de Antonio Moraes Silva, entre raudão e rosilho. Isto se considerarmos a versão do tom rosado para o rosilho. Por outro lado, Viterbo também sugere que pode ser, em

¹²⁵ SEVILHA, Isidoro de – *Etimologias*, p. 899.

¹²⁶ COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 174, p. 295, 900, junho, 28.

¹²⁷ COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 237, p. 386, 1050, agosto, 20.

¹²⁸ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. II, p. 234, 1053; COSTA, A. de Jesus, MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 254, p. 405, 1072, maio, 31.

¹²⁹ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. II, p. 285, 1067.

¹³⁰ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. III, p. 318, 1074.

¹³¹ COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 113, p. 202, 1082, maio, 7.

¹³² COSTA, A. de Jesus, MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 133, p. 228, 1095, novembro, 30.

¹³³ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*, vol. I, fasc. IV, Lisboa: Typis Academicis, 1873, p. 537, 1099.

¹³⁴ SILVA, Joaquim Carvalho – *Diccionario da Língua Portuguesa Medieval*, p. 234.

¹³⁵ VITERBO, Joaquim de S. Rosa – *Elucidário das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. 2 ed^a. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865, p. 177.

¹³⁶ SILVA, A. de Moraes – *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, t. 2, p. 555.

alternativa, um tom alazão, ou seja, castanho avermelhado, algo que também faria sentido, caso considerássemos que o vocábulo *rosilho* se refere ao castanho avermelhado. Neste caso, tal como no *roselo*, deixaremos a questão em aberto.

O testamento de D. Sancho I também contém informações relevantes para esta temática. Para além de fazer referência a um *runcinum murcelum*— tonalidade já abordada— fala também de um *runcinum ruzum*¹³⁷. Quanto ao termo *runcinum* (rocim), iremos tratá-lo mais adiante. O cavalo *ruzum*, ou ruço, segundo Antonio de Moraes Silva é “esbranquiçado: cor das bestas que têm várias modificações”¹³⁸, dando de seguida exemplos mais específicos: “ruço pombo, argentado, rodado”¹³⁹.

Também podemos encontrar a seguinte definição: “Ruço, ou Russo. Em muitas maneiras se usa desta palavra, falando de cores dos cavalos. Da cor branca se deriva o Ruço rodado, e Ruço queimado, e Ruço cardenho...”¹⁴⁰, entre outras variantes. O *Léxico Hispánico Primitivo* diz: “rucio, rutio, ruzio, ruzo” provêm do latim “*roscidus*” e têm o significado de “*rucio*”¹⁴¹. É, desta forma, bastante provável que no testamento do segundo monarca português o termo *ruzum* se referisse a um cavalo cuja pelagem estava entre o branco e o cinzento, ou um branco-sujo. Para além do testamento do monarca, foram também encontradas mais duas referências a esta tonalidade, em dois contratos de venda. Um deles detetado no Cartulário Baio-Ferrado, no ano 1136, remete para um *caballum ruzum*¹⁴² e o outro, cujo ano não é possível apurar, apresenta um *cavallo rucu*¹⁴³.

As tonalidades apresentadas até agora são as que mais surgem na documentação medieval. Contudo, há outras menos comuns que também têm de ser referidas:

¹³⁷ AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues – *Documentos de D. Sancho I*, doc. 31, p. 50, 1188.

¹³⁸ SILVA, A. de Moraes – *Diccionario da lingua portugueza*, t. 2, p. 648.

¹³⁹ SILVA, A. de Moraes – *Diccionario da lingua portugueza*, t.2, p. 648.

¹⁴⁰ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez & latino*, p. 393.

¹⁴¹ Em português leia-se como cinzento ou grisalho. PIDAL, Ramón Menéndez – *Léxico Hispánico Primitivo*, p. 562.

¹⁴² DURAND, Robert – *Le cartulaire*, doc. 303, p. 267, 1136, fevereiro, 5.

¹⁴³ COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 476, p. 667, janeiro, 18.

*caballo amarelo*¹⁴⁴, a égua *colore alakada*¹⁴⁵, o *caballum varum coloris*¹⁴⁶ e o *equum facialuo*¹⁴⁷. Enquanto a primeira denominação se afigura bastante lógica, tratando-se de um cavalo cuja pelagem tem um tom amarelo, a segunda é precisamente o contrário. Podemos apontar que se trata de uma cor ou tom, uma vez que vem antecedida da palavra *colore*. Foi possível identificar a palavra *alacado*, cujo significado é “relativo à laca”¹⁴⁸. Por sua vez o vocábulo *laca* remete para “(al-lakk...) tinta vermelha — resina; goma resinosa vermelha utilizada em variados preparados e c/ diversas finalidades”¹⁴⁹. É assim possível que o vocábulo *alakada* se referisse a um tom avermelhado.

Quanto ao *varum colores* devemos estar perante um cavalo malhado. É certo que noutras tonalidades de pelagem, já referidas, temos pelos de várias cores que em conjunto criam um determinado tom. Porém, neste caso destaca-se o facto de haver várias cores aparentemente separadas, não se tratando de apenas um tom, mas sim um conjunto de tons sobre os quais não dispomos de mais informação. O *facialuo* é muito provavelmente o mesmo que *façalvo*. Esta denominação ainda se mantém atual e serve para identificar o cavalo que tem quase todo o focinho branco¹⁵⁰.

Depois de terminada esta análise às diferentes tonalidades, falta abordar a caracterização do cavalo feita a partir da função que esse animal seria capaz de desempenhar. À medida que avançamos para o final da Idade Média as diferenças entre cavalos “comuns” e os grandes cavalos de guerra, tornam-se cada vez maiores. Consequentemente tornou-se mais importante a existência de termos que identificassem uma montada pela sua capacidade. Porém, no espaço temporal e

¹⁴⁴ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. IV, p. 511, 1097.

¹⁴⁵ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. I, p. 134, 1012.

¹⁴⁶ DURAND, Robert – *Le cartulaire*, doc. 277, p.246, 1146, setembro, 12.

¹⁴⁷ GOMES, Saúl António – “A Presença das Ordens Militares na Região de Leiria (Séculos XII-XV)”. In FERNANDES, Isabel Cristina F.; PACHECO, Paulo (coord.) – *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 1997, p. 175.

¹⁴⁸ ALVES, Adalberto – *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013, p. 101.

¹⁴⁹ ALVES, Adalberto – *Dicionário de Arabismos*, p. 583.

¹⁵⁰ COSTA, J. Almeida [et. al] – *Dicionário da Língua Portuguesa*. 8ª ed. Porto: Porto Editora, 1999, p. 724.

geográfico que é abordado neste artigo, essas denominações não são tão frequentes como nos séculos seguintes, sendo algumas delas inexistentes¹⁵¹.

Aparece no testamento de Gonçalo Fernandes, deão da Sé de Viseu, datado de 1231, que este deixa o seu rocim com a sua sela e um rocim de albarda¹⁵². Acerca deste vocábulo Viterbo refere: “Carga rocinal, carga de rocim, ou cavalo pequeno, e desmedrado. Nos forais antigos se distinguem expressamente as cargas dos machos, e cavalos, das dos rocins, e asnos, sendo a portagem dos primeiros quase sempre dobrada da dos segundos”¹⁵³. Tal como mostra o documento, há um rocim de sela, utilizado para montar, e outro de albarda. Por albarda entenda-se, uma cobertura com enchimento de palha que se colocava nas bestas de carga de forma a proteger o dorso do animal¹⁵⁴. O rocim seria, portanto, um cavalo que não teria um grande porte, não deixando por isso de ser utilizado para montar e transportar mercadorias.

Para terminar, resta referir as *azemelas*¹⁵⁵ ou *azimelas*¹⁵⁶ referidas no “Testamento ou manda em que D. Afonso Henriques distribui a soma de vinte e dois mil maravedis, guardada no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra” (1179) e no “Codicilo ao primeiro testamento de D. Sancho” (1188) respetivamente. Este vocábulo, que atualmente se designa azémola, é de origem árabe e servia para fazer referência às bestas de carga¹⁵⁷. Neste aspeto Viterbo acrescenta que seria “macho, ou mula grande de carga”¹⁵⁸ o que nos mostra que seria, efetivamente, um termo utilizado para animais capazes de transportar pesos avultados.

¹⁵¹ Vários termos utilizados sobretudo na historiografia estrangeira, mas também na portuguesa, não surgiram na documentação aqui trabalhada. Temos o exemplo dos *destrier*. Dolores C. Muñiz explora diversos termos aplicados a diferentes tipos de cavalos, ver: MORALES MUÑIZ, Dolores C. – “El caballo en la Edad Media. Un estado de la cuestión”, pp. 540-541. VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha – *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, doc.290, p. 276, 1231

¹⁵² VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha – *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, doc.290, p. 276, 1231.

¹⁵³ VITERBO, Joaquim de S. Rosa – *Elucidário das palavras, termos, e frases*, p. 194.

¹⁵⁴ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez & latino*, p. 211.

¹⁵⁵ AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc. 334, p. 436, 1179, fevereiro.

¹⁵⁶ AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues – *Documentos de D. Sancho I*, doc. 31, p. 49.

¹⁵⁷ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Léxico Hispánico Primitivo*, p. 78.

¹⁵⁸ VITERBO, Joaquim de S. Rosa – *Elucidário das palavras, termos, e frases*, p. 110.



Fig. 1 – Pormenor de iluminura que sugere a coloração de um cavalo amarelo.
[Fonte: *Apocalipse de Lorvão*, 1189, fol.108v. Lisboa. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota: PT/TT/MSML/B/44. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4381091>].



Fig. 2 – Pormenor de uma iluminura que sugere a coloração de um cavalo murzelo.
[Fonte: *Apocalipse de Lorvão*, 1189, fol.108v. Lisboa. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota: PT/TT/MSML/B/44. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4381091>].

Abordagem ao custo dos equídeos

Depois de analisarmos as terminologias medievais em torno dos equídeos, seguimos para uma análise aos valores monetários dos mesmos. Neste campo, os contratos de compra e venda medievais são bastante esclarecedores e é essencialmente neles que nos vamos basear. Os valores aqui tratados estão dispostos na **Tabela 1**.

Importa esclarecer, em primeiro lugar, que as descrições destes animais, e o preço que muitas vezes surge logo de seguida, apontam para o facto de haver uma escolha prévia do animal em questão. De facto, não faria sentido estar descrito um cavalo amarelo, ou baio, ou de qualquer outra cor, e de determinado valor, caso esse animal não tivesse sido escolhido previamente e devidamente acordado. Embora nem todos os documentos especifiquem qual a cor ou valor do animal, porventura por haver maior confiança entre as partes desse contrato, muitas vezes é esse o caso.

É de destacar um caso muito curioso que surgiu numa venda, em agosto de 1161, onde Ero Dias e a sua mulher Marinha vendem a D. Nicolau uma herdade em Bassim e em Forniçô (c. Viseu) por um cavalo¹⁵⁹. Neste manuscrito surge, após o término do contrato, a seguinte indicação: “*et est apreciado isto cavalo*”. Este acrescento mostra, claramente, que havia um animal em específico que importava identificar no contrato, ao ponto de se registar esta afirmação mesmo após o contrato estar redigido e “trancado” por um traço.

Para os séculos X, XI e inícios de XII, são comuns as transações em que não se utiliza a moeda. A. H. Oliveira Marques destaca até: “Foi já calculado que, para o período de 1040-1120, as vendas em géneros em Leão e Castela predominaram, com pagamentos em gado, cereais e outros produtos, mesmo que avaliados em unidades de conta. Outro tanto terá sucedido na região portuguesa”¹⁶⁰. É precisamente nestas transações que é possível identificar o custo dos equídeos que surgem na

¹⁵⁹ VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha – *Diplomatário*, doc. 130, p. 164, 1161, agosto.

¹⁶⁰ MARQUES, António H. de Oliveira – “A circulação e a troca de produtos”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, António H. (dir.), COELHO, Maria. H.; HOMEM, Armando C. (coord.) - *Portugal em Definição de Fronteiras: 1096-1325: do Condado portugalense à crise do século XIV*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 523.

documentação medieval, muitas vezes, como bens de enorme valor, capazes de colmatar a falta de uma circulação de moeda mais generalizada.

Em meados do século XII, a situação começa a inverter-se devido a uma crescente circulação monetária, muito favorecida pela introdução da moeda muçulmana. Assim, multiplicar-se-á em Portugal o *dinar* almorávida que se vulgarizou com o nome de morabitino, podendo também surgir na documentação medieval portuguesa com o nome maravedi. O *dirham* de prata também acabou por assumir essas duas denominações¹⁶¹. De facto, nos dados aqui apresentados, relativos aos valores dos equídeos, encontramos a primeira referência a maravedis no ano de 1129¹⁶². Até então, todos os dados são em soldos ou moios e, mesmo depois de 1129, continuam a surgir, embora já partilhem a sua presença com as referências a morabitinos e maravedis.

No total foi possível reunir 107 exemplos de equídeos, entre o ano de 900 e de 1226. Entre eles encontram-se seis diferentes denominações para as unidades de medida: soldos *gallicanos*, soldos, moios, bragais, morabitinos e maravedis. Surge ainda, em alguns casos, a avaliação de cavalos num determinado número de éguas, prática para a qual não foi possível decifrar qualquer significado, para além do explícito.

Destas unidades de medida, há duas que merecem uma pequena abordagem. Quanto aos soldos *gallicanos*¹⁶³, que surgem apenas uma vez no ano de 900, parece-nos bastante provável a proposta de que, esta e outras denominações semelhantes, representem as antigas moedas de ouro da época sueva¹⁶⁴. Contudo, é também possível que se trate de uma moeda de origem franca. António Losa, referindo-se a este mesmo documento, entende esta segunda possibilidade¹⁶⁵. Os moios, por outro

¹⁶¹ MARQUES, António H. de Oliveira – “A circulação e a troca de produtos”, p. 523.

¹⁶² AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc.104, p. 127, 1129, dezembro, 1.

¹⁶³ COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 174, p. 295, 900, junho, 28.

¹⁶⁴ FRANCISCO OLMOS, José María de – “El nacimiento de la moneda en Castilla. De la moneda prestada a la moneda propia. In *I Jornadas Científica sobre Documentación jurídico-administrativa, económico-financiera y judicial del reino castellano-leonés, siglos X-XIII*. Madrid: Área de Conocimiento de Ciencias y Técnicas Historiográficas, Universidad Complutense de Madrid, 2002, p. 307.

¹⁶⁵ LOSA, António – “O desabrochar de uma nacionalidade. Retalhos da herança árabe e moçárabe”. In *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*. Vol.5. *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1996, pp. 256-273.

lado, são bastante mais difíceis de precisar. Joaquim de Viterbo demonstra que há a possibilidade destes moios serem equivalentes aos soldos, tendo exatamente o mesmo valor. Contudo, reconhece que esta ideia não se afigura como uma verdade absoluta¹⁶⁶.

É de realçar que os valores atribuídos a estes animais não resultariam num pagamento efetivo desses mesmos valores. Bem pelo contrário. Estes serviriam como forma de abater o valor da compra, por exemplo, de um casal. O cavalo seria, deste modo, um bem valioso que poderia ser utilizado como moeda de troca para compras de somas muito avultadas. Algo que seria essencial no contexto da sociedade medieval, onde a circulação de moeda era substituída por produtos da terra e a capacidade de a ter em grande quantidade estava restringida a um pequeno grupo, de mais ou menos vinte por cento de indivíduos, na sociedade¹⁶⁷.

Apesar do número relativamente reduzido de dados é possível tirar algumas conclusões interessantes através dos mesmos. Para tal, teremos em consideração os valores que se encontram em moios e em soldos, uma vez que as restantes unidades de medida não surgem em quantidade suficiente para que sejam alvo de uma análise mais aprofundada. Não deixamos, de qualquer forma, de colocar todos os valores encontrados na **Tabela 1**. Destaque-se, ainda, que apenas teremos em consideração, na análise que se segue, os cavalos e éguas que não surgem com outros elementos associados ao seu valor, como selas, albardas ou crias.

Em primeiro lugar, importa entender a enorme amplitude entre os valores mínimos e máximos. Os equídeos poderiam ser, para a época medieval, o mesmo que os automóveis são para a atualidade, podendo ter valores bastante díspares consoante a qualidade do produto transacionado. Vejamos: falando em soldos, foram recolhidos 42 dados, entre 995 e 1226, sendo a média de todos estes valores de c.157 soldos. O menor valor está atribuído a uma égua que valia 10 soldos, em

¹⁶⁶ VITERBO, Joaquim de S. Rosa – *Elucidário das palavras, termos, e frases*, pp. 94-95.

¹⁶⁷ POIARES, António – “Nomenclatura Monetária Medieval Portuguesa”. *Nummus: Revista da Sociedade Portuguesa de Numismática*, série II, vol. 38 (2015), p. 8.

1087¹⁶⁸, e o valor máximo, identificado em dois cavalos, um do ano 995¹⁶⁹ e outro de 1141¹⁷⁰, é de 500 soldos! Entenda-se, por estes valores, uma enorme diferença de 50 vezes mais caro. Podemos ainda diferenciar o valor médio de cavalos e de éguas, em separado. Os 40 cavalos, avaliados em soldos, têm um valor médio de c.162 soldos. Por outro lado, as duas éguas avaliadas na mesma moeda constituem uma média de 55 soldos¹⁷¹.

Se analisarmos os 50 casos que surgem em moios, verificamos um valor mínimo de 10 moios, por uma égua, no ano de 1078¹⁷² e que o valor máximo é 800 moios, por um cavalo, em 1117¹⁷³. Assim, verifica-se que o equídeo mais valioso encontrado tem um valor 80 vezes superior, em relação ao mais barato! Quanto ao valor médio, dos equídeos avaliados em moios, o resultado foi de c. 112 moios. Se estabelecermos uma diferenciação de preços entre cavalos e éguas, podemos perceber que os 33 cavalos, avaliados em moios, custam em média c.153 moios e as 17 éguas um valor médio de 36 moios. Tanto em soldos como em moios podemos identificar que o cavalo seria um animal mais valioso do que a égua, ao longo dos séculos aqui estudados, e podemos perceber, também, a enorme oscilação de valores.

Estas discrepâncias impressionam. No entanto, podem ser compreendidas se atendermos ao tipo de bem em questão. Não é difícil perceber que seriam vários os aspetos que fariam aumentar ou diminuir significativamente o preço de um equídeo. Desde logo as capacidades físicas do animal – tamanho, resistência, capacidade de carga...¹⁷⁴. Também o seu temperamento seria muito importante na valorização de um cavalo. Não seria indicado, por exemplo, ter um equídeo demasiado nervoso destinado a trabalhos de carga, tal como não seria qualquer cavalo,

¹⁶⁸ HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. III, p. 403, 1087.

¹⁶⁹ COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 406, p. 580.

¹⁷⁰ AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc. 186, p. 229, 1141, abril, 16.

¹⁷¹ Realço que a análise feita não tem em conta a valorização, ou desvalorização, da moeda. Num período que se estende ao longo de três séculos é certo que o soldo terá sofrido algumas alterações quanto ao seu valor.

¹⁷² COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 103, p. 188, 1078.

¹⁷³ AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses – Documentos particulares: A.D. 1101-1115*. vol. 3. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940, doc. 46, p. 42, 1117.

¹⁷⁴ “quanto à figura do animal, que seja forte e sólido de corpo, de um tamanho em consonância com a sua robustez, largo e alto, recolhido de ventre e de alcatra redonda, muito aberto de peito, corpo proeminente devido à consistência dos seus músculos, fino de patas e sólido pelo seu casco côncavo.”, SEVILHA, Isidoro de – *Etimologias*, p. 897.

independentemente do seu porte, capaz de suportar as adversidades psicológicas da guerra.

Não podemos esquecer a beleza do animal que poderia ter bastante peso no seu valor monetário¹⁷⁵. Para um grande senhor, ou mesmo um rei, o cavalo teria não só uma aplicabilidade prática, de montar, mas também um peso simbólico de demonstração de poder e ostentação, como veremos mais à frente. Uma prova da atenção que era dada ao aspeto do cavalo é a forma como D. Afonso Henriques se refere a um cavalo que lhe foi oferecido, caracterizando-o como um “bom e perfeitíssimo cavalo”¹⁷⁶.

Isidoro de Sevilha, ainda acerca de um bom cavalo, acrescenta: “que seja de caráter audaz, ligeiro de patas, que os seus membros vibrem porque é indício de fortaleza, que facilmente se excite a correr quando está totalmente parado, ou que não seja difícil pará-lo quando vai lançado a galope. A mobilidade do cavalo aprecia-se nas orelhas, do mesmo modo que a sua energia se reflete na vibração dos seus membros”¹⁷⁷.

Neste aspeto, as *Siete Partidas* são bastante claras quando referem que os bons cavalos deveriam ter em si três coisas: em primeiro serem de cor bonita, em segundo terem um bom coração e em terceiro terem bons membros convenientes que correspondessem aos dois primeiros¹⁷⁸. Infelizmente, devido ao número reduzido de documentos que indicam, simultaneamente, a pelagem do animal e o seu valor, não foi possível confirmar se as diferentes pelagens teriam alguma influência na apreciação da montada.

Outros aspetos como a idade do animal, que poderia ser já bastante velho e em segunda mão¹⁷⁹ ou demasiado novo para ter um valor muito avultado, ou possíveis

¹⁷⁵ “quanto à beleza, que seja de cabeça pequena e firme, a pele quase pegada aos ossos, as orelhas pequenas e rijas, os olhos grandes, nariz largo, a cerviz erguida, crinas abundantes, assim como a cauda, de cascos sólidos pela sua redondez do casco”, SEVILHA, Isidoro de – *Etimologias*, p. 897.

¹⁷⁶ COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 558, p. 771, 1130, julho, 20.

¹⁷⁷ SEVILHA, Isidoro de – *Etimologias*, p. 897.

¹⁷⁸ AFONSO X – *Las Siete Partidas*. Facsímile da edição de Salamanca de 1555. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 1985, Título XXI, ley 10, fl. 72.

¹⁷⁹ MARTINS, M. Gomes – *A Arte da Guerra*, p. 279.

lesões, que prejudicassem em parte a sua locomoção, seriam, muito provavelmente, fatores influenciadores na hora de atribuir um preço a um equino.

Ainda relativamente a esta problemática, D. Afonso III, em meados do século XIII, deixa-nos uma série de preços entre os quais estão os do gado cavalariço. O documento refere que a melhor mula ou mulo vale 60 libras¹⁸⁰, o melhor burro 7,5 libras¹⁸¹, a melhor égua 15 libras¹⁸², o melhor rocim que não seja de bafordo 25 libras e o rocim de bafordo 50 libras¹⁸³. Infelizmente, fica por esclarecer neste documento, qual seria o valor de um bom cavalo, ou um cavalo de guerra. Talvez não o tenha feito por ser demasiado difícil limitar o valor destes animais que podiam possuir características excecionais. É curiosa a referência ao rocim de bafordo que não devemos entender como um verdadeiro cavalo de guerra. Tal como vimos anteriormente, o rocim era um cavalo de pequenas dimensões e é certamente a uma montada pequena que o documento de 1253 se refere, de outra forma não seria possível ter um valor inferior ao da mula.

Assim, através desta classificação atribuída ao rocim, podemos supor que nos bafordos do século XIII seriam utilizados cavalos de dimensões mais modestas em vez de verdadeiros cavalos de guerra. Porventura para não colocar em perigo as preciosas montadas, essenciais para os cavaleiros servirem em combate, e, ao mesmo tempo, para reduzir a violência dos bafordos que se tornariam bastante mais perigosos se os cavalos utilizados fossem autênticos cavalos de guerra.

Embora este texto se estenda apenas até ao reinado de D. Afonso III, é relevante acrescentar que, segundo estimativas, na Europa dos finais da Idade Média, os cavalos de montar mais baratos custariam 24 vezes mais que um cavalo de trabalho,

¹⁸⁰ “*Et melior mula uel melior mulus ualeat sexsaginta libras*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, 194, 1253, dezembro, 26.

¹⁸¹ “*Et melior asinus ualeat decem morabitos de quindecim in solido*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, 194, 1253, dezembro, 26.

¹⁸² “*Et melior equa ualeat quindecim libras*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, 194, 1253, dezembro, 26.

¹⁸³ “*Et melior roncinus qui non sit de bafordo ualeat uiginti et quinque libras. Et melior roncinus de bafordo ualeat quinquaginta libras*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, 194, 1253, dezembro, 26.

que um palafrém custaria 400 vezes mais e, ainda, que um bom cavalo de guerra custaria 800 vezes mais¹⁸⁴.

Tabela 1 – Equídeos, na documentação medieval (séculos X-XIII), organizados cronologicamente.

Data	Produto	Valor	Fonte
900	1 cavalo <i>dosno</i>	4 soldos galicanos	<i>Liber Fidei</i> , doc.174, p.295
995	1 cavalo	500 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc.406, p.580
1041	1 cavalo rosilho	100 soldos	PMH: DC, v. I, f. II, p.191
1043	1 cavalo baio	100 soldos	PMH: DC v. I, f. II, p. 198
1043	1 cavalo baio <i>nasino</i> + sela + freio	150 soldos	PMH: DC v. I, f. II, p. 199
1047	1 cavalo	300 soldos	PMH: DC v. I, f. II, p. 218
1048	1 cavalo	300 soldos	PMH: DC v. I, f. II, p. 225
1050	1 égua raudão	40 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 237, p. 386
1053	1 cavalo raudão	200 soldos	PMH: DC v. I, f.II, p. 234
1060	1 cavalo bom	200 soldos	PMH: DC v. I, f. II, p. 267
1062	1 cavalo	90 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 240, p. 389
1072	1 égua	40 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 254, p. 405
1072	1 égua	40 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 254, p. 405
1073	1 cavalo	200 soldos	PMH: DC, v. I, f. III, p. 313
1073	2 éguas	80 moios (40 cada)	<i>Liber Fidei</i> , doc.257, p.408
1073	1 cavalo	100 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 260, p. 411
1074	1 cavalo rosilho	3 éguas	<i>Liber Fidei</i> , doc. 262, pp. 412-413
1075	1 cavalo baio	45 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 264, p. 414
1078	1 égua	10 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 103, p. 188
1080	1 égua rosilha	40 moios	PMH: DC v. I, f.III, pp. 352-353
1080	1 cavalo	200 soldos	PMH: DC v. I, f. III, p. 348
1081	1 égua média	20 moios	PMH: DC, v. I, f. III, p. 359
1082	1 cavalo raudão	80 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 113, p. 202
1083	1 cavalo	80 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 284, p. 434
1084	1 cavalo	90 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 286, p. 436
1087	1 égua	10 soldos	PMH: DC v. I, f. III, p. 403
1088	1 cavalo	300 soldos	PMH: DC v. I, f. III, p. 418
1088	1 cavalo	100 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 123, p. 216
1088	1 cavalo	100 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 124, p. 218
1088	1 cavalo	3 éguas	<i>Liber Fidei</i> , doc. 125, p. 219
1088	1 cavalo amarelo	3 éguas	<i>Liber Fidei</i> , doc. 125, p. 219
1088	1 cavalo murzelo	50 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 126, p. 220
1090	1 égua	40 moios	PMH: DC v. I, f.III, p. 440
1090	1 cavalo	100 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 303, p.4 53
1091	1 cavalo rosilho	100 soldos	PMH: DC v. I, f. III, p. 446
1092	1 égua	35 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 146, p. 140

¹⁸⁴ MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal*, p. 159.

1092	1 égua	35 moios	PMH: DC v. I, f. III, p.459
1092	1 cavalo	90 moios	PMH: DC, v. I, f. III, p. 460
1092	1 égua + 1 cria	57 moios	PMH: DC, v. I, f. III, p. 460
1092	3 cavalos	400 soldos (c.133 cada)	PMH: DC v. I, f. IV, p. 468
1092	1 cavalo	90 moios	Cart. D. Maior M., doc. 70, p. 87
1092	1 égua	57 moios	Cart. D. Maior M., doc. 70, p. 87
1092	1 potro	3 moios	Cart. D. Maior M., doc. 70, p. 87
1095	1 cavalo	44 moios	PMH: DC v. I, f. IV, p. 488
1095	1 burra + 1 cria	20 moios	PMH: DC v. I, f. IV, p. 488
1095	1 cavalo	150 soldos	PMH: DC v. I, f. IV, p. 485
1095	1 cavalo raudão	150 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 133, p. 228
1097	1 cavalo	50 soldos	PMH: DC v. I, f. IV, p. 507
1097	1 cavalo	200 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 148, p. 253
1098	1 égua	35 moios	PMH: DC v. I, f. IV, p. 519
1098	1 cavalo	65 moios	PMH: DC v. I, f. IV, p. 520
1098	1 burra + 1 cria	24 moios	PMH: DC v. I, f. IV, p. 520
1099	5 cavalos	1000 soldos (200 cada)	PMH: DC, v. I, f. IV, p. 542
1099	1 cavalo raudão	150 soldos	PMH: DC v. I, f. IV, p. 537
1100	1 cavalo rosilho	80 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 154, p. 261
1101	1 cavalo bom	30 soldos	DMP P v. 3, doc. 2, p.2
1101	1 cavalo murzelo	40 soldos	DMP P v. 3, doc. 18, p. 15
1101	1 cavalo murzelo	40 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 261, p. 272
1102	1 égua	50 moios	DMP P v.3, doc. 60, p. 55
1102	1 cavalo	100 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 315, p. 463
1102	1 égua	100 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 315, p. 464
1103	1 cavalo	100 soldos	DMP P v. 3, doc. 126, p. 110
1104	1 cavalo	70 soldos	DMP P v. 3, doc. 175, p. 153
1105	1 cavalo	80 moios	DMP P v. 3, doc. 196, pp. 169-170
1110	1 éguas	30 moios	DMP P v. 3, doc. 358, pp. 314-315
1112	1 cavalo	100 moios	DMP DR, v. I, T. I, doc. 32, p. 43
1114	1 cavalo	60 moios	DMP P v. 3, doc. 474, pp. 405-406
1117	1 cavalo	800 moios	DMP P v. 4, doc. 46, p. 42
1118	1 cavalo	110 moios	DMP P v. 4, doc. 71, p. 63
1118	1 cavalo	300 moios	DMP P v. 4, doc. 78, p. 68
1119	1 mula	75 moios	DMP P v. 4, doc. 91, p. 78
1119	1 azémola + albarda + <i>exendere</i>	200 moios	DMP P v. 4, doc. 108, pp. 91-92
1120	1 poldro	100 moios	DMP P v. 4, doc. 130, p. 110
1120	1 cavalo	140 moios	Most. Arouca, doc. 18, p. 208
1121	1 cavalo	250 moios	DMP P v. 4, doc. 153, pp. 131-132
1122	1 cavalo	80 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 508, p. 713
1122	1 égua	30 moios	DMP P v. 4, doc. 218, p. 191
1122	1 égua	30 moios	DMP P v. 4, doc. 250, p. 216
1122	1 cavalo	100 moios	DMP P v. 4, doc. 276, p. 237
1127	1 cavalo	200 moios	Most. Arouca, doc. 18, p. 208
1128	1 cavalo	500 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 6, p. 14

1129	1 cavalo	105 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 298, p. 263
1129	2 cavalos	580 moios (290 cada)	DMP DR, v. I, T. I, doc. 99, p. 123
1129	1 cavalo	240 moios	DMP DR, v. I, T. I, doc. 99, p. 123
1129	1 cavalo	500 maravedis	DMP DR, v. I, T. I, doc. 104, p. 127
1131	1 cavalo	260 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 288, p. 255
1133	1 cavalo	100 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 453, p. 634
1134	1 cavalo baio	70 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 114, p. 110
1134	1 cavalo	70 bragais	Cart. Baio-Ferrado, doc. 121, p. 117
1135	1 cavalo	100 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 174, p. 165
1136	1 potro	60 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 825, p. 1108
1137	2 cavalos	150 morabitanos (75 cada)	DMP DR, v. I, T. I, doc. 162, p.198
1141	1 cavalo	500 soldos	DMP DR, v. I, T. I, doc. 186, p. 229
1145	1 cavalo	150 morabitanos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 807, p. 1083
1146	1 cavalo murzelo	80 morabitanos	DMP DR, v. I, T. I, doc. 219, p. 270
1146	1 cavalo	12 maravedis	Cart. Baio-Ferrado, doc. 254, p. 228
1146	1 cavalo de várias cores	50 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 277, p. 246
1147	1 cavalo	40 morabitanos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 528, p. 735
1152	1 cavalo	50 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 245, p. 222
1157	1 cavalo	40 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 295, p. 261
1160	1 cavalo	30 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 490, p. 686
1170	1 cavalo	15 morabitanos	Taraucae M. H., doc. 359, p. 294
1192	1 mulo	20 morabitanos	Cart. Most. Fiães, doc. 4, p. 35
1196	1 cavalo	11 morabitanos	Cart. Most. Fiães, doc. 10, p. 39
1221	1 rocim	150 soldos	Cart. Most. Fiães, doc. 151, p. 115
1226	1 bom cavalo	200 soldos	Cart. Most. Fiães, doc. 411, p. 268
s.d.	1 cavalo ruço	100 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 476, p. 667

Fonte: Dados retirados das fontes expostas.

O cavalo como símbolo de Poder

“Procurou-se entre todos os animais o mais belo, e mais veloz, e que pudesse suportar maior trabalho, e o mais conveniente para servir o homem. E porque o cavalo é o mais nobre animal e o mais conveniente para servir o homem, por isso de entre todos os animais foi escolhido o cavalo e dado ao homem que foi escolhido de entre os mil homens; e por isso aquele homem tem por nome cavaleiro”¹⁸⁵.

Esta é a forma como Raimundo Lúlio, um filósofo, poeta e teólogo medieval, se refere ao cavalo, em finais do século XIII, na primeira parte, “que trata do princípio de cavalaria”, do *Livro da Ordem de Cavalaria*. É com base neste excerto, e noutros que iremos apresentar, que é possível entender a carga simbólica que o cavalo tinha na

¹⁸⁵ LÚLIO, Raimundo – *Livro da Ordem de Cavalaria*. Trad. A. Guerra. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002, p. 17.

Idade Média. Este não era apenas um animal, mas sim um ícone de honra, nobreza e poder.

Nas *Siete Partidas* de Afonso X de Leão e Castela, contemporâneo de Raimundo Lúlio, surgem palavras semelhantes: “Mas em Espanha chamam cavalaria não porque andam a cavalgar em cavalos, mas porque bem como os que andam a cavalo, vão mais honradamente que noutra besta”¹⁸⁶. Este segundo testemunho, porventura feito com base nos mesmos textos antigos que o Livro da Ordem de Cavalaria, reforça a ideia de que o cavalo é a mais honrada de todas as bestas.

Isidoro de Sevilha vai mais além, atribuindo não só uma grande nobreza a este animal, mas também o privilégio de ser o único animal capaz de, para além do homem, chorar e experimentar sentimentos de dor¹⁸⁷. Estas palavras transmitem uma clara tentativa de elevar um animal irracional a um patamar próximo do Homem, distanciando-o dos restantes animais.

Raimundo Lúlio acrescenta no quinto capítulo, “do significado que existe nas armas do cavaleiro”, mais algumas explicações acerca da ligação deste animal ao cavaleiro. Refere que “o cavalo é dado ao cavaleiro como significado de nobreza de coração, e para que a cavalo seja mais alto que qualquer outro homem, e seja visto de longe e mais coisas tenha debaixo de si”¹⁸⁸. Fica claro neste trecho que, para além de reforçar a nobreza do animal, há também a importância na elevação física que o cavalo dá ao homem, fazendo-o olhar os restantes de cima para baixo e colocando-o num patamar superior a todos, quase como se este se movesse no topo de um altar.

Nada melhor que estas transcrições, revelando a carga imaginária que os autores imprimem nas suas palavras, para compreendermos aquilo que o cavalo representava na sociedade medieval e o imaginário que o envolvia.

O cavalo, símbolo da autoridade régia

¹⁸⁶ AFONSO X – *Las Siete, Partidas Segunda*, Título XXI, ley 1, fl. 70.

¹⁸⁷ SEVILHA, Isidoro de – *Etimologias*, pp .896-897.

¹⁸⁸ LÚLIO, Raimundo – *Livro da Ordem*, p. 53.

Os reis medievais nunca se colocaram de parte no que diz respeito à instrumentalização do cavalo como demonstração de poder. Para além do interesse que os monarcas portugueses sempre demonstraram na existência de um grande número de boas montadas no reino, havia também um interesse mais pessoal de se apresentarem perante os seus súbditos, e os seus pares, em bons cavalos.

A partir de D. Afonso III é introduzido, na monarquia portuguesa, o selo equestre que, segundo Saúl António Gomes, aparenta ter inspiração no modelo castelhano e que, excecionalmente, também seria utilizado em França¹⁸⁹. É de realçar que D. Afonso, ainda como conde de Bolonha, teria já um selo equestre, embora este ainda não apresentasse armas portuguesas¹⁹⁰. Pelo menos D. Dinis, D. Afonso IV e D. Fernando vão continuar a utilizar sigilografia semelhante.

Nestas representações, os cavalos aparecem a galopar, cobertos com gualdrapas ricamente decoradas e com os reis, pesadamente equipados para a guerra, montados no seu dorso. Apresentam, para além de elementos como a coroa, a espada ou o escudo, cavalos possantes e capazes de suportar a galope todo aquele peso, transmitindo a sensação de que o fazem com bastante naturalidade e leveza. Neste aspeto destaca-se, claramente, o selo de D. Fernando I pelo seu desenho mais dinâmico em relação aos anteriores¹⁹¹. Saúl António Gomes destaca que o selo equestre seria o mais solene, sendo utilizado “em atos relevantes internacionais ou, internamente, em matérias de fundação e de reforma”, seguindo-se o selo de chumbo redondo e o de cera¹⁹². Isto espelha, sem grandes dúvidas, a importância que os monarcas atribuíam ao cavalo, como elemento simbólico de projeção de poder a nível nacional e internacional.

É curioso que o selo da rainha D. Beatriz, mulher de D. Afonso III, seja também equestre. Porém, este tem uma diferença clara: o equídeo (talvez uma mula) não é representado a galope, mas sim parado ou, talvez, numa passada lenta. Isto poderá

¹⁸⁹ GOMES, Saul António – *Introdução à sigilografia portuguesa: guia de estudo*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012, p. 94.

¹⁹⁰ MORUJÃO, Maria do Rosário – “Os selos dos reis de Portugal (Primeira Dinastia)”. *Armas e Troféus: Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, t. 20 (2018), p. 82.

¹⁹¹ GOMES, Saul António – *Introdução à sigilografia*, p. 94.

¹⁹² GOMES, Saul António – *Introdução à sigilografia*, p. 94.

dever-se à falta de necessidade de uma rainha transmitir força e poder militar, não deixando, no entanto, de se apresentar montada num equídeo.

Algo que não fica claro nestas representações são pormenores como a possível decoração das selas, as matérias-primas utilizadas tanto na sela como nos restantes elementos que dizem respeito ao aparelhamento do cavalo, ou até as cores dos materiais destes elementos. Para analisar esses aspetos, podemos recorrer a documentação capaz de mostrar que, pelo menos desde o tempo de D. Afonso III, existiam vários tipos de selas, freios, cabeçadas, entre outros acessórios referentes ao cavalo, sendo alguns deles bastante sumptuosos ou, pelo menos, tentando parecê-lo!

Lê-se numa lei de 26 de dezembro de 1253, onde D. Afonso III estabelece uma série de taxas, referências a diversos produtos relativos ao aparelhamento dos equídeos. No que diz respeito a selas, peitorais e freios fala-nos das seguintes variantes: “sela ouropel de rocim com peitoral colgado e dourado e com freio dourado”¹⁹³; “sela sem ouropel com peitoral colgado e dourado e com freio dourado”¹⁹⁴; “sela de *troyxa*”¹⁹⁵; “sela de carneiro”¹⁹⁶; “sela galega ouropel com peitoral dourado e com estribos”¹⁹⁷; “sela galega sem ouropel”¹⁹⁸; “sela galega de carneiro”¹⁹⁹; “sela de carneiro preto”²⁰⁰; “sela canelada de ouro com guarnição de couro vermelho”²⁰¹. Para além das selas, peitorais e freios surgem também diferentes tipos de cabeçadas como: cabeçada dupla vermelha de rocim ou mula²⁰²; cabeçada dupla preta ou branca de rocim ou

¹⁹³ “*sella orpellada de roncino cum pectorali colgato et deaurato et cum freno deaurato*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

¹⁹⁴ “*sella que non sit orpellada cum pectorali colgato et deaurato et cum freno deaurato*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

¹⁹⁵ “*sella de troyxa*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p.194, 1253, dezembro, 26.

¹⁹⁶ “*sella melior de carnario*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

¹⁹⁷ “*sella galleca orpellata cum pectorali deaurato et cum arricaues*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

¹⁹⁸ “*sella galleca sine orpel*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

¹⁹⁹ “*sella galleca carnaria*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

²⁰⁰ “*sella carnaria nigra*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

²⁰¹ “*sela canelladus de auro cum garnimento de coriis uermeliis*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

²⁰² “*cabezate duplate uermelie de roncino uel de mulla*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 195, 1253, dezembro, 26.

mula²⁰³; cabeçada dupla vermelha de cavalo²⁰⁴. Surgem ainda outros produtos que demonstram grande ostentação no que toca ao aparelhamento do cavalo como umas correias de armar com quatro costuras de seda²⁰⁵.

Para melhor entendermos as peças descritas importa esclarecer alguns conceitos. Em primeiro lugar, temos os conceitos basilares compostos pelas diferentes peças com que se aparelha um cavalo. Para além da sela, que todos conhecemos, surge na documentação a cabeçada (*cabezate*) que é o “conjunto de cordas ou correias que cinge a cabeça dos animais de tiro ou sela”²⁰⁶; o peitoral (*pectoralí*) que é o “arreo que cinge o peito do cavalo”²⁰⁷; o estribo (*arricaues*)²⁰⁸ que é a “peça em que o cavaleiro mete o pé quando cavalga”²⁰⁹; o freio (*freno*) que é uma “peça metálica presa às rédeas das cavalgaduras e que lhes atravessa a boca, servindo para as governar”²¹⁰. Aparecem outros vocábulos que também merecem o devido esclarecimento: ouropel (*orpel/orpellada*) é uma “lâmina de latão que imita o ouro; ouro falso; falso brilho; aparência enganadora” com origem no latim *aurea pelis*, «pele de ouro», pelo advérbio *auripel*²¹¹; à palavra latina *colgato* atribuímos a tradução “colgado”, que é o particípio passado de “colgar” que significa “ornar com colgaduras”²¹².

Assim, podemos verificar, por um lado, a preocupação que havia em ostentar o cavalo com peças a imitar o ouro, certamente para transmitir uma sensação de grande riqueza. Tal como também verificamos que podiam decorar os cavalos com peitorais enfeitados com tecidos dourados e freios igualmente dourados. O próprio couro podia ser de diversas cores e chegavam ao pormenor de, como vimos anteriormente, a própria costura das peças em couro ser feita com quatro costuras

²⁰³ “*cabezate duplate nigre uel albe de roncino uel de mula*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 195, 1253, dezembro, 26.

²⁰⁴ “*cabezate duplate uermelie de caballo*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 195, 1253, dezembro, 26.

²⁰⁵ “*corrigie de armare cum quatuor custuris de seda*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

²⁰⁶ COSTA, J. Almeida [et. al] – *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 268.

²⁰⁷ COSTA, J. Almeida [et. al] – *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 1243.

²⁰⁸ Arricave, s. m. (ar-rikib), «o estribo». ALVES, Adalberto – *Dicionário de Arabismos*, p. 239.

²⁰⁹ COSTA, J. Almeida [et. al] – *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 700.

²¹⁰ COSTA, J. Almeida [et. al] – *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 783.

²¹¹ COSTA, J. Almeida [et. al] – *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 1199.

²¹² COSTA, J. Almeida [et. al] – *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 382.

de seda. Estes testemunhos tornam clara a vontade que os cavaleiros medievais tinham em mostrar riqueza através das suas montadas o que consequentemente se traduzia em poder e nobreza.

No caso dos monarcas, não é difícil imaginar que teriam acesso aos acessórios mais ostensivos, feitos de ouro, ou ouropel, e dos melhores couros, ricamente decorados. Estes seriam conjugados com as gualdrapas totalmente cobertas de elementos heráldicos, tal como é visível nos selos reais, que transmitem uma imagem de luxo e poder.

Assim como nos selos, também há moedas, cunhadas pelos reis medievais portugueses, que apresentam o rei montado num cavalo. De facto, “a moeda é e sempre foi uma afirmação de autoridade, de propaganda e de prestígio”²¹³. Os morabitanos de Afonso Henriques²¹⁴, Sancho I, Afonso II e Sancho II são os exemplos de moedas medievais portuguesas com representações equestres que podemos encontrar até ao século XIII. Apesar de estas moedas não serem, forçosamente, tão pormenorizadas como os selos, também nos apresentam elementos semelhantes de demonstração de força militar e poder. Refiro-me à espada empunhada pela mão direita, à coroa e, claro, ao cavalo. Estes são elementos comuns em todos os morabitanos dos reis anteriormente referidos.

Tendo em conta as representações bastante esquemáticas que estas moedas apresentam, torna-se difícil identificar possíveis aparelhamentos do cavalo. Para além das rédeas e freios que parecem surgir nos morabitanos de D. Sancho I, D. Afonso II e D. Sancho II todos os restantes elementos não são passíveis de uma identificação clara. Os próprios animais estão representados em traços muito gerais que não permitem retirar conclusões mais detalhadas. Contudo, o simples facto

²¹³ FERREIRA, Jaime M. M. – “Dois Morabitanos”. *NUMISMÁTICA* 128 (mai-ago 2018), p. 4.

²¹⁴ Gostaria de destacar que o estudo desenvolvido por Ferraro Vaz, em 1969, não reconhece o morabitino de D. Afonso I. Esta ideia é, efetivamente, bastante discutível e longe de ser consensual. Contudo, neste artigo, admitimos a teoria sugerida por de Jaime M. M. Ferreira para atribuir a cunhagem de morabitanos de ouro a Afonso Henriques; FERREIRA, Jaime M. M. – “Dois Morabitanos”, pp. 3-21. VAZ, J. Ferraro – *Livro das Moedas de Portugal*. 1ª ed. Braga: Livraria Cruz, 1969.

destes monarcas terem optado por uma representação equestre nestas moedas cunhadas em ouro, mostra o caráter nobre deste animal no imaginário medieval.

Conclusão

Da análise efetuada, em diferentes perspetivas, compreendemos que o valor do cavalo não se limitava à faceta militar.

No que toca à criação e manipulação desta espécie, foi possível identificá-la a partir do século X, através dos registos de Mumadona Dias que chegaram até nós. Procurámos também desmistificar a dimensão do cavalo. Tornou-se claro que a criação por parte dos reis, e o incentivo à mesma, remontam pelo menos ao primeiro monarca português e que se mantêm até ao fim da época aqui estudada. Os grandes senhores do reino, mosteiros e conventos e as Ordens Militares também não ficaram de parte neste tópico, tendo sido possível identificar intervenientes na criação de equídeos nestes grupos.

Exploraram-se os significados medievais dos vocábulos: murzelo, rosilho, baio, raudão, ruço, *alakada*, *varum colores*, amarelo, *facialuo*, *dosino*, *nasino*, rocim e azémola. Restaram sérias dúvidas quanto ao rosilho e raudão e alertamos que os significados atuais destes termos são fruto de uma evolução posterior ao medievo. Seria fácil associar os significados medievais aos atuais, mas incorreríamos certamente em anacronismos.

Quanto ao valor de mercado, embora o número de dados não seja suficientemente volumoso para nos dar respostas mais precisas, foi possível criar algumas estimativas. O valor médio, em soldos, para os equídeos, ficou estimado em cerca de 157 soldos. Para o caso dos moios o valor médio encontrado foi 112 moios. Nesta temática, o dado mais relevante foi a enorme amplitude de valores encontrados na documentação. Os elementos recolhidos não deixaram de retratar uma diferença acentuada entre valor máximo e mínimo que, em soldos, foi de 50 vezes mais e, em moios, 80 vezes. Talvez estes números sejam bastante conservadores para a realidade da Idade Média, no entanto, apenas um levantamento de dados mais exaustivo poderá confirmar.

Terminámos com uma “viagem” ao imaginário medieval. De facto, os espantosos trechos aqui replicados espelham o carácter nobre e, por vezes, quase humano do cavalo, um dos tópicos que mais interesse desperta e que mais contributos necessita na Historiografia Portuguesa. Esta linha de pensamento deixou a sua marca nos selos e moedas medievais que chegaram aos dias de hoje e que foram sucintamente abordados neste artigo. Foi ainda possível explorar os luxuosos adereços associados ao aparelhamento do cavalo, bem como a utilização do ouropel como um instrumento para criar a ilusão de riqueza.

Referências Bibliográficas

Fontes impressas

AFONSO X – *Las Siete Partidas*, facsímile da edição de Salamanca de 1555. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 1985. [Consultado 15 de julho 2021]. Disponível em https://www.boe.es/biblioteca_juridica/publicacion.php?id=PUB-LH-2011-60&tipo=L&modo=2.

AZEVEDO, Pedro de; FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Livro dos bens de D. João de Portel: cartulário do século XIII*. Lisboa: Colibri, 2003.

AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses – Documentos particulares: A.D. 1101-1115*. vol. 3. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940.

AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses – Documentos Régios: documentos dos Condes Portugueses e de D. Afonso Henriques, A.D. 1095-1185*. Vol.1, t.1. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958.

AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da – *Documentos medievais portugueses- Documentos particulares: A.D. 1116-1123*. vol.4. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1980.

AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979.

BRANDÃO, António – *Quarta Parte Da Monarchia Lusitana*. Lisboa: Mosteiro de S. Bernardo, 1632. [Consultado 15 julho 2021]. Disponível em <https://purl.pt/12677>.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 1988.

COSTA, Avelino de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei Sanctae Bracaraensis Ecclesiae*. t.1. Braga: Arquidiocese de Braga, 2016.

DURAND, Robert – *Le cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó: XIe-XIIIe siècles*. Paris: Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

FERNANDES, Armando de Almeida – *Taraucae monumenta histórica: I Livro das doações de Tarouca*. Braga: Câmara Municipal de Tarouca, 1991-1993.

HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et consvetvdines*, vol. I, fasc. II, Lisboa: Typis Academicis, 1856.

HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et consvetvdines*, vol. I, fasc. V, Lisboa: Typis Academicis, 1866.

HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*, vol. I, fasc. I, Lisboa: Typis Academicis, 1868.

HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*, vol. I, fasc. II, Lisboa: Typis Academicis, 1869.

HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*, vol. I, fasc. III, Lisboa: Typis Academicis, 1870.

HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*, vol. I, fasc. IV, Lisboa: Typis Academicis, 1873.

HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Inquisitiones*, vol. I, fasc. III, Lisboa: Typis Academicis, 1891.

LÚLIO, Raimundo – *Livro da Ordem de Cavalaria*. Trad. A. Guerra. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002.

Ordenações Afonsinas. Notas de Mário J. de Almeida Costa e Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. [Consultado 15 julho 2021]. Disponível em <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>.

MARQUES, José – *O Cartulário do Mosteiro de Fiães*. Vol.1. Melgaço: Câmara Municipal de Melgaço, 2016.

NASCIMENTO, Aires A.; CATÓN, José M. Fernández (eds.) – *Liber testamentorum coenobii laurbanensis (estúdios)*. Leão: Centro de Estudios e Investigación «SanIsidoro», 2008.

SILVA, Filomeno A. S. – *Cartulário de D. Maior Martins. Estudo introdutório. Edição diplomática. Índices*. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001.

SEVILHA, Isidoro de – *Etimologías*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.

VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha – *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

Estudos

ALMEIDA, Fernando de – “O Mosaico dos Cavalos”. *O Arqueólogo Português IV* (1970), pp.263-275.

ARAÚJO, Yann Loïc – “Contributo para a história da alveitaria e dos cavalos de guerra no Portugal medieval”. *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias* 98/549 (2004), pp. 19-25.

BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, t. IV. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1922.

CARDOSO, Hugo; GOMES, J. – “Trends in Adult Stature of Peoples who Inhabited the Modern Portuguese Territory from the Mesolithic to the Late 20th Century”. *International Journal of Osteoarchaeology* 19 (ago. 2008), pp. 711-725.

DAVIS, Ralph H. C. – *The Medieval Warhorse*. London: Thames and Hudson, 1989.

FERNANDES, A. de Almeida – *Viseu, Agosto de 1109 Nasce D. Afonso Henriques*. 4ª ed. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu, 1993.

FERREIRA, Jaime M. M. – “Dois Morabitanos”. *NUMISMÁTICA* 128 (mai-ago 2018), pp. 3-21.

FRANCISCO OLMOS, José María de – “El nacimiento de la moneda en Castilla. De la moneda prestada a la moneda propia. In *I Jornadas Científica sobre Documentación jurídico-administrativa, económico-financiera y judicial del reino castellano-leonés, siglos X-XIII*. Madrid: Área de Conocimiento de Ciencias y Técnicas Historiográficas, Universidad Complutense de Madrid, 2002, pp. 303-348.

GOMES, Saúl António – “A Presença das Ordens Militares na Região de Leiria (Séculos XII-XV)”. In FERNANDES, Isabel Cristina F.; PACHECO, Paulo (coord.) – *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 1997, pp. 143-204.

GOMES, Saúl António – “Entre Memória e História, os primeiros tempos da Abadia de Santa Maria de Alcobaça, (1152-1215)”. *Separata da Revista de História da Sociedade e da Cultura* 2 (2002), pp.187-256.

GOMES, Saúl António – *Introdução à História do Castelo de Leiria*. 2ª ed. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 2004.

GOMES, Saul António – *Introdução à sigilografia portuguesa: guia de estudo*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.

JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers*. 1ª ed. Paris: Les Belles Lettres, 2019.

LEANDRO, Inês R. – *Mértola: testemunhos de um passado medieval: estudo paleobiológico de 30 esqueletos provenientes da Alcáçova do Castelo de Mértola*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011. Dissertação de mestrado.

LOSA, António – "O desabrochar de uma nacionalidade. Retalhos da herança árabe e moçárabe". In *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*. Vol.5. *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1996, pp. 256-273.

MARQUES, António H. de Oliveira – "A circulação e a troca de produtos". In SERRÃO, Joel; MARQUES, António H. (dir.); COELHO, Maria. H.; HOMEM, Armando C. (coord.) – *Portugal em Definição de Fronteiras: 1096-1325: do Condado portugalense à crise do século XIV*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota - A Guerra na Idade Média*. 1ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.

MARTINS, Miguel Gomes – "Armas e cavalos: os arsenais e as coudelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média". In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord. cient.) – *Castelos das Ordens Militares. Atas do Encontro Internacional*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 2013, pp. 409-426.

MARTINS, Miguel Gomes – *A Arte da Guerra em Portugal: 1245 a 1367*. 1ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

MATTOSO, José – *Identificação de um País*. 1ª ed. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2015.

MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal - Nos Finais da Idade Média*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

MORALES MUÑIZ, Dolores C.– "El caballo en la Edad Media. Un estado de la cuestión". In *Sociedad Española de Estudios Medievales – Homenaje al profesor Eloy Benito Ruano*. Murcia: Universidad de Murcia Servicio de Publicaciones, 2010, pp. 537-551.

MORUJÃO, Maria do Rosário – "Os selos dos reis de Portugal (Primeira Dinastia)". *Armas e Troféus: Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte* 20 (2018), pp. 63-91.

NASCIMENTO, Aires A. – *A conquista de Lisboa aos Mouros*. 3ª ed. Lisboa: Nova Vega, 2018.

NICOLÁS, H. La Fuente – *Das Werk Los siete libros del arte de la ciencia de la albeitería des Fray Bernardo Portugués*. Munich: Ludwig-Maximilians Universität München, 2012. Tese de Doutoramento.

PASCUAL BAREA, Joaquín– “Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla”. *Studia Philologica Valentina* 17/14 (2015), pp. 81-110.

POIARES, António – “Nomenclatura Monetária Medieval Portuguesa”. *Nummus: Revista da Sociedade Portuguesa de Numismática* 38 (2015), pp. 7-177.

SILVA, Ana Teresa – *Hipologia - guia para o estudo do cavalo*. Lisboa: Lidel, 2013.

THOMAS, Richard, [et. al.] – “The brede of good & strong Horsis: zooarchaeological evidence for size change in horses from early modern London”. *Post-Medieval Archaeology* 52/2 (2018), pp. 224-238.

VAZ, J. Ferraro – *Livro das Moedas de Portugal*. 1ª ed. Braga: Livraria Cruz, 1969.

Obras de referência:

ALVES, Adalberto – *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.

BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

COSTA, J. Almeida, [et. al] – *Dicionário da Língua Portuguesa*. 8ª ed. Porto: Porto Editora, 1999.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón– *Léxico Hispánico Primitivo: Siglos VII Al XII*. 1ª ed. Madrid: Espasa Calpe, 2003.

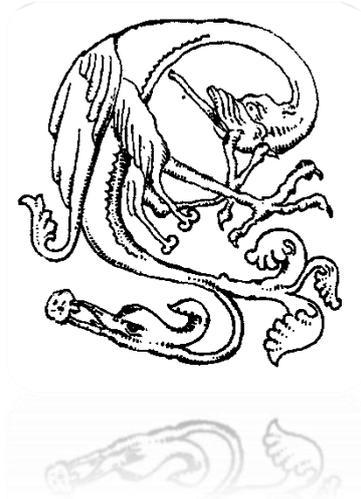
SILVA, A. de Moraes – *Diccionario da lingua portugueza*. T.2. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Joaquim Carvalho – *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval*. 2ª ed. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

VITERBO, Joaquim de S. Rosa – *Elucidário das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. 2 edª. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SOUSA, Afonso Soares de – “O Cavalo na Idade Média”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 171-216. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsb.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 32 | Julho – Dezembro 2022

ISSN 1646-740X

**A Carta de 25 de Fevereiro de 1327 e a Norma dita de 18
de Fevereiro de 1332. Questões de interpretação
normativa e de datação**

**Analysing Medieval Law. The Letter of February 25th 1327 and the
Ordinance of February 18th 1332**

Jorge Manuel de Matos Pina Martins Prata

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura
3000-370 Coimbra, Portugal

prata@sapo.pt

<https://orcid.org/0000-0002-3072-3627>

Data recepção do artigo / Received for publication: 10 de Fevereiro de 2021

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 6 de Maio de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5668>

RESUMO

Uma carta que, por *mandado régio*, Gonçalo Domingues escreveu a 25 de Fevereiro de 1327, em Estremoz, tem sido considerada, pela historiografia nacional, como sendo um *ordenamento* que institui a proibição da existência, nos tribunais da corte, de advogados e procuradores do número.

A análise interna da citada carta, bem como o seu cotejo com outras cartas de inequívoca produção normativa, e com o *ordenamento* habitualmente datado do dia 18 de Fevereiro de 1332, de Estremoz, permite, no entanto, inferir que a referida carta de 1327 tem como função primordial acompanhar, e apresentar, na sua difusão pelas *terras* do Reino, o *ordenamento* dito de 18 de Fevereiro de 1332, o qual tem, portanto, como data de produção o ano de 1327. Deste modo, a sequência cronológica da produção documental relativa à *Ordenação sobre o Livramento dos feitos na Corte e proibição de advogados e procuradores residentes na Corte* é a seguinte: no dia 18 de Fevereiro de 1327, em Estremoz, foi produzida a *Ordenação sobre o Livramento dos feitos na Corte* que, posteriormente, no dia 25 de Fevereiro desse ano, seria enviada a todos os lugares do reino, conjuntamente com carta que, nessa data, Gonçalo Domingues escreveu, na mesma vila de Estremoz, por mandado de D. Afonso IV, e que, em Arraiolos, de acordo com o estipulado na citada carta, foi publicada a 6 de Março de 1327, tal como consta nos *Foros de Beja*.

Palavras-Chave: Portugal; Direito medieval; D. Afonso IV; *Iussio*; Produção documental.

ABSTRACT

A letter written by Gonçalo Domingues under royal command (Estremoz, February 25th 1327) has been considered by portuguese historians as an *ordenamento* (*ordinance*) forbidding lawyers and attorneys to be in residence in the royal Court tribunals.

However, the internal analysis of the said letter, and its comparison with other charters of undisputed normative nature, as well as with the ordinance commonly accepted as having been issued on February 18th 1332, in Estremoz, allow us to infer that the mentioned 1327 letter is an introductory note whose primordial purpose was to accompany and introduce the ordinance of February 18th 1332, in its diffusion throughout the Kingdom: this leads to the conclusion that the allegedely 1332 ordinance was in fact enacted in 1327. Thus, we can establish the documental production stages of the *Ordenação sobre o Livramento dos feitos na Corte e proibição de advogados e procuradores residentes na Corte* (*Ordinance on the King's Court Judicial Procedures and Prohibition of Lawyers and Attorneys to be in residence in the Court*): such ordinance was enacted on February 18th 1327, in Estremoz; some days later, on February 25th of that same year, it would be sent throughout the Kingdom with the letter written, that same day and place, by Gonçalo Domingues under command of D. Afonso IV. In fact, on March 6th 1327, in accordance with its own stipulations, it was proclaimed in Arraiolos, as we know from the *Foros de Beja*.

Keywords: Portugal; Medieval law; D. Afonso IV; *Iussio*; Documental production.



A 25 de Fevereiro de 1327, em Estremoz, D. Afonso IV mandou Gonçalo Domingues escrever uma carta¹, a qual tem sido considerada pela historiografia nacional como sendo uma norma relacionada com os procedimentos judiciais nos tribunais da corte, nela se proibindo a existência de advogados e procuradores do número nos citados tribunais. Proibição que se fundamenta na necessidade de agilizar os processos judiciais, na medida em que estes se prolongavam, por vezes indefinidamente, devido à '*malícia*' com que os advogados e procuradores exerciam as suas funções.

A tipologia concreta do texto inscrito nesta carta levanta-nos, no entanto, algumas dúvidas, na medida em que embora nela se afirme que aí se estatui a proibição da existência de advogados e procuradores do número nos tribunais da corte², a mesma remete para um conjunto de procedimentos que não só não constam da carta em apreço, como nela se afirma que os citados procedimentos integram um ordenamento “que nos ende mandamos fazer”³. Assim, não só não se descortina no discurso normativo da carta o modo como “todolos preytos que a nossa corte veerem sejam dessenbargados (...)”⁴, ainda que nela se afirme que o serão “segundo he conteudo en este hordinhamento que nos ende mandamos fazer”⁵, como também nenhum esclarecimento é prestado relativamente a “saber cada huum en como ha de vijr ou denvjjar seu procurador aa nossa corte quando hj preyto ouuer”⁶, pelo que não nos parece que se trate de um ordenamento propriamente dito, mas antes de um texto normativo que remete para um ordenamento⁷ que será enviado para

¹ Lisboa, Torre do Tombo, *Leis e Ordenações*, Leis, Mç. 1, doc. 96.

² “Estabelecemos e teemos por bem que daqui adeante na nossa corte non aja vogado nem hum E que outrossy non aja hy procuradores Regedentes (...)”, Lisboa, Torre do Tombo, *Leis e Ordenações*, Leis, Mç. 1, doc. 96.

³ Lisboa, Torre do Tombo, *Leis e Ordenações*, Leis, mç. 1, doc. 96.

⁴ Lisboa, Torre do Tombo, *Leis e Ordenações*, Leis, mç. 1, doc. 96.

⁵ Lisboa, Torre do Tombo, *Leis e Ordenações*, Leis, mç. 1, doc. 96.

⁶ Lisboa, Torre do Tombo, *Leis e Ordenações*, Leis, mç. 1, doc. 96.

⁷ Nem todos os actos normativos, ainda que sendo *leis* ou *conjunto de leis*, se configuram como ordenamento(s). Ordenamento parece referir-se, fundamentalmente, tanto a um conjunto de normas que organiza (ordenam, põem em ordem) uma qualquer *estrutura processual* (procedimentos relativos à gestão de uma determinada *actividade*: ordenação das audiências; ordenação dos porteiros, etc.), como a cada uma das *normas ordenadoras* que compõem esse conjunto.

publicação “nas Vilas e logares do nosso Senhorio”⁸, na medida em que o conteúdo normativo da carta se limita à proibição da existência de advogados e procuradores do número nos tribunais da corte, não se encontrando nela enunciados os mecanismos processuais aos quais faz referência.

Saliente-se, ainda, que, na generalidade⁹ dos casos em que a lei é “promulgada em forma de carta (...)”¹⁰, o Rei *manda* que se registre e leia/publique a carta¹¹, enquanto na carta de 1327 o Monarca determina que as suas justiças façam “logo apregoar esses Conçelhos e que façades leer e pubricar este nosso hordinhamento (...)”¹², o que parece fortalecer a hipótese segundo a qual a carta de 1327 não é o ordenamento, antes *apresenta* o ordenamento.

Analisando com alguma detenção a norma habitualmente datada de 18 de Fevereiro de 1332¹³, Estremoz¹⁴, verifica-se que nesta se procede à organização do modo como os processos devem ser desembargados nos tribunais da corte, iniciando o seu articulado precisamente pela descrição de como deve proceder quem por si for, ou enviar procurador, aos citados tribunais, adequando-se, com sibilina precisão, ao que se enuncia na carta de 1327. Além disso, comparando os preâmbulos dos dois documentos referenciados, verifica-se que, exceptuando o longo trecho em que, na carta de 1327, se afirma, numa clara apologia do poder régio, a subordinação dos interesses do Monarca aos interesses da comunidade a propósito das taxas cobradas

⁸ Lisboa, Torre do Tombo, *Leis e Ordenações*, Leis, mç. 1, doc. 96.

⁹ Como nos limitámos, de momento, a uma mera sondagem não podemos afirmar que este seja, sempre, o caso.

¹⁰ HOMEM, Armando Luís de Carvalho Homem – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: INIC, 1990.

¹¹ Exemplos: Carta/lei de 21/05/1349: “E fazee que se lea esta carta em cada hua domaa hua vez em cada hua dessas villas E termos”. In *Ordenações de D. Duarte*. Ed. Martim de Albuquerque; Eduardo Borges Nunes. Lisboa: F.C.G, 1988, p. 526; Carta/lei de 13/7/1349: “E fazede apregoar no uoso conçelho pera pobricardes esta carta E depouys que for pobricada mandae aos tabaliaees que a rregistem em seus livros E que a pobriquem no conçelho o primeiro dia de cada huum mes (...)”. In *Ordenações de D. Duarte*, p. 529; Carta/lei de 11/7/1349: “E mando que esta minha carta seja pobricada nas minhas audianças para poderem saber meu mandado”. *Ordenações de D. Duarte*, p. 524; Carta/lei de 17/11/1350: “Outrosy Mando a cada huum de uos Justiças em Uosos Julgados que façaes pobricar esta minha carta em Juizo (...)”, *Ordenações de D. Duarte*, p. 530.

¹² Lisboa, Torre do Tombo, *Leis e Ordenações*, Leis, mç. 1, doc. 96.

¹³ Nas três versões que desta norma nos chegaram, ela é denominada, no seu conjunto, como ordenação, o mesmo se verificando relativamente aos vários *segmentos ordenadores* que a compõem.

¹⁴ *Livro de Leis e Posturas*. Ed. Nuno Espinosa Gomes da Silva. Lisboa: F.D.U.L., 1971, pp. 226-241; *Ordenações de D. Duarte*. Ed. Martim de Albuquerque; Eduardo Borges Nunes. Lisboa: F.C.G, 1988, pp. 315-334; Lisboa, Torre do Tombo, *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 458 - Foros de Beja*, fls. XX/21-XXVIIIv/29v.

na sua chancelaria, o preâmbulo da referida carta é quase exactamente igual ao que se encontra inscrito no início das três versões existentes da norma dita de 18 de Fevereiro de 1332¹⁵. Versões que chegaram até nós incluídas em três compilações normativas: no *Livro de Leis e Posturas*, nas *Ordenações de D. Duarte*, e nos *Foros de Beja*¹⁶.

A indicação corrente segundo a qual esta norma, nos *Foros de Beja*, se encontra transcrita entre o fólio 21 e o fólio 28v¹⁷ pode provocar alguns mal-entendidos, na medida em que o manuscrito dos *Foros de Beja* apresenta, num número significativo de fólhos, uma dupla numeração, romana e árabe, com um desfasamento entre elas de um fólio. Assim, a ordenação afonsina tem o seu início no fólio 21 em numeração árabe (que corresponderia ao fólio 20 em numeração romana¹⁸) e termina no fólio 28v em numeração romana, que corresponde ao fólio 29v em numeração árabe. Talvez tenha sido devido a esta imprecisão que João Pedro Ribeiro refere, a páginas 52 dos seus *Additamentos*, que, nos *Foros de Beja*, esta ordenação carece de data¹⁹, enquanto a páginas 50 e 53 indica que a norma é, nos citados foros, datada respectivamente de 6 de Março da Era de 1465 e de 3 de Março da Era de 1475²⁰.

¹⁵ *Livro de Leis e Posturas*, pp. 226-241; *Ordenações de D. Duarte*, pp. 315-334; *Foros de Beja*, fls. XX/21-XXVIIIv/29v.

¹⁶ A norma surge-nos, ainda, sem data, e resumida aos seus traços essenciais, no Liv. III, Tít. 68, das *Ordenações Afonsinas*, sendo referenciada como norma específica, sob a denominação de *Lei para que os Julgadores julguem pela verdade sabida, sem embargo do erro do processo*, por João Pedro Ribeiro (RIBEIRO, João Pedro – *Additamentos e Retoques á Synopse Chronologica*. Lisboa: Academia Real da Sciencias de Lisboa, 1829, p. 64), Carvalho Homem (HOMEM, Armando Luís – “Dionisus et Alfonsus, Dei Gratia Reges et Communis Utilitatis Gratia Legiferi”. *Revista da Faculdade de Letras - História* XI (1994), p. 99) e José Domingues (DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas*. Sintra: Zéfiro, 2008, p. 536).

¹⁷ Parece-nos que esta referência se deve, originariamente, a João Pedro Ribeiro tendo, posteriormente, sido adotada, de modo quase generalizado, pelos medievalistas. RIBEIRO, João Pedro – *Additamentos e Retoques á Synopse Chronologica* p. 52 e p. 54.

¹⁸ No manuscrito, o fólio 21, em numeração árabe, tal como acontece noutros fólhos, não apresenta a numeração romana, o que cremos dever-se ao facto de as folhas de pergaminho terem sido, em época posterior, aparadas, porventura para efeitos de encadernação.

¹⁹ É plausível que tenha sido a persistência deste erro de leitura, iniciado com João Pedro Ribeiro, concomitantemente com o *esquecimento* a que foi votada a menção à lei de 6 de Março elencada na página 50 dos *Additamentos*, a determinar que a hipótese de uma datação anterior para este Ordenamento, hipótese essa que estava, de certo modo, inscrita na indeterminação da data que consta das *Ordenações de D. Duarte*, e que Marcelo Caetano chegou a sustentar, não se viesse a afirmar como a mais provável. A leitura correcta do manuscrito dos *Foros de Beja*, em conjugação com o espaço em branco que, nas *Ordenações de Dom Duarte*, sucede a Lisboa, poderia ter levado a que se sugerisse a data de 1327 como sendo a mais plausível.

²⁰ A datação surge no fl. 29v, numeração árabe. A datação proposta por João Pedro Ribeiro na página 53 resulta de um erro de leitura, porquanto a data inscrita no manuscrito é 6 de Março da era de 1465.

Refira-se, ainda, que o texto inserto entre os fólhos 28v e 29v, numeração árabe, apresenta uma parte da norma que não consta do *Livro de Leis e Posturas*, e que se encontra deslocada relativamente à posição que o mesmo trecho ocupa nas *Ordenações de D. Duarte*²¹.

No que concerne à datação inscrita nas diferentes versões, as ordenações aparecem-nos como “Feitas em Estremós dezoito dias de Fevereiro. Era de mil quatrocentos e setenta annos”²², no *Livro de Leis e Posturas*, como “feitas em estremoiz xbiij dias de feuereiro Era de mjll iijc Lx E_23anos”²⁴, nas *Ordenações de D. Duarte*, e como *escritas* por Estêvão Martins “em aRayollos Vj dias de março Era de mil quatrocentos E ssassenta e cinco annos per mandado delRey”²⁵, nos *Foros de Beja*. Para além das datações inscritas nas versões elencadas surge, numa lei sobre a administração da justiça, datada de Torres Vedras, 3 de Novembro de 1352²⁶, a referência a uma anterior ordenação relativa ao modo como os feitos deveriam ser desembargados na corte, ordenação essa que parece ser, e como tal tem sido comumente considerada, a que se diz de 1332, sendo-lhe aí atribuída a data de 27 de Fevereiro de 1337²⁷. Realce-se que mesmo nesta lei, que, para além da citada referência, não só integra no seu articulado muito do estatuído na norma dita de 1332 como, além disso, *manda e ordena*²⁸ que um conjunto de procedimentos sejam adoptados tanto nos tribunais da corte, como nos tribunais concelhios, se determina que “veidades

²¹ Enquanto nos Foros de Beja (*Foros de Beja*, fls. 28v-29v, numeração árabe) surge no final da ordenação, antecedendo de imediato a datação tópica e cronológica, nas *Ordenações de D. Duarte* (*Ordenações de D. Duarte*, pp. 325-326) localiza-se sensivelmente no início do último terço da norma.

²² *Livro de Leis e Posturas*, p. 241.

²³ Espaço em branco, no manuscrito.

²⁴ *Ordenações de D. Duarte*, p. 334. Segundo esta datação, a norma nunca poderia ser posterior a 1331.

²⁵ *Foros de Beja*, fl. XXVIII/29.

²⁶ *Livro de Leis e Posturas*, pp. 452-458; *Foros de Beja*, fls. 76v-80, numeração árabe.

²⁷ Na lei de 3 de Novembro de 1352 refere-se que a 27 de Fevereiro de 1337, em Santarém, foram feitas ordenações “De como e perque guisa os ffectos fossem desenbargados sen delonga em nossa corte. presentes as partes principaes ou seus procuradores. que eles enviassem enformados compridamente em nos ffectos perante os Nossos ovuidores e sobrejuyzes. Et que nom ouesses hi vogados nem procuradores residentes de numero Como em ante Avia. Dando Nos certa fforma a esses ovuidores ou ssobrejuyzes. commo os ovuessem a desenbargar os ffectos que ueessem perante eles tambem no Ciuil como No crime. tambem os que veessem per apelaçom Commo per outra qual maneyra Outrossy commo uos outras sobredictas Justicas ovuessedes a desenbargar os ffectos” (*Livro de Leis e Postura*, pp. 452-458; *Foros de Beja*, fls. 76v-80, numeração árabe), no que parece ser uma síntese precisa do conteúdo da Ordenação dita de 1332.

²⁸ “MANDAMOS e ordinhamos”, *Livro de Leis e Posturas*, p. 456.

esta mha **carta** e que a comprades em todo pela guisa que em ela he contiudo vnde al nom facades”²⁹.

Embora desde, pelo menos, João Pedro Ribeiro³⁰ seja consensual, entre os historiadores, datar estas ordenações da centúria de trezentos, considerando-se que as datações que constam tanto do *Livro de Leis e Posturas* como dos *Foros de Beja*, por manifestamente anacrónicas, se devem a erros de copistas que, por deficiente leitura, teriam acrescentado um *c* aos três originais, já o mesmo não se verifica relativamente ao ano, dia e local exactos em que tais ordenações foram produzidas.

João Pedro Ribeiro, nos seus *Additamentos*, insere por três vezes esta norma, atribuindo-lhe datações e denominações identificativas diversas: a páginas 50, com a denominação de “Lei da Reformação das Justiças”³¹, data-a de 6 de Março de 1327³²; a páginas 52, com a denominação de “Ordem 2^a de Juizo, em que estabeleceo a Relação, e prohibio os Advogados, e Procuradores residentes na Corte”³³, data-a de 18 de Fevereiro de 1332; e a páginas 53-54, com a denominação de “Ordenações feitas sobre a Ordem do Juizo, prohibindo em certos casos os Advogados, e Procuradores, apontadas na L. de 3 de Novembro Era 1390”³⁴, data-a, em consonância com o que consta da norma a que alude na citação, de 27 de Fevereiro de 1337.

Gama Barros³⁵, por sua vez, refere, apenas, que as Ordenações não serão posteriores a 1337, enquanto Marcello Caetano³⁶ propõe como data o ano de 1330. Não tomando em consideração na sua análise a cópia inserta nas *Ordenações de Dom Duarte*, e assumindo como não datada a que se encontra no Livro de Leis e Posturas, o autor

²⁹ *Livro de Leis e Posturas*, p. 458 (sublinhado nosso).

³⁰ RIBEIRO, João Pedro – *Additamentos e Retoques á Synopse Chronologica*.

³¹ RIBEIRO, João Pedro – *Additamentos e Retoques á Synopse Chronologica*, p. 52. Trata-se da versão inscrita nos *Foros de Beja*, fls. 21-29v.

³² Considerando que a data que aí consta (1427) está errada.

³³ RIBEIRO, João Pedro – *Additamentos e Retoques á Synopse Chronologica*, p. 52. Datação que inclui as seguintes versões: *Livro de Leis e Posturas*, fls. 73-79; *Ordenações de D. Duarte*, fls. 177v-186; *Foros de Beja*, fls. 21-28v.

³⁴ RIBEIRO, João Pedro – *Additamentos e Retoques á Synopse Chronologica*, pp. 53-54.

³⁵ BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica em Portugal nos Séculos XII a XV*. 2^a ed., Tomo III. Lisboa: Sá da Costa, 1946, p. 266.

³⁶ CAETANO, Marcelo – *História do Direito Português (Sécs XII-XVI)*. Lisboa: Verbo, 2000, pp. 379-380.

parte da datação que é atribuída a esta Ordenação na lei de 3 de Novembro de 1352, 27 de Fevereiro de 1337, considerando-a incorrecta, na medida em que, nesse ano, o Rei não esteve em Santarém no dia 27 de Fevereiro, tendo tal acontecido apenas, e no que se refere a anos próximos de 1337, em 1334, 1336 e 1339 e, em dias aproximados, em 1330³⁷. A opção de Marcello Caetano pelo ano de 1330 está relacionada com o teor do agravo constante do artigo 14^o apresentado pelos povos nos capítulos gerais das Cortes celebradas em Santarém, no ano 1331³⁸, artigo esse que, segundo este autor, e numa análise que compartilhamos, remete para a ordenação dita de 1332, na qual explicitamente se inscreve a disposição normativa que é objecto do citado agravo³⁹. Tendo em conta a íntima relação existente entre o artigo 14^o dos capítulos gerais das Cortes realizadas em santarém, no mês de Maio de 1331, e a Ordenação dita de 1332, esta teria de ter sido feita, como se explicita na nota anterior, entre 26 de Maio de 1326 e os inícios de 1331.

Mais recentemente, tanto Carvalho Homem⁴⁰ como José Domingues⁴¹, apoiando-se na data inscrita na cópia que consta no *Livro de Leis e Posturas*, consideram que a ordenação foi feita em Estremoz, no dia 18 de Fevereiro de 1332⁴².

De tudo quanto anteriormente expusemos relativamente à *Carta proibindo advogados e procuradores na Corte, por serem os responsáveis pelo alongamento das demandas*, bem como à *Ordenação sobre o Livramento dos feitos na Corte e proibição*

³⁷ Refira-se que Marcello Caetano afere as deslocações de D. Afonso IV com base, apenas, nas datas dos documentos que integram os livros de registo da chancelaria daquele Monarca.

³⁸ "Item dizem que fezestes ordinhaçom per que ficam todolos fectos na uosa Corte ainda que mal apelen. o que he contra direito e contra a juridiçom que sempre ouuerom" (*Cortes Portuguesas - Reinado de D. Afonso IV, (1325-1357)*. Ed. António H. de Oliveira Marques; Maria Teresa Campos Rodrigues; Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: INIC, 1982, p. 31). Segundo uma norma publicada nas audiências a 26 de Março de 1326 (*Ordenações de D. Duarte*, pp 382-383), só ficariam na Corte os feitos bem apelados, pelo que a disposição normativa de que os povos se agravam tem de ser posterior a esta data e anterior a 1331. Refira-se, ainda, que na sua resposta a este agravo D. Afonso IV diz que o ordenou porque "en sa Corte auia juizes mays letrados e mays entendudos que nas terras (...)". (*Cortes*, p. 31), o que parece remeter para o que consta da norma feita em Estremoz, na qual o Monarca afirma que irá pôr "nos fectos çeuijs dous sobreJuzzes letrados e entendudos." *Livro de Leis e Posturas*, p. 234.

³⁹ "E sse os Juzzes da terra mal Julgarom coRegam na sentença. e fique o fecto perdante eles e esso meesmo sseia sse acharem que he bem Julgado", *Livro de Leis e Posturas*, p. 233.

⁴⁰ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio*.

⁴¹ DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas*. Sintra: Zéfiro, 2008.

⁴² A mesma datação consta na base de dados *Clima* [Em linha]. [Consultado a 14 Dezembro 2021]. Disponível em <http://www.ulusiada.pt/clima/ius-proprium-leis-gerais/d-afonso-iv/lei-dos-advogados-2/>.

de advogados e procuradores Residentes na Corte, parece poder concluir-se que esta ordenação não deverá ter sido elaborada em 1332, e não é senão a ordenação que a carta de 1327 determinava que fosse publicada e lida em todas as vilas e lugares do reino, pelo que aquela lhe terá de ser anterior. Acrescente-se, ainda, que um conjunto de pleitos desembargados na audiência dos Ouvidores dos Feitos de El Rei e da Portaria, nomeadamente os relativos à demanda que opôs D. Afonso IV ao Mosteiro de Alcobaça, datados desde Janeiro de 1327⁴³, se processam em função do disposto na norma dita de 1332⁴⁴, que estatua haver, na citada audiência, dois Ouvidores dos Feitos de El Rei e da Portaria, e não segundo a repartição das audiências criada pela lei de 29 de Abril de 1325⁴⁵. Também nas cartas de aforamento em que são subscritores, entre os anos de 1326 e 1334, os Ouvidores dos feitos de El Rei e da Portaria se verifica uma modificação do seu número, a partir do ano de 1327. Assim, enquanto nas primeiras sete cartas, que foram passadas entre 7-03-1326 e 3-01-1327 só subscreve um Ouvidor, nas oitenta e uma cartas seguintes, passadas entre 5-11-1327 e 18-09-1334 generaliza-se a subscrição por dois Ouvidores dos feitos de El Rei e da Portaria⁴⁶, o que parece revelar, apesar de

⁴³ GOMES, Saúl – “Poderes em Conflito: a Demanda pelas Jurisdições Senhoriais entre o Rei D. Afonso IV e o Mosteiro de Alcobaça”. In MADURO, António Valério; RASQUILHO, Rui (coord.) – *Um Mosteiro entre os Rios. O Território Alcobacense*. Leiria: Hora de Ler, 2021, pp. 421-480.

⁴⁴ O desdobramento do processo que se constata nesta *Demanda* cria-nos, no entanto, alguma perplexidade, na medida em que nele se refere múltiplas vezes que os procuradores deverão comparecer “aa primeyra audiencia” (por exemplo, GOMES, Saúl – “Poderes em Conflito: a Demanda pelas Jurisdições Senhoriais entre o Rei D. Afonso IV e o Mosteiro de Alcobaça”, p. 438), não havendo nenhum texto normativo que indique existir mais do que uma audiência dos feitos de El Rei e da Portaria.

⁴⁵ *Conjunto de ordenações sobre audiências, ouvidores, sobrejuízes, advogados e procuradores (Ordenações de D. Duarte*, pp. 310-315), segundo o qual a audiência dos Feitos de El Rei e da Portaria era composta por um Ouvidor dos Feitos de El Rei e da Portaria, e por três Ouvidores da Corte. Refira-se, ainda, que na citada lei de 26 de Março de 1326 as audiências ainda estão repartidas como determinado pela aludida norma de 1325, segundo a qual a audiência do Sobrejuíz era composta por este e por três Ouvidores da Corte, enquanto segundo a ordenação dita de 1332 seria constituída por 2 Sobrejuízes: “E mando que aquellos que o meu Sobrejuíz E os outros ouuidores da mjnha corte (...)” (Sublinhado nosso). *Ordenações de D. Duarte*, p. 383.

⁴⁶ A regra é, no entanto, por vezes, quebrada. Assim, nas cartas datadas de 25-06-1334, de 22-08-1334 e de 18-09-1334 só subscreve um Ouvidor (Afonso Esteves); na carta datada de 5-11-1327 subscrevem três ouvidores (Afonso Domingues Salgado, João de Pedroso e Gil Peres); e na carta de 18-11-1330 subscreve um Ouvidor (Aires Eanes), referindo-se nela, no entanto, que os outros Ouvidores não estavam na audiência. Se os primeiros casos citados nos parece serem uma excepção sem significação estrutural, as outras duas levantam alguns problemas, ao parecerem indiciar a existência de três Ouvidores na audiência dos feitos de El Rei e da Portaria, o que só é normativamente determinado, segundo a legislação conhecida, no denominado *Regimento das audiências dos sobrejuízes e ouvidores*, habitualmente datado de entre 1332 e 1335 (*Ordenações de D. Duarte*, pp. 538-540).

algumas incongruências, a passagem da reforma das audiências de 1325 para a reforma dita de 1332, mas que se teria efectivamente verificado em 1327.

Tendo em conta a data em que, segundo os *Foros de Beja*, a *Ordenação sobre o Livramento dos feitos na Corte e proibição de advogados e procuradores Residentes na Corte* foi publicada em Arraiolos (6 de Março de 1327⁴⁷), bem como a indeterminação que se pode verificar na cópia inserida nas *Ordenações de Dom Duarte*, consideramos que a Ordenação em análise terá sido feita em Estremoz, no dia 18 de Fevereiro do ano de 1327.

A documentação com datação tópica e cronológica existente, tanto nos registos de chancelaria como fora deles, não permite determinar com absoluta segurança qual das duas opções em confronto é a correcta, na medida em que em função daqueles documentos é viável a Ordenação ter sido feita em Estremoz, a 18 de Fevereiro, tanto no ano de 1327 como no ano de 1332, embora se possa estabelecer uma gradação de plausibilidade. Assim, em 1327 temos cartas datadas de Coimbra, 30 de Janeiro, Estremoz, 25 de Fevereiro e 7 de Março, Vimieiro, 13 de Março, enquanto em 1332 temos cartas datadas de Estremoz, 10, 11, 13 e 14 de Fevereiro, Terena, 18 de Fevereiro, Monsaraz, 22 de Fevereiro, Beja, 6, 9, 18 e 23 de Março, o que nos permite verificar a existência, na localização da produção documental do ano de 1332, de uma lenta deslocação para sul de Estremoz, de onde há referências documentais que vão do dia 10 ao dia 14 de Fevereiro, até Monsaraz, onde se escreve uma carta no dia 22 do mesmo mês, passando por Terena, onde é *dada* uma carta de foro a 18 de Fevereiro.

As precauções terminológicas, com que tecemos o texto do anterior parágrafo, relacionam-se com o facto de termos algumas dúvidas relativamente à possibilidade de se determinarem com precisão os itinerários régios, bem como os que provisoriamente denominaremos *itinerários dos centros de produção documental*, a partir da datação inscrita na documentação que consta, tanto dos livros de registo da chancelaria, como da que neles não consta, pela seguinte ordem de razões:

⁴⁷ Sendo materialmente impossível a norma ter sido publicada na Era de 1465.

a) É possível existirem distorções, de ordem vária, na datação que consta dos documentos registados na chancelaria: parece muitíssimo pouco provável, por exemplo, que no dia 12 de Outubro de 1332 Francisco Eanes tenha escrito, em Lisboa, uma carta de foro, a mando, por determinação régia, de João Vicente e Lourenço Gomes⁴⁸ e, no dia 13 do mesmo mês e ano, tenha escrito, em Coimbra, outra carta do mesmo teor a mando do mesmo João Vicente⁴⁹. Note-se, no entanto, que, enquanto na referida carta de Lisboa, bem como nas de aí datadas de 3 e 15 do mesmo mês⁵⁰, não só participa na sua elaboração, juntamente com João Vicente, Lourenço Gomes, como se refere que este *as viu*, o que não acontece na citada carta de Coimbra, o mesmo se verificando em outra carta de foro do referido mês, dia 31, datada de Belmonte⁵¹, em cuja elaboração não só não participa Lourenço Gomes como *ninguém a vê*.

A expressão “El Rei o mandou por...”, que surge inscrita em inúmeros documentos régios portugueses, significará a concessão do poder de produção de determinados actos jurídicos, cujo exercício, segundo o *direito comum*, seria da posse exclusiva do Monarca, a um conjunto de oficiais e/ou *privados* que, por delegação régia, dele passariam a dispor, e não simplesmente o mandado de elaboração documental de um acto jurídico já previamente determinado⁵². Deste modo, embora o poder jurisdicional e de governo continuasse centrado no Monarca, na medida em que no *Ofício de Rei* se fundava a legitimidade do seu exercício, a sua gestão concreta estava já disseminada por vários centros de decisão, podendo ser a expressão “X a viu” mais uma manifestação concreta

⁴⁸ *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*. Vol. I. Dir. António H. de Oliveira Marques. Lisboa: INIC, 1990, p. 330.

⁴⁹ *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, vol. I, p. 319.

⁵⁰ *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. I, p. 328 e 331, respectivamente

⁵¹ *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. I, p.319.

⁵² Isto mesmo nos refere Marina Kleine a propósito da Chancelaria de Afonso X: “A *iussio*, portanto, não se reduz unicamente à ordem de expedição documental, mas também implica - e este talvez seja o elemento mais importante a ser considerado - a responsabilidade sobre o conteúdo jurídico do documento a ser emitido”; “a ordem de expedição do negócio jurídico em forma de documento, que sempre cabia ao rei como autor do mesmo, mas que podia ser exercida diretamente por ele ou transmitida através dos seus notários, alcaides e outros indivíduos da corte real. O exercício da *iussio* documental é marcado pelo uso das expressões “mandar hacer” ou “por mandato de” nas subscrições chancelerescas e indica a pessoa responsável pelo conteúdo jurídico do diploma”. KLEINE, Marina – “Da *iussio* à *redactio*: observações sobre as funções desempenhadas pelo pessoal da chancelaria real de Afonso X de Castela (1252-1284)”. In TEIXEIRA, Igor Salomão; ALMEIDA, Cybele Crossetti de (org.) – *Reflexões sobre o Medievo III: práticas e saberes no ocidente medieval II*. São Leopoldo: Oikos, 2013, pp. 165-166 e pp. 172-173.

da citada disseminação. Disseminação da qual nos parece ser um indício a validação, por um Mestre físico, de uma carta régia a conceder o direito de exercício do ofício de cirurgião a Mestre Julião⁵³. Assim, enquanto com “El Rei o mandou por...” se enunciava o direito de produção de um determinado acto jurídico, o direito de *veer* significaria a transferência do poder de validar⁵⁴, tanto o *acto* como a sua redação escrita⁵⁵, diferenciação que nos parece poder apreender-se, por exemplo, num documento da chancelaria de D. Afonso IV que, embora sendo do tipo “El Rei o mandou por...”⁵⁶, é *visto* pelo Monarca⁵⁷.

⁵³ Na verdade, quem melhor que um físico para validar a competência de um cirurgião. *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. I, p. 209. Registe-se, ainda, o caso de um documento em que quem *vê* a sentença de um pleito judicial é um vassalo régio perito em direito, Mestre Pero das Leis, apesar de ter estado presente, e ter o seu nome inscrito no escatocolo, o chanceler do Rei, Pero do Sem. *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, vol. II, p. 256.

⁵⁴ Poder de cujo *uso* dispõem, fundamentalmente, os clérigos do Rei, os “detentores de cargos na Cúria, na Chancelaria, no Tribunal, nos Contos, no Tesouro ou na Casa do Rei”, (VENTURA, Leontina – *Os ‘clerici regis’: do serviço de Deus ao serviço do Rei (c. 1250-c. 1350)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História (no prelo), bem como os *Vassalos* do Monarca. A inserção dos vassalos régios no grupo dos que têm o direito de “veer e livrar” (*Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, vol. III, p. 202.) pode, talvez, indiciar que a esta titulação estará, porventura, associado o exercício de um qualquer *ofício*. Perguntamo-nos, no entanto, se esse *direito de uso* da *iussio* régia era inerente a determinadas pessoas quando no exercício de certos *ofícios* ou se carecia, sempre, de uma concessão expressa do Monarca, a qual é, por vezes, mencionada: “El Rey o mandou per Steuam gomez e per Lourenço gonçalvez ouuydores dos seus fectos A que o El Rey per sa carta de graça mandou ueer e liurar” (*Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. III, p. 258). Em nenhum dos documentos em que Estêvão Gomes e Lourenço Gonçalves aparecem como detentores da *iussio* (19 e 24 vezes, respectivamente) se refere que algum deles os tenha *visto*, mesmo naquele em que se indica que, por graça, o fizeram, se bem que outros que com eles subscreveram apareçam como *validadores* (*Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. II, pp. 113-114 e 262-266 p. ex.), sem que conste que o fizeram por graça. Note-se, ainda, que tanto Estêvão Gomes como Lourenço Gonçalves são denominados como Ouvidores, como Sobrejuizes e como Sobrejuizes Ouvidores, sendo o primeiro referenciado, inclusive, como Sobrejuiz de El Rei na Estremadura. Não deixa, também, de nos levantar algumas questões o facto de o nome de alguns dos subscritores/*validadores* aparecer, não raras vezes, latinizado, embora outros nunca o sejam, parecendo que essa latinização se produz relativamente aos subscritores formados em direito.

⁵⁵ Que nos parece ser o significado da expressão “El Rey o mandou per ... a que o El Rey per sa carta de graça mandou veer e liurar” (*Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. III, p.258), na qual o termo *veer* remeteria para a *validação* do conteúdo da carta, a qual seria *livrada* (enviada/despachada) após essa mesma validação.

⁵⁶ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*, p.50.

⁵⁷ “El Rei o mandou per Johan uicente seu clerigo e per Juyão perez contador. johan dominguez a fez. (...)/ Johan uicente. Juyão perez./ El Rei a uyo”. *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. I, p. 142. A mesma diferenciação entre *mandar* e *ver* aparece referenciada por Guyotjeannin: “Ces personnes sont essentiellement au nombre de deux: le dignitaire qui a ‘commandé’ (jussit) l’acte, le responsable de la production du texte; accessoirement se trouvent mentionnés responsables du visa, du scellement, de l’enregistrement (...)”. GUYOTJEANNIN, Olivier – “Marina Kleine, La cancellería real de Alfonso X: actores y prácticas en la producción documental”. *Mélanges de la Casa de Velázquez* [Em linha] 46-2 (2016). [Consultado a 14 Dezembro 2021]. Disponível em <http://journals.openedition.org/mcv/7272;DOI:https://doi.org/10.4000/mcv.722>.

Significativa a esse respeito é, também, uma carta de D. Afonso IV, datada de Leiria, 17 de Maio de 1325⁵⁸, na qual o Monarca afirma revogar uma doação de seu pai, na medida em que “a nao uio el Rej”⁵⁹ D. Dinis. Por vezes, ainda, acontece que nem todos a quem é comandada a elaboração de um determinado documento o *vêem*⁶⁰.

Face a esta proliferação de *centros de produção documental* e de titulares, por delegação, da *iussio*, parece-nos possível que nem todos estivessem no mesmo local, na mesma data⁶¹, podendo ser esta dispersão a responsável pela existência de algumas das referidas *distorções de datação*.

b) O Rei não se encontra, necessariamente, no local em que estanciam os *centros de produção documental*. Enquanto, por exemplo, a audiência dos Feitos de El Rei e da Portaria se encontra em Gaia, reunida em juízo, no dia 6 de Agosto de 1330, aí recebe uma carta do Monarca emanada de Guimarães, datada de 28 de Julho do mesmo ano, através da qual informa os seus ouvidores que não deverão desembargar um determinado feito, que decorre na citada audiência, até ele aí chegar⁶².

⁵⁸ PINTO, Pedro; MARTINS, Diana – “Transcrições e Resumos Seiscentistas de Fragmentos Originais da Chancelaria de D. Afonso V, Entretanto Desaparecidos”. *Fragmenta Historica* 6 (2018), pp. 59-71.

⁵⁹ PINTO, Pedro; MARTINS, Diana – “Transcrições e Resumos Seiscentistas”, p. 60.

⁶⁰ “El Rey o mandou per Mestre Pedro e. Mestre. Gonçalo. das leys seus vassallos. Steuam annes de pedroso a ffez (...) / Magister petrus vidit Magister Gonçalus vidit”. *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. III, p. 144; “El Rey o mandou per Johan uicente seu clerigo. e per Lourenço gomez. a porto de moos. sseu vassallo Johan dominguez a fez. / Johan uicente. Lourenço gomez. a vio”. *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. I, p. 188. Estranhámos, no entanto, o facto de em muitos dos documentos registados na chancelaria afonsina não existir a menção “a viu”, mesmo quando os *comandantes* o fazem noutros casos, ausência que se adensa profundamente no livro 4 da Chancelaria de D. Afonso IV. Verifica-se, também, que entre o livro 3 e o livro 4 se modifica a titulação dos que, maioritariamente, *vêem os documentos*. No livro 4 da Chancelaria afonsina aqueles que *veem* os documentos são, na sua esmagadora maioria, vassallos do Rei, como se pode verificar no quadro II em anexo.

⁶¹ Apreciação idêntica encontramos em Marina Kleine: “normalmente considera-se o uso da expressão 'hacer escribir' na subscrição chanceleresca como indicativo da participação de uma terceira pessoa na elaboração do documento, diferente da que transmite a *iussio* real - nem sempre presente - e também diferente da que pratica a ação de 'hacer escribir'”. KLEINE, Marina – “Da *iussio* à *redactio*: observações sobre as funções desempenhadas pelo pessoal da chancelaria real de Afonso X de Castela (1252-1284)”, p. 157.

⁶² GOMES, Saúl – “Poderes em Conflito: a Demanda pelas Jurisdições Senhoriais”, p. 436.

c) Não só existem vários *centros de produção documental*, como nem todos se encontram, em determinada data, no mesmo espaço territorial do reino, como se pode verificar pelos exemplos acima referidos e por um outro que aqui acrescentamos: “Manda que aja hi quatro ouydores do crime E que tenham duas audianças dous dous em cada hua e que huua seja senpre em⁶³ Nosa corte E outra hu quer que ell for”⁶⁴.

Outro tipo de precauções devemos ainda ter na análise dos livros de registo da chancelaria, na medida em que sendo eles compostos por resumos dos documentos emanados e/ou validados na chancelaria régia, podemos aventar a hipótese de, por vezes, o responsável por essa refundição textual não respeitar integralmente o sentido inscrito no original, havendo inclusive casos em que se verifique uma total inversão desse sentido. Um caso concreto em que tal parece verificar-se pode apreciar-se através do cotejo da sentença dada, a 10 de Abril de 1337, em Lisboa, pelos Ouvidores dos feitos de El Rei e da Portaria, relativa à demanda existente entre o Monarca e o Mosteiro e Convento de Alcobaça, tal como se encontra na chancelaria de D. Afonso IV e num rolo de pergaminho em que se registou o citado processo. Enquanto da leitura do documento existente na chancelaria transparece a ideia que essa parte do processo termina com a alegação do procurador de D. Afonso IV referindo que se agravaria para o Rei⁶⁵, o processo inscrito no rolo de pergaminho termina com o procurador do Mosteiro e Convento afirmando que não iria embargar a definitiva, antes se agravaria perante El Rei⁶⁶.

Tomando em consideração a globalidade dos documentos que temos vindo a analisar, e procurando estabelecer uma interligação lógica entre eles, propomos a

⁶³ Ms. omite.

⁶⁴ *Regimento das audiências dos sobrejuizes e ouvidores, Ordenações de D. Duarte*, pp. 538-539.

⁶⁵ “o dito procurador del rey disse que ell nom comssemia em cousa que ja hi os ditos ouvidores fezessem nem mamdassem. E que quer que elles fezessem aalem do que era jullgado que o poinha por agrav[am]emto pera a mercee del rey”. GOMES, Saúl – “Poderes em Conflito: a Demanda pelas Jurisdições Senhoriais”, p. 477.

⁶⁶ “E o dicto procurador dos dictos abbade e convento disse que ele nom consentia na dicta sentença e que ele que o poinha pera agravamento pera a mercee del rey. E logo os dictos ouvydores disserom ao dicto procurador dos dictos abbade e convento se queria dizer algua cosa pera embargar a deffinitiva. E o dicto procurador disse que ele estava agravado”. GOMES, Saúl – “Poderes em Conflito: a Demanda pelas Jurisdições Senhoriais”, p. 471.

seguinte ordenação, cronológica e tipológica: no dia 18 de Fevereiro de 1327, em Estremoz, foi produzida⁶⁷ a *Ordenação sobre o Livramento dos feitos na Corte* que, posteriormente, no dia 25 de Fevereiro desse ano, será mencionada, na carta escrita por Gonçalo Domingues, na mesma vila de Estremoz, como devendo ser *lida e publicada*, em todas as vilas e lugares do reino, por mandado de D. Afonso IV, e que, em Arraiolos, de acordo com o estipulado na citada carta, foi publicada⁶⁸ a 6 de Março de 1327, tal como consta nos *Foros de Beja*⁶⁹.

⁶⁷ No Livro de Leis e Posturas (*Livro de Leis e Posturas*, pp. 226-241) e nas Ordenações de D. Duarte (*Ordenações de D. Duarte*, p. 334) afirma-se, tanto nos títulos como no escatocolo, que as Ordenações foram *feitas* em Estremoz.

⁶⁸ Nos *Foros de Beja* (fls. 21-29v) afirma-se, nos títulos, que a *ordenação foi feita*, e no escatocolo que *foi escrita* a ordenação que D. Afonso IV “ordenou e mandou guardar per todo o seu senhorio” (*Foros de Beja*, fl. 29v).

⁶⁹ *Foros de Beja*, fl. XXVIIIv/29v.

Referências Bibliográficas

Fontes Manuscritas

- Lisboa, Torre do Tombo, *Mosteiro de Alcobaça*, 2.^a incorporação, maço 27, doc. 677.
- Lisboa, Torre do Tombo, *Mosteiro de Alcobaça*, 2.^a incorporação, maço 34, doc. 827.
- Lisboa, Torre do Tombo, *Mosteiro de Alcobaça*, 2.^a incorporação, Mç. 61, doc. 5.
- Lisboa, Torre do Tombo, *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 458 - Foros de Beja*, fls. 21-29v
- Lisboa, Torre do Tombo, *Leis e Ordenações*, Leis, Mç. 1, doc. 96.
- Lisboa, Torre do Tombo, *Núcleo Antigo 1 - Leis e Ordenações*, fls. 73-79.
- Lisboa, Torre do Tombo, *Núcleo Antigo 1 - Leis e Ordenações*, fls. 93v-102v.
- Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Cód. 9164, fls. 174v-177v.
- Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Cód. 9164, fls. 177v-178v.
- Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Cód. 9164, fls. 201-211v.
- Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Cód. 9164, fl. 224v.
- Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Cód. 9164, fls. 343-34v.

Fontes Impressas

- Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*. Vol. I. Dir. António H. de Oliveira Marques. Lisboa: INIC, 1990.
- Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*. Vol. II. Dir. António H. de Oliveira Marques. Lisboa: INIC, 1992.
- Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*. Vol. III. Dir. António H. de Oliveira Marques. Lisboa: INIC, 1992.
- Cortes Portuguesas – Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Ed. António H. de Oliveira Marques; Maria Teresa Campos Rodrigues; Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: INIC, 1982 .
- Livro de Leis e Posturas*. Ed. Nuno Espinosa Gomes da Silva. Lisboa: F.D.U.L., 1971.
- Ordenações de D. Duarte*. Ed. Martim de Albuquerque; Eduardo Borges Nunes. Lisboa: F.C.G, 1988.
- Ordenações Afonsinas*. Liv. III. Lisboa: F.C.G, 1988.

Estudos

BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica em Portugal nos Séculos XII a XV*. 2ª ed.. Tomo III. Lisboa: Sá da Costa, 1946.

CAETANO, Marcelo – *História do Direito Português (Sécs XII-XVI)*. Lisboa: Verbo, 2000.

DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas*. Sintra: Zéfiro, 2008.

GOMES, Saúl António – “Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 12 (2012), pp. 147-163.

GOMES, Saúl – “Poderes em Conflito: a Demanda pelas Jurisdições Senhoriais entre o Rei D. Afonso IV e o Mosteiro de Alcobaça”. In MADURO, António Valério; RASQUILHO, Rui (coord.) – *Um Mosteiro entre os Rios. O Território Alcobacense*. Leiria: Hora de Ler, 2021, pp. 421-480.

GUYOTJEANNIN, Olivier – “Marina Kleine, La cancellería real de Alfonso X: actores y prácticas en la producción documental”. *Mélanges de la Casa de Velázquez* [Em linha] 46-2 (2016). [Consultado a 14 Dezembro 2021]. Disponível em <http://journals.openedition.org/mcv/7272>.

DOI: <https://doi.org/10.4000/mcv.722>.

KLEINE, Marina – “Da iussio à redactio: observações sobre as funções desempenhadas pelo pessoal da chancelaria real de Afonso X de Castela (1252-1284)”. In TEIXEIRA, Igor Salomão; ALMEIDA, Cybele Crossetti de (org.) – *Reflexões sobre o Medieval III: práticas e saberes no ocidente medieval II*. São Leopoldo: Oikos, 2013, pp.1 53-174.

HOMEM, Armando Luís Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: INIC, 1990.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Dionisus et Alfonsus, Dei Gratia Reges et Communis Utilitatis Gratia Legiferi”. *Revista da Faculdade de Letras - História XI* (1994), pp. 11-110.

JUSTEN, Paula de Sousa Valle – “A palavra escrita do rei: Chancelaria e poder régio através de uma Carta Plomada”. *Revista Cantareira* 26 (2019), pp. 43-51.

PINTO, Pedro; MARTINS, Diana – “Transcrições e Resumos Seiscentistas de Fragmentos Originais da Chancelaria de D. Afonso V, Entretanto Desaparecidos”. *Fragmenta Historica* 6 (2018), pp. 59-71.

RIBEIRO, João Pedro – *Additamentos e Retoques á Synopse Chronologica*. Lisboa: Academia Real da Sciencias de Lisboa, 1829.

VENTURA, Leontina – *Os ‘clerici regis’: do serviço de Deus ao serviço do Rei (c. 1250-c. 1350)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História (no prelo).

ANEXOS

ANEXO I

1327-02-25 - Estremoz

Carta proibindo advogados e procuradores na Corte, por serem os responsáveis pelo alongamento das demandas

Catálogo:

Clima: n.º 11

João Pedro Ribeiro: p. 50

Armando Luís de Carvalho Homem: n.º 137

José Domingues: n.º 10

Fontes:

Lisboa, Torre do Tombo, *Leis e Ordenações*, Leis, mç. 1, doc. 96.

Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, *Alcobacense* 125, fls. 89-90.

Dom Affonso pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve a todas Justiças e Conçelhos dos nossos Reynos que esta carta virdes saude. Sabede que porque dos Reys he pelo logar de deos que teem de fazerem bem quanto poderem pera manterem os Poboos que am de rejer em djreyto e em Justiça. E esto non se pode fazer tam compridamente se ante non tolherem aqueles enbargos per que a ela non podem vijr e catar ajnda camjnhos per que a Justiça possa vijr a acabamento. Porem nos Rey Dom Affonso veendo que nos nossos Reynos mujtos reçebiam gram dano pela gram delonga en que andavam nas demandas que faziam ou que lhi eram feytas e que esto era per tal guissa que ajnda que cada hum vençesse ou deffendesse aquilo que lhi era demandado que tirauam ende moor dano que prol daquilo que vençia. E que aas vezes por proçessos que eram feytos como non deviam alguuns perdiam o seu derreyto E vençiam aqueles que deviam seer vençudos e que non tam solamente se perdia esto mays ainda os homeens que en al soyam de fazer sa prol metendosse aos preytos hussavansse deles per tal guissa que non queriam ia destosajr e leyxhauam perder o que auyam nem er queriam tornar a fazer sa prol en aquilo que soyam de fazer ante e que a mayor parte deste dano e desta delonga era pelos vogados e procuradores que vynham aos preytos que catavam tantas delongas e aas vezes tantas maliçias por que os preytos que se podiam dessenbargar en breve tempo duravam longamente. E alguuns nunca eram dessenbargados. E como quer que pelas delongas e pelas maliçias que eram feytas en os preytos pelos vogados e

pelos procuradores recreçessem apelações he escrituras porque da nossa Chancelaria sayam muytas cartas he que rendia a nos en cada huum ano muy grande algo. Outrossy eram feytas muytas Portarias e muytos agravos nas nossa Audiências pelos nossos Porteyros porque a nossa Portaria era muyto acreçentada e rendia muy grande algo a nos. Porem nos catando en todo esto mays e serviço de deos e de seerdes uos manteudos en derreyto e en Justiça que esta gram Renda que nos avyamos da dicta Chancelaria e Portaria por razon das dictas maliças e perlongas. E querendo catar caminho por que este mal e este dano seia reffreado daqui adeante por tal guissa que os que demandas ouuerem non andem en delongados preytos e possam aauer igoaldade e derreyto. Estabeleçemos e teemos por bem que daqui adeante na nossa corte non aja vogado nenhuum E que outrossy non aja hi procuradores Regedentes por aquela guissa que os ante hi auya mays que todolos preytos que a nossa corte veerem sejam dessembargados segundo he conteudo en este hordinhamento que nos ende mandamos fazer. E pera o saberdes melhor e mays compridamente e non aver nenhum de vos razon de dizer quando aa nossa corte veerdes que o nom sabiades mandamolo pubricar nas Vilas e logares do nosso Senhorio. E mandamos aos tabalians das vilas e logares hu for pubricado que o esscrevam logo en seus lyvros. E outrossy a vos Justiças que façades logo apregoar esses Conçelhos e que façades leer e pubricar este nosso hordinhamento E outrossy o ffaçades leer em cada huma domãa ao domingo pera saber cada huum en como ha de vijr ou denvjjar seu procurador aa nossa corte quando hj preyto ouuer E seede certos que se o assy non fezerdes que eu faria en vos come en aqueles que vam contra mandado de Rey e de Senhor. Dada em Estremoz vijnte e çinquo dias de ffeverreiro. El Rey o mandou Gonçallo domingues a ffez Era de mil tresentos e Sasseenta e çinquo anos

ANEXO II

1327-02-18 - Estremoz

Ordenação sobre o Livramento dos feitos na Corte e proibição de advogados e procuradores residentes na Corte.

Fonte:

Lisboa, Torre do Tombo, *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 458 - Foros de Beja*, fls. 21-28v.

[Fol. 21] Esta he a hordenaçom que fez noso senhor el Rey dom afonso a qual se comeca asy primeiramente

Porque dos Reys e pollo logar de deus que teem de manter os poboos que ham de rreger em direito e em Justiça E esto nom se poderia fazer sem tolhendo a todos os embargos per que ella nom pode uijr E catar cami<nho> por que possa uijr a acabamento. Porende nos El Rey dom afomso de portugal E do algarue uendo que nos nossos Reynos muitos rrecebiam gram dapno polla perlonga em que andauam na[s] demandas que faziam ou que lhe eram fectas E que esto era per tal guissa que ainda que cada huum uencesse que tiraua mayor dapno ca prol daquel que uencia E que aas uezes per processos que sse faziam como nom deuiam alguuns perdiam os seos dereitos E uenciam aquelles que deuiam a ser os uencidos E nom tan sollamente sse perdia esto mais ainda os homeens que em al soyam de ffazer sa prol metendosse a estes preytos E ussauano per gissa que nom queriam desto sayr E leixauam perder o que auiam e nom queriam tornar a fazer ssa prol em aquello que soyam de fazer ante. Ca a mayor parte deste dapno e desta delonga era pellos uogados E pollos procuradores na nossa corte que uogauam e procurauam os fectos que catauam tantas delongas aas uezes E tantas malicias per que se os preytos que sse podiam desenbargar en breue tenpo durauam longamente E alguns nunca eram desembargados. E por que nos querendo catar camjnho per que este mal E este dapno seia rrefreado E os que demandas ouuerem nom andem em delongado preito e possam auer igaldade de direito E aquel dapno pode seer scussado com gram prol segundo as razoens que sse sseguem. Teemos por bem que na nossa corte nom aia uogado nem procurador rresidente nenhuum em nenhuum preyto mais que nos preytos que as partes uenham per ssi ou per seos procuradores perdante aquelles Juizes ou sobreJujzes que nos hi posermos. E estes procuradores que hi ueerem por algumas partes nom possam ffilhar outros preytos ataa que esses fectos que

tomarem sejam desembargados. E que lhe contem logo todo o ffecto asy demandador come demandado E que esto possam fazer o demandador E o demandado [fol.21v] sem perdendo nenhuma coussa do seu direito asy que o demandador possa acrescentar na demanda E em todo sseu direito sem embargo nenhum de processo. E sse tam compridamente o demandado nom souber poer a demanda ou contar seu fecto o Juiz o deue de perguntar per aquella gissa que a emtender que mais compridamente lhe pode o seu fecto contar de gissa que per mingua de nom ssaber el o sseu fecto nom perca nada do sseu direito segundo este rrecontamento que lhe o demandador fezer. O ssobreJuiz deue a fazer screuer o libello da demanda e ueendo ante a citaçom per que citou o demandado E as Razoens sobre que. E esto deue de ueer pera nom seer o libelo fora da citaçom ou contrairo a ella. E se for fora da citaçom ou for contrairo a ella pois as partes na corte som os sobreJujzes nom leixem por esto de correger o libelo do demandador segundo seu rrecontamento. E sse entenderem que errou na citaçom e a razom sobre que citou ou alguma dellas façam entom britar aa citacom pera nom seer posta no processo nem na carta quando for dada. Entom deue ir pello preyto adeante. E sse uisse que o demandador era tam mjnguado de saber que nom podia contar seu fecto compridamente entom o deue de saber se for meor ou desasissado per seu guardador ou curador ou sse d'outra guissa ffosse minguido deue sse ssaber per aquelles que este fecto mais compridamente souberem asinaando certo tempo a que sse esto ffaça. E sse o demandado quiser poer no comeco da demanda e no comeco da ssa defenssom algumas defessas dilatorias possa poer aquellas por que sse danaria o sseu direito se nom fossem recebudas asy como se ha sospeito o Juiz de tal sospeita que nom deue a entender em seu fecto ou se lhe fez preyto de o nom demandar ataa tempo certo ou sse diser que pode hy sseer demandado pode dizer ou que scomungado ou denunciado ou quiser dizer que ha demanda fijnda per sentença ou per testemunhas e sançõm ou per outra maneira ou algumas outras semelhantes destas. E nom possa dizer que a citaçom que he maa ssaluo sse o quiser dizer per algumas das Razoens dessusso ditas pois na corte forem as partes per ssy ou per seos procuradores. E sse cada huma destas ou semelhantes dellas nom poser deue logo negar ou confesar a demanda e negando [fol. 22] confessando que o nom ssabe sse tal preyto for e essto deue fazer saluo se he meor ou desasissado ou he

homem que compridamente nom pode saber seu factio em que sse deue de fazer como desso dito he em feito do demandador

Como se anballas partes ou cada huma dellas ueer per sy ou per seos procuradores perdante os Juizes como deue a ueer logo se som auondosas come uaão pello preyto adeante taes procuraçoens

Se anballas partes ou cada huma dellas ueerem per procuradores os sobreJuzes deuem logo aauer as procuraçoens que tragem E sse forem auondossas deuem a iyr pello preyto adeante assy como dicto he. E sse o nom forem os Juizes lhas deuem de correger asynaandolhe tempo logo conuinhaul⁷⁰ segundo o logo hu ffor a parte que uenha ou enuie procuraçom auondossa pagando aa outra parte que for deteuda a[s] custa[s] daquelles dias ou lhas fazendo pagar ao tabeliom se uirem que per ssa culpa a procuraçom nom he auondossa E outra reuelia nom na Julgue. E des que a parte ueer ou o procurador auondosso uaa pello preyto adeante como dito he. E logo no comeco do preyto ante que adeante uaa per el estes Juizes deuem perguntar aquelles que perdante⁷¹ elles ueerem qual he o demandador ou o demandado e se som as principaes pessoas ou procuradores E sse procuradores ssom ueiam as procuraçoens e façam como dicto he em este ordenamento desso dicto. E porque as exucaçoens dilatorias que desso som ditas deuem a se er postas ante que a demanda seia contestada pero se a parte leyxar alguma nom maliciosamente mays polla nom saber poer E for tal que tanga ao factio posa a poer⁷² depois da demanda contestada asy como a poria ante. E nom seia enbargado por nenhuum direito que diga que as dillatorias se deuem a poer ante da demanda contestada. E se o demandador ou o demandado em razom destas exucaçoens quiser prouar alguma coussa os Juizes deuem ueer as rrazoens que quer prouar. E se he tal que o auonde sse prouado for e faça logo screpuer as rrazoes quaes cumprirem pello seu scpriuam. E faça lo aa parte nomear testemunhas ou dizer as circustancias dellas e perguntem logo as testemunhas se hy forem. E sse hy nom forem mamdenas perguntar per enqueredores em que sse auenham as partes ou aos Juizes da terra hu as testemu [fol.22v] nhas forem se mester for E a outra parte contra quem som

⁷⁰ No texto: *convinhavinhauil*.

⁷¹ No texto: *perdandante*.

⁷² Segue-se *da riscado*.

dadas as testemunhas ponha logo as contraditas perante os enqueredores sse nom lhe seiam recebudas e de tres testemunhas sobre cada huma contradita. E esses enqueredores logo as testemunhas filhem sobre essas contradictas e enuiem todo aos sobreJuizes E eles deuem logo aaueer a enqueriçom sse prouam per ella. E sse nom prouam nom ham por que ueer as contraditas nem a proua dellas. E sse proua entom ueiam as contraditas e a proua delas e sse as nom proua nom ham por que nom ham por que ueer se a contradita se he maa. Mais se a proua ueia sse essa contradita se he tal que auonde E sse nom for deytено della e da proua della. E sse for auondossa ueiam as testemunhas que deytam pellas contraditas e se as deita todas Julgue que non proua a outra parte e sse ficarem tantas per que proua ou per que entende que deue a seer dado juramento a cada huma das partes delho consirando hy o que o direito mandar dessy liure esta enquiricom como acha que he direito.

Como as partes deuem de mandar os procuradores aa corte delRey e lhe deuem a contar todo o preyto

O que desusso dito he deuedes de entender quando as partes ueerem per ssy ca sse ueessem per procuradores sobre tal feito poderia vijr proua que o procurador nom saberia hi nomear as testemunhas nem a parte nom sse catando desto nom as nomearia. E por esso se o procurador diser que non sabe as testemunhas e nem lhe disse a parte que prouasse tal artigo jure logo que o non faz maleciossamente E desy os juizes denlhe logo enqueredores em que sse auenham ou os Juizes da terra e ponhom dia ao procurador que o faça saber aa parte que uaa hy se quiser. E esta parte perante os enqueredores nomee as testemunhas e digam aa outra parte sse quiser ir a ueer as testemunhas e a poerlhe as contraditas. E este procurador e a outra parte uaam perante estes enqueredores E este procurador faça o saber logo aa parte que uenha a nomear as testemunhas perante estes enqueredores. E sse non ueer esse dia que lhe foi asinaado pellos sobreJuizes dalli adeante non lhe recebam esta proua. E sse ueer nomear as testemunhas ou diga as circustancias dellas e tome sse a proua E a contradita dellas como dito he. E as testemunhas seiam encoutadas do tempo que se obrigou a proua. E esto se entenda [fol. 23/XXII] em aquela proua que os Juyzes ou os sobre mandarem dar e non en aquela que o procurador se obrigara a prouar. Ca em esto o procurador deue de saber as testemunhas poys o

prouar quer. E pera esta maneira do recebimento desta proua deue auer poucas uezes logar en os preytos. Outrossy os preytos seerem melhor e mais aginha dessenbargados e as partes principaaes cada que mandares procuradores aa corte delRey sobre çitaçom como sobre apelaçom que he interlocutoria quer definitiua ou sobre outra Razom qualquer deue a contar todo o ffecto ao procurador non tam solamente sobre la çitaçom ou sobre artigo da apelaçom mays ainda sobre todo o preito principal e contando lhy todo o ffecto como o sabe e dandolho per scripto pera non escaecer ao procurador nem no poder errar nem para er fazer hy outra malicia o demandador de logo ao procurador as testemunhas en scripto para poder prouar sa demanda. Outrossy sobre todos os outros artigos em que entenderem que lhy compre aa proua. E o demandado outrossy lhy deue dar as testemunhas sobre la proua que entender a dar sobre todas as exeyçoens tambem dilatorias como perantorias dando lhy os nomes das testemunhas em scripto e cada huma da[s] exeyçoens ou Razoens sobre que entende de dar as testemunhas e quaes testemunhas de saber cada huma delas e para non auer rrazom o demandado de sse escusar de contar a sa defessa ao procurador e pera lhy dar sas testemunhas deue sempre o ssobreJuyz a ffazer poer o demandador na çitaçom e a cousa sobre que quer çitar. e a Razom por que e. E assy o demandador come o demandado e deue logo a dizer aos procuradores e dar lhy em escripto os nomes dos enqueredores e non lhy nomear hum enqueredor soo mays quatro ou çinque de gissa que se alguma parte deytar que posa hy ficar quem tome a enqueriçom quando todos deytados fossem per djta Razom os sobreJuizes mandem filhar⁷³ a enqueriçom aos Juizes da terra ou a outros homens conuenhauijs se estes sospeytos fforem.

Como deuem as partes que andarem nos preytos a confessar ou a negar o libelo

Dessenbargadas todas as exeyçoens dilatorias como dito he deue logo o demandado contestando com o demandador segundo he dicto en na ordinhaçom desuso e a contestaçom deue a seer segundo o libello e non fora del. E sse negar o libello o ssobreJuyz deue mandar fazer os artigos taaes que contenham compridamente a rrazom do libelo de guisa [fol. 23v/XXIIv] que per mengua de artigos nom perca o

⁷³ Corrigido de *ficahar*, sopontando *ca*.

demandador nada do seu direito. E feitos assy estes artigos mostrem nos ao demandado ou a sse procurador e confessem ende o que quiserem. E sse negarem aqueles artigos que conteem a força do ffecto façam lhy tomar seos enqueredores e nomeem sas testemunhas assy como he conteudo no ordinhamento de susodicto. E se o demandado confessar a demanda ou tanto dos artigos do demandador que auonde dessenbarguem o ffecto per sentença deffenitiua. E sse posser exeyçom. ou defessa tal que se uerdadeyra for deue seer liure da demanda que lhy an ffecta. entom os sobrejuyzes deuem ueer o que sobr' esto diz o demandador ou ueerem o rrecontamento do ffecto que lhis recontou se ha hy alguma razom que o defenda a esta eyxeiçom que poe o demandado. E sse a nom disser o demandador nem na acharem no seu recontamento façam ao demandador que negue esta razom ou a confesse. E sse a confessar liurem o demandado per sentença defenetiuia e se a negar façasse sobrela prova dela segundo he conteudo no ordynhamento de susodicto. E sse o demandador poser tal razom com esta contra esta eyxeiçom do demandado que a tolha ou acharem os sobrejuyzes no fecto que lhy rrecontou rrecebamno confenssando ante a eyxeiçom do demandado e sse negar deuesse fazer como dicto e. E sse o confessar deue sobr' esto auir o demandado e sse a negar façasse como dicto he. E sse a confessar e nom poser Razom⁷⁴ com que se defenda façasse como dicto he. E esso meesmo em totalas outras repryações ou trepretações que forem postas de cada huma das partes. E esto se deue fazer sem embargo nenhum de processo ca per nom seia nenhuma das partes embargada de poer sas razoens cada que as poder poer ainda que ante possesse eyxeiçoens contrayras per qualquer maneira que fossem ou que possuam alguma dilatorya da demanda contestada mays que todas sas razoens possam poer sen embargo nenhum ata a sentença defenetiuia ca nossa tençom he de nom seer nenhuma das partes embargada per processo. E que os sobrejuyzes façam quanto poderem pera saber uerdade do ffecto de guissa que nenhum nom seia assolto nem condanado per erro de processo mays per direito e per uerdade se o demandar ou o defender. [Fol. 24/XXIII]

⁷⁴ Repete *razom*.

Como os sobrejuyzes deuem a liurar o preyto per sentença defenetiua e darem carta por que a sentença foy dada

Sabuda a uerdade polas enquiriçoens que forem tomadas como dicto he ou per confissom d'ambalas partes ou de cada huma delas, os sobrejuizes deuem liurar o preyto per sentença defenetiua. e darem carta aa parte por que a sentença ffoy dada e na carta seer toda a fforça do ffeito tambem da parte do demandador como do demandado de guysa que se alguma demanda recreçesse sobr'esta cousa ou antre as partes ou antre outras que possa seer çerto per esta carta qual foy a demanda que fez o demandador e a defessa que pos o demandado e de que foy liure ou condanado per aquela sentença. E pera nom uiir em duuida o processo do feito tambem per razom dos sobrejuyzes como das partes como dos escriuaaens que as cartas an de fazer os sobrejuyzes deuem de mandar escreuer o libello do demandador como dicto he. E outrossy eyxeiçoens dilatorias se o demandado rreçerem a elas e esto pera as nom poder poer depoy. Outrossy a contestaçom da demanda per que maneira foy contestada e se testemunhas foram dadas da parte do demandador deuem seer rreçebudas per escrito. E outrossy as eyxeiçoens que poser o demandado se taaes forem que o deuem de rreçer a elas ou o delas deytarem deue todo a seer per escripto e esso meesmo sobrelas repriceçoens e trepretaçoens que forem postas da cada huma das partes e da proua que sobr'elas ueerem. E esta carta deuem teer os sobrejuyzes. ou a quem eles mandarem ataa que o preyto seia dessenbargado.

Como os sobrejuizes deuem ueer os procuradores que forem a cas delRey que procuraçoens som as que leuam se som perfectas como deuem. ou non:

Dos ffeitos que aa corte ueerem per apelaçom os sobrejuyzes deuem de ueer se as partes ueem per ssy se per procuradores e se per procuradores ueerem ueiam as procuraçoens e façam como dicto he no hordinhamento desuso dicto. E estes procuradores nom tam solamente o deuem seer sobrelo artigo da apelaçom se a sentença he interlocutoria mays ainda sobre todo o ffecto. ca as partes todo lho deuem a contar segundo diz no hordinhamento desusso dicto. E sse estes procu [fol. 24v/XXIIIv] radores forem ou as partes ueerem per ssy deuem os sobrejuyzes ueer a apelaçom e se a ssentença for defenetiua e alguma das partes mais nom quizer dizer ueiam a apelaçom e liuremna como acharem que he direito. E sse se alguma cousa prouar ou alguma razom que mereço prova sobr'ela façasse assy como dicto

he no hordinhamento que fala em esta razom. E sse a parte confessar esta razom e poser outra que a defenda. façasse como dicto he no hordinhamento das eyxeiçõens e na proua delas. E sse a rrazom que de nouo poser a eyxeiçom se he tal que o ajude ou que o deffenda façasse esto meesmo que dicto he no ordinhamento. E <de>ssenbargado todo esto per proua. ou per confissom entom liurem o preyto per sentença defenetiuua. E sse a sentença ffor interlocutoria os sobrejuizes ueiam a apelaçom e liuremna. E sse os juizes da terra mal julgarom corregam a ssentença e ffique o fecto perant'elles e esse meesmo seia se acharem que bem julgarom e sse alguma das partes leixou alguma razom ou alguma eyxeiçom que fazia ao ffecto principal perante os juyzes da terra nom lha leixem porem de⁷⁵ receber aqui nem lhy seia enbargada per razom de contestaçom ou de proçesso que ala fosse fecto. Outrossy sabham logo os sobrejuizes o fecto do demandador se o pola apelaçom nom pode saber ou o demandador ade en el ou correge doutra guysa correga no libello se mester for. E esso meesmo façam no fecto do demandado pera lhy fazer contestar a demanda. ou se o contestou como nom deuya pera correger sa contestaçom e dessy pera poer sas eyxeiçõens se as ha. E entom uaam adeante pelo preyto e liuremno segundo he conteudo nas dictas hordinhaçoens que falam nos ordinhamentos dos preytos. E pera se este ordinhamento que nos fezemos poder manter⁷⁶ por tal guisa que os que preytos ouuerem nom possam perder o sseu direito e per mengua de nom saber dizer ou rrazoar ou que nom sabem o sseu ffecto contar tam compridamente no<s> porremos nos fectos ciuis dos sobrejuizes leterados e entendudo[s]. E dos ouuidores nos ffectos do crime. E outrossy dous ordinhayros nos nossos ffectos que especialmente tangam a nos. E esses sobrejuyzes e ouuydores deuem as partes a contar seu fecto per aquela guisa que o sabem e estes deuem a preguntar as partes per aquele logar que entenderem [fol. 25/XXVIII] que delles o ffecto mays compridamente poderem saber ou aqueles que o ffecto souberem se aqueles taaes fforem que lhys os seos ffectos nom poderem contar compridamente assy como ja dicto e. Estes sobrejuyzes e ouuydores deuem logo polo que lhy as partes contarom a escreuer [o] processo de guissa que nom errem nenhuma cousa do que se en el deue de ffazer assy como he dicto per partes. Outrossy deuem a ueer o djreito de cada huma das partes e en cada hum paso do

⁷⁵ Segue-se *da* sopontado.

⁷⁶ Segue-se, repetindo, *mantener*.

fecto como quer que as partes nom digam nem alegem e ueiam o sseu direito per tal guissa em cada huum passo do fecto que nom faça hy mengua de o nom dizerem eles ou de o nom poer outrem por elles. E por que nos com ajuda de deos em cada huum destes logares porremos taaes Juizes e tam entendudos que aguardaram aas partes todo o seu direito dessy pera tolhermos delonga que se poderia ffazer. Teemos por bem que das sentenças que forem dadas per anbos os sobreJuyzes ou per anbos os ouuydores asy nos ffectos do crime como nos çiuées como nos nossos que nenhuma das partes nom possa apelar. E que se os sobreJuyzes ou os ouuydores nom acordarem en huma sentença ou desuayrarem que este ffecto que nom julguem ataa que se assuem todos sex ensembra e ueiam esse ffecto em que desvayram. E aquelo que todos acordarem ou a mayor parte pera aquele logar seia julgado. E se acaesçesse que os sobreJuizes e ouuydores desuayrasem em seu acordo e fossem todos duum cabo como do outro. tal fecto como este contem no a nos se fformos naquele logar hu elles som. E sse hy nom formos enuijem a nos contar o fecto per sa carta seelada dos seus seelos. E por que nossa uoontade he de catarmos razom e camynho per que os de noso senhorio nom andem em delongados preytos e se tornariam aas audiancias se todos estes Juyzes se ouuessen de juntar cada que alguns desto desacordassem algum ffecto antre ssy e seeriam os ffectos de delongar e nom se dessenbargaryam per aquela guysa que conpria. Por esto teemos por bem que estes sobreJuyzes e ouuidores seiam todos juntos cada manhaa ao sabado e este dia ueiam todos aqueles ffectos que antre ssy desvayrarom e liuremnos como dicto e. E sse en no sabado⁷⁷ acaeçer festa ou ouuesse hy outro embargo per que se esto [fol. 25v/XXIIIv] nom podesse fazer liuremno entom na sesta feyra.

Aqui se começa a ordinhaçom que nosso Senhor elRey Dom affomso ffez nos ffeitos do crime.

Dos fectos do crime os que forem aqui pressos ou os que stam a direito per segurança deuem uijr per ssy perdante os ouuydores que forem dados per nos. E outrossy deuem uijr os acusadores per ssy. E o acusador deue de contar sa acusaçom aos ouuydores o mays dereitamente e compridamente que poder e se os ouuydores

⁷⁷ Segue-se *acei riscado*.

uirem que o nom contam tambem deuemno de preguntar segundo a maneira do fflecto pera saberem en como o poderia prouar. E sse a acusaçom nom he per que o acusado deue arreçeber morte ou pena no corpo deuem no dar por quite e deuemlhy dar carta e poer en ela aquela acusaçom en como o dam por quite por que achou que nom⁷⁸ era tal per que deuesse arreçeber pena pero se depouys for acrescentada a esta acusaçom tanto per que pena deuesse de rreçeber que pela carta paresca qual ffoy a razom por que o derom por quite. ou de quanto o quitarom. saluo se uissem que este acusador leyxa o djreito da acusaçom maleciosamente ou se fosse meor ou deessassidado em que deuem de uir seus tutores ou seos curadores. E quanto he naquel mayor de rreouora em que entenderem que anda maleciosamente se he tal que possa acusar deuem saber quais som os parentes mays chegados e fazeremnos emprazar. E sse contarem a acusaçom mays conpridamente que a contou o outro em que parecia maliçia. e for tanto o que este acreçenta per que o acusado meresca pena de morte entom seia este rreçebudo a acusaçom. e as testemunhas per que pode prouar uaam adeante per ela e liurena segumdo adeante seera dicto e trabalhemsse os ouuidores de saberem qual ffoy a razom per que aquel acusador leixou a acusaçom se por algo ou por alguma maliçia outra se a acusaçom era de morte e a tal pessoa este que auya rrazom dacusar denhy xx açoustes publicamente se he pessoa uil em tal que esto seia pena a este e que de exemplo aos outros pera o nom fazerem. E sse for homem honrrado denlhy a pena que o djreito manda.

Como os ouuidores deuem a mandar escreuer a acusaçom ao escriuam e deue logo o acusador a dizer as testemunhas per que quer prouar

[fol. 26/XXV] Quando a acusaçom ffor tal per que o acusado deua de rreçeber morte. ou pena no corpo os ouuydores deuem fazer escreuer polo seu scpriuam esta acusaçom e deue logo dizer ao acusador as testemunhas per que pode prouar e o escpriuam escreua logo os nomes delas e onde som e esto fflecto de o traslado da acusaçom ao acusado e nom lhy de os nomes das testemunhas. e os ouuydores denlhy tempo pera ueer a acusaçom que lhy fazem pera saber como deue rresponder a ela e do tempo que lhy assinaar ffaçam uijr ou acusador e o acusado e façam lhy leer a acusaçom e desy o acusado rresponda a ela negando ou confessando

⁷⁸ Segue-se *est* riscado.

em todo ou em parte dela. E se a confessar em todo ou na mayor parte e nom poser deffessa direita que o deffenda os ouuidores o condam[n]em per sentença segundo demandar a natura do ffcto. E sse negar todo ou aquela parte em que este o direito da acusaçom os ouuydores deuem ffazer escreuer esta negaçom dessy ffaçam fazer polo seu scpriuam artigos das razoens da acusaçom os melhores e os mays compridos que poderem de guysa que per mengua dos artigos nom mengue nem sse tolha a proua da acusaçom e depouys que forem ffctos dem ende o traslado ao acusado e se os negar todos ou a mayor parte os ouuydores façam logo leer os nomes das testemunhas que lhys der o acusador ao acusado e diga lhys logo sea conhoçer e de sas contraditas façam fazer os ouuydores per seu scpriuam artigos quaes comprirem ao acusado e nomeemlhy logo as testemunhas que sobre <a> cada huma das contraditas <que> ouuerem e aguardesse en ela o que adeante he dicto en nas testemunhas do acusador e dessy façam uijr perante ssy as testemunhas que lhy nomeou o acusador e o acusado deue saber sas contraditas ou mays se sse demays acordar e esto se som na villa ou no termho ou hu som os ouuydores ou tam perto que podem uijr sem gran custa hu o ffcto⁷⁹ he tam sospeytosso que compre de uijrem pregunt[ar]emnos sobre aqueles artigos e sobre totalas cousas que pertencem ao ffcto tambem de uista como d'ouuyda como de crença. E peguntadas⁸⁰ parem mentes em como dam seu testemunho ou se bulem ou se de suayram en ele. Ca sse en esto bem pararem mentes podem entender se mentem se dizem uerdade e se acharem que mentem ou bulem em seu testemunho [fol. 26v/XXVv] ou o ssenbrante que teem quando as preguntam sabham delles a uerdade per aquela guysa que o direito manda. E esta pergunta. deue seer fecta o mays perçebudamente que os ouuydores poderem ffazer de guisa que possam per hy saber a uerdade. E se o acusador nom prouar nada da acusaçom dem ao acusado por quite. E sse prouar sa acusaçom e o acusado nom prouar das sas acusaçoens per que deyte aquelas testemunhas per que se proua a acusaçom e deuemno os ouuydores deuem de condanar de segundo o ffcto da demanda. E sse deyta pela contradicta tantas testemunhas que aquelas que ficam nom fazem contra el proua mays per sentença entom os ouuydores consijrando a maneyra do ffcto e a pressençom que i anda he. E outrossy a pessoa do acusador e a do acusado podem no meter a tormento

⁷⁹ Segue-se *for*, riscado.

⁸⁰ No texto: *pregundatas*.

e preguntado per aquela guissa que manda o direito. E sse confessar ou confirmar sem tormento condemnem no como dicto he. E sse o nom confessar e o fflecto graue for e ascondudo tenham no pera saberem a uerdade per allhur se a poderem saber ou pera o meterem outra uez a tormento. E todo esto podem os ouuidores fazer segundo fforem as maneiras dos fflectos. ca em todos nom poderya ser dada huma maneyra nem huma rrega.

Como os ouydores deuem ffilhar as cartas e mandarem nas aas justiças das terras hu forem as testemunhas per que querem prouar cada huma das partes.

Se as testemunhas per que o acusador quer prouar sa acusaçom ou o acusado sa deffenssom nom forem na villa nem no termho hu ssom os ouuidores nem ha hy cada huma das razoens que desusso som dictas entom os ouydores mandem ffazer esta enquiriçom polos Juizes dos Logares hu som as testemunhas ou per outros mays çertos se os hy ouuer. e nom catem pera a ffazerem per aqueles que se as partes louuarem e sse outros mays çertos hy poderem achar pero que a nom façam per aqueles que forem sospeytos e mandem sa carta a estes enqueredores com os artigos e enuiemlhy totalas maneyras per que melhor poderem perguntar as testemunhas per que possam ueer e entender se lhy mentem ou lhy dizem uerdade e en como os preguntarem sobre totalas cousas que perteençem aos artigos. E entom o lhy enuyem dizer a uerdade deste ffecto. E depois que esta enquiriçom chegar a elles ueiamna e se nom prouar en todo demno por quite. E sse prouar [fol. 27/XXVI] ueiam o que proua o acussado de ssa contradictas e se deytar totalas testemunhas demno por quite. E sse nom deytar aquelas per que a acusaçom he prouada condanemno e se ficar tanta proua que sa pressençom façasse como dicto he. E sse confessar o acusado toda acusaçom ou a mayor parte dela e poser deffessa tal que o defenda os ouydores deuem mandar escreuer esta defessa e deuem ueer como o acusador rresponde a ela e se a tolher nom poder per alguma razom deue a negar ou confessar sem malicia deuem dar o acusado por quite. E sse a negar deuem sse de fazer artigos e rreçeber a proua segundo he desuso dicto. E sse confessar o acusador e posser razom com que tolha esta defessa e o acusado negar esta rrazom ou confesar e posser outra rrazom com que a tolha sobr' esto se deue guardar o que

desusso dicto he. E sse o acusado se defender per direito sas exeicoens deue seer⁸¹ dado por quite: saluo se hy maneyra ouuesse de gram sospeyta e atenderem a ssaber; mays do ffecto e que o deuem de saber e nom lhy dar carta per que seia liure da acusaçom pero que lhy deuem dar carta pera a[s] justiças que o nom prendam. E sse o acusado se nom defender per direito e a acusaçom for prouada contra el deue de seer condanado e darem aquela pena que o ffecto demanda.

Como os ouidores deuem mandar as cartas das acusaçoens de que forem liures per sentença.

E per este ordinamento nom tolhemos aquelas perguntas que deuem de seer ffectas aos acusados polos ouidores em juizo como fora de juyzo. E aquelas maneiras que elles entenderem per que mays agynha podem chegar a uerdade do ffecto. E pera melhor saber o ffecto assy os ouidores come os escrivaaens como as partes que am de fazer as cartas ou nos do ffecto çertos quisessemos seer deuem os ouidores escreuer a acusaçom e as testemunhas que o acusador nomear e em como o acusado nega a acusaçom e a proua que he dada contra el ou se confessa e pom defessa e a defessa que trenda(?) he e como a proua e totalas cousas que principalmente tangerom da acusaçom e da defessa. E esta auta deuem de teer os [fol. 27v/XXVlv] ouuydores ou quem eles mandarem: E en a carta que elles derem ao acusado se for asolto deuem poer todo esto pela razom que dicta he desuso en na carta que deuem dar aaquele que he dicto por quite en na razom da acusaçom que he menguada.

Aqui diz das apelaçoens das terras que uam para a corte delRey que deuem logo ffazer os ouidores.

Das apelaçoens que das terras ueerem os ouidores deuem ueer se as partes ueem por procuradores ou por taaes que possam segurar o preyto. ou per ssey se soltos forem e entom deuem de ueer a apelaçom. E sse a ssentença for defenitiua e alguma das partes hy mays nom quiser dizer julguem por ella o que acharem que he direito. E sse mays quiserem dizer e disserem tal razom a que dauam seer rrecebudas eixeicoens e defenssoens desy acabado todo esto liurem no per sentença

⁸¹ Segue-se, *quite*, so pontado.

defenetia como dicto he. E sse a apelaçom ffor em razom de sentença de interlocutorya liurem no como⁸² acharem que he direito. E que os Juyzes da terra julguem mal ou bem sempre o fecto enuijem aa terra por que seia danoso e custoso de todolos pressos uijrem aa nossa corte saluo se o acusado andasse solto ou o fecto fosse tal que comprisse mays de ser liurado na corte que alhur.

Aqui manda elrey commo os preitos que forem em nas terras em como se faça e que assy seia aguardado per totalas terras do sseu senhoryo

Quanto he nos preytos que forem ouuydos nos conçelhos pelo alcaide e Juyzes. ou aluazijs. ou per aqueles que os ouuerem d'ouuir. Teemos por bem que se faça per esta guissa que tanto que os preytos ueerem perante elles per ssy ou per seos procuradores que lhy contem o ffecto todo conuem a ssaber o demandador toda a demanda. e o demandado toda a defessa que a e ffaçam na logo escreuer e ata que assy sabham nom lhy deem vogado nenhuum por que o vogado com sa maliçia tornaria o ffecto de guissa que os Juyzes nom saberyam compridamente a uerdade. E sse o demandador ou o demandado daly adeante⁸³ quiser vogado delho. E este vogado razone o ffecto segundo as partes contarem ordinhando proçesso e pondo sas alegaçõens de direito ou de costume ou de foro ou de postura da terra ou ley delrey ou postura dos reynos mays quanto no ffecto nom possa acreçentar nem menguar nem seia sobr'esto ouuido mays se alguma das partes disesse [fol. 28/XXVII] que quando o ffecto no começo rrecontou aos juyzes. lhy mengou alguma razom que mengua no seu ffecto entom os Juyzes ffaçam trager perante ssy aquela scritura que ffoy ffecta no cemeço quando o sseu ffecto recontou e se lhy nom acharem aquela razom⁸⁴ e este que a diz jurar que maleciosamente a nom pom e que se nom acordou dela quando o ffecto rrecontou aos Juyzes entom esta razom ffaçamlha escreuer com as outras. E ante que os vogados uenham aos preytos os Juyzes deuem a mostrar o ffecto como lho rrecontaram as partes daremlho en escripto se mester ffor. Conuem a ssaber ao vogado do demandador toda a demanda e ao demandado toda a defessa. E esto deuem de ffazer pera os vogados polo ffecto ueerem o direito que a cada huma das partes. E sse tempo de conselho quiser pera

⁸² Segue-se *com*, riscado, e *dicto*, sopontado.

⁸³ Segue-se *deulho*, riscado.

⁸⁴ No texto: *rarazom*.

esto demlho e depouys que o assy uirem façam no jurar se entende que as partes que am d'ajudar teem boom preyto e daly adeante seiam ouuydos. E pera os vogados nom auerem razom de tomar ffecto que nom possam leuar adeante com direito e outrossy pera auerem razom ao começo: poys o ffecto sabem de ueerem catarem se a parte ha por sy direito teemos por bem que se a parte for uençuda per sentença defenitiua e o vogado per aquele ffecto que lhy ffoy mostrado nom pos alguma razom ou alguma alegaçom que daquele ffecto podya sair per que homens entendudos podessem doudar se auya hy direito. ou nom. que este vogado nom leue solayro nenhuum porque foy em culpa de tomar a rrazom deste preito. Ca poys o vogado nom he dado aa parte senom pera poer por ela o sseu direito que do ffecto ssal que a parte contou en no começo deuera a ueer se por <sy> auya direito ou nom. E sse entendya que o non auya nom deuera tomar o preyto nem o rrazonar ante deuera aconselhar a parte que se parasse del e por esta culpa deue dauer esta pena ca sen razom seerya de nom auer galardom do sseu erro.

Como os Juyzes deuem escrever logo a negaçom que perant' eles for negada pera se depouys nom seer negada.

Outrossy os Juyzes quando o demandado negar a demanda deue de fazer escrever a negaçom e a maneyra como a negou e deuem de fazer escrever os artigos que a parte der. Outrossy façam escrever os dictos das testemunhas e contradita alguma se a a parte [fol. 28v/XXVIIv] poser por sy. E deuem a ffazer logo escrever a ssentença que dam pera nom auerem de mudar. ou de dar outro acordo dela. Outrossy deuem de ffazer as dictas cousas pera se nom negar o processo nem se mudar nem fazer maldade nem maliçia na apelaçom e quando aa parte ouuer de dar. E sse algum vogado per algumas uezes achassem que nom uijnha aos preytos. nem cataua direito das partes per aquela maneira que compria como quer que dicto seia en nos preytos do que for uençudo que nom leve solayro pero creçendo a ssa maldade deue decreçer a pena e pera auer esta pena da sa maldade e pera seer exemplo aos outros de o nom fazerem deue ser a este deffesso que nom vogue nemhuum preyto. E esso meesmo seia nos procuradores que maleciosamente trouxerem os preytos de que forem procuradores.

Como os sobreJuyzes e os ouuydores deuem aueer os preytos que ia andauam en cas del Rey como deuem a saber en que paso stauam e como os tijnham os procuradores que y eram residentes e como o deuem⁸⁵ fazer saber a sseos donos dos preytos que uenham ou mandem a eles

Quanto he os preytos que som <ia> começados na corte que os sobreJuyzes e os ouuydores ouuyam deuem a chamar as partes se per sy andarem en na corte ou seus procuradores e outrossy os vogados e deuem per elles saber o processo do fecto e o paso en que sta e sentenças se as hy ouue e depoyos que assy todo souberem non ouçam hy mays vogados nem procuradores da corte. Mays se andarem anbalas partes per sy conuem a ssaber o demandado e o demandador contem lhy todo ffecto como he o demandador primeyro toda sa demanda des y o demandado toda a ssa defessa e ffaçam logo escreuer polo escripuam e des que o todo assy souberem ueiam o processo que hy ante⁸⁶ ffoy ffecto. E sse acharem que foy ffecto como deuya uaam per el adeante como he conteudo na dita ordynhaçom. E sse acharem que o processo he maa em todo ou em parte ou que ia hy a sentença dada como non deuya ou algumas das partes leyxou alguma Razom que compria ao sseu preyto ou por maa processo algumas das partes auya ia perdudo o sseu direito ou parte dele corregam todo esso de guissa que por processo nem por maa sentença nenhuma das partes non perca nenhuma [fol. 29/XXVIII] coussa do seu direito. E ssas partes andarem per procuradores ou algumas dellas a parte que por ssy andar façao dellas a parte ao seu contrario per cartas dos sobreJuyzes ou ouuydores em que deuem mandar a parte que uenha per ssy ou per seu procurador. E sse per procurador quiser que lhe de todo fecto em scrito tanto sse for demandador come demandado e a sa testemunha per que entende a prouar. E os enqueredores e o al que hy comprir asy como he conteudo na hordenaçom desusso. E deuem lhe asinar tempo en na carta a que pareça perdante elles per ssy ou pello procurador como dicto he segundo o logar hu for. E esto seia aa custa da outra parte E sse anballas partes andarem per procuradores emtom os sobreJuyzes e ouuydores saibam dos procuradores hu som estas partes E quem ssom desy per ssas cartas aas custas das partes façam lho saber que uenha per sy ou enujem seos procuradores com todo o fecto scripto como dicto he asynaando lhy dia a que uenha perdante elles. E por esto en cada huma das partes

⁸⁵ Segue-se, riscado, *saber*.

⁸⁶ Segue-se *auya*, riscado.

dos Reynos mande senhos homens que leuem as cartas pera todos factos que asy ouuerem enprazados e emprazemnos. Os tabaliães entregam o recado dos enprazamentos pera saberem os sobreJujzes ou os ouujdores quaes e quantos som os enprazados e a que tempo e pera fazerem em aquelles que non ueerem oque for direito. E em essas cartas seia logo transado o que cada huum de a este homem que asy envjarem E o que dam ao tabaliom pello enprazamento e en na carta do enprazamento uaam a rrazom por que nos esto mandamos fazer. E sse algum facto steuesse por enquerer ou as enqueriçoens andasem ia começando na terra este homem leue [e]stas cartas aas partes per que tragam as enqueriçoens ou se as ia filharom na carta uenha recado per que as tragam pera se livrarem os feitos may aginha. Outrossy na carta uenha que se contradicta ouuerem que a ponha logo como dicto he na hordenaçom de suso. E estes enprazamentos que asy forem factos como dicto he ueiam os sobreJujzes E os ouujdores se as partes ueerem per sy ou per seos procuradores ou se non ueerem alguns delles livre como he contheudo em esta [fol. 29v/XXVIIIv] hordinaçom. Eu steuom martiz esto screpuj em aRayollos Vj dias de março Era de mil e quatrocentos E ssassenta e cinco anos per mandado delRey.

Aqui sse acaba a hordenaçom que nosso senhor elRey dom Afonso ordenou e mandou guardar per todo o seu senhorio O qual senhor nos deos defenda el e seos filhos por mujtos annos e boos. Amem

ANEXO III

<i>Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV. Vol. II.</i>		
Doc./Pág.	Data	Validantes
237 p. 367	Lisboa 02/07/1325	el Rey o mandou. Martim steuez A fez. El Rey a uyu.
23 p. 50	Santarém 30/03/1336	El Rey o mandou per Joham viçente sseu clerigo e per ffernam gonçalviz sseu vassalo. françisqu eannes a ffez. Joham viçente ffernam gonçalviz a uyo.
24 p. 51	Santarém 30/03/1336	El Rey o mandou per Joham viçente sseu clerigo e per ffernam gonçalviz cogomjnho sseu vassalo. ffrancisqu eannes a ffez. Joham viçente ffernam gonçalviz a uyo.
37 p. 83	Santarém 30/03/1336	El Rej o mandou per Joham vicente sseu clerigo e per fernam gonçaluez cogomynho seu uassalo. ffrancisqu eannes a ffez. Joham uicente. fernam gonçaluez a uyo.
31 p. 69	Lisboa 04/04/1336	El Rey o mandou per Joham vicente seu clerigo e per ffernam gonçalviz cogomynho sseu vassalo. ffrancisco annes a ffez . Joham vicente ffernam gonçalviz a uijo.
50 p. 108	Évora 05/08/1336	El Rey o mandou per Pero do ssem seu Chanceler Gonçalo annes de Moreira A ffez. Pero do ssem A uyo.
56 p. 114	Lisboa 17/01/1337	El Rey o mandou per Pero giraldez e Steuam gomez sobre Juizes Martinh annes de Moreira a ffez. Steues gomecij petrus giraldiz vidit.
57 p. 115	Estremoz 03/02/1337	El Rey o mandou per ffernam gonçaluez Cogomjnho seu vassalo. fernam gonçalvuz a ffez. ffernam gonçalujz uidit
61 p. 119	Santarém 05/04/1337	El Rej o mandou per Johan vicente seu clerigo e per fernam gonçalviz cogomynho seu vassalo. ffrancisqu eannes A ffez. Joham uicente fernam gonçalviz a ujo.
105 p. 200	Lisboa 21/07/1337	El Rey o mandou per Meestre Pero das leys. seu vassalo. Affonso martinz do Amaral a ffez. Magister petrus vidit.
87 p. 166	Lamas de Orelhão 04/12/1337	El Rej o mandou per ffernam gonçaluez cugomjnho seu vassalo. francisco Lourenço A fez. ffernam gonçaluez a uyo.
99 p. 188	Coimbra 09/04/1338	el Rey o madou per Johãm uicente seu clerigo e per fernam gonçalviz cogomynho seu vassalo. Juyaaominguez a ffe. El Rey a uyu
112 p. 209	Coimbra 21/05/1338	El Rey o mandou per Affonso steuez e per Meestre pedro das Leys seu vassalo. Affonso annes a ffez. Afonso steuez Magister. petrus uidit.
103 p. 198	Coimbra 23/05/1338	el Reij o mandou per ffernam gonçaluez cogomjnho seu vassalo. Joham lopez a ffez. ffernam gonçalviz a ujo.
111 p. 206	Coimbra 06/06/1338	El Rey o mandou per Affonso steuez e per Meestre Pedro das Leys seu vassalo. ffrancisco Lourenço a ffez. Afonso steuez Mgister petrus vidit.
109 p. 205	Coimbra 20/06/1338	El Rey Gonçalo uaaasquiz A ffez. El Rey a uyu.
113 p. 209	Lisboa 08/06/1338	El Rey o mandou per Meestre affonso físico. Affonso martinz a ffez.

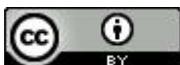
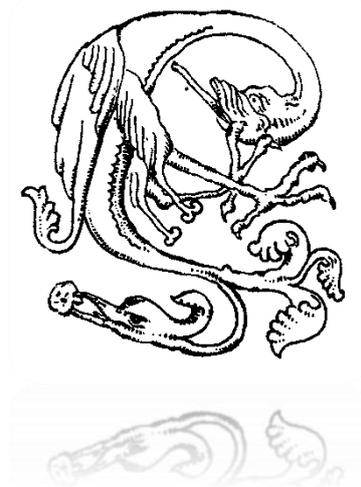
		Meestre Affonso a uyu.
142 p. 241	Lisboa 02/08/1338	El Rey o mandou per. Meestre. Pedro das Leys seu vassalo. Affonso annes A ffez. Magister petrus uidit.
115 p. 212	Lisboa 03/08/1338	El Rey o mandou. Gonçalo uasquiz a ffez. El rey a uiu.
128 p. 226	Lisboa 04/08/1338	El Rey o mandou. Gonçalo martiniz a ffez. El rey a uyu.
114 p. 210	Lisboa 05/08/1338	El Rey o mandou per Meestre pedro das Leys. seu vassalo. Affonso martiniz do Amaral a ffez. Magister petrus vidit.
119 p. 214	Lisboa 07/08/1338	El Rey o mandou per Meestre pedro das Leys seu vassalo. Affonso martiniz do Amaral A ffez. Magister petrus Vidit.
117 p. 213	Lisboa 11/08/1338	El Rey o mandou per Pero do do sem seu Chançeler. Johan eannes a ffez. Petrum de sensum uidit.
120 p. 215	Lisboa 15/08/1338	El Rey o mandou per Meestre pedro das Leys seu vassalo. Affonso annes a ffez. Magister petrus vidit.
132 p. 231	Lisboa 08/09/1338	El Rey o mandou per Affonso steuez e per Meestre Pedro das Leys seu vassalo. Johan eannes a ffez. Afonso steuez Magister petrus vidit.
137 p. 236	Lisboa 08/09/1338	El Rey o madou per Affonso steuez e per Meestre Pedro das leys seu vassalo. francisco Lourenço A ffez. Afonso steuez. Magister petrus. uidit.
219 p. 334	Lisboa 09/09/1338	El Rey o madou per Johãn viçente seu Clerigo e per ffernam gonçalvez Cogominho seu vassalo. Johãm lopez A ffez Johãm viçente ffernam gonçalvez A uyo.
220 p. 336	Lisboa 09/09/1338	El Rey o madou per Johãn viçente seu Clerigo e per ffernam gonçalvez Cogominho seu vassalo. Johãm lopez A ffez. Johãm viçente ffernam gonçalvez A uyo.
147 p. 247	Santarém 09/01/1339	El Rey o mandou per Meestre martinho fisico do Jffante. Affonso annes a ffez. Magister Martinus vidit.
155 p. 256	Santarém 04/02/1339	El Rey o mandou pelos sobredictos Affonso steuez e Meestre pedro das leys seu vassalo. Affonso annes a ffez Afonso steuez Petrus de ssenssu Magister petrus uidit.
156 p. 256	Santarém 08/02/1339	Rey o mandou per Pero do ssem seu Chançeler. pero steuez A ffez Petrum de ssenssu vidit.
149 p. 250	Santarém 13/02/1339	El Rey o mandou per Affonso steuez e per Meestre pedro. das Leys seu vassalo. francisco Lourenço a ffez. Afonso steueez. Magister petrus uidit.
157 p. 257	Santarém 19/03/1339	el Rey o mandou per Pedro do ssen seu chanceler. Pero steuez A ffez. Petrum de sssessu vidit.
164 p. 266	Lisboa 07/06/1339	El Rey o mandou per Pero giraldiz e per Steuam gomez sobrejuizes. Affonso da guarda A ffez . Stephanus gomeçij Petrus geraldidi vidit.
172 p. 276	Sintra 17/07/1339	El Rey o mandou per Affonso martiniz seu clérigo. Gonçalo uasquiz A ffez. Eu Affonso martiniz a uy.
178 p. 287	Lisboa 27/07/1339	El Rey o madou per Affonso steuez e per Meestre pedro das leys seu vassalo a que el Rey madou liurar este fecto. francisco Lourenço A ffez. Afonso steuez. Magister petrus uidit.

199 p. 311	Lisboa 14/08/1339	El Rey o mandou per Affonso steuez e per Meestre pedro das Leys seu vassalo. Affonso annes A ffez. Afonso steuez Magister petrus uidit.
196 p. 305	Lisboa 20/08/1339	El Rey o mandou per Affonso steuez e per Meestre pedro das Leys seu vassalo. Affonso martinz do Amaral A ffez Afonso steuez Magister petrus uidit.
198 p. 310	Leiria 07/09/1339	El Rey o mandou. Juyãao dominguez A ffez. El Rey a uyo.
202 p. 319	Coimbra 06/11/1339	El Rey o mandou per Affonso steuez e per Meestre pedro das leys seu vassalo. ffrançaisco. Lourenço A ffez. Afonso steuez. Magister petrus uidit.
230 p. 356	Lisboa 07/07/1340	El Rey o mandou. pero steuez A ffez. El rey o uyu.
240 p. 372	Lisboa 10/07/1340	El Rey o mandou per Roy faffez seu vassalo. e per fernam rodriguez e affonso Annes seus clérigos. Staço vicente A ffez. Ruy faffez. fernam rodriguez. Affonso annes uy.
237 p. 368	Lisboa 14/07/1340?	El Rey o mandou per Meestre Pero e Meestre Gonçalo das leys seus vassalos. Magister petrus vidit. Magister gonçalus uidit.
238 p. 369	Lisboa 20/07/1340	El Rey o mandou per Meestre Pero e Meestre. Gonçalo das leys seus vassalos. Johã vicente A ffez. Magister petrus vidit. Magister Gonçalus vidit.
242 p. 373	Lisboa 20/08/1340	El Rey o mandou per Meestre Pero e Meestre Gonçalo das Leys seus vassalos. Bertolameu periz A ffez. Magister petrus vidit. Magister gonçalus uidit.
Chancelarias Portugesas. D. Afonso IV. Vol. III.		
Doc./Pág.	Data	Validantes
262 p. 18	Lisboa 17/02/1341	El Rey o mandou per Meestre Pedro e Meestre Gonçalo. das leys seus vassalos. Johã uicente A ffez. Magister Petrus uidit. Magister Gonsaluius uidit.
324 p. 163	Santarém 26/04/1341	El Rey o mandou per Mestre pedro e per Meestre gonçalo das leys seus vassalos a que esto mandou liurar. Affonso martinz do Amaral A ffez. Magister petrus uidit. Magister Gonçalus uidit.
301 p. 118	Lisboa 30/06/1341	El Rey o mandou per Meestre Pedro e Meestre Gonçalo. das leis seus vassalos Staço Affonso a ffez. Magister Petrus vidit. Magister Gonçalus uidit.
302 p. 119	Lisboa 01/07/1341	El Rey o mandou per Meestre Pedro e Meestre Gonçalo das leys seus vassalos. Affonso martinz de Leyrea A ffez. Magister petrus vidit. Magister Gonçalus. uidit.
304 p. 120	Lisboa 10/07/1341	El Rey o mandou per Meestre Pedro e per Meestre Gonçalo das leis seus vassalos. Bertolameu martinz A ffez. Magister petrus vidit. Magister Gonçalus vidit.
305 p. 120	Lisboa 10/07/1341	El Rey o mandou per Meestre Pedro e per Meestre. Gonçalo das leis seus vassalos. Bertolameu martinz a ffez. Magister petrus vidit. Magister Gonçalus vidit.
319 p. 144	Lisboa 01/08/1341	El Rey o mandou per Mestre Pedro. Mestre Gonçalo. das leys seus vassalos. Steuam annes de pedroso a ffez. Magister petrus vidit. Magister Gonçalus vidit
322 p. 150	Freelas 24/08/1341	El Rey o mandou per Mestre Gonçalo. das leys seu vassalo a que esto mandou liurar. Steuam annes de pedroso A ffez. Magister Gonçalus vidit.
335 p. 184	Coimbra 05/11/1341	El Rey o mandou Per Mestre Pedro. das leys seu vassalo. Affonso martinz do Amaral A ffez. Era. M ^a CCC ^a . Lxxix. Anos. Magister petrus Vidit.
342 p. 196	Coimbra 06/12/1341	El Rey o mandou per Pero giraldiz ssobrejuiz. Martin annes d Euora a ffez.

		Petrus geraldí vidit.
347 p. 203	Coimbra 06/12/1341	El Rey o mandou. Lopo steuez A ffez. El Rey a uyu.
368 p. 258	Coimbra 06/12/1342	El Rey o mandou per Steuam gomez e per Lourenco gonçalvez ouuydores dos seus fectos A que o El Rey per sa carta de graça mandou ueer e liurar. Steuam martinz A ffez Steuamus gomecij Lourenco gonçalvez.
394 p. 258	Coimbra 06/02/1343	El Reij o mandou per Giralde esteuez. Affonso annes a ffez Gerardus vidit.
410 p. 316	Coimbra 03/01/1344	El Reij o mandou. Joham Durãaez A ffez. El Rey a uyu.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PRATA, Jorge Manuel de Matos Pina Martins– “A Carta de 25 de Fevereiro de 1327 e a Norma dita de 18 de Fevereiro de 1332”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 217-256. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt> .



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**Povoar e enquadrar.
Um percurso pela geografia das formas de vida religiosa
da Lisboa medieval (séculos XII-XIV)**

**Populating and framing.
A journey through the geography of the forms of religious life in
medieval Lisbon (12th-14th century)**

(a) *Maria Filomena Andrade*, (b) *João Luís Fontes*

(a) Universidade Aberta
1250-100 Lisboa, Portugal

Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa
1649-023 Lisboa, Portugal

fandrade@uab.pt
<http://orcid.org/0000-0002-9430-4640>

(b) Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

joaofontes@fcs.unl.pt
<http://orcid.org/0000-0002-7122-4357>

Data recepção do artigo / Received for publication: 16 de Maio de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 7 de Junho de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5755>

RESUMO

A conquista cristã de Lisboa, em 1147, inaugura um tempo novo na cidade, que vê de imediato restaurada a vida diocesana e rapidamente ativada a vida paroquial. O esforço de assegurar o povoamento e enquadrar eclesiasticamente a população urbana segue a par com a paulatina implantação na urbe de diversas ordens religiosas, umas integrando anteriores experiências eremíticas, outras com um vincado pendor pastoral, aliando liturgia, pregação e caridade.

O contexto muito peculiar da cidade, com uma intensa vida económica, uma população em crescimento, uma corte régia que nela estancia com crescente regularidade e demora, atraindo cada vez mais gentes de desvairadas partes e a cobiça de nobres ou ricos mercadores, que contribuem para a sua ascensão como cidade cabeça do Reino, tornam-na também particularmente apetecível para as ordens religiosas que entre si disputam o espaço urbano, as suas populações e os seus recursos.

É este percurso de implantação e articulação dos conventos e mosteiros, desde a conquista cristã até ao século XIV, que pretendemos explicar e enquadrar na intensa vida da urbe lisboeta.

Palavras-chave: Ordens religiosas; Lisboa; elites; realza.

ABSTRACT

The Christian conquest of Lisbon, in 1147, initiated a new era in the city which immediately saw diocesan life restored and parish life quickly revived. Efforts to secure the settlement and ecclesiastical accommodation of the urban population went hand-in-hand with the gradual establishment in the city of various religious orders, some drawing upon previous eremitic experiences, others with a marked pastoral bias combining liturgy, preaching, and charitable acts.

The very peculiar qualities of the city, possessed of an intense economic life, a growing population, a royal court that sojourned there with increasing regularity and for increasingly prolonged periods, attracted more and more people from diverse regions and stimulated the rapacity of noblemen and rich merchants who contributed to its rise as the capital city of the Kingdom. It also made Lisbon particularly attractive to the religious orders who, between them, contested the urban space, its populations, and its resources.

This article seeks to explain this process of establishment and articulation of convents and monasteries from the time of the Christian conquest to the fourteenth century, and to contextualise it within the intense urban life of the city of Lisbon.

Keywords: Religious Orders; Lisbon; elites; royalty.



1. Conquistada Lisboa por D. Afonso Henriques com a ajuda dos cruzados, em 1147¹, a cidade muçulmana torna-se cristã e implanta-se no seu tecido uma rede paroquial já consolidada no início do século XIII e que resiste quase sem alterações durante todo o período medieval até ao século XVI². É evidente que nesta rede muito havia a fazer e a desenhar, em especial no que toca aos seus limites territoriais e às fronteiras entre uma e outra paróquia, o que levou a vários conflitos e intervenções do poder episcopal para resolver questões em torno de dízimos e de direitos relativos aos enterramentos, como a quarta funerária, que envolviam os fregueses de diversas paróquias e ligados aos mosteiros que paulatinamente se instalam na cidade³.

Os vestígios arqueológicos têm sido interpretados como suportando a hipótese de uma tradição de vida monástica associada a Chelas, que as crónicas monásticas ligam ao culto do mártir São Félix, cujas relíquias remontariam aos tempos do rei Recesvindo, e dos santos Adrião e Natália, aí cultuados desde o século VII⁴. Diversos autores lêem tais tradições e a permanência destes cultos antigos, aliados aos vestígios arqueológicos encontrados, como prova de uma sobrevivência da vida religiosa em Chelas durante a ocupação muçulmana, possivelmente restaurada por Afonso Henriques em 1154. De seguro, resta a doação a Chelas feita por Sancho I, em Agosto de 1192, a uma comunidade masculina, cuja observância se não refere (e

¹ Sobre a conquista cristã da cidade e o seu contexto cf. BRANCO, Maria João – “I. Introdução. A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida”. In *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*. Ed. Aires A. Nascimento. Lisboa: Vega, 2001, pp. 9-51.

² FARELO, Mário – “O direito de padroado na Lisboa medieval”. *Promontoria* 4 (2006), pp. 267-289; SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das taifas a D. Dinis*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 2016.

³ BRANCO, Maria João – “Reis, Bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração”. *Lusitana Sacra*, 2^a série, 10 (1988), pp. 55-94.

⁴ Sobre esta fase do mosteiro, anterior ao período da conquista de Lisboa por Afonso Henriques, veja-se a síntese (mais atualizada) de FERNANDES, Paulo Almeida – “O Mosteiro Baixo-Medieval de Chelas. Interrogações a respeito de uma observância mendicante”. In GOMES, Ana Cristina da Costa; MOURÃO, José Augusto; FRANCO, José Eduardo; SERRÃO, Vítor (coord.) – *Monjas Dominicanas. Presença, Arte e Património em Lisboa*. Lisboa: Aleteia, 2008, pp. 19-22.

que Frei Luís de Sousa diz serem cavaleiros do Hospital, sem o justificar, talvez confundindo-se com a casa que, por essa data, a Ordem tem em Lisboa)⁵.

À Ordem de Santiago o mesmo monarca doa, dois anos depois, uma casa e herdade em Santos, em memória dos mártires de Lisboa, Veríssimo, Máxima e Júlia, para que aí se edificasse um mosteiro de freires clérigos e se ordenasse um cemitério⁶. A Ordem tardou a cumprir o propósito do monarca e apenas nela instalou alguns professos, talvez responsáveis pela organização do culto divino (1207) e pela identificação de Santos como um mosteiro (1220), onde Afonso II viria a estabelecer um aniversário por sua alma (1221). Em inícios dos anos trinta, com a organização da comenda de Santos, as freiras da Ordem abandonaram as instalações da Arruda e recolheram-se no mosteiro (1233), junto dos freires, dando origem a uma comunidade dúplice⁷.

Mas, a par desta situação, no exterior da urbe muralhada, no seu arrabalde oriental, e logo após a conquista cristã de Lisboa, D. Afonso Henriques funda, no cumprimento de um voto, uma ermida dedicada à Virgem e ao mártir São Vicente, no cemitério dos cavaleiros alemães, junto a uma das principais vias de saída da cidade. Aí se edificou um mosteiro de cónegos regrantes, que Afonso Henriques associa à reforma de Santa Cruz de Coimbra, após uma fase inicial, que apenas os cronistas modernos

⁵ *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Vol. I. Ed. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, doc. 60, p. 94; CÁCEGAS, Frei Luís de; SOUSA, Frei Luís de – *História de S. Domingos particular do reino e conquistas de Portugal*, parte I. Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, cap XXIII, p. 117. No entanto, o único documento do cartório conventual que refere a Ordem do Hospital diz respeito a uma doação de 1224 (ANTT – *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, maço 11, doc. 218). Sobre os bens detidos pelos Hospitalários em Lisboa, cf. VARGAS, José Manuel – “O património das Ordens Militares em Lisboa, Sintra e Torres Vedras, segundo uma inquirição do reinado de D. Afonso II”. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura – Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, vol II. Lisboa: Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 107-109.

⁶ *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Vol. I, doc. 71, pp. 109-110 (1194.02.01, Lisboa).

⁷ Cf. OLIVEIRA, Luís Filipe – “Ordens Militares”. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento- Guia Histórico*. 3^a edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2016, p. 484; OLIVEIRA, Luís Filipe – “O mosteiro de Santos, as freiras de Santiago e o culto dos Mártires”. In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 429-436. Sobre as comendadeiras de Santos, veja-se ainda MATA, Joel Silva Ferreira – *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos na Idade Média*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2016.

referem, de uma tentativa de ligação da canónica lisboeta à Ordem de Prémontré⁸. A documentação atesta a presença de um prior, D. Godinho, desde 1162, ligado anteriormente à reforma da canónica do Salvador do Banho, não sendo de excluir a hipótese da existência de um seu antecessor, Mendo, referido no obituário do mosteiro e no prólogo do seu mais antigo cartulário como seu primeiro prior⁹.

D. Paio Gonçalves, prior entre 1172 e 1208, desenvolverá uma intensa política de consolidação patrimonial do cenóbio, de reforço dos seus privilégios e isenções e da sua capacidade de afirmação e intervenção pastoral, dentro e fora da cidade¹⁰. Com efeito, é em 1184 que Lúcio III confirma os privilégios da canónica, incluindo a sua isenção da jurisdição episcopal, ratificada em 1190. Do mesmo priorado datam os conflitos com a Sé em torno da posse das relíquias de S. Vicente, chegadas à cidade em 1173, das quais o cenóbio conservará uma parte ínfima, em favor da catedral da cidade, mas às quais juntava outras, mais antigas, incluindo as dos próprios cruzados falecidos em combate, capazes, no seu conjunto, de o manter como importante centro de devoção e de peregrinação¹¹. É também deste período a fundação de um hospital junto da canónica e os primeiros indícios documentais,

⁸ Sobre esta Ordem em Portugal: BACKMUND, Norbert – “Les origines de l’ Ordre de Prémontré au Portugal”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* 22 (1959), pp. 416-441; FONTES, João Luís Inglês – “Ordem dos Cónegos Regulares Premonstratenses”. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento- Guia Histórico*, pp. 225-231.

⁹ Cf. *Inventário de Compras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora (Cartulário do século XIII)*. Ed. Maria Teresa Barbosa Acabado. Coimbra: s.n., 1969, p. 42, n.º 1; *Um obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora: a comemoração dos que passaram deste mundo*. Ed. Maria José Azevedo Santos. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2008, p. 158. À falta de outros elementos, a historiografia tem mantido a hipótese da ligação inicial aos premonstratenses, persistindo ainda algumas dúvidas sobre a lista dos respectivos priores. Cf. SILVA, Carlos Guardado da – *O mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regante e o património rural (séculos XII-XIII)*. Lisboa: Colibri, 2002, pp. 47-48, 61-69; MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 874-877; GOMES, Saul António – “A chancelaria do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa nos séculos XII e XIII: subsídios para o seu estudo». In *Symmvs Philologvs necnon verbovm imperator. Colectânea de estudos em homenagem ao Académico de Mérito Professor Dr. José Pedro Machado no sue 90.º aniversário*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2004, p. 170; BRANQUINHO, Isabel – “Estratégias de composição do património do Mosteiro de S. Vicente de Fora. Priorado de D. Paio Gonçalves (1172-1205)”. In *A Nova Lisboa Medieval – Actas do I Encontro*. Lisboa: Edições Colibri, 2005, p. 75, nota 1.

¹⁰ BRANQUINHO, Isabel – “Estratégias de composição do património do Mosteiro de S. Vicente de Fora”, pp. 75-88.

¹¹ Sobre esta devoção veja-se o *Indiculum Foundationis Monasterii Beati Vicentii Vlisbone*, traduzido e editado por NASCIMENTO, Aires Augusto; BRANCO, Maria João – *A conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um cruzado*, pp. 177-201; e os estudos de NASCIMENTO, Aires Augusto; GOMES, Saúl António – *S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1988; PEREIRA, Armando de Sousa – “Guerra e santidade: o cavaleiro-mártir Henrique de Bona e a conquista cristã de Lisboa”. In *A Nova Lisboa Medieval – Actas do I Encontro*, pp. 51-73.

recenseáveis desde 1204, que atestam a sua capacidade de atração sobre um público leigo, sobretudo feminino, que, tal como em outras canónicas do reino, se constitui como comunidade de sorores, governada por uma priora, na dependência do prior de S. Vicente, posteriormente referidas como de São Miguel das Donas. Vivendo junto à canónica, em comunidade a maioria e outras em casa particulares, constituem o centro de uma vida “no feminino” que concita para as duas comunidades, masculina e feminina, um apreciável conjunto de bens, estabelecendo uma rede cada vez mais significativa de relações com a sociedade envolvente¹².

No século XIII, a cidade que se consolida como cabeça do reino e simultaneamente vê crescer a sua atividade económica e o dinamismo das suas gentes é procurada pelos movimentos mendicantes que se afirmam em todo o Ocidente europeu. Assim, em 1217, é fundado em Lisboa o convento de São Francisco, em 1218, o dos Trinitários e em 1241, o dos Dominicanos, todos no arrabalde ocidental da cidade, os dois primeiros nos limites da Pedreira, espaço periurbano pouco urbanizado até aos finais do século XII e que sofre, no reinado de D. Dinis, profundas alterações, devido à intervenção urbanizadora do rei. A última destas instituições instala-se no vale da Baixa, que confina com a Pedreira.

O ano da instalação dos Menores na cidade coincide com um acontecimento relevante para a consolidação da cidade de Lisboa no ainda jovem reino português: a conquista definitiva de Alcácer do Sal¹³. Com a tomada do bastião muçulmano que dominava a foz do Sado, Lisboa pôde finalmente ter a estabilidade necessária para se desenvolver urbanisticamente em todas as direcções. O arrabalde ocidental será exactamente o local da cidade em que a dinâmica de expansão urbana e consolidação das actividades comerciais e marítimas mais se irá sentir, durante toda a Idade

¹² A respeito destas mulheres: BRANQUINHO, Maria Isabel – “As Sorores de São Vicente de Fora: uma primeira abordagem”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 239-258; FONTES, João Luís Inglês – “Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*, pp. 259-277; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento*, pp. 212-213.

¹³ Cf. PEREIRA, Maria Teresa Lopes - *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2000. Sobre a importância deste acontecimento no contexto do reinado de Afonso II, cf. VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II. Um rei sem tempo*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, pp. 125-149.

Média, atraindo assim pessoas de todo o reino em seu redor. De facto, os franciscanos tiveram a possibilidade de escolher o melhor local possível para instalar o seu convento, pois quando chegaram à cidade da foz do Tejo, em 1217, a única casa religiosa que existia na cidade era a canónica de S. Vicente de Fora, a qual ocupava uma posição muito semelhante àquela que os franciscanos iriam ocupar, mas no arrabalde oriental da cidade. Para os franciscanos, a sua localização permitia, em simultâneo, o necessário afastamento da cidade e a proximidade que exigia o seu múnus de pregação e de caridade junto dos mais pobres¹⁴.

Remodelado a partir de 1244, com o patrocínio de D. Urraca, mulher de D. Sancho II, o convento sofreu assim a sua primeira ampliação, dado que a igreja primitiva se mostrou logo demasiado pequena para as necessidades dos fiéis. Em 1245, já estava principiada a nova igreja, para cuja construção o Papa Inocência IV contribuiu, concedendo quarenta dias de indulgências a quem nela colaborasse. A construção do convento atraiu muitos artífices, e novos moradores vieram assim trabalhar nas hortas e quintas dos frades. A área conventual, incluindo o edifício, igreja e cerca do convento (terras que lhes pertenciam), era de tal ordem que o povo lhe chamava «a Cidade de São Francisco»

No século XIV, viu-se integrado no perímetro urbano, após a construção da «Muralha Fernandina», que tinha o seu limite na actual Rua do Alecrim – passando as gentes da cidade a estarem defendidas por uma longa muralha que resistiu durante vários meses ao cerco castelhano durante a crise de 1383-1385.

Ainda no contexto da conquista de Alcácer em 1217, e para comemorar e agradecer tal vitória, é fundado em 1218, um convento e hospital de Trinitários, no alto de

¹⁴ Sobre o convento de São Francisco de Lisboa, ver ESPERANÇA Frei Manuel da – *História Seráfica, dos Frades Menores na Província de Portugal*, parte I, liv.2. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana, 1666, pp. 686-689; CALADO, Margarida – *O Convento de S. Francisco da Cidade*. Coleção Biblioteca d'Artes. Lisboa: Faculdade de Belas Artes – Universidade de Lisboa, 2000; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento*, p. 276; SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das Taifas a D. Dinis*, pp. 391-398; LAMELAS, Isidro – “Os Franciscanos em Lisboa”. In CUNHA, João Alves da (coord.) – *O Seminário da Luz: os 50 anos da sua Igreja*. Lisboa: Editorial franciscana, 2018, pp. 24-27. Para o seu enquadramento, cf. MATTOSO, José – “O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas”. In *Obras Completas*. Vol. 8. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, pp. 243-254.

Santa Catarina, junto a uma ermida e sob os auspícios do monarca Afonso II, que lhes terá dado o referido templo do seu padroado, como recompensa pela sua colaboração na conquista de Alcácer¹⁵. O local escolhido situava-se junto de uma das principais vias de acesso à urbe, um pouco a norte do espaço onde os franciscanos se tinham implantado no ano anterior¹⁶.

Estando de início em instalações precárias e com pouca propriedade, no final do século XIII, segundo a tradição, entre 1289 e 1325, o convento e a igreja da Trindade foram objecto de um particular interesse e investimento, por parte da Rainha Isabel, mulher de D. Dinis, sob a supervisão de Frei Estêvão Soeiro ou de Santarém, confessor da Rainha e frade trinitário. No entanto, as obras de construção da igreja e do convento só terminariam em 1325, e a delimitação da sua cerca conventual deve ser da mesma altura. Está por fazer a história deste convento, tanto na sua capacidade de atrair doações de particulares, empenhados em apoiar a redenção dos cativos, como na conflitualidade que vários indícios mostram como efectiva, na relação com as outras casas mendicantes e com os proprietários das casas e terrenos que com ela confinavam.

O outro convento que se instala, na primeira metade do século XIII, como já referido, é o de São Domingos, fundado na década de quarenta deste século por Sancho II ou por Afonso III. O primeiro documento que o refere é a licença dada pelo Deão e Cabido de Lisboa para que os religiosos da Ordem dos Pregadores pudessem edificar um convento num arrabalde da cidade de Lisboa (campo da Corredoura), na freguesia de Santa Justa, datado de 20 de outubro de 1241¹⁷. O local onde os frades se implantaram era uma zona onde a propriedade régia tinha um peso muito significativo, e que foi sendo privatizada através de doações, entre as quais se destacam as realizadas pelo bolonhês. Este teve as suas obras concluídas em 1259. Em 1271, por testamento de D. Afonso III, foi dotado de numerosas terras, a Norte,

¹⁵ Sobre esta Ordem, veja-se a síntese elaborada em: SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento*, pp. 437-447.

¹⁶ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval*, pp. 398-402.

¹⁷ LOURINHO, Manuel H. – “História da Igreja e Convento de S. Domingos de Lisboa”. *Olisipo* 37-38 / 137-138 (1974-1975), pp. 48-59; SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – “Os primórdios da presença dominicana em Portugal. 1220-1418”. In GOUVEIA, António Camões; NUNES, José; FONTES, Paulo F. de Oliveira – *Os Dominicanos em Portugal (1216-2016)*. Lisboa: UCP-CEHR, 2018, p. 20 (e a bibliografia aí citada); SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval*, pp. 402-405.

a Nascente e a Sul. A parte Sul, conhecida por “Horta dos Frades” ou “Horta de S. Domingos”, espaço irrigado pertencente ao convento, por negociações encetadas, antes de 1492, entre D. João II e o Prior de São Domingos, passou a património régio, para construção do Hospital Real de Todos os Santos¹⁸. Nesta região existia ainda um reguengo, contíguo aos terrenos de S. Domingos, que se estendia desde Valverde até à Corredoura e desde aí até perto do Poço do Borratém.

Erguido, pois, numa área rodeada de excelentes terras de cultivo, a igreja e o convento foram vítimas de constantes e catastróficas cheias, tais como as de 4 de janeiro de 1343 e de 24 de outubro de 1384, devidas às águas que corriam das encostas a norte e nascente, bem como as que provinham de um braço do Tejo, atingindo o convento e a própria igreja. A igreja de São Domingos foi construída junto à ermida de Nossa Senhora da Escada, ou Nossa Senhora da Purificação, também conhecida por Nossa Senhora da Corredoura, por ficar próximo do sítio deste nome¹⁹. Esta estendia-se pelo lado norte ao longo da igreja do convento, sendo o acesso realizado por uma escadaria que lhe conferiu o nome popular, simples com dois compartimentos. Nela, os frades lecionaram estudos para seculares.

O número de capelas do convento também é substancial e revela a atracção que o dinamismo apostólico dos dominicanos exerce sobre os membros da família real e das elites lisboetas, como os Palhavã e os Mealha²⁰. Nesta igreja de São Domingos foi enterrado D. Afonso III, onde aguardou 10 anos para ser definitivamente trasladado para Alcobaça²¹.

¹⁸ Sobre este Hospital, veja-se: ALBERTO, Edite Martins; SILVA, Rodrigo Banha da; TEIXEIRA, André (dir.) – *O Hospital Real de Todos os Santos: Lisboa e a Saúde*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2021.

¹⁹ LOURINHO, Manuel H. – “A Ermida de Nossa Senhora da Escada nas suas relações com o Convento e Igreja de S. Domingos”. *Olisipo* 35/134 (Jan.-Jun. 1972), pp. 32-45.

²⁰ ROSA, Maria de Lurdes – *Pero Afonso Mealha. Os bens e a gestão da riqueza de um proprietário leigo do século XIV*. Redondo: Patrimonia, 1995; MARTINS, Miguel Gomes – “A família Palhavã (1253-1357): elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval”. *Revista Portuguesa de História* 32 (1997-1998), pp. 35-93; SILVEIRA, Ana Cláudia – “Entre Lisboa e Setúbal: os Palhavã”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*, pp. 197-213.

²¹ Cf. VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006, p. 160.

Estes três conventos mendicantes constituíram assim uma estrutura conventual sólida, configurando um arco em torno do espaço urbano, formando um anel monástico que encontramos em outras cidades estremenhas, como a de Santarém²². Todos eles se implantaram junto às principais vias que serviam a cidade, em locais estratégicos do ponto de vista do acesso à urbe e com amplas possibilidades de exploração agrícola. Nenhum dos três conventos se instalou junto da muralha, como seria o procedimento mais comum, porque esta tinha sido há muito absorvida pela malha urbana da cidade e todo o espaço junto da cerca estava já ocupado, impossibilitando a sua implantação. Pela sua ação, tornam o Arrabalde Ocidental um importante núcleo da urbe medieval, com um grande desenvolvimento económico e social²³.

Este processo de inserção na malha urbana de Lisboa culminou com a assimilação das cercas conventuais pela muralha erguida em 1373 por D. Fernando, integrando todos os principais conventos da cidade²⁴.

Entretanto, os mosteiros, agora femininos, do termo, Santos e Chelas, nos finais do século XIII e XIV veem alterar a sua situação. No caso de Santos, em finais dos anos sessenta, a Ordem ordenou o convento feminino e limitou a 12 o número de freiras, autonomizando-o da comenda e dotando-o dos rendimentos necessários à sua subsistência. Data desse período a primeira referência segura a uma comendadeira de Santos (1274), vindo o convento a dotar-se de um selo próprio (1276) e a afirmar a sua individualidade através da recuperação da memória dos mártires de Lisboa e da organização do seu culto (1299). Além das doze freiras conventuais e da comendadeira que as dirigia, a Regra da Ordem obrigava o convento a educar as

²² VIANA, Mário – *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, pp. 129-131; FONTES, João Luís Inglês; ANDRADE, Maria Filomena; SANTOS, Maria Leonor Silva – “Frades, Monjas e Reclusas: os primórdios da presença mendicante em Santarém Medieval”. In COLESANTI, Gemma Teresa; GARÍ, Blanca; JORNET-BENITO, Núria (ed.) – *Clarisas y dominicas. Modelos de implantación, filiación, promoción y devoción en la Península Ibérica, Cerdeña, Nápoles y Sicilia*. Florença: Reti Medievali / Firenze University Press, 2017, pp. 383-405.

²³ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval*, pp. 411-412.

²⁴ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval*, p. 390.

filhas dos freires, a acolher as suas viúvas e a dar guarida às freiras seculares durante os períodos de abstinência conjugal²⁵.

No que respeita a Chelas, em 1234, um breve do papa Gregório IX confirma às sorores de Chelas a Regra de Santo Agostinho (bem como uma espécie de Constituições), colocando-as sob a vigilância do bispo de Lisboa²⁶. Mas, em 1259, uma doação de Domingas Rodrigues a Chelas referia a comunidade como sendo de freiras da Ordem de São Domingos²⁷ e a partir de 1280 e até 1293, são frades pregadores que testemunham os contratos realizados pelo mosteiro, o que parece indiciar o facto do mosteiro ter ficado sob a jurisdição dos pregadores, dos finais dos anos 50 aos finais dos 90 do século XIII²⁸.

Esta situação, no entanto, terá sido efémera pois, a partir de 1308, sendo priora Teresa Sanches de Vilalobos, o cenóbio já estava subordinado ao bispo de Lisboa, continuando a seguir a Regra de Santo Agostinho²⁹.

Ao lado destas experiências femininas, na envolvente de São Vicente de Fora, instalam-se as clarissas, sob o patrocínio de D. Inês Fernandes, dama asturiana que, por morte do marido, D. Vivaldo de Pandulfo, mercador genovês, quis aplicar todos os seus bens na construção de um convento de urbanistas³⁰. Compra, então, o terreno a Gonçalo Peres, o Dentado, no actual Campo de Santa Clara, e, no ano de

²⁵ Cf. OLIVEIRA, Luís Filipe – “Ordens Militares”. In Sousa, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento*, p. 484; OLIVEIRA, Luís Filipe – “O mosteiro de Santos, as freiras de Santiago e o culto dos Mártires”, pp. 429-436; MATA, Joel Silva Ferreira – *A comunidade feminina da Ordem de Santiago*.

²⁶ Conforme breve de Gregório IX, de 26 de Julho de 1234 (cópias em ANTT – *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, maço 77, doc. 1526, 1527 e 1528).

²⁷ ANTT – *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, maço 7, doc. 127.

²⁸ ANTT – *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, maço 10, doc. 189; maço 11, doc. 202.

²⁹ Num documento a propósito de uma apelação de Chelas por causa das exigências do bispo de Lisboa de pagarem “visitação e procuração”, tornam-se visíveis as obrigações para com o referido prelado (ANTT – *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, maço 3, doc. 411). Sobre este cenóbio, ver ainda ANDRADE, Maria Filomena – *O Mosteiro de Chelas. Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*. Cascais: Patrimonia, 1996.

³⁰ Para a história desta comunidade veja-se: ANTT, *OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Lisboa*, livro 4; ESPERANÇA, Frei Manuel da – *História Seráfica*, vol. II, pp. 95-164; *História dos Mosteiros, Conventos e Casas religiosas de Lisboa*, tomo II. Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa, 1972, pp. 231-258; ANDRADE, Maria Filomena – *In Oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura. A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII-XIV)*. Lisboa: Tese de doutoramento apresentada à FCSH da UNL, 2011, pp. 92-93.

1292, doa-o para aí ser edificado o mosteiro. As primeiras freiras do mosteiro terão sido Maria Martins, Maria Domingues e Clara Eanes, também elas ligadas à iniciativa desta instituição. As quatro damas conseguiram, junto da Santa Sé, em Agosto de 1288, pela bula *Sicut Nos* do papa Nicolau IV, a licença para a sua fundação³¹.

No primeiro dia de Fevereiro de 1292 já existia um edifício, que a fundadora entrega à comunidade já com várias religiosas, entre elas a abadessa, D. Ximena e a Vigária, Urraca Abril, ficando a viver junto ao mosteiro, como aliás o faziam muitas senhores nobres e viúvas do seu tempo. A esta entrega estiveram presentes o Ministro Provincial de Santiago, Frei Martinho Eanes, o custódio, Frei Martim Martins de Pedroso e o guardião de Lisboa, Domingos Lourenço, entre outros, legitimando assim a fundação a instalação da primeira comunidade³². A Igreja é começada a 7 de Setembro de 1294, sendo bispo D. João Martins de Soalhães. Determinou-se então que o mosteiro poderia albergar até cem religiosas, vinte e quatro criadas e oito educandas, sendo as religiosas da Segunda Ordem e sujeitando-se à regra urbanista. Nesta comunidade, é notório o comprometimento das elites locais que, possivelmente influenciadas pelo dinamismo dos mendicantes, em Lisboa, terão cometido este empreendimento, numa cidade onde já existiam grandes conventos femininos que concitavam os interesses da nobreza e da burguesia local, como acabámos de explicitar.

A opção pela regra urbanista é agora natural, pois esta era a normativa adotada pelos conventos da segunda Ordem em Portugal, possibilitando a sua viabilização económica, pela posse de bens, entregando a jurisdição ao Cardeal Protector que depois nomeava visitantes – os Menores – e mantendo a estreita clausura.

A escolha do local para o mosteiro das Clarissas, no outro extremo da cidade, oposto ao dos seus congéneres masculinos, talvez se ligue também à presença, nesta zona, de diversas outras experiências de vida religiosa feminina. E não eram só as sorores de S. Vicente. Com efeito, desde pelo menos 1277, junto ao mosteiro de S. Vicente de

³¹ Conforme é referido em ANTT, *OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Lisboa*, liv. 4, fl. 1.

³² ESPERANÇA, Fr. Manuel da – *História Seráfica*, vol. II, pp. 95-164, refere ainda: Frei Aires, doutor ou leitor de São Francisco de Lisboa, Frei João Galego, guardião de Leiria, Frei Afonso Rodrigues, tio do rei D. Dinis. E conclui dizendo “todos da nossa Família, a qual nesta fundação estava interessada”.

Fora, documenta-se a presença de emparedadas, que viviam em casas que davam também para o adro da igreja conventual³³. Este grupo de mulheres enclausuradas parece atravessar incólume toda a centúria de Trezentos. Estas mantinham-se claramente distintas das sorores, recusando o enquadramento monástico tradicional da comunidade feminina vicentina e conservando quase sempre a sua autonomia económica³⁴. Esta era ainda potencializada pela existência de servidores próprios, que certamente agiriam como seus procuradores na gestão dos seus interesses³⁵.

Os testemunhos de reclusão voluntária, protagonizada sobretudo, mas não exclusivamente, por mulheres³⁶, multiplicam-se pela zona alta da cidade e pelas imediações da zona muralhada. Assim, no interior da antiga cerca moura, encontramos documentados dois núcleos de emparedadas, um junto à igreja de S. Bartolomeu, entre 1268 e 1308, e outro no adro da igreja de Santa Cruz do Castelo,

³³ Cf. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1^a incorporação*, maço 4, n^o 6. Outras referências em FONTES, João Luís Inglês – “Reclusão, eremitismo e espaço urbano”, pp. 264-265 e 270.

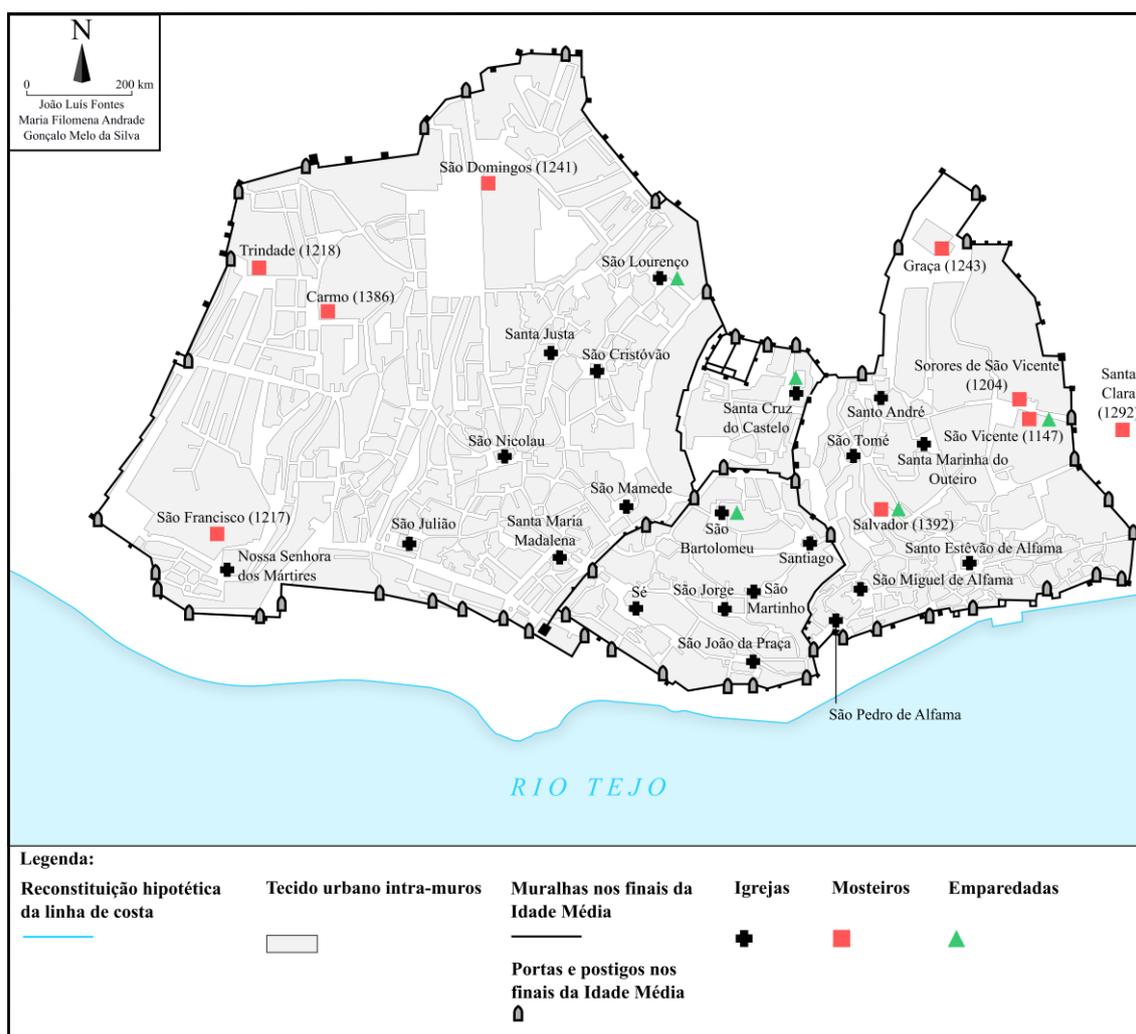
³⁴ Discordamos aqui da sua inclusão entre as sorores, dependentes do mosteiro, como propõe GOMES, Saul António – “Castas donas: Cónegas Regrantes de Santo Agostinho em Portugal no período medieval”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 10/1 (2010), pp. 37-71, parecendo-nos sobretudo uma leitura sobre a realidade medieval de textos posteriores, de cariz normalizador de uma realidade bastante mais complexa e diversificada.

³⁵ Encontramos referência, em 1296, a um Vicente, «criados das inparedeadas de sam vicente»: ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, maço 46, n^o 906C; publicado por AZEVEDO, Pedro de – “Documentos portugueses do mosteiro de Chelas”. *Revista Lusitana* 9 (1905), p. 274; MARTINS, Ana Maria – *Documentos portugueses do Noroeste e da região de Lisboa. Da produção primitiva ao século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, doc. 132, p. 375.

³⁶ Para a cronologia em estudo, encontramos referências à presença de dois reclusos, ambos recordados pelo mesmo nome próprio, o de Pedro, um junto a Santa Maria dos Mártires, em 1217 (ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1^a incorporação*, maço 2, n^o 5; publ. por SÁ NOGUEIRA, Bernardo de – *Portugaliae Tabellionum Intrumenta. Documentação notarial portuguesa*, tomo I. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005, doc. 1, pp. 197-198), e um outro, em data incerta, junto de S. Vicente de Fora, conforme recordado pelo obituário da canónica lisboeta (*Um obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora*, p. 171). A associação a dois lugares intimamente associados à memória dos cruzados mortos aquando da conquista cristã da cidade acentuava o cariz penitencial e martirial da própria reclusão voluntária. Só em finais do século XIV voltamos a encontrar notícia de dois reclusos, um junto ao convento de São Francisco – o famoso Frei João da Barroca, com quem o Mestre de Avis se vem aconselhar – e outro, de nome Vicente, junto ao convento de Santo Agostinho, recordado pelo cronista dos lóios como conselheiro de Mestre João Vicente, um dos fundadores da Congregação (cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória*, parte I. Ed. Anselmo Braamcamp Freire. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, cap. XXIII, p. 42; PORTALEGRE, Paulo de – *Novo Memorial do Estado Apostólico. Primeira Crónica dos Lóios*. Ed. Cristina Sobral. Lisboa: Roma Editora, 2007, parte I, cap. 5, pp. 79-80; para a sua contextualização, cf. FONTES, João Luís Inglês – “Reclusão, eremitismo e espaço urbano”, pp. 262-263).

entre 1308 e 1385. Em 1317, o grupo incluía pelo menos três mulheres, que habitavam junto ao adro da igreja, em celas individuais contíguas³⁷.

No lado oriental da cidade, o obituário de S. Vicente de Fora recorda a presença, junto a Santa Maria de Alcamim, da emparedada Elvira Eanes e, a par da paroquial de S. Lourenço, um outro grupo de emparedadas surge documentado entre 1316 e 1347. A estas importa ainda acrescentar, na parte oriental, as reclusas que, entre 1319 e 1338, se congregam em torno da paroquial do Salvador³⁸ (ver **mapa 1**).



Mapa 1 – As formas de vida religiosa na Lisboa medieval (séc. XIV)³⁹.

³⁷ Cf. FONTES, João Luís Inglês – “Reclusão, eremitismo e espaço urbano”, pp. 263-264.

³⁸ Cf. FONTES, João Luís Inglês – “Reclusão, eremitismo e espaço urbano”, p. 264.

³⁹ Elaborado por Gonçalo Melo e Silva sobre mapa anteriormente disponibilizado pelo Arquivo Municipal de Lisboa. Por comodidade, está já assinalada a muralha fernandina, ainda ausente aquando da fundação da maioria das casas religiosas da cidade ou do aparecimento de muitos dos casos de reclusão voluntária documentados até ao final de Trezentos.

Relativamente ao Convento de Santo Agostinho, mais tarde dito de Nossa Senhora da Graça, as suas origens permanecem ainda por esclarecer. Os próprios autores que se debruçaram sobre a história da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal divergem quanto à data de instalação dos primeiros eremitas junto a S. Gens, oscilando entre 1192 e 1234, sem aduzirem elementos que suportem as datas propostas⁴⁰. A documentação do cenóbio que sobreviveu até aos nossos dias, mais tardia, obriga-nos, até à descoberta de novos dados, e mesmo aceitando a tradição da origem eremítica do cenóbio, a reconhecer o nosso completo desconhecimento sobre a proveniência destes anacoretas e o seu percurso até à filiação na nova Ordem, definitivamente aprovada por Alexandre IV em 1256.

Em 1271, os religiosos Agostinhos mudaram-se para o local chamado Almofala, no interior da cidade, no limite do arrabalde oriental, a norte de São Vicente, iniciando-se a construção do novo convento (para 40 a 50 frades), em Fevereiro desse ano, obras que terão sido financiadas por muitas pessoas devotas⁴¹. A posição urbana escolhida pelos Agostinhos insere-se também dentro do normal esquema de implantação das instituições monásticas urbanas: um local na periferia da cidade, junto a uma via relevante, num sítio alto. Na verdade, os Agostinhos não tinham muitas opções, pois os outros pontos estratégicos da periferia urbana já haviam sido anteriormente tomados por outras instituições monásticas, encontrando-se a cidade, no final do reinado de Afonso III, momento em que os Agostinhos se implantam na Graça, já praticamente cercada pelas principais instituições conventuais da época⁴².

Um século mais tarde, ainda no arrabalde ocidental da cidade, face ao castelo, desde 1386, D. Nuno Álvares Pereira, num local que se debruça sobre o rossio da cidade e

⁴⁰ Cf. COSTA, Avelino de Jesus da – “Agostinho, Ordem de Santo”. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, s.e., tomo I. Porto: Figueirinhas, 1985, p. 59; ALONSO, Carlos – “Agostinhos”. In AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, tomo I. Lisboa: CEHR da UCP – Círculo de Leitores, 2000, pp. 27-32; ALONSO, Carlos – *Os Agostinhos em Portugal*. Madrid: Ediciones Religión y Cultura, 2003, pp. 19-24.

⁴¹ Cf. *História dos Mosteiros, Conventos e Casas religiosas de Lisboa*, Tomo I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950, p. 112. Sobre a evolução deste convento, ver RIBEIRO, Mário de Sampayo – *A Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa*. Lisboa: Amigos de Lisboa, 1939.

⁴² SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa Medieval*, p. 473.

se inscreve no arco monacal, anteriormente referido, em terrenos próximos do convento dos trinitários e que, na altura da fundação, eram em parte do Almirante Pessanha, inicia os esforços para construir um convento. O primeiro documento oficial sobre a sua fundação data de 8 de Dezembro de 1386 e diz respeito a uma bula de Urbano VI onde se refere o desejo de D. Nuno Álvares Pereira de edificar um convento em Lisboa dedicado a Nossa Senhora do Vencimento. Nove anos depois, numa outra bula, esta de Bonifácio IX de 9 de Setembro de 1395, o Papa dava a confirmação apostólica ao convento já fundado por Nuno Álvares Pereira. A construção terá sido iniciada em 1389, dando-se por concluída em 1422, apesar dos enormes problemas de construção que desde logo revelou o terreno onde se implantou. Ainda no decorrer das obras, em 1397, chegaram a Lisboa os padres carmelitas de Moura, a quem o Condestável confiou o novo convento. Em 1404, D. Nuno doou os seus próprios bens ao convento e, em 1423, ele mesmo ingressou no convento como religioso, período em que as suas obras estariam concluídas, entregando-o à Ordem Carmelita lusitana, por ocasião da celebração do primeiro Capítulo Provincial dos Carmelitas em Portugal. Nuno Álvares Pereira terá esperado a constituição da Província Lusitana, autónoma de Espanha, para entregar oficialmente a igreja e o convento à Ordem Carmelita. A partir desta data, este convento foi cabeça da Província do Carmo⁴³.

Foi sempre um convento protegido, sobretudo pelo fundador, que o dotou de largo património, mas também por diversos monarcas, como D. Duarte e D. Afonso V.

No final do século XIV, os dominicanos sofrem uma importante mudança que tem a ver com a entrada da observância. É assim que nasce na urbe o mosteiro do Salvador, casa de dominicanos, o primeiro observante, promovido e fundado, em 1392, por D. João de Azambuja, então bispo do Porto e protegido do monarca D. João I, após ter recebido licença apostólica por bula de Bonifácio IX de 13 de Março de 1391 para

⁴³ Cf. PEREIRA, Paulo - "O Convento e Igreja de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo". In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela (coord.) - *Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 20-39; MONTEIRO, João Gouveia - *Nuno Álvares Pereira, Guerreiro, Senhor Feudal, Santo: os três rostos do Condestável*. Lisboa: Manuscrito, 2017, pp. 199-205. Sobre a sua integração na história da presença da Ordem em Portugal, ver VELASCO BAYÓN, Balbino - *História da Ordem do Carmo em Portugal*. Camarate: Paulinas, 2001.

transformar a igreja do Salvador em mosteiro de religiosas dominicanas, e a doação, de D. João I, do padroado da mesma igreja a 1 de Julho seguinte⁴⁴. A 29 de Novembro de 1396, a comunidade recebeu Constituições da mão de D. João de Azambuja, nas quais era prescrita a clausura e a sujeição aos dominicanos, conforme os Estatutos da Ordem e o modo de vida do convento de São Sisto de Roma⁴⁵. Esta disposição, cerca de 1461, veio a dar origem a um longo diferendo entre a comunidade e o arcebispo de Lisboa, D. Afonso Nogueira, a propósito da dependência relativamente aos Observantes ou ao Provincial dos Frades Pregadores. O Salvador de Lisboa acabaria por vir a ser o primeiro convento feminino da Observância em Portugal⁴⁶.

Em 1415, aquando da morte de D. João de Azambuja, que foi sepultado no convento, não estavam ainda concluídas as obras de construção do edifício. No entanto, sendo uma casa de especial devoção da família real, por intervenção da rainha D. Leonor, mulher de D. Duarte, as obras vieram a terminar em 1438.

A par do bispo do Porto, participou na fundação do convento Frei Vicente de Lisboa, que alguns anos depois fundou o convento observante de São Domingos de Benfica, em 1399 e de acordo com os princípios da reforma, e sede da Observância portuguesa. Foi construído em Benfica, fora da cidade, no seu termo, numa quinta doada por D. João I à Ordem a pedido de Fr. Vicente de Lisboa (segundo António do Rosário, reformador e vigário da Observância⁴⁷) e do Doutor João das Regras, que aí

⁴⁴ Sobre o processo de fundação, ver por todos COSTA, António Domingues de Sousa – “D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa”. In *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português IV/2, 1989, pp. 1-150. Sobre o mosteiro, ver ainda FERNANDES, Paulo Almeida – “A encomenda artística episcopal. Três casos para uma introdução ao tema”. In FONTES, João Luís Inglês (dir.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 739-742. Sobre o fundador, cf. GRAF, Carlos Eduardo de Verdier – *D. João Esteves de Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*. Porto: Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011; FONTES, João Luís Inglês – “João Afonso Esteves de Azambuja (1402-1415)”. In FONTES, João Luís Inglês (dir.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, pp. 471-484.

⁴⁵ Publicadas por COSTA, António Domingues de Sousa – “D. João Afonso de Azambuja”, pp. 128-135.

⁴⁶ COSTA, António Domingues de Sousa – “D. João Afonso de Azambuja”.

⁴⁷ ROSÁRIO, Frei António do – “Letrados dominicanos em Portugal nos séculos XIII-XV”. *Repertório de historia de las ciencias eclesiásticas en España* 7 (1979), p. 597; BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – FCT, 2000, n^o 734, pp. 2071-2075, e bibliografia aí aduzida.

se fez sepultar⁴⁸. Agraciado desde os primeiros tempos por D. João I, o convento foi-se mantendo sob proteção da realeza⁴⁹.

Vemos assim a instalação dos conventos e mosteiros de acordo com lógicas de implantação e com interesses próprios, mas também de acordo com os fundadores e apoiantes, muitas vezes o próprio monarca, que assim dirige o processo e urbanização de Lisboa.

Cidade, cabeça do Reino, nela se instalam, de forma estratégica, as diversas Ordens religiosas, preocupadas com a evangelização da cidade e das suas gentes, nela dirimem os seus interesses e os seus objectivos que se cruzam com os da população e sociedade urbana, especialmente os das suas elites⁵⁰.

Referências bibliográficas

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Mosteiro de Santa Maria de Chelas

- maço 3, doc. 411;
- maço 7, doc. 127;
- maço 10, doc. 189;
- maço 11, doc. 202 e 218;
- maço 46, n^o 906C;
- maço 77, doc. 1526, 1527 e 1528.

⁴⁸ Cf. COSTA, António Domingues de Sousa – “O célebre conselheiro e chanceler régio Doutor João das Regras, clérigo conjugado e prior da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães”. *Itinerarium* 18 (1972), pp. 232-259. A sua epígrafe foi editada por Mário Barroca, que traça igualmente a sua biografia, necessariamente marcada pelo apoio que desde cedo prestou ao Mestre de Avis e futuro D. João I. Cf. BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa*, n^o 738, pp. 2087-2101.

⁴⁹ VALE, Teresa Leonor Magalhães do – *O Convento de São Domingos de Benfica, Dom João de Castro e o Instituto Militar Pupilos do Exército*. Lisboa: Instituto Militar Pupilos do Exército, 1996.

⁵⁰ Texto inicialmente apresentado ao *V Colóquio Internacional “A Nova Lisboa Medieval”: Caminhos do Ocidente e do Oriente (1147-1217)*, org. pelo Instituto de Estudos Medievais e coord. por Catarina Tente, João Luís Inglês Fontes, Luís Filipe Oliveira, Mário Farelo e Miguel Gomes Martins (Lisboa, 23-25 de Outubro de 2017).

Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1^a incorporação

- maço 2, n^o 5.

- maço 4, n^o 6;

OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Lisboa

- livro 4.

Fontes impressas

AZEVEDO, Pedro de – “Documentos portugueses do mosteiro de Chelas”. *Revista Lusitana* 9 (1905), pp. 259-276.

BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 3 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – FCT, 2000.

CÁCEGAS, Frei Luís de; SOUSA, Frei Luís de – *História de S. Domingos particular do reino e conquistas de Portugal*. Vols. I-II. Porto: Lello & Irmão Editores, 1977.

A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado. Ed. Aires A. Nascimento. Lisboa: Vega, 2001.

Documentos de D. Sancho I (1174-1211). Vol. I. Ed. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979.

ESPERANÇA, Frei Manuel da – *História Seráfica, dos Frades Menores na Província de Portugal*, 2 vols. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana, 1656-1666.

Indiculum Foundationis Monasterii Beati Vicentii Vlisbone. In *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*. Ed. Aires A. Nascimento. Lisboa: Vega, 2001, pp. 177-201

História dos Mosteiros, Conventos e Casas religiosas de Lisboa, 2 vols. Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa, 1950-1972.

Inventário de Compras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora (Cartulário do século XIII). Ed. Maria Teresa Barbosa Acabado. Coimbra: s.n., 1969.

LOPES, Fernão – *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória*, parte I. Ed. Anselmo Braamcamp Freire. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.

MARTINS, Ana Maria – *Documentos portugueses do Noroeste e da região de Lisboa. Da produção primitiva ao século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

NASCIMENTO, Aires Augusto; GOMES, Saul António – *S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1988.

Um obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora: a comemoração dos que passaram deste mundo. Ed. Maria José Azevedo Santos. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2008.

PORTALEGRE, Paulo de – *Novo Memorial do Estado Apostólico. Primeira Crónica dos Lóios.* Ed. Cristina Sobral. Lisboa: Roma Editora, 2007.

SÁ NOGUEIRA, Bernardo de – *Portugaliae Tabellionum Intrumenta. Documentação notarial portuguesa*, tomo I. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.

Estudos

ALBERTO, Edite Martins; SILVA, Rodrigo Banha da; TEIXEIRA, André (dir.) – *O Hospital Real de Todos os Santos: Lisboa e a Saúde.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2021.

ALONSO, Carlos – “Agostinhos”. In AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, tomo I. Lisboa: CEHR da UCP – Círculo de Leitores, 2000, pp. 27-32.

ALONSO, Carlos – *Os Agostinhos em Portugal.* Madrid: Ediciones Religión y Cultura, 2003.

ANDRADE, Maria Filomena – *O Mosteiro de Chelas. Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão.* Cascais: Patrimonia, 1996.

ANDRADE, Maria Filomena – *In Oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura. A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII-XIV).* Lisboa: Tese de doutoramento apresentada à FCSH da UNL, 2011.

BACKMUND, Norbert – “Les origines de l’ Ordre de Prémontré au Portugal”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* 22 (1959), pp. 416-441.

BRANCO, Maria João – “Reis, Bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração”. *Lusitana Sacra*, 2^a série, 10 (1988), pp. 55-94.

BRANCO, Maria João – “I. Introdução. A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida”. In *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado.* Ed. Aires A. Nascimento. Lisboa: Vega, 2001, pp. 9-51.

BRANQUINHO, Isabel – “Estratégias de composição do património do Mosteiro de S. Vicente de Fora. Priorado de D. Paio Gonçalves (1172-1205)”. In *A Nova Lisboa Medieval – Actas do I Encontro.* Lisboa: Edições Colibri, 2005, pp. 75-88.

BRANQUINHO, Maria Isabel – “As Sorores de São Vicente de Fora: uma primeira abordagem”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade.* Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 239-258.

CALADO, Margarida – *O Convento de S. Francisco da Cidade*. Coleção Biblioteca d'Artes. Lisboa: Faculdade de Belas Artes – Universidade de Lisboa, 2000.

COSTA, António Domingues de Sousa – “O célebre conselheiro e chanceler régio Doutor João das Regras, clérigo conjugado e prior da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães”. *Itinerarium* 18 (1972), pp. 232-259.

COSTA, António Domingues de Sousa – “D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa”. In *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português IV/2, 1989, pp. 1-150.

COSTA, Avelino de Jesus da – “Agostinho, Ordem de Santo”. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, s.e., tomo I. Porto: Figueirinhas, 1985, pp. 59-60.

FARELO, Mário – “O direito de padroado na Lisboa medieval”. *Promontoria* 4 (2006), pp. 267-289.

FERNANDES, Paulo Almeida – “O Mosteiro Baixo-Medieval de Chelas. Interrogações a respeito de uma observância mendicante”. In GOMES, Ana Cristina da Costa; MOURÃO, José Augusto; FRANCO, José Eduardo; SERRÃO, Vítor (coord.) – *Monjas Dominicanas. Presença, Arte e Património em Lisboa*. Lisboa: Aleteia, 2008, pp. 19-35.

FERNANDES, Paulo Almeida – “A encomenda artística episcopal. Três casos para uma introdução ao tema”. In FONTES, João Luís Inglês (dir.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 735-744.

FONTES, João Luís Inglês – “Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 259-277.

FONTES, João Luís Inglês – “Ordem dos Cónegos Regulares Premonstratenses”. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento- Guia Histórico*. 3^a edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2016, pp. 225-231.

FONTES, João Luís Inglês – “João Afonso Esteves de Azambuja (1402-1415)”. In FONTES, João Luís Inglês (dir.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 471-484.

FONTES, João Luís Inglês; ANDRADE, Maria Filomena; SANTOS, Maria Leonor Silva – “Frades, Monjas e Reclusas: os primórdios da presença mendicante em Santarém Medieval”. In COLESANTI, Gemma Teresa; GARÍ, Blanca; JORNET-BENITO, Núria (ed.) – *Clarisas y dominicas. Modelos de implantación, filiación, promoción y devoción en la Península Ibérica, Cerdeña, Nápoles y Sicilia*. Florença: Reti Medievali / Firenze University Press, 2017, pp. 383-405.

GOMES, Saul António – “A chancelaria do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa nos séculos XII e XIII: subsídios para o seu estudo». In *Svmmvs Philologvs necnon verbovm imperator. Colectânea de estudos em homenagem ao Académico de Mérito*

Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90^o aniversário. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2004, pp. 163-213.

GOMES, Saul António – “Castas donas: Cónegas Regrantes de Santo Agostinho em Portugal no período medieval”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 10/1 (2010), pp. 37-71.

GRAF, Carlos Eduardo de Verdier – *D. João Esteves de Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*. Porto: Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

LAMELAS, Isidro – “Os Franciscanos em Lisboa”. In CUNHA, João Alves da (coord.) – *O Seminário da Luz: os 50 anos da sua Igreja*. Lisboa: Editorial franciscana, 2018, pp. 21-40.

LOURINHO, Manuel H. – “A Ermida de Nossa Senhora da Escada nas suas relações com o Convento e Igreja de S. Domingos”. *Olisipo* 35/134 (Jan.-Jun. 1972), pp. 32-45.

LOURINHO, Manuel H. – “História da Igreja e Convento de S. Domingos de Lisboa”. *Olisipo* 37-38 / 137-138 (1974-1975), pp. 48-59.

MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

MARTINS, Miguel Gomes – “A família Palhavã (1253-1357): elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval”. *Revista Portuguesa de História* 32 (1997-1998), pp. 35-93.

MATA, Joel Silva Ferreira – *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos na Idade Média*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2016.

MATTOSO, José – “O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas”. In *Obras Completas*. Vol. 8. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, pp. 243-254.

MONTEIRO, João Gouveia – *Nuno Álvares Pereira, Guerreiro, Senhor Feudal, Santo: os três rostos do Condestável*. Lisboa: Manuscrito, 2017.

OLIVEIRA, Luís Filipe – “O mosteiro de Santos, as freiras de Santiago e o culto dos Mártires”. In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 429-436.

OLIVEIRA, Luís Filipe – “Ordens Militares”. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento- Guia Histórico*. 3^a edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2016, pp. 453-502.

PEREIRA, Armando de Sousa – “Guerra e santidade: o cavaleiro-mártir Henrique de Bona e a conquista cristã de Lisboa”. In *A Nova Lisboa Medieval – Actas do I Encontro*, Lisboa: Colibri, 2005, pp. 51-73.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes - *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2000.

PEREIRA, Paulo - "O Convento e Igreja de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo". In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela (coord.) - *Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 20-39.

RIBEIRO, Mário de Sampayo - *A Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa*. Lisboa: Amigos de Lisboa, 1939.

ROSA, Maria de Lurdes - *Pero Afonso Mealha. Os bens e a gestão da riqueza de um proprietário leigo do século XIV*. Redondo: Patrimonia, 1995.

ROSÁRIO, Frei António do - "Letrados dominicanos em Portugal nos séculos XIII-XV". *Repertório de historia de las ciencias eclesiásticas en España* 7 (1979), pp. 509-598.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva - "Os primórdios da presença dominicana em Portugal. 1220-1418". In GOUVEIA, António Camões; NUNES, José; FONTES, Paulo F. de Oliveira - *Os Dominicanos em Portugal (1216-2016)*. Lisboa: UCP-CEHR, 2018, pp. 9-26.

SILVA, Carlos Guardado da - *O mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*. Lisboa: Colibri, 2002.

SILVA, Manuel Fialho - *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das taifas a D. Dinis*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 2016.

SILVEIRA, Ana Cláudia - "Entre Lisboa e Setúbal: os Palhavã". In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) - *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 197-213.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) - *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento- Guia Histórico*. 3^a edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2016.

VALE, Teresa Leonor Magalhães do - *O Convento de São Domingos de Benfica, Dom João de Castro e o Instituto Militar Pupilos do Exército*. Lisboa: Instituto Militar Pupilos do Exército, 1996.

VARGAS, José Manuel - "O património das Ordens Militares em Lisboa, Sintra e Torres Vedras, segundo uma inquirição do reinado de D. Afonso II". In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) - *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura - Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, vol II. Lisboa: Edições Colibri - Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 105-129.

VELASCO BAYÓN, Balbino - *História da Ordem do Carmo em Portugal*. Camarate: Paulinas, 2001.

VENTURA, Leontina - *D. Afonso III*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.

VIANA, Mário – *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II. Um rei sem tempo*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

ANDRADE, Maria Filomena; FONTES, João Luís – “Povoar e enquadrar. Um percurso pela geografia das formas de vida religiosa da Lisboa medieval (séculos XII-XIV)”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 257-280. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



En los orígenes de la observancia. *Frades da prove vida* en la Galicia medieval (Finales siglo XIV – finales siglo XV)

In the origins of observance. *Frades da prove vida* in medieval Galicia (late 14th century - late 15th century)

(a) **María Luz Ríos Rodríguez**, (b) **M.ª Dolores Fraga Sampedro**

(a) Universidade de Santiago de Compostela, Facultade de Xeografía e Historia,
Departamento de Historia, GI- 1548 Historia medieval: Sociedade e Territorio
15 782 Santiago de Compostela, España

(b) Universidade de Santiago de Compostela, Facultade de Xeografía e Historia,
Departamento de Historia da Arte, GI- 1907 Iacobus
15 782 Santiago de Compostela, España

(a) marialuz.rios@usc.es

<https://orcid.org/0000-0003-3780-5649>

(a) mdolores.fraga@usc.es

<https://orcid.org/0000-0003-4676-4586>

Data recepción do artigo / Received for publication: 11 de Novembro de 2021

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 9 de Abril de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5678>

RESUMO

Se analiza el nacimiento y evolución de un grupo de franciscanos reformadores conocidos como los *frades da prove vida*. Su objetivo es retornar a la pureza de la regla franciscana. En el breve período que transcurre desde 1389 a 1407 llevan a cabo siete fundaciones en Galicia y ocho en Portugal. Las fundaciones en dos reinos responden a la existencia del Cisma y a la diversa obediencia de Castilla (a Aviñón) y de Portugal (a Roma). Los primeros protagonistas documentados son fray Gonzalo Mariño, fray Diego Arias y fray Pedro Díaz. Son respaldados por las autoridades eclesiásticas locales que les facilitan el acceso a ermitas y capillas preexistentes. Se asientan en su entorno en pobres habitáculos, en zonas boscosas y solitarias, rememorando los primeros pasos de san Francisco de Asís y su *Fraternitas*. Cuentan también con apoyos procedentes de la hidalguía gallega y de la burguesía compostelana. Su pervivencia se mantiene hasta mediados del siglo XV, momento en que comienzan a sufrir las presiones de los observantes. A comienzos del XVI se integran en la Regular Observancia. Las estructuras materiales de estos eremitorios iniciales se renuevan con la elevación de pequeños monasterios y las capillas preexistentes se transforman en oratorios.

Palavras-chave: Frades da prove vida; Observancia; Fray Gonzalo Mariño; Galicia; Oratorios.

ABSTRACT

The birth and evolution of a group of Franciscan reformers known as the *Frades da prove vida* is analyzed. Its objective is to return to the purity of the Franciscan rule. In the short period that elapses from 1389 to 1407 they carry out seven foundations in Galicia and eight in Portugal. The foundations in two kingdoms respond to the existence of the Schism and to the different obedience of Castile (to Avignon) and of Portugal (to Rome). The first documented protagonists are Fray Gonzalo Mariño, Fray Diego Arias and Fray Pedro Díaz. They are supported by local ecclesiastical authorities that facilitate access to pre-existing hermitages and chapels. They settle in their surroundings in poor habitats, in wooded and lonely areas, recalling the first steps of Saint Francis of Assisi and his *Fraternitas*. They also have support from the Galician nobility and the Compostela bourgeoisie. Their survival continues until the middle of the 15th century, when they begin to suffer pressure from observers. At the beginning of the 16th century, they became part of the Regular Observance. The material structures of these initial hermitages are renewed with the elevation of small monasteries and the pre-existing chapels are transformed into oratories.

Keywords: *Frades da prove vida*; Observance; Friar Gonzalo Mariño; Galicia; Oratories.



Introducción

Los orígenes de la Observancia en Galicia se remontan a las últimas décadas del siglo XIV, cuando coexisten dos grupos de frailes con similitudes y diferencias, que aspiran a vivir con rigor en el espíritu de la regla de san Francisco. Los *frades da prove vida* y los frailes de la *Tercera Orden Regular de la Penitencia* (TOR) muestran una evolución paralela en los primeros tiempos. A partir de los años setenta del siglo XV, la Observancia alcanza una mayor institucionalización y extensión, incorporando a los *frades da prove vida*, mientras que los frailes de la TOR resisten autónomos hasta la exclaustación del siglo XIX, aunque en número reducido desde el siglo XVI.

La escasez de fuentes documentales dificulta el análisis de estos grupos y tan sólo se cuenta con referencias de las figuras más relevantes, entre ellas, fray Gonzalo Mariño, fundador de oratorios y fray Afonso de Melide, fundador de monasterios TOR¹.

A través de esas escasas referencias documentales, es posible constatar las similitudes y singularidades de cada orientación. Ambas comunidades mantienen la fidelidad a la Regla de san Francisco; en cada monasterio existen “frailes de misa” con formación teológica y órdenes sacras y frailes legos, incluso iletrados. El número de frailes en cada comunidad oscila entre un mínimo deseable de cuatro en los *frades da prove vida* y un número más amplio en los terciarios, hasta constituir comunidades alrededor de diez o doce frailes, salvo excepciones.

Entre las singularidades, la TOR mantiene una gran libertad organizativa en cada convento y una diferencia curiosa es la posibilidad que tienen los frailes de ser

¹ FRAGA SAMPEDRO, M.ª Dolores; RÍOS RODRÍGUEZ, M.ª Luz – “Santa María a Nova, un convento terciario en la Compostela medieval: fundación y benefactores”. *Sémata. Ciências sociais e humanidades* 26 (2014), pp. 129-173; RÍOS RODRÍGUEZ, M.ª Luz; FRAGA SAMPEDRO, M.ª Dolores – “Orden Tercera Regular en Galicia. Secuencias de una implantación (siglos XIV-XV)”. In CHAO CASTRO, David; LÓPEZ ALSINA, Fernando; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, María Isabel (coords.) – *Franciscanos en la Edad Media. Memoria, cultura y promoción artística*. Alessandria: Edizioni dell’Orso, 2018, pp. 179-203.

propietarios de bienes. Plantean el regreso a la pureza primitiva combinando vida ascética de oración y penitencia con la labor asistencial a pobres, enfermos y peregrinos. El papa Benedicto XIII les concede el cordón franciscano, para diferenciarse de los begardos dada la proximidad en algunos aspectos².

Los *frades da prove vida* se gestan en torno a la propia figura de Francisco de Asís y a su Regla para eremitorios de 1217/1221. Se mantienen en cumplimiento estricto de la pobreza y la precariedad material, documentándose en algunos casos la práctica de la mendicidad (*Miserela*). Su fundamento espiritual se orienta a la vida ascética y mística, “dándole a la experiencia religiosa interior toda su fuerza transformadora”³.

El contexto religioso y político donde se incardinan estos frailes es el cisma de Occidente, obligados a repartir su actividad entre dos reinos y dos obediencias. En 1381 la corona de Castilla opta por la obediencia a Aviñón, mientras que la corona portuguesa se mantiene en la obediencia a Roma, tras indecisiones iniciales. Los frailes se debaten entre la obediencia a su monarca y el seguimiento de un papa. El ejemplo de fray Afonso de Melide es ilustrativo de esta disyuntiva. Amigo del papa romano Urbano VI, se encuentra en Roma en el momento del cisma y ayuda a Urbano VI a huir de sus adversarios. A su regreso a Castilla, da testimonio ante el monarca don Juan I en 1380, quien había convocado en Medina del Campo una asamblea del clero para tratar la cuestión del cisma. En esta disyuntiva, fray Afonso se mantiene en la obediencia a Aviñón que sigue la Corona de Castilla. Fray Gonzalo Mariño mantiene su obediencia al papa romano, aun permaneciendo en Galicia y fundando oratorios tanto en Galicia como en Portugal, al mismo tiempo. Cabe la posibilidad de que estos frailes perteneciesen al partido legitimista y prolusitano con numerosos seguidores en Galicia durante el reinado de Juan I⁴.

² Bula de 15, febrero, 1396. SÁNCHEZ HERRERO, José – “Beguinios y Tercera Orden Regular de san Francisco en Castilla”. *Historia. Instituciones. Documentos* 19 (1992), pp. 433-448.

³ RODRIGUES, Ana Maria S. A.; FONTES, João Luís Inglês; ANDRADE, Maria Filomena – “La(s) reforma(s) en el franciscanismo portugués en la Edad Media”. *Hispania Sacra* 72/145 (2020), pp. 51-63.

⁴ GARCÍA ORO, José – *Galicia en los siglos XIV y XV*. [A Coruña]: Fundación Barrié de la Maza, conde de Fenosa, col. Galicia Histórica, 1987, t. I, p. 188.

El arzobispo de Santiago, don Juan García Manrique, durante el reinado de Enrique III, acaba cambiando su obediencia, apoya al papa romano y en 1395 se asienta en Portugal. Un círculo de canónigos compostelanos y tudenses lo acompañan. Religiosos de diferentes órdenes, convencidos de su obediencia romana se trasladan a Portugal⁵.

A consecuencia de esta situación, se produce la separación de los conventos de los franciscanos portugueses de la provincia de Santiago, conformándose la nueva provincia de Portugal⁶. Los frailes impulsores *da prove vida* se acogen también en el reino de Portugal, bajo la obediencia romana y sus fundaciones gallegas tendrán que esperar a la bula de Benedicto XIII de 1407 para ser legitimadas.

1. Los frailes protagonistas y sus compañeros. Su actividad fundacional

Bulas y breves pontificios recogen retazos de estas personalidades y fragmentos de la historia fundacional de los *frades da prove vida*, que son llamados también “frades dos oratorios”. Constituyen una pequeña comunidad permanente pero alejada de la rígida estructura y amplitud de las comunidades franciscanas⁷.

Los primeros frailes documentados son fray Gonzalo Mariño, fray Diego Arias y fray Pedro Díaz (de Nemancos?). En la bula de Urbano VI de 1389 se menciona a fray Gonzalo Mariño, fraile profeso de la orden franciscana, y a fray Diego Arias de Asturias, concediéndoles autorización, junto a sus compañeros, para ser bien recibidos en cualquiera de las casas y *loca* de la Orden⁸. Presumiblemente estos *loca*

⁵ García Manrique se proclama obispo de Tui en dos ocasiones (1390 y 1394). Un ejemplo es el canónigo compostelano, don Juan Afonso, que se traslada con él a Portugal. FRAGA SAMPEDRO, M.^a Dolores; RÍOS RODRÍGUEZ, M.^a Luz – “Santa María a Nova, un convento terciario en la Compostela medieval: fundación y benefactores”, p. 157.

⁶ La ruptura viene motivada por la crisis del cisma. En octubre de 1382 se produce la elección de un nuevo ministro para la provincia de Santiago, fray Pedro Segúndez, en el capítulo reunido en Toro, frente al ya electo fray Fernando de Astorga, quien desde entonces, se acoge en Portugal, tras haber aceptado la obediencia del papa romano Urbano VI. LOPES, Fernando Félix – “Franciscanos de Portugal antes de formarem Provincia independente. Ministros provinciais a que obedeciam”. *Arquivo Iberoamericano* 179-180 (1985), pp. 349-450; pp. 431-433 para la nota.

⁷ GARCÍA ORO, José – *Galicia en los siglos XIV y XV*, t. I, p. 200.

⁸ Dirigida al ministro general fray Enrique y a todos los ministros provinciales y custodios y guardianes de todas las *casas y loca* de la Orden. En la historiografía se recoge diversa interpretación respecto al sentido de la Bula. Para Felix Lopes, la autorización supone que los frailes gallegos se desplazan para conocer las primeras experiencias de la Observancia en otros territorios. Para otros autores, entre ellos García Oro, los frailes llevarían a cabo algún tipo de misión diplomática para el

se refieren a los asentamientos iniciales de los observantes en Italia y, quizás, en otros lugares. La diferenciación en la acepción de *casas y loca* evidencia el cariz de las dos orientaciones ya existentes en este momento, la claustra y la observancia. El término *loca* alude a los primitivos lugares ocupados por los observantes, donde viven en pobreza y total despojo, en pobres chozas o bien en pequeñas construcciones preexistentes. En este sentido concordamos con la interpretación de Félix Lopes respecto al sentido de la bula. La autorización demuestra que los frailes gallegos se desplazan, seguramente a Italia, para conocer las primeras experiencias de la Observancia en otros territorios.

En la Bula de 1392 del papa romano Bonifacio IX se citan de nuevo los dos frailes ya referidos y se incluye un tercero, fray Pedro Díaz (de Nemancos?). Según expresa el pontífice, estos frailes demandan una forma de vida que retorna a la pureza primitiva de Francisco de Asís “*qui ut asseritis vitam solitariam ducere et locum in aliqua eremo infra provinciam s. Iacobi in Compostella*”⁹.

En la siguiente Bula conocida de 1407, el aviñonense Benedicto XIII se dirige a fray Gonzalo Mariño “*ecclesiae Romanae inobediens*”, para aprobar las fundaciones realizadas en Galicia (Trasouto, Sueiro, Riale, Miserela, Herbón, Barbeira en diócesis de Compostela y Santa Cruz en diócesis de Lugo). Las fundaciones gallegas carecían de sanción pontificia, aunque algunas contaban con aprobación de autoridades eclesiásticas locales. La situación de fray Gonzalo Mariño y sus frailes, proclives al papa romano, retrasó el aval del pontífice aviñonense que ahora las autoriza, sin dejar de reprocharle su inobediencia a Aviñón¹⁰.

pontífice. LOPES, Fernando Felix – “Franciscanos de Portugal”, pp. 349-450; GARCÍA ORO, José – *Galicia en los siglos XIV y XV*, t. I, p. 188.

⁹ EUBEL, C. – *Bullarium Franciscanum pontificum, constitutiones, epístolas, diplomata tribus ordinibus minorum, clarissarum, poenitentium*. Romae: Typis Vaticanis, 1904, t. VII.

¹⁰ Es posible que el franciscano fray Afonso de Alcocer, embajador de Castilla ante el papa y ministro provincial de Castilla, intercediese por la legitimación de los asentamientos gallegos. GARCÍA ORO, José – *Galicia en los siglos XIV y XV*, t. I, p. 193.

Más información sobre estos frailes fundadores y sus compañeros, desde la cronística franciscana, en TEIXEIRA, Vítor Gomes – *O movimento da Observância franciscana em Portugal (1392/1517). História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto: Editorial Franciscana, 2010, pp. 128-136.

Fray Gonzalo Mariño:	Fray Gonzalo Mariño y Fray Pedro (Díaz?) de Nemancos	Fray Diego Arias, fray Gonzalo Mariño y Fray Pedro Díaz (de Nemancos?)	Otros frailes se relacionan en los orígenes con primitivos fundadores
<ul style="list-style-type: none"> • Santa María do Rial/Louro, Muros, 1392 - 1407 • San Lorenzo de Trasouto, Compostela, 1392 • Santa María de Miserela, A Pobra do Caramiñal, 1392 	<ul style="list-style-type: none"> • San Antonio de Herbón, Padrón, 1396 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundaciones portuguesas en diferentes diócesis 	<ul style="list-style-type: none"> • Fray Alonso Saco • Fray García de Montaos • Fray Pedro de Portomarín, quizá fundador de santa Cruz de Portomarín

Fig. 1 – Frailes protagonistas y sus fundaciones.
(Fuente: Elaboración de las autoras).

2. Vectores de apoyo

Estos frailes fueron respaldados por las élites eclesiásticas y poderosos laicos, en ocasiones conjuntamente. Los arzobispos de Santiago apoyaron el movimiento desde sus orígenes. Cabe destacar la figura de don Juan García Manrique que impulsó tanto a los terciarios regulares como a los *frades da prove vida* en Galicia y tras su exilio a Portugal, continuó con esta labor apoyando a los *frades dos oratorios*. En continuidad con la labor de don Juan García Manrique, otros arzobispos respaldan estas fundaciones como peculiares de su iglesia. Así a lo largo del siglo XV, lo mantienen don Lope de Mendoza, don Álvaro de Isorna y don Afonso de Fonseca II¹¹.

Junto con los arzobispos, los cabildos catedralicios de Santiago, Iria y quizá Tui, se suman para respaldar la iniciativa fundacional de los frades. En Santiago es el cabildo catedralicio quien efectúa la donación de la capilla y el espacio habitacional de san Lorenzo de Trasouto, con respaldo arzobispal de García Manrique¹².

San Antonio de Herbón es donación del cabildo de Iria, que dona los terrenos para el nuevo asentamiento franciscano¹³. En Miserela es otra institución eclesiástica de

¹¹ BANDÍN HERMO, Manuel – “Los orígenes de la Observancia en la Provincia de Santiago”. *Archivo Ibero-Americano* 33 (1930), pp. 337-373; pp. 527-559; para la nota, pp. 539-43.

¹² LÓPEZ FERNÁNDEZ, A. – “Convento de San Lorenzo de Trasouto, extramuros de la ciudad de Santiago de Compostela”. *Archivo Iberoamericano* 36 (1933), pp. 386-415; pp. 532-550; 37 (1934), pp. 49-59, pp. 227-258, pp. 379-391; DÍAZ LÓPEZ, Juan David – *El Pazo de San Lourenzo de Trasouto. De oratorio franciscano a retiro señorial*. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago, 2015.

¹³ HEROSA, Antonio de – *Memorial de las cosas notables de este Colegio de Herbón. Compilación documental complementaria*. Colectanea Liceo Franciscano Anexo 1. Ed. José Luís Soto Pérez. Santiago de Compostela: Editorial el Eco Franciscano, 2013, pp. 79-80.

Santiago, el monasterio benedictino de San Paio de Antealtares quien cede un pequeño priorato dedicado a san Juan¹⁴.

Los poderosos laicos se unen con la donación de tierras para los diversos asentamientos y otros apoyos materiales. En Rial, se implican miembros de la familia Mariño de Lobeira junto con el concejo de Muros. Los Mariño de Lobeira también apoyan la iniciativa de Trasouto y Herbón en la figura de Juan Mariño de Rianxo¹⁵. Es necesario mencionar el destacado papel de esta familia de los Mariño de Lobeira que respalda las fundaciones de Rial, Trasouto y Herbón¹⁶. Este fuerte apoyo reafirma la posibilidad del vínculo de fray Gonzalo Mariño con esta familia. Otro poderoso linaje, los Soutomaio de Lantaño, se vuelcan en la consolidación de la fundación de Sueiro, cuando se efectúa el traslado a Noia desde la parroquia de Argalo. Posteriormente, los Caamaño y Mendoza protagonizan el respaldo a los frades, convirtiéndose en patronos.

Otros fidalgos y burgueses ricos participan con entusiasmo en otras fundaciones. En Trasouto junto con los Mariño, figuran los Docampo y sus sucesores, los Moscoso quienes acabarán por ocupar la casa y convertirla en pazo, a mediados del siglo XIX tras la exclaustación. En Herbón, es el mercader compostelano Gonzalo de Barcala quien participa en la donación inicial, junto con Juan Mariño de Rianxo y el cabildo de Iria.

3. Topografía fundacional

Las primeras fundaciones se producen al mismo tiempo en los territorios gallegos y portugueses (1392–1407). Sorprende la celeridad del proceso fundacional, que sólo puede explicarse por la preexistencia material de ermitas y capillas entorno a las

¹⁴ Santiago de Compostela, Archivo Provincial de San Francisco de Santiago (APFS), Colección Celestino Fraga, carp. 65^a.

¹⁵ PÉREZ PÉREZ, Diego – “Génesis de una comunidad observante: el convento de san Francisco de Louro”. In CHAO CASTRO, David; LÓPEZ ALSINA, Fernando; GONZÁLEZ FERNANÁNDEZ, María Isabel (coords.) – *Franciscanos en la Edad Media. Memoria, cultura y promoción artística*. Alessandria: Edizioni dell’Orso, 2018, pp. 235-247; para la nota, pp. 242-244.

¹⁶ A comienzos del siglo XVI se implican otros hidalgos, como Fernando Bermúdez de Castro, titular de la casa de Montaos, quien en 1509 dona dos casas y dos agros que se hallaban lindando con las huertas del monasterio, dentro del circuito conventual. HEROSA, Antonio de – *Memorial de las cosas notables de este Colegio de Herbón. Compilación documental complementaria*, pp. 54-57.

que se asientan los frailes. Asimismo, los apoyos de otros eclesiásticos y laicos poderosos favorecen la implantación de los frailes. Por último, lógicamente los propios frailes convencidos de la práctica rigurosa de la regla. La continuidad se perfila a lo largo del siglo XV a través de las fundaciones llevadas a cabo por frailes que acompañan a fray Gonzalo Mariño.

Estas fundaciones gallego-portuguesas se insertan en el marco de la provincia franciscana de Santiago, aunque se aprecia una cierta inquietud por crear una nueva provincia franciscana en Portugal. La separación fue gradual desde 1384 y se agrava en torno a 1400–1407 con el surgimiento del cisma de Valença¹⁷. La bula de Benedicto XIII de 1407 sanciona los enclaves gallegos bajo la obediencia aviñonense, lo que dará lugar a una reorganización en etapas sucesivas. Antes de 1417 se organizan en provincias y custodias autónomas, bajo la sujeción de un vicario general; posteriormente se enfrentan con otros grupos reformadores¹⁸. Este ámbito geográfico fundacional más amplio se extiende a territorios limítrofes como son los de Asturias y Castilla.

Algunos *loca* tienen una vida breve, como sucede Santa Cruz de Portomarín que aparece referenciado en las bulas de Benedicto XIII de 1407 y de 1417¹⁹. En esta última se dirige a Pedro de Portomarín sancionando su fundación, realizada veinte años antes; perdurará hasta mediados del siglo XV²⁰. Acerca de Barbeira son escasos los datos, se menciona en la bula de 1407 y nada se sabe de este oratorio posteriormente.

¹⁷ IGLESIAS ALMEIDA, Ernesto – *El antiguo obispado de Tui en Portugal*. Noia: ed. Toxosoutos, 2009, pp. 102-104; GARCÍA ORO, José – *Galicia en los siglos XIV y XV*, t. I, p. 193. La separación definitiva se produce en 1421 con el nacimiento de la provincia de Portugal. TEIXEIRA, Vítor Gomes – *O movimento da Observância franciscana em Portugal (1392/1517)*, pp. 102-104.

¹⁸ Desde 1417 buscan la aprobación en Roma y confrontándose con otros grupos reformadores. GARCÍA ORO, José – *Galicia en los siglos XIV y XV*, t. I, p. 198.

¹⁹ EUBEL, C. – *Bullarium Franciscanum pontificum, constitutiones, epístolas, diplomata tribus ordinibus minorum, clarissarum, poenitentium*, n. 1164.

²⁰ BANDÍN HERMO, Manuel – “Los orígenes de la Observancia en la Provincia de Santiago”, p. 165; “Introducción a los orígenes de la Observancia en España. Las reformas en los siglos XIV y XV”. *Archivo Iberoamericano* 65-68 (1957), 1957, especialmente, pp. 175-339.

Galicia (8)	Portugal (8)
<ul style="list-style-type: none"> • S. María de Rial - Louro, 1392 • S. Lorenzo de Trasouto, 1392 • S. Xoán de Miserela, 1392 • S. Francisco de Herbón, 1396 • S. Francisco de Sueiro, 1396 • S. Lorenzo de Barbeira, 1396 • S. Cruz de Portomarín, 1397 • S. Marta/ S. Francisco Ribadavia, 1439 	<p style="text-align: center;">Quizá amparados por arzobispo García Manrique parapetado en su refugio de Viana</p> <ul style="list-style-type: none"> • S. María de Mosteiró, Valença, 1392 • S. María da Insúa, Caminha, 1392 • S. Francisco do Monte, Viana do Castelo, 1392 • S. Paio do Monte, Vila Nova de Cerveira, 1392 • S. Clemente das Penhas, Leça de Palmeira, 1392 • S. Antonio da Castanheira, 1402 • S. Francisco de Orgens, Viseu, 1407 • S. Catarina de Carnota, Alenquer, 1408

**Fig. 2 – Fundaciones en Galicia y Portugal²¹.
(Fuente: Elaboración de las autoras).**

Se asiste a nuevos intentos de oratorios en Galicia, Asturias y Castilla, respaldados por el provincial conventual fray Lopo de Mieres, celoso observante de la Regla²². Algunas fundaciones son débiles y no consiguen sobrevivir. En Ferrol surge un oratorio próximo a la parroquia de san Julián, que no prospera por la oposición del párroco. Sin embargo, en Avilés, en la costa cantábrica, se desarrolla el oratorio de Santa María de Raíces, con el apoyo del vecino de Avilés, Fernando González, y el provincial fray Lopo de Mieres. En 1413 fue aprobado por Benedicto XIII²³. Se observa la continuidad en la dependencia teórica de los oratorios de la autoridad del ministro provincial conventual, a través de la bula de Martín V, cuando menciona a fray Lopo de Mieres como “ministro provincial de la orden de los frailes menores de

²¹ En Galicia la fundación de Santa Marta de Ribadavia pertenecía previamente a los terciarios. En torno a 1439 es entregada a los *frades da prove vida*, inaugurando las fundaciones de segunda generación, que no se vinculan a los fundadores iniciales. Según Fernando Félix Lopes, san Francisco de Mirtilis o do Monte, en Viana do Castelo, es el único fundado por fray Gonzalo Mariño. San Antonio da Castanheira, y Santa Catarina de Carnota, ambas en la diócesis de Lisboa, son atribuidas a fray Diego Arias. LOPES, Fernando Félix – “Franciscanos de Portugal”, pp. 349-450.

Las fundaciones portuguesas y su cronología han sido estudiadas y revisadas por Ana Maria S. A. Rodrigues; João L. Inglês Fontes; Maria Filomena Andrade quienes destacan el número elevado de fundaciones en un mismo año como prueba del respaldo religioso y político para estas experiencias. RODRIGUES, Ana Maria S. A.; FONTES, João Luís Inglês; ANDRADE, Maria Filomena – “La(s) reforma(s) en el franciscanismo portugués en la Edad Media”, pp. 54 y 55 para la nota.

²² Parece posible la existencia de un foco activo en Asturias entorno al convento de Oviedo. GARCÍA ORO, José – *Galicia en los siglos XIV y XV*, t. I, p. 190.

²³ La bula de Benedicto XIII de 11 de enero de 1413. EUBEL, C. – *Bullarium Franciscanum pontificum, constitutiones, epístolas, diplomata tribus ordinibus minorum, clarissarum, poenitentium*, n. 1108a; GARCÍA ORO, José – *Galicia en los siglos XIV y XV*, t. I, p. 199. Posteriormente en 1461 fue cedido a la Orden de la Merced.

la Observancia”²⁴. Este vínculo se mantiene incluso cuando este provincial es depuesto por su rigurosidad, siendo sucedido por fray Lopo de Cachaza²⁵.

Surge otro foco importante en Castilla con las fundaciones de Villavieja, Hoyo, Castañeda, Robledillo y Valdárrago²⁶. Esta última fundación tendría lugar en 1388 por fray Rodrigo Martínez de Lara, quien abdica del cargo de Provincial de Santiago y obtiene licencia del cardenal Pedro de Luna como vicario de Clemente VII. Esta información se recoge en la Crónica de Jacobo de Castro y de ser cierta, se trataría de la primera fundación observante en la Corona de Castilla²⁷.

Una fundación más tardía en Galicia se registra en el eremitorio de Santa Marta en Ribadavia, en la diócesis de Ourense (1432). Allí se asientan en el antiguo monasterio terciario y más tarde se trasladan al centro de la villa, en territorio de la diócesis de Tui²⁸.

²⁴ 1427, febrero, 15. Roma; EUBEL, C. – *Bullarium Franciscanum pontificum, constitutiones, epístolas, diplomata tribus ordinibus minorum, clarissarum, poenitentium*, n. 1751.

²⁵ 1427, julio, 4. Roma; EUBEL, C. – *Bullarium Franciscanum pontificum, constitutiones, epístolas, diplomata tribus ordinibus minorum, clarissarum, poenitentium*, n. 1778.

²⁶ CASTRO Y CASTRO, Manuel de (ed.) – *Crónica de la provincia franciscana de Santiago (1214-1614) por un franciscano anónimo del siglo XVII*. Madrid: Archivo Iberoamericano, 1971, pp. 208-210.

RODRÍGUEZ PAZOS, Manuel – “Provinciales Compostelanos. La vida religiosa de la provincia franciscana de Santiago”. *Liceo Franciscano* 187-189 (2010-2011), p. 36. DÍEZ GONZÁLEZ, María del Carmen – “Paisaje y mística en la Cuenca del Tajo”. In LOZANO BARTOLOZZI, María del Mar; MÉNDEZ HERNÁN, Vicente; ASENJO RUBIO, Eduardo (coords.) – *Paisajes modelados por el agua: entre el arte y la ingeniería*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 2012, pp. 295-311.

²⁷ TEIXEIRA, Vítor Gomes – *O movimento da Observância franciscana em Portugal (1392/1517)*, 2010, pp. 103-106.

²⁸ EIJÁN LORENZO, Samuel – *Historia de Ribadavia y sus alrededores*. Madrid: Establecimiento tipográfico de San Bernardo, 1920, pp. 232-224.

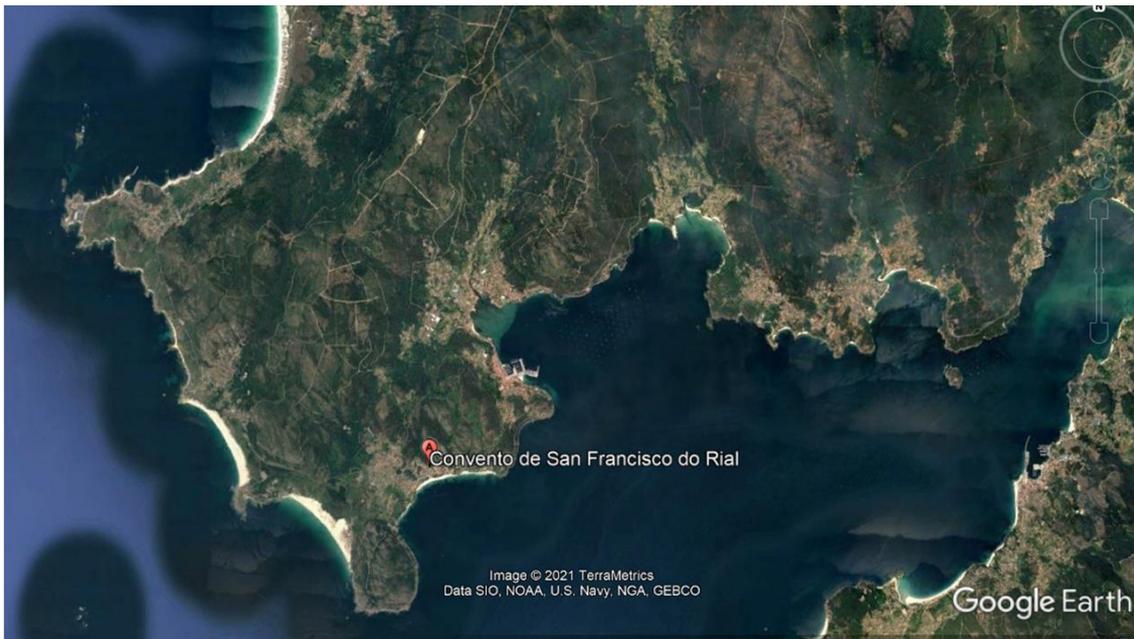


Fig. 3 – Fundaciones de los *frades da prove vida* en Galicia. (Fuente: elaboración de autoras sobre mapa extraído de https://d-maps.com/carte.php?num_car=14004&lang=es).

4. Asentamientos iniciales. “Antes se sube al cielo desde las chabolas que desde los palacios” (1Cel 42)

En la geografía gallega se constata que la mayoría de estos oratorios se sitúan próximos a la costa y a ríos, cercanos a ciudades y villas próximas de gran dinamismo económico, pero a la vez retirados del bullicio de la población. Los emplazamientos de Rial-Louro, Barbeira, Miserela y Sueiro se localizaban en lugares agrestes y solitarios, siempre cercanos a ríos. La fundación de fray Gonzalo Mariño en Louro, en el entorno de la capilla de Santa María do Rial (Louro) se situaba próximo a Rego da Horta, al pie del imponente monte Oroso y distante de la villa de Muros. Para el autor de la Crónica anónima del siglo XVII todavía era llamativo su asentamiento al que califica de “solitario lugar y sitio tan apartado de la vida y comercio de la gente” aunque “muy deleitoso, tal cual le pueden desear los frailes que del todo procuran aparejarse para morir”²⁹.

²⁹ CASTRO Y CASTRO, Manuel de (ed.) – *Crónica de la provincia franciscana de Santiago (1214-1614) por un franciscano anónimo del siglo XVII*, p. 164. El asentamiento franciscano dista tres kilómetros de la villa de Muros. Se constatan estrechas afinidades con el tipo de asentamientos y sus características en Portugal. FONTES, João Luís Inglês – “Em torno de uma experiência religiosa



**Fig. 4 – Asentamiento de Santa María de Rial / San Francisco de Rial-Louro
42°45'12.50" N 9°04'26.37" O
(Fuente: Google Earth, octubre 2021).**

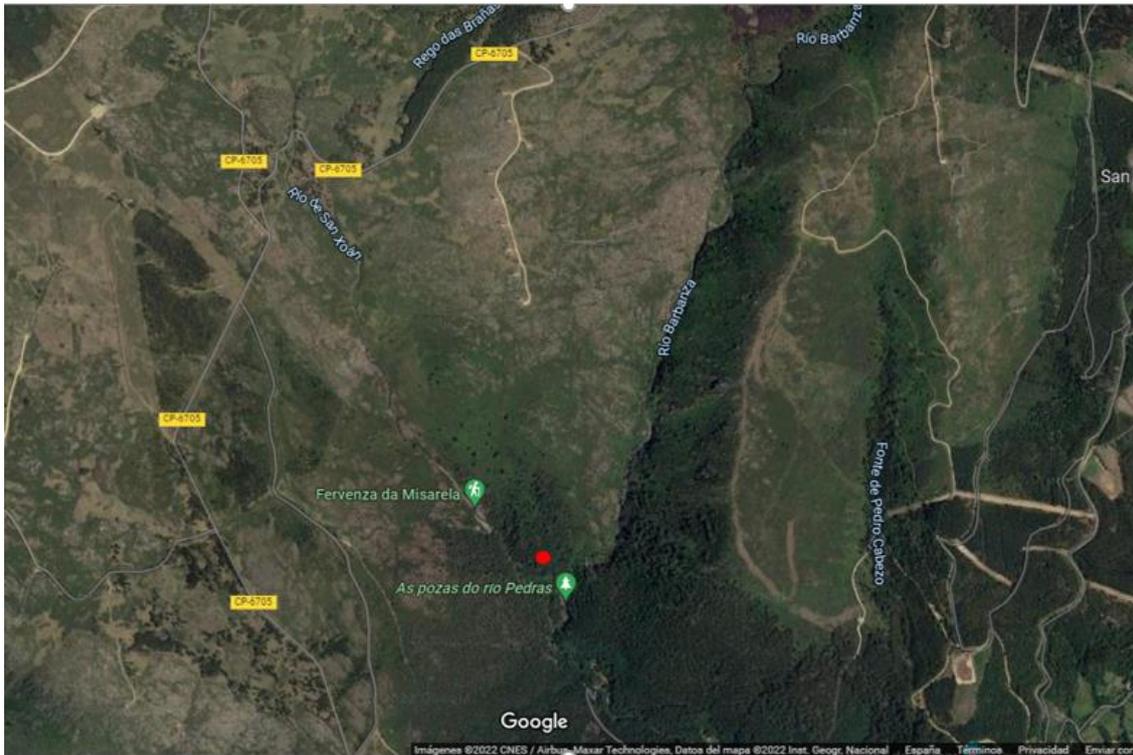
La ubicación del pequeño priorato de San Juan de Miserela, donado a los *frades da prove vida*, se situaba “en un monte entre dos ríos sobre la vila da Prova”³⁰. La vida en la ladera del monte Curota, con acceso difícil y abrupto no debía ser fácil para los frailes de Miserela, pese a disponer de afluentes de agua caudalosos en la encrucijada de los ríos san Xoán y Barbanza, con numerosas pozas naturales, que facilitaban la explotación de los recursos fluviales³¹. Fray Martín Sarmiento en su obra *Viaje a Galicia* consideraba que era “uno de los sitios más lóbregos, solos, escarpados y estrechos que se pueda imaginar para ermitaños”³².

feminina: as mulheres da pobre vida de Évora”. *Lusitania Sacra* 31 (2015), pp. 51-71; CARVALHO, José Adriana de Freitas – “... *Domos pauperulas, cellulas et ecclesias parvulas*: as fidelidades dos primeiros observantes em Portugal (1392-1453) a Francisco “arquitecto” olhadas ao espelho dourado do século XVII”. *Via Spiritus* 23 (2016), pp. 7-31.

³⁰ Fray Rodrigo de Soneira (1474). “Introducción a los orígenes de la Observancia en España. Las reformas en los siglos XIV y XV”. *Archivo Iberoamericano* 65-68 (1957), p. 75.

³¹ En 1474, la comunidad se traslada a un terreno en el entorno de la Iglesia de Santa María del Xobre, donde se funda el monasterio de San Antonio, apoyado por la casa de Xunqueiras. El antiguo emplazamiento en Miserela ha sido objeto de una prospección arqueológica en el año 2017 a cargo de Ezequiel Lago Mallo.

³² “Ha sido monasterio o eremitorio de benedictinos. Después se dio a los franciscanos, pero no pudiendo subsistir allí se fueron”. SARMIENTO, Martín – *Viaje a Galicia de Fray Martín Sarmiento (1754- 1755)*. Ms. de la Abadía de Silos. Transcrito por Fr. Mateo del Álamo y Fr. Justo Pérez de Urbel. Edición de F. J. Sánchez Cantón y J. M. Pita Andrade. Santiago de Compostela: Instituto P. Sarmiento de Estudios Gallegos, 1950.



**Fig. 5 – Asentamiento de San Juan de Miserela, A Pobra do Caramiñal, ubicación incluida por las autoras (señalada en rojo)
42°38'01.71" N 8°57'08.52" O
(Fuente: Google Maps - <https://goo.gl/maps/gwq8R1EWU1hCLiqf6> octubre de 2021)**

En Herbón y Sueiro, los frailes se instalan en terrenos próximos al río Ulla y al Rego do Tallara respectivamente. Ubicada en el entorno de una ermita preexistente, en un valle de gran riqueza agrícola, la comunidad de san Francisco de Herbón distaba tres kilómetros de la villa de Padrón. Se instalan en el “llamado el agro o campo de Longora, con una tierra muy suficiente para huerta, fuente copiosa para el gasto y para regarla, y con su bosque hermoso para leña y aunque todo él o lo más estaba abierto y en derroto, y en paraje casi solitario, era el más a propósito y tenía todas las conveniencias para la fundación de un convento, según que lo querían los fundadores, que tanto ansiaban por la soledad y el retiro³³”.

San Francisco de Sueiro se situaba en la parroquia de Santa María de Argalo, a dos kilómetros de la villa de Noia. Su emplazamiento debía hallarse próximo a *ponte de*

³³ HEROSA, Antonio de – *Memorial de las cosas notables de este Colegio de Herbón. Compilación documental complementaria*, pp. 79-80.

San Francisco, a la *fonte dos frades*, denominaciones expresivas de la presencia franciscana, quizá en el lugar llamado todavía en la actualidad *Mosteiro*³⁴.

San Lorenzo de Trasouto es el enclave más cercano a la ciudad, pero mantiene características similares en su asentamiento a los otros *loca* de los *frades da prove vida*, al situarse en un paraje boscoso, próximo al río Sarela. La novedad estriba en su proximidad a la muralla de la ciudad de la que dista un kilómetro hasta la puerta Faxeira.



Fig. 6 - Santiago de Compostela. Plano de 1595³⁵.

(Fuente: España. Ministerio de Cultura. Archivo General de Simancas, MPD, 06, 107).

Precisamente esos emplazamientos excepcionales de los *frades da prove vida* provoca más adelante el traslado de dos comunidades a lugares próximos a las villas

³⁴ LÓPEZ FERNÁNDEZ, A., "Notas históricas. Convento de San Francisco de Noya". *El Eco Franciscano* 34 (1917), pp. 208-213; GARCÍA IGLESIAS, José Manuel - *El franciscanismo en Galicia. Ayer y hoy de su patrimonio artístico*. Santiago de Compostela: Ed. Eco Franciscano, 2019, p. 205. Asimismo, en la aldea se ha transmitido la tradición de la pervivencia de un inmueble identificado como parte del antiguo monasterio de san Francisco de Sueiro.

<http://patrimoniogalego.net/index.php/100684/2018/09/mosteiro-de-san-francisco/> [Consultado octubre de 2021].

³⁵ Localización incluida por las autoras, de las siete comunidades mendicantes, San Lorenzo de Trasouto: punto rojo; otros conventos franciscanos, terciarios y clarisas: marrón; dominicos/as: blanco.

(Miserela – Xobre en 1474, Sueiro – Noia entre 1518-1522³⁶). Algunas comunidades que no logran su traslado están abocadas a su desaparición. Barbeira, próxima a Ordes, solo se cita en 1407; Santa Cruz, cercana a Portomarín perdura hasta 1432, para desaparecer a continuación³⁷.

Estos asentamientos mantienen las pautas propias de la regla de los eremitorios, elaborada y entregada por san Francisco de Asís entre 1217/1221³⁸. Las características materiales de los primitivos establecimientos se registran en la propia regla, al especificar que mantengan el pequeño terreno acotado por un cercado donde cada fraile tenga su *celdita* para orar en soledad y dormir. Los hermanos debían celebrar el oficio divino en la pequeña comunidad, en el espacio dedicado a capilla, preexistente o bien preparada por los hermanos en un espacio del eremitorio. Estas características materiales se ejemplifican en los primeros asentamientos franciscanos en Italia, donde, a pesar de las reformas posteriores, se ha conservado la fábrica primitiva por su consideración de relicarios arquitectónicos, vinculados al *Poverello*³⁹. El *eremo delle Carceri*, el tugurio de Rivotorto o la capilla de *Santa María degli Angeli* en Asís entorno a los cuales se instala la primera comunidad de Francisco de Asís, son expresivos de estas pautas de pobreza, aislamiento y abandono en soledad, propias de los primeros tiempos de los frailes, y posteriormente de los movimientos reformadores. El *eremo delle Carceri* planteaba una instalación provisional entorno a una antigua capilla precedente, dedicada a la Virgen María. Siguiendo una larga tradición medieval de ocupación eremítica en grutas del lugar, Francisco y sus frailes se retiraban a este abrupto lugar para una dedicación intensa a la oración y en total despojo. En los inicios de la Observancia, impulsada por fray Paoluccio Trinci, se muestra una

³⁶ Santiago de Compostela, Archivo Provincial de San Francisco de Santiago (APFS), Colección Celestino Fraga, carp. 65^a.

³⁷ EUBEL, C. – *Bullarium Franciscanum pontificum, constitutiones, epístolas, diplomata tribus ordinibus minorum, clarissarum, poenitentium*, n. 1032; HÜNTEMANN, Ulrich – *Bullarium franciscanum continens constitutiones, epístolas et diplomata Romanorum Pontificum*. Quaracchi: Nova Series, 1929, t. I, pp. 46-47.

³⁸ SAN FRANCISCO DE ASÍS – *San Francisco de Asís. Escritos. Biografías. Documentos de la época*. Ed. José Antonio Guerra. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2003, pp. 116-117.

³⁹ Vide la consideración de relicarios arquitectónicos, y especialmente la reflexión sobre Santa María degli Angeli, BOTO VARELA, Gerardo – “De relicario monumental a reliquia memorable. La conservación de las 'arquitecturas venerables', de la Edad Media al siglo XX”. In GIRÁLDEZ FERNÁNDEZ, Pilar (ed.) – *Transformació, destrucció i restauració dels espais medievals*. Barcelona: Patrimoni 2.0 Editors, 2016, pp. 51-77, pp. 70-71 para la nota.

especial querencia a las *Carceri* como espacio idóneo para esa dedicación intensa a la oración⁴⁰.

El tugurio de Rivotorto ofrecía otra variante de la vivencia franciscana, la provisionalidad de un pequeño espacio habitacional donde transcurría la *vita communis* y la oración de los hermanos -una casucha- sin la existencia de una ermita o capilla anterior, circunstancia que no impedía el transcurso de una vida pobre pero plena en oración y fraternidad⁴¹. Las fuentes hagiográficas la describen como una casita construida con débiles troncos de arbustos y cubierta por ramas de vegetación⁴². Este lugar situado “en la llanura de Asís, en un bosquecillo, en un lugar muy solitario junto a un riachuelo llamado Rigo torto, donde no tenían casa ni iglesia, tan sólo una cabañita hecha de ramas” fue refugio de Francisco y sus primeros compañeros⁴³.

La última de las variantes en los relicarios arquitectónicos de la vida de Francisco lo constituía la capilla de *Santa María degli Angeli* en Asís, en el valle, al pie de la colina de Asís próxima a un arroyo. El Poverello había reaprovechado un pobre habitáculo de la desaparecida casa de los monjes benedictinos. Alrededor de la capilla previa, reconstruida por Francisco, se genera un espacio de fraternidad, cuando los hermanos elevan doce pequeñas chozas con juncos y barro. Esta es la imagen de pobreza y precariedad material que permaneció en la memoria de la orden, tal como

⁴⁰ SENSI, Mario – “Movimenti di osservanza e ricerca della solitudine: focolai eremitichi tra Umbria e Marche nel XV secolo”, In MEYER, Frédéric; VIALLET, Ludovic (dirs.) – *Identités franciscaines à l'Âge des Réformes*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2005, pp.100-142; RONCIÈRE, Charles-Marie de La – “Identités franciscaines au XVe siècle: la réforme des communautés masculines”. In MEYER, Frédéric; VIALLET, Ludovic (dirs.) – *Identités franciscaines à l'Âge des Réformes*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2005, pp. 33-53.

⁴¹ GÁLVEZ, Fray Tomás – “Cronologia della conversione di Francesco e dei primi compagni, del Convento e della Chiesa di Rivotorto”. In CANIL, E. (coord.) – *San Francesco e Rivotorto. I primi passi della fraternità francescana, il santuario, il territorio*. Assisi: Casa Editrici Francescana, 2004, pp. 183-225.

⁴² *Leggenda Versificata* (c.13), por cita en GÁLVEZ, Fray Tomás – “Cronologia della conversione di Francesco e dei primi compagni, del Convento e della Chiesa di Rivotorto”, p. 184. Otras fuentes hagiográficas recogen pocas menciones a la fisonomía de Rivotorto. Tomás de Celano la describe como “choza abandonada” (1C 42); San Buenaventura denomina a esta casucha, “tugurio abandonado” (LM 4,3), y fray Francisco Bartoli de Asís, que vivió en la Porciúncula a comienzos del siglo XIV, lo denomina Rivotorto, “primus locus”, el primer lugar de los Hermanos Menores. SAN FRANCISCO DE ASÍS – *San Francisco de Asís. Escritos. Biografías. Documentos de la época*.

⁴³ Esta descripción es recogida en el florilegio del siglo XV, elaborado por el guardián de la Porciúncula, el observante Fray Giacomo Oddi, *La Franceschina*. GÁLVEZ, Fray Tomás – “Cronologia della conversione di Francesco e dei primi compagni, del Convento e della Chiesa di Rivotorto”.

se reproduce en un grabado posterior de 1704, por Francesco Maria Angeli, *Collis Paradisi Amaenitas*⁴⁴.

La atracción por el espacio sagrado, el pequeño habitáculo pobre y el modo de vida en penitencia y oración e incluso el hábito que lo significa, no son ajenos al contexto espiritual del noroeste hispano. Existe una fuerte tradición eremítica heredada del período altomedieval, que se refleja en ejemplos materiales y fuentes literarias⁴⁵. Un relato narrado en el *Liber Sancti Iacobi* es expresivo de esta praxis, que se admite incluso en el interior de la catedral de Santiago para acoger a un obispo que mantiene una vida en pobreza, penitencia y oración. La narración indica que “por el preciosísimo amor del Apóstol, al que había pospuesto los placeres de este mundo y terrenales delicias, le concedieran dentro de la iglesia un lugar escondido donde poder asiduamente dedicarse a la oración. Y no haciéndole desprecio, aunque llevaba un hábito humilde y no parecía obispo, sino un pobre peregrino, antes al contrario consintiendo en su justa petición, le prepararon a manera de celdita una choza construida de junco dentro de la basílica del santo Apóstol, desde donde pudiese ver de frente el altar: y allí con ayunos, vigiliass y oraciones día y noche llevaba una vida célibe y santísima”⁴⁶.

En Galicia los asentamientos de los frailes optan por un área de habitación entorno a una capilla o ermita preexistente, en lugar agreste y abrupto, próximo a una villa. Sin duda las experiencias en la geografía italiana eran conocidas por los frailes impulsores de esta corriente. El papa de Roma protegía su circulación entre los monasterios y asentamientos eremíticos de la Orden (*loca*), según demostraba Urbano VI en 1389 cuando se dirigía a todos los ministros provinciales y al general de los hermanos menores, para ordenarles acogiesen en sus monasterios a fray Gonzalo Mariño y fray Diego Ariass, en cualquier parte del mundo⁴⁷.

⁴⁴ ANGELI DE RIVORTORTO, F. M. – *Collis Paradisi amoenitas seu Sacri Conventus Assisiensi Historiae*. Montefalco: Ex typographia seminarii, 1704, p. 94.

⁴⁵ GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angél; TEJA, Ramón (coords.) – *El monacato espontáneo: eremitas y eremitorios en el mundo medieval*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, 2011.

⁴⁶ *Liber Sancti Iacobi. Codex Calixtinus*. Trad. A. Moralejo, C. Torres, J. Feo. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2014 (nueva edición revisada), libro II, capítulo XIX.

⁴⁷ EUBEL, C. – *Bullarium Franciscanum pontificum, constitutiones, epístolas, diplomata tribus ordinibus minorum, clarissarum, poenitentium*, n. 23.

Las bulas y breves pontificios que sancionan los asentamientos transmiten ese perfil eremítico, pero abierto a dos variantes en la adecuación de su espacio, el empleo de un habitáculo (*cella*) o bien una pequeña casa monástica (*domus*). El breve del papa romano Bonifacio IX del año 1392 les autoriza a llevar una “*vitam solitariam*” y a recibir “*locum in aliqua eremo*” en la provincia de Santiago y en ellos permite construir o edificar “*cellam seu domum [...] cum oratorio, campanili, campana, refectorio et aliis necessariis officinis*”⁴⁸.

Sin embargo, unos años más tarde, en 1407, el breve del papa aviñonés, Benedicto XIII, sanciona las siete fundaciones gallegas a las que nombra como *domus* (*nuncupatas domos*) y todas parecen mantener un espacio “*cum earum oratoriis, ad opus et usum fratrum ordinis Minorum*”⁴⁹. La matización en las acepciones es probable respuesta a una evolución en las estructuras materiales orientadas a la consolidación de los asentamientos. Así se ha constatado que en Santa María do Rial (Louro) se eleva una pequeña iglesia (oratorio) y convento en el primer tercio del siglo XV⁵⁰. A partir de 1432 cambia de advocación, San Francisco de Louro/Muros, en correspondencia con esa renovación.

La acepción de oratorio responde a un pequeño templo elevado por estas comunidades, cuyas dimensiones son modestas para mantenerse fieles a la austeridad de los orígenes. Su mención en la documentación pontificia suele acompañar a la descripción de las dependencias necesarias para la *vita communis* de los frailes, que los papas aprueban como espacio idóneo para la vivencia fraterna

⁴⁸ 1392, abril, 10. EUBEL, C. – *Bullarium Franciscanum pontificum, constitutiones, epístolas, diplomata tribus ordinibus minorum, clarissarum, poenitentium*, n. 93.

⁴⁹ 1407, septiembre, 14. Niza. EUBEL, C. – *Bullarium Franciscanum pontificum, constitutiones, epístolas, diplomata tribus ordinibus minorum, clarissarum, poenitentium*, n. 1032.

⁵⁰ La pequeña iglesia mide 23,83 m. de longitud, medidas que la aproximan a los templos mendicantes italianos de los orígenes (15-20 m) y, en Galicia, a las iglesias de las comunidades femeninas mendicantes (ca. 30 m.) y a los pequeños templos parroquiales. PÉREZ PÉREZ, Diego – *Franciscanos en la Observancia. El convento de Louro: fundación, historia y arte*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2018. Tese Fin de Máster, pp. 30-31 <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/18254> (consultado en octubre de 2021); MANSO PORTO, Carmen – *Arte gótico en Galicia: los dominicos*. La Coruña: Fundación Barrié de la Maza, t. I, p. 108.

renovadora⁵¹. Implica un avance en el concepto habitacional hacia las estructuras monásticas tradicionales, aunque con la singularidad de la reducción de los espacios. En ocasiones, los frailes heredan espacios anteriores, cuya disposición obedece al uso de una comunidad precedente, como se ejemplifica en san Lorenzo de Trasouto en Santiago. Los frailes reciben una capilla funeraria elevada a comienzos del siglo XIII a instancias del obispo de Zamora, don Martín Arias (†1223), como lugar de inhumación en su ciudad de origen⁵². Cuando se instalan los frailes, se disponía un área habitacional junto a la iglesia para los tres capellanes que atendían antaño el oficio divino y los sufragios a favor del obispo de Zamora. En este tiempo adolecía de abandono el oficio litúrgico y quizá la casa, pero la fábrica de la capilla se mantenía sólida e incluso espaciosa para su función funeraria⁵³. Los franciscanos elevan nuevas dependencias hacia el norte de la iglesia, en la actualidad reformadas en sucesivas etapas hasta su uso como pazo a partir del siglo XIX. Sin embargo, las alteraciones de la obra no modificaron la disposición originaria, incluso las antiguas dimensiones de la capilla en su nueva función de templo franciscano, claustro y dependencias reformadas se ajustan a dimensiones modestas, similares a las del convento de Louro⁵⁴.

El asentamiento en San Juan de Miserela obedece también a una morfología preexistente, heredada de un pequeño priorato benedictino. Situado en un terreno abrupto, las reducidas dimensiones de sus estructuras son todavía visibles a partir de algunos restos de muros de mampostería, conservados en estado ruinoso.

⁵¹ “[...] *domum construendi et edificandi cum oratorio, campanili, campana, refectorio et aliis necessariis officinis, in loco tamen ad id congruo et honesto ac habitandi [...]*”. 1392, abril, 10. Bula de Bonifacio IX. Roma. EUBEL, C. – *Bullarium Franciscanum pontificum, constitutiones, epístolas, diplomata tribus ordinibus minorum, clarissarum, poenitentium*, n. 93.

⁵² LÓPEZ FERNÁNDEZ, A. – “Convento de San Lorenzo de Trasouto, extramuros de la ciudad de Santiago de Compostela”, pp. 386-415; pp. 532-550; 37 (1934), pp. 49-59, pp. 227-258, pp. 379-391.

⁵³ En la actualidad, el templo conserva la nave medieval del siglo XIII, a la que se añade un transepto y nueva cabecera en el siglo XVIII. La nave medieval mide 18 m., posee gran longitud si se compara con capillas funerarias de finales del siglo XIV en la catedral de Santiago, como la capilla de Sancti Spiritus (ca. 10 m). Sin embargo, en su función de oratorio presenta dimensiones modestas, semejantes a san Francisco de Louro (23,83 m. de longitud total y la nave, 18,83 m.) y algunas parroquiales gallegas de la época. Para una comparativa en la longitud de estos templos franciscanos, vid. PÉREZ PÉREZ, Diego – *Franciscanos en la Observancia*, pp. 30-31; RÍOS RODRÍGUEZ, M.^a Luz; FRAGA SAMPEDRO, M.^a Dolores – “Orden Tercera Regular en Galicia. Secuencias de una implantación (siglos XIV-XV)”, pp. 179-203.

⁵⁴ PÉREZ PÉREZ, Diego – “Génesis de una comunidad observante: el convento de san Francisco de Louro”, pp. 235-247.

La morfología de estos modestos oratorios e incluso, a veces, extremadamente precarios (Sueiro, Miserela, Barbeira y Portomarín) demuestra la voluntad de mantenerse firmemente *sub experientia paupertatis extremae*, en penitencia y dedicación intensa a la oración, siguiendo el espíritu de san Francisco y sus primeros compañeros⁵⁵. La regla de los eremitorios avalaba la forma de vida de sus pequeñas comunidades. En un principio el número de hermanos que se planteaba debía ser reducido, tres o cuatro como máximo. La relación entre los frailes se centraba en la perseverancia de la oración y su enseñanza por aquellos que actuaban como *madres*, actividad recibida por los frailes que se mantenían como *hijos*, como puede constatarse en el texto de la regla a continuación.

“Aquellos que quieran vivir la vida religiosa en eremitorios, sean tres hermanos o, a lo más, cuatro; dos de ellos sean madres y tengan dos hijos, o, al menos, uno. Los dos que son madres hagan la vida de Marta y, los dos hijos hagan la vida de María. Y tengan un cercado, y en él tenga cada uno su celdita, en la que ore y duerma. Y digan siempre las completas del día, en cuanto se ponga el sol; y esfuércense por guardar silencio; y digan las Horas litúrgicas; y levántense a maitines; y busquen primero el Reino de Dios y su justicia” (Regla para los eremitorios)⁵⁶.

Sin embargo, el éxito de esta iniciativa demuestra que las comunidades llegan a ser más numerosas, con siete hermanos a mediados del siglo XV en Herbón, y san Lorenzo de Trasouto que contaría con más dado su condición de casa-madre⁵⁷.

Conclusiones

A fines del siglo XIV, el inesperado desarrollo del Cisma genera también una división política de la cristiandad, en la que la Corona de Castilla sigue al papa de Aviñón y el Reino de Portugal, al papa de Roma. En ese mismo momento, algunos franciscanos gallegos quieren vivir una vida de estricta pobreza y oración, retornando a la pureza primitiva de la regla franciscana. Su labor fundadora tiene que traspasar fronteras, pues se inicia en Galicia con siete fundaciones y se continúa con ocho en Portugal,

⁵⁵ Así lo expresaba en la bula de 9 julio de 1427, el papa Martín V para preservar a los eremitorios, frente a observantes y conventuales. EUBEL, C. – *Bullarium Franciscanum pontificum, constitutiones, epístolas, diplomata tribus ordinibus minorum, clarissarum, poenitentium*, p. 702.

⁵⁶ SAN FRANCISCO DE ASÍS – *San Francisco de Asís. Escritos. Biografías. Documentos de la época*, p. 117.

⁵⁷ GARCÍA ORO, José – *Galicia en los siglos XIV y XV*, t. I, p. 202.

llevándose a cabo en un breve espacio de tiempo que comprende desde 1389 hasta 1407. En 1389 la Bula de Urbano VI registra la primera referencia a los profesos en la orden de los menores, Gonzalo Mariño y Diego Arias; en 1392, la Bula de Bonifacio IX vuelve a mencionarlos junto con Pedro Díaz; en 1407, la Bula de Benedicto XIII dirigida a Gonzalo Mariño, sanciona la legitimidad de sus fundaciones gallegas. Al igual que otros eclesiásticos estos frailes deben adaptarse a la situación creada por el Cisma y la diferente opción política de estos dos reinos obliga a que las fundaciones gallegas sean legitimadas por el papa aviñonense Benedicto XIII. El paso a Portugal de estos frailes y su permanencia en este reino debe interpretarse por el mantenimiento de su fidelidad al papa romano, pero ello no debe impedir la legalización de las fundaciones realizadas en Galicia por el papa aviñonense. Los “frades da pobre vida” pudieron continuar su estricta vivencia franciscana en medio del Cisma y en medio de la ruptura de facto de la provincia franciscana de Santiago. La Observancia presenta una doble significación. Inicialmente la siguen los frailes que pretenden vivir la regla en todo su rigor, en adhesión a la pobreza primitiva propugnada por san Francisco. En Galicia cristaliza en los *frades da prove vida* asentados en los oratorios. Otro significado de la Observancia se liga a la institucionalización de la corriente reformadora sancionada por el papa Eugenio IV en 1446, con la constitución de la Regular Observancia, que logra imperar y absorber a estos grupos reformadores que comienzan a sufrir presiones hasta que finalmente se integran en la Observancia a comienzos del siglo XVI.

La información sobre los fundadores es muy escasa, aunque permite una aproximación a la figura de Gonzalo Mariño, perteneciente seguramente a una familia hidalga gallega, los Mariño de Lobeira, que acaba entroncando con los Docampo-Moscoso (futuros condes de Altamira). Se constata el apoyo de esta familia en las fundaciones de Rial-Louro, Trasouto y Herbón. Otro linaje poderoso, los Soutomaior de Lantaño apoyan la fundación de Sueiro. También se implican ricos burgueses como el mercader compostelano Gonzalo de Barcala, que participa en la fundación de Herbón junto con el cabildo de Iria. Los cabildos de Iria y Santiago, así como los arzobispos compostelanos respaldan y mantienen estas fundaciones.

Las fundaciones en lugares solitarios, en su mayoría próximos a zonas costeras, bien comunicados y relativamente próximos a villas dinámicas, debían ser prácticamente autónomas, aunque en teoría estaban sujetas a las autoridades de la Orden. La presencia de bosques, cursos fluviales y agras posibilitan el mantenimiento de la pequeña comunidad. Son lugares solitarios, inhóspitos, paupérrimos, en los que la vivencia de los frailes “espertava as saudades do Ceo” según refiere el cronista portugués frei Manuel da Esperança.

Referencias bibliográficas

Fuentes

Fuentes manuscritas

Santiago de Compostela, Archivo Provincial de San Francisco de Santiago (APFS), Colección Celestino Fraga, carp. 65^a.

Fuentes impresas

ANGELI DE RIVORTORTO, F. M. – *Collis Paradisi amoenitas seu Sacri Conventus Assisiensi Historiae*. Montefalco: Ex typographia seminarii, 1704.

CASTRO Y CASTRO, Manuel de (ed.) – *Crónica de la provincia franciscana de Santiago (1214-1614) por un franciscano anónimo del siglo XVII*. Madrid: Archivo Iberoamericano, 1971.

EUBEL, C. – *Bullarium Franciscanum pontificum, constitutiones, epístolas, diplomata tribus ordinibus minorum, clarissarum, poenitentium*. Romae: Typis Vaticanis, 1904, T. VII.

ESPERANÇA, Manoel da – *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal. Segunda parte, que conta os seus progressos no Estado de tres Custodias, principio de provincia e Reforma Observante*. Lisboa: Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666.

HEROSA, Antonio de – *Memorial de las cosas notables de este Colegio de Herbón. Compilación documental complementaria*. Colectanea Liceo Franciscano Anexo 1. Ed. José Luís Soto Pérez. Santiago de Compostela: Editorial el Eco Franciscano, 2013.

HÜNTEMANN, Ulrich – *Bullarium franciscanum continens constitutiones, epistolas et diplomata Romanorum Pontificum*. Quaracchi: Nova Series, 1929, T. I.

Liber Sancti Iacobi. Codex Calixtinus. Trad. A. Moralejo, C. Torres, J. Feo. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2014 (nueva edición revisada).

SAN FRANCISCO DE ASÍS – *San Francisco de Asís. Escritos. Biografías. Documentos de la época*. Ed. José Antonio Guerra. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2003.

SARMIENTO, Martín – *Viaje a Galicia de Fray Martín Sarmiento (1754- 1755). Ms. de la Abadía de Silos*. Transcrito por Fr. Mateo del Álamo y Fr. Justo Pérez de Urbel. Edición de F. J. Sánchez Cantón y J. M. Pita Andrade. Santiago de Compostela: Instituto P. Sarmiento de Estudios Gallegos, 1950.

Estudios

BANDÍN HERMO, Manuel – “Los orígenes de la Observancia en la Provincia de Santiago”. *Archivo Ibero-Americano* 33 (1930), pp. 337-373, pp. 527-559.

BOTO VARELA, Gerardo – “De relicario monumental a reliquia memorable. La conservación de las 'arquitecturas venerables', de la Edad Media al siglo XX”. In GIRÁLDEZ FERNÁNDEZ, Pilar (ed.) – *Transformació, destrucció i restauració dels espais medievals*. Barcelona: Patrimoni 2.0 Editors, 2016, pp. 51-77.

CARVALHO, José Adriano de Freitas – “... *Domos pauperulas, cellulas et ecclesias parvulas*: as fidelidades dos primeiros observantes em Portugal (1392-1453) a Francisco “arquitecto” olhadas ao espelho dourado do século XVII”. *Via Spiritus* 23 (2016), pp. 7-31.

DÍAZ LÓPEZ, Juan David – *El Pazo de San Lourenzo de Trasouto. De oratorio franciscano a retiro señorial*. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago, 2015.

DÍEZ GONZÁLEZ, María del Carmen – “Paisaje y mística en la Cuenca del Tajo”. In LOZANO BARTOLOZZI, María del Mar; MÉNDEZ HERNÁN, Vicente; ASENJO RUBIO, Eduardo (coords.) – *Paisajes modelados por el agua: entre el arte y la ingeniería*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 2012, pp. 295-311.

EIJÁN LORENZO, Samuel – *Historia de Ribadavia y sus alrededores*. Madrid: Establecimiento tipográfico de San Bernardo, 1920.

FRAGA SAMPEDRO, M.^a Dolores; RÍOS RODRÍGUEZ, M.^a Luz – “Santa María a Nova, un convento terciario en la Compostela medieval: fundación y benefactores”. *Sémata. Ciências sociais e humanidades* 26 (2014), pp. 129-173.

FONTES, João Luís Inglês – “Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da pobre vida de Évora”. *Lusitania Sacra* 31 (2015), pp. 51-71.

GÁLVEZ, Fray Tomás – “Cronologia della conversione di Francesco e dei primi compagni, del Convento e della Chiesa di Rivotorto”. In CANIL, E. (coord.) – *San Francesco e Rivotorto. I primi passi della fraternità francescana, il santuario, il territorio*. Assisi: Casa Editrici Francescana, 2004, pp. 183-225.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angél; TEJA, Ramón (coords.) – *El monacato espontáneo: eremitas y eremitorios en el mundo medieval*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, 2011.

GARCÍA IGLESIAS, José Manuel – *El franciscanismo en Galicia. Ayer y hoy de su patrimonio artístico*. Santiago de Compostela: Ed. Eco Franciscano, 2019.

GARCÍA ORO, José – *Galicia en los siglos XIV y XV*. [A Coruña]: Fundación Barrié de la Maza, conde de Fenosa, col. Galicia Histórica, 1987, 2 tomos.

IGLESIAS ALMEIDA, Ernesto – *El antiguo obispado de Tui en Portugal*. Noia: ed. Toxosoutos, 2009.

LEJARZA, F., et al. – *Las reformas en los siglos XIV y XV. Introducción a los orígenes de la Observancia en España. Las reformas en los siglos XIV y XV*. Madrid: Archivo Iberoamericano, 1958.

LOPES, Fernando Félix – “Franciscanos de Portugal antes de formarem Provincia independente. Ministros provinciais a que obedeciam”. *Archivo Iberoamericano* 179-180 (1985), pp. 349-450.

LÓPEZ FERNÁNDEZ, A. – “Convento de San Lorenzo de Trasouto, extramuros de la ciudad de Santiago de Compostela”. *Archivo Iberoamericano* 36 (1933), pp. 386-415; pp. 532-550; 37 (1934), pp. 49-59, pp. 227-258, pp. 379-391.

MANSO PORTO, Carmen – *Arte gótico en Galicia: los dominicos*. La Coruña: Fundación Barrié de la Maza, 2 vols.

PÉREZ PÉREZ, Diego. – *Franciscanos en la Observancia. El convento de Louro: fundación, historia y arte*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2018. Tese Fin de Máster.

PÉREZ PÉREZ, Diego – “Génesis de una comunidad observante: el convento de san Francisco de Louro”. In CHAO CASTRO, David; LÓPEZ ALSINA, Fernando; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, María Isabel (coords.) – *Franciscanos en la Edad Media. Memoria, cultura y promoción artística*. Alessandria: Edizioni dell’Orso, 2018, pp. 235-247.

RÍOS RODRÍGUEZ, M.^a Luz; FRAGA SAMPEDRO, M.^a Dolores – “Orden Tercera Regular en Galicia. Secuencias de una implantación (siglos XIV-XV)”. In CHAO CASTRO, David; LÓPEZ ALSINA, Fernando; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, María Isabel (coords.) – *Franciscanos en la Edad Media. Memoria, cultura y promoción artística*. Alessandria: Edizioni dell’Orso, 2018, pp. 179-203.

RODRIGUES, Ana Maria S. A.; FONTES, João Luís Inglês; ANDRADE, Maria Filomena – “La(s) reforma(s) en el franciscanismo portugués en la Edad Media”. *Hispania Sacra* 72/145 (2020), pp. 51-63.

RODRÍGUEZ PAZOS, Manuel – “Provinciales Compostelanos. La vida religiosa de la provincia franciscana de Santiago”. *Liceo Franciscano* 187-189 (2010-2011).

RONCIÈRE, Charles-Marie de la – “Identités franciscaines au XVe siècle: la réforme des communautés masculines”. In MEYER, Frédéric; VIALLET, Ludovic (dirs.) – *Identités franciscaines à l'Âge des Réformes*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2005, pp. 33-53.

SÁNCHEZ HERRERO, José – “Beguinios y Tercera Orden Regular de san Francisco en Castilla”. *Historia. Instituciones. Documentos* 19 (1992), pp. 433-448.

SENSI, Mario – “Movimenti di osservanza e ricerca della solitudine: focolai eremitici tra Umbria e Marche nel XV secolo”, In MEYER, Frédéric; VIALLET, Ludovic (dirs.) – *Identités franciscaines à l'Âge des Réformes*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2005, pp. 100-142.

TEIXEIRA, Vítor Gomes – *O movimento da Observância franciscana em Portugal (1392/1517)*. *História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto: Editorial Franciscana, 2010.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

RÍOS RODRÍGUEZ, María Luz; FRAGA SAMPEDRO, M.ª Dolores – “En los orígenes de la observancia. *Frades da prove vida* en la Galicia medieval (Finales siglo XIV – finales siglo XV)”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 281-307. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 32 | Julho – Dezembro 2022

ISSN 1646-740X

**Infraestructuras de abastecimiento y desagüe en la
Granada de la primera mitad del siglo XVI: la red arterial
de acequias y sus ramales**

**Supply and drainage infrastructures in Granada from the first half
of the 16th century: arterial network of irrigation ditches and its
branches**

Daniel Jesús Quesada Morales

Universidad de Granada, Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Historia del Arte
18071 Granada, España

<https://orcid.org/0000-0003-4696-7236>
quemorda@ugr.es

Data recepção do artigo / Received for publication: 20 de Setembro de 2021

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 25 de Fevereiro de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5690>

RESUMO

Tomando la información proveniente de las Ordenanzas de las Aguas de Granada de 1538, publicadas en 1552 como parte integrante de las Ordenanzas de la Ciudad, se expone en el presente trabajo el régimen de las aguas que se mantenía en la Granada de la primera mitad del siglo XVI, concerniente a las acequias que la suministraban tanto dentro como fuera del recinto amurallado, a los días indicados para poder emplear sus aguas de uso doméstico y riego, así como a las tareas de reparación y gestión, y todo aquello relativo a la perfecta distribución de tan preciados recursos hidráulicos.

Palavras-chave: Infraestructuras hidráulicas; acequias; Ordenanzas Municipales; Granada; siglo XVI.

ABSTRACT

Based on the information from the Granada Water Ordinances of 1538, published in 1552, as an integral part of the City Ordinances, the present work presents the current Granada's Water Regime in the first half of the 16th century, concerning the ditches that supplied it, both inside and outside the walled enclosure; the days indicated to be able to use its water for domestic use and irrigation; as well as repair and management tasks, and everything related to the perfect distribution of such precious hydraulic resources.

Keywords: Hydraulic infrastructures; irrigation channels; Municipal Ordinances; Granada; 16th century.



1. Introducción. Las Ordenanzas Concejiles de Granada de 1552. La consolidación del modelo administrativo castellano en la nueva ciudad cristiana¹

Las Ordenanzas de Granada son la primera colección impresa de las ordenanzas granadinas que vio la luz en el año 1552: el *Título de las Ordenanzas que los muy ilustres y muy magníficos señores Granada mandan que se guarden para la buena gobernación de su República*. Se trata, pues, de un libro jurídico, de derecho municipal, cuya materia fundamental son una serie de disposiciones y normas, las ordenanzas, que la propia ciudad de Granada insta para su gobernación particular e interna, y que afectaban a los diferentes órdenes de la sociedad urbana de su tiempo. El vocablo “ordenanza” en 1500 podía aplicarse en sentido lato a cualquier norma de naturaleza jurídica y legal que se mandaba observar, pero en sentido estricto se entendía como un bloque reglamentario, de disposiciones, cuyo fin último era el gobierno de una corporación, ciudad o gremio². La situación de los municipios de la Corona de Castilla, cada vez más postrados por la ilegalidad y el desgobierno, condujo a los Reyes Católicos a emprender el saneamiento del régimen municipal, restituyéndolo a la más estricta legalidad, impulsando para ello una política con ciertos visos reformistas. De este modo, se pretendía la supresión del acrecentamiento y patrimonialización de los cargos municipales, reconduciendo a la Corona la libre provisión de los oficios públicos. El intervencionismo regio en la vida municipal se acrecentó mediante el envío de corregidores de manera generalizada, primero en Castilla, y posteriormente en Granada y Canarias³.

La conquista del reino de Granada supuso para la monarquía de los Reyes Católicos el gobierno de un espacio político sobre el que pudieron proyectar el ejercicio de

¹ La redacción de este artículo se ha efectuado siendo el autor beneficiario de una Beca de Formación de Profesorado Universitario, (FPU/16/01711), concedida por el Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, en la convocatoria de 2016. Formación predoctoral tutelada y gestionada por el Vicerrectorado de Investigación y Transferencia de la Universidad de Granada.

² LÓPEZ NEVOT, José Antonio – “Introducción”. In *Ordenanzas de Granada de 1552*. Granada: Ayuntamiento de Granada, 2000. Edición facsímil con estudio preliminar e introductorio a estas Ordenanzas, que se conservan en el Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada, de José Antonio López Nevot, p. 5.

³ LÓPEZ NEVOT, José Antonio – “Introducción”. In *Ordenanzas de Granada*, pp. 10-11.

una autoridad que se había ido acrecentando desde la unión de las coronas aragonesa y castellana. Los criterios aplicados en el nuevo reino incorporado a Castilla se basaron en un fuerte intervencionismo de la corona, tanto en la ordenación administrativa como eclesiástica. Dada la inexistencia de una tradición jurídica cristiana o de privilegios concedidos por monarcas anteriores, la monarquía pudo extender sin oposiciones el régimen municipal castellano al reino de Granada⁴. La historia jurídica de Granada bajo dominio castellano empieza a escribirse con el “asiento e capitulación” otorgado por los Reyes Católicos en el Real de la Vega el 25 de noviembre de 1491. Posteriormente, en 1492, un privilegio rodado confirma y amplía la Capitulación, garantizando la conservación de las instituciones propias de la administración islámica. Para evitar conflictos, Isabel y Fernando redactan en Santa Fe el 25 de mayo de 1492 unas *hordenanças* para “lo que toca a la nuestra justicia como al buen recabdo e guarda de la [...] Alfanbra e çibdad”. A lo largo de sus diez capítulos, en estas ordenanzas se deslindaban el ejercicio de la jurisdicción del conde de Tendilla respecto a la del primer corregidor de la ciudad, Andrés Calderón. De tal forma que el segundo ejercería jurisdicción civil y criminal en Granada, villas y lugares de su tierra, a excepción de la fortaleza de la Alhambra, donde la jurisdicción era privativa del conde Iñigo López de Mendoza. Las ordenanzas se promulgaron con la finalidad de preservar el orden público tanto en la Alhambra y su medina, como en Granada⁵.

La existencia de este incipiente gobierno cristiano es recogida por Bermúdez de Pedraza que escribió que:

“(...) estuvo esta república desde el año de 1492 sin forma legal de ciudad, hasta el año de 1500. Gobernada por el Licenciado Calderón, su primer Corregidor, dependiente en todo del arzobispo (Talavera) y Conde de Tendilla, padres de esta patria en lo espiritual y político”⁶.

Mientras que en los últimos siete años del siglo XV Granada carece de unas ordenanzas municipales, y proseguían rigiéndose por las costumbres y acuerdos de época nazarí, las ciudades de su reino las van recibiendo entre 1494 y 1498. Se

⁴ LÓPEZ NEVOT, José Antonio – “Introducción”. In *Ordenanzas de Granada*, p. 12.

⁵ LÓPEZ NEVOT, José Antonio – “Introducción”. In *Ordenanzas de Granada*, p. 14.

⁶ BERMÚDEZ DE PEDRAZA, Francisco – *Historia Eclesiástica de Granada*. Granada: Universidad de Granada, 1989, fol. 200 r. Edición facsímil con prólogo de Ignacio Henares Cuéllar a esta obra de 1693.

tratan de unas ordenanzas de procedencia regia que, con ligeras variantes, se otorgarán a las ciudades del antiguo reino nazarí como Baza, Guadix, Ronda, Vera, Almería, Málaga, Vélez-Málaga y Loja. De este modo, el gobierno de cada una de estas poblaciones quedaba en manos de un Cabildo presidido por la justicia, representada por el corregidor, y de un grupo de regidores cuyo número variaba en función de su entidad urbana. La correcta administración de la hacienda municipal, la observancia y aplicación de las ordenanzas, así como la defensa de la integridad territorial del municipio, estaban entre las funciones, obligaciones y competencias de estas incipientes corporaciones municipales⁷.

En el conjunto de normas diseñadas para estas ciudades se precisaban de manera minuciosa todas las materias que afectaban a su correcto desarrollo: molienda y peso del trigo, renta del jabón, ingreso de vino foráneo, tabernas, ventas y mesones, guarda de los términos comunes, panes y viñas, abastecimiento urbano, regulación del agua de consumo doméstico y agrícola, carnicerías, pescaderías, etc. La importancia de estas ordenanzas radica en que prefiguraran en más de un extremo la organización institucional que pocos años después recibirá la ciudad cabeza del reino⁸.

En este sentido y una vez sofocado y restablecido el orden en la capital granadina, tras las alteraciones de 1499-1500 que determinaron la conversión forzosa de los musulmanes al cristianismo y la supresión del régimen de Capitulaciones, llegó el momento de otorgar franquezas, libertades, oficios y preeminencias a la ciudad. Mediante una carta de meced suscrita por los Reyes Católicos el 20 de septiembre de 1500 se crea el Ayuntamiento granadino, al tiempo que le adscribe los medios materiales necesarios para llevar a cargo su gestión. El gobierno del concejo queda

⁷ LÓPEZ NEVOT, José Antonio – “Introducción”. In *Ordenanzas de Granada*, pp. 17-19. López Nevot ha observado que el régimen jurídico de los demás municipios del reino de Granada difiere de las instituciones municipales de la ciudad, ya que el estatuto jurídico de los mudéjares tras la conquista y la forma de asentamiento de los nuevos pobladores cristianos fueron muy diferentes en ambos supuestos. Mientras que el régimen legislativo de las ciudades del reino granadino se reguló sobre patrones uniformes y sorteando cualquier connotación heredada del pretérito islámico, la ciudad de Granada conoció un periodo de transición entre los años 1492 y 1500, arbitrada por la validez de las Capitulaciones y el respeto a la presencia de dos comunidades de población en el concejo: la mudéjar y la cristiana. Véase, LÓPEZ NEVOT, José Antonio – *La organización institucional del municipio de Granada durante el siglo XVI*. Granada: Ayuntamiento de Granada-Universidad de Granada, 1994, p. 15.

⁸ LÓPEZ NEVOT, José Antonio – *La organización institucional*, p. 19.

en manos de veinticuatro regidores, oficiales que ostentarán el cargo generalmente de manera vitalicia, y cuya libre designación compete a los monarcas. A su vez esta corporación de regidores quedaba incardinada en una asamblea más amplia, el Cabildo, o Ayuntamiento⁹. Los llamados veinticuatro gobernaban, pero a su vez también se encargaban de impartir justicia y elaboran las ordenanzas, siendo los responsables de su aplicación ulterior. Ya se apuntó como antes de adquirir forma legal de ciudad, Granada se había dotado de unas ordenanzas municipales propias. Este primer libro desaparecido de ordenanzas granadinas tuvo una gran influencia en la redacción de las posteriores de 1500. Las razones de la creación del nuevo libro jurídico por el que se debía regir la vida urbana de la ciudad vienen dadas por el hecho de que en Granada los oficios municipales debían ser de creación y provisión regia, y sobre todo por las circunstancias, según palabras de López Nevot, “de ser una ciudad nuevamente poblada de cristianos, donde pervivía una mayoritaria comunidad neoconversa que podía mantenerse aferrada a sus antiguas ordenanzas y costumbres”¹⁰.

Tanto es así, que puede señalarse que en las postrimerías del Cuatrocientos el régimen gubernativo de Granada se había distanciado de su forma primaria, ya que de manera paulatina se fue gestando un ayuntamiento cristiano que actuaba bajo el mandato de un grupo de personas de probada fidelidad a la Corona (arzobispo, secretario y capitán general) y sin la participación de la comunidad musulmana. A ello contribuyó sin duda la propia evolución demográfica y social de la ciudad, cuya repoblación con colonos cristianos fue promovida por los Reyes Católicos. El abandono de los mudéjares de toda intervención en los asuntos de gobierno municipal se puede interpretar como una consecuencia directa de los cambios que se estaban produciendo en el conjunto de la realidad urbana. De este modo, el gobierno concejil de Granada tal y como aparece configurado en el decurso del siglo

⁹ LÓPEZ NEVOT, José Antonio – *La organización institucional*, pp. 20-22. Tanto las figuras del corregidor, como la de los regidores, de procedencia bajomedieval, fueron instituidas en Granada a partir de 1492, año de la conquista de la ciudad musulmana por los Reyes Católicos, cuando las enmiendas introducidas por Alfonso XI en la organización y gobierno de los concejos castellanos, durante la primera mitad del siglo XIV, se han consolidado plenamente en el ámbito de la Corona. Véase, LÓPEZ NEVOT, José Antonio – *La organización institucional*, p. 9 y PRADOS GARCÍA, Celia – *El gobierno municipal de Granada (1808-1814)*. Granada: Universidad de Granada, 2015, p. 25. Tesis doctoral.

¹⁰ LÓPEZ NEVOT, José Antonio – “Introducción”. In *Ordenanzas de Granada*, pp. 24-25.

XVI, encuentra su génesis en la reorganización que sufrió en 1500 tras la conversión forzosa de los mudéjares al nuevo orden ideológico cristiano. Sin duda la rebelión del año 1499 ofreció a los monarcas el pretexto y justificación para anular el régimen de las Capitulaciones e instaurar una ordenación institucional que soslayando cualquier particularismo heredado del pasado árabe, engarzara con las concepciones municipales vigentes en Castilla¹¹.

1. 1. Redacción, aprobación y revisión de las Ordenanzas Municipales

La reglamentación jurídica del municipio granadino no se circunscribía a la normativa emanada de la anterioridad regia, por el contrario, el elenco de materias que quedó confiado a la decisión del concejo era muy amplio y heterogéneo, pues su actividad se extendía genéricamente al buen regimiento y gobernación de la ciudad y el término, reglamentar la vida administrativa, económica y laboral por medio de ordenanzas específicas era una tarea que recaía en la esfera de competencias del municipio.

Aunque parece incuestionable que el poder central estuvo presente en el momento de la elaboración y redacción de las ordenanzas granadinas. Conviene tener muy presente que en la actividad legislativa de los concejos municipales los corregidores habían adquirido una participación clave, como bien queda reflejado en los Capítulos de 1500, por los que se les otorgaba plenas facultades en orden a la propuesta de modificación y escritura de las ordenanzas: “Otrosi que verán las ordenanzas de la [...] çibdad o villa o partido que fuere a su cargo: e las que fueren buenas las guardaran e faran guardar: e si vieren que algunas ordenanças se deben de fazer e enmendar las faran de nuevo con acuerdo del regimiento”¹².

Según la citada carta de merced de 1500 los destinados a crear y redactar las ordenanzas eran los regidores de Granada, “que tenían que ver las cosas y negocios del concejo de la dicha çibdad”, expresión genérica que atañía al gobierno municipal y a la regulación jurídica de la vida ciudadana. Los corregidores debían cuidar en las ordenanzas de la elección de los oficios concejiles, del trabajo de menestrales y de

¹¹ LÓPEZ NEVOT, José Antonio – *La organización institucional*, pp. 21-22.

¹² LÓPEZ NEVOT, José Antonio – *La organización institucional*, p. 25.

otros oficiales, así como del abastecimiento urbano e higiene de vías públicas y establecimientos mercantiles¹³. El proceso de redacción y aprobación de las ordenanzas nos es conocido gracias a sus recopilaciones y a los libros de acuerdos municipales. A veces la creación de una ordenanza determinada responde a las demandas o quejas que los vecinos de Granada y su tierra elevan al Cabildo municipal. En este sentido es preciso destacar la intervención de aquellas personas agrupadas por el ejercicio de una actividad profesional concreta o por su adscripción a un gremio de un oficio artesano determinado. Pero la iniciativa, asimismo, podía obedecer al cumplimiento de un mandato real expreso o de un reglamento que autorizaba al concejo a regular una materia específica. En 1526 Carlos I designa una junta de reformadores de las aguas de Granada responsable de revisar y modificar unas ordenanzas antiguas sobre aguas, y a aprobar otras nuevas¹⁴. Una vez redactadas y aprobadas por el Cabildo las ordenanzas se insertaban en el *Libro de las Ordenanzas*, y se ponían en conocimiento público general mediante pregón en las diferentes plazas de la ciudad, Bibarrambla, Bibalbonut y Hatabín o Nueva, o en el lugar de trabajo de sus destinatarios más directos. La Alcaicería, el Zacatín, el Rastro o las alhóndigas eran los escenarios habituales de estos pregones. El pregón de las ordenanzas se verificaba mediante la presencia de testigos, siendo el acto registrado por un escribano público. Posteriormente los gremios de artesanos estaban obligados a fijar en un lugar bien visible una tabla de las ordenanzas del oficio en cuestión, firmada por la justicia y el escribano del Cabildo¹⁵.

La aprobación de las ordenanzas debía contar con el consentimiento de la Cancillería Real, así como su revocación o alteraciones posteriores, aunque no siempre. En este sentido, en 1538 Carlos I confirma las Ordenanzas de las Aguas advirtiendo que si “sucdiere alguna duda de que sea necesario declaracion o hazer otra de nuevo, que en tal caso la cibdad con la Justicia e Alcaldes de las aguas enbien ante nos al nuestro consejo relacion de lo que en ello passare e su parescer, para que

¹³ LÓPEZ NEVOT, José Antonio – *La organización institucional*, p. 25.

¹⁴ LÓPEZ NEVOT, José Antonio – *La organización institucional*, p. 27.

¹⁵ LÓPEZ NEVOT, José Antonio – *La organización institucional*, pp. 30-31. *Las Ordenanzas de Granada*, impresas en 1552, agrupan un catálogo de 43 extracapitulares.

visto se prouea lo que conuenga”¹⁶. Es decir, manifiesta la obligación de consultar al monarca y a su consejo las razones que justificaban la modificación o derogación. La decisión de cambiar o revocar una ordenanza venía en muchos casos solicitada a instancias de los propios destinatarios, que se consideraban agraviados en sus intereses legítimos. En la mayoría de las veces, el incumplimiento de las ordenanzas llevaba aparejada una pena que solía ser pecuniaria. En las de las Aguas de Granada se observa, junto a las multas económicas, el establecimiento de castigos y penas de flagelación y cárcel. La mayoría de las ordenanzas recopiladas repartían las sanciones económicas por tercios, destinando una parte al denunciante o acusador, otra a los propios de la ciudad, o para las obras públicas de la misma, y otra fracción a los jueces que dictaban la sentencia condenatoria, lo que da cuenta de la dimensión procesal de las ordenanzas¹⁷.

En 1552 y en Granada, aunque sin indicación de lugar, se publica la primera recopilación de sus ordenanzas: *Título de las Ordenanças que los muy Ilustres y muy magnificos Señores Granada mandan que se guarden para la buena gouernacion de su Republica. Las quales mandaron imprimir para que todos las sepan y las guarden. Año de Mil y quinientos y cincuenta y dos (Fig. 1)*. Al igual que en Granada, en el decurso del Quinientos se producen las recopilaciones de Derecho, imprimiéndose las

¹⁶ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 283r. Uno de los primeros trabajos académicos existente en la historiografía contemporánea sobre las Ordenanzas de las Aguas de la Ciudad de Granada es el de M^a Teresa de Diego, en el que, si bien hace un estudio detallado de las diferentes ordenanzas y del sistema hidráulico granadino del XVI, comete algunas incongruencias y errores, ocasionados seguramente por haber manejado las Ordenanzas de Granada publicadas en 1670, en las que los escribanos cometen fallos de transcripción con respecto a las de 1552. De este modo se refiere a la acequia del Mauror como del Dauror, y señala a la acequia de Aynadamar o de Alfacar, como dos vías de agua diferentes cuando en realidad son la misma. DE DIEGO VELASCO, María Teresa – “Las Ordenanzas de las Aguas de Granada”. *En la España Medieval* 4 (1984), pp. 249-276. Históricamente y de manera pionera el trabajo de Garrido Atienza, constituye la mejor recopilación de documentos sobre los derechos que tenían los vecinos del Albayzín y Alcazaba sobre las aguas de la acequia de Aynadamar y las ordenanzas que regulaban su uso. Véase, GARRIDO ATIENZA, Miguel – *Las aguas del Albaicín y Alcazaba*. Granada: Imprenta Moderna, 1902. Existe edición facsimilar con estudio preliminar de Carmen Trillo San José, publicado por la Universidad de Granada en 2002. Otros trabajos bibliográficos más cercanos al tiempo que también recogen entre sus contenidos la temática de las ordenanzas de las aguas son: JIMÉNEZ ROMERO, Cesáreo – *Mil años de agua en Granada. Tomo I. Fuentes, sistemas y organización de las aguas*. Granada: Fundación Agua, 2016. ESPINAR MORENO, Manuel – *Granada y las aguas del Darro*. Granada: Libros EPCCM, 2019 y del mismo autor – *Estudios sobre aguas de Granada y el Albaicín*. Granada: Libros EPCCM, 2018. Asimismo, consúltese, ESPINAR MORENO, Manuel; ESPINAR JIMÉNEZ, José Manuel – *Abastecimiento urbano y regadío de Granada I. De la Fuente Grande de Alfacar al río Beiro*. Granada: Ada Book, 2016.

¹⁷ LÓPEZ NEVOT, José Antonio – *La organización institucional*, pp. 36-37.

Ordenanzas de la Villa de Madrid y de las ciudades de Jaén y Sevilla, tras sus revisiones, aclaraciones y enmiendas, agrupando previamente las diversas normas en función de la materia regulada. Resulta curioso que la recopilación de las ordenanzas granadinas viera la luz un año después de que lo hiciera la de las ordenanzas de la Audiencia y Chancillería de Granada, observándose con esta medida un intento de afirmar una materia de gobernación frente a las injerencias del tribunal regio, por parte del Cabildo. La recopilación de 1552 compendia medio siglo de ordenanzas granadinas. La iniciativa según reza el título correspondió a los “Señores Granada”, es decir a la Justicia y el Regimiento de la ciudad, siendo su contenido heterogéneo. Bajo la denominación de ordenanzas se reunieron fuentes normativas de diversa naturaleza y procedencia, ya que junto a mandamientos, autos y ordenanzas aprobadas por el Cabildo, se insertaron leyes de Cortes, disposiciones de gobierno dirigidas por los distintos monarcas al concejo, y autos de la Audiencia de Granada¹⁸.

¹⁸ LÓPEZ NEVOT, José Antonio – *La organización institucional*, pp. 42-43. Con el desarrollo urbano y el crecimiento de la población, en el último tercio del siglo XVII, se hizo necesario realizar una nueva impresión de estas Ordenanzas, a cargo de la Real Chancillería de Granada, para mantener su obligado cumplimiento, pues en caso de ser infringidas incluían las sanciones a aplicar. Las Ordenanzas de 1670 son, por tanto, las mismas que las de 1552. En esta nueva publicación se incluyen, “Ordenanzas executorias y autos que no están impresas y por averse mandado imprimir se añaden a él”. Las diferencias entre las Ordenanzas de 1552 respecto a las de 1672, estriban en la enumeración de sus folios. En las primeras éstos aparecen numerados con numeración romana, mientras que a las segundas se les dio una estructura por títulos y ordenanzas con números arábigos. Leves variaciones ortográficas entre ambas son las variaciones más significativas. Véase, Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada. Signatura: CF-24 – *Ordenanzas de los muy Ilustres y muy Magníficos Señores de Granada, mandaron para la buena gobernación de su República, impresas año 1552. Que se han buuelto a imprimir por mandato de los Señores Presidente, y Oydores de la Real Chancillería de esta Ciudad de Granada, impresas año 1670*. Granada: En la imprenta Real de San Francisco de Ochoa. Vol. II, fol. 253 y ss., y REYES MESA, José Miguel – *Los molinos de la ciudad de Granada. Los molineros y el agua en las ordenanzas*. Granada: Diputación Provincial de Granada, 2000, pp. 105-106.

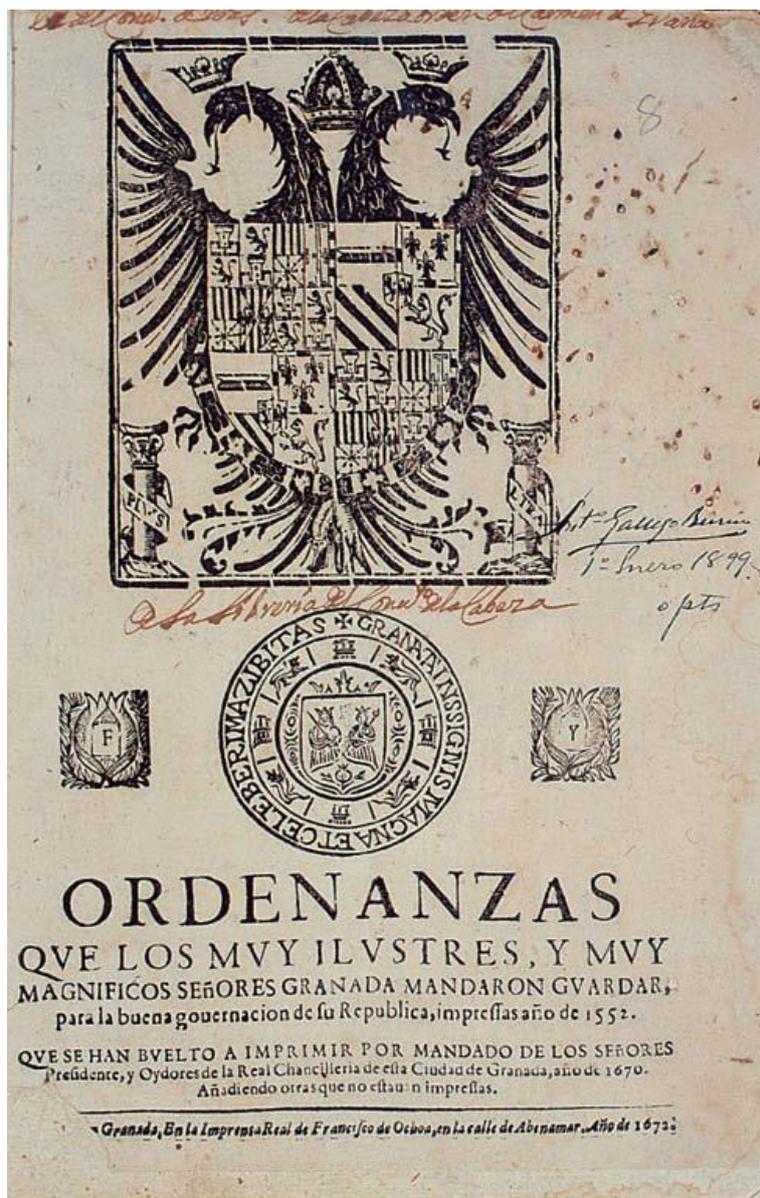


Fig. 1 – Portada. *Título de las Ordenanzas que los muy ilustres y muy magníficos señores Granada mandan que se guarden para la buena gobernación de su república. Granada. 1552. (2ª Impresión por Francisco de Ochoa, 1678). Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada. Signatura: CF-24.*

Las Ordenanzas de Granada de 1552 se abren con el *Privilegio*, con la carta de privilegio que confirma y sobrecarta la Real Provisión de 20 de septiembre de 1500, a continuación, se incluye una tabla de materias ordenadas por orden alfabético, posteriormente se inserta la recopilación de las ordenanzas propiamente dichas, distribuidas en ciento treinta títulos no numerados. Las Ordenanzas de las Aguas alcanzan una gran extensión, siendo el núcleo fundamental de las dedicadas al abastecimiento urbano e higiene pública. La recopilación de 1552 volverá a

imprimirse de nuevo en 1672 por mandato esta vez no de la ciudad, sino del presidente y oidores de la Audiencia y Chancillería de Granada, incluyendo en 36 nuevos títulos no sólo ordenanzas posteriores a 1552, sino también normas anteriores que no se habían incorporado en la primera recopilación¹⁹.

2. Infraestructuras hidráulicas de abastecimiento. La regulación de las acequias intramuros de la ciudad según las Ordenanzas de las Aguas de Granada de 1538

Tomamos las palabras de Pedro Mártir de Anglería, de una carta escrita al Arzobispo de Toledo, don Pedro González de Mendoza, el 30 de marzo de 1492, en la que se refiere a la bondad del agua y a la riqueza vegetal de Granada, para iniciar este apartado:

“Granada es en extremo saludable gracias al río Darro, que atraviesa la ciudad. Granada tiene montes y Vega amplia. Granada disfruta de un perenne otoño. Tiene abundancia de cedros y naranjales de todas clases en amenos huertos. Desde las montañas cercanas arrancan por doquier ubérrimas colinas y suaves montículos, cubiertos por toda clase de viñedos, bosques de mirtos y olorosos arbustos. Tan delicadamente están adornados los alrededores, que recuerdan los Campos Elíseos, y por todos ellos corre continuamente el agua. Yo mismo he comprobado cómo infunde nuevos ánimos y recrea el espíritu fatigado la corriente de sus arroyos, que se deslizan entre sus umbrosos olivares y huertos [...]”²⁰.

La ciudad tenía asegurado el suministro hidráulico gracias a la estrechísima proximidad de los ríos Genil y Darro, de los que partían varias acequias, con sus azacayas²¹, ramales y extensiones que abastecían a la población granadina del agua necesaria, al mismo tiempo que facilitaban la existencia de hermosos jardines y riquísimas huertas (**Fig. 2**). La Granada recién conquistada aparecía rodeada por un extenso cinturón de arboleda, jardines y cármenes, extendiéndose asimismo los

¹⁹ Todas estas Ordenanzas tienen continuidad en el tiempo, pues como se ha comentado fueron reimprimadas en 1672 por orden de la Real Chancillería de Granada, lo que demuestra su vigencia durante el siglo XVII, perdurando muchas de ellas hasta nuestros días, con algunas modificaciones y actualizaciones periódicas de acuerdo con las diversas legislaciones de carácter superior, Ley de Aguas y Reglamentos del Dominio Público Hidráulico. Consúltense, LÓPEZ NEVOT, José Antonio – “Introducción”. In *Ordenanzas de Granada*, pp. 44-45 y REYES MESA, José Miguel – *Los molinos de la ciudad*, p. 127.

²⁰ DE DIEGO VELASCO, María Teresa – “Las Ordenanzas de las Aguas de Granada”, p. 262.

²¹ Las azacayas eran canales de agua que conducían el agua de uso doméstico. Tenían forma cuadrangular y normalmente se construían a base de ladrillos.

cultivos de regadío por toda la Vega. Casi todos los autores de la época narran la sensación de abundancia y maravilla que producía la vista de la hermosa ciudad, así como de la excelencia y salubridad de sus aguas. Las infraestructuras de regadío de Granada se diseñaron y proyectaron en los primeros años de reinado de la dinastía nazarí, mediante cortes en los ríos o alquezares²², y la construcción de acequias y cauchiles²³ que dirigían el agua en todas direcciones. En realidad, esta intervención humana sobre el paisaje perseguía suplir la falta de cereales que siempre padeció la ciudad, desarrollando en contraposición, una excelente producción hortofrutícola²⁴. Los nuevos pobladores cristianos reconstruyeron y continuaron este sistema, si bien, como señala María Teresa de Diego Velasco, “los repobladores, gentes que no tenían gusto ni experiencia en los cultivos de regadío, los despreciaban, considerándolos una agricultura de rango inferior, en contraposición a los cereales”²⁵.

Pese a todo, de la importancia del mantenimiento del sistema de canales y conductos musulmanes, da buena cuenta una de las cláusulas de las Capitulaciones de los Reyes Católicos, en la que quedaban obligados a guardar las acequias que transportaban el agua a la ciudad de Granada, no permitiendo que nadie lavara ropas en ellas, o que dañase el agua que la población tenía que beber²⁶. Así mismo, la utilización de las redes de agua también aparece cuidadosamente reglamentada en las Ordenanzas Municipales de 1552.

²² El alquezar consistía en una ancestral tradición de repartimiento de la acequia de Aynadamar para regar los pagos de Beiro y Almanjáyár, y en periodos de sequía para proveer de agua a las alquerías de Jun, Dialfate, Pulianas, Peligros y Maracena, regulándose su empleo según viejas costumbres. JIMÉNEZ ROMERO, Cesáreo – *Mil años de agua en Granada*, p. 281.

²³ El cauchil era una obra de fábrica de ladrillo que se encargaba de interceptar el paso de acequias y azacayas para distribuir el caudal de aguas, por eso se conoce también con el nombre de distribuidor, partidador y repartidor.

²⁴ DE DIEGO VELASCO, María Teresa – “Las Ordenanzas de las Aguas de Granada”, p. 262.

²⁵ DE DIEGO VELASCO, María Teresa – “Las Ordenanzas de las Aguas de Granada”, p. 263.

²⁶ JIMÉNEZ ROMERO, Cesáreo – *La acequia de Aynadamar en los siglos XV y XVI*. Granada: Granada Histórica y Cultural, 1990, pp. 6-7.



Fig. 2 – Ambrosio de Vico. *Plataforma de la Ciudad de Granada*. h. 1590 (Grabado por Francisco Heylan, 1613). Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada (España). Fondo fotográfico/Signatura: 00.017.01.

El agua de los ríos Darro y Genil penetraba en Granada a través de una compleja red arterial de acequias que formaban a su vez una trama de distribución compuesta de azacayas y ramales que suministraban a las casas y nutrían fuentes y aljibes. Siguiendo el relato de Bermúdez de Pedraza, del río Darro partían cuatro acequias:

“[...] la primera, a media legua della (la ciudad), con la que muelen seys molinos y beven dos parroquias. La segunda acequia la sangran más arriba, la qual va por el Cerro de Santa Elena, fertilizando las huertas de aquella ladera, y llegando a la ciudad, muelen con ella tres molinos y beve una parroquia. La tercera se toma más arriba y va por la misma loma, buen trecho más alta que la passada. Y la última, poco más alta, la qual, después de haber pasado por el Generalife y refrescado sus frentes, pasea por un arco a los de la Alhambra”²⁷.

2. 1. Las acequias de Romayla, Darrillo, Mauror y Realejo

Las Ordenanzas de las Aguas son concisas respecto a las canalizaciones y bifurcaciones que surgían y se ramificaban por la ciudad desde el río Darro. De los

²⁷ BERMÚDEZ DE PEDRAZA, Francisco – *Antigüedad y excelencias de Granada*. Granada: Ayuntamiento de Granada, 1981, fol. 13. Edición facsímil de la obra original publicada por primera vez en 1608.

Adarves hasta el Aljibe de la ciudad, dos de las cuatro acequias penetraban juntas. Posteriormente, se separaban y se dividían en diferentes ramales. La acequia de Axares iba desde dicho repartimiento a la puerta de Bibalmazda donde fenecía²⁸. La acequia de Romayla tenía su desarrollo hasta las puertas de Bibalmazda y Elvira y sus ramales se mezclaban con las arterias que surgían del río Genil. Un ramal de la de Romayla discurría por el Zacatín hasta las Casas del Arzobispo, abasteciendo el aljibe situado en la Plaza de Bibarrambra²⁹. Otro de los ramales de esta acequia transcurría hasta San Francisco y la calle del Duque yendo a parar Bibatabuín y a la Alhóndiga del Carbón³⁰. Las otras dos acequias que nacían del Darro eran las llamadas del Darrillo y del Mauror. La primera, la del Darrillo el Sucio, denominada así porque evacuaba de la ciudad las aguas negras y los desechos estaba dividida en dos ramales. Uno de ellos entraba en la Cárcel del Arzobispo alimentando el ramal de Rabatabolaz, que se extendía por la calle de la Cárcel y salía por la puerta de Bibalmazda. El otro ramal transitaba junto al aljibe de Zacayatalbaceri³¹. Por tanto, en el curso del Darrillo el Sucio, se encontraban dos ramales de repartimiento de su caudal. El primero era la acequia o madre sucia, conocida como Rabatabolaz³², Rabat Abolaz, Arrabal, Arrabal de Abu Abdallah y, más exactamente, de Abu-I-Asi, denominada también de Jincata y Hondo. El otro ramal realizaba su trayecto hasta Bib Almazda, con el fin de regar las huertas situadas en la Plaza de la Trinidad y los alrededores. La segunda derivación se prolongaba hasta el mencionado aljibe de

²⁸ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 268r.

²⁹ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 268 v. Este tramo de la acequia de Axares se cita en las ordenanzas con el nombre de Darrillo el Turbio, pues una vez llena la alberca para abasto de agua limpia de la ciudad, recogía las aguas sucias. El tramo se iniciaba en el primer molino, dentro de la ciudad, en la calle San Juan de los Reyes y descendía hasta Fuente Nueva. REYES MESA, José Miguel – *Los molinos de la ciudad*, p. 122.

³⁰ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 268v.

³¹ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 278v.

³² Esta acequia en época musulmana pasaba por el barrio o arrabal de Abu Abadía. Manuel Gómez-Moreno González nos dice que antes de construirse la catedral existía una calle que iba desde la mezquita mayor a la alhóndiga de los Genoveses, más tarde Cárcel de la ciudad. En esta calle había un baño llamado de Abolaz que se ubicaba en el barrio de Rabat Abulaçi. La acequia de Abolaz salía junto a la Puerta de Bib Amazda o Bib Almazán, que se traduce como Puerta de la Conversación. Esta puerta estaba enfrente del Convento de la Trinidad a la salida de la calle Capuchinas. Cuando se realizaron obras en este lugar, cuenta Gómez-Moreno que se encontraron restos y pudieron verse el aljibe de Bibalmazda, el arranque de dos torres y restos de muros. Consúltese, GÓMEZ-MORENO GONZÁLEZ, Manuel – *Guía de Granada*. Granada: Universidad de Granada e Instituto Gómez-Moreno, 1998, vol. I, pp. 322 y 392. Reproducción facsímil de la primera edición de esta *Guía de Granada*, editada en la ciudad granadina por la Imprenta de Indalecio Ventura en 1892.

Zacayat Albaceri o acequia de Albaceri, discurriendo por el Boquerón hasta las tierras de cultivo y huertas ubicadas a este lado del casco urbano³³.

Si alguien quitaba las piedras de las compuertas o agujereaba las acequias para beneficiarse del agua, estaba obligado a pagar la pena impuesta por las Ordenanzas de las Aguas y a reestablecer los daños originados en el cauce. Si el infractor era el responsable de las aguas y no se ceñía a lo estipulado, pagaría la sanción pertinente³⁴. De este modo, solo estaba permitido que los arrendadores, regadores y hortelanos pudieran abrir las correspondientes lumbreras por donde discurría el agua hacia cada una de las fincas. Al finalizar el riego, estaban obligados a volver a sellarlas para que el agua prosiguiera su curso al resto de huertas y campos de acuerdo al reparto y turnos de las aguas establecidos (**Fig. 3**).

³³ GARRIDO ATIENZA, Miguel – *El Darro Turbio. Dictamen dado acerca del mismo*. Granada: Ayuntamiento de Granada, 2003. Edición y estudio preliminar por Manuel Espinar Moreno de esta obra de 1906, p. 4.

³⁴ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 278v.

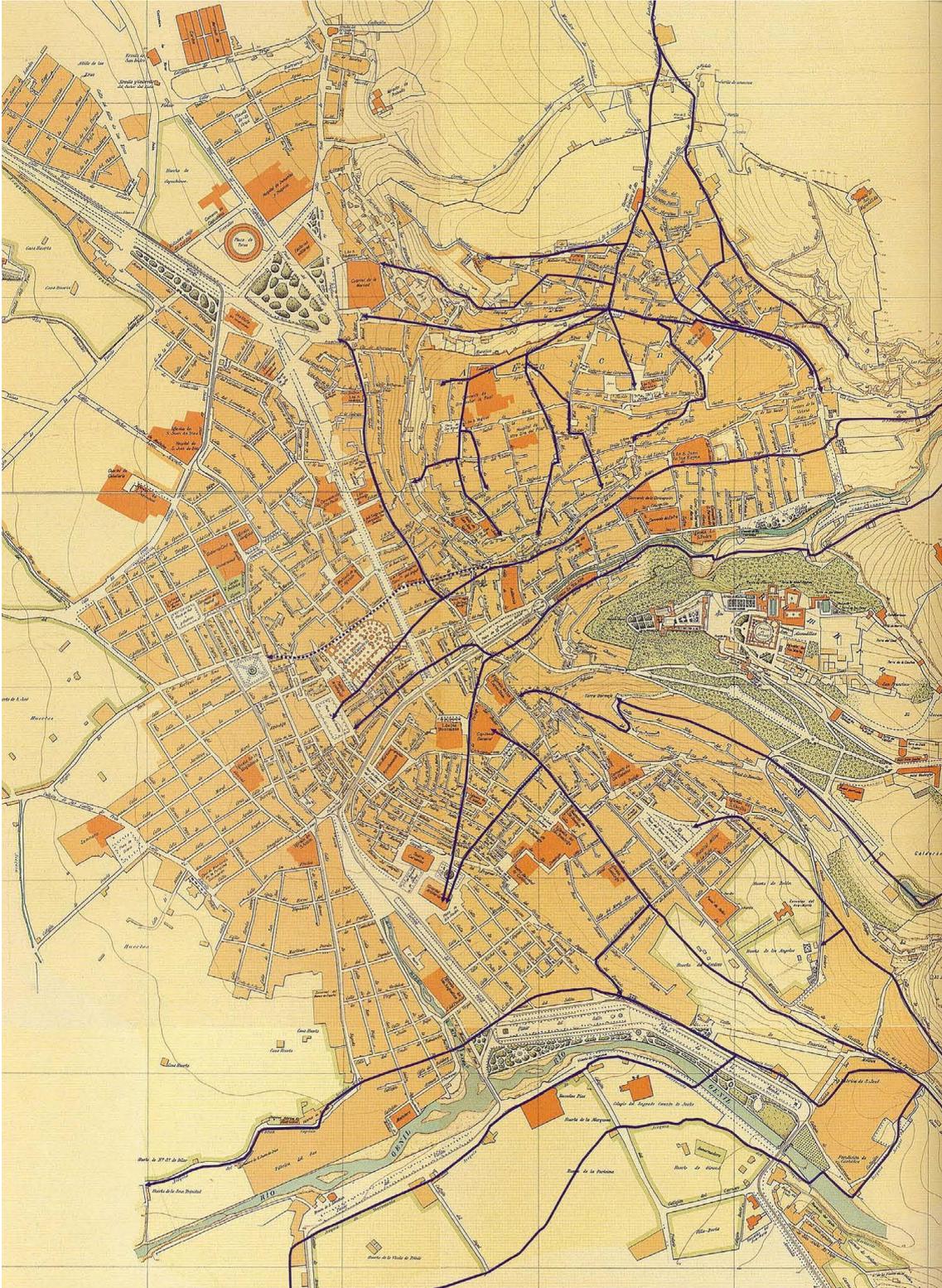


Fig. 3 - Plano de distribución de las acequias de Granada en época moderna sobre plano de Granada de 1909. Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes. Dirección General del Instituto Geográfico y Estadístico. Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada. Colección de planos. Signatura: 05. 002. 01. Elaboración: Antonio Orihuela Uzal y Luis José García Pulido (Laboratorio de Arqueología y Arquitectura de la Ciudad (LAAC). Granada.

Por su parte el ramal de Mauror corría por la Alhambra y el Generalife, surtiendo de agua al barrio de la Antequeruela³⁵. El otro río de la ciudad de Granada, el Genil, a su vez se dividía en varias acequias. La principal, la del Realejo, penetraba en el barrio del mismo nombre llegando hasta el monasterio de San Francisco y la puerta de Bibataubín³⁶. El acequero que se ocupaba del mantenimiento de este ramal debía desviar las aguas turbias y desaguarlas del caserío urbano a través de una maglaca³⁷ hasta Bibalacha³⁸. A esta acequia del Realejo se refiere Bermúdez de Pedraza en su *Antigüedades y excelencias de Granada*, junto a una más: “[...] la Ciudad saca deste río (Genil), dos acequias o braços de agua, con la una, da de beber al Barrio de Santa Cruz y San Francisco, y con la otra, después de haber pasado por unos molinos, riega a gran número de huertas”³⁹.

2. 2. La acequia de Aynadamar o de Alfacar

Por lo que respecta a la acequia de Alfacar o de Aynadamar⁴⁰, ésta entraba en el Albayzín y Alcazaba y sus aguas regaban los jardines y huertas de Santa Isabel la Real, así como al propio monasterio y la casa del Marqués del Zenete, además de abastecer los aljibes y viviendas de estos núcleos de población de la Granada Alta. En su largo recorrido desde el nacimiento de la Fuente de las Lágrimas, llegaba a la ciudad atravesando la alquería de Víznar por el puente de Alhatara⁴¹, regando los

³⁵ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 268v.

³⁶ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 268v. La llamada acequia del Realejo en las Ordenanzas, también se denominaba como “Arca de la Ciudad”. Es un ramal de la acequia Gorda del Genil o acequia de los Molinos debido a la gran concentración de molinos harineros que se asentaban en su cauce. El partididor se situaba en la Puerta de los Molinos, al comienzo del primitivo Camino de Cenes. REYES MESA, José Miguel – *Los molinos de la ciudad*, p. 123.

³⁷ Este término hoy en desuso, aparece en muchas ocasiones en el texto de las Ordenanzas de las Aguas, y hace alusión a los portones o compuertas situados en las presas, y que permitían o impedían la entrada de agua. REYES MESA, José Miguel – *Los molinos de la ciudad*, p. 120.

³⁸ El trayecto al que se refiere la ordenanza es el que trazaba un ramal que discurría desde la calle Solares, en el que se situaban un gran número de artefactos industriales hasta la antigua Puerta del Pescado, donde enlazaba de nuevo con la acequia Gorda tras dar movimiento al Molino de las Carretas. REYES MESA, José Miguel – *Los molinos de la ciudad*, p. 124.

³⁹ BERMÚDEZ DE PEDRAZA, Francisco – *Antigüedad y excelencias*, fol. 12.

⁴⁰ Esta acequia además de abastecer de agua a la ciudad de Granada daba movimiento a numerosos molinos harineros. Conocida también como acequia de Alfacar, por tener su inicio en esta localidad, toma el agua de Fuente Grande, al pie de la Sierra de la Alfaguara. Esta acequia de origen romano, debió ser uno de los canales que suministraban a la antigua Iliberri. REYES MESA, José Miguel – *Los molinos de la ciudad*, p. 124.

⁴¹ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 272v.

pagos de Beiro y Almaxaya y varias alquerías más, hasta distribuirse por la urbe en diferentes ramales y azacayas⁴² (Fig. 4). El encargado de la acequia de Aynadamar, que también era su arrendador, daba todas las noches el agua a la ciudad, entrando ésta desde el ocaso a la salida del sol todos los días del año. Como se ha señalado, este caudal pertenecía al monasterio de Santa Isabel la Real y a la casa del marqués del Zenete con sus respectivas huertas, propiedades que se ubicaban en la Alcazaba Cadima⁴³. Además, también tenían derecho sobre el mismo, los aljibes y casas de este barrio, así como los huertos, depósitos y viviendas del Albayzín. Nadie podía hacer hurto, venta, desvío, ni uso del agua que entraba en todas estas propiedades, bajo multa de 3.000 maravedís⁴⁴.

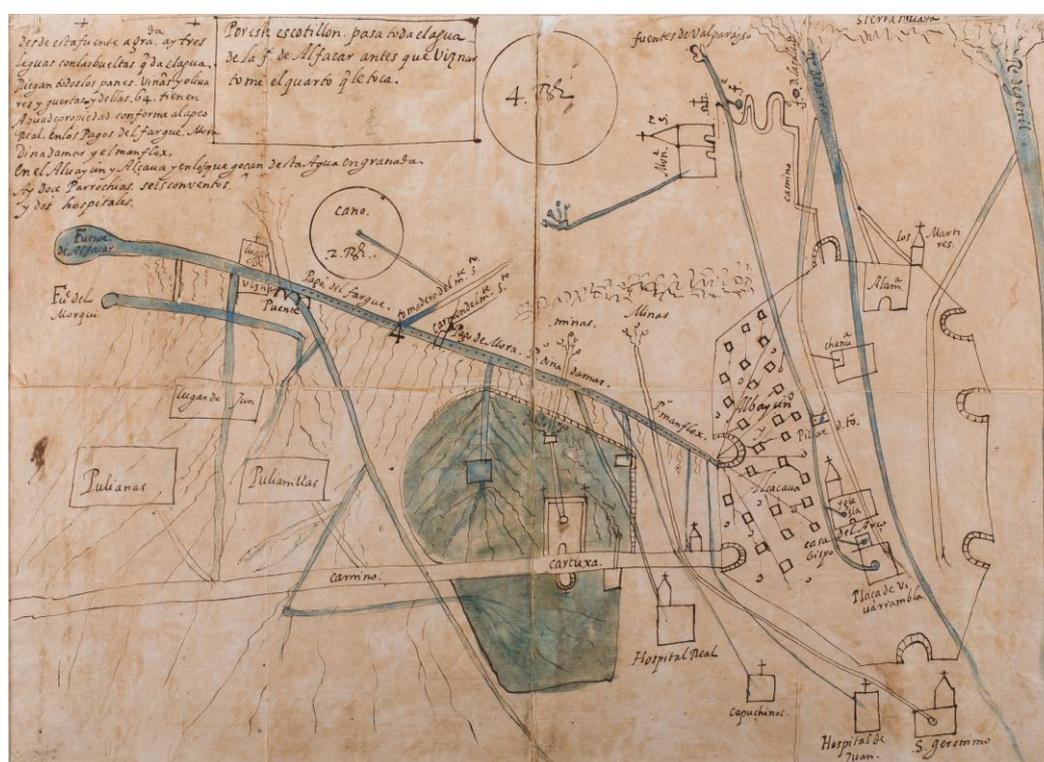


Fig. 4 – Desconocido. Plano de la acequia de Aynadamar y de los interesados que riegan y se aprovechan de ella. Letra D. núm. 1. pieza 14. n. 67. Aproximadamente siglo XVII. Archivo Histórico de la Facultad de Teología de Granada.

⁴² Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 282v.

⁴³ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 270v.

⁴⁴ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 270v.

Por ser una de las más importantes dentro de la red de suministro de la ciudad, y por la cantidad de aljibes, casas y huertas que nutría, el empleo y distribución de las aguas de la acequia de Aynadamar aparecía minuciosamente detallado en las Ordenanzas. Los aljibes, casas y huertas del Albayzín y Alcazaba tenían derecho de aprovechamiento sobre la misma, con prioridad siempre los primeros sobre las segundas⁴⁵. La regulación de los usos y repartos del agua de esta vía de agua tiene una importante tradición y ha producido numerosos conflictos a lo largo de su historia, ya que eran muchos los usuarios y múltiples sus aprovechamientos, además al tener un desarrollo kilométrico desde su origen en Alfacar hasta Granada, el agua era más fácil de distraer ocasionando graves trastornos. Son cuantiosos los expedientes existentes en el Archivo Histórico de la Ciudad de Granada que recogen esta problemática. Antes de la reforma de las Ordenanzas de las Aguas, el problema era tratado en el Cabildo Municipal⁴⁶. Ejemplo significativo es el tema tratado en la sesión celebrada el 9 de julio de 1499 en la que se designan diferentes comisiones para hacer que la acequia de Aynadamar estuviese abastecida de agua: “[...] se ordena a Juan de Toledo para que vea si la mencionada acequia está abastecida de agua y los vecinos toman la que le corresponde”⁴⁷.

3. Ordenanzas de las aguas sucias: organización de la acequia del Darro Turbio

Como vemos el sistema de abastecimiento de agua para uso de la población de la Granada Moderna, heredero de la ciudad musulmana, se componía de acequias o regueros y de los aljibes. Estas construcciones permitían el acceso y disfrute públicos de la misma, así como los riegos de las fértiles tierras de la cercana Vega. Ambos empleos mantuvieron su vigencia y función hasta los años cuarenta del siglo XX lo que da prueba de su extraordinaria eficacia. Fuera de la ciudad las acequias

⁴⁵ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 270v. Bajo el gobierno de los Reyes Católicos la cesión de los derechos de la acequia de Aynadamar se refleja en varios documentos y en recopilación de derechos. Los barrios del Albayzín y Alcazaba tenían en propiedad sus aguas y así lo mantuvieron hasta mediados del siglo XX. Los litigios siempre fueron favorables a estos barrios de población antigua. La posesión, uso y costumbre fue siempre sancionada, como demuestran las confirmaciones y sentencias dadas en 1492, 1500, 1501, 1529, 1530, 1538..., y el agua siempre estuvo destinada a los aljibes, casas y huertos del Albayzín y de la Alcazaba. GARRIDO ATIENZA, Miguel – *El Darro Turbio. Dictamen*, p. 34. (Introducción de Manuel Espinar Moreno).

⁴⁶ REYES MESA, José Miguel – *Los molinos de la ciudad*, p. 124.

⁴⁷ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Actas Capitulares*. Libro I. fol. 129v. y 130r.

discurrían al descubierto, pero al entrar en ella lo hacían de manera subterránea. En ese momento las acequias y sus ramales se ramificaban por medio de una red de cañerías de barro de diferentes grosores denominados atanores. Estos conductos repartían el agua hasta los aljibes públicos, así como a los aljibes, albercas, tinajas y fuentes de las casas y palacios. Tanto para el suministro de la población como para el riego existía un sistema administrativo que regulaba los días y horas que cada propiedad tenía asignados⁴⁸.

En paralelo al sistema de reparto de las aguas destinadas a consumo y a la red de la empleada para los usos agrícolas, existía otra infraestructura de desagüe y evacuación de las residuales, compuesta por caños y conductos llamados darros. Jerónimo Münzer, viajero alemán que visitó Granada en 1494, dice que en todas las calles de la ciudad granadina había “canales para las aguas sucias, de manera que cada casa que no tengas cañerías por las dificultades del lugar, puede arrojar por las noches sus inmundicias en aquellos canales”⁴⁹. Los desagües o darros discurrían desde las letrinas de las viviendas hasta las atarjeas de fábrica de ladrillo situadas bajo las habitaciones de las plantas más bajas, y de allí se conducían hacia los darros principales que corrían por debajo de las calles hasta las acequias de retirada de las aguas sucias⁵⁰. Como se ha comentado con anterioridad la acequia que recogía las aguas fecales y negras y las evacuaba de la ciudad era la del Darrillo el Turbio o Sucio, que a su vez se repartía en dos ramales. Además, con tal fin, existían distribuidos por el entramado urbano varios “edificios de aguas sucias”, como ramales, madres turbias, maglacas y depósitos, que recogían y conducían éstas hasta la acequia del Darrillo. Muchos de estos sumideros y cloacas eran construidos por particulares con licencia previa de la Justicia y del Administrador de las Aguas. Resultaba indispensable asegurarse que su instalación no resultaría perjudicial a los ramales destinados a albergar las aguas limpias, ni que se producirían filtraciones y fugas. Las penas económicas eran de 5.000 maravedís para los promotores y de 1.000 para

⁴⁸ JEREZ MIR, Carlos – *La forma del centro histórico de Granada. Morfología urbana, Tipología edificatoria y Paisaje urbano*. Granada: Universidad de Granada, 2001, p. 77. Tesis doctoral.

⁴⁹ JEREZ MIR, Carlos – *La forma del centro histórico*, p. 57. GARCÍA MERCADAL, José – *Viajes de extranjeros por España y Portugal. Desde los tiempos más remotos hasta comienzos del siglo XX*. Salamanca: Junta de Castilla León, 1999, vol. I, pp. 26-34, sobre todo, p. 33. Véase también, PICA, Valentina – “Pervivencias andalusíes en casas castellanas del Albaicín de Granada (siglo XVI)”. *Artigrama* 28 (2013), p. 290.

⁵⁰ JEREZ MIR, Carlos – *La forma del centro histórico*, p. 260.

los oficiales que hacían las obras. Las conducciones de aguas excrementicias que se hacían ilegalmente se destruían a costa de los dueños de los edificios que mandaban hacerlas⁵¹.

Luis del Mármol, viajero, militar e historiador granadino del siglo XVI, refiere como el agua del río Darro que no era canalizada mediante acequias discurría por el centro de la ciudad, “llevándose las inmundicias” hasta desembocar en el Genil. Al primero iban a parar varios de los ramales de las aguas sucias, llamados darros o darrillos, cuyas entradas denominadas “lumbreras” se tapaban con piedras⁵². Las Ordenanzas de Granada de 1552 son concisas respecto al destapado sin licencia de estas bocas de las acequias que encauzaban las aguas residuales bajo multa de 1.000 maravedís⁵³. Estos desagües o darros discurrían desde los excusados de las viviendas hasta las atarjeas de fábrica de ladrillo situadas bajo las habitaciones de las plantas bajas, por lo general de sección rectangular, y desde ahí se conducían a los darros maestros que corrían por debajo de las calles⁵⁴ (**Fig. 5**). Las letrinas en la Granada castellana se denominaban “necesarias”, según consta en los libros de habices y en las Ordenanzas de la ciudad, que insistían en la importancia de que la red arterial de las aguas limpias no se mezclase con la de las aguas turbias, pues desde el “tiempo de moros acostumbraban tener las necesarias apartadas de las madres”⁵⁵. De este modo, se ordenó que las letrinas se situaran alejadas de los colectores y que el caño de salida que desembocaba en la madre tuviera una red de hierro con agujeros del tamaño de media ochava. Esta rejilla a su vez debía situarse en un bastidor, siendo el hueco del llano mayor que una cuarta en cuadra. El castigo para quien no acatase esta normativa era de 300 maravedís y las obras de reparación debían hacerse a costa del infractor, ya que según recoge la legislación: “[...] de las necesarias salía el agua que iba a parar a las madres, y ahora estas

⁵¹ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 277v.

⁵² JEREZ MIR, Carlos – *La forma del centro histórico*, p. 110.

⁵³ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 278r.

⁵⁴ JEREZ MIR, Carlos – *La forma del centro histórico*, p. 261.

⁵⁵ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 278v.

necesarias se han convenido en muladares de las casas y se ensucian mucho las madres”⁵⁶.



Fig. 5 - Atarjea de desagüe. Excavación arqueológica casa morisca del siglo XVI. Barrio del Albayzín. Granada. Informe preliminar de la actividad arqueológica preventiva San Juan de los Reyes, 68-74. Memoria inédita depositada en la Delegación Provincial de Cultura y Patrimonio de Granada. Junta de Andalucía. Fotografía: Daniel Quesada Morales.

La salubridad dentro de la ciudad hizo precisa una reglamentación relacionada con los caños de las aguas sucias. Nadie podía quitar el agua de las acequias, madres o conductos de las alcantarillas y vertederos a no ser por motivos más que justificados, y sin licencia de la justicia, de uno de los Alcaldes de las Aguas o del Administrador. Siendo la sanción de 1.000 maravedís para aquellos que obrasen contrariamente a lo estipulado en las Ordenanzas⁵⁷. Otro de los aspectos relacionados con la higiene y regulados era la extracción de cieno y la limpieza de estas acequias y madres de drenaje, operaciones que debían ser hechas bajo ciertas condiciones. Además todas las inmundicias y desperdicios que se sacaran de ellas debían salir de las calles de

⁵⁶ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 278v.

⁵⁷ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 277v.

ciudad en un plazo máximo de tres días⁵⁸. En otra disposición se recoge la prohibición de circular por la ciudad a carretas y carretones sin la licencia del Corregidor o del Administrador de las Aguas, salvedad hecha para las que accedían por la puerta de Bibarrambra hasta la plaza del mismo nombre o por la Puerta de los Molinos hasta el Campo del Príncipe. Se temía que estos vehículos de tiro y carga con su peso rompiesen las cañerías de las aguas inmundas, y que se produjeran derrames y vertidos por las calles con los correspondientes malos olores e insalubridad⁵⁹.

4. Regulación de las acequias extramuros de la ciudad según las Ordenanzas de las Aguas de Granada de 1538. Las acequias de Axares, Romayla y Darrillo destinadas a riego

Desde los adarves de Granada “hasta la presa nueva donde se apartan del Río”, las acequias del Darro, la de Romayla y Axares, regaban cultivos y huertas, estando a cargo de su cuidado un acequero, que se ocupaba de mantenerlas limpias, especialmente en tiempos de crecida, en los que el agua arrastraba “palos, hojas y otras inmundicias livianas”.

A fin de evitar que se produjesen daños en las huertas y en la propia acequia, el acequero debía alzar la maglaca grande y tapar la boca de la acequia en la presa “porque el río se vaya corriente abaxo”⁶⁰. Tras abastecer a la ciudad, el agua de estas acequias se desviaba hacia las tierras de labor de las afueras, donde después de irrigarlas, volvía a ser reconducida por los adarves hacia la población. Esa doble utilidad y aprovechamiento hacía necesario que la limpieza de estas acequias fuese muy cuidada. Todas las maglacas debían alzarse a lo largo de todo el trecho de los canales, limpiándose los hoyos de arena para que el agua volviera bien limpia a la ciudad. Para ello el acequero en cuestión debía recorrer el trayecto de ambas acequias y vigilar su discurrir dos veces al día. Una por la mañana y otra por la tarde,

⁵⁸ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 278r.

⁵⁹ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 278v. LÓPEZ GUZMÁN, Rafael Jesús – *Tradicción y clasicismo en la Granada del XVI. Arquitectura civil y urbanismo*. Granada: Diputación Provincial de Granada, 1987, p. 201.

⁶⁰ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 266r.

de manera que las posibles fugas de agua estuviesen controladas. Cualquier incidencia existente en las acequias y maglacas tenía que ser comunicada al Administrador de las Aguas como mínimo cada tres días⁶¹.

Dichas acequias de Romayla y Axares, se adecentaban cuidadosamente dos veces al año “desde la presa hasta los Adarves de la Ciudad”. En marzo se limpiaba la de Axares, mientras que con la de Romayla se hacía lo propio a mediados de septiembre. La organización de las tareas de limpieza, en las que se extraía todo el cieno y la arena acumulados en el fondo, estaba bien estipulada en las Ordenanzas. Desde la presa nueva a la maglaca grande, la limpieza corría a cargo de los Propios de la Ciudad y la efectuaba el obrero de la misma. Desde la presa vieja a los adarves eran los vecinos que regaban sus huertas con el agua de dichas acequias los encargados de limpiarlas. Si se daba el caso que en alguna de estas huertas existiese una cueva por donde el agua se filtrara, era responsabilidad del dueño de la finca la limpieza de la acequia. Todo lo relacionado con el mantenimiento, conservación e higiene de las acequias debía acometerse con el parecer del administrador, que tomaba las medidas oportunas⁶².

Los propietarios de las huertas comprendidas entre la presa principal de la ciudad y la Alquería de Cortes, y que regaban del Darro, podían tomar el agua durante el invierno todos los días, y desde primeros de abril a octubre, todos los días de la semana, en el espacio de tiempo que iba de las tres de la tarde hasta la puesta del sol. Posteriormente se ordenaba que: “[...] la puedan echar al Río por debaxo de la huerta postrera, o por donde la quisieren soltar, para que vaya al Río toda junta [...], de manera que no se pierda agua en las acequias, y ellos rieguen a sus tiempos”⁶³.

La multa para aquellos hortelanos que regaban fuera del horario fijado era de 1.000 maravedís, y de 500 para los que, sin llegar a regar, habían desviado el agua hacia sus cultivos. Las penas por hurtar el agua en los repartimientos de las acequias,

⁶¹ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 266r. y 266v.

⁶² Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 266v. y 267r.

⁶³ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 270r.

variaban en función de la importancia de cada ramal. Con 1.500 maravedís se castigaba a las personas que alteraran el curso de las acequias de Axares y Romayla, mediante atajos de piedras, cortes en las paredes o cavidades en el suelo. La importancia de estas vías de agua estribaba en el gran número de huertas a las que surtían y que podían verse perjudicadas. Si no se averiguaba mediante testigos, quién había cometido la infracción, los molineros de la parte baja del repartimiento de la acequia en la que el agua fue robada, pagaban 750 maravedís. La Administración consideraba que eran los beneficiarios de esa agua, estableciendo un pago equitativo de la multa entre los molineros de dentro y fuera de la ciudad, así como el coste de la reparación de los daños⁶⁴.

Una vez regadas las huertas, los campesinos debían cerrar sus tomaderos y dejar que el agua discurriera hasta Granada sin retornarla al río. Desde la presa hasta los adarves, el agua de riego, corría turbia y llena de tierra, y era desviada para impedir que se mezclara con la destinada a consumo y usos domésticos⁶⁵. Desde 1549, mediante una tabla de precios colocada en una piedra junto al altar que había en la puerta de Elvira, se especificaba públicamente la cantidad a pagar por el riego de cada marjal. El precio variaba en función de las estaciones y del régimen de lluvias. De este modo las acequias arrendadas, Darrillo, Nívar, Alfacar, Baldes, Zaidín y Horcada, en invierno cobraban ocho maravedís y medio la primera, nueve las tres siguientes y cuatro maravedís y medio las dos últimas. Mientras que en verano la cantidad ascendía y se pagaba en todas ellas nueve maravedís por marjal regado. En las acequias no arrendadas el pago por regar los marjales de las heredades y tierras de donde el agua era originaria, era de tres maravedís, ya fuese invierno o verano. Fuera de ellas, el precio por marjal se estipulaba en diez maravedís para el invierno y en veinte para los meses de estío. Cantidades que igualmente se aplicaban a los regantes de las acequias arrendadas que disfrutaban del agua fuera de su lugar de procedencia⁶⁶.

⁶⁴ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 269v.

⁶⁵ Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada – *Ordenanzas de Granada de 1552*, fol. 269v. Mediante esta ordenanza se comprometía a los molineros a ejercer la vigilancia sobre el agua de las acequias, aunque ellos eran los más interesados de que nunca faltara el agua en el caz, pues era fundamental para proceder a la molienda. REYES MESA, José Miguel – *Los molinos de la ciudad*, p. 23.

⁶⁶ DE DIEGO VELASCO, María Teresa – “Las Ordenanzas de las Aguas de Granada”, p. 269.

Asimismo, las aguas de Darrillo el Turbio⁶⁷ también se empleaban para regar huertas y campos. Esta agua pertenecía, en su mayor parte, a los arrendadores, regadores y hortelanos en cuyas heredades había tomaderos por los que circulaban las aguas sucias.

5. Conclusiones

La donación de los Reyes Católicos de 15 de octubre de 1501 a la ciudad de Granada de las aguas de las alcantarillas, aljibes, pilares y pozos de la ciudad y las de los caños y madres de las aguas de época andalusí, produjo una gran preocupación en las autoridades locales, respecto al abastecimiento del agua a los distintos barrios de la ciudad y a sus huertas periurbanas, de ahí que se dictasen una serie de disposiciones en forma de ordenanzas, que regulasen su uso y buen reparto.

Muchas de estas normas estaban basadas en las costumbres antiguas andalusíes, que recogían los derechos de los propietarios de ciertas tierras y las cantidades que pagaban cada uno de ellos por el disfrute de las aguas de riego. Gracias a las Ordenanzas de las Aguas de Granada, tenemos un conocimiento bastante fidedigno de las acequias de abastecimiento y desagüe con las que contaba la ciudad en el siglo XVI, así como de su antigüedad, tradiciones seculares, repartos, función económica del agua, control por parte de la corona y de las transformaciones que se van operando en la etapa cristiana.

⁶⁷ De las zonas del interior y alrededores de la ciudad, destinadas a regadío esta es la que peor se conoce. La importancia del trabajo de Garrido Atienza sobre el Darro Turbio estriba en que nos trasmite algunas costumbres musulmanas y nos ofrece una visión concreta sobre algunos de los barrios de la ciudad cristiana y construcciones extramuros ubicados en la zona de San Jerónimo, Facultad de Derecho, Plaza de la Trinidad y cercanías. GARRIDO ATIENZA, Miguel – *El Darro Turbio. Dictamen*, p. 42. (Introducción de Manuel Espinar Moreno).

Referencias bibliográficas

Fuentes manuscritas

Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada (AHMGR). 1771. C.03551.0002 – *Aguas del Darro el Turbio. Año de 1771. El Real Monasterio de señor San Gerónimo de esta Ciudad, con los interesados, en las propiedades y sobras en las aguas del referido Darro Turbio, sobre que se declare corresponder a dicho Real Monasterio 24 horas más de propiedad en la semana, de los que está gozando.*

Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada (AHMGR) – *Actas Capitulares*, libro I, fol. 129v.-130r.

Fuentes impresas

Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada (AHMGR) Signatura: CF-24 – *Ordenanzas de los muy Ilustres y muy Magníficos Señores de Granada, mandaron para la buena gobernación de su República, impressas año 1552. Que se han buuelto a imprimir por mandato de los Señores Presidente, y Oidores de la Real Chancillería de esta Ciudad de Granada, impressas año 1670.*

BERMÚDEZ DE PEDRAZA, Francisco – *Antigüedad y excelencias de Granada*. Granada: Ayuntamiento de Granada, 1981. Edición facsímil de la obra original publicada por primera vez en 1608.

BERMÚDEZ DE PEDRAZA, Francisco – *Historia Eclesiástica de Granada*. Granada: Universidad de Granada, 1989. Edición facsímil con prólogo de Ignacio Henares Cuéllar a esta obra de 1693.

GARRIDO ATIENZA, Miguel – *Las aguas del Albaicín y Alcazaba*. Granada: Imprenta Moderna, 1902.

GARRIDO ATIENZA, Miguel – *El Darro Turbio. Dictamen dado acerca del mismo*. Granada: Ayuntamiento de Granada, 2003. Edición facsímil con estudio preliminar por Manuel Espinar Moreno, de la edición de Granada: Imprenta de Francisco Reyes, 1906.

GÓMEZ-MORENO GONZÁLEZ, Manuel – *Guía de Granada*. Granada: Imprenta de Indalecio Ventura, 1892.

Ordenanzas de Granada de 1552. Edición facsímil, con introducción de José Antonio López Nevot. Granada: Ayuntamiento de Granada, 2000.

Estudios

BARRIOS AGUILERA, Manuel – *De la Granada morisca: acequia y cármenes de Ainadamar (Según el Apeo de Loaysa)*. Granada: Ayuntamiento de Granada, 1985.

CRUCES BLANCO, Esther – “Unas costumbres sobre la Acequia de Aynadamar del Alcaide Pedro de Padilla (1517)”. *Arqueología y Territorio Medieval* 10/1 (2003), pp. 171-177.

DE DIEGO VELASCO, María Teresa – “Las Ordenanzas de las Aguas de Granada”. *En la España Medieval* 4 (1984), pp. 249-276.

ESPINAR MORENO, Manuel – *Estudios sobre aguas de Granada y el Albaicín*. Granada: Libros EPCCM, 2018.

ESPINAR MORENO, Manuel – *Granada y las aguas del Darro*. Granada: Libros EPCCM, 2019.

ESPINAR MORENO, Manuel; ESPINAR JIMÉNEZ, José Manuel – *Abastecimiento urbano y regadío de Granada I. De la Fuente Grande de Alfacar al río Beiro*. Granada: Ada Book, 2016.

ESPINAR MORENO, Antonio; GARCÍA PULIDO, José Luis – “La acequia de Aynadamar hasta Víznar (I). Estructuras hidráulicas: los puentecillos de tránsito de las aguas de escorrentía”. *Revista del Centro de Estudios Históricos de Granada y su Reino* 16 (2004), pp. 61-81.

GARCÍA MERCADAL, José – *Viajes de extranjeros por España y Portugal. Desde los tiempos más remotos hasta comienzos del siglo XX*. Salamanca: Junta de Castilla León, 1999.

GARCÍA PULIDO, José Luis – “La red de acequias de Granada, sus pagos agrícolas de origen andalusí”. *Entreríos. Revista de Arte y Letras* 15-16 (2011), pp. 151-157.

GONZÁLEZ ARROYO, Francisco; RUIZ CABALLERO, Salvador – *Aynadamar. De Fuente Grande al Albayzín*. Granada: Caja General de Ahorros de Granada, 2004.

GUERRERO LAFUENTE, María Dolores – *La memoria de la ciudad: el segundo libro de actas del cabildo de Granada (1512-1516)*. Volumen I. Granada: Universidad de Granada-Ayuntamiento de Granada, Acta Monumenta regni granatensis historica, 2007.

JEREZ MIR, Carlos – *La forma del centro histórico de Granada. Morfología urbana, Tipología edificatoria y paisaje urbano*. Granada: Universidad de Granada, 2001. Tesis doctoral.

JIMÉNEZ ROMERO, Cesáreo – *La acequia de Aynadamar en los siglos XV y XVI*. Granada: Granada Histórica y Cultural, 1990.

JIMÉNEZ ROMERO, Cesáreo – *Mil años de agua en Granada*. Tomo I. *Fuentes, sistemas y organización de las aguas*. Granada: Fundación Agua, 2016.

LÓPEZ GUZMÁN, Rafael Jesús – *Tradición y clasicismo en la Granada del XVI. Arquitectura civil y urbanismo*. Granada: Diputación Provincial de Granada, 1987.

LÓPEZ LÓPEZ, Manuel – “Infraestructuras del agua: la Acequia de Aynadamar”. *PH. Boletín del Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico* 74 (2010), pp. 28-37.

LÓPEZ NEVOT, José Antonio – *La organización institucional del municipio de Granada durante el siglo XVI*. Granada: Ayuntamiento de Granada-Universidad de Granada, 1994.

MORENO TRUJILLO, María Amparo – *La memoria de la ciudad: el primer libro de actas del Cabildo de Granada (1497-1502)*. Granada: Universidad de Granada-Ayuntamiento de Granada, 2005.

ORIHUELA UZAL, Antonio; GARCÍA PULIDO, José Luis – “El suministro de agua en la Granada islámica”. In NAVASCUÉS PALACIO, Pedro (Coord.) – *ARS MECHANICAE: ingeniería medieval en España*. Madrid: CEHOPU-Fundación Juanelo Turriano, 2008, pp. 143-150.

ORIHUELA UZAL, Antonio; VÍLCHEZ VÍLCHEZ, Carlos – *Aljibes públicos de la Granada islámica*. Granada: Ayuntamiento de Granada, 1991.

PICA, Valentina – “Pervivencias andalusíes en casas castellanas del Albaicín de Granada (siglo XVI)”. *Artigrama* 28 (2013), pp. 285-312.

PRADOS GARCÍA, Celia – *El gobierno municipal de Granada (1808-1814)*. Granada: Universidad de Granada, 2015. Tesis doctoral.

REYES MESA, José Miguel – *Los molinos de la ciudad de Granada. Los molineros y el agua en las ordenanzas*. Granada: Diputación Provincial de Granada, 2000.

RODRÍGUEZ RUIZ, Miguel – *Las aguas de Granada*. Granada: Emasagra, 2008.

TRILLO SAN JOSÉ, Carmen – “El tiempo del agua. El regadío y su organización en la Granada islámica”. *Acta historica et archaeologica mediaevalia* 23-24 (2002-2003), pp. 237-286.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

QUESADA MORALES, Daniel – “Infraestructuras de abastecimiento y desagüe en la Granada de la primera mitad del siglo XVI: la red arterial de acequias y sus ramales”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 309-339. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 32 | Julho – Dezembro 2022

ISSN 1646-740X

**Enfrentar a peste numa vila da Idade Média: Funchal,
1488-1489 (Nótula de história urbana)**

**Facing the plague in a village from the Middle Ages: Funchal,
1488-1489 (Notes on Urban history)**

Iria Gonçalves

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
Centro de Estudos Históricos
1070-312 Lisboa, Portugal

Data recepção do artigo / Received for publication: 22 de Fevereiro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 9 de Abril de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5700>

RESUMO

Sobretudo a partir de meados do século XIV, a Europa foi sendo alvo de recorrentes surtos de peste, que pelo seu elevado grau de contágio e pelo seu alto poder letal, servidos pela completa ineficácia dos remédios preconizados pela medicina, deformavam e condicionavam a vida de toda a população. Com o decorrer dos tempos, a sociedade foi aprendendo algumas formas de minimizar os efeitos da doença e foi-as aplicando, embora sem grande êxito. Mas nunca desistindo. E algumas dessas formas, embora apoiadas por outras condições de vida mais evoluída, mantiveram-se até hoje.

Palavras-chave: Funchal; epidemias; peste; guarda dos caminhos.

ABSTRACT

Particularly from the middle of the 14th century onwards, Europe suffered recurrent outbreaks of the plague, which, due to its high degree of contagion and its high lethal power, served by the complete ineffectiveness of the remedies recommended by medicine, deformed and conditioned the life of the entire population. As time went by, society learnt some ways of minimizing the effects of the disease: and applied them, although without much success. But never giving up. And some of these ways, although supported by other more evolved living conditions, have remained until today.

Keywords: Funchal; epidemics; plague; path guard.



1 – A peste: o terrível mal

Entre os males que desde sempre afligiram a humanidade, a peste foi um daqueles que principalmente se destacaram. Como ficou bem explicitado no apelo que, durante séculos, foi sendo enviado a Deus por muitas gerações de gentes apavoradas pela simples lembrança de tal flagelo: “da fome, da peste e da guerra, livrai-nos Senhor”.

Com efeito, até épocas bem próximas de nós, a humanidade não tinha qualquer maneira, minimamente eficaz, de enfrentar o flagelo¹, fosse ele, na verdade, uma peste, ou qualquer outra doença, mais ou menos aparentada, desde que muito contagiosa e mortífera². Apavorante, por conseguinte, e, por isso mesmo, sentida e designada por peste. E era mais temível ainda porque não se conhecia a origem do mal, e, talvez sobretudo, porque se atribuía a castigo de Deus pelos pecados que diariamente se cometiam. Ora, esta era uma crença professada por todos³, inclusive

¹ Até bem entrado o século XVIII, nenhum dos remédios preconizados pela medicina podia surtir qualquer efeito. Peio J. MONTEANO SORBET (*Un enemigo mortal e invisible: los navarros en la era de la peste (1348-1723)*). 2ª ed. Pamplona: Pamiela, 2020, p. 18) diz-nos que até ao século XVIII nada existia, em torno da peste, a que possamos chamar ciência. Naturalmente assim era, aplicando o conceito actual de ciência, o que talvez não seja o mais correcto. Mário da Costa ROQUE (*As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*. Lisboa, Valentim Fernandes (1495-1496). *Tentativa de interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 69) diz mais: que só no fim daquele século surgiram os primeiros resultados positivos, mas ainda assim aleatórios, com um soro obtido a partir de sangue de cavalos imunizados contra o bacilo, mas só em 1944 a estreptomocina tornou a peste uma doença perfeitamente tratável.

² Talvez esta a que vou referir-me não tivesse sido, efectivamente, uma peste, na medida em que as mortes referenciadas não foram muitas. Mas chegou para alarmar, quanto baste, os funchalenses de então. E não só a eles, naturalmente. Mas foi, sem dúvida, sentido como peste.

³ Podem ver-se, entre muitos outros autores: AMASUNO, Marcelino V. – *Contribución al estudio del fenomeno epidémico en la Castilla de la primera mitad del siglo XV: el “Regimento contra la pestilencia” del bachiller Alfonso López de Valladolid*, Valladolid: Universidad de Valladolid, 1988, p. 13; CARMONA GARCÍA, Juan Ignacio – *Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*. Sevilha: Universidad de Sevilla, 2005, p. 44; MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – *Fantasmas de la sociedad medieval: enfermedad, peste, muerte*. Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones E I, 2004, pp. 88-89; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, p. 185; ROQUE, Mário da Costa – *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*, p. 183; RUBIO VELA, Agustín – *Peste Negra, crisis y comportamientos sociales en la España del siglo XIV: la ciudad de Valencia (1348-1401)*. Granada: Universidad de Granada, 1979, p. 82; COELHO, Maria Helena da Cruz – «“Fugir depressa, para longe e por muito tempo”: comportamentos dos homens acossados pela peste». *Memórias da Academia de Marinha* 50 (2020), pp. 441-442. Como já acontecia na Grécia antiga: PEÑA, Carmen; GIRÓN, Fernando – *La prevención de la enfermedad en la España bajomedieval*. Granada: Universidad de Granada, 2006, p. 146.

pelas mentes mais cultas e esclarecidas da época⁴, o que sobremaneira agravava os efeitos perniciosos da moléstia⁵. Na verdade, se assim não fosse, o mal poderia ser enfrentado, ao menos sem problemas de consciência.

É certo que a intelectualidade medieval, embora, naturalmente, admitindo que Deus era a causa do mundo e de tudo o que nele existia e acontecia, soube estabelecer a distinção entre causalidade primeira – Deus Omnipotente – e muitas outras causas secundárias, conseguindo assim uma certa margem de manobra para defrontar o mundo, a criação de Deus, com alguma autonomia. No que se refere, entre outras coisas, às questões de saúde, embora admitindo a relação pecado/doença e aceitando a superioridade do médico da alma sobre o do corpo, aquela distinção entre causalidades permitiu-lhe integrar as questões relativas à saúde e à doença entre as causas secundárias, criando assim a possibilidade de procurar origens naturais para explicar o aparecimento de muitas doenças e, assim, tentar agir sobre elas. Tanto quanto os conhecimentos da época o permitiam⁶. É certo que, no concernente à peste, a acção medicinal careceu sempre de qualquer eficácia, mas, ainda assim, as tentativas foram muitas.

Procuraram-se as causas naturais e elas encontraram-se em certas conjugações dos astros, nas águas contaminadas⁷, nos ares corruptos⁸, vindos não se sabia de onde,

⁴ Como era o caso, entre outros, de D. João II, expresso, por exemplo, em documento publicado por Eduardo Freire de Oliveira (*Elementos para a historia do municipio de Lisboa*. T. I, 1.^a parte. Lisboa: Typografia Universal, 1882, p. 347), ou de D. Duarte, como ele próprio diz no “Leal Conselheiro” (DOM DUARTE – “*Leal Conselheiro*”. In *Obras dos príncipes de Avis*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, cap. LIV, p. 358).

⁵ Jean-Pierre Leguay diz-nos muito chãmente, mas ao mesmo tempo de forma lapidar: “Des maladies vécués comme une punition divine, font peur”. LEGUAY, Jean-Pierre – “La peur dans les villes bretonnes au XV^e siècle”. *Peurs citadines, Histoire urbaine 2* (Décembre 2000), p. 77.

⁶ Sobre este assunto podem ver-se GARCÍA BALLESTER, Luis – *La búsqueda de la salud: sanadores y enfermos en la España medieval*. Barcelona: Península, 2001, pp. 159-160 e também MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, pp. 185-186.

⁷ Não serão muitos aqueles que se referem às águas contaminadas, pelo menos em relação àqueles outros que culpam os ares corruptos. Mas fá-lo D. Duarte, no seu *Leal Conselheiro*, cap. LIV, p. 358.

⁸ Muitos autores se têm referido a estas causas que a Idade Média aceitava, até porque elas ficaram profusamente declaradas em numerosos escritos da época. Podem ver-se, por exemplo: CARMONA GARCÍA, Juan Ignacio – *Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*, p. 44; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, pp. 193-194; BUENO DOMÍNGUEZ, María Luísa – *Espacios de vida y muerte en la Edad Media*. Zamora: Semuret, 2001, p. 419.

pelo menos os que davam origem às primeiras manifestações da doença⁹. Isso porém, não impedia que se continuasse a considerar este mal causado pela ira de Deus provocada pela humanidade pecadora. Deus, como criador e senhor do mundo, podia agir por meio das conjunções astrais, da corrupção dos ares, ou por outro meio¹⁰. Mas foi-se conhecendo, empiricamente embora e com especulações de vária ordem, alguma coisa sobre este mal, como sejam a rapidez de propagação, a letalidade imensa que provocava e, como elemento de algum interesse para fugir ao contágio, apercebeu-se, aliás com alguma rapidez, que as aglomerações humanas, a circulação de objectos como tecidos, alimentos e outros ou a sujidade das ruas urbanas ajudavam a sua propagação¹¹. De resto, o único remédio eficaz que se conhecia era a fuga. Quando se podia.

É certo que os tratados médicos proliferavam, sobretudo durante o século XV¹², quando os efeitos da doença eram já mais conhecidos e sentidos, por vezes, pelo próprio tratadista, mas nada do que propunham tinha qualquer influência sobre o mal. Aliás, repetiam-se uns aos outros, sempre com a mesma ineficácia¹³.

Sobretudo a partir de meados do século XIV, com o eclodir da chamada Peste Negra, que tão dramaticamente marcou toda a sociedade da época e se prolongou, em

⁹ Sobre a peste negra, já Élisabeth Carpentier diz que ela teria vindo “de ce berceau primaire de l’infection qu’est le plateau central de l’Asie (CARPENTIER, Elisabeth – *Une ville devant la peste: Orvieto et la Peste Noire de 1348*. Paris: S. E. V. P. E. N., 1962, p.114). Muitos outros autores continuaram a afirmar o mesmo.

¹⁰ Vejam-se, por exemplo: FRUGONI, Chiara – *Paure medievali: epidemie, prodigi, fine del tempo*. Bolonha: Il Mulino, 2020, pp. 108-110, ou FALK, Seb – *A Idade Média: a verdadeira Idade das Luzes*. Trad. de Elsa T. S. Vieira. Lisboa: Bertrand, 2021, p. 265.

¹¹ Sobre este ponto veja-se MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, p. 186.

¹² Diversos investigadores se têm debruçado já sobre estes tratados. Podem ver-se, entre vários outros: GARCÍA BALLESTER, Luis – *La búsqueda de la salud: sanadores y enfermos en la España medieval*, pp. 324-327; ALBINI, Giuliana – *Guerra, fame, peste: crisi di mortalità e sistema sanitario nella Lombardia tardomedievale*. Bolonha: Cappilli editore, 1982, p. 92; ROQUE, Mário da Costa – *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*, sobretudo p. 183; principalmente AMASUNO, Marcelino V. – *La peste en la Corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV*. Salamanca: Consejería de Educación y Cultura, 1996; AMASUNO, Marcelino V. – “Literatura y epidemia: hacia una cronología del fenomeno pestoso en la Castilla del primer tercio del siglo XV”. In *Medicina castellano-leonesa bajomedieval*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidad, 1991, pp. 9-35.

¹³ Existe pelo menos um desses tratados em tradução portuguesa, de cujo incunábulo foi feita uma edição, pelo menos, no século XX: *Regimento proueytoso contra a pestenença*. Porto: Livraria Civilização, 1962. Mário da Costa Roque publicou a sua transcrição em *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*, pp. 315-339.

surtos vários, pelos tempos seguintes¹⁴, a Europa foi sendo açoitada, intermitentemente, até bem entrado o século XVIII, por focos pestilenciais¹⁵ que alastravam por áreas mais ou menos dilatadas e se prolongavam por períodos mais ou menos largos¹⁶, deixando sempre na sua esteira rastros de ruína, de tragédia, de incontáveis mortes. Pode ser dito que nenhuma geração permaneceu incólume durante todos estes séculos. No que se refere à Península Ibérica, Marcelino Amasuno considera que em toda a Baixa Idade Média a peste foi um processo nitidamente endêmico¹⁷.

¹⁴ Yves Renouard considerou a Peste Negra, pela catástrofe demográfica que provocou e pela amplidão das consequências de toda a ordem a que deu origem, um dos acontecimentos mais importantes do milénio. RENOUARD, Yves – “Conséquences et intérêt démographique de la Peste Noire de 1348”. In *Études d’histoire médiévale*. Vol. 1. Paris: S. E. V. P. E. N., 1968, p. 157. Repete, embora com referência apenas ao século XIV em RENOUARD, Yves – “L’évènement mondial le plus important du XIV^e siècle: la Peste Noire de 1348-1350”. In *Études d’histoire médiévale*. Vol. 1. Paris: S. E. V. P. E. N., 1968, p. 143.

¹⁵ Muitos investigadores salientaram já este problema, tentando, ou não, estabelecer cronologias. Poderei citar, entre outros: AMASUNO, Marcelino V. – “Cronología de la peste en la Corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV”. *Studia historica. Historia medieval* 12 (1994), pp. 25-32; AMASUNO, Marcelino V. – “Literatura y epidemia”, pp. 11-35; CAMPS I CLEMENTE, Manuel; CAMPS I SURROCA, Manuel – *La pesta del segle XV a Catalunya*. Lérida: Edicions i Publicacions de la Universitat de Lleida, 1998, pp. 281-292; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Los navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad*, p. 172; TOUATI, François-Olivier – “Un mal que reprend la terreur? Espace urbain, maladie et epidemies au Moyen Age”. *Peurs citadines, Histoire urbaine* 2 (Dezembro de 2000), pp. 9-38; ALBINI, Giuliana – *Guerra, fame, peste*, pp. 22-62. Cronologias que têm sido tentadas para espaços mais ou menos alargados. Naturalmente que também para Portugal algumas tentativas têm sido feitas e desde bastante cedo, a começar com MEIRELES, Antonio da Cunha Vieira de – *Memórias de epidemiologia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1866, *passim*, continuando com BARROS, Henrique da Gama – *Historia da administração publica em Portugal nos séculos XII a XV*. 2^a ed.. Org. por Torquato de Sousa Soares. T. V. Lisboa: Sá da Costa, s.d., pp. 165 e seguintes; MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*. 6^a ed.. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, pp. 121-122; MARQUES, A. H. de Oliveira; – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV da *Nova História de Portugal*. Dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 21; FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – “Epidemias”. In Serrão, Joel (dir.) – *Dicionário de história de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965, pp. 62-64: a terminar, para já, COELHO, Maria Helena da Cruz – “«Fugir depressa, para longe e por muito tempo»: comportamentos dos homens acossados pela peste”. *Memórias da Academia de Marinha* 50 (2020), p. 440.

¹⁶ Como exemplo de período bem dilatado poder-se-á lembrar um surto de peste que grassou em Portugal durante o final do século XV – precisamente aquele onde se integra o episódio a que irei referir-me – e que Rui de Pina nos diz ter sido “grande e muy crua pestenença” e que se prolongou por dezassete anos (PINA, Ruy de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”. In *Crónicas de Rui de Pina*. Int. e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, cap. CCVIII, p. 873). Maria Helena da Cruz COELHO (“«Fugir depressa, para longe e por muito tempo»”, p. 440) prolonga-o por vinte e um anos, entre 1477 e 1497. Maria José Pimenta Ferro TAVARES (*Os judeus em Portugal no século XV*. Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982, p. 425), apresenta uma lista cronológica entre 1477 e 1493, onde, para todos os anos, indica povoações infectadas pela peste.

¹⁷ AMASUNO, Marcelino V. – “Literatura y epidemia”, p. 9.

É certo que já a alta medievalidade, entre os séculos VI e VIII e sobretudo na bacia do Mediterrâneo tinha sofrido os fortes embates da peste¹⁸ e o mesmo século XIV tinha conhecido já outros episódios de grave mortalidade¹⁹, mas foi efectivamente a partir de meados de Trezentos que se sofreram os seus mais duros assaltos²⁰. A rapidez e abrangência do contágio²¹, a mortalidade catastrófica que provocava, a óbvia impotência para o enfrentar não podiam deixar ninguém indiferente e a lembrança dos episódios então vividos seria guardada na memória de todos. E transmitida aos mais novos, àqueles que, por ventura, não teriam ainda conhecido os seus efeitos, mas começavam, por essa via, a ser neles introduzidos. E sobre estas desgraças, directa ou indirectamente conhecidas, teria que pairar como uma sombra que potenciaria as próprias calamidades e não podia deixar de perturbar as consciências da época: tratava-se de uma punição divina. Algo de infinitamente maior do que tudo quanto a mente humana era capaz de imaginar e perante a qual a fraqueza dos homens e das mulheres era de todo impotente. Restava um único recurso: implorar, fazendo penitência.

Numa situação destas, o medo – diversos investigadores têm falado em terror – não poupava ninguém²². E o medo da morte, já de si, em regra, superlativo²³, potenciado pela crença de que Deus se encontrava de tal modo zangado com toda a humanidade

¹⁸ O que já há muito ocupou alguns investigadores, como BIRABEN, Jean-Noel; LE GOFF, Jacques – “La peste dans le Haut Moyen Âge”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* 6 (1969), *passim*; DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident (XIV^e-XVIII^e siècles): Une cité assiégée*. Paris: Fayard, 1978, p. 98; CARMONA GARCÍA, Juan Ignacio – *Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*, p. 40; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, p. 25.

¹⁹ Como verificou CARPENTIER, Elisabeth – “Autour de la peste noire: famines et épidémies dans l’histoire du XIV^e siècle”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* 6 (1962), p. 1080.

²⁰ Luis GARCÍA BALLESTER (*La búsqueda de la salud: sanadores y enfermos en la España medieval*, p. 633) classifica estes surtos pestíferos de situações extremas. Aliás, relativamente à Peste Negra calculou-se que, directa e indirectamente, metade da população europeia teria desaparecido na sua sequência.

²¹ Baseado numa carta missiva escrita por um clérigo florentino durante o período em que grassou a Peste Negra, Juan Ignacio CARMONA GARCÍA (*Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*, p. 58) diz-nos que o contágio era o mais espantoso dos terrores.

²² Muito se tem escrito sobre este tema, várias têm sido as abordagens e os focos que cada autor, sobretudo, tem explorado. Podem ver-se algumas dessas explanações em: CARMONA GARCÍA, Juan Ignacio – *Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*, pp. 59-71; DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident (XIV^e-XVIII^e siècles)*, p. 98 e seguintes; BUENO DOMÍNGUEZ, María Luísa – *Espacios de vida y muerte en la Edad Media*. Zamora: Semuret, 2001, pp. 417-423; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Los navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad*, p. 172; LEGUAY, Jean-Pierre – “La peur dans les villes bretonnes au XV^e siècle”, p. 77 e seguintes.

²³ Sobre o medo da morte veja-se, por todos, DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident (XIV^e-XVIII^e siècles)*, p. 77, e seguintes.

que lhe enviava tamanha punição, e antevendo, por isso, castigos eternos, devia ser, com efeito, pavoroso.

Era necessário, até por tudo isto, envidar os esforços possíveis para afugentar o mal. Quando chegamos aos finais do século XV, a experiência acumulada era já muita. E uma vez que se conhecia um único remédio eficaz – a fuga, o isolamento –, era nessa direcção que se precisava caminhar. Havia assim já, largamente experimentada, uma série de medidas que, se eram ineficazes para curar a doença, minimizavam, pelo menos um tanto, o seu alastramento.

Deste modo, quando, mais uma vez, no Funchal soou o alerta de que grassava a peste no reino e chegara já à ilha, foram de imediato postos em acção os mecanismos já habituais.

Sobre este surto epidémico na Madeira chegaram até nós umas quantas informações, embora poucas, referentes aos trabalhos que o governo municipal funchalense desenvolveu no sentido de fazer face ao problema. Permitem-nos, essas informações, conhecer algumas das medidas que então foram implementadas. Tentemos aproveitá-las.

2 – Na Madeira

Poderia parecer, atentando na situação geográfica da Madeira e assim da sua capital, considerando as suas condições de ilha, portanto de espaço fechado em todo o seu redor por fronteira marítima que, ao tempo, dificilmente conseguiria ser devassado sem que, atempadamente, fosse possível, em terra, prepararem-se para impedir entradas indesejadas, que era fácil, para os madeirenses, manterem-se isolados, usando o único obstáculo conhecido à entrada da peste. Contudo, essas condições que, em teoria, lhe permitiriam evitar contágios, trabalhavam, por outro lado, em seu desfavor.

Ilha em meio do Atlântico, só a chegada de um barco lhe poderia levar a notícia de que, mais uma vez, a tragédia estava a acontecer em qualquer lugar, mas podia, de igual modo, transportar – infiltrar – o contágio. Viesse ele, embora, de longínquas

paragens. Além disso, uma ilha dificilmente se bastaria a si própria, sobretudo praticando uma economia como a sua, tão dependente, como já era, de vastos circuitos internacionais – embora muito por intermédio de Lisboa – que a colocavam, neste xadrez de importações e exportações, em contacto com todas as paragens.

As suas relações com o exterior precisavam ser variadas e assíduas, tanto mais quanto os produtos que exportava, ricos que eram, mostravam-se incapazes de satisfazer as mais básicas e elementares necessidades humanas. Precisavam, para isso, ser transformados em numerário, em primeiro lugar o açúcar, o mais rico e apetecido²⁴. Precisamente por isso, a partir de meados do século XV, passou a ser a produção dominante, tornando a ilha cada vez mais dependente do exterior. E mais do que todas a capitania do Funchal, onde se localizavam as melhores terras para a sua cultura²⁵. Iam-se roubando cada vez mais agros para os outros produtos, menos ricos, mas mais necessários à vida²⁶. Em primeiro lugar para os cereais.

Assim, tudo circulava à volta da Madeira²⁷: barcos, produtos, homens, doenças contagiosas – pestes.

Por isso a Madeira, como qualquer outro espaço, não podia manter-se à margem dos ataques da epidemia. E ela chegou, neste caso por volta de finais de Agosto ou princípios de Setembro de 1488²⁸.

²⁴ Aliás, António Aragão diz que o açúcar até “funcionava como moeda primordial”. ARAGÃO, António – *Para a história do Funchal*. 2ª ed.. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1987, p.70.

²⁵ ALBUQUERQUE, Luís; VIEIRA, Alberto – *O arquipélago da Madeira no século XV*. Funchal: Soc. Reg. do Tur. e Cult. Centro de Est. de Hist.do Atlântico, 1987, pp. 46-47.

²⁶ Sobretudo no que se refere à capitania do Funchal, António ARAGÃO (*Para a história do Funchal*, p. 70) fala em “arrasante monocultura açucareira”.

²⁷ Sobretudo o açúcar, porque era produto muito rico e cobiçado, não podia deixar de circular, porque alimentava um importante mercado legal, a movimentar avultadíssimo numerário, que atraía muitos barcos e homens ao Funchal, mas que suscitava, também uma activa pirataria em grande parte do seu percurso, como refere Ana Maria Pereira Ferreira. FERREIRA, Ana Maria Pereira – *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Cascais: Patrimonia, 1995, pp. 280-293; FERREIRA, Ana Maria Pereira – “A Madeira, o comércio e o curso francês na primeira metade do século XVI”. Separata de *Actas do I Colóquio internacional de história da Madeira*. Vol. I. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração - DRAC, 1989, p. 483, p. 488.

²⁸ As únicas informações que pude encontrar sobre este surto de peste no Funchal provêm das actas de vereação da câmara municipal, correspondentes ao ano económico de 1488-1489. As primeiras menções à doença ficaram registadas na sessão de 13 de Setembro de 1488 (*Vereações da Câmara*

3 – E a peste chega ao Funchal

Uma das primeiras referências à doença diz-nos que alguém, eventualmente um forasteiro, porque nunca nos foi dito o seu nome, o que era pouco habitual nestes casos, adoecera ou chegara já doente e fora desviado e deslocado para Santa Catarina, acompanhado por duas mulheres, sem dúvida para se ocuparem das suas necessidades básicas e medicamente assistido, como era vulgar na época, por um barbeiro, de nome Diogo Fernandes. Ficou recomendado que tudo fosse feito com o maior resguardo, e o “médico assistente” foi muito bem pago: mil e quatrocentos reais²⁹.

Tudo isto indicia já doença grave e contagiosa. Caso contrário o doente seria tratado no Funchal³⁰ e os órgãos concelhios nada teriam a ver com o assunto, porque o caso não representaria perigo para a saúde pública. Mas uma outra referência, expressa na mesma sessão camarária é já bem explícita. Diz-nos que se alguém adoecer dos “maos ares” será levado para Santa Catarina, onde será provido de quanto lhe seja necessário³¹. Aqui, o mal já recebeu um nome que todos entendiam, não ainda o de

Municipal do Funchal. Século XV. Ed. José Pereira da Costa. Funchal: Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1995, p. 208 – doravante *V. C. M. F.*), mas havia já alguns dias, quatro ou cinco pelo menos (*V. C. M. F.*, p. 212), ou talvez mais, que ela aí se tinha declarado. Não pude saber exactamente, em que dia começava, no Funchal, o exercício camarário, uma vez que, como é sabido, esse dia variava de um para outro concelho. Contudo, as datas da primeira e última sessões de cada executivo apontam para 24 de Junho, dia de S. João Baptista (*V. C. M. F., passim*), o dia mais vulgarmente seguido para o início dos trabalhos. Assim sendo, e uma vez que entre aquela data e 17 de Setembro – o ano anterior não se encontra documentado – não há qualquer referência à peste, só pode ser aquela atrás apontada a altura dos primeiros ataques da epidemia. No entanto, várias referências, provenientes de futuras vereações obrigam a antecipar bastante as primeiras ocorrências da doença.

²⁹ *V. C. M. F.*, p. 208.

³⁰ Afastar os doentes de peste dos centros populacionais foi uma das medidas mais vulgarmente usadas nestes casos, sobretudo a partir da altura em que as experiências anteriormente vividas já haviam demonstrado até onde podia chegar a ferocidade do contágio. Podem ver-se, entre outros autores: SAINT-ÉLOY, Madeleine – “Quand la peste regnait à Nevers 1399-1628”. *Bulletin philologique et historique I* (1966-1968), p. 340; MARQUES, José – “Administração municipal de Vila do Conde, em 1466”. Separata de *Bracara Augusta* Vol. XXXVII – Fasc. 83-84 (96-97) Janeiro-Dezembro de 1983, p. 45; MOISÃO, Cristina – *A arte das mãos: cirurgia e cirurgiões em Portugal durante os séculos XII a XV*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos - Universidade Nova de Lisboa, 2018, p. 43; TAVARES, Maria José P. Ferro – “A política municipal de saúde pública (séculos XIV-XV)”. *Revista de História Económica e Social* 19 (Janeiro-Abril 1987), p. 23; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – “Para a história do medo no Portugal quinhentista: peste e religiosidade”. *Revista de Ciências históricas* VIII (1993), p. 85; ROQUE, Mário da Costa – *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*, p. 179 e seguintes, entre vários outros.

³¹ *V. C. M. F.*, p. 208.

peste, mas aquele que mais recorrentemente seria usado³². Ao mesmo tempo, está bem patente o alarme: já sabem que o mal chegou e que é contagioso, já se esperam outros casos, já se põe em acção a primeira e mais elementar das medidas então preconizadas e que, aliás, provava ter alguma eficácia: afastar os doentes do convívio com as pessoas saudáveis. É certo que precisavam ser tratados, ser providos de tudo quanto é indispensável à vida. Por pessoas ainda com saúde. Porém, em tais circunstâncias, não devia ser fácil encontrar cuidadores. E aqueles que se disponibilizavam – alguns, por certo, seriam, por qualquer modo, constringidos a isso – eram bem pagos. Como aquele Diogo Fernandes a que acima fiz referência.

Após este primeiro embate, que resultou na morte do paciente³³, mas, ao que parece, sem ter contaminado os seus cuidadores³⁴, outros se lhe seguiram, por certo trazidos pelos barcos que continuavam a aportar³⁵. Naturalmente, era a cadeia que se ia formando, composta, agora, por forasteiros, mas, dentro em pouco, também por naturais. Os doentes continuavam a ser enviados para Santa Catarina, sempre com menção aos respectivos tratadores, que aí ficavam de quarentena após a recuperação – que, contudo, nunca se encontra registada – ou a morte do doente³⁶. Precaução universalmente seguida, como já atrás ficou lembrado³⁷. Aliás, a similitude de medidas, não só neste pormenor como em todos os outros que mais

³² Penso ser muito interessante verificar como tantas coisas se repetem ao longo dos tempos, talvez para que não nos esqueçamos de que a natureza humana é sempre a mesma. Já nos nossos dias, ao menos entre as populações não muito esclarecidas, evitava-se falar em cancro, a doença então mais temível, mas encontravam-se diversos outros termos para a designar.

³³ V. C. M. F., p. 212.

³⁴ Não parece ter sido muito contagioso este surto epidémico, nem ter causado, ao menos na Madeira, número muito elevado de mortes. Poderá ter sido então qualquer doença aguda das vias aéreas superiores, como refere ROQUE, Mário da Costa – *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*, p. 183. É sabido que nem todas as epidemias consideradas, na época, como pestes, o eram efectivamente.

³⁵ V. C. M. F., p. 210.

³⁶ V. C. M. F., p. 212, p. 239.

³⁷ Como para outros pontos aqui focados, já são muitos os investigadores que, em diversos espaços europeus, se interessaram em estudá-los. Podem ver-se, como exemplo: MONTEANO SORBET, Peio J. – *Los navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad*, p. 145; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, pp. 99-100; RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV*. Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa, 1968, pp. 116-117; ROQUE, Mário da Costa – *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*, p. 184; MONTEMAYOR, Julián – “Una ciudad frente a la peste: Toledo a fines del XVI”. *En la España medieval* 7 (1985), p. 1117. Pode ainda ver-se outra bibliografia citada atrás, na nota 30.

adiante referirei, também já foi notada pela investigação, como não podia ter deixado de acontecer³⁸.

A principal preocupação do governo funchalense, ao menos durante os primeiros meses do flagelo, parece ter sido impedir que as tripulações dos barcos que procuravam a vila, nela entrassem sem terem cumprido o tempo estipulado para a quarentena obrigatória: vinte dias³⁹. Numa determinada altura, discutida em vereação de 20 de Setembro, estiveram à entrada do porto quatro naus, três das quais já tinham cumprido o tempo de espera, mas os homens das suas tripulações “misturaram-se” com os de uma quarta que chegava do Porto, “tam impidoso”, pelo que todos tiveram que continuar em quarentena, após o que, tendo assoalhado tudo quanto levavam, puderam sair, sob juramento⁴⁰.

Até então, grassando a peste em Portugal ou em outras partes da Europa, tinha sido possível evitar o contágio, ao menos dentro da vila, porque o porto estivera sempre bem guardado. Mas entretanto, por volta de 14 de Novembro, soou a notícia de que duas pessoas haviam morrido no Machico e outras duas se encontravam doentes⁴¹. Aí, já tudo se tornava mais grave: a peste estava dentro da ilha. Já não bastava guardar apenas o porto, mas toda a povoação precisava de ser vigiada. O que não era assim tão fácil.

Ao soar o alarme de que “morriam” – bastava empregar esta palavra – em qualquer povoação mais ou menos próxima, o primeiro cuidado era fechar umas quantas portas da muralha – em regra a maioria – colocando guardas nas poucas que se

³⁸ CARMONA GARCÍA, Juan Ignacio – *Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*, p. 44.

³⁹ *V. C. M. F.*, p. 210.

⁴⁰ *V. C. M. F.*, p. 210.

⁴¹ *V. C. M. F.*, pp. 218-219.

conservavam abertas, para bem controlar todas as entradas de pessoas e objectos⁴². Algumas dessas portas chegavam mesmo a ser entaipadas a pedra e cal⁴³.

Ora, o Funchal era uma vila aberta. Nunca, até então, tivera muralha, ou sentira necessidade de a ter⁴⁴. Precisava, por isso, de vigiar os caminhos terrestres, ao menos aqueles que se dirigiam a lugares suspeitos, e controlar todos os transeuntes que por eles passavam em direcção à vila⁴⁵. Era preciso manter guardas ao longo das estradas, o que implicava um pessoal muito numeroso, dado que a vigilância devia ser mantida dia e noite, com a conseqüente rotação de sentinelas em cada ponto de vigia. No entanto, era o que havia a fazer e assim foi feito. Não, porém, enquanto a alarmante notícia não fosse confirmada por pessoas fidedignas da terra. Para isso foram enviados dois emissários ao Caniço⁴⁶, Álvaro de Ornelas e António Leme, ambos eles membros de conceituadas famílias funchalenses⁴⁷ e portanto homens fiáveis, a inquirir, localmente, sobre o que já tão perto deles se passava⁴⁸.

Chegada a confirmação da terrível notícia foi determinado colocar guardas no Porto Novo, um deles do Funchal, o outro do Caniço. No entanto, como os moradores desta última povoação eram em pequeno número, cinco funchalenses, cujos nomes

⁴² MONTEMAYOR, Julián – “Una ciudad frente à la peste: Toledo a fines del XVI”, p. 1117; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, p. 106; CAMPS I CLEMENTE, Manuel; CAMPS I SURROCA, Manuel – *La pesta del segle XV a Catalunya*, pp. 59-64; CARPENTIER, Elisabeth – *Une ville devant la peste: Orvieta et la Peste Noire de 1348*, 1962, p. 100; GONÇALVES, Iria – “As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV”. In *Documentos e memórias para a história do Porto*. Vol. 45. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1987, p. 85; MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, p. 122; PINA, Luís de – “A medicina portuense no século XV (alguns capítulos)”. *Studium Generale* VII (1960), pp. 455-456.

⁴³ Como chegou a acontecer, por exemplo, em Pamplona (MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, p. 106) ou no Porto (GONÇALVES, Iria – “As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV”, pp. 85-86).

⁴⁴ GONÇALVES, Iria – “Um projecto adiado: a muralha quatrocentista do Funchal”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996, pp. 213-214; RODRIGUES, Miguel Jasmins – “Funchal”. In MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de cidades medievais portuguesas: séculos XII-XV*. Lisboa: Centro de estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 95.

⁴⁵ O que, não obstante a protecção das muralhas, algumas cidades praticaram, como nos diz, por exemplo: ALBINI, Giuliana – *Guerra, fome, peste*, p. 95.

⁴⁶ O que também fazia parte dos processos costumeiros: MONTEMAYOR, Julián – “Una ciudad frente à la peste: Toledo a fines del XVI”, pp. 1113 e 1117; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, pp. 104-105 e outros.

⁴⁷ Famílias que faziam parte do governo municipal (RODRIGUES, Miguel Jasmins – *Organização dos poderes e estrutura social: a ilha da Madeira, 1460-1521*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 265). Sobre a família Leme veja-se o recente trabalho de LEME, Margarida Ortigão Ramos – “Os primórdios da família Leme na Madeira”. *Arquivo Histórico da Madeira* 1 (2019), pp. 67-101.

⁴⁸ V. C. M. F., pp. 218-219.

ficaram registados no livro da vereação, cumpririam o seu turno em lugar de outros tantos canicenses. Por sua vez, Nuno Fernandes, homem com plantações de açúcar e um engenho açucareiro e possuindo pelo menos seis escravos, entre os quais uma mulher com seus filhos, ficaria às ordens dos guardas e todos eles às dos respectivos capitães, a autoridade máxima na ilha⁴⁹.

Desta vigilância, de onde ressalta, nítida, a existência de uma hierarquia de competências e responsabilidades, ninguém seria escusado, fossem eles vizinhos, moradores ou apenas estantes, desde que aí tivessem casa. A peste não poupava ninguém: ninguém podia escusar-se ao combate frente a ela. E para que esta determinação fosse cumprida na íntegra e todos executassem seu “giro”, foi mandado elaborar um arruamento geral com os nomes de todos os moradores, para o que se nomearam alguns homens que entre si dividiriam o trabalho⁵⁰. Na altura, ficaram também indicados os lugares de onde se temia o contágio e com os quais ficavam interditas quaisquer relações. Os visitantes provenientes de outras direcções, para poderem dirigir-se à vila, teriam que apresentar aos guardas aquilo a que poderíamos chamar um boletim de sanidade⁵¹ – e que se encontra designado por “recadação” – assinado por homens para isso credenciados⁵².

Para maior segurança e para melhor dissuadir eventuais prevaricadores no que se refere a visitantes indesejados, foram estabelecidas multas no montante de mil reais a cobrar pelo concelho – num outro local da fonte diz-se quinhentos reais – substituídas por pena de açoites, no caso em que o infractor fosse “homem de baixa sorte” e, por isso, não pudesse pagar. Igual pena teriam quantos, em casa, os recebessem⁵³. E o certo é que a determinação concelhia teve algum efeito, embora assaz mitigado: pelo menos um visitante foi condenado ao pagamento de cem reais por ter vindo de detrás da ilha – por certo dos lados de S. Vicente – sem saber ainda da disposição em contrário, e um outro homem em duzentos reais, por o ter

⁴⁹ V. C. M. F., pp. 218-219.

⁵⁰ V. C. M. F., pp. 220-222.

⁵¹ Também usados em outros lugares, como nos dizem, por exemplo, MONTEANO SORBET, Peio J. – *Los navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad*, p. 194, ou MONTEMAYOR, Julián – “Una ciudad frente a la peste: Toledo a fines del XVI”, p. 1118.

⁵² V. C. M. F., p. 221.

⁵³ V. C. M. F., p. 221.

incentivado a entrar na vila sem ter cargo para isso⁵⁴. Pelo menos em relação ao primeiro destes indivíduos, talvez a alegação de ignorância tivesse tido algum peso, na hora de estabelecer o quantitativo a pagar.

Com todas estas notícias não nos chegaram informações sobre mortes ocorridas dentro da vila, mas apenas de famílias que foram encerradas em casa a cumprir quarentena⁵⁵, o que geralmente acontecia em situações semelhantes⁵⁶. Mas houve outras mortes, sim, nas Barrocas de Santa Catarina, para onde, como atrás ficou visto, eram enviados os doentes. E estas já especificamente atribuídas aos “ares pestenenceaes”⁵⁷.

Porém, esses “ares” continuavam a grassar no Machico, em Santa Cruz, em Boa Ventura, onde, a 28 de Novembro, se diz que, aí, “ora adoecerom dos maos ares”⁵⁸.

Durante alguns meses, os vereadores funchalenses mantiveram-se silenciosos sobre o assunto e as medidas anteriormente decretadas deviam continuar funcionando, talvez com alguns resultados. Todavia, nem tudo estava assim tão calmo, dado que a 19 de Fevereiro de 1489, mais uma vez, os magistrados locais voltaram ao assunto, mas então para se ocuparem de uma carta chegada de Santa Cruz onde os respectivos dirigentes pediam alguma abertura para os moradores da sua terra, de Boa Ventura, de Gaula e de Porto Novo poderem entrar no Funchal. O que foi aceite, embora de forma bastante cautelosa: um dia por semana, os homens casados, possuidores de boas fazendas e levando certidões de sanidade passadas pelo capitão da sua capitania, poderiam dirigir-se à vila, mas só entrariam obtendo licença do guarda-mor. Realizariam os seus negócios, mas não poderiam pernoitar no Funchal, sob pena de dois mil reais pagos ao concelho. As mesmas condições seriam válidas para os funchalenses abastados que precisassem sair para tratar dos seus

⁵⁴ V. C. M. F., p. 243.

⁵⁵ V. C. M. F., p. 210.

⁵⁶ Como referem, entre outros, TAVARES, Maria José P. Ferro – “A política municipal de saúde pública (séculos XIV-XV)”, p. 23; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Los navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad*, p.195; LEGUAY, Jean-Pierre – “La peur dans les villes bretonnes au XV^e siècle”, p. 91; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – “Para a história do medo no Portugal quinhentista: peste e religiosidade”, p. 85.

⁵⁷ V. C. M. F., p. 239.

⁵⁸ V. C. M. F., p. 221.

interesses, mas não passariam a noite fora, ao menos desde o Porto Novo até Santa Cruz. Caso o fizessem, não seriam recebidos no regresso, nem mesmo trazendo certificado⁵⁹. Parece que se considerava a noite particularmente perniciosa, nestas circunstâncias.

Estas as condições de abertura propostas pelo Funchal e logo enviadas a Santa Cruz, que se apressou a aceitá-las: dois dias passados chegava a resposta com a anuência, mas trazia ainda um acrescento às condições anteriores: limitava a validade dos certificados de saúde aos que proviessem do capitão e de dois outros homens para isso nomeados: João de Freitas e Antão Álvares⁶⁰.

Guardavam-se grandes cautelas, ninguém se encontrava ainda muito seguro no que se refere a deslocações. Dentro da ilha, no entanto, notava-se algum desanuviamento.

No que se refere ao exterior, isto é, menções a barcos de qualquer proveniência aportados ao Funchal, já havia muito, neste mês de Fevereiro, que não eram feitas. Possivelmente as disposições anteriores continuariam em funcionamento e sem atropelos, porque estes, a existirem, chegariam, sem dúvida, à câmara. Porque a peste na Europa, em Portugal, continuava a fazer o seu caminho⁶¹, o que não deixava de saber-se na ilha. Havia, pois, que manter todo o resguardo possível.

A 28 de Março de 1489, os emissários que anteriormente tinham sido mandatados para irem colher informações – Álvaro de Ornelas e António Leme – de novo foram enviados a Santa Cruz para saberem, junto do capitão e dos magistrados locais “sse a terra esta ssaa”, como eles diziam, para, em caso afirmativo serem abertos os

⁵⁹ V. C. M. F., p. 240.

⁶⁰ V. C. M. F., p. 241. Não me foi possível, por agora, saber quem eram estes homens, mas seriam, sem dúvida, gente bem posicionada na sociedade local. Pertenceriam àquele tipo de indivíduos designados, na época, por “homens honrados”.

⁶¹ BARROS, Henrique da Gama – *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, t. V, p. 179 e seguintes; MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, p. 122; RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV*, pp. 116-117; ROQUE, Mário da Costa – *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*, p. 184; CAMPS I CLEMENTE, Manuel; CAMPS I SURROCA, Manuel – *La pesta del segle XV a Catalunya*, pp. 281-292, entre outros trabalhos.

caminhos e livremente poderem circular, embora sempre com apresentação do respectivo certificado de saúde. Até porque a abertura ainda não seria válida para os do Machico e Água de Pena, onde “a pouco que morerom dos maos ares”, e por isso os moradores de Santa Cruz que quisessem ter entrado no Funchal não podiam contactar com eles⁶².

De resto, os que chegavam do continente – concretamente de Lisboa, mas também de outros lugares – continuavam a cumprir a quarentena de vinte dias⁶³. Era sabido que aí, numa povoação e noutra a peste se mantinha a fazer os seus estragos, e em fins de Abril de 1489 ficou registada a notícia de que um barco proveniente do Porto, via Setúbal, ficara de quarentena – “em degredo”⁶⁴.

A 27 de Abril parece que o Machico já não estava contaminado. No entanto os magistrados funchalenses aproveitavam a ida de um seu conterrâneo – de nome Pero de Elvas – para o mandatarem a falar com o capitão, Tristão Teixeira, a fim de saberem como estava a sua jurisdição e, assim, “pera os portos serem abertos e se serujrem jrmãamente”⁶⁵.

Foi a 2 de Maio que o capitão do Machico notificou estar tudo bem naquela terra, assim como em Santa Cruz e no Faial, pelo que “ouuerom os portos por abertos”, “damdo todos louuores a Nosso Senhor Deus”⁶⁶.

Para já parecia estar o mal debelado. Se outras situações alarmantes voltaram a acontecer nos meses seguintes, não foi possível saber. Caladas as informações dos

⁶² *V. C. M. F.*, p. 245.

⁶³ *V. C. M. F.*, p. 247.

⁶⁴ *V. C. M. F.*, p. 252. Neste caso, porém, o “degredo” não precisava efectivar-se. As notícias que circulavam na ilha não acusariam focos contagiosos no Porto, mas sim em Setúbal, por onde o navio passara, mas não tomara gente, nem, por certo, mercadorias, assim como em nenhum outro lugar. A tripulação não precisava esperar.

⁶⁵ *V. C. M. F.*, p. 252. Abria-se, no entanto, uma excepção para Gonçalo Peres Gramaxo, que esse homem era suspeito – tivera, por certo, contacto com algum lugar contaminado – bem como para os que com ele “conversam”. As formas de contágio conheciam-se já bastante bem e tudo tinha que ser minuciosamente controlado.

⁶⁶ *V. C. M. F.*, p. 253.

vereadores camarários por falta das actas seguintes⁶⁷, nenhuma outra, de momento, foi possível encontrar. Todavia, deve ter ficado claro, para eles, a falta que nestas, como em outras circunstâncias mais ou menos similares, pode fazer um médico credenciado a quem se recorra. É certo que os recursos medicinais não eram, na época, muito eficientes, para qualquer doença, o que todos sabiam e não podia ser muito reconfortante. Mas era o possível. E muitos males podiam curar-se, o que também todos já tinham verificado. E os funchalenses resolveram então escrever para Lisboa, a Mestre Afonso, um físico que eles já conheciam pelas “mujtas curas e rremedeos que ffez e deu aos enffermos no tempo passado que aqui esteue”, pedindo-lhe para voltar. Ofereciam, anualmente, 5.800 reais, provenientes de rendas pagas por bens concelhios, para uma casa em que houvesse de morar⁶⁸. Não foi possível conhecer a resposta de Mestre Afonso. Mas todos nós, a esta distância, somos capazes de compreender o quanto estes meses vividos na ansiedade alertaram os governantes funchalenses e por certo a maioria da população – se é que isso já não tinha acontecido em tempos anteriormente vividos de forma semelhante – para a falta que os recursos disponíveis, muitos ou poucos eles sejam, podem fazer em situações críticas e como é reconfortante poder contar com alguém mais sabedor que nós, a quem pedir auxílio.

Entretanto a peste continuava a alastrar pela Europa e pelo reino e, como atrás ficou dito, não deixou de fazê-lo durante os séculos seguintes. Mas talvez os funchalenses pudessem ter tido, durante algum tempo, a possibilidade de respirar em paz, sem medo de se cruzarem com os seus semelhantes.

Souto da Casa, Setembro de 2021.

⁶⁷ Do ano económico seguinte – 1489-1490 – existe apenas um fragmento correspondente ao mês de Maio, portanto já final do ano (*V. C. M. F.*, pp. 275-276). Se outros surtos de peste entretanto fizeram tremer o Funchal, não chegaram até nós os seus ecos. Mas sem dúvida que posteriormente – até ao então longínquo século XVIII – várias outras pestes ali chegaram, colocando todos em alerta. Que outros investigadores lhes sigam os rastros, que as consequências foram, em todo o lado, muitas e de variada ordem, além de, por vezes, bastante desastrosas.

⁶⁸ *V. C. M. F.*, p. 245.

Referências bibliográficas

Fontes impressas

DOM DUARTE – “Leal Conselheiro”. In *Obras dos príncipes de Avis*. Int. e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, pp. 233-442.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. T. I - 1.ª parte. Lisboa: Typographia Universal, 1882.

PINA, Ruy de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”. In *Crónicas de Rui de Pina*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, pp. 577-881.

Regimento proueytoso contra a pestenença. Porto: Livraria Civilização, 1962.

Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV. Ed. José Pereira da Costa. Funchal: Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1995.

Estudos

ALBINI, Giuliana – *Guerra, fame, peste: crisi di mortalità e sistema sanitario nella Lombardia tardomedievale*. Bolonha: Cappilli editore, 1982.

ALBUQUERQUE, Luís; VIEIRA, Alberto – *O arquipélago da Madeira no século XV*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1987.

AMASUNO, Marcelino V. – *Contribución al estudio del fenomeno epidémico en la Castilla de la primera mitad del siglo XV: el “Regimento contra la pestilencia” del bachiller Alfonso López de Valladolid*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1988.

AMASUNO, Marcelino V. – “Literatura y epidemia: hacia una cronología del fenomeno pestoso en la Castilla del primer tercio del siglo XV”. In *Medicina castellano-leonesa bajomedieval*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidad, 1991, pp. 9-35.

AMASUNO, Marcelino V. – “Cronología de la peste en la Corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV”. *Studia historica. Historia medieval* 12 (1994), pp. 25-32.

AMASUNO, Marcelino V. – *La peste en la Corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV*. Salamanca: Consejería de Educación y Cultura, 1996.

ARAGÃO, António – *Para a história do Funchal*. 2ª ed.. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1987.

BARROS, Henrique da Gama – *Historia da administração publica em Portugal nos séculos XII a XV*. 2ª ed.. Org. por Torquato de Sousa Soares. T. V. Lisboa: Sá da Costa, s.d.

BIRABEN, Jean-Noel; LE GOFF, Jacques – “La peste dans le Haut Moyen Âge”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* 6 (1969), pp. 1484-1510.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – “Para a história do medo no Portugal quinhentista: peste e religiosidade”. *Revista de Ciências Históricas* VIII (1993), pp. 83-96.

BUENO DOMÍNGUEZ, María Luísa – *Espacios de vida y muerte en la Edad Media*. Zamora: Semuret, 2001.

CAMPS I CLEMENTE, Manuel; CAMPS I SURROCA, Manuel – *La pesta del segle XV a Catalunya*. Lérida: Edicions i Publicacions de la Universitat de Lleida, 1998.

CARMONA GARCÍA, Juan Ignacio – *Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005.

CARPENTIER, Elisabeth – “Autour de la peste noire: famines et epidémies dans l’histoire du XIV^e siècle”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* 6 (1962), pp. 1062-1092.

CARPENTIER, Elisabeth – *Une ville devant la peste: Orvieto et la Peste Noire de 1348*. Paris: S. E. V. P. E. N., 1962.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “«Fugir depressa, para longe e por muito tempo»: comportamentos dos homens acoçados pela peste”. *Memórias da Academia de Marinha* 50 (2020), pp. 435-449.

DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident (XIV^e-XVIII^e siècles): Une cité assiégée*. Paris: Fayard, 1978.

FALK, Seb – *A Idade Média: a verdadeira Idade das Luzes*. Trad. de Elsa T. S. Vieira. Lisboa: Bertrand, 2021.

FERREIRA, Ana Maria Pereira – “A Madeira, o comércio e o curso francês na primeira metade do século XVI”. Separata de *Actas do I Colóquio internacional de história da Madeira*. Vol. I. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração - DRAC, 1989.

FERREIRA, Ana Maria Pereira – *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Cascais: Patrimonia, 1995.

FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – “Epidemias”. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de história de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965, pp. 62-64.

FRUGONI, Chiara – *Paure medievali: epidemie, prodigi, fine del tempo*. Bolonha: Il Mulino, 2020.

GARCÍA BALLESTER, Luis – *La búsqueda de la salud: sanadores y enfermos en la España medieval*. Barcelona: Península, 2001.

GONÇALVES, Iria – “As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV”. In *Documentos e memórias para a história do Porto*. Vol. 45. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1987.

GONÇALVES, Iria – “Um projecto adiado: a muralha quatrocentista do Funchal”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 211-220.

LEGUAY, Jean-Pierre – “La peur dans les villes bretonnes au XV^e siècle”. *Peurs citadines, Histoire urbaine 2* (Décembre 2000), pp. 73-91.

LEME, Margarida Ortigão Ramos – “Os primórdios da família Leme na Madeira”. *Arquivo Histórico da Madeira 1* (2019), pp. 67-101.

MARQUES, A. H. de Oliveira; – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV da *Nova História de Portugal*. Dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*. 6^a ed.. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

MARQUES, José – “Administração municipal de Vila do Conde, em 1466”. Separata de *Bracara Augusta* Vol. XXXVII – Fasc. 83-84 (96-97) Janeiro-Dezembro de 1983.

MEIRELES, Antonio da Cunha Vieira de – *Memorias de epidemiologia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1866.

MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – *Fantasmas de la sociedad medieval: enfermedad, peste, muerte*. Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones E I, 2004.

MOISÃO, Cristina – *A arte das mãos: cirurgia e cirurgiões em Portugal durante os séculos XII a XV*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos - Universidade Nova de Lisboa, 2018.

MONTEANO SORBET, Peio J. – *Los navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad*. Pamplona: Universidad Pública de Navarra, 1999.

MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible: los navarros en la era de la peste (1348-1723)*. 2^a ed.. Pamplona: Pamiela, 2020.

MONTEMAYOR, Julián – “Una ciudad frente à la peste: Toledo a fines del XVI”. In *En la España medieval 7* (1985) - *La ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI*. Actas

del Coloquio celebrado en La Rabida y Sevilla del 14 al 19 Septiembre 1981. Vol. II., pp. 1113-1132.

PEÑA, Carmen; GIRÓN, Fernando – *La prevención de la enfermedad en la España bajomedieval*. Granada: Universidad de Granada, 2006.

PINA, Luís de – “A medicina portuense no século XV (alguns capítulos)”. *Studium Generale* VII (1960), pp. 387-530.

RENOUARD, Yves – “Conséquences et intérêt démographique de la Peste Noire de 1348”. In *Études d'histoire médiévale*. Vol. 1. Paris: S. E. V. P. E. N., 1968, pp. 157-164.

RENOUARD, Yves – “L'évènement mondial le plus important du XIV^e siècle: la Peste Noire de 1348-1350” . In *Études d'histoire médiévale*. Vol. 1. Paris: S. E. V. P. E. N., 1968, pp. 143-155.

RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV*. Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa, 1968.

RODRIGUES, Miguel Jasmins – “Funchal”. In MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de cidades medievais portuguesas: séculos XII-XV*. Lisboa: Centro de estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, pp. 95-97.

RODRIGUES, Miguel Jasmins – *Organização dos poderes e estrutura social: a ilha da Madeira, 1460-1521*. Cascais: Patrimonia, 1996.

ROQUE, Mário da Costa – *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*. Lisboa, Valentim Fernandes (1495-1496). *Tentativa de interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

RUBIO VELA, Agustín – *Peste Negra, crisis y comportamientos sociales en la España del siglo XIV: la ciudad de Valencia (1348-1401)*. Granada: Universidad de Granada, 1979.

SAINT-ÉLOY, Madeleine – “Quand la peste regnait à Nevers 1399-1628”. *Bulletin philologique et historique* I (1966-1968), pp. 335-366.

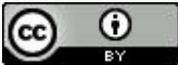
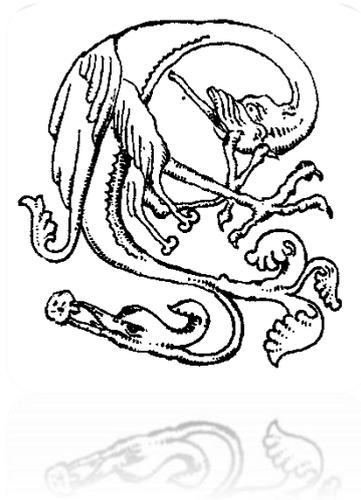
TAVARES, Maria José P. Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*. Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982.

TAVARES, Maria José P. Ferro – “A política municipal de saúde pública (séculos XIV-XV)”. *Revista de História Económica e Social* 19 (Janeiro-Abril 1987), pp. 17-32.

TOUATI, François-Olivier – “Un mal que reprend la terreur? Espace urbain, maladie et epidemies au Moyen Age”. *Peurs citadines, Histoire urbaine* 2 (Décembre 2000), pp. 9-38.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

GONÇALVES, Iria – “Enfrentar a peste numa vila da Idade Média: Funchal, 1488-1489 (Nótula de história urbana)”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 341-363. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

RECENSÕES

BOOK REVIEWS



MEDIEVALISTA

N.º 32 | Julho – Dezembro 2022

ISSN 1646-740X

Recensão / Review:

CÓMEZ RAMOS, Rafael – *El urbanismo durante el reinado de Alfonso X el Sabio*. Aguilar de Campoo/Sevilha: Fundación Santa María la Real del Patrimonio Histórico/Editorial Universidad de Sevilla, 2020 (119 pp.)

Virgolino Ferreira Jorge

Universidade de Évora (apos.), Escola de Artes
7004-516 Évora, Portugal

vfjorge@gmail.com

Data recepção do artigo / Received for publication: 21 de Fevereiro de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5708>



No meio da actual pandemia, foi editado o livro *El urbanismo durante el reinado de Alfonso X el Sabio*. A propósito, cabe lembrar que, neste último ano, decorreram as comemorações do 800º aniversário do nascimento de Afonso X, o rei “Sábio” de Castela e de Leão (23 de Novembro de 1221), conhecido autor, entre outras obras fundamentais, das célebres *Cantigas de Santa Maria*, escritas em galaico-português¹.

Tal como o título indica, a monografia em recensão estuda o desenvolvimento das vilas e cidades do reino de Castela, na segunda metade do século XIII, um período relevante na história geral do urbanismo no Ocidente. Além do seu interesse para o país vizinho, importa também relacioná-lo com o nosso território, no âmbito das relações luso-castelhanas de então, visto que Afonso X foi o pai de Beatriz, esposa de Afonso III de Portugal (1210-1279), portanto o avô de D. Dinis. Este foi armado cavaleiro pelo seu avô materno, na igreja de *Omnium Sanctorum*, em Sevilha.

A fim de explicar o crescimento urbano em apreço, o autor estruturou a sua publicação em três partes ou capítulos, de modo diacrónico. Na primeira parte, faz o enquadramento do reinado de Afonso X de Castela, repartindo-o, igualmente, em três fases ou etapas significativas, a saber: os anos da sua juventude (1248-1260); o interregno das preocupações políticas (1260-1270); e a sua última década e meia de vida (1270-1284).

O segundo capítulo aborda a evolução social e os processos de urbanização através do espaço geográfico, com a transformação ampliada dos burgos recém-conquistados ao Islão e a criação de muitos outros, para facilitar o seu aumento demográfico e económico e promover a segurança e defesa da coroa castelhana. Citem-se os exemplos tanto a norte, na encosta atlântica e cantábrica, com novas fundações na Galiza e nas Astúrias, como no planalto castelhano e no sul de *al-Andalus*, que se converteu no novo reino da Andaluzia. Neste sentido, a configuração

¹ Ver AFONSO X, O SÁBIO – *Cantigas de Santa Maria*, 4 vols. Ed. Walter Mettmann. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1959-1972.

e a expansão desses centros urbanos é demonstrada pelos regulamentos de Toledo, amada cidade natal de Afonso X, que aparecem também adequadamente replicados em Córdoba e Sevilha, com o título de “Livro do Peso dos construtores e Balança dos artesãos” (*Libro del Peso de los alarifes y Balanza de los menestrales*). Este texto normativo, cujo uso se estendeu a outras cidades, manifesta a preocupação régia pelo planeamento urbanístico harmonioso, regular e espacialmente hierarquizado, definindo regras sobre a construção de edifícios públicos e privados e o traçado viário².

A terceira parte ocupa-se da morfologia urbana, tendo em vista a construção das “cidades afonsinas” (p. 70), através do valioso testemunho das miniaturas das *Cantigas de Santa Maria* para o conhecimento do património monumental coevo. Elas espelham a vida quotidiana no espaço ibérico, ao longo da segunda metade do século XIII, pois reflectem admiravelmente os edifícios e os usos e costumes sociais daquela recuada época. Averigua-se a revitalização do velho casario islâmico resgatado, que permaneceu e se conservou graças aos mencionados regulamentos urbanos, assim como outras modificações, reformas e melhoramentos necessários empreendidos em vilas da Galiza, Astúrias, Álava, Biscaia e Guipúscoa, estas duas na região basca. Como exemplos destas custosas e empenhadas intervenções urbanísticas, salientam-se a criação de Ciudad Real (antiga Vila Real), na comarca da Mancha e a meio do percurso entre Córdoba e Toledo; a cristianização da medina andaluza de Múrcia, fundada por Abderramão II e cabeça deste reino, entre 1228 e 1238, mantendo a sua alcáçova, os bairros (mouraria) e os arrabaldes; e o projecto de povoamento do porto de Santa Maria, na baía de Cádiz, conferindo-lhe uma função militar e económica, atendendo ao seu magnífico posicionamento estratégico e comercial, à margem do Atlântico. As iniciativas e empreitadas de repovoamento constituem, certamente, um dos aspectos mais significativos da afirmação governativa afonsina, sendo Cádiz uma espécie de proa da Reconquista hispânica³.

² Acerca da duradoura vigência deste regulamento geral urbano, consultar LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Ciudades de la España medieval. Introducción a su estudio*. Madrid: Dykinson, 2010, p. 49.

³ Com o passar dos séculos, os centros históricos de Ciudad Real e de Puerto Real sofreram transformações físicas que desvirtuaram a sua forma urbana medieva. Em contrapartida, Múrcia continua a ser um bom testemunho de medina convertida em cidade cristã. Veja-se CHUECA GOITIA, Fernando – *Breve História da Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 80.

Independentemente de se tratar de um momento histórico em que as monarquias de Castela e de Portugal estiveram vinculadas por laços políticos e familiares, as *Cantigas de Santa Maria* narram milagres ocorridos de norte a sul do nosso país, como os de São Salvador da Torre (Viana do Castelo), Guimarães, Chelas (Lisboa), Santarém, Alenquer, Évora, Terena (Alandroal) e Faro, cuja localidade aparece perfeitamente desenhada nas miniaturas que ilustram aquele incunábulo. O volume aqui em análise realça o protagonismo e o temperamento estético do rei castelhano, não só para a poesia e as artes plásticas, mas também para conferir uma maior beleza e organização espaço-funcional às vilas e cidades do seu tempo. Atesta-o o cuidado e os benefícios outorgados para a valorização da envolvente da catedral de Burgos, então recentemente concluída, ou com os melhoramentos do exterior da mesquita de Córdoba, transformada em catedral. Por conseguinte, existiu uma pública e efectiva vontade urbanística no monarca, aliada ao poder político e paralela aos seus dilatados contributos para engrandecer a cultura ocidental com as suas traduções científicas de compêndios de astronomia, assim como para a criação da prosa castelhana, com a sua produção historiográfica universal e espanhola. Além disso, não devemos esquecer o código jurídico das *Sete Partidas*, que lhe é atribuído, de essencial importância para a arquitectura e o urbanismo, cuja legislação e ideias vigoraram em Espanha até aos finais do século XIX e em alguns países ibero-americanos, até à centúria seguinte⁴. Assim, a dupla atitude pragmática e estética do rei Afonso X, o “Sábio”, destacou-se nos seus trabalhos de planificação e ordenamento do território, conferindo-lhe um lugar de excepção, como é fácil de corroborar pelas novas fundações e respectivas normas de construção e está claramente exposto neste livro de Rafael Cómez Ramos.

Por último, refira-se que o texto está escrito com erudição, sendo de leitura muito acessível. Alicerça-se em abundantes fontes históricas, bibliográficas e iconográficas, distribuídas ao longo da obra, o que facilitou bastante estas notas de

⁴ Consultar *Las Siete Partidas*, 2 vols. Ed. Alonso Díaz de Montalvo. Cópia fac-similar da edição de 1491. Madrid: Lex Nova, 1989. A propósito da questão da autoria deste texto de direito comum, vejam-se, por todos, GARCÍA-GALLO, Alfonso – “El ‘Libro de leyes’ de Alfonso el Sabio. Del Espéculo a las Partidas”. *Anuario de Historia del Derecho Español* 21-22 (1951-1952), pp. 345-528, e BERMEJO CABRERO, José Luis – “García-Gallo ante la obra legislativa de Alfonso X”. *Cuadernos de Historia del Derecho* 18 (2011), pp. 163-191.

leitura. Por conseguinte, constitui um importante subsídio para o conhecimento e a divulgação do urbanismo afonsino no mundo ibérico e para a abertura de novas vias de investigação, que podem superar as fronteiras geográficas e cronológicas em que assentou este estudo.

Referências bibliográficas

Fontes impressas

AFONSO X, O SÁBIO – *Cantigas de Santa Maria*, 4 vols. Ed. Walter Mettmann. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1959-1972.

Las Siete Partidas, 2 vols. Ed. Alonso Díaz de Montalvo. Cópia fac-similar da edição de 1491. Madrid: Lex Nova, 1989.

Estudos

BERMEJO CABRERO, José Luis – “García-Gallo ante la obra legislativa de Alfonso X”. *Cuadernos de Historia del Derecho* 18 (2011).

CHUECA GOITIA, Fernando – *Breve História da Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

GARCÍA-GALLO, Alfonso – “El ‘Libro de leyes’ de Alfonso el Sabio. Del Espéculo a las Partidas”. *Anuario de Historia del Derecho Español* 21-22 (1951-1952).

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Ciudades de la España Medieval. Introducción a su estudio*. Madrid: Dykinson, 2010.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

JORGE, Virgolino Ferreira – “CÓMEZ RAMOS, Rafael – *El urbanismo durante el reinado de Alfonso X el Sabio*. Aguilar de Campoo/Sevilha: Fundación Santa María la Real del Patrimonio Histórico/Editorial Universidad de Sevilla, 2020 (119 pp.)”. *Medievalista* 32 (Julho–Dezembro 2022), pp. 367-372. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Recensão / Review:

LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (éd.) – *Les Archives Familiales dans l'Occident Médiéval et Moderne. Trésor, arsenal, memorial.* Madrid: Casa de Velázquez, 2021 (555 pp)

Miguel Aguiar

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

miguelaguiar@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-1930-1845>

Data recepção do artigo / Received for publication: 16 de Maio de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5713>



“A livraria, clara e larga, escaiolada de azul, com pesadas estantes de pau-preto onde repousavam, no pó e na gravidade das lombadas de carneira, grossos fólhos de convento e de foro (...) E daí, da sua cadeira de couro, Gonçalo Mendes Ramires, pensativo diante das tiras de papel almaço, roçando pela testa a rama da pena de pato, avistava sempre a inspiradora da sua novela – a Torre, a antiquíssima Torre, quadrada e negra sobre os limoeiros do pomar que em redor crescera, com uma pouca de hera no cunhal rachado, as fundas frestas gradeadas de ferro, as ameias e a miradoura, bem cortadas no azul de Junho, robusta sobrevivência do Paço acastelado, da falada Honra de Santa Ireneia, solar dos Mendes Ramires desde os meados do século X”¹.

Casa, família, linhagem, arquivo. Este conjunto de palavras, convocando conceitos endógenos (*i.e.*, categorias criadas e usadas pelos atores históricos no seu tempo²) e conceitos operatórios manobrados pelas ciências históricas e arquivísticas, constituem o núcleo das análises propostas neste livro³. Um conjunto revestido de ambiguidade, quer pelo nem sempre claro diálogo entre representações endógenas e conceitos científicos e operatórios, quer também pela sobrevivência, através da cultura “popular” e erudita, de uma série de imagens sobre eles produzidas. De certa forma, é navegando nesse mar de ambiguidades e representações que Eça de Queirós apresenta a figura de Gonçalo Mendes Ramires, e os *topoi* associados a uma forma de organização social condenada ao desaparecimento no devir progressista do mundo, suscitando uma simpática nostalgia: a livraria, em que os «papéis» suportam simultaneamente antigas provas da estrutura e funcionamento da «casa» e, cobertos pelo pó, expressam a melancolia; a torre, a verticalidade dos paços medievais incrustados na mítica paisagem senhorial do Entre Douro e Minho, ligados a “linhagens”, reais e/ou imaginárias, remontando a um período anterior à

¹ QUEIRÓS, Eça de – *A Ilustre Casa de Ramires*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2.ª edição, p. 11.

² Usamos este conceito considerando tratar-se da aproximação mais clara ao conceito de “indigène” usado pela antropologia francesa. Optamos por não fazer uma tradução direta uma vez que, em português, o termo remete sobretudo para o imaginário «indígena», e não tanto para as categorias mentais e práticas sociais de uma dada sociedade que não se enquadre num imaginário dito “primitivo”. O que, em última análise, evidencia igualmente de um tratamento das sociedades europeias de Antigo Regime que pressupõe uma ilusão de continuidade e parecença entre «nós» e “eles”, e que é nomeadamente criticada por CLAVERO, Bartolomé – *La grâce du don. Anthropologie catholique de l'économie moderne*. Traduction Jean-Frédéric Schaub. Paris: Albin Michel, 1996.

³ Esta publicação encontra-se disponível em <http://books.openedition.org/cvz/25705>.

própria nacionalidade. A “livraria” ou o arquivo assume até um lugar “mágico”, na sua localização (um lugar altaneiro) e organização (caixas, estantes e armários fechados), à semelhança de resto do que é descrito por vários autores do livro aqui em análise (particularmente na segunda parte).

Os arquivos constituem parte fulcral da memória e do imaginário acerca de uma ordem social desaparecida, fornecendo ao mesmo tempo, através dos materiais que albergam, os testemunhos que permitem construir a descrição e interpretação sobre o funcionamento desse mundo. O objeto do livro aqui em análise são os arquivos de “família”, abordados, segundo a diretora da obra, nas múltiplas dimensões que eles convocam: a fabricação das identidades e memórias, assim como o seu papel no processo de dominação e reprodução social.

O livro, resultando de um conjunto de encontros científicos ao longo de anos e que revitalizaram este campo de estudos⁴, divide-se em três blocos:

- A primeira parte, intitulada *Arquivos e arquivos de família, entre arquivística e história*⁵, com texto introdutório de Maria de Lurdes Rosa, apresenta artigos que abordam a “escrituralidade” medieval, a evolução histórica dos arquivos e de certas perspetivas arquivísticas como forma de compreender mutações, e o acesso contemporâneo aos materiais, demonstrando a profunda imbricação destes problemas no que à reflexão epistemológica e heurística do trabalho historiográfico diz respeito.

- A segunda parte, introduzida por Véronique Lamazou-Duplan (*Tesouros de arquivo, de ontem ao presente*) divide-se em dois blocos. No primeiro (*Sacos, cofres, armários, inventário...descrever e conservar os arquivos ao longo do tempo*), e recorrendo sobretudo a casos dos séculos XV-XVI, descrevem-se processos de organização de arquivos através de instrumentos como inventários, e da disposição dos documentos em armários ou noutras peças de mobiliário como forma de organizar a documentação ao serviço da “casa” e da “família”. O segundo bloco (*Salvaguardar os patrimónios*) apresenta práticas de organização e

⁴ De que se destaca por exemplo o programa ARCHIFAM: <https://arqfam.fcsh.unl.pt/?portfolio=archifam>.

⁵ Os títulos estão originalmente em francês. A tradução é da responsabilidade do autor desta recensão.

disponibilização de vários tipos de arquivos, revelando o seu potencial historiográfico.

- A terceira parte, com texto de introdução de Arsenio Dacosta, Tünde Mikes, Eloísa Ramírez Vaquero e José Ramón Díaz de Durana (*Arquivos e famílias: arsenal e memória*) divide-se em três blocos. No primeiro (*Estruturação arquivísticas e familiares: constituição, conservação, transmissão, reconstituição*) reúnem-se alguns textos que apresentam a história de alguns arquivos e a reconstituição que se pode fazer da sua orgânica evolutiva. No segundo (*Transversalidade social das práticas*) apresentam-se trabalhos que, recorrendo a casos de vários pontos da Península Ibérica, mas também da Toscana, evidenciam a importância da escrita e da sua preservação para um lastro alargado de grupos sociais. Finalmente, o terceiro bloco (*Memória*) reúne textos que demonstram a importância da “manipulação” do arquivo como forma de construção da memória de um grupo social em dado contexto, assim como artigos de natureza mais reflexiva acerca da sua importância para os grupos dominantes ao longo do Antigo Regime.

Como se poderá constatar de uma leitura transversal da obra, composta por 34 estudos, os conceitos e abordagens cruzam-se, com maior pendor historiográfico ou arquivístico, com maior concentração ou abrangência cronológica, consoante a formação, percursos e interesses de investigação dos autores, sem que isso prejudique o interesse dos trabalhos e da leitura do livro numa panorâmica geral. Os artigos centram-se sobretudo na Península Ibérica, com algumas incursões pelo espaço francês e italiano. De entre todos eles se detetam elementos transversais, expressos, porém, em moldes e contextos distintos: entre a maior precocidade da estruturação de arquivos “familiares» e/ou «patrimoniais” numa região (como no caso aparentemente especial da Catalunha), e o florescimento de arquivos como parte fundamental da organização das casas senhoriais que marcaram a paisagem social castelhana do período Trastâmara em diante. De um modo geral, todos os textos evidenciam o cruzamento entre várias dimensões da vida social dificilmente

desconectáveis nas sociedades europeias pré-industriais⁶: “família”, poder, organização de atividades produtivas.

De facto, perpassa por todo o livro a consciência de que todos estes conceitos merecem uma cuidadosa definição, tanto na ótica histórica como arquivística, e no essencial mútuo apoio e cruzamento que entre elas deve existir. A perspetiva que se pode oferecer neste texto é a de um historiador num esforço de consciencialização para a importância fundamental de conhecer e compreender os processos subjacentes à conservação e disponibilização dos testemunhos que nos chegaram do passado, e dos sucessivos filtros que sobre eles atuaram, de forma a considerar a análise dos fenómenos históricos tendo sempre presente estas inevitáveis condicionalidades⁷. Como referíamos, esta perspetiva não se coloca apenas numa tradicional preocupação com a compreensão da mecânica e disposição atual dos arquivos como modo de “encontrar” documentos, mas também e sobretudo num esforço de colocar esta reflexão no centro dos problemas heurísticos e epistemológicos da construção do conhecimento historiográfico.

Alguns dos textos, normalmente estruturados por estudos de caso, procuram reconstituir a orgânica dos arquivos e a lógica que foi enformando as suas sucessivas reorganizações. Para isso, como explica Maria de Lurdes Rosa, é fundamental reconstituir os principais conceitos endógenos que fornecem as linhas-mestras da

⁶ Usámos aqui o conceito de “pré-industrial” em paralelo com o de “Antigo Regime”, considerando que as mutações institucionais e concetuais que levaram ao desmantelamento deste último estão profundamente imbricadas com as transformações produzidas com o advento da industrialização. Veja-se CRONE, Patricia – *Pre-Industrial Societies: Anatomy of the Pre-Modern World*. Londres: Oneworld, 2015.

⁷ A tese de doutoramento que defendemos em junho de 2021 continha alguns capítulos sobre a construção do *corpus* documental que consideravam explicitamente a importância de determinadas instituições produtoras/arquivadoras de informação na moldagem da paisagem documental para fazer a história dos grupos aristocráticos. Os “arquivos de família e de casas senhoriais” (designação que então adotámos) constituíam parte essencial dessa análise. Um dos principais argumentos que expusemos relacionava-se com a visão sobre as práticas de transmissão, considerando que a estruturação das “casas” aristocráticas e dos seus arquivos principalmente em torno dos bens sucessórios – *i.e.*, indivisíveis, como os senhorios da coroa e os vínculos – menorizava a função social dos movimentos de distribuição das fortunas aristocráticas e, conseqüentemente, do papel decisivo que as relações sociais nela incrustadas desempenhavam na coesão e reprodução deste grupo social em sentido alargado: AGUIAR, Miguel – *Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média*. Porto/Paris: Universidade do Porto, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2021. Tese de doutoramento, vol. 1, pp. 159-180 [Consultado a 16 maio 2021]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/135875>.

organização social e, conseqüentemente, da estruturação e reestruturação destes arquivos. São esses conceitos que norteiam as sucessivas operações de recomposição e reorganização, ainda que cada contexto faça intervir objetivos e constrangimentos específicos. No que aos grupos dominantes diz respeito, os conceitos decisivos são a “casa”, a “linhagem” ou a “família”. As aspas sugerem a ambigüidade que eles convocam. De certa forma, o conceito de “arquivo patrimonial” usado por Piñol Alabart e Lluç Bramon parece, em certa medida, aproximar-se dos mesmo princípios, relevando que o feixe essencial na organização e para a preservação destes arquivos foi, em particular no quadro social do Antigo Regime, a preservação dos direitos sobre a terra, quer enquanto base da “empresa familiar”, no que aos grupos não-dominantes diz respeito, quer enquanto bases da “casa” aristocrática, fonte e simultaneamente condição do papel dominante que o grupo exerce no sistema social e na sua reprodução.

Mas os vários casos descritos demonstram também como certos conceitos não se apresentam imutáveis ao longo do tempo (como não poderia deixar de ser), mesmo que a análise historiográfica atribua uma certa coerência global à organização social do Antigo Regime, esbatendo salutarmente as tradicionais divisões cronológicas académicas. Parece-nos que este ponto é particularmente relevante no caso da “família” e da “casa”, cujos contornos jurídicos e função de enquadramento social não são necessariamente os mesmos no século XVII ou no XV, em Portugal ou na Catalunha. O que em certa medida acentua a necessidade de, mesmo no bloco cronológico considerado, acautelar a noção de que uma certa reorganização posterior dos testemunhos históricos pode distorcer a análise da organização social anterior. Quanto a nós, este problema é particularmente visível ao nível dos grupos aristocráticos, em especial antes do século XV (e pelo menos no caso português), em que a estruturação “vertical” sugerida pela “casa”, pelos vínculos e pelos arquivos que lhes dão coerência, aparenta ser alheia à dinâmica de organização e reprodução do grupo⁸.

⁸ Para o caso português, Bernardo Vasconcelos e Sousa já havia chamado a atenção para a difícil aplicabilidade do conceito de «casa» para os séculos XIII ou XIV: SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “Linhagem e Identidade Social na Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)”. *Hispania* 67/227 (2007), pp. 881-898. De resto, um dos reflexos desta distinta organização pode até mesmo ser a relação dos grupos com os documentos. Na realidade, os estudos sobre o grupo aristocrático deste

Enfim, o conjunto dos textos, sem que por vezes isso fique plenamente explanado nos contributos, evidencia o papel do parentesco como estrutura de base para o funcionamento e reprodução da ordem social. Precisamos aqui o uso de “parentesco” em detrimento de “família”, não por uma simples preferência estilística, mas devido à perspetiva operativa e concetual subjacente a cada um dos termos. Quanto a nós, a definição operativa de “família” revela-se algo problemática, sobretudo se pensada em comparação com a perspetiva concetual e mais global de parentesco, entendendo-o como um sistema de relações socialmente construído. Família convoca uma série de imagens próximas ao senso-comum, atribuindo-as e retroprojetando-as sobre outras épocas históricas (espaço “privado”, “íntimo”, associado à afetividade). É igualmente imprecisa no que ao espectro de parentes diz respeito, movendo-se num campo de indefinição (no caso, entre a célula conjugal e a “família restrita”, e o espectro mais abrangente formado pela “família alargada”)⁹.

Quanto a nós, a sua composição evolutiva poderia aliás ser resolvida com a noção de *parentela*, que pressupõe a constelação de relações que se vão redesenhando com o devir geracional. O conceito de parentesco, pelo contrário, pressupõe considerar estas relações num plano mais lato, a começar pelas estruturas globais dentro das quais se podem detetar unidades mais coesas, definidas em torno de elementos identitários e organizacionais, de que assomam as “casas”. As “casas” que, porém, não se estruturam apenas pelas relações de consanguinidade, extravasando-as e mantendo-se aliás com base nas sucessivas redes de alianças que são tecidas; dinâmicas que explicam, por exemplo, as sucessivas incorporações de

período recorrem em grande medida a fundos monásticos, tendo presente a profunda imbricação entre estas instituições e os diferentes estratos da aristocracia. Isto sugere não apenas os interesses dos cenóbios (em particular nas partilhas em que intervêm freiras), mas também possivelmente uma função de arquivadores da documentação das linhagens com quem tinham relações próximas. O que não implicava, porém, que os aristocratas, desde as mais altas esferas até aos simples cavaleiros e escudeiros, não se fizessem acompanhar de documentação que lhes era necessária ou importante, como demonstra por exemplo o interessante estudo de SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “«E mostrarom duas arcas hua vaça e na outra andavam cartas». Monastic fonds as family archives in the Middle Ages”. In ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio da; GAGO, Alice Borges; SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e (coord.) – *Recovered Voices, Newfound Questions: Family Archives and Historical Research*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, pp. 23-34.

⁹ Sobre este assunto veja-se nomeadamente o artigo de GUERREAU-JALABERT, Anita; MORSEL, Joseph Morsel – “De l’histoire de la famille à l’anthropologie de la parenté”. In SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard (dir.) – *Les tendances actuelles de l’histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002, pp. 433-446.

documentação “familiar” noutros arquivos, tornando-os de certa forma em depósitos compósitos e sucessivamente reestruturados, e justificando, por exemplo, que quase todos os textos mencionem a preservação de contratos matrimoniais nas suas mais diversas formas e em diferentes espectros sociais (contratos de casamento, cartas de dote, de arras, etc.). Assim, se o texto introdutório do livro menciona estas várias soluções (“archives de la parentèle” ou “archives des parents et alliés”), constata-se que elas não são retidas enquanto categorias operatórias, evidenciando a arreigada persistência da “família” nas perspetivas teóricas da historiografia ibérica.

Nesta lógica, as observações gerais que podemos fazer seguem nomeadamente a linha de raciocínio proposta por Joseph Morsel. Estes arquivos – em especial os arquivos aristocráticos, mas não só – mantiveram-se como tal não apenas por causa das relações “familiares” nele expressas, mas por nele caberem e se expressarem um conjunto mais lato de relações sociais, nas quais as estruturas de parentesco também desempenham um papel relevante pois, nestas sociedades, todos estes elementos estão profundamente imbricados.

Para os historiadores que trabalham sobre os grupos aristocráticos, o conhecimento dos sucessivos processos de recomposição dos arquivos e dos fatores que os foram ordenando é essencial para compreender a evolução do grupo social. Tal constatação plasma-se tanto ao nível do que foi preservado e é hoje acessível, e da forma como esses testemunhos foram organizados, como no plano do que não foi preservado, de forma voluntária ou involuntária, sabendo porém da dificuldade subjacente à reconstituição da existência e organização desses materiais “rejeitados”. De resto, os artigos que abordam os inventários dos arquivos revelam-se essenciais nesta matéria, e demonstram a fecundidade de problemas e hipóteses que a partir deles se podem construir¹⁰. Tal pressuposto metodológico tem uma transferência direta para a análise das práticas sociais, como sucede por exemplo com as práticas de transmissão. Com efeito, associado à formação das “casas” e em grande medida destes arquivos (uma vez que se trata de duas peças da mesma

¹⁰ Veja-se nomeadamente o projeto INVENTARQ: <https://inventarq.fcsh.unl.pt/>.

engrenagem) está também a progressiva importância adquirida por bens indivisíveis, com a ascensão no quadro ibérico da figura jurídica dos vínculos, relacionada ainda, em Portugal e em Castela, com a concessão de senhorios da coroa. Em grande medida, é a sucessão geracional na administração deste tipo de bens que suscita o arquivamento e sucessiva reorganização da documentação.

No que toca à aristocracia curial e senhorial portuguesa entre o final do século XIV e as primeiras décadas do XVI por nós estudada na tese de doutoramento, tivemos oportunidade de procurar demonstrar como esta dinâmica ofusca a existência de partilhas do património próprio (i.e., não vinculado ou pertencente à coroa), subalternizado o papel social desempenhado pela permanente circulação da fortuna. Uma perspetiva tanto mais acentuada pela possível falta de pertinência em conservar na longa duração as cartas de partilha, mesmo que os indícios desta prática sejam abundantes na documentação – neste sentido, os tipos de documentos preservados nestes arquivos que preconizam os movimentos circulatórios da fortuna e, através dela, da densificação das relações sociais, são os contratos de casamento ou outras tipologias associadas à transferência matrimonial de bens.

Em suma, o desconhecimento acerca dos conceitos endógenos estruturantes e dos quadros evolutivos destes arquivos produz uma imagem organizativa assente essencialmente na «casa», mas que, quanto a nós, não deve tornar-se num “totem” historiográfico, sob pena de subalternizar processos sociais igualmente decisivos que com eles se articulam. Na verdade, é a este processo que J. Morsel se refere quando menciona a dimensão “sociogenética” dos arquivos. Tê-la presente enriquece e fortalece os inquéritos de modernistas e medievalistas, sendo igualmente decisivo para estes já que a disposição com que muitos destes materiais chegaram até ao presente pressupõe uma barreira conceptual face à organização social do passado. Esta última observação aplica-se, de resto, para qualquer tipo de arquivo, e em particular para a perceção espontânea da dimensão “aberta” e “estatal” com que, sob a ideologia liberal triunfante, foram reconfigurados ao longo dos séculos XIX e XX, enfatizando assim que não se trata de organismos “neutros”.

De um modo geral, a perspetiva que defendemos para a abordagem historiográfica às sociedades antigas pressupõe um diálogo entre conceitos endógenos e operatórios, e que, quanto a nós, se torna particularmente pertinente no quadro dos arquivos “familiares”. Se há um conjunto de conceitos endógenos, de configuração evolutiva e que vão moldando a organização destes conjuntos documentais, é fundamental conhecê-los para compreender esses processos e a dinâmica que lhes está subjacente. Aqui, assoma sobretudo a “casa”, a “linhagem” ou a “família”. Mas, ao mesmo tempo, o trabalho historiográfico entendido numa perspetiva científica deverá ir além deste plano, assumindo desde logo que os conceitos endógenos são instrumentos criados e mobilizados pelos agentes históricos para agir e moldar a sua realidade, e não necessariamente para *descrevê-la*. Impõe-se assim a necessidade de diálogo entre conceitos endógenos e operativos, sendo que estes últimos não necessitam obrigatoriamente de fazer parte do campo concetual dos agentes históricos. São, enfim, abstrações produzidas para descrever as dinâmicas e processos sociais num plano mais lato. E é por essa razão que preferimos a noção de parentesco, entendendo-a como estrutura global que fornece um quadro de base à estruturação e reprodução dos grupos sociais, em detrimento da noção de “família”, por mais que esta até se possa tornar hegemónica nas representações endógenas.

Este conjunto de reflexões suscitadas pelo livro que aqui se discutiu atestam do importante contributo que a obra oferece para a reflexão historiográfica. Demonstra, por um lado, as potencialidades deste campo de estudos para perceber a evolução de certas configurações sociais estruturantes (enquadradas pelo parentesco, versando sobre o poder e/ou sobre as atividades produtivas), e permite resgatar dados e informações para inquirir, desde logo, o vazio e a delapidação documental, seja ela premeditada e organizada, ou por simples efeito do tempo. Por outro lado, constitui um contributo relevante para forçar a reflexão epistemológica sobre os documentos escritos e a sua preservação, base essencial – juntamente com outros testemunhos que chegaram até ao presente – do trabalho historiográfico. E forçando, aliás, uma reflexão que vá para além da constatação das “fontes disponíveis”, e pressuponha pelo contrário um trabalho heurístico racional que encare as paisagens documentais contemporâneas enquanto panoramas moldados por séculos de transformações sociais mais ou menos rápidas e profundas, devendo

por seu turno constituir o cerne de uma historiografia reflexiva e enquadradora das comunidades do passado nos seus devidos e sucessivos horizontes mentais.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Miguel - *Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média*. Porto/Paris: Universidade do Porto, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2021. Tese de doutoramento.

CLAVERO, Bartolomé - *La grâce du don. Anthropologie catholique de l'économie moderne*. Traduction Jean-Frédéric Schaub. Paris: Albin Michel, 1996.

CRONE, Patricia - *Pre-Industrial Societies: Anatomy of the Pre-Modern World*. Londres: Oneworld, 2015.

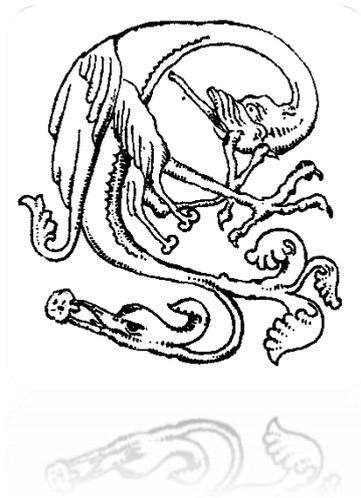
GUERREAU-JALABERT, Anita ; MORSEL, Joseph Morsel - “De l’histoire de la famille à l’anthropologie de la parenté”. In SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard (dir.) - *Les tendances actuelles de l’histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*, Paris: Publications de la Sorbonne, 2002, pp. 433-446.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de - “«E mostrarom duas arcas hua vaçia e na outra andavam cartas». Monastic fonds as family archives in the Middle Ages”. In ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio da; GAGO, Alice Borges; SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e (coord.) - *Recovered Voices, Newfound Questions: Family Archives and Historical Research*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, pp. 23-34.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - “Linhagem e Identidade Social na Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)”. *Hispania* 67/227 (2007), pp. 881-898.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

AGUIAR, Miguel – “LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (éd.) – *Les Archives Familiales dans l’Occident Médiéval et Moderne. Trésor, arsenal, memorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021 (555 pp.)”. *Medievalista* 32 (Julho-Dezembro 2022), pp. 373-384. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Recensão / Review:

BECEIRO PITA, Isabel (dir.) – *La espiritualidad y la configuración de los reinos ibéricos (siglos XII-XV)*. Madrid: Editorial Dykinson S.L., 2018 (363 pp.)

João Luís Fontes

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

joaofontes@fcsb.unl.pt
<http://orcid.org/0000-0002-7122-4357>

Data recepção do artigo / Received for publication: 8 de Junho de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5765>



Isabel Beceiro Pita tem-se destacado, há já muitas décadas, por uma investigação extremamente inovadora no campo da história dos reinos ibéricos durante a Idade Média, procurando, no cruzamento entre o político, o social, o cultural e o religioso, compreender a forma como estes mesmos reinos se foram construindo e afirmando, na complexidade dos diferentes contextos históricos. De modo particular, tem procurado esclarecer como as dimensões culturais e religiosas se mostram operantes neste mesmo processo, ora para revelarem a inscrição do passado medieval ibérico nos mais amplos dinamismos históricos que marcam o Ocidente medieval, ora para permitirem uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos de legitimação e afirmação dos distintos poderes, leigos ou eclesiásticos, no âmbito da Hispânia medieval¹.

Nascido do projecto “Identidades, contactos, afinidades: la espiritualidad en la Península Ibérica (siglos XII-XV)” (PN 2013, ref. HAR2013-45199-R), por si coordenado, este livro reúne oito contributos que, em comum, apresentam a preocupação de entender o papel da espiritualidade no complexo processo de consolidação dos reinos ibéricos ao longo dos séculos XII a XV, numa fase de clara ascensão e afirmação das monarquias nacionais por todo o Ocidente europeu, em paralelo com um idêntico processo de construção do Papado à imagem dessas mesmas monarquias, com um horizonte de domínio distinto porque universal. Tempos de expansão económica e territorial, de aperfeiçoamento dos mecanismos administrativos, militares e fiscais e de um desenvolvimento da teorização sobre o poder apoiada no Direito, nos novos textos aristotélicos, mas também nos motivos religiosos capazes de sustentar as reivindicações de soberania régia sobre os reinos em formação e expansão.

O olhar pretende-se amplo e integrador, capaz de romper a tradicional fragmentação do medievalismo peninsular: no questionar do papel da espiritualidade na própria concepção do poder régio e nas suas lógicas de afirmação

¹ Para uma apreciação da sua vasta produção bibliográfica, cf. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=56838> [Consultado a 5 Junho 2022].

e legitimação; no estudo do papel desempenhado pelas fundações monásticas, sobretudo em territórios de fronteira, muitas vezes alvos de disputa entre diferentes poderes; no entendimento da relação dos diversos reinos ibéricos com os mais amplos dinamismos religiosos que os unem ao resto do Ocidente, e no modo como necessariamente marcam as agendas e as estratégias políticas e de patrocínio religioso dos monarcas e da sua *entourage*.

Uma primeira secção, dedicada aos contactos entre os reinos ibéricos e o Ocidente europeu, abre com a análise do impacto das propostas cluniacense e cisterciense sobre os mosteiros dos reinos de Castela-Leão, Navarra e Aragão, nomeadamente na rede de relações que implicam com outros mosteiros além-Pirinéus. Como salienta Máximo Diago Hernando, além dos costumes novos que introduzem no universo hispânico, pela observância exclusiva da Regra de S. Bento e pela adopção da liturgia romana em detrimento da moçárabe, Cluny e mais tarde Cister corporizam uma forma de organização mais centralizada, com laços de dependência que se estendem às casas-mãe de ambas as ordens e, no caso de Cister, às abadias em que se filiam. Do mesmo modo, promovem uma significativa mobilidade dos monges, por via da celebração de capítulos gerais, do exercício do direito de visitaçã, ou ainda da transferência de monges para reformar nos novos costumes novas ou menos novas casas monásticas.

O autor estuda, aliás, o impacto de ambos os movimentos nos diferentes reinos ibéricos (à excepção de Portugal), bem como o importante papel “transnacional” que diversos destes mosteiros, situados na encruzilhada entre reinos, acabaram por assumir, tanto ao nível económico, como instâncias dinamizadoras de povoamento e de exploração económica dos seus domínios, como político.

As relações de dependência face a mosteiros de além-Pirinéus viriam a alterar-se significativamente com a fundação, em 1390, do mosteiro de S. Bento de Valladolid, depressa convertido em sede da observância beneditina em Castela, ao qual se ligam muitos mosteiros beneditinos que a ela aderem, incluindo diversos priorados cluniacenses que assim se desvinculavam da abadia borgonhesa. A par da consolidação do movimento observante entre os beneditinos, outras congregações

surgem, quer entre os mosteiros femininos beneditinos de Castela, quer entre os cistercienses, neste caso a partir do mosteiro castelhano de Montesión, ao qual se junta o de Valbuena. As tendências para reforçar o intervencionismo régio na reforma destas ordens, apesar das tensões que daí derivaram, nomeadamente com Cister, continuariam até à consagração definitiva das diversas congregações “nacionais”, e a autonomia que lhes acaba por ser reconhecida no século XVI. Aliás, à imitação, acrescentaríamos, com o que acontece em Portugal, apesar de, neste caso, terem sido logradas as tentativas de introdução da observância beneditina durante o reinado de D. Duarte, por via do conhecido D. Gomes, abade de Santa Maria de Florença², e só no século XVI se alcançar uma efectiva reforma do universo beneditino e cisterciense³.

Margarida Cantera Montenegro retoma a problemática do monaquismo em territórios de fronteira, tomando como ponto de observação as regiões de La Rioja e de Navarra, esta como verdadeiro enclave político e plataforma de interesses cruzados, e aquela enquanto terra amplamente disputada entre Navarra e Castela, na fronteira entre estes dois reinos e o de Aragão (domínio navarro entre 923-1076; domínio castelhano em 1076; recuperado por Afonso, o Batalhador e de novo sob domínio castelhano em 1134). Analisa cuidadosamente as características da implantação monástica nas duas regiões, tanto no que lhes é a este nível comum (a sua frequente ligação a origens eremíticas, a função repovoadora desempenhada pelos mosteiros, o apoio dos monarcas à expansão beneditina e cisterciense, a ligação de muitos destes cenóbios com o caminho de Santiago e a assistência aos peregrinos), como no que as distingue (distintos pesos do monaquismo feminino e da presença de beneditinos, cistercienses e jerónimos, distinta representação em Cortes, maior resistência de Navarra e La Rioja à reforma beneditina face a Castela). Tal como Diago Hernando, também salienta a complexa relação dos monarcas de Castela, Navarra e Aragão com estes mosteiros de fronteira, procurando, por meio

² Cf. COSTA, António Domingues de Sousa – “D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV”. *Studia Monastica* 5/1 (1963), pp. 59-164.

³ DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*. Tomo I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960; GOMES, Saul António – “A Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobça nos séculos XVI e XVII: elementos para o seu estudo”. *Lusitania Sacra* 18 (2006), pp. 375-431; DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: espírito, alma e corpo*. Porto: CITCEM – Edições Afrontamento, 2011.

de doações e privilégios, garantir o povoamento destes territórios e, em simultâneo, expandir a sua influência e o seu poder, ou mesmo assegurar o apoio político dos mosteiros a que se encontravam ligados (no caso de Cluny).

Ainda a territórios de fronteira, desta feita entre a Galiza e o reino português, se remete o terceiro texto, sobre a catedral de Tui e o modo como esta acaba por reflectir as características muito próprias de uma diocese que se erige em territórios que acabam por ser integrados em dois reinos distintos, que os disputam constantemente como espaço de expansão do seu poder. Neste aspecto, a concessão de doações e a outorga de privilégios surgem como meios de reforçar a presença e a autoridade dos poderes em conflito sobre o território. No entanto, e até ao deflagrar do Cisma (1378), a diocese tudense mantém a sua jurisdição sobre todo o território português entre os rios Lima e Minho, onde reúne um importante património e o padroado de muitas igrejas. Marta Cendón Fernández estuda aturadamente o evoluir dos contextos políticos, o suceder das doações e privilégios, mas também as tentativas de conquista do território pelos monarcas portugueses, ao mesmo tempo que integra neste devir as diversas fases de construção da sé de Tui. Neste estudo, torna evidente as estreitas relações que, ao longo do século XII, ligam a restaurada sé tudense com a canónica de Santa Cruz de Coimbra, tanto ao nível da implantação da reforma gregoriana e da renovação da vida canonical como ao nível artístico, com uma catedral românica, à imitação da canónica e de outras sés portuguesas (Coimbra, Porto, Braga), que responde à nova linguagem e exigências da liturgia romana. É entre os cónegos crúzios que o bispo Paio de Tui vai buscar clérigos para organizar a canónica tudense e são oriundos do mosteiro conimbricense alguns dos bispos que governaram a diocese durante a 2^a metade do século XII.

Os séculos posteriores mostram os monarcas de ambos os lados da fronteira a multiplicar doações e privilégios a favor da sé de Tui, enquanto os seus prelados gerem normalmente os bens que possuem de um e de outro lado do Minho. Do mesmo modo, os monarcas portugueses procuram estender a sua intervenção na escolha dos clérigos colocados à frente de muitas igrejas e mosteiros do bispado. Ao longo dos séculos XIII e XIV, são vários os bispos de Tui de origem portuguesa, ao

mesmo tempo, como mostrou José Marques, que a fronteira não impede a mobilidade de eclesiásticos galegos e portugueses⁴.

Uma segunda secção é dedicada ao estudo dos motivos e da funcionalidade política do discurso reivindicativo face aos estrangeiros. Este aparece, desde 1329, em Castela, nos capítulos de corte, repetindo-se ao longo dos séculos. XIV e XV. Ana Arranz Gusmán procura perceber esta argumentação, que tende a pintar com cores carregadas os malefícios decorrentes da entrega de importantes e numerosos benefícios eclesiásticos a clérigos estrangeiros, tanto para o reino, para os seus dirigentes e o seu clero, como para os seus fiéis. A comparação entre as Cortes de 1329, onde esta argumentação é associada aos procuradores das cidades, e o *Ordenamento de Medina* de 1328, onde se reúnem um conjunto de disposições acordadas entre Afonso XI e alguns dos seus conselheiros, mostra claramente como o texto das Cortes copia, neste ponto, os argumentos propostos pelo rei em 1328. Do mesmo modo, a autora demonstra como é relativamente reduzida a nomeação de clérigos estrangeiros para as dioceses castelhanas durante o século XIV. Tais factos obrigam a uma interpretação distinta do texto, enquanto testemunho da reacção régia contra a mudança de política, em termos beneficiais e fiscais, imposta pelo Papado após a sua instalação em Avinhão. Esta vinha mudar as regras do jogo, retirando protagonismo aos cabidos locais na escolha dos respectivos prelados e obrigando os monarcas a reajustarem-se ao novo sistema. A nova instância em ordem a garantir a colocação nas dioceses de homens da confiança do monarca, bem como nas igrejas e mosteiros do seu padroado, era agora a Santa Sé, por via da apresentação de súplicas e do posterior pagamento das taxas que recaíam sobre a nomeação ou a transferência de dignatários religiosos. Um recurso amplamente utilizado pelos monarcas dos séculos XIV e XV, que, mantendo a antiga argumentação contra os clérigos estrangeiros, ocultavam assim estratégias políticas

⁴ Cf. MARQUES, José – “Relações galaico-bracarenses, no século XV, segundo as matrículas de ordens do Arquivo Distrital de Braga”. In MARQUES, José – *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT, 1994, pp. 325-348. Sobre as mais alargadas relações entre o espaço galego e o norte de Portugal, ver ainda PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco Javier – “Monges e mosteiros galegos em Portugal (séculos XII-XV)”. *Medievalista* [Em linha] 31 (Jan.-Jun. 2022), pp. 121-149. [Consultado a 5 Junho 2022]. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/462>. DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5104>.

bem mais danosas, com as recorrentes transferências de bispos ou a própria intervenção directa junto da Santa Sé.

Óscar Perea Rodríguez toma por base a arenga apresentada por Juan I de Trastâmara perante as Cortes de Segóvia de 1386, convocadas no contexto difícil vivido por Castela após a derrota de Aljubarrota e o consolidar da aliança anglo-portuguesa, por via do tratado de Windsor e do casamento do novo monarca português com Filipa, oriunda da poderosa Casa de Lancaster, bem como das conhecidas pretensões do duque de Lancaster ao trono castelhano. O discurso adivinhava a necessidade de importantes negociações diplomáticas, face ao recente desembarque de John of Gaunt em território peninsular e ao apoio que tinha da parte de D. João I de Portugal. Ao carácter providencialista da nova dinastia e aos argumentos legitimadores do direito dos Trastâmaras ao trono, o discurso evoca o martírio de Tomás Becket, figura aqui utilizada para denegrir a imagem dos monarcas ingleses, de comportamento nefasto e rebeldes contra a Igreja, e dos próprios ingleses em geral, alvos de um marcado desprezo intelectual e espiritual.

Uma última secção, dedicada à construção das identidades político-religiosas, abre com o estudo de Francesca Español Bertan sobre o panteão dinástico de Poblet, projectado por Pedro III, o Cerimonioso, enquanto monumento de exaltação da memória régia e dinástica, em articulação com a produção de uma memória cronística própria e de uma consciente ligação às figuras exemplares de Jaime I e Afonso, o Casto, aí sepultados. Face a outros espaços de inumação escolhidos pelos seus imediatos antecessores (S. Francisco de Barcelona, o mosteiro cisterciense de Santa Creus ou mesmo S. Francisco de Lérida), Pedro III opta por Poblet e investe na renovação do espaço como verdadeiro panteão dinástico, onde faz sepultar também as suas esposas e os seus descendentes. A disposição dos túmulos, enquadrados por arcos, um do lado do Evangelho, o mais importante, destinado a Pedro III, e outro do lado da Epístola, as opções artísticas, com o refazer dos túmulos de Jaime I e Afonso, o Casto, o acréscimo de jacentes e baldaquinos, o recurso a materiais particularmente ricos como o pórfiro e o alabastro com cobertura vítrea azulada e esmaltados a ouro, a cenografia associada ao lamento fúnebre e ao correr de armas, tudo contribui para uma exaltação dinástica e para o actualizar de uma memória

régia associada aos grandes feitos militares contra o Islão. O próprio Pedro III procura ainda reforçar estes elementos fazendo-se sepultar com as vestes com que foi coroado e com os símbolos do seu poder e da sua dignidade régia (a coroa, o ceptro e o pomo de prata), legando a Poblet e às capelas das suas residências os necessários recursos para a comemoração da sua memória, quer pela celebração litúrgica, quer pelos livros que lhes deixa e nos quais a mesma memória se torna novamente actual.

César Olivera Serrano explora de forma particular o modo como o religioso é utilizado por Juan I de Castela e pela sua mulher, D. Beatriz de Portugal, como meio de legitimação da nova dinastia e como a própria dimensão da reforma religiosa está bem presente na estratégia política do monarca, tanto antes como sobretudo após os insucessos militares que culminaram com a derrota castelhana em Aljubarrota. O autor convoca assim os conteúdos religiosos e de reflexão moral presentes nos preâmbulos dos documentos da sua chancelaria e nos textos emanados das cortes, que servem um intuito claramente legitimador, acentuando o carácter providencialista da nova dinastia, protegida por Deus. Tais fórmulas e tal linguagem têm continuidade na sua política de respeito pelas liberdades eclesiásticas, de protecção e apoio a numerosos mosteiros, com intuitos reparadores (face aos danos infligidos pela guerra durante o reinado de seu pai) e de reforma religiosa, em particular no combate às comendas leigas. As vicissitudes políticas obrigam o monarca a passar de um discurso de exaltação da dinastia e dos seus projectos de restauração da antiga unidade hispânica, na qual se integrava o seu casamento com Beatriz de Portugal, bem patente no modo como se dirige às Cortes de Segóvia de 1383, para um discurso de juízo divino e de reparação após os insucessos de 1384-1385, que se evidencia no discurso feito às Cortes de Valladolid deste último ano. A encenação do luto segue a par com uma confissão dos pecados régios e dos seus súbditos, na leitura dos recentes insucessos como um castigo de Deus a exigir reparação. Sem abandonar a guerra e os seus projectos de recuperar a coroa portuguesa, lida inteligentemente com a intervenção inglesa de 1386, prossegue na produção de nova legislação e reforça ainda mais a sua intervenção no domínio religioso, com a protecção dos movimentos mais reformistas: entrega de Guadalupe aos Jerónimos (1389), fundação da cartuxa de El Paular e do mosteiro beneditino de

S. Bento de Valladolid (1390) e a criação de uma nova ordem militar, de S. Bartolomeu, de vida efémera devido à morte precoce do monarca. O seu desejo de restauração ou de renascimento transparece ainda nas suas novas divisas e, na sua morte, é equiparado a Cristo, como aquele que carrega sobre si os pecados do povo. Da rainha Beatriz, mostra como secundou o marido na sua dimensão penitencial, juntando ainda uma clara dimensão piedosa e caritativa com a proteção de diversas ordens religiosas, em particular a dos Mercedários, com a fundação de um convento masculino da ordem em Valladolid, onde se fará sepultar a rainha portuguesa Leonor Teles, e a dos Pregadores, escolhendo o convento dominicano de Santi Spiritus de Toro como seu lugar de sepultura.

Isabel Beceiro Pita fecha o volume com um importante estudo que, na continuidade do anterior, alarga e aprofunda a análise do papel da religiosidade no enaltecimento das monarquias hispânicas nos finais da Idade Média, comparando, de modo particular, as estratégias desenvolvidas neste domínio das dinastias de Avis e dos Tratâmaras, bem como dos primeiros Trastâmaras na Coroa de Aragão. Naturalmente, explora o papel do religioso nos mecanismos de legitimação de ambas as dinastias, ao acentuar o seu carácter providencialista e a proteção que lhes é garantida por Deus, a sua devoção à Virgem e a Cristo, o comportamento devoto e exemplar, a sua política de proteção da Igreja e de promoção dos novos movimentos religiosos. Na memória que constroem de si mesmas e do passado dos seus reinos, as novas dinastias acentuam necessariamente os aspectos negativos dos seus antecessores, nomeadamente a sua impiedade, crueldade, a vexação dos súbditos, a falta de proteção à Igreja, o abandono da luta contra o Islão, o favor dispensado a judeus e muçulmanos.

É todo um discurso propagandístico que se plasma tanto em testemunhos documentais como emblemáticos, sigilográficos e cerimónias. A autora valoriza, aliás, os recentes estudos no âmbito da heráldica para mostrar como também por esta via as novas dinastias criam uma narrativa política e de propaganda que se articula, tanto com os textos (caso do *Livro português dos Arautos*) como com os objectos associados à pessoa do rei, aos espaços que ele habita e inclusive aos edifícios, civis ou religiosos, que manda edificar. É exemplar, neste domínio, o caso

do mosteiro de Santa Maria da Vitória, onde os motivos heráldicos dialogam com os espaços para criar um discurso de exaltação da nova dinastia e do seu cariz providencial, sob a protecção poderosa de Deus e da Virgem⁵.

A funcionalidade legitimadora do religioso prolonga-se na fase de consolidação destas dinastias, inclusive justificando o próprio protagonismo régio no ordenamento e reforma da vida religiosa. Também é aqui transversal aos diversos reinos a importância da protecção régia aos novos movimentos religiosos, sejam eles as observâncias beneditina ou mendicantes (franciscana e dominicana)⁶, as novas ordens, como os Jerónimos ou os Lóios, ou outros movimentos menos enquadrados institucionalmente, como os eremitas (mais estudados para o caso português mas não menos importantes nos restantes reinos peninsulares⁷) ou as experiências femininas não regulares: beatérios e comunidades da pobre vida⁸. É entre estas ordens que os monarcas, mas também a sua família e a nobreza associada à sua corte, continuam a recrutar os seus confessores, a buscar aconselhamento ou a escolher os seus lugares de sepultura, a fundar capelas e a deixar bens por alma⁹.

⁵ Cf. SEIXAS, Miguel Metelo de – “Emblématique, dévotion, espace sacré: la chapelle funéraire de Jean I^{er} à Batalha”. In FERNANDES, Carla Varela; CARTIÑERAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média. Criação, circulação e função das imagens entre o Ocidente e o Oriente na Idade Média (séculos V-XV)*. s.l.: Documenta, 2021, pp. 521-550.

⁶ Será aqui de rever o papel atribuído aos primeiros monarcas de Avis na promoção e protecção das observâncias franciscana e dominicana, que a autora considera menos activo em comparação com os seus congéneres castelhanos e aragoneses. Tal não nos parece correcto, tendo em conta a particular importância de D. João I, de D. Filipa e dos seus filhos na fundação de mosteiros observantes ou na viabilização de outras fundações por parte de membros da nobreza intimamente ligados ao seu serviço. Para uma visão de conjunto sobre estes aspectos, cf. TEIXEIRA, Vítor Gomes – *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517). História, Património e Cultura de Uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto: Centro de Estudos Franciscanos – Editorial Franciscana, 2010; ANDRADE, Maria Filomena; FONTES, João Luís – “La(s) reforma(s) en el franciscanismo portugués en la edad media”. *Hispania Sacra* [Em linha] LXXII/145 (Jan.-Jun. 2020), pp. 51-63. [Consultado a 15 Junho 2022]. Disponível em <https://hispaniasacra.revistas.csic.es/index.php/hispaniasacra/article/view/830> DOI: <https://doi.org/10.3989//hs.2020.004>; SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – “Os primórdios da presença dominicana em Portugal: 1220-1418”. In GOUVEIA, António Camões; NUNES, José; FONTES, Paulo F. de Oliveira (coord.) – *Os Dominicanos em Portugal (1216-2016)*. Lisboa: CEHR-UCP, 2018, pp. 9-26.

⁷ FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização de uma experiência eremítica. Da “Pobre Vida” à Congregação da Serra de Ossa (1366-1510)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2021.

⁸ Cf. FONTES, João Luís Inglês – “Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da pobre vida de Évora”. *Lusitania Sacra* 31 (Jan.-Jun. 2015), pp. 51-71.

⁹ ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal, 1400-1521)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

A esta política de reforma religiosa juntam os monarcas na promoção de determinados cultos que claramente prestigiam as novas dinastias ou legitimam as suas opções políticas. Situam-se neste caso, como a autora bem salienta, a valorização das figuras do Infante Santo ou do Condestável, que aliam aliás a santidade ao exercício da guerra contra os inimigos do reino português e da cristandade, bem como, na mesma linha, a revalorização do culto dos mártires de Marrocos.

Em conclusão, a obra em apreço constitui um contributo muito importante para a problematização do papel da espiritualidade ou do religioso no processo de construção e afirmação das monarquias ibérica, e para uma compreensão mais integrada destes dinamismos no contexto mais lato do Ocidente medieval. Torna-se claro como só um exercício de comparação entre as realidades vividas nos diversos reinos permite uma correcta visão de conjunto sobre aspectos comuns e diferenciadores nas lógicas e estratégias de afirmação das diferentes monarquias e da sua relação com os novos movimentos religiosos. Outros aspectos poderiam ser evocados, nomeadamente ao nível da estruturação das cortes régias e principescas, e do próprio desenvolvimento cerimonial e litúrgico, estudados exemplarmente, para o caso português, por Rita Costa Gomes¹⁰, bem como a importância da circulação e difusão dos livros e das leituras, ou das redes de contacto que ligam muitos dos principais protagonistas da renovação religiosa entre si e com as cortes régias, senhoriais e episcopais, na propagação dos novos movimentos religiosos¹¹. Outros caminhos a seguir, alguns já intentados em projectos ibéricos entretanto em curso¹², que se espera possam trazer novos contributos que, como este livro, marcam um efectivo avanço na compreensão mais integrada do passado medieval dos reinos ibéricos.

¹⁰ GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Carnaxide: Difel, 1995.

¹¹ Vejam-se, para o caso da observância franciscana, os exemplares estudos de José Adriano Freitas de Carvalho, reunidos em CARVALHO, José Adriano Freitas de – *Nobres Leteras... Ferosos Volumes... Inventários de Bibliotecas dos Franciscanos Observantes em Portugal no Século XV. Os Traços de União das Reformas Peninsulares*. Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade – Instituto de Cultura Portuguesa – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

¹² Caso do Projecto *Castilla y Portugal en la Baja Edad Media: contactos sociales, culturales y espirituales entre dos monarquias rivales (s. XIII-XV)* (Ministerio de Ciencia y Innovación, PID2020-114722GB-I00), coordenado por César Olivera Serrano e Pablo Martín Prieto.

Referências bibliográficas

Estudos

ANDRADE, Maria Filomena; FONTES, João Luís – “La(s) reforma(s) en el franciscanismo portugués en la edad media”. *Hispania Sacra* [Em linha] LXXII/145 (Jan.-Jun. 2020), pp. 51-63. [Consultado a 15 Junho 2022]. Disponível em <https://hispaniasacra.revistas.csic.es/index.php/hispaniasacra/article/view/830>. DOI: <https://doi.org/10.3989//hs.2020.004>.

CARVALHO, José Adriano Freitas de – *Nobres Leteras... Fermosos Volumes... Inventários de Bibliotecas dos Franciscanos Observantes em Portugal no Século XV. Os Traços de União das Reformas Peninsulares*. Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade – Instituto de Cultura Portuguesa – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

COSTA, António Domingues de Sousa – “D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV”. *Studia Monastica* 5/1 (1963), pp. 59-164.

DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: espírito, alma e corpo*. Porto: CITCEM – Edições Afrontamento, 2011.

DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*. Tomo I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.

FONTES, João Luís Inglês – “Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da *pobre vida* de Évora”. *Lusitania Sacra* 31 (Jan.-Jun. 2015), pp. 51-71.

FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização de uma experiência eremítica. Da “Pobre Vida” à Congregação da Serra de Ossa (1366-1510)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2021.

GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Carnaxide: Difel, 1995.

GOMES, Saul António – “A Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos séculos XVI e XVII: elementos para o seu estudo”. *Lusitania Sacra* 18 (2006), pp. 375-431.

MARQUES, José – “Relações galaico-bracarenses, no século XV, segundo as matrículas de ordens do Arquivo Distrital de Braga”. In MARQUES, José – *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT, 1994, pp. 325-348.

PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco Javier – “Monges e mosteiros galegos em Portugal (séculos XII-XV)”. *Medievalista* [Em linha] 31 (Jan.-Jun. 2022), pp. 121-149. [Consultado a 15 Junho 2022]. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/462>. DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5104>.

ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal, 1400-1521)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – “Os primórdios da presença dominicana em Portugal: 1220-1418”. In GOUVEIA, António Camões; NUNES, José; FONTES, Paulo F. de Oliveira (coord.) – *Os Dominicanos em Portugal (1216-2016)*. Lisboa: CEHR-UCP, 2018, pp. 9-26.

SEIXAS, Miguel Metelo de – “Emblématique, dévotion, espace sacré: la chapelle funéraire de Jean I^{er} à Batalha”. In FERNANDES, Carla Varela; CARTIÑERAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média. Criação, circulação e função das imagens entre o Ocidente e o Oriente na Idade Média (séculos V-XV)*. s.l.: Documenta, 2021, pp. 521-550.

TEIXEIRA, Vítor Gomes – *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517). História, Património e Cultura de Uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto: Centro de Estudos Franciscanos – Editorial Franciscana, 2010.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

ANDRADE, Maria Filomena; FONTES, João Luís – “Povoar e enquadrar. Um percurso pela geografia das formas de vida religiosa da Lisboa medieval (séculos XII-XIV)”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 385-397. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

RESEARCH NOTES



Três olhares sobre a Ordem do Templo em Portugal

Three perspectives on the Temple Order in Portugal

(a) ***Paula Pinto Costa***, (b) ***Luís Filipe Oliveira***, (c) ***Philippe Josserand***

(a) Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais
Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
4150-564 Porto, Portugal

(b) Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Campus de Gambelas, 8005-139 Faro, Portugal
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais 1070-312 Lisboa, Portugal

(a) Nantes Université, UFR d'Histoire, Histoire de l'Art et Archéologie
Chemin la Censive du Tertre, BP 81227, 44312 Nantes Cedex 3, France
CRHIA – Centre de Recherches en Histoire Internationale et Atlantique

(a) ppinto@letras.up.pt
<https://orcid.org/0000-0002-1926-2276>

(b) lfolivei@ualg.pt
<https://orcid.org/0000-0001-7861-9311>

(c) ph.josserand@wanadoo.fr

Data recepção do artigo / Received for publication: 7 de Março de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5720>



No passado dia 3 de Fevereiro de 2022, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Rui Manuel Figueiredo Nobre defendeu uma dissertação de doutoramento sobre a Ordem do Templo em Portugal¹. Dirigida por Saul António Gomes, foi discutida e apreciada por um júri alargado, formado pelos três autores deste texto e por outros quatro medievalistas da Universidade de Coimbra, entre os quais se incluía o orientador do candidato.

Não foi esta mais uma tese sobre o Templo em Portugal, a juntar-se às três que foram defendidas sobre o mesmo tema noutras universidades do país e do estrangeiro, ao longo dos últimos anos². Com um orientador que era um investigador experiente, e, talvez, o melhor conhecedor do Templo em Portugal³, o candidato soube regressar aos arquivos e aos diplomas, acumular dados e referências, para renovar, com eles, boa parte do que se conhecia sobre a presença e a acção dos templários. Trouxe, assim, contributos decisivos para o conhecimento dos mestres, dos comendadores e dos cavaleiros da milícia, para a reconstituição da geografia patrimonial desta, ou até para a análise das relações que ela mantinha com outras estruturas de poder, dentro e fora do espaço do reino.

¹ NOBRE, Rui Manuel Figueiredo – *A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021. Tese de doutoramento. A maior parte das referências posteriores a este trabalho serão feitas no corpo do texto, com a indicação das páginas respectivas. O júri da prova foi presidido pelo Doutor Albano Figueiredo e integrava as Doutoradas Leontina Ventura e Maria José Azevedo Santos.

² VALENTE, José M. – *Soldiers and Settlers. The Knights Templar in Portugal, 1128-1319*. Santa Barbara: University of California, 2002. Tese de doutoramento; SILVA, Luis Ademir da – *Da cruzada à demanda. A tradição épica da Ordem dos Templários na Baixa Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008. Tese de doutoramento; FERNANDES, Maria Cristina – *A Ordem do Templo em Portugal das origens à extinção*. Porto: Universidade do Porto, 2009. Tese de doutoramento.

³ Entre outros, GOMES, Saul António – “A presença das ordens militares na região de Leiria (séculos XII-XV)”. In FERNANDES, Isabel Cristina; PACHECO, Paulo (coords.) – *As ordens militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Colibri / C. M. Palmela 1992, pp. 143-204; GOMES, Saul António – “As ordens militares e Coimbra medieval: tópicos e documentos para um estudo”. In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Colibri / C. M. Palmela, 1999, vol. II, pp. 43-72; GOMES, Saúl António – “Observações em torno da chancelaria da Ordem do Templo em Portugal”. In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Colibri / C. M. Palmela, 2005, pp. 121-139; GOMES, Saul António – “A Extinção da Ordem do Templo em Portugal”. *Revista da História da Sociedade e da Cultura* 11 (2011), pp. 75-116; GOMES, Saul António – “D. Gualdim Pais (c. 1118/20-1195)”. *População e Sociedade* 23 (2015), pp. 11-23.

Os méritos e os limites da dissertação de Rui Nobre são, no fundo, o objecto destes três olhares sobre a Ordem do Templo. Estão formados pelos textos das arguições de inícios de Fevereiro, aos quais se acrescentou uma ou outra observação adicional, e, sobretudo, as referências bibliográficas que não tinham. Se os três olhares se cruzam com frequência, como era de esperar, raramente se sobrepõem, oferecendo um panorama compósito, mas coerente, das grandes linhas de força da investigação sobre o Templo em Portugal.

Primeiro

A tese de doutoramento de Rui Manuel Figueiredo Nobre foi realizada num tempo longo, compatível, por um lado, com a atividade profissional do doutorando, que exerce funções de professor do ensino secundário, e, por outro, com o tema da tese e com a base documental usada. É o resultado de uma investigação muito extensa, marcada pela dispersão da documentação por vários arquivos e coletâneas documentais já publicadas, complementada por observações *in situ* na tentativa de lograr o esclarecimento de topónimos associados ao património da Ordem do Templo em Portugal. Em reforço desta amplitude, incide sobre todo o período de tempo em que a Ordem se fez representar em Portugal, o que significa praticamente dois séculos. No seu conjunto, estas opções tornaram o campo de estudo muito vasto e repleto de desafios, por vezes, difíceis de equacionar.

Do ponto de vista da estrutura, a tese conta com três partes, dedicadas respetivamente aos homens, ao património e aos poderes, devidamente enquadradas e completadas pela introdução, considerações finais, lista de referências bibliográficas e um anexo em que constam os locais onde foi possível arrolar bens da Ordem do Templo em Portugal. Integrada na introdução, é feita uma resenha sobre as principais obras sobre a Ordem do Templo, que, sendo um exercício muito meritório, carece de uma leitura e revisão atentas⁴.

⁴ Por exemplo, quando se fala em Pedro Álvares Seco (p. 19), deveria ser citada a obra: LENCART, Joana – *Pedro Álvares Seco. A retroprojeção da Ordem de Cristo no século XVI*. Porto: Universidade do Porto, 2018. Tese de doutoramento.

Na primeira parte, dedicada aos homens, isto é, aos Templários propriamente ditos, procura-se estabelecer o universo humano da Ordem e, em particular, o dos seus protagonistas. Assumem destaque a origem socioeconómica dos indivíduos e a sua integração na estrutura hierárquica da instituição, entre as categorias de cavaleiros, sergentes, clérigos, confrades, familiares ou terceiros templários. São indicadas as balizas cronológicas da sua atuação, embora não seja referenciada a base documental e/ou bibliográfica de suporte aos dados sistematizados a este propósito. O mesmo tipo de subdivisão é aplicado aos designados protagonistas, onde são mencionados os que exerciam os cargos de mestres e procuradores, comendadores-mores e comendadores ao lado de outros integrados em categorias hierárquicas de natureza distinta, como a dos cavaleiros professos, e que incluía os titulares dos cargos acabados de referir, a dos sergentes de armas e de ofícios, a dos clérigos e, por fim, a dos confrades, familiares ou terceiros templários. Entre as páginas 69-203 é abordado o universo dos protagonistas, sendo aduzida uma massa extensa de informação e que pouca reflexão mereceu ao autor, provavelmente devido ao tempo que despendeu na sua organização.

É admitida a possibilidade de o processo de recrutamento ocorrer no seio das várias comendas, embora se saliente que nem todos os freires permanentes nesses núcleos fossem portugueses. É avançada uma estimativa sobre o número de Templários em Portugal, embora não se entenda a oscilação desse número ao longo da tese, havendo imprecisões que merecem revisão. Conjetura-se que o universo dos Templários em Portugal “ultrapassaria largamente os cerca de trezentos e oitenta indivíduos arrolados no presente estudo” (p. 34), embora não se clarifiquem os argumentos que sustentam esta afirmação. O mesmo se pode afirmar em relação ao número “efetivamente alto” (p. 68) de mulheres que solicitavam a entrada na Ordem como confreiras. Na tentativa de apurar a origem socioeconómica dos Templários são usados os topónimos integrados nos seus próprios nomes, “pronunciando ligações às oligarquias dos homens bons dos municípios” (p. 41), embora este elemento constitua um indicador discutível.

Sendo estas questões capitais para o aprofundamento do conhecimento da Ordem do Templo, há questões que merecem discussão. Na tese é demonstrada a

preocupação de referenciar exemplos estrangeiros a par dos provenientes de Portugal, como um meio de contextualização dos dados e como uma oportunidade de evidenciar o domínio sobre a bibliografia disponível. Pese embora esta estratégia beneficiar o trabalho, não fica claro se a Ordem em Portugal assumia comportamentos semelhantes aos que tinha em outras províncias dispersas pela Europa, ou se, pelo contrário, tinha especificidades no que toca a esta matéria. Assumiria um perfil mais português, isto é, apresentar-se-ia mais autónoma em relação às diretrizes do convento central e mais vulnerável às pressões régias e às pressões sociais portuguesas, ou persistia na vontade de ser uma Ordem mais internacional, vendo-se mais como uma extensão em Portugal? Dado o perfil social de boa parte dos freires, estas questões socioeconómicas são bastante complexas e a sua interpretação tem de ter em conta os estudos sobre a história da nobreza, já que a relação com a coroa⁵ e com as dinâmicas sucessórias em vigor em Portugal podem ter condicionado os ingressos na Ordem⁶.

A segunda parte da tese é centrada no património rústico e urbano da Ordem do Templo em Portugal. O grande desafio é o estabelecimento da localização geográfica de alguns desses bens. A opção metodológica consiste na sua apresentação tendo por base a rede das dioceses medievais em território português e, dentro de cada uma delas, o elenco dos concelhos atuais. Os dados são balizados em onze dioceses medievais (Tui, Braga, Porto, Coimbra, Viseu, Lamego, Guarda, Lisboa, Évora, Badajoz e Algarve / Silves), assumindo-se que é hoje possível ter a perceção do que seriam os limites aproximados dessas dioceses antes de 1415, graças ao trabalho de Bernardo Sá Nogueira⁷.

Reconhecendo a fragilidade da organização dos bens templários em dioceses medievais e, dentro de estas, em concelhos atuais, a questão reside em questionar o

⁵ VENTURA, Leontina – *A nobreza de corte de Afonso III*. 2 Vols. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992. Tese de doutoramento.

⁶ PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*. 3 vols. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família e Universidade Moderna, 1999.

⁷ NOGUEIRA, Bernardo de Sá – “O espaço eclesiástico em território português (1096-1415)”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*, vol. I. *Formação e Limites da Cristandade*. Coord. Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp. 142-201.

benefício desta opção para este trabalho de investigação. Os filtros aplicados, com recurso às dioceses e aos concelhos, não distorceram a realidade histórica em estudo? A referência deveria ter sido a área das comendas, pois é a que melhor reflete a estrutura patrimonial da Ordem no tempo em estudo. Se tivesse sido feita a ligação dos vários bens às comendas de que fariam parte integrante, teria sido possível avançar com uma ordem de grandeza entre as áreas das comendas, evidenciando a especificidade que marcava cada uma delas. O habitual exercício cartográfico das sedes das comendas, e não das áreas abrangidas por cada uma delas, é pouco audaz e necessita de ser complementado por contributos historiográficos que ponham em evidência a diversidade entre estes núcleos⁸. Tenho consciência da complexidade deste desafio e, por isso mesmo, sei que não poderia ter sido levado por diante num trabalho de âmbito tão alargado quanto este.

Sobre o património, encontra-se um manancial enorme de informação, de difícil tratamento e enriquecido pelo cruzamento de dados extraídos de várias fontes documentais, entre as quais se incluem as inquirições régias. Na p. 209, é afirmado: “Por uma questão de representação gráfica organizaram-se os bens segundo um conjunto de grandes tipologias”: unidades de exploração rural, terras, edifícios, vilas/aldeias/póvoas/lugares, meios de produção, matas e, por fim, marinhas, o que facilita um conhecimento mais rigoroso dos bens.

Um dos grandes méritos desta tese reside precisamente no esforço de sistematização de todos estes dados, plasmado num conjunto utilíssimo de 18 mapas, 87 quadros e 25 gráficos. Para cada diocese e concelho, são tidas em consideração as mesmas tipologias de propriedade. No total são referidos 401 locais distribuídos por dez dioceses e constata-se que dos 842 prédios elencados, as dioceses de Braga e do Porto tinham o maior número deles (p. 344). Porém, não é dito se estes bens são, ou não, os maiores e os mais rentáveis. Do mesmo modo, não se apura se a distribuição da propriedade, nomeadamente daquela que resultou de doações, reflete o traçado das vias de peregrinação que convergiam para Santiago

⁸ COSTA, Paula Pinto – “As comendas: enquadramentos e aspetos metodológicos”. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média. Militarium Ordinum Analecta* 11 (2009), pp. 9-24. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-11>.

de Compostela ou se tinha uma relação com a implantação senhorial. A mesma incógnita recai sobre a sua eventual relação com as lógicas de proteção militar de algumas passagens cruciais, como a ligação de Coimbra a Lisboa, onde estão documentadas várias propriedades da Ordem do Templo. A propriedade de natureza militar era significativa e também merece aprofundamentos, na medida em que a conquista de um castelo era sinónimo da conquista de um território⁹ e que, em simultâneo, o castelo era um ponto de organização desse mesmo território. Rapidamente deixava de constituir a vanguarda da guerra e passava a fazer parte da construção e governação do território da retaguarda.

Tendo em conta o volume de dados tratados, o autor avança com uma reflexão sugestiva: “Do conjunto das doações feitas aos templários é possível perceber que existiram, ao longo dos cerca de duzentos anos da sua permanência entre nós, três momentos distintos. Um primeiro momento, anterior à conquista das cidades de Santarém e de Lisboa (1147), em que as doações, ocorridas predominantemente a norte da bacia do Mondego, são sobretudo de cariz particular, *pro anima* dos próprios ou dos seus parentes, não sendo, no entanto, de excluir uma ou outra doação régia (ou de familiares próximos do rei), sobretudo, de carácter geoestratégico. Um segundo momento, de consolidação efetivo do espaço entre as regiões de Coimbra e Lisboa, correspondente à parte central do reino, em que as doações assumem um carácter claramente dominial. E, por último, uma terceira fase, correspondente à promessa de doação de D. Afonso Henriques de todas as terras a sul da linha do Tejo. Terras essas que, aparentemente, parecem suscitar pouco interesse à Ordem, provavelmente pelo concurso que neste espaço existia com as demais ordens religiosas militares presentes no território do espaço nacional, também, por estarem conscientes do novo tipo de orografia, da ocupação efetiva do espaço pelas populações (escassez de pessoas) e, sobretudo, do reduzido valor das rendas da dízima e dos padroados que irão obter” (p. 216).

Por fim, na terceira parte da tese, são focados os poderes exercidos pela Ordem do Templo em Portugal. Mais um desafio bastante exigente e que requer a conjugação

⁹ BARROCA, Mário – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. I. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, p. 346.

de todos os elementos anteriormente carreados. Em foco, estão o poder político-administrativo, o militar, o espiritual e os recursos económicos, sem se destacar a inovação da tese nestes domínios. Desde logo, são retomados os forais, vistos como elementos de concessão de autonomia aos concelhos (p. 361), sem ser salientado o seu alcance ao nível do reconhecimento e da legitimidade das comunidades recetoras¹⁰. No que toca ao poder militar, é aceite que a localização dos castelos do Templo reflete a sua função de defesa da fronteira Leste (p. 376). No entanto, a presença de alguns castelos junto à fronteira pode representar uma ameaça pela proximidade com senhorios congéneres em Castela. Por sua vez, a complexa problemática da “guerra justa” na Hispânia, por manifesta falta de tempo, não pôde ser explorada com mais profundidade, ficando por avaliar o peso do carisma da Terra Santa e da Cruzada nas doações em benefício da Ordem. Por sua vez, o poder espiritual é aferido pela rede eclesiástica da Ordem, retomando-se o esquema de organização dos dados em função das dioceses existentes à época, e pelos direitos e privilégios que exercia neste domínio. Por último, a abordagem do poder e dos recursos económicos segue a mesma opção metodológica. Desta feita, as 39 comendas identificadas são integradas na rede diocesana, sem se clarificar a relação entre si, opção que impediu o desenvolvimento da reflexão em torno da rede de comendas. De acordo com a tese, as fontes de rendimento da Ordem do Templo assentavam na economia agropecuária e piscatória, na circulação de pessoas e bens, nos arrendamentos e emprazamentos, nas doações pias, nas tendas urbanas e na atividade bancária, embora esta última pareça configurar uma mera hipótese especulativa, uma vez que não se encontram dados documentados no contexto deste trabalho.

Na sua globalidade, a leitura da tese resulta bastante interessante e suscita reflexões pertinentes no quadro da historiografia atual. Feita a partir de uma documentação de difícil análise e interpretação, muitas vezes escrita em latim e conhecida apenas através de cópias posteriores, e dispersa por vários arquivos, a tese de Rui Nobre tem também uma sólida base de apoio em bibliografia. O elenco destes instrumentos

¹⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz – “Concelhos”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coords) – *Portugal em definição de fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Vol. III. *Nova História de Portugal*. Dir. de J. Serrão e A. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1996, pp. 545-584.

de trabalho apresentado no final necessita de uma revisão, tendente a eliminar o desajuste entre os trabalhos que constam na bibliografia e os que foram referenciados ao longo do texto. Por último, as considerações finais são marcadas pela síntese dos principais dados apresentados ao longo da tese e não por uma reflexão que ensaie uma interpretação mais sistémica dos mesmos. Rica em dados, é uma tese útil no contexto da historiografia sobre a Ordem do Templo em Portugal.

Paula Pinto Costa

Segundo

A dissertação apresentada pelo mestre Rui Manuel Nobre constitui, a meu ver, um excelente trabalho de investigação histórica. Tanto pela eleição de um tema difícil e mal conhecido, apesar do grande interesse que a Ordem do Templo continua a suscitar, como pelo regresso aos arquivos e pelo inventário sistemático da documentação neles conservada. Sem o exprimir de forma inequívoca (p. 25), o candidato tem consciência da importância decisiva deste giro arquivístico, como ora por moda se diz. Mesmo se a pesquisa não foi exaustiva – não considerou os diplomas do arquivo distrital de Braga, nem os da diocese de Badajoz, como há pouco reconheceu –, foi esta opção que lhe permitiu construir um catálogo prosopográfico com cerca de 400 entradas (pp. 69-205), e trazer novidades sobre a origem e a distribuição dos bens da milícia (pp. 206-352), ou sobre os poderes e a influência que esta detinha e exercia dentro e fora do reino (pp. 353-439). Tudo bons motivos para que a sua dissertação tenha a devida atenção.

Não poderei fazer o inventário destes méritos, por serem muitos, mas não posso deixar de recordar os mais importantes. Desde logo, a revisão crítica da lista dos mestres, ora desambiguados e reduzidos a um total de 23 (pp. 51, 69-112), mesmo se há nela aspectos a corrigir e a melhorar. Depois, as novidades sobre a identidade de alguns dos mestres, ou sobre o estatuto e a origem social de 84 comendadores e de 161 cavaleiros, já sem mencionar os muitos freires clérigos e os vários familiares da ordem. Com tudo isso, deu um contributo importante para o conhecimento da sociologia das ordens, atestando, também para o Templo, a importância do recrutamento de freires entre as elites urbanas e concelhias, por vezes com capacidade para disputar o lugar de mestre. Como demonstram os casos de Lourenço Martins e de Vasco Fernandes de Tavira, ambos originários de Santarém. Também documentou a proximidade entre a milícia e as comunidades urbanas e rurais, manifesta através das doações feitas pelos concelhos da Guarda e de Bragança (pp. 214, 236), ou dos legados entregues por uma multiplicidade de camponeses livres, os herdeiros, que arrolou a partir dos registos das inquirições (pp. 207, 215, 218-219). Não queria terminar estas observações iniciais sem sublinhar a justa insistência na dimensão internacional da ordem. É certo que, a meu ver, não se libertou por completo dos discursos que sublinham o carácter nacional

do Templo, ou a relação especial deste com os reis portugueses (pp. 43, 383), mas não só recordou a presença habitual de freires estrangeiros nas comendas do reino, como criticou com inteira razão a tese da precoce nacionalização do Templo (p. 379), defendida, entre outros, por José Valente em 2002¹¹. Foi com satisfação, portanto, que o vi dar a devida atenção ao socorro da Terra Santa (pp. 385-387), matéria tão descuidada pelos investigadores do Templo em Portugal.

Como já se deduz destas observações, a dissertação do candidato organiza-se com um plano muito ambicioso, como se tudo fosse importante e nada quisesse esquecer. Propósito louvável, por certo, do qual se dá testemunho logo de entrada, com o subtítulo do trabalho – *Homens, Património e Poderes* –, mas pergunto-me se terá sido a melhor escolha. Como é natural, o facto obrigou-o a dispersar-se por um infindável conjunto de temas e de problemas, a discutir hipóteses, a verificar e a rever localizações, cronologias e referências, tarefas exigentes e que nem sempre lhe deram o tempo suficiente para aprofundar análises e reflexões. Para pôr em prática aquela dialéctica essencial nos processos de investigação, que vai dos dados à bibliografia e desta de volta àqueles, para assim averiguar o que neles há de particular e de universal e para os inserir em conjuntos mais vastos e significativos. Como pode agora olhar para trás e reflectir no percurso que realizou, pergunto se aquela multiplicidade de temas e de assuntos não prejudicou a unidade e a coerência do seu trabalho, ou mesmo as novidades que este podia trazer. Em particular, daquilo que nele é mais interessante e mais inovador e que respeita, como bem sabe, à composição social da milícia, ao recrutamento dos freires e à estrutura hierárquica do Templo, problemas aos quais voltarei.

Seja como for, quero sublinhar a enorme coragem intelectual que o candidato revela com esta dissertação. O Templo não era, na verdade, um terreno virgem e tinha sido objecto de três teses de doutoramento recentes¹², às quais se juntaria uma síntese

¹¹ VALENTE, José M. – *Soldiers and Settlers*, pp. 116-117, 121-122. Para a crítica destas perspectivas, OLIVEIRA, Luís Filipe – "Uma História às Avessas: A Historiografia do Templo em Portugal". In FERNANDES, Isabel Cristina (ed.) – *Entre Deus e o Rei: O mundo das Ordens Militares*. Palmela: Município de Palmela, 2018, vol. 2, pp. 671-684.

¹² VALENTE, José M. – *Soldiers and Settlers*; SILVA, Luis Ademar da – *Da cruzada à demanda*; FERNANDES, Maria Cristina – *A Ordem do Templo em Portugal*.

sobre a milícia em Portugal, da responsabilidade de Paula Pinto Costa¹³, mas esta já depois de o candidato ter iniciado a sua investigação. Julgo que foi precisa muita coragem para regressar aos arquivos e enfrentar o trabalho feito e as análises e as perspectivas consagradas, que era preciso discutir e avaliar, até para melhor valorizar o trabalho que se empreendia. Não foi esta, porém, a opção de Rui Nobre. Da valia dessas teses e doutras publicações pouco disse, embora não tenha deixado de assinalar a existência de espaço para novos trabalhos, com base em fontes de arquivo e num estudo prosopográfico e patrimonial (p. 25). Mas a elegância com que se distanciou das investigações anteriores teve consequências inevitáveis. Manifestas, desde logo, na recorrente necessidade de apontar em nota as divergências detectadas, mas sem as discutir e sem se pronunciar sobre elas de forma segura e esclarecedora. Sirva de exemplo a fixação do Templo em Braga em data anterior a 1128¹⁴, cronologia que aceita como boa (pp. 30, 230, 405), mas da qual duvida em nota com melhores razões. Tudo isto recomendava, a meu ver, uma maior atenção aos procedimentos da crítica histórica, indispensável para avaliar a conformidade dos diplomas com o tempo e com o espaço e para distinguir os verdadeiros dos falsos. A este propósito, não posso deixar de assinalar o uso de um falso sobre os limites de Soure (pp. 230, 354), já identificado como tal por Rui de Azevedo¹⁵, ou o recurso a bibliografia de divulgação e pouco segura, seja para inventariar bens do Templo no Algarve (p. 341)¹⁶, seja para identificar algumas das fortificações secundárias da Ordem (pp. 375-376)¹⁷, sem que num caso e noutro as observações estejam devidamente apoiadas em diplomas de arquivo.

Se estes lapsos são inevitáveis numa dissertação com esta amplitude e com esta diversidade temática, há outras falhas e omissões mais relevantes, mas que me

¹³ COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra*. Barcarena: Manuscrito, 2019.

¹⁴ COSTA, Paula Pinto – “Templários no condado portugalense antes do reconhecimento formal da ordem: O caso de Braga no início do séc. XII”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, 12 (2013), pp. 231-243. Os diplomas usados neste artigo são cópias tardias e a cronologia de três deles já fora corrigida por VITERBO, Fr. Joaquim – *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, ed. de Mário Fiúza., 2 vols. Lisboa: Livraria Civilização, 1965-1966, s.v. “Tempreiros”, pp. 585, 588.

¹⁵ *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, ed. de Rui de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958, vol. I, t. I, n.º 80.

¹⁶ Com recurso a LOPES, João Baptista da Silva – *Memórias para a História Ecclesiastica do Bispado do Algarve*. Lisboa: Academia das Ciências, 1848, pp. 301-302.

¹⁷ A partir de ALMEIDA, João – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*. 3 vols. Lisboa: Edição do Autor, 1945-1948.

parecem ter origem na mesma dispersão e na falta de tempo que ela certamente provocou. Não creio que hoje se possa datar de 1128 o concílio de Troyes, nem vacilar quanto à data de fundação do Templo (pp. 28-29, 404), depois dos trabalhos fundamentais de Rudolf Hiestand e de Simonetta Cerrini¹⁸, ambos comodamente resumidos por Alain Demurger em livro de 2005 que cita na bibliografia¹⁹. Também não me parece que se possam analisar os ofícios do convento central e a estrutura hierárquica da milícia sem consultar os trabalhos de Jochen Burgtorf e de Jonathan Riley-Smith²⁰. Ou examinar os laços de familiaridade e de confraternidade sem ter em conta os estudos de Francesco Tommasi, de Jochen Schenk e de Carlos de Ayala Martínez²¹, ou, já agora, as observações que apresentei numa publicação sobre as inquirições medievais e que menciona na sua bibliografia²². Por outro lado, a regra do Templo, que cita a partir de duas edições distintas, a de Pinharanda Gomes e a de Judith Upton-Ward²³, sem nunca recorrer à edição mais antiga de Henri De Curzon²⁴ – e dir-me-á porquê –, merecia uma maior atenção. Tanto para evitar uma que outra afirmação mais apressada, sobre o facto de a regra não proibir a posse de bens e de os sergentes não tomarem votos, ou sobre o facto de os seus artigos não aludirem ao “ato de matar outro ser humano” (pp. 56, 63, 364), embora a pobreza duns e a profissão dos outros estejam consignadas, assim como a aptidão de os freires

¹⁸ HIESTAND, Rudolf – “Kardinal-Bischof Matthäus von Albano, das Konzil von Troyes und die Entstehung des Templerordens”. *Zeitschrift für Kirchengeschichte* 99 (1988), pp. 295-323; CERRINI, Simonetta – *La révolution des Templiers. Une histoire perdue du XII^e siècle*. Paris, Perrin, 2007, pp. 100-e ss.

¹⁹ DEMURGER, Alain – *Les Templiers. Une Chevalerie Chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2005, pp. 27-29, 95-97.

²⁰ BURGTORF, Jochen – *The Central Convent of Hospitallers and Templars. History, Organization, and Personnel (1099/1120-1310)*. Leiden: Brill, 2008; RILEY-SMITH, Jonathan – *Templars, Hospitallers and Professed Religious in the Holy Land*. Notre Dame: University of Notre Dame, 2010, pp. 49-65.

²¹ TOMMASI, Francesco – “Men and Women of the Hospitaller, Templar and Teutonic Orders: Twelfth to Fourteenth Centuries”. In LUTTRELL, Anthony; NICHOLSON, Helen (eds.) – *Hospitaller Women in the Middle Ages*. Aldershot: Ashgate, 2006, pp. 71-88; SCHENK, Jochen – *Templar Families. Landowning Families and the Order of the Temple in France, c. 1120-1307*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, pp. 45-74; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Formas de asociación laical en las órdenes militares hispánicas. Reinos de Castilla y León (siglos XII y XIII)”. In JOSSEAND, Ph.; OLIVEIRA, L. F.; CARRAZ, D.(eds.) – *Élites et Ordres Militaires au Moyen Âge. Rencontre autour d’Alain Demurger*. Madrid: Casa de Velázquez, 2015, pp. 111-124.

²² OLIVEIRA, Luís Filipe – “Do património aos familiares: As ordens militares nas inquirições de 1220”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís (eds.) – *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV)*. Tributo a Luís Krus. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2015, pp. 211-223.

²³ *A Regra primitiva dos cavaleiros templários*, ed. de Pinharanda Gomes. Lisboa: Hugin Editores, 1999; *The Rule of the Templars. The French Text of the Rule of the Order of the Knights Templar*, ed. de J. Upton-Ward. Woodbridge: Boydell, 2005.

²⁴ *La Règle du Temple*, éd. de Henri De Cruzon. Paris: Librairie Renouard, 1886.

matarem sem pecado os inimigos da fé²⁵, sem a qual não se entenderia, aliás, a imagem do templário como um *malicida* consagrada por S. Bernardo²⁶. Como, ainda, para esclarecer melhor o estatuto dos sergentes e dos *frater conjugati*, ou até das freiras do Templo, já que os primeiros eram distintos dos homens e dos criados dos freires que arrolou (pp.183-184) e entre os segundos não se incluíam aqueles que resolviam os casamentos para professor. Era esse o caso de Estêvão Peres Espinhel e de Fernando Gonçalves, os quais, ao contrário do que indicou (pp. 32, 42, 62), não devem ser categorizados como *frater conjugati*, mas incluídos entre os freires professos, uma vez que ambos tomaram votos com o consentimento das mulheres respectivas.

Nada disto seria muito preocupante, nem muito significativo – e isto, claro, é fruto do tamanho do seu objecto e da falta de tempo –, se não tivesse produzido resultados que julgo menos conseguidos, em particular no que respeita à análise e à caracterização do universo humano da milícia. Se nada tenho a dizer do modo seguro como estimou a dimensão demográfica da milícia – uma média de 71 freires por geração, calculada com base nos dados para o século XIII –, as suas análises dos processos de recrutamento dos freires e das origens sociais destes pareceram-me demasiado rápidas. Não teve em conta um artigo fundamental de Alan Forey sobre o recrutamento dos freires²⁷ e pouco se demorou sobre as diferentes formas de entrada na milícia – tradição familiar, vocação pessoal, colocação de filhos-segundos, profissões tardias, proximidade social, vizinhança, etc –, ou sobre o peso relativo de cada uma delas. Mas, sobretudo, não aproveitou da melhor forma os muitos dados que coligiu no seu catálogo prosopográfico. Se aceitou o recrutamento de freires tanto entre os fidalgos do reino como entre as famílias dos concelhos e das cidades, não procurou avaliar a importância de cada um deles no seio da milícia, quer entre os mestres, quer entre os comendadores, quer, ainda, entre os restantes freires. Se os mestres e os comendadores eram sempre de origem social mais elevada, como parece disposto a acreditar (p. 42), mal se compreende que não tenha

²⁵ *La Règle du Temple*, éd. Curzon, n.º 57 (matar sem pecado), n.º 68 e 662 (profissão dos sergentes); *The Rule of the Templars*, ed. Upton-Ward, n.º 57, n.º 68 e 662.

²⁶ Entre outros, CERRINI, Simonetta – *La révolution des Templiers*, p. 98.

²⁷ FOREY, Alan – “Recruitment to the Military Orders (twelfth to mid-fourteenth centuries)”. *Viator*, 17 (1986), pp. 139-171.

mobilizado os dados que suportam semelhante afirmação. Quase outro tanto se podia dizer dos estrangeiros, cuja presença considera habitual, embora pudesse ter apresentado dados mais concretos, ou feito pelo menos algumas contagens a partir dos elementos apresentados no seu catálogo prosopográfico.

Termino com duas notas mais breves. Uma sobre alguma imprecisão conceptual que se observa quando parece confundir os mandatos dos comendadores com os préstamos que a ordem fazia aos seus benfeitores (pp. 55, 57), ou quando usa o termo convento quase como sinónimo de comenda (p. 55), embora o termo se deva reservar para o convento central, ou provincial, ou, no limite, para uma comenda com uma comunidade mais numerosa e mais estruturada. A segunda nota apenas para lamentar que pouco se tenha interessado pela estrutura provincial do Templo, que reunia os reinos de Portugal, de Castela e de Leão desde o último terço do século XII²⁸, realidade que não ignora, mas que não valorizou. Os efeitos práticos dessa organização supranacional da Ordem não podem ser esquecidos e merecem a devida atenção num trabalho futuro, até porque mais de metade dos mestres documentados entre 1213 e 1287, segundo os seus próprios dados (p. 53), exercia jurisdição simultânea sobre os três reinos peninsulares, quer dizer, em Portugal, em Castela e em Leão.

Nada do que trago lhe é, portanto, estranho, nem inteiramente desconhecido. As observações e os comentários que aqui deixo mais não são, na verdade, do que o fruto de um diálogo silencioso, mas atento e muito interessado, que fui fazendo consigo, com as suas análises, dúvidas e perspectivas. Espero poder continuá-lo de outras formas, certo de que só os trabalhos de qualidade merecem a justiça de serem lidos, discutidos e criticados. Essa é, creia, a melhor homenagem que lhes fazemos.

Luís Filipe Oliveira

²⁸ Para a menção da província nos estatutos hierárquicos, *La Règle du Temple*, éd. Curzon, n.º 87; *The Rule of the Templars*, ed. Upton-Ward, n.º 87. Para a organização das províncias, DEMURGER, Alain – *Les Templiers*, pp. 147-153.

Terceiro

A Ordem do Templo em Portugal é tema de um velho debate. Foi com esta expressão que intitulei um recente artigo na *Medievalista*, no qual reflectia sobre a ligação do Templo português ao Oriente Latino, a propósito da publicação de um novo documento conservado no *Archivo de la Corona de Aragón*, em Barcelona²⁹. As publicações sobre a Ordem do Templo são consideráveis. Por isso, afigura-se talvez surpreendente que Rui Manuel Figueiredo Nobre, agora doutor pela Universidade de Coimbra, tivesse escolhido esse objecto como tema da sua tese³⁰, a qual tenho a honra de aqui discutir em conjunto com Paula Pinto Costa e com Luís Filipe Oliveira. Decisão surpreendente, dizia, se não se soubesse – o que muitos ainda recusam ver – que diversos aspectos da história do Templo em Portugal têm que ser renovados por completo, como o sentiu perfeitamente o orientador deste trabalho, Saul António Gomes, sem dúvida o investigador mais consistente sobre estas matérias no seu país³¹.

A minha experiência de júris de doutoramento em Portugal é muito reduzida. Só com dificuldade poderia ser menor, à excepção de algum jovem doutorado. Até agora, apenas participei numa defesa de tese, a de Luís Filipe Oliveira, com quem hoje partilho a redacção destas observações. Foi em Faro, na Primavera de 2007, na Universidade do Algarve³². Em quinze anos, as práticas universitárias mudaram certamente muito em Portugal e ter-se-ão tornado mais complicadas e administrativamente mais pesadas, a julgar, ao menos, pelo caso francês. Por isso, peço desculpa àquelas e àqueles que aqui me leem por não dominar bem as regras e os costumes dos júris de doutoramento. Espero que a minha perspectiva exterior – ou mesmo um tanto estrangeira – possa valorizar a dissertação que tive o prazer

²⁹ JOSSERAND, Philippe – “Le Temple, le Portugal et l’Orient latin : un nouveau document pour un vieux débat”. *Medievalista* [Em linha] 30 (2021), pp. 91-117. [Consultado a 3 Fevereiro 2022]. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/431>. DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.4509>.

³⁰ NOBRE, Rui Manuel Figueiredo – *A Ordem do Templo em Portugal*. A dissertação foi entregue em Julho de 2021.

³¹ Entre os seus trabalhos, mencionem-se os mais recentes: GOMES, Saul António – “A Extinção da Ordem do Templo”, pp. 75-116; GOMES, Saul António – “D. Gualdim Pais”, pp. 11-23.

³² OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Faro: Universidade do Algarve, 2009.

de descobrir, de ler e de avaliar, sabendo que, graças à amável assistência linguística de Luís Filipe Oliveira, estou pelo menos seguro que todos me compreenderão. Quando comecei a carreira de professor na Universidade de Nantes, em 2000, depois de três anos passados em Madrid para concluir a minha tese³³, recordo bem que o Templo era o parente mais pobre da historiografia das ordens religiosos-militares na Península Ibérica, apesar da profunda renovação que este campo de estudos conheceu no final do século XX³⁴. Com exceção da coroa catalã-aragonesa³⁵, nenhuma tese tinha tomado a ordem como objeto de estudo. Se esta observação, que não era mais que um lamento, continua válida para Castela e Leão³⁶, a situação em Portugal alterou-se por completo. Nos primeiros anos deste novo milénio, três doutorandos estudaram os Templários do Reino, em paralelo e em curta sucessão: um primeiro, em 2002, nos Estados Unidos, um segundo, em 2008, no Brasil, e um último, em 2009, em Portugal, na Universidade do Porto³⁷. A partir destas bases, apareceu mesmo uma síntese recente³⁸. No entanto, a quantidade não é tudo, e muitas questões ficaram por responder.

O mérito de Rui Manuel Figueiredo Nobre foi o de ter retomado este assunto nos anos de 2010, regressando às fontes e oferecendo-nos hoje, em quase 500 páginas, uma visão da Ordem do Templo, a qual, não sendo sempre equilibrada – voltarei a isto – é a mais completa, a mais segura e a mais abrangente que temos. O título da tese é de uma clareza lapidar, “A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes”. Se ele evoca muito bem o projeto holístico do candidato, cuja

³³ JOSSERAND, Philippe – *Église et pouvoir dans la péninsule Ibérique. Les ordres militaires dans le royaume de Castille (1252-1369)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2004.

³⁴ AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; BARQUERO GOÑI, Carlos – “Historiografía hispánica y órdenes militares en la Edad Media, 1993-2003”. *Medievalismo. Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales* 12 (2002), em particular p. 116-118, ainda que discorde dos Autores quando estes afirmam que “*es la del Temple la orden militar ‘internacional’ a la que quizá se ha prestado una mayor atención historiográfica en la Península Ibérica durante los últimos diez años*”.

³⁵ FOREY, Alan – *The Templars in the Corona de Aragón*. Oxford: Oxford University Press, 1973.

³⁶ JOSSERAND, Philippe – “Editing Templar charters in the Iberian Peninsula at the beginning of the twenty-first century”. In BORCHARDT, Karl, et al. (coords.) – *The Templars and their Sources*. Londres–New York: Routledge, 2017 (Crusades – Subsidia 10), pp. 96-105, em particular pp. 97-98. Temos agora uma exceção graças a BOUZÓN CUSTODIO, Almudena – *La Orden del Temple en el reino de Galicia en la Edad Media*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2021. Tese de doutoramento.

³⁷ VALENTE, José M. – *Soldiers and Settlers*; SILVA, Luis Ademir da – *Da cruzada à demanda*; FERNANDES, Maria Cristina – *A Ordem do Templo em Portugal*.

³⁸ COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal*.

experiência de pesquisa e de ensino é rica e longa, também apresenta ao leitor, sem surpresa, as três partes que compõem o estudo, uma primeira dedicada aos homens (pp. 28-205), uma segunda ao património (pp. 206-358) e uma terceira aos poderes (pp. 353-439).

A ambição do projeto é considerável e, graças a uma passagem breve no início da introdução, creio ter percebido que esta foi a causa da dificuldade encontrada pelo novo doutor para terminar a dissertação. Devemos felicitar Rui Manuel Figueiredo Nobre por ter mantido o rumo e por ter concluído a obra, cuja leitura permite que os especialistas do Templo e das ordens militares compreendam o que ele traz de novo, por vezes através de breves notas, discretas, mas seguras e eficazes. Os três doutoramentos defendidos sobre o Templo em Portugal neste milénio apresentam – como se sabe – falhas significativas³⁹. Rui Manuel Figueiredo Nobre, que teve a elegância de não o dizer, embora o facto lhe causasse alguns embaraços, sabe-o melhor do que ninguém. Ele teve que rever muitos factos e teve que o fazer muitas vezes, quase sempre para melhor destacar a força e a originalidade das suas observações. Mas pergunto-me se não deveria ter-se apoiado mais – mesmo que isso significasse retificar e corrigir – nas duas teses que cita como fundamentais, quer dizer, na de Maria Cristina Fernandes, útil para questões patrimoniais, e na de José M. Valente, adequada – em parte, pelo menos – para perspectivar os poderes e a relação entre a coroa e a ordem. A opção teria permitido que se concentrasse sobretudo – e talvez até de forma exclusiva – na parte relativa aos homens, aos freires do Templo e àqueles que com eles se relacionavam. Pela sua amplitude e pela sua novidade, esta notável, rica e corajosa prosopografia (pp. 70-203) poderia constituir, para mim, uma tese totalmente autónoma. A esse propósito, recordo a extrema qualidade, verdadeiramente modelar, da dissertação que Luís Filipe Oliveira apresentou em provas de doutoramento, dedicada aos freires de Avis e de Santiago nos séculos XIV e XV⁴⁰.

³⁹ OLIVEIRA, Luís Filipe – “The Military Orders in the Twelfth-Fourteenth Centuries” In MATTOSO, José (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 432-433; JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers*. Paris: Les Belles Lettres, 2019, pp. 174-175.

⁴⁰ OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores*.

Se, em seguida, me concentrarei principalmente na primeira parte, não é que as outras duas me sejam indiferentes. A segunda, em particular, com as suas tabelas, mapas e histogramas, impressiona em particular o pobre técnico que eu sou. Mesmo a terceira, mais esperada, contém bons elementos, como na página 381, onde se destaca que a ação militar templária em Portugal, até meados da década de 1140, foi feita sobretudo de insucessos. Sabe-se que os inícios na Terra Santa não foram diferentes⁴¹ e, se não é possível tratar o Templo em Portugal sem evocar a fronteira da Reconquista, Rui Manuel Figueiredo Nobre preocupou-se em mostrar com precisão que o património da ordem estava mais a norte, mas que as missões desta – com bem maior frequência do que se crê – obrigavam os freires a voltarem-se para o Oriente, para garantir esse *succursum* da Terra Santa subestimado pela historiografia peninsular⁴², ao qual, aqui, se presta real atenção, inclusive fora dos desenvolvimentos específicos da terceira parte (pp. 385-387).

Para mim, o recenseamento de todos os Templários atestados em Portugal é o que mais impressiona e o que suscita verdadeira admiração. A maioria deles viveu no século XIII. Em termos quantitativos, a proporção com o século anterior é de um para quatro. Há, é certo, um condicionamento documental que não escapou ao autor, mas este tem razão em extrair daí elementos decisivos sobre o peso e o papel da ordem, para lá dos quais, a título pessoal, eu teria reflectido sobre a imagem social que os freires projectavam. Fica-se surpreendido pela quantidade de cavaleiros identificados. Fica igualmente estabelecido o princípio da rotatividade dos cargos de comendador (p. 60), que indiquei há mais de vinte anos⁴³, mas também a inexistência de nomeações vitalícias, salvo o exemplo muito particular do antigo mestre provincial Paio Gomes Barreto (p. 57), ou mesmo aquele outro caso, também discretamente assinalado, em que se faz uma doação ao Templo com a intenção explícita de nele entrar (p. 56). Para além dos cavaleiros, estuda-se todo o "povo

⁴¹ DEMURGER, Alain – *Les Templiers*, pp. 194-196.

⁴² JOSSERAND, Philippe – “Le Temple, le Portugal et l’Orient latin”, pp. 91-117.

⁴³ JOSSERAND, Philippe – “La figure du commandeur dans les prieurés castillans et léonais du Temple et de l’Hôpital: une approche prosopographique (fin du XII^e-milieu du XIV^e siècle)”. In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Ordens Militares. Guerra*, vol. I, pp. 149-178, em particular pp. 158-160 e 173-176; JOSSERAND, Philippe – *Église et pouvoir*, pp. 331-339.

templário", para usar a expressão feliz de Alain Demurger⁴⁴, os sargentos, claro, um pouco rapidamente identificados na minha opinião com os "homens do Templo", mas também os clérigos, estes com uma missão espiritual, amplamente descrita na terceira parte (pp. 388-412), permitindo que a ordem atraísse confrades e donados, os quais, uma outra vez, sem dúvida, conviria ter caracterizado com maior cuidado, não falando dos *militēs ad terminum*, ausentes em Portugal, e analisando mais de perto os *fratres conjugati* e as suas esposas, algumas delas por certo congreiras.

Afastada da base, porém, é a própria hierarquia do Templo em Portugal que a tese de Rui Manuel Figueiredo Nobre esclarece com maior proveito. As tabelas cronológicas dos mestres provinciais e dos comendadores-mores, nem sempre fáceis de distinguir, são muito valiosas e serão úteis por muito tempo (pp. 51, 53-54). Construídas com critérios documentais muito seguros, iluminam uma infinidade de caminhos – inclusive quando pensávamos conhecê-los – e, ainda que possamos acrescentar ou retificar pormenores – se, claro, continuarmos a trabalhar nisso – constituem uma proeza significativa, nunca tentada por quem se interessa pelo Templo em Portugal⁴⁵. Por isso mesmo, talvez seja indelicado recordar, por exemplo, que Lourenço Martins, dado pela primeira vez como mestre entre 1279 e 1283, surge apenas documentado como lugar-tenente (*tenens locum magistri*) em 1282⁴⁶. Do meu ponto de vista, há pouca necessidade de insistir nestas correções e prefiro sublinhar, quer no que respeita a este dignitário que conheço bem, quer quanto a Hugo Martonio, originário, ao que parece, do meu querido Angoumois, quer quanto a tantos outros dos seus companheiros, quão preciosa é esta dissertação. Além do contributo prosopográfico, a história social não foi de todo esquecida e, em termos de recrutamento, a origem dos Templários interessa tanto à nobreza, com os Ramirões, como às elites urbanas (pp. 40-44), nomeadamente as de Santarém, donde é oriundo o último mestre provincial, Vasco Fernandes de Tavra, a quem se dá o nome completo (pp. 109-112), tal como o cavaleiro João Esteves Barreto (pp. 160-161).

⁴⁴ DEMURGER, Alain – “Éléments pour une prosopographie du ‘peuple templier’. La comparution des Templiers devant la commission pontificale de Paris (février-mai 1310)”. In JOSSERAND, Ph.; OLIVEIRA, L. F.; CARRAZ, D. (eds.) – *Élites et Ordres Militaires*, pp. 17-36.

⁴⁵ COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal*, pp. 145-146, tabela 2, propôs, contudo, uma primeira abordagem crítica dos “mestres da ordem do Templo em Portugal”.

⁴⁶ Archivo de la Corona de Aragón, Cancillería, Pedro II, perg. 292; publicado in JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay*, pp. 451-453, doc. 3.

Todos os trabalhos, claro, mesmo de qualidade, podem suscitar críticas e reservas. Na bibliografia, notei algumas lacunas e, para dar apenas um exemplo, não creio que ainda se possa hesitar sobre a data do Concílio de Troyes, 1128 ou 1129 (p. 29), depois de Rudolf Hiestand⁴⁷, seguido por Simonetta Cerrini⁴⁸, ambos esquecidos pelo autor, terem certificado o último daqueles anos. Na expressão escrita, ainda que cuidada, algumas palavras são problemáticas, em particular “convento”, utilizado na página 62 e noutras passagens, como sinónimo de comenda. As fontes atestam esse uso? Penso que não, e o recurso a este termo, embora aceite por Alan Forey⁴⁹, parece-me abusivo. No Templo de finais do século XIII, o “convento” era sobretudo a sede central no Oriente⁵⁰. Este último – como disse – tinha laços bem mais intensos com a província de Portugal do que habitualmente se admite. Rui Manuel Figueiredo Nobre sabe isso, mas não foi claro e ficou como que ao meio da praia, ao escrever, na página 43, que “a Ordem em Portugal assumiu formas nacionalizantes, não deixando de ser internacional”.

Ainda que mal documentada, a dimensão internacional é matricial e sobrepõe-se a qualquer outra. Em 2005, na sua tese que não é citada, Pierre-Vincent Claverie tinha assinalado “a posição vantajosa que Portugal ocupava entre as nações secundárias da ordem”⁵¹. Como prova mencionou três cavaleiros templários, Estêvão, João e Lourenço, interrogados em Chipre em 1311 e recebidos em Tomar ou em Ançã na década de 1290. Revisitei ora estes processos-verbais, publicados pelo historiador alemão de finais do século XIX, Konrad Schottmüller⁵², o que já devia ter sido feito, e verifiquei que são neles mencionados cerca de dez freires, incluindo um certo Galcerán, “*preceptor dicti ordinis in regno Portugalie*”, provavelmente catalão e, sem dúvida,

⁴⁷ HIESTAND, Rudolf – “Kardinal-Bischof Matthäus von Albano”, pp. 295-323.

⁴⁸ CERRINI, Simonetta – *La révolution des Templiers*, em particular pp. 100-119.

⁴⁹ FOREY, Alan – *The Military Orders from the Twelfth to the Early Fourteenth Centuries*, Londres, Macmillan, 1992, em particular p. 188-203; FOREY, Alan – “Aspects of Templar Conventual Life in Western Europe circa 1250-1307”. *Revue Mabillon* 31 (2020), p. 29-80.

⁵⁰ JOSSERAND, Philippe – “Couvent”. In JOSSERAND, Philippe; BÉRIOU, Nicole (coords.) – *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009, pp. 266-267; JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay*, em particular pp. 190-192.

⁵¹ CLAVERIE, Pierre-Vincent – *L'ordre du Temple en Terre sainte et à Chypre au XIII^e siècle*. Nicosie: Centre de Recherche Scientifique, 3 vols, 2005, t. 1, p. 208.

⁵² SCHOTTMÜLLER, Konrad – *Der Untergang des Templer-Ordens mit urkundlichen und kritischen Beiträgen*. Berlin: Ernst Siegfried Mittler und Sohn, 2 vols., 1887, t. 2, pp. 170-171, 173-174, 204-205.

outro comendador-mor, um porta-estandarte e aquele Estêvão Lourenço (p. 123) cuja ficha poderá ser completada com estes novos dados. E há outras pistas que podem ser exploradas para identificar freires portugueses fora da sua província. Haveria que aludir a André Matias, a quem o papa Nicolau IV escreveu em 1291 na qualidade de substituto do defunto grão-mestre Guillaume de Beaujeu⁵³? Neste contexto, teria sido útil recordar que, em 1307, os freires portugueses se dirigiram a Jacques de Molay e a Pere de Santjust⁵⁴ e, da mesma forma que o futuro mestre provincial Afonso Gomes permaneceu na Terra Santa, onde conheceu o grão-mestre Thomas Bérard⁵⁵, poder-se-ia pensar que o clérigo João Jordão, de quem se fala na página 188, deve o seu cognome a uma passagem pelo Oriente.

O *succursum* da Terra Santa merecia sem dúvida melhor, mas pelo menos o assunto foi discutido e, tendo em vista uma publicação que julgo desejável – pelo menos em parte –, talvez seja esta a secção do texto que mereça ser mais trabalhada. A partir de uma estadia arquivística em Barcelona e, em todo o caso, de uma melhor consideração da documentação geral da ordem, dos atos da chancelaria pontifícia e de tudo o que se pode encontrar em Castela, a começar pelos interrogatórios de Medina del Campo de 1310, sem esquecer os de Ourense⁵⁶, reconhecidamente problemáticos, mas que podem trazer dados respeitantes a Portugal. Nada disto é mais do que um lamento doce e brando, próprio de um estrangeiro sempre ansioso por alargar as perspectivas, e, em todo caso, não pode nem deve ocultar as diversas qualidades desta bela e original obra, a qual, a partir de agora, melhora a nossa compreensão da Ordem do Templo em Portugal.

Philippe Josserand

⁵³ LANGLOIS, Ernest – *Les Registres de Nicolas IV. Recueil des bulles de ce pape publiées ou analysées d'après les manuscrits originaux des Archives du Vatican*. Paris: Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome, 2 vols., 1886-1893, t. 2, p. 778, doc. 5763.

⁵⁴ NOGUEIRA, Bernardo de Sá – *O Livro das Lezírias d'el-rei dom Dinis*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, p. 235, doc. 73, pp. 241-242, doc. 74; FINKE, Heinrich – *Papsttum und Untergang des Templerordens*. Münster: Aschendorff, 2 vols., 1907, t. 2, p. 37, doc. 24.

⁵⁵ DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Documents concernant les Templiers extraits des archives de Malte*. Paris: Plon, 1882, pp. 26-30, doc. 19.

⁵⁶ JOSSERAND, Philippe – “Troubles and Tensions before the Trial: the Last Years of the Castilian Templar Province”. In EDBURY, Peter (coord.) – *The Military Orders. Vol. 5. Politics and Power*. Farnham: Ashgate, 2012, pp. 365-366.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes impressas

DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Documents concernant les Templiers extraits des archives de Malte*. Paris: Plon, 1882.

Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios, ed. de Rui de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958.

FINKE, Heinrich – *Papsttum und Untergang des Templerordens*. 2 vols., Münster: Aschendorff, 1907.

LANGLOIS, Ernest – *Les Registres de Nicolas IV. Recueil des bulles de ce pape publiées ou analysées d'après les manuscrits originaux des Archives du Vatican*. 2 vols., Paris: Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome, 1886-1893.

NOGUEIRA, Bernardo de Sá – *O Livro das Lezírias d'el-rei dom Dinis*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

Régle (La) du Temple, éd. de Henri de Cruzon. Paris: Librairie Renouard, 1886.

Regra (A) primitiva dos cavaleiros templários, ed. de Pinharanda Gomes. Lisboa: Hugin Editores, 1999.

Rule (The) of the Templars. The French Text of the Rule of the Order of the Knights Templar, ed. de J. Upton -Ward. Woodbridge: Boydell, 2005.

SCHOTTMÜLLER, Konrad – *Der Untergang des Templer-Ordens mit urkundlichen und kritischen Beiträgen*. 2 vols, Berlin: Ernst Siegfried Mittler und Sohn., 1887.

VITERBO, Fr. Joaquim – *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, ed. de Mário Fiúza. 2 vols., Lisboa: Livraria Civilização, 1965-1966.

Estudos / Studies

ALMEIDA, João – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*. 3 vols. Lisboa: Edição do Autor, 1945-1948.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Formas de asociación laical en las órdenes militares hispánicas. Reinos de Castilla y León (siglos XII y XIII)”. In JOSSE RAND, Ph.; OLIVEIRA, L. F.; CARRAZ, D. (eds.) – *Élites et Ordres Militaires au Moyen Âge. Rencontre autour d'Alain Demurger*. Madrid: Casa de Velázquez, 2015, pp. 111-124.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; BARQUERO GOÑI, Carlos – “Historiografía hispánica y órdenes militares en la Edad Media, 1993-2003”. *Medievalismo. Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales* 12 (2002), pp. 101-161.

BARROCA, Mário – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 3 vols. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

BURGTORF, Jochen – *The Central Convent of Hospitallers and Templars. History, Organization, and Personnel (1099/1120-1310)*. Leiden: Brill, 2008.

BOUZÓN CUSTODIO, Almudena – *La Orden del Temple en el reino de Galicia en la Edad Media*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2021. Tese de doutoramento.

CERRINI, Simonetta – *La révolution des Templiers. Une histoire perdue du XII^e siècle*. Paris, Perrin, 2007.

CLAVERIE, Pierre-Vincent – *L'ordre du Temple em Terre sainte et à Chypre au XIII^e siècle*. 3 vols. Nicosie: Centre de Recherche Scientifique, 2005.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Concelhos”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coords.) – *Portugal em definição de fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Vol. III. *Nova História de Portugal*. Dir. de J. Serrão e A. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1996, pp. 545-584.

COSTA, Paula Pinto – “As comendas: enquadramentos e aspetos metodológicos”. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média. Militarium Ordinum Analecta*. 11 (2009), pp. 9-24. Disponível em: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-11>

COSTA, Paula Pinto – “Templários no condado portucalense antes do reconhecimento formal da ordem: O caso de Braga no início do séc. XII”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património* 12 (2013), pp. 231-243.

COSTA, Paula Pinto – *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra*. Barcarena: Manuscrito, 2019.

DEMURGER, Alain – *Les Templiers. Une Chevalerie Chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2005.

DEMURGER, Alain – “Éléments pour une prosopographie du ‘peuple templier’. La comparution des Templiers devant la commission pontificale de Paris (février-mai 1310)”. In JOSSEAND, Ph.; OLIVEIRA, L. F.; CARRAZ, D. (eds.) – *Élites et Ordres Militaires au Moyen Âge. Rencontre autour d’Alain Demurger*. Madrid: Casa de Velázquez, 2015, pp. 17-36.

FERNANDES, Maria Cristina – *A Ordem do Templo em Portugal das origens à extinção*. Porto: Universidade do Porto, 2009. Tese de doutoramento.

FOREY, Alan – *The Templars in the Corona de Aragón*. Oxford: Oxford University Press, 1973.

FOREY, Alan – “Recruitment to the Military Orders (twelfth to mid-fourteenth centuries)”. *Viator* 17 (1986), pp. 139-171.

FOREY, Alan – *The Military Orders from the Twelfth to the Early Fourteenth Centuries*, Londres, Macmillan, 1992.

FOREY, Alan – “Aspects of Templar Conventual Life in Western Europe *circa* 1250-1307”. *Revue Mabillon* 31 (2020), p. 29-80.

GOMES, Saul António – “A presença das ordens militares na região de Leiria (séculos XII-XV)”. In FERNANDES, Isabel Cristina; PACHECO, Paulo (coords.) – *As ordens militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Colibri / C. M. Palmela 1992, pp. 143-204.

GOMES, Saul António – “As ordens militares e Coimbra medieval: tópicos e documentos para um estudo”. In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Colibri / C. M. Palmela, 1999, vol. II, pp. 43-72

GOMES, Saul António – “Observações em torno da chancelaria da Ordem do Templo em Portugal”. In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Colibri / C. M. Palmela, 2005, pp. 121-139.

GOMES, Saul António – “A Extinção da Ordem do Templo em Portugal”. *Revista da História da Sociedade e da Cultura* 11 (2011), pp. 75-116.

GOMES, Saul António – “D. Gualdim Pais (c. 1118/20-1195)”. *População e Sociedade* 23 (2015), pp. 11-23.

HIESTAND, Rudolf – “Kardinal-Bischof Matthäus von Albano, das Konzil von Troyes und die Entstehung des Templerordens”. *Zeitschrift für Kirchengeschichte* 99 (1988), pp. 295-323.

JOSSERAND, Philippe – “La figure du commandeur dans les prieurés castillans et léonais du Temple et de l’Hôpital : une approche prosopographique (fin du XII^e-milieu du XIV^e siècle)”. In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Colibri / C. M. Palmela, 1999, vol. I, pp. 149-178.

JOSSERAND, Philippe – *Église et pouvoir dans la péninsule Ibérique. Les ordres militaires dans le royaume de Castille (1252-1369)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2004.

JOSSERAND, Philippe – “Couvent”. In JOSSERAND, Philippe; BÉRIOU, Nicole (coords.) – *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009, pp. 266-267.

JOSSERAND, Philippe – “Troubles and Tensions before the Trial: the Last Years of the Castilian Templar Province”. In EDBURY, Peter (coord.) – *The Military Orders*. Vol. 5. *Politics and Power*. Farnham: Ashgate, 2012, pp. 365-366.

JOSSERAND, Philippe – “Editing Templar charters in the Iberian Peninsula at the beginning of the twenty-first century”. In BORCHARDT, Karl, *et al.* (coord.) – *The*

Templars and their Sources. Londres–New York: Routledge, 2017 (Crusades – Subsidia 10), pp. 96-105.

JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers*. Paris: Les Belles Lettres, 2019.

JOSSERAND, Philippe – “Le Temple, le Portugal et l’Orient latin : un nouveau document pour un vieux débat”. *Medievalista* [Em linha] 30 (2021), pp. 91-117. [Consultado a 3 Fevereiro 2022]. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/431>. DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.4509>.

LENCART, Joana – *Pedro Álvares Seco. A retroprojeção da Ordem de Cristo no século XVI*. Porto: Universidade do Porto, 2018. Tese de doutoramento.

LOPES, João Baptista da Silva – *Memórias para a História Ecclesiastica do Bispado do Algarve*. Lisboa: Academia das Ciências, 1848.

NOBRE, Rui Manuel Figueiredo – *A Ordem do Templo em Portugal: Homens, Património e Poderes*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021. Tese de doutoramento.

NOGUEIRA, Bernardo de Sá – “O espaço eclesiástico em território português (1096-1415)”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*, vol. I. *Formação e Limites da Cristandade*. Coord. Ana Maria Jorge e Ana Maria Rodrigues. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp. 142-201.

OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Faro: Universidade do Algarve, 2009.

OLIVEIRA, Luís Filipe – “The Military Orders in the Twelfth-Fourteenth Centuries” In MATTOSO, José (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 432-433.

OLIVEIRA, Luís Filipe – “Do património aos familiares: As ordens militares nas inquirições de 1220”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís (eds.) – *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV)*. *Tributo a Luís Krus*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2015, pp. 211-223.

OLIVEIRA, Luís Filipe – “Uma História às Avessas: A Historiografia do Templo em Portugal”. In FERNANDES, Isabel Cristina (ed.) – *Entre Deus e o Rei: O mundo das Ordens Militares*. Palmela: Município de Palmela, 2018, vol. 2, pp. 671-684.

PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, 3 vols. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família e Universidade Moderna, 1999.

RILEY-SMITH, Jonathan – *Templars, Hospitallers as Professed Religious in the Holy Land*. Notre Dame: University of Notre Dame, 2010.

SCHENK, Jochen – *Templar Families. Landowning Families and the Order of the Temple in France, c. 1120-1307*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

SILVA, Luis Ademir da – *Da cruzada à demanda. A tradição épica da Ordem dos Templários na Baixa Idade Media portuguesa (séculos XII-XIV)*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008. Tese de doutoramento.

TOMMASI, Francesco – “Men and Women of the Hospitaller, Templar and Teutonic Orders: Twelfth to Fourteenth Centuries”. In LUTTRELL, Anthony; NICHOLSON, Helen (eds.) – *Hospitaller Women in the Middle Ages*. Aldershot: Ashgate, 2006, pp. 71-88.

VALENTE, José M. – *Soldiers and Settlers. The Knights Templar in Portugal, 1128-1319*. Santa Barbara: University of California, 2002. Tese de doutoramento.

VENTURA, Leontina – *A nobreza de corte de Afonso III*. 2 Vols. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992. Tese de doutoramento.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

COSTA, Paula Pinto; OLIVEIRA, Luís Filipe; JOSSERAND, Philippe – “Três olhares sobre a Ordem do Templo em Portugal”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 401-427. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Arqueología del territorio en un concejo de realengo: el caso de Baeza (Jaén) y su comunidad de Villa y Tierra¹

Arqueology of the territory in a concept of *realengo*: the case of Baeza (Jaén) and the community of *Villa and Tierra*

María Victoria Gutiérrez Calderón

Universidad de Jaén, Departamento Patrimonio Histórico
Campus Las Lagunillas s/n. 23071 – Jaén, España

mvgutier@ujaen.es

<https://orcid.org/0000-0001-5749-488X>

Data recepção do artigo / Received for publication: 17 de Março de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5724>

¹ Este artículo forma parte del trabajo realizado por la autora para la elaboración de la Tesis Doctoral denominada “Análisis Arqueológico de la Organización Espacial del Concejo de Baeza durante la Edad Media”, dirigida por el Catedrático de Historia Medieval de la Universidad de Jaén, D. Juan Carlos Castillo Armenteros (Noviembre, 2019).



Baeza. El territorio

Geográficamente, la zona de estudio se enmarca en la parte central de la Provincia de Jaén, en la denominada Andalucía Oriental. Se trata de un espacio en el que se alternan zonas de sierra, como son Sierra Morena, al norte, y Sierra Mágina al Sur, con zonas de valle, sobre todo protagonizadas por los ríos Guadalquivir, Guadalimar y el Rumblar, entre otros. Es decir, que nos encontramos ante espacios geográficos diferentes que permiten estudiar las relaciones del entorno inmediato con los asentamientos, a la vez que nos deriva a estudiar el aprovechamiento de todos los recursos paisajísticos y naturales de que dispone.

La configuración de este espacio viene marcada por las directrices que ya planteó en 1231 Fernando III al conquistar toda la zona, y que en numerosas ocasiones ha sido objeto de diversos estudios históricos². Un área delimitada perfectamente por hitos geográficos bien identificados y elementos arquitectónicos que fueron utilizados como puntos de referencia o hitos de deslinde (**Fig. 1**).

Actualmente, en este amplio espacio de aproximadamente 2.700 kilómetros cuadrados, lo conforman los términos municipales de 23 localidades de la provincia de Jaén y que se corresponde con Santa Elena, Carboneros, La Carolina, Vilches, Baños de la Encina, Bailén, Linares, Torreblascopedro, Jabalquinto, Canena, Rus, Ibros, Lupión, Begijar, Baeza, Jimena, Bedmar y Garcéz, Jódar, Bélmez, Huelma, Solera, Torres y Albánchez de Mágina, junto con sus aldeas y pedanías correspondientes.

² GUTIÉRREZ CALDERÓN, María Victoria; CASTILLO ARMENTEROS, Juan Carlos – “El control del territorio en la comunidad de Villa y Tierra de Baeza (Jaén): Apuntes desde la arqueología espacial”. In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (seculos VI a XVI)*. Lisboa: Edições Colibri/Campo Arqueológico de Mértola, 2013, vol. I, pp. 201-216.

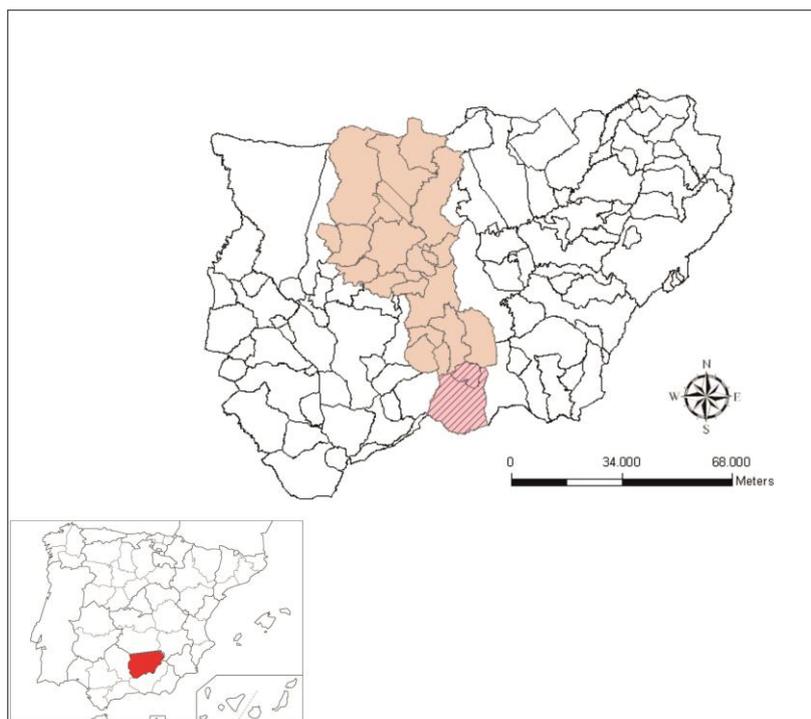


Fig. 1 – Situación. Jaén en la Península Ibérica.
(Fuente: Elaboración propia).

***Bayyasa.* Entre ciudad musulmana y capital de Concejo**

La documentación textual extraída de los diferentes archivos y bibliotecas a nivel local o provincial y nacional, aportan una información muy relevante para nuestro estudio, pero a la vez, insuficiente para abarcar toda la investigación proyectada.

Siguiendo el planteamiento tipológico que inició Leví-Provençal³, en la Historia de España de Menéndez Pidal, y rebatido por otros autores como Hussein Monés⁴ posteriormente, ha sido posible diferenciar el sistema administrativo imperante durante la primera época de dominación musulmana, así como plantear una supuesta demarcación territorial que se adjudicaba a cada una de las principales ciudades de al-Ándalus y en nuestro caso dentro del territorio giennense. Sin embargo, como previamente hemos comentado, todo este planteamiento metodológico no es sino la recopilación de referencias y aportaciones documentales

³ LEVI-PROVENÇAL, E. – “España Musulmana, hasta la caída del Califato de Córdoba (711-1031 d.J.C.)”. In MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (dir.) – *Historia de España*. Madrid: Ed. Espasa-Calpe S. A., 1982, pp. 44-127.

⁴ MONÉS, Hussain – “La división político-administrativa de la España Musulmana”. *Revista del Instituto Egipcio de Estudios Islámicos* 5/1-2 (1954), pp. 99-129.

extraídas de las fuentes árabes que han ido transcribiendo diferentes investigadores durante varias generaciones.

Del mismo modo se plantea esta situación para el periodo castellano. El hallazgo de diferentes documentos fechados en épocas bajomedievales, como el caso del *Libro del Repartimiento de Murcia*⁵, pone de relieve todo un modelo político y administrativo jerárquico impuesto en buena parte de la Península, que pasó a denominarse como *Sistema Concejil*, cuyo resultado no es otro que un nuevo sistema de organización territorial, ampliamente estudiado durante los últimos años, sobre todo en el norte peninsular.

No obstante, a pesar de que dicha documentación alcanza parte de los objetivos planificados en investigaciones presentes, no deja de plantear ciertas dudas referentes a la precisión de su demarcación territorial o su jerarquización administrativa y su proyección urbana, recurriendo, por lo tanto, al empleo de nuevas técnicas procedentes de la disciplina arqueológica.

Para el caso que aquí nos ocupa, centrado exclusivamente al territorio político, administrativo y militar de Baeza durante el periodo medieval, no sólo contamos con una serie de documentos escritos de los siglos XVII-XVIII⁶, sino que además en numerosas ocasiones, tanto la ciudad de Baeza como su entorno rural han sido objeto de interesantes intervenciones arqueológicas que corroboran, o desmienten, en algunos casos, alguna propuesta que ya se había formulado.

El conocimiento previo del que se tenía constancia, parte sobre todo de estudios historiográficos efectuados durante los siglos XVI-XVIII, protagonizados como decimos por grandes eruditos previamente señalados⁷.

⁵ TORRES FONTES, José – *Repartimiento y repoblación de Murcia en el siglo XIII*. Murcia: Academia Alfonso X el Sabio, 1990.

⁶ ARGOTE DE MOLINA, Gonzalo – *Nobleza de Andalucía (1588)*. Jaén: Riquelme y Vargas Ediciones, 1991 (Edición Facsimil de 1866); RUS PUERTA, Francisco – *Corografía antigua y moderna del Reino y Obispado de Jaén*. Jaén: Real Sociedad de Amigos del País de Jaén, 1998 (Edición Facsimil de 1645); DE TORRES, Francisco – *Historia de Baeza del P. Francisco de Torres S. J. (1677)*. Estudio y edición, José Rodríguez Molina. Baeza: Ayuntamiento de Baeza, 1999.

⁷ Ver nota 6.

Sin embargo, la documentación aportada carece en la mayoría de las ocasiones de adecuados métodos de análisis, sugiere, sobre todo, un conocimiento eminentemente subjetivo, afianzando sólo aquellos datos que simplemente le eran de interés al autor, y que, en la mayoría de los casos, estaban descontextualizados, por lo que, en cierto modo, sólo han de tenerse en cuenta como una aportación aproximada de la realidad existente.

Es por ello que en la actualidad se está recurriendo a nuevos métodos de investigación, sobre todo de índole arqueológica, que ayudan enormemente a esclarecer lo que en un primer momento era considerado como un “simple conocimiento” e identificación de los enclaves, consiguiendo de esta forma trazar diferentes y novedosas hipótesis de trabajo.

Para el estudio del poblamiento que pretendemos abordar, contamos con un importante volumen de actividades arqueológicas que nos aporta suficiente información con la que iniciar nuestra investigación.

En la mayoría de los casos, la valoración pormenorizada de cada asentamiento se ha analizado a través de *prospecciones extensivas*, en las que *in situ*, se documentó el emplazamiento y se recogieron numerosos datos que fueron anotados en una ficha de registro. Además, también se llevaron a cabo otros trabajos más específicos en los que se implementó un sistema de análisis aún más exhaustivo, a través de lo que se ha denominado como *Microprospección*⁸ (Fig. 2).

De igual forma, algunos enclaves han sido objeto de *Excavaciones* arqueológicas de diferente aspecto, como *sistemáticas, de urgencia o de apoyo a la restauración*, que contribuyeron a profundizar aún más en la evolución del poblamiento durante la época medieval, ya que la documentación que nos aportan dichas actividades, unida al estudio del material cerámico registrado en las diferentes intervenciones, nos han

⁸ MOLINOS MOLINOS, Manuel; *et al.* – *El Santuario Heroico de El Pajarillo (Huelma, Jaén)*. Jaén: Diputación Provincial de Jaén, 1998; GUTIERREZ SOLER, Luis – “Microprospección en la Meseta de Giribaile. Protocolo de trabajo”. *Trabajos de Prehistoria* 67 (2010), pp. 7-35; GUTIÉRREZ CALDERÓN, María Victoria – “Microprospección en el Cerro de la Virgen de Vilches, Jaén”. *Anuario Arqueológico de Andalucía* (En prensa).

ayudado a determinar la secuencia de ocupación de nuestra zona de estudio y a definir su funcionalidad⁹ (Fig. 3).

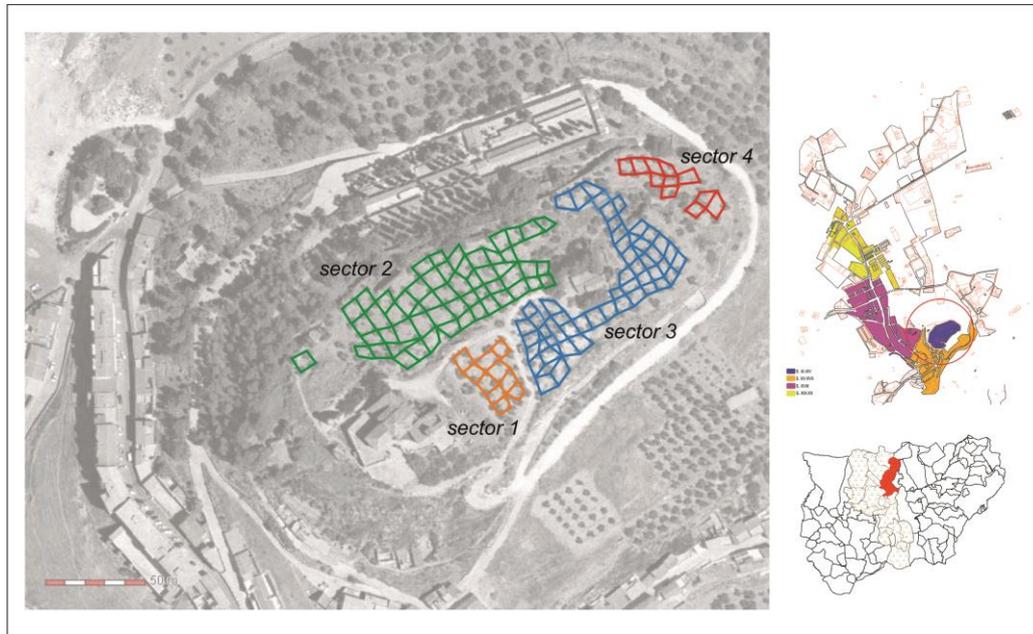


Fig. 2 - Ejemplo de microprospección. Cerro de la virgen del Castillo de Vilches Jaén. (Fuente: Elaboración propia. Fotografía aérea gentileza del Ayto. de Vilches).



Fig. 3 - Excavación y estudio de materiales en el recinto defensivo de Baños de la Encina, Jaén. (Fuente: Elaboración propia; Fotografía Aérea gentileza empresa "Aerowork").

⁹ GUTIÉRREZ CALDERÓN, María Victoria – “Complejo defensivo y Espacio residencial. El contexto cerámico del Castillo de Baños de la Encina, Jaén”. In *VI Congreso de Arqueología Medieval, de España y Portugal*. Alicante, 7 al 9 de noviembre de 2019. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, 2021, pp. 521-526.

Esta metodología de trabajo, no sólo se ha aplicado al espacio urbano y periurbano de Baeza, sino que igualmente se ha trasladado a las diferentes unidades de poblamiento que, de una forma u otra, tanto en el periodo islámico como posteriormente en la época cristiana, dependían de ésta.

La novedad que nos aporta el campo de la arqueología, a la hora de estudiar la evolución territorial de un determinado emplazamiento, no es otra que incrementar con una mayor precisión la información del mismo, lo cual implica ampliar el conocimiento que se tiene y formular nuevas interpretaciones con los nuevos hallazgos documentados, reafirmando o desmintiendo las hipótesis formuladas con anterioridad, ya que si nos remitimos solamente a las fuentes escritas, este análisis queda inconcluso, puesto que la información que éstas generan no son sino una simple relectura de las fuentes primarias.

El trabajo de “Campo”. Documentación arqueológica

A fin de evitar recurrir únicamente al análisis de las fuentes escritas islámicas y otras fuentes bibliográficas históricas, se optó por seguir los estudios arqueológicos efectuados en las últimas décadas del siglo pasado.

En este caso, investigadores como F. Aguirre Sabada, V. Salvatierra Cuenca, o J. C. Castillo Armenteros¹⁰, comenzaron por delimitar el espacio administrado por cada *iqlim*, partiendo de los *polígonos Thiessen*, un método tomado del campo de la Geografía y muy utilizado en Arqueología Espacial, consiguiendo analizar las relaciones existentes entre espacio y asentamiento, enfocado sobre todo al periodo Emiral-Califal. (Fig. 4).

En este marco, en el *distrito* de Baeza, las investigaciones arqueológicas efectuadas por J. C. Castillo¹¹ evidenciaron la localización y análisis de al menos 16

¹⁰ AGUIRRE SABADA, Francisco Javier – “El Jaén Islámico”. In VVAA– *Historia de Jaén*, Jaén: Diputación Provincial y Colegio Universitario de Jaén, 1982, pp. 159-200; SALVATIERRA CUENCA, Vicente – *Proyecto de Investigación “El Poblamiento hispano-musulmán en Andalucía Oriental. La Campiña de Jaén”*. Junta de Andalucía. 1985-1992; CASTILLO ARMENTEROS, Juan Carlos – *La campiña de Jaén en época Emiral (siglos VIII-X)*. Jaén: Servicio Publicaciones Universidad de Jaén, 1998.

¹¹ CASTILLO ARMENTEROS, Juan Carlos – *La campiña de Jaén en época Emiral (siglos VIII-X)*. Jaén: Servicio Publicaciones Universidad de Jaén, 1998.

asentamientos distribuidos en torno a *Bayyasa*, excluyendo aquellos lugares próximos a Sierra Morena. Un espacio que ha sido objeto de estudio durante los últimos años por otros investigadores, lo cual ha facilitado la identificación de nuevos enclaves y el planteamiento de nuevas propuestas de análisis, ampliando cuantitativamente el número de emplazamientos existentes durante este primer periodo de dominación musulmana¹².

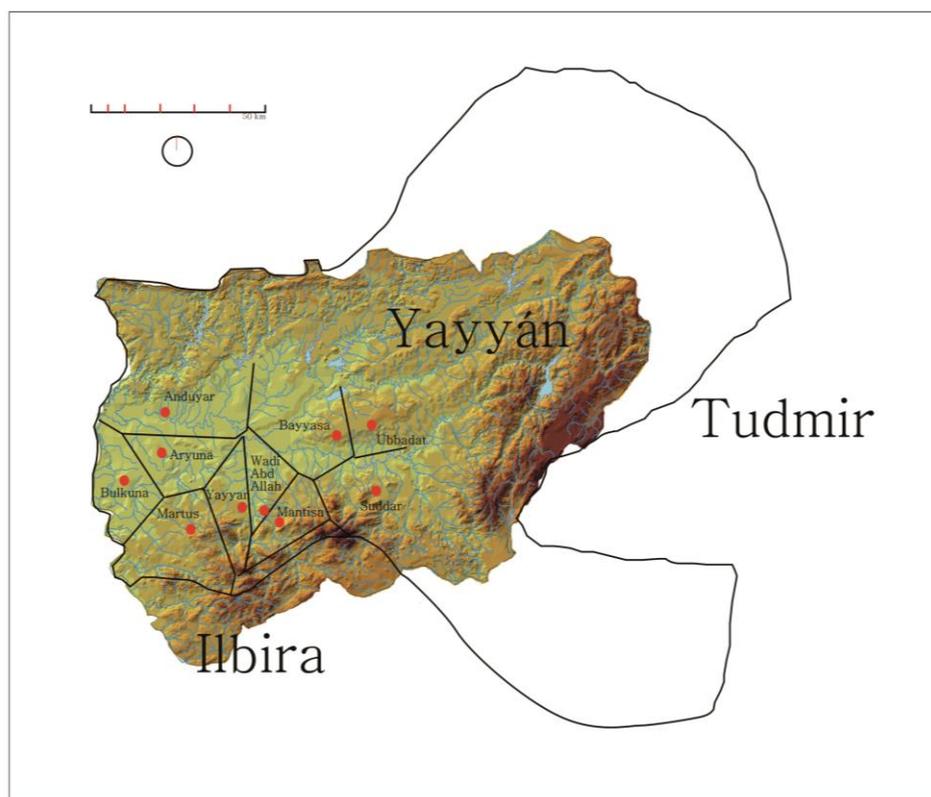


Fig. 4 - Polígonos thiessen. Aplicado al mundo Andalusí. Cora de Yayyán (Jaén). (Fuente: Planimetría de elaboración propia sobre base de J. C. Castillo).

En lo que se refiere al periodo de conquista cristiana, la investigación que se ha llevado a cabo no deja de ser eminentemente arqueológica, aunque en todo momento se ha contrastado con aquella otra que nos aporta la escasa documentación escrita existente en el Archivo Histórico Municipal de Baeza, así

¹² GUTIÉRREZ SOLER, Luis -*El Oppidum de Giribaile*. Jaén: Servicio de Publicaciones Universidad de Jaén. 2002; RUEDA GALÁN, Carmen - *Microprospección arqueológica superficial e historiografía para una nueva propuesta del proceso histórico de el Collado de Los Jardines (Santa Elena, Jaén)*. Memoria de Iniciación a la Investigación. Jaén: Universidad de Jaén, 2002; GUTIÉRREZ CALDERÓN, María Victoria - *Análisis arqueológico de las estructuras defensivas del conjunto fortificado de Vilches, Jaén*. Memoria de Iniciación a la Investigación. Jaén: Universidad de Jaén. 2007.

como otras referencias e indicaciones reseñadas en las publicaciones del siglo XVII, que como decimos, carecen de rigor científico.

A partir de la conquista, surge un nuevo sistema de organización político-administrativo y militar impuesto desde la corona con la única finalidad de mantener un control exhaustivo del territorio conquistado, a la vez que aseguraba la frontera y facilitaba el acceso al reino de Granada, manteniéndose en un principio las antiguas demarcaciones territoriales islámicas.

En el caso del *Concejo de Villa y Tierra de Baeza*¹³, la delimitación territorial se mantiene casi intacta con respecto al periodo anterior, añadiéndole los nuevos territorios conquistados del “*paso del Xandulilla*”¹⁴, un estrecho pasillo hacia la frontera nazarí, que se identifica por el propio valle del Jandulilla protegido por los lugares de Huelma y Bélmez¹⁵ (**Fig. 5**).

Sin embargo, este primer análisis del territorio, no se ha elaborado siguiendo como fuente principal los libros de repartimiento que el monarca Fernando III confeccionó para otros territorios, ya que para el Alto Guadalquivir aún no ha sido localizado e incluso ni siquiera se sabe con certeza que fuera escrito. Es por ello que su delimitación se efectuó siguiendo, *grosso modo*, los topónimos que aparecen recogidos en una *Carta de Concesión* otorgada en 1231 por el rey Fernando III a la Ciudad de Baeza, que hoy se encuentra custodiada en el Archivo Histórico Municipal de dicha localidad¹⁶.

¹³ RODRÍGUEZ MOLINA, José; ARGENTE DEL CASTILLO OCAÑA, Carmen – “Baeza en la Baja Edad Media”. In CUENCA TORIBIO, José M. – *Historia de Baeza. Historia, literatura y arte*. Granada: Servicio Publicaciones Universidad de Granada, 1985, pp. 115-168.

¹⁴ QUESADA QUESADA, Tomás – “Una tierra fronteriza con el Reino de Granada: El valle del Jandulilla”. *Cuadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Técnicas Historiográficas* 12-13 (1984), pp. 177-198.

¹⁵ GUTIÉRREZ CALDERÓN, María Victoria; y CASTILLO ARMENTEROS, Juan Carlos – “El control del territorio en la comunidad de Villa y Tierra de Baeza (Jaén): Apuntes desde la Arqueología Espacial”, pp. 227-242.

¹⁶ “Así pues os doy y concedo términos por los parajes expresados a continuación, a saber, a lo largo del Puerto del Muradal como discurren las aguas hacia Baeza y como se va por la cima de la Sierra, directamente hasta donde desemboca el Ferrumbral en el Guadalquivir, y desde Ferrumbral aguas arriba del Guadalquivir hasta Torres, tal como limita el término con Jaén; asimismo os doy Torres con su Término, y desde allí, caminando por la cima de la Sierra de Bedmar y de Jodar, tal como corren las aguas hacia Baeza y como se desciende desde la sierra de Jódar directamente hacia gandulilla.

Del mismo modo, siguiendo otros estudios en los que se hace referencia a los *Concejos de Villa y Tierra* castellanos, no sólo debemos tener en cuenta la delimitación territorial del espacio recién conquistado, sino también su organización político-administrativa y económica, observándose un sistema piramidal que en todo momento estuvo regido por una Ciudad de cierta importancia de la que dependen una serie de aldeas y otras estructuras menores de poblamiento (cortijos, castillos, torres, etc.) que serán las que aporten los recursos económicos que facilitan el funcionamiento del Concejo durante toda la Baja Edad Media¹⁷ (**Fig. 6**).

También os doy el Gandulilla con su término que abarca hasta el Guadalquivir, y desde allí, tal como Baeza separa su término con Ubeda y Vilches, con Santisteban y la torre de Albert, siguiendo directamente hasta la cima de la Sierra del Muradal, desde donde se vuelve al Puerto del Muradal. Y una vez que el Señor haya restituido a Úbeda al culto cristiano, tenga ésta sus términos cuales los tenía en época de los sarracenos. Sin embargo, ordeno que los habitantes de Vilches, Tolosa, Baños y Ferrat corten, apacienten, pesquen y cacen con vosotros dentro de estos vuestros términos sobredichos. Os doy y concedo, reitero, estos términos sobredichos para que los poseais con derecho hereditario e irrevocable para siempre jamás, poblados o yermos, como tengais por bien. Y que esta escritura de mi donación y concesión mantenga su validez y permanezca inmutable en todo tiempo [...]” (RODRÍGUEZ MOLINA, José; ARGENTE DEL CASTILLO OCAÑA, Carmen – “Baeza en la Baja Edad Media”, pp. 121-122).

¹⁷ ALCÁZAR HERNÁNDEZ, Eva María – *El concejo de Jaén en la Baja Edad Media. Introducción al análisis del territorio y del poblamiento*. Jaén: Universidad de Jaén, 2002. Tesis Doctoral; MONSALVO ANTÓN, José María – *El sistema político concejil. Empleo del señorío medieval de Alba de Tormes y su concejo de Villa y Tierra*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1998.

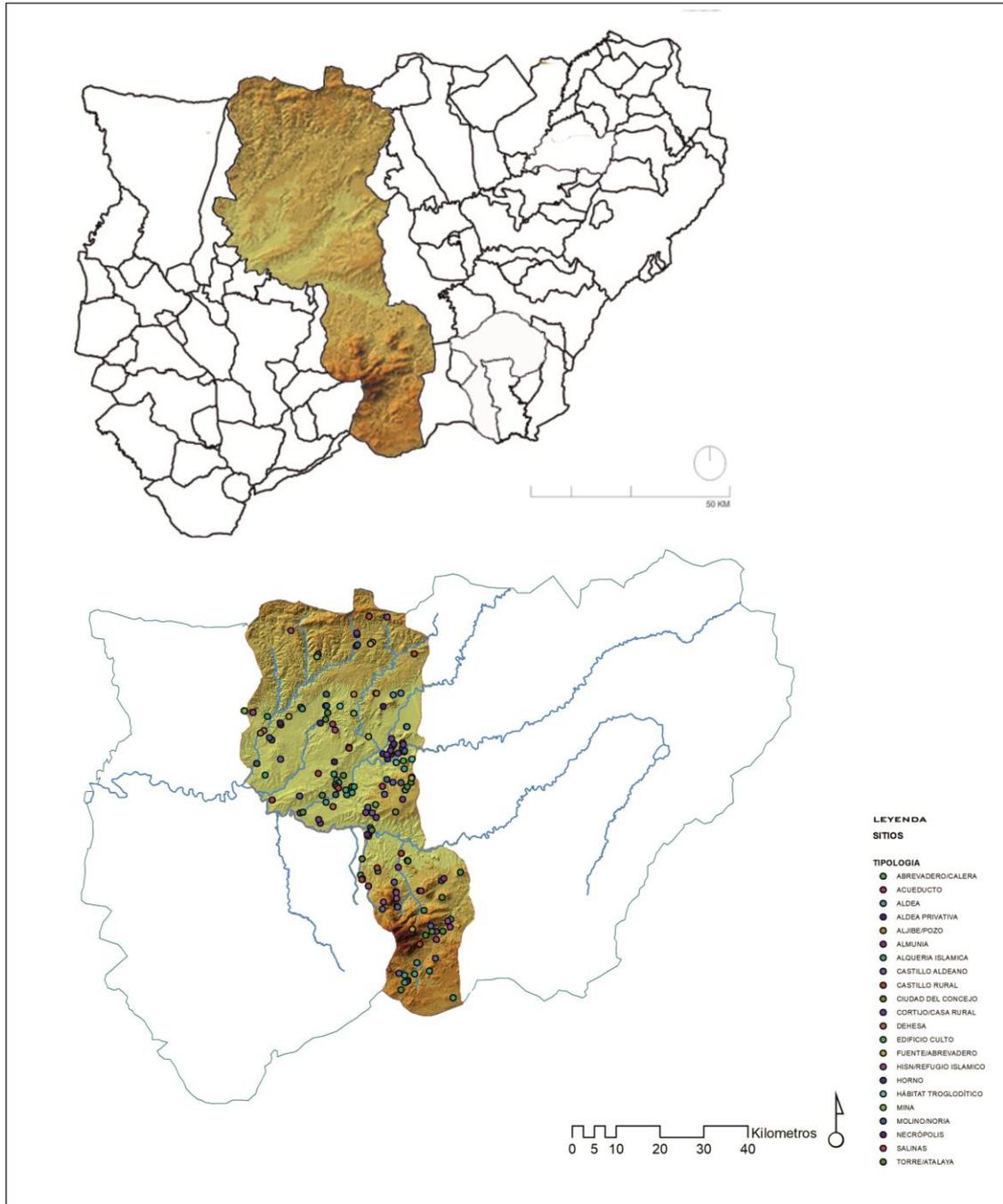


Fig. 5 - Plano del concejo de Baeza durante Edad Media. Documentación arqueológica. (Fuente: Elaboración propia).

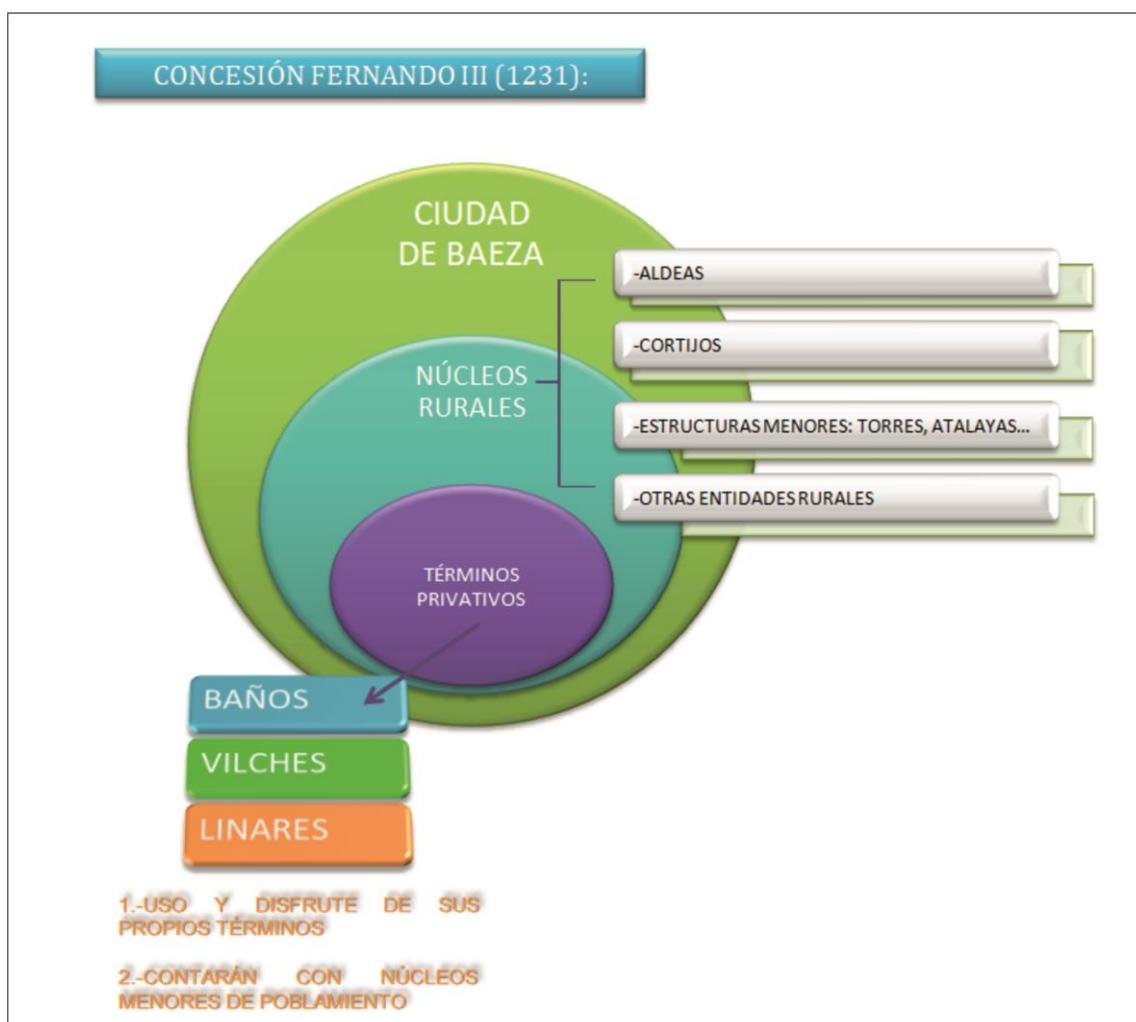


Fig. 6 - Esquema de jerarquización político-administrativa concejo de Baeza. (Fuente: Elaboración propia).

Por este motivo, para lograr nuestros objetivos, no solo hemos recurrido a los antiguos sistemas de registro y catalogación, centrados sobre todo en actividades de prospección y *microprospección*, sino que en nuestro caso, el análisis arqueológico está yendo más allá, consiguiendo ampliar las técnicas y métodos de investigación, recurriendo a nuevas técnicas de muestreo, y al empleo de un sistema georreferencial, que permite posicionarnos de forma precisa en el espacio y registrar el asentamiento en cuestión con mayor exactitud (Fig. 7).

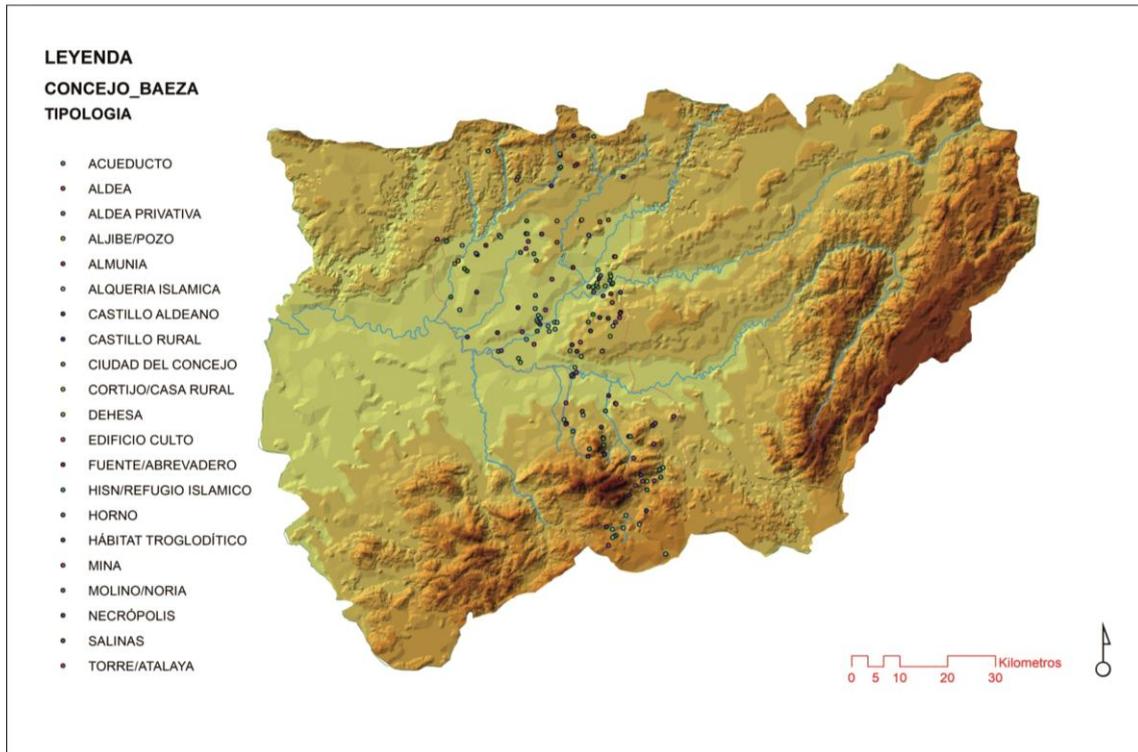


Fig. 7 – Puntos de GPS y tipología de elementos arqueológicos en el concejo de Baeza sobre MDT de la provincia de Jaén. (Fuente: Elaboración propia).

Ayudados de un terminal móvil con GPS incorporado, nos situamos espacialmente en el territorio, consiguiendo, no sólo documentar cada una de las estructuras emergentes, o el material cerámico observable en superficie, sino que nos facilita enormemente las labores de investigación, ya que la versión digital que ofrece hoy día la cartografía, y que podemos volcar sobre el propio terminal, nos permite situar el asentamiento con coordenadas U.T.M. y proponer nuevas cuestiones a la investigación, tales como determinar el control visual que se ejerce desde este emplazamiento, señalar las relaciones con respecto a otros asentamientos, o incluso, hacer de la investigación un nuevo método didáctico de enseñanza, a través del diseño de cartografía y planimetría temática y específica.

Toda la información obtenida se ha volcado en un Sistema de Información Geográfica (SIG), una nueva herramienta de trabajo, apta para generar nuevos modelos interpretativos de una zona determinada de estudio, en la que confluyen distintas disciplinas científicas (arqueológica, archivística, topográfica, geológica o

geográfica, entre otras) y cuya finalidad no es otra que obtener una Base de Datos accesible sobre la que plantear nuevas propuestas de investigación¹⁸ (Fig. 8).

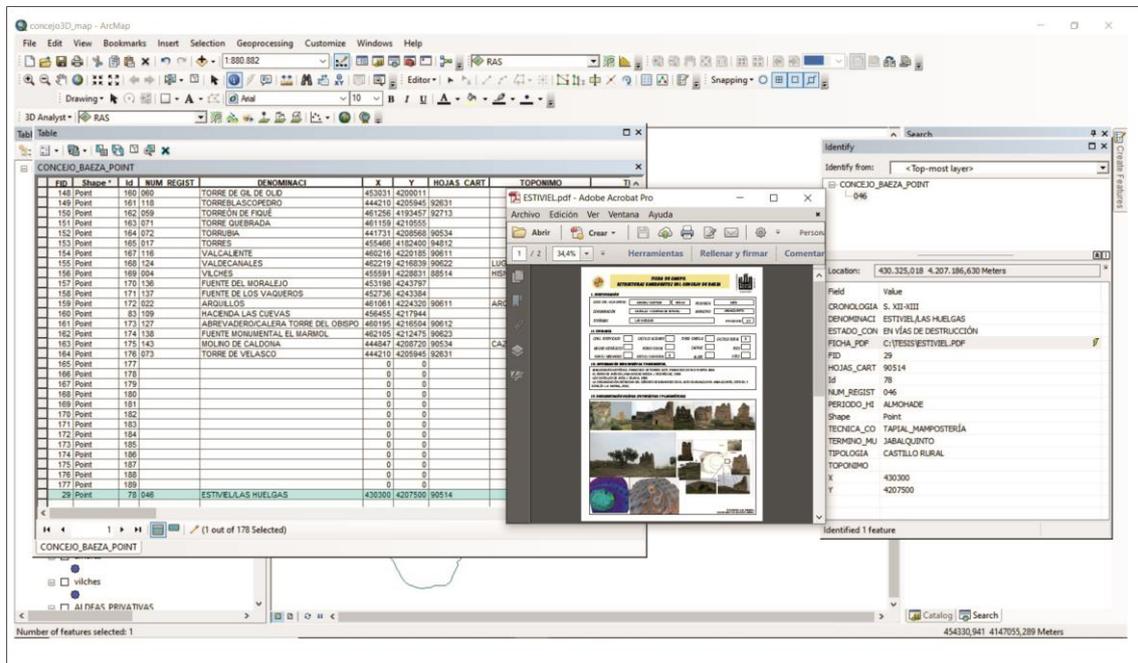


Fig. 8 – Obtención de puntos de GPS y volcado en base de datos para realización del SIG. (Fuente: Elaboración propia).

Resultados de la investigación. La Arqueología del Territorio en Baeza y nuevas líneas de trabajo

Tal y como hemos indicado, la unión de ambos métodos de estudio, han dado como resultado mostrar cómo fue la evolución histórica de cada uno de los elementos que conforman la estructura de poblamiento creada en las tierras del Alfoz baezano durante la Edad Media. De esta manera, se ha podido analizar un amplio territorio dominado por la ciudad de Baeza desde el siglo XIII, en el que se integrarán importantes aldeas, así como una serie de fortificaciones y otras entidades de poblamiento que serán sobre la que recaiga la política económica y administrativa planificada por las autoridades del Concejo en nombre de la Corona.

¹⁸ GUTIÉRREZ CALDERÓN, María Victoria; CASTILLO ARMENTEROS, Juan Carlos – “Los Sistemas de Información Geográfica como herramienta arqueológica: La aplicación en el Concejo de Villa y Tierra de Baeza en la Baja Edad Media”. In PEINADO HERREROS, E. – *I Congreso Internacional Patrimonio Cultural y Natural como motor de desarrollo: Investigación e Innovación*. Jaén: Universidad Internacional de Andalucía, 2012, pp. 2220-2235.

Así mismo, tanto la documentación histórica consultada como los nuevos estudios arqueológicos han evidenciado la existencia de una sólida jerarquización del poblamiento, un modelo que a efectos administrativos continuaría siendo dependiente de la Ciudad de Baeza, pero que a la vez se le concede cierta autonomía. Es decir, que el patrón que construye Fernando III para el territorio asignado a la Ciudad de Baeza, no sólo estaría formado por aquellos núcleos rurales (aldeas, cortijos, estructuras militares, etc.) que dependen totalmente de la Ciudad, lo que se ha denominado como *Alfoz*, sino que además se conformaron varios *Términos privativos*¹⁹, que estarían representados por las aldeas de Baños de la Encina, Vilches y Linares, que desde el punto de vista económico y político gozaron de un marcado carácter autónomo, hasta el extremo que incluso contarían con otros núcleos menores de poblamiento dependientes de estas aldeas principales (**Fig. 9**), siguiendo una situación muy similar a la que aparece reflejada en los estudios centrados en la tierra de Córdoba²⁰.

Esta independencia será considerada como un nuevo esquema de repoblación idóneo para la nueva tierra conquistada, muy compleja, dada no sólo por su situación geográfica, en las faldas de Sierra Morena, sino que también vendrá marcada por otros factores de índole económico y social, ya que era un espacio que había quedado totalmente despoblado tras la Batalla de las Navas de Tolosa, situación que se intenta paliar con la “concesión y disfrute de sus propios términos”. Con ello la Corona pretendía no tener que invertir una gran cantidad de recursos humanos y económicos en su repoblación²¹.

¹⁹ GUTIÉRREZ CALDERÓN, María Victoria – *Análisis arqueológico de la organización espacial del concejo de Baeza durante la Edad Media*. Jaén: Universidad de Jaén, 2019. Tesis Doctoral.

²⁰ CARPIO DUEÑAS, Juan Bautista – *La Tierra de Córdoba*. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2000.

²¹ GUTIÉRREZ CALDERÓN, María Victoria; CASTILLO ARMENTEROS, Juan Carlos – “Los Sistemas de Información Geográfica como herramienta arqueológica: La aplicación en el Concejo de Villa y Tierra de Baeza en la Baja Edad Media”, pp. 2220-2235.

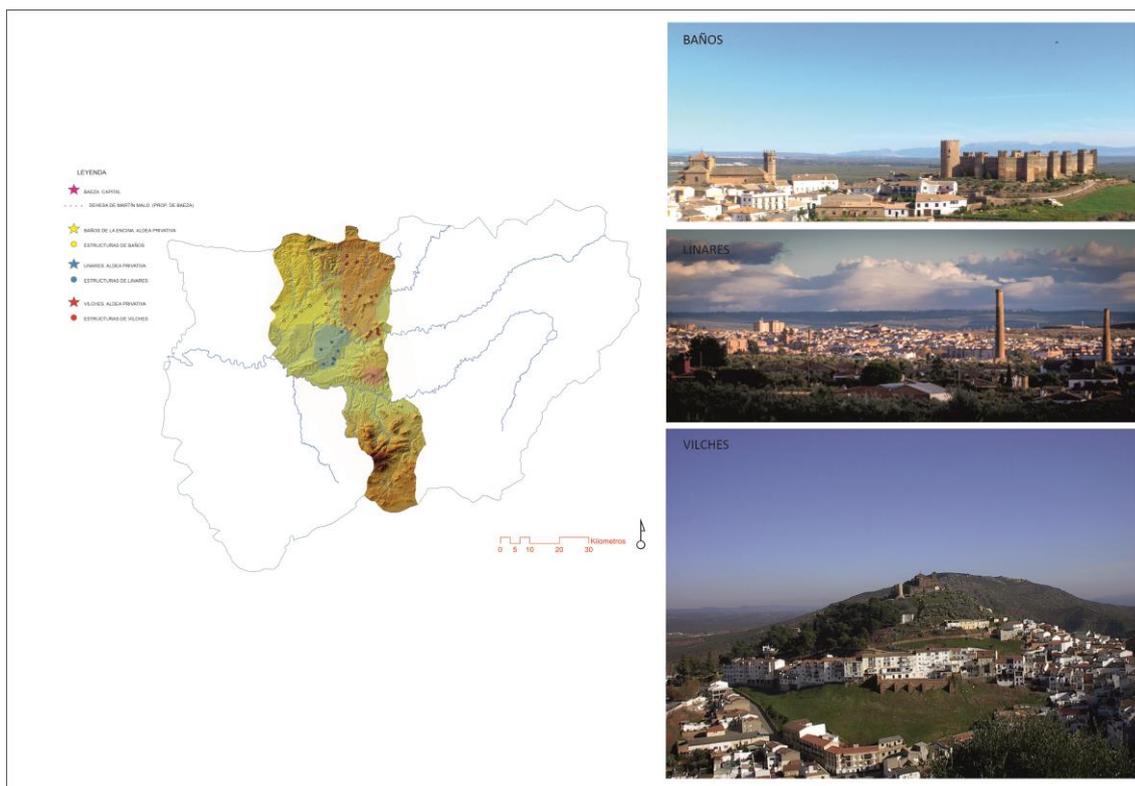


Fig. 9 – Términos privativos.
(Fuente: Elaboración propia. Fotografías de Baños y Vilches propias de autora.
Fotografía de Linares gentileza de E. Jiménez).

Por otro lado, el estudio arqueológico del territorio de Baeza ha puesto de manifiesto cómo se desarrolló la evolución de cada una de las aldeas y los cortijos de su alfoz, hasta el extremo de precisar cómo unos se ampliarían configurándose como núcleos de población que persistieron durante toda la Baja Edad Media, logrando en la actualidad convertirse en algunos de los municipios de la provincia de Jaén. Por el contrario, otros fueron abandonándose hasta subsistir hoy día para ser utilizados como cortijos, tal y como así se ha estudiado en el cortijo de Ninchez, en el término municipal de Baeza.

Por último, nuestro trabajo arqueológico ha contribuido a la formulación de nuevas líneas de investigación relacionadas con otras áreas de conocimiento, las cuales guardan analogías con ámbitos muy diversos, orientados a la gestión y conservación del Patrimonio, el turístico o incluso la didáctica, ya que este trabajo puede resultar llamativo e interesante a cualquier persona que desee conocer el entorno patrimonial en el que se encuentra, utilizando para ello una aplicación móvil

desarrollada al amparo de este trabajo, la cual a medida que nos desplazamos informa y presenta todas aquellas estructuras defensivas que pretenden ser de interés para el observador y toda la información histórica, arquitectónica o geográfica que albergan, idea que ya ha sido planteada por un equipo de informáticos y arqueólogos, aunque solo a nivel teórico²², siendo muy interesante como punto de partida la puesta en marcha de futuras líneas de investigación (**Fig. 10**).



Fig. 10 - Aplicación móvil. Ejemplo teórico.

(Fuente: NOGUERA ROZUA, José María; et. al. - "Arqueología virtual en dispositivos móviles. Un caso práctico: patrimonio defensivo medieval". *Virtual Archaeology Review* 3/7 (2012), pp. 111-112)

²² NOGUERA ROZUA, José María; et. al. - "Arqueología virtual en dispositivos móviles. Un caso práctico: patrimonio defensivo medieval", pp. 109-115.

Referencias bibliográficas

Fuentes impresas

ARGOTE DE MOLINA, Gonzalo – *Nobleza de Andalucía (1588)*. Jaén: Riquelme y Vargas Ediciones, 1991 (Edición Facsimil de 1866).

DE TORRES, Francisco – *Historia de Baeza del P. Francisco de Torres S. J. (1677)*. Estudio y edición, José Rodríguez Molina. Baeza: Ayuntamiento de Baeza, 1999.

RODRIGUEZ MOLINA, José – *Historia de Baeza*. Granada: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada, 1985.

RUS PUERTA, Francisco – *Corografía antigua y moderna del Reino y Obispado de Jaén*. Jaén: Real Sociedad de Amigos del País de Jaén, 1998 (Edición Facsimil de 1645).

Estudios

AGUIRRE SABADA, Francisco Javier – “El Jaén Islámico”. In *VVAA– Historia de Jaén*. Jaén: Diputación Provincial y Colegio Universitario de Jaén, 1982, pp. 159-200.

ALCÁZAR HERNÁNDEZ, Eva María – *El Concejo de Jaén en la Baja Edad Media. Introducción al análisis del territorio y del poblamiento*. Jaén: Universidad de Jaén, 2002. Tesis Doctoral.

CARPIO DUEÑAS, Juan Bautista – *La Tierra de Córdoba*. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2000.

CASTILLO ARMENTEROS, Juan Carlos – *La campiña de Jaén en época Emiral (siglos VIII-X)*. Jaén: Servicio Publicaciones Universidad de Jaén, 1998.

GUTIÉRREZ CALDERÓN, María Victoria – “Microprospección en el Cerro de la Virgen de Vilches, Jaén”. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, (En prensa).

GUTIÉRREZ CALDERÓN, María Victoria – *Análisis arqueológico de las estructuras defensivas del conjunto fortificado de Vilches, Jaén*. Memoria de Iniciación a la Investigación, Universidad de Jaén, 2007.

GUTIÉRREZ CALDERÓN, María Victoria – “Complejo defensivo y espacio residencial. El contexto cerámico del Castillo de Baños de la Encina, Jaén”. In *VI Congreso de Arqueología Medieval, de España y Portugal*. Alicante, 7 al 9 de noviembre de 2019. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, 2021, pp. 521-526.

GUTIÉRREZ CALDERÓN, María Victoria – *Análisis arqueológico de la organización espacial del Concejo de Baeza durante la Edad Media*. Jaén: Universidad de Jaén, 2019. Tesis Doctoral.

GUTIÉRREZ CALDERÓN, María Victoria; CASTILLO ARMENTEROS, Juan Carlos – “Los Sistemas de Información Geográfica como herramienta arqueológica: La aplicación en el concejo de Villa y Tierra de Baeza en la Baja Edad Media”. In PEINADO

HERREROS, E. – *I Congreso Internacional Patrimonio Cultural y Natural como motor de desarrollo: Investigación e Innovación*. Jaén: Universidad Internacional de Andalucía, 2012, pp. 2220-2235.

GUTIÉRREZ CALDERÓN, María Victoria; CASTILLO ARMENTEROS, Juan Carlos – “El control del territorio en la comunidad de Villa y Tierra de Baeza (Jaén): Apuntes desde la arqueología espacial”. In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (seculos VI a XVI)*. Lisboa: Edições Colibri/Campo Arqueológico de Mértola, 2013, vol. I, pp. 201-216.

GUTIÉRREZ SOLER, Luis – *El Oppidum de Giribaile*. Jaén: Servicio de Publicaciones Universidad de Jaén, 2002.

GUTIERREZ SOLER, Luis – “Microprospección en la Meseta de Giribaile. Protocolo de trabajo”. *Trabajos de Prehistoria* 67 (2010), pp. 7-35.

LEVI-PROVENÇAL, E. – “España Musulmana, hasta la caída del Califato de Córdoba (711-1031 d.J.C.)”. In MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (dir.) – *Historia de España*. Madrid: Ed. Espasa-Calpe S.A., 1982, pp. 69-127.

MOLINOS MOLINOS, Manuel; *et al.* – *El Santuario Heroico de El Pajarillo (Huelma, Jaén)*. Jaén: Diputación Provincial de Jaén, 1998.

MONÉS, Hussain – “La división político-administrativa de la España Musulmana”. *Revista del Instituto Egipcio de Estudios Islámicos* 5/1-2 (1954), pp. 99-129.

MONSALVO ANTÓN, Jose María – *El sistema político concejil. Empleo del señorío medieval de Alba de Tormes y su concejo de Villa y Tierra*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1998.

NOGUERA ROZUA, José María; *et al.* – “Arqueología virtual en dispositivos móviles. Un caso práctico: patrimonio defensivo medieval”. *Virtual Archaeology Review* 3/7 (2012), pp. 109-115.

QUESADA QUESADA, Tomás – “Una tierra fronteriza con el Reino de Granada: El valle del Jandulilla”. *Cuadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Técnicas Historiográficas* 12-13 (1984), pp. 177-198.

RODRÍGUEZ MOLINA, José; ARGENTE DEL CASTILLO OCAÑA, Carmen – “Baeza en la Baja Edad Media”. In CUENCA TORIBIO, José M. – *Historia de Baeza. Historia, literatura y arte*. Granada: Servicio Publicaciones Universidad de Granada, 1985, pp. 115-168.

RUEDA GALÁN, Carmen – *Microprospección arqueológica superficial e historiografía para una nueva propuesta del proceso histórico de el Collado de Los Jardines (Santa Elena, Jaén)*. Memoria de Iniciación a la Investigación. Jaén: Universidad de Jaén, 2002.

SALVATIERRA CUENCA, Vicente – *Proyecto de Investigación “El Poblamiento hispano-musulmán en Andalucía Oriental. La Campiña de Jaén”*. Junta de Andalucía. 1985-1992.

TORRES FONTES, José – *Repartimiento y repoblación de Murcia en el siglo XIII*. Murcia: Academia Alfonso X el Sabio, 1990.

COMO CITAR ESTE ARTIGO|HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

GUTIÉRREZ CALDERÓN, Maria Victoria– “Arqueología del territorio en un concejo de realengo: el caso de Baeza (Jaén) y su comunidad de villa y tierra”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 429-448. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt> .



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**Nuevas consideraciones metodológicas para el estudio de
la *Crónica Geral de Espanha de 1344*. (Ms. 1 de la serie
Azul de la Academia das Ciências)¹**

**New methodological considerations for the study of *Crónica Geral
de Espanha de 1344*
(Ms. 1 de la serie Azul de la Academia das Ciências)**

María Pandiello Fernández

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras
Artis. Instituto de História da Arte
1600-214 Lisboa, Portugal

María.pandiello@gmail.com

Data recepção do artigo / Received for publication: 20 de Março de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5734>

¹ FERNÁNDEZ PANDIELLO, María – *La Crónica Geral de Espanha de 1344 (Ms. A 1 de la Academia das Ciências). Estudio iconográfico-cultural y filiaciones internacionales*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2021. Tese de Doutoramento.



En 1879 la Academia das Ciências de Lisboa adquiere en una subasta pública, celebrada por los Marqueses de Castelo Melhor, un manuscrito del siglo XV de grandes dimensiones, compuesto por 322 folios en pergamino en los cuales figuran llamativas miniaturas a toda página e inventivas decoraciones marginales. El manuscrito llegaba a la Academia con una encuadernación bastante deteriorada y una inscripción tardía (siglo XVI-XVII) que encabezaba el título: “Chronica de Espanha”. Se trataba, efectivamente, de una copia portuguesa de la *Crónica Geral de Espanha de 1344* que, desde entonces, se encuentra en la biblioteca de la *Academia das Ciências* con la signatura Ms. A 1, también denominado manuscrito *L*.

Aunque se desconocen los detalles del itinerario del manuscrito hasta llegar a la *Academia das Ciências*, los investigadores parecen coincidir en la proveniencia regia del códice, y más concretamente, en torno a la familia Avis. Existen, sin embargo, diferentes opiniones acerca del miembro de la familia real que impulsó la producción del manuscrito *L*, un interrogante que sólo puede disiparse con un giro de paradigma metodológico.

Una inscripción del siglo XVI, “liuro do sor luis de alcaçoua carneiro”, nos permite conocer la identidad de quien fue su dueño en aquel siglo. Su padre era secretario de Estado de João III y D. Sebastião, y cuyo abuelo había sido *escrivão* tanto de João II como de D. Manuel. Su bisabuelo, Pedro de Alcáçova, también había sido secretario de Joao II y Afonso V. Existe la posibilidad que alguno de estos monarcas ofreciera el manuscrito a un antepasado de Luis de Alcáçova Carneiro, probablemente a Pedro de Alcáçova.

Tras la muerte de Luis de Alcáçova en 1578 el manuscrito fue heredado por D. Luisa de Távora que estaba casada con D. Lourenço de Lima Brito, vizconde de Vila Nova da Cerveira. El manuscrito *L* fue, entonces, heredado a lo largo de sucesivas generaciones de vizcondes hasta 1879, año en que fue adquirido por la *Academia das Ciências* tras la muerte de João Vasconcelos e Sousa Caminha Faro Veiga.

En la década de los cincuenta del siglo pasado, un joven filólogo, Lindley Cintra, publicaba la primera edición del texto. Era su tesis de doctorado y el resultado fueron tres volúmenes dedicados a la edición del manuscrito *L* acompañada por un primer tomo introductorio a la *Crónica Geral de Espanha*. Este primer volumen todavía constituye una obra indispensable para quienes deseen aproximarse al manuscrito *L*.

Años después de su edición, Cintra reconocía haberse interesado inicialmente por las imágenes del manuscrito *L*, expresándose en los siguientes términos: “Inicialmente peguei nesse manuscrito com mais de trezentos fólhos e quase poderia dizer que me apaixonei por ele, sobretudo por causa das iluminuras riquíssimas que apresenta. Como sabe, trata-se de um códice iluminado que, dentro da historiografia medieval, creio não ter paralelo. Um códice de iluminuras que, algumas vezes, são simples ornatos – letras maiúsculas cheias de ornamentos – mas que, noutras, são ilustrações do próprio texto”².

Una de las grandes paradojas del manuscrito *L*, reside precisamente en el “magnetismo” que emanan sus miniaturas, que, en mi opinión, se debe a tres factores principales. En primer lugar, la evidente capacidad evocativa de las miniaturas cuyo entramado permite entrever la realidad política y cultural del momento. En segundo lugar, el estrecho vínculo que existe entre esta maquinaria visual y el texto con el que convive, vínculo, que dicho sea de paso, es mucho más complejo de lo que hasta ahora se ha apuntado. Por último, es necesario mencionar que uno de los grandes atractivos de este grupo visual reside en la singularidad artística de las miniaturas que no tienen de “paralelo entre outros códices portugueses e castelhanos da Crónica”³.

Sin embargo, estas particularidades que han atraído la atención de numerosos investigadores al mismo tiempo, y aquí reside la paradoja, también han estigmatizado y obstaculizado el estudio completo del manuscrito *L*. En este sentido,

² FARIA, Isabel Hub – *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, pp. 33-57.

³ CINTRA, Lindley (ed.) – *Crónica Geral de Espanha*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2009, Vol. I, CDXCVIII.

la extraordinaria naturaleza de las imágenes del código de la *Academia das Ciências* les ha granjeado una popularidad incontestable, pero al mismo tiempo las ha relegado a existir como una mención anecdótica. En la mayor parte de los casos, su estudio ha existido de forma parcial y fragmentada. Lo cierto es que al programa pictórico del manuscrito *L* se le ha dedicado una densidad bibliográfica relativamente baja, y basada en paradigmas epistemológicos obsoletos.

Una de las afirmaciones más persistentes en relación al comitente del manuscrito surge de una especulación articulada por el propio Cintra; se trata del vínculo entre el rey D. Duarte⁴ y el manuscrito *L*. De acuerdo con el filólogo, el itinerario del código comenzaría, hipotéticamente, en la “câmara de D. Duarte”⁵ donde habrían sido sus copistas e iluminadores los artífices del manuscrito *L*: “Estes indícios importantes, se nada nos permitem afirmar com absoluta segurança, permitem-nos contudo supor com grande probabilidade que o código L foi escrito pelos escrivães da câmara de D. Duarte e decorado pelos seus iluminadores, nas primeiras décadas do século XV, e que na biblioteca régia se conservou durante algum tempo”⁶. Añadía Lindley Cintra que tal vínculo entre monarca y código se justificaba, además, por la riqueza del propio manuscrito, evidenciando así su proveniencia regia. Asimismo, gracias al registro de dos crónicas en el catálogo de la biblioteca del monarca, podríamos inferir que una de ellas se tratase del manuscrito *L*. Para concluir con el razonamiento de Cintra, apuntaba el académico a la semejanza paleográfica entre la copia del *Leal Conselheiro* (*Portugais* 5 de la Biblioteca Nacional de Francia) y una de las letras halladas en el manuscrito de la *Academia das Ciências*.

Si la procedencia regia del código parece un hecho manifiesto, no existen, en cambio, datos concluyentes que apunten a D. Duarte como supuesto comitente. Recordemos

⁴ Otras propuestas fueron Leonor de Aragón (RODRÍGUEZ PORTO, Rosa M. – “La Crónica Geral de Espanha de 1344 (ms. 1 A de la Academia das Ciências y la tradición alfonsí”. *e-Spania* [En línea] 25 (2017). [Consultado en 19 Marzo 2022]. Disponible en <https://journals.openedition.org/e-spania/25911>. También se contempló el período de Afonso V (MIRANDA, Maria Adelaide; SOUSA, Luís Correia de – “Corpo/Alfabeto-Representação do corpo da Crónica Geral de Espanha”. In BASTOS, Susana Pereira; FONSECA, Inês; GODINHO, Paula (coord.) – *Jorge Crespo, Estudos em Homenagem*. Lisboa: 100 Luz, 2009, pp. 415-434).

⁵ CINTRA, Lindley (ed.) – *Crónica Geral de Espanha*, vol. I, CDXCVIII.

⁶ CINTRA, Lindley (ed.) – *Crónica Geral de Espanha*, vol. I, CDXCVIII.

que la afirmación de Cintra tenía un carácter principalmente especulativo, y como hipótesis deben ser revisados sus pilares fundamentales.

El registro de varias crónicas en el catálogo de libros de D. Duarte no implica la presencia del manuscrito *L* en la biblioteca duarteana. Recordemos que el catálogo del soberano, probablemente incompleto, es uno de los pocos registros de bibliotecas avisinias. Si, en cambio, dispusiéramos de otros documentos, como por ejemplo el catálogo del infante D. Pedro, por mencionar un infante también apegado a las letras, o el registro del *scriptorium* que probablemente tenía en su palacio, el horizonte teórico se modificaría considerablemente. La escasez documental de la que disponemos para estudiar el manuscrito *L* no debería llevarnos a persistir en las fuentes que han llegado hasta nosotros. El hecho que sólo conozcamos este catálogo no implica que no existieran otras bibliotecas de las que no tenemos registro. Un historiador ha de contar también con los documentos que no se conservan, a sabiendas de que los avatares del tiempo pudieron haber destruido su rastro.

Hemos de admitir que estudiar el manuscrito *L* supone enfrentarse a una escasez documental desoladora. No por ello, debemos incurrir en el excesivo apego a las pocas fuentes que han llegado hasta nosotros. Si apenas tenemos acceso a una cantidad de documentación parcial y fragmentada, sería un error epistemológico tratar estos fragmentos como fuentes absolutas.

En relación a la comparación paleográfica con el *Leal Conselheiro*, no creemos que la semejanza apuntada por Cintra se haya basado en un estudio minucioso de ambas copias sino en una observación informal de ambos manuscritos, en todo caso, no han existido comparativas posteriores que certifiquen o contradigan las impresiones del filólogo. Por otro lado, el manuscrito de París ha levantado dudas sobre su cronología⁷, lo que dificultaría el encuentro temporal entre ambos manuscritos.

⁷ DIONÍSIO, João; NOGUEIRA, Bernardo de Sá – “Sobre a datação do manuscrito P do *Leal Conselheiro*, de D. Duarte: a fórmula *que Deus perdoe*”. *Ehumanista* [En línea] 8 (2007), pp. 117-132. [Consultado en 19 Marzo 2022]. Disponible en https://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu.span.d7_eh/files/sitefiles/ehumanista/volume8/6%20%20Dionisio%20and%20Sa%20Article.pdf

En conclusión, la afirmación de Cintra en relación a la proveniencia de la “câmara de D. Duarte” es una hipótesis abierta al revisionismo y al debate, sin una respuesta crítica que consolide o descarte esta hipótesis, los fundamentos sobre los que construimos la historia de *L* pueden inducir a conclusiones equivocadas.

Existen, no obstante, otras aproximaciones metodológicas⁸ que apuntan hacia distintas direcciones y nuevos horizontes teóricos. En este sentido, la tesis aquí presentada propone una aproximación holística al manuscrito *L*. Efectivamente, es preciso estudiar el códice en su totalidad. Sin embargo, ha sido esta una tarea pendiente en la comunidad crítica que ha abordado el manuscrito de la *Academia das Ciências*. En gran medida, ello se debe a las divisiones entre disciplinas que han incrementado las lagunas en el estudio de la *Crónica Geral de Espanha de 1344*, de este modo, la lingüística, la literatura y la historia del arte han estudiado *L* de forma independiente y sin diálogo entre ellas.

Desde la perspectiva de la historia del arte, el vínculo con la literatura hasta ahora tan sólo se ha fundamentado desde el punto de vista de la iconografía; se recurre al texto para comprender el contexto de las miniaturas. Se simplifican, además, las relaciones entre ambos canales concluyendo en que las imágenes ilustran el texto⁹, sin embargo, se trata de una relación mucho más compleja que, además, podría esclarecer muchos interrogantes alrededor del códice.

La *Crónica Geral de Espanha de 1344* de la *Academia das Ciências* requiere una aproximación holística y un estudio que considere la globalidad del objeto material. En el manuscrito *L* intervienen varios canales semióticos que cohabitan en el espacio

⁸ PANDIELLO FERNÁNDEZ, María – *La Crónica Geral de Espanha de 1344 (Ms. A 1 de la Academia das Ciências). Estudio iconográfico-cultural y filiaciones internacionales.*

⁹ CEPEDA, Isabel V. – “Manuscritos Iluminados da Corte Portuguesa do Século XV”. In MIRANDA, Maria Adelaide (coord.) – *A Iluminura em Portugal – Identidade e Influências*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999, pp. 347-361; AMADO, Teresa – “As imagens e o Texto Manuscrito Iluminado da *Crónica Geral de Espanha de 1344*”. *ARIANE, revue d'études littéraires françaises* 16 (1999-2000), pp. 35-49; PEIXEIRO, Horácio Augusto – “Imagem e tempo. Representações do poder na *Crónica Geral de Espanha*”. *Revista de História da Arte. Imagem. Memória e Poder* 7 (2009), pp. 53-178; TIBÚRCIO, Catarina – *A iluminura do manuscrito 1 série azul da Crónica geral de Espanha de 1344 da Academia das Ciências de Lisboa: da técnica e do estilo individual ao posicionamento no seu ambiente criador*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013. Dissertação de Mestrado.

del libro, por ello, desde el punto de vista del historiador del arte el aspecto textual de la crónica es una presencia ineludible. Además, será necesario observar exhaustivamente las relaciones entre ambos canales; sus concordancias, disonancias, encuentros y desencuentros.

Por otro lado, la globalidad del códice no se reduce exclusivamente a sus límites físicos, su identidad va mucho más allá de sus 300 páginas en pergamino y sus (recién estrenadas) capas. El manuscrito *L* es un evento singular, un objeto que dialoga con su tiempo histórico y reinterpreta sus fuentes literarias. En este sentido, la historia y la filología son disciplinas fundamentales para comprenderlo. La historia proporciona un nexo de congruencia ante las aparentes contradicciones del propio manuscrito, visibles en las disonancias discursivas entre imagen y texto. Asimismo, la filología nos permitirá reconocer los puntos en los que la narrativa del manuscrito portugués se distancia de sus fuentes alfonsinas, las singularidades textuales revelarán los verdaderos intereses e intenciones pedagógicas del códice portugués.

En conclusión, un códice de tamaño importancia merece un análisis más ambicioso. Ante la manifiesta falta documental, es necesario volcarse en el objeto de forma global y observarlo más allá de sus límites materiales. El manuscrito *L* es un heredero de sus fuentes, en los encuentros y desencuentros con ellas encontraremos la voz propia del códice portugués.

El manuscrito de la *Academia das Ciências* contiene, además de una riquísima decoración con soluciones ornamentales de influencia lombarda¹⁰, trece miniaturas presentadas en 11 folios. Estas imágenes referencian, aunque no necesariamente ilustran, pasajes textuales y se distribuyen del siguiente modo:

¹⁰ PANDIELLO FERNÁNDEZ, María – *La Crónica Geral de Espanha de 1344 (Ms. A 1 de la Academia das Ciências). Estudio iconográfico-cultural y filiaciones internacionales*, pp. 149-173.

PREHISTORIA DE ESPAÑA	DINASTÍA ASTUR-LEONESA	DINASTÍA CASTELLANO-LEONESA	DINASTÍA ARAGONESA	
Hércules (Fl. 1r)	Arzobispo de Santiago (Fl. 155r)	El Cid (Fl. 189r)	Pedro III de Aragón (Fl. 182r)	
Lyberia (Fl. 1r)	Teresa y Abdalá (Fl. 160r)	Funeral Fernando I de León (Fl.199r)	Afonso III de Aragón (Fl. 185v)	
		D. Urraca y Pedro de Lara (Fl. 266r)	Jaime II de Aragón (Fl. 185.v)	
		Funeral de Alfonso VII (Fl. 269r)		
		Proclamación de Enrique I y Berenguela (Fl. 285r)		
		Alfonso X y Violante de Aragón(Fl. 318r)		
2	2	6	3	11 FOLIOS (13 miniaturas)

El análisis de estas miniaturas según la metodología expuesta en las páginas anteriores permite establecer numerosas conclusiones, mencionaremos aquí una de ellas. Está relacionada con la evidente preocupación dinástica que los artistas quisieron imprimir en su programa pictórico, particularmente, en lo que concierne al papel femenino. En este sentido, las imágenes son un gran tratado político que exhiben diferentes grados de conflictos dinásticos.

Una de las singularidades más llamativas en el manuscrito *L* es la presencia de Lyberia (**Fig. 1**) en el programa pictórico del código que, por otro lado, no se encuentra en el manuscrito escurialense *E*, a pesar de que su narrativa forma parte del pequeño grupo de folios miniados. La historia de Lyberia y la población de Cádiz representa un caso singular en la cronística peninsular, es, además, una narrativa de carácter folclórico incorporada en la obra alfonsina y de probable origen árabe. La historia plantea un conflicto de carácter dinástico: Lyberia es la única heredera del rey Spam que inicialmente se resiste al matrimonio. Sin embargo, tras la presión de sus consejeros, y siendo ella la única heredera, accede a casarse. Para ello, reúne a sus tres pretendientes provenientes de Escocia, África y Grecia y les impone un reto de carácter arquitectónico-tecnológico. El primero que supere su prueba será el futuro rey. Es el príncipe griego el vencedor de este torneo tecnológico creando una canalización fluvial a la estéril Cádiz y haciéndola, por lo tanto, habitable.



Fig. 1 - Lyberia y la población de Cález. Fl. 1, Ms. A 1, Academia das Ciências, Lisboa.

La narrativa de Lyberia es una transcripción literal de la fuente alfonsina, a excepción de un detalle: si la versión del manuscrito escurialense insiste en la sabiduría de la princesa, así como su condición de heredera, el manuscrito *L* prefiere hacer hincapié en su belleza y en su linaje, que por otro lado, es el tópico más recurrente de esta crónica para describir mujeres. No obstante, diría que la principal singularidad del manuscrito portugués es la inclusión de este pasaje en el grupo pictórico, mostrando a Lyberia reclinada sobre el río y admirando la obra de su futuro marido. Destacable hecho al tratarse de un pasaje tan secundario que ni siquiera aparece representado en el manuscrito alfonsino. Sin embargo, este conflicto dinástico que reflexiona sobre el papel femenino y su responsabilidad, la necesidad de sacrificio en favor en la sucesión, así como en el dominio de los deseos individuales en detrimento del colectivo, se materializa en esta primera página del manuscrito *L*.

La renuncia a los intereses personales en favor del curso dinástico es el tema central de la inicial presentada en el folio 266, donde la reina Urraca (**Fig. 2**) rechaza la aproximación de su amante y vasallo Pedro de Lara. Urraca I (1081-1126), sucesora

y heredera del Reino de Castilla y León tras la muerte de su padre Alfonso VI y soberana a pleno derecho durante 27 años.



Fig. 2 - Fl. 266, Ms. A 1, Academia das Ciências, Lisboa.

Esta miniatura acompaña el capítulo donde el hijo de la reina es alzado monarca debido al intrusismo político de Pedro de Lara (retratado en la miniatura). Se encuentra, además, tras una laguna textual en el manuscrito *L* que comienza en folio 265. Es este es uno de los cuadernos incompletos de la crónica. Como ya resaltara

Cintra, se halla en el folio 265 una columna en blanco con la siguiente anotación: “Estas folhas ficaram pera a morte do çide que eu vy em outra cronica no semelhãte lugar”¹¹. Esta llamativa laguna abarca los detalles de la muerte del Cid y la muerte de Alfonso VI. A pesar de que fue completada por Cintra en su edición con el manuscrito *P*, en esta ocasión atendremos tan sólo a la versión proporcionada por *L* que comienza con el fragmento anteriormente citado.

El caso de Urraca en la producción cronística es de gran interés debido al carácter camaleónico con el que esta soberana suele retratarse¹². Algunos cronistas optaron por disminuir u omitir su reinado, otros por censurar el carácter adúltero de la soberana y los menos (Primera Crónica Anónima de Sahagún) evidencian rasgos positivos en esta reina.

El manuscrito *L* recoge la tradición de *denigratio* que se encuentra en el manuscrito escurialense *E2*, censurando, así, el carácter adúltero de D. Urraca que propicia el intrusismo político de Pedro de Lara. Como consecuencia, alzan a Alfonso, su hijo, a lo que le suceden varios enfrentamientos bélicos y fricciones entre madre e hijo, que, dicho sea de paso, se desarrollan considerablemente en la versión portuguesa, mientras que el manuscrito escurialense prefiere subrayar el conflicto entre Alfonso VII y su padrastro.

Igualmente destacable es que el manuscrito *L* incluya una narrativa ficcional sobre su muerte de orígenes desconocidos y que ocurre en el momento de la expoliación de la iglesia de San Isidoro. Mientras Urraca exhortaba a sus hombres a retirar todos los objetos de valor, y ante la negativa de estos, como mujer “endiablada y llena de soberbia”¹³ entra en el templo con la intención de expropiarlo. Cuando se disponía

¹¹ CINTRA, Lindley (ed.) – *Crónica Geral de Espanha*, vol. I, CDXCIV.

¹² BRANCO, Maria João; DIAS, Isabel Barros – “Metamorfoses de Urraca de Leão-Castela e de Teresa de Portugal: construções e desconstruções das imagens de duas rainhas”. In LÓPEZ CASTRO, Armando; CUESTA TORRE, María Luzdivina (eds.) – *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*. León: Universidad de León, 2007, pp. 335-347; FERREIRA, Maria do Rosário – “Urraca e Teresa: o paradigma perdido”. In *Marsupis Peregrinorum: Circulación de Textos e Imágenes alrededor del Camino de Santiago en la Edad Media*. Florencia: Edizioni del Galluzzo, 2010, pp. 201-216.

¹³ CINTRA, Lindley (ed.) – *Crónica Geral de Espanha*, vol. IV, p. 207.

a salir de él, su cuerpo se partió en dos repentinamente. La versión transmitida en este códice añade, además, que su sepultura también se partió en dos.

Interesa referir que a pesar del juicio emitido sobre esta soberana, la imagen, en cambio, presenta a una mujer rechazando a su amante en una interesante transgresión de la versión textual. Esta imagen heroifica a Urraca ubicándola en un escenario idealizado, al mismo tiempo que crea un espacio para que una posible espectadora (¿) se refleje en esta inicial.

Este ejemplo permite ilustrar, además, la ya mencionada compleja relación entre texto e imagen, y muestra que, efectivamente, las imágenes referencian y no siempre ilustran al texto. Este proporciona temáticas a los artistas que ellos manipulan a voluntad otorgando al grupo pictórico una autonomía discursiva.

Mencionaremos un último caso de renuncia femenina visible en el folio 285 (**Fig. 3**) donde Berenguela, reina de Castilla y León, asiste al alzamiento de Enrique. Enrique I tenía tan solo 12 años cuando sus padres murieron en un intervalo de 24 días. Esta desafortunada circunstancia hizo de su hermana Berenguela la regente del reino hasta que el futuro monarca alcanzase la mayoría de edad. Fue este un período marcado por intensas disputas entre Berenguela y la Casa de Lara que no apoyaba la regencia de la reina. Sin embargo, el joven Enrique también fallecería, tras un breve período en el trono, Berenguela abdicaría más tarde en favor de su hijo¹⁴.

¹⁴ MARTIN, Georges - "Negociación y diplomacia en la vida de Berenguela de Castilla (1214-1246). Cuestionamiento Genérico". *e-Spania* [En línea] 4 (2007) [Consultado en 19 Marzo 2022]. Disponible em <https://journals.openedition.org/e-spania/21609>.



Fig. 3 - Fl. 285, Ms. A 1, Academia das Ciências, Lisboa.

El texto de *L* muestra a una Berenguela receptiva a sus consejeros y medida en sus decisiones. Visualmente, podemos encontrarla en la inicial del folio 285, una “D” que abre el primer capítulo relacionado con Enrique, el primer párrafo resume la historia del monarca, su breve reino de dos años y diez meses, así como las dos mujeres que fueron regentes: Leonor y la propia Berenguela. Nos presenta la imagen a Enrique siendo proclamado por un grupo de hombres, mientras que Berenguela, aislada del grupo, aprueba y bendice el alzamiento. Esta inicial no sólo ilustra el

parágrafo adyacente, sino que recopila y sintetiza toda la información considerada relevante: el grupo masculino alzando a Enrique, la juventud del monarca, el aislamiento político de Berenguela y lo más importante: la renuncia a la regencia en favor del pequeño sucesor.

Los ejemplos anteriormente expuestos apenas son una porción¹⁵ de una evidencia más vasta: la presencia femenina en el aparato visual de *L* es significativamente alta (ver cuadro). No sólo la figura femenina surge profusamente ilustrada, sino que son estas las únicas imágenes que reflexionan sobre roles políticos; todas estas imágenes tienen un carácter didáctico, en cambio, no sucede lo mismo con las representaciones masculinas que surgen en el código con otros propósitos. Además, el artista subvierte, en ocasiones, el contenido textual con el propósito de representar a mujeres de modo ejemplificante. Detrás del grupo pictórico de *L* existió un ideólogo y tal individuo no podría ser D. Duarte al juzgar por las decisiones políticas antes de su fallecimiento.

En 1438 D. Duarte muere cediendo la regencia a su esposa Leonor de Aragón puesto que el heredero, el futuro Afonso V, tan sólo tenía 6 años. Como se sabe, tal regencia nunca llegó a efectuarse, pues D. Pedro, el hermano del difunto D. Duarte, presiona a la viuda hasta que ella huye a Castilla en 1441. La responsabilidad de la regencia recae, desde entonces, en D. Pedro, quien extiende este cargo político hasta después de la mayoría de edad de Afonso. Los hechos son bien conocidos: las fricciones entre D. Pedro y el antiguo partido de Leonor de Aragón se intensifican partir de 1446 una vez que la presencia política del infante en la corte no se justifica, pues Afonso ya tenía edad para gobernar. El partido antipetrista comienza a diseminar la imagen de un D. Pedro manipulador y usurpador. Las hostilidades en la corte se avivan, los murmuradores alrededor de Afonso convencen al joven monarca de la ambigüedad moral de su tío quien, además, había separado al rey de su madre. Leonor, por otro lado, había fallecido en su exilio dos años antes, se había extendido el rumor de que D. Pedro la había envenenado, tal era la animadversión entre ambos.

¹⁵ Existen otros ejemplos no detallados aquí como Teresa y Violante de Aragón. Estos casos están analizados en PANDIELLO FERNÁNDEZ, María - *La Crónica Geral de Espanha de 1344 (Ms. A 1 de la Academia das Ciências). Estudio iconográfico-cultural y filiaciones internacionales.*

Finalmente, debido a una creciente tensión, Afonso y su tío se encuentran en el campo de batalla con fatales consecuencias para D. Pedro. El desprecio hacia el infante es tal que una vez muerto, su cuerpo fue abandonado en el campo de batalla. Quien otrora fuera el infante y regente de Portugal fue depositado durante tres días entre cadáveres comunes. Las noticias de este tratamiento fueron recibidas con “espanto”¹⁶, incluso el Papa Nicolás V se vio interpelado como mediador para que el cadáver tuviera una sepultura digna.

D. Pedro nunca había aceptado la regencia de Leonor que, por otra parte, pertenecía a una familia enfrentada a la de Isabel de Urgell, su esposa. Sin embargo, fue su condición de mujer extranjera lo que empujó al infante a tomar el control de la regencia. Leonor tenía, por otro lado, un apoyo influyente en la corte que desprestigió por todos los medios la figura de D. Pedro una vez Afonso alcanzó la mayoría de edad. D. Pedro era, efectivamente, un individuo políticamente ambicioso, no sólo se consideraba a sí mismo extremadamente cualificado para sentarse en el trono, sino que reflexionó, escribió y tradujo ampliamente sobre estas materias. De hecho, en este sentido, destaca sobremanera entre sus hermanos.

El infante estuvo envuelto en una crisis dinástica que pudo haber desembocado en una guerra civil,¹⁷ tal era el clima de crispación en la corte después del exilio de Leonor. Además, esta crisis giraba en torno al tópico de la mujer regente y la sucesión, que es, paralelamente, un tema sobre el que el aparato visual de *L* reflexiona y adoctrina. Dicho de otro modo, la biografía política de D. Pedro es paralela a la ideología analizada anteriormente que, de una forma muy resumida, insiste en la importancia del sacrificio y renuncia femenina.

Durante las hostilidades crecientes en la corte, D. Pedro tenía pleno conocimiento de los murmuradores gracias a su red de espías. En este sentido, y teniendo en cuenta que *L* es un manuscrito para ser visto, no parece inverosímil admitir que estas imágenes pudieron ser una reacción a tales críticas, además, D. Pedro pudo imprimir en ellas su versión de los hechos acaecidos en los años anteriores, al fin y

¹⁶ GOMES, Saúl António – *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009, p. 77.

¹⁷ GOMES, Saúl António – *D. Afonso V*, p. 77.

al cabo, necesitaba justificar frente a su sobrino, Afonso V, y frente al partido de Leonor la expulsión de la regente y la consiguiente transgresión del testamento de D. Duarte.

Referencias bibliográficas

Fuentes manuscritas

Lisboa, Academia das Ciências, Ms. Série Azul 1.

Fuentes impreso

CINTRA, Lindley (ed.) – *Crónica Geral de Espanha*. 4 vols. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2009.

Estoria de Espanna, edición digital [En línea]. Editor general: Aengus; Editores: Fiona Maguire, Enrique Jerez Cabrero, Bárbara Bordalejo, Polly Duxfield, Christian Kusi Obodum y Ricardo Pichel Gotérrez, 2016 [Consultado en 19 Marzo 2022]. Disponible en <https://blog.bham.ac.uk/estoriadigital/>.

Estudios

AMADO, Teresa – “As imagens e o Texto Manuscrito Iluminado da *Crónica Geral de Espanha de 1344*”. *ARIANE, revue d'études littéraires françaises* 16 (1999-2000), pp. 35-49.

AFONSO, Luís Urbano – “A essência do médium um estudo sobre as iluminuras marginais da *Crónica Geral de Espanha de 1344* da Academia das Ciências de Lisboa”. *Cadernos de História da Arte* 1 (2013), pp. 3-17.

BRANCO, Maria João; DIAS, Isabel Barros – “Metamorfoses de Urraca de Leão-Castela e de Teresa de Portugal: construções e desconstruções das imagens de duas rainhas”. In LÓPEZ CASTRO, Armando; CUESTA TORRE, María Luzdivina (eds.) – *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*. León: Universidad de León, 2007, pp. 335-347.

CEPEDA, Isabel V. – “Manuscritos Iluminados da Corte Portuguesa do Século XV”. In MIRANDA, Maria Adelaide (coord.) – *A Iluminura em Portugal – Identidade e Influências*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999, pp. 347-361.

DIONÍSIO, João; NOGUEIRA, Bernardo de Sá – “Sobre a datação do manuscrito P do *Leal Conselheiro*, de D. Duarte: a fórmula *que Deus perdoe*”. *Ehumanista* [En línea] 8 (2007), pp. 117-132 [Consultado en 19 Marzo 2022]. Disponible en https://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu.span.d7_eh/files/sitefiles/ehumanista/volume8/6%20%20Dionisio%20and%20Sa%20Article.pdf.

FARIA, Isabel Hub Faria (ed.) – *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.

FERREIRA, Maria do Rosário – “Urraca e Teresa: o paradigma perdido”. In *Marsupii Peregrinorum: Circulación de Textos e Imágenes alrededor del Camino de Santiago en la Edad Media*. Florencia: Edizioni del Galluzzo, 2010, pp. 201-216.

GOMES, Saúl António – *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

MARTIN, Georges – “Negociación y diplomacia en la vida de Berenguela de Castilla (1214-1246). Cuestionamiento Genérico”. *e-Spania* [En línea] 4 (2007) [Consultado en 19 Marzo 2022]. Disponible em <https://journals.openedition.org/e-spania/21609>.

MARTIN, Georges – “Reinar sin reinar. Berenguela de Castilla en el espejo de la historiografía de su época (1214-1246)”. *e-Spania* [En línea] 1 (2013) [Consultado en 19 Marzo 2022]. Disponible en <https://journals.openedition.org/e-spania/21608>.

MIRANDA, Maria Adelaide; SOUSA, Luís Correia de – “Corpo/Alfabeto-Representação do corpo da Crónica Geral de Espanha”. In BASTOS, Susana Pereira; FONSECA, Inês; GODINHO, Paula (coord.) – *Jorge Crespo, Estudos em Homenagem*. Lisboa: 100 Luz, 2009, pp. 415-434.

PANDIELLO FERNÁNDEZ, María – *La Crónica Geral de Espanha de 1344 (Ms. A 1 de la Academia das Ciências). Estudio iconográfico-cultural y filiaciones internacionales*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2021. Tese de Doutoramento.

PEIXEIRO, Horácio Augusto – “Imagem e tempo. Representações do poder na Crónica Geral de Espanha”. *Revista de História da Arte. Imagem. Memória e Poder* 7 (2009), pp. 53-178.

RODRÍGUEZ PORTO, Rosa M. – “La Crónica Geral de Espanha de 1344 (ms. 1 A de la Academia das Ciências y la tradición alfonsí”. *e-Spania* [En línea] 25 (2017). [Consultado en 19 Marzo 2022]. Disponible en <https://journals.openedition.org/e-spania/25911>.

TIBÚRCIO, Catarina – *A iluminura do manuscrito 1 série azul da Crónica geral de Espanha de 1344 da Academia das Ciências de Lisboa: da técnica e do estilo individual ao posicionamento no seu ambiente criador*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013. Dissertação de Mestrado.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PANDIELLO FERNÁNDEZ, María – “Nuevas consideraciones metodológicas para el estudio de la *Crónica Geral de Espanha de 1344*. (Ms. 1 de la serie Azul de la Academia das Ciências)”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp.449-466. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

VARIA

VARIA



MEDIEVALISTA

N.º 32 | Julho – Dezembro 2022

ISSN 1646-740X

Philippe Contamine (1932-2022)

Armando Luís de Carvalho Homem

Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais; Universidade do Porto, Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade; Universidade Autónoma de Lisboa, Centro de Investigação em Ciências Históricas

4099-002 Porto; 1169-023 Lisboa, Portugal

almisch@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9337-6995>

Data recepção do artigo / Received for publication: 1 de Maio de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5745>



Philippe Contamine, chegando a uma sessão solene do Institut de France / Académie Française (2010).

(Fonte: *Le Monde*, 27 de Janeiro de 2022. Disponível em

https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2022/01/27/l-historien-philippe-contamine-est-mort_6111214_3382.html)

Vítima de doença prolongada, Philippe Contamine extinguiu-se em Paris a 22 de Janeiro último. Era filho de Henry Contamine (1897-1974, também historiador¹ e professor universitário)² e casado com Geneviève Contamine (igualmente historiadora e investigadora do *Institut de Recherche et d'Histoire des Textes*, IRHT). Natural de Metz, fez estudos em liceus de Caen, Versailles e Paris (Lycée Louis-le-Grand). Após estudos superiores na Sorbonne, obteve a *agrégation* (1956) e, após breve passagem pelo ensino liceal e pelo CNRS, ingressou, como assistente, na sua *Alma Mater* (1960). Discípulo de Robert Boutruche (1904-1975), com ele viria a

¹ Especialista da História militar da França, séculos XIX-XX.

² Culminou a carreira como professor de *História Contemporânea* nas Universidades de Caen e Rennes.

defender, em 1969, a sua *thèse d'État*³. Sucessivamente viria a ensinar em Nancy II (1965), Paris-Nanterre (Paris X, 1973) e Sorbonne-Université (antiga Paris IV, 1989⁴), sucessivamente como *chargé d'enseignement*, *maître de conférences* e *professeur d'histoire médiévale*; em Paris IV ensinaria até se retirar (2000), tornando-se então professor emérito.

Em 1990 foi eleito membro do Institut de France / Académie des Inscriptions & Belles-Lettres, como membro *ordinaire*, sucedendo ao bizantinista Paul Lemerle (1903-1989); exerceu a presidência em 2000.

Foi também membro e director do *Centre Jeanne-d'Arc* (Orléans, 1985), director da *Fondation Thiers* e ainda membro da *Société nationale des antiquaires de France*, da *Royal Historical Society* e da *Société de l'histoire de France*; pertenceu também ao *Comité des travaux historiques et scientifiques*, ao *comité* científico do *Istituto internazionale di Storia economica Francesco Datini, de Prato*, ao conselho de administração da *Société française d'archéologie*, ao conselho científico da *École nationale des chartes*, ao conselho de administração do *Musée de l'Armée*, ao *Comité pour l'Histoire économique et financière de la France* e ao conselho científico do *Centre d'études d'histoire de la défense*; foi ainda doutor *honoris causa* pela Universidade de Potsdam.

A sua obra desde cedo percorreu a História militar como História Social da Guerra, área em que rapidamente se tornou um referencial europeu⁵. Trabalhou ainda sobre Joana d'Arc⁶, os poderes tardo-medievos⁷, a geografia política francesa e a tipologia

³ Cf. Biblio. iii. e iv.

⁴ Bernard Guenée (1927-2010) costumava comentar que a chegada de Contamine a Paris IV representava a plena normalização de uma Escola algo mais *conservadora* do que a vizinha Paris I Panthéon-Sorbonne. Sobre o *big-bang* da Sorbonne (1969 ss.), veja-se também (por vezes com episódios picarescos) o testemunho de Jean Favier (1932-2014): FAVIER, Jean – *Les Palais de l'Histoire*. Paris: Seuil, 2016, pp. 594-599.

⁵ Cf. Biblio. i-viii, e ainda xiii, xvi, xviii e xix.

⁶ Cf. Biblio. x, xi. e xiv.

⁷ Cf. Biblio. ix., xx., xxi., xxiii. e xxiv.

das instituições⁸, a história financeira⁹, a história da nobreza¹⁰ e mesmo a história *do género*¹¹; e foi biógrafo de Carlos VII¹².

De Contamine fica a simpatia, a sobriedade e também a densidade intelectual e uma profunda erudição. Consensual no meio académico, era convivial e muitos dos mais jovens não ocultam hoje a tristeza, destacando o muito que com ele aprenderam (v.g. J. Verger e J.-M. Moeglin, em correspondência com o autor). Não tendo eu tido uma carreira largamente internacional, orgulho-me, no quadro de um conjunto de referenciais franceses, de ter podido conhecer, conviver, permutar com algumas pessoas *notáveis*; entre as quais Contamine...

BIBLIOGRAFIA DE PHILIPPE CONTAMINE (1932-2022)

1. Activa

a) Livros

- i. *Azincourt*. Coll. "Archives", n° 5. Paris: Julliard, 1964, 195 p.
- ii. Rééd.: *Azincourt*. Coll. "Folio. Histoire", n° 209. Paris: Gallimard, 2013, 246 p. (ISBN 978-2-07-045084-8).
- iii. *La guerre de Cent ans*. Coll. "Que sais-je ? histoire-géographie", n° 1309. Paris: Presses universitaires de France, 2010, 9^e éd. (1^{re} éd., 1968), 126 p. (ISBN 978-2-13-058322-6).
- iv. *Guerre, État et société à la fin du Moyen Âge: études sur les armées des rois de France, 1337-1494*. T. 1. Coll. "Les réimpressions des Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales". Paris: École des hautes études en sciences sociales, 2003 (1^{re} éd. Paris – La Haye: Mouton, 1972), XXXVIII-450 p. (ISBN 2-7132-1816-0).
- v. *Guerre, État et société à la fin du Moyen Âge: études sur les armées des rois de France, 1337-1494*. T. 2. Coll. "Les réimpressions des Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales". Paris, École des hautes études en sciences sociales, 2004 (1^{re} éd. Paris – La Haye: Mouton, 1972), 757-V p. (ISBN 2-7132-1816-0). Prix Gobert 1973 de l'Académie des inscriptions et belles-lettres.
- vi. *La Vie quotidienne pendant la guerre de Cent ans: France et Angleterre (XIV^e siècle)*. Coll. "La Vie quotidienne". Paris: Hachette, 1976, 287 p. (ISBN 2-01-002961-5).

⁸ Cf. Biblio. ix.

⁹ Cf. Biblio. xx., xxi. e xxv.

¹⁰ Cf. Biblio. xii. e xxi.

¹¹ Cf. Biblio. xxiii.

¹² Cf. Biblio. xv.

- vii. Rééd.: *Au temps de la guerre de Cent ans: France et Angleterre*. Coll. "La Vie quotidienne: civilisations et sociétés". Paris: Hachette, 1994, 263 p. (ISBN 2-01-235101-8).
- viii. *La Guerre au Moyen Âge*. Coll. "Nouvelle Clio. L'Histoire et ses problèmes", n° 24. Paris: Presses universitaires de France, 1980, 516 p. (ISBN 2-13-036308-3).
- ix. Rééd. mise à jour: *La Guerre au Moyen Âge*. Coll. "Nouvelle Clio". Paris: Presses universitaires de France, 2003, 6^e éd. (1^{re} éd. 1980), 516 p. (ISBN 2-13-050484-1, BNF 39043104).
- x. *Des pouvoirs en France, 1300-1500*. Paris: Presses de l'École normale supérieure, 1992, 270 p. (ISBN 2-7288-0174-6).
- xi. *De Jeanne d'Arc aux guerres d'Italie: figures, images et problèmes du XV^e siècle*. Coll. "Varia", n° 16. Orléans: Paradigme, 1994, 288 p. (ISBN 2-86878-109-8).
- xii. Rééd. augmentée: *Jeanne d'Arc et son époque*. Paris: Éditions du Cerf, 2020, 380 p. (ISBN 978-2-20413-754-6).
- xiii. *La noblesse au royaume de France, de Philippe le Bel à Louis XII: essai de synthèse*. Coll. "Moyen Âge". Paris: Presses universitaires de France, 1997, 385 p. (ISBN 2-13-048763-7).
- xiv. *Pages d'histoire militaire médiévale (XIV^e-XV^e siècles)*. Coll. "Mémoires de l'Académie des inscriptions et belles-lettres", n° 32. Paris: Institut de France, 2005, XIII-342 p. (ISBN 2-87754-161-4).
- xv. *Jeanne d'Arc. Histoire et dictionnaire* (avec Olivier Bouzy et Xavier Hélary). Coll. "Bouquins". Paris: Robert Laffont, 2012, 1214 p. (ISBN 978-2-221-10929-8).
- xvi. *Charles VII: une vie, une politique*. Paris: Perrin, 2017, 560 p. (ISBN 978-2-262-03975-2).

b) Direcção de Volumes

- xvii. CONTAMINE, Philippe (ed.) – *L'État et les Aristocraties (France, Angleterre, Écosse), XII^e-XVII^e siècle*. Paris: Presses de l'École Normale Supérieure, 1989.
- xviii. CONTAMINE, Philippe; GIRY-DELOISON, Charles; KEEN, Maurice H. (dirs.) – *Guerre et société en France, en Angleterre et en Bourgogne, XIV^e - XV^e siècle*. Coll. "Histoire et littérature régionales", n° 8. Villeneuve-d'Ascq: Centre d'histoire de la région du Nord et de l'Europe du Nord-Ouest, 1991, 360 p. (ISBN 2-905637-11-0). 4
- xix. CONTAMINE, Philippe (dir.) – *Histoire militaire de la France. Vol. 1. Des origines à 1715*. Paris: Presses universitaires de France, 1992, XIII-632 p. (ISBN 2-13-043872-5).
- xx. CONTAMINE, Philippe (dir.) – *Histoire militaire de la France. Vol. 1. Des origines à 1715*. Paris: Presses universitaires de France, 1997, 648 p., poche (ISBN 978-2-13-048906-1).

- xxi. CONTAMINE, Philippe; MATTÉONI, Olivier (dirs.) – *La France des principautés: les Chambres des comptes, XIV^e et XV^e siècles*: colloque tenu aux Archives départementales de l'Allier, à Moulin-Yzeure, les 6, 7 et 8 avril 1995. Coll. "Histoire économique et financière de la France. Animation de la recherche". Paris: Ministère de l'économie, des finances et de l'industrie, Comité pour l'histoire économique et financière de la France / Imprimerie nationale, 1996, XXXVII-310 p. (ISBN 2-11-088976-4).
- xxii. CONTAMINE, Philippe; MATTÉONI, Olivier (éds.) – *Les Chambres des comptes en France aux XIV^e et XV^e siècles*. Coll. "Histoire économique et financière de la France. Recueil de documents". Paris: Ministère de l'économie, des finances et de l'industrie, Comité pour l'histoire économique et financière de la France, 1998, X-249 p. (ISBN 2-11-090082-2).
- xxiii. CONTAMINE, Philippe; CONTAMINE, Geneviève (dirs.) – *Autour de Marguerite d'Écosse: reines, princesses et dames du XV^e siècle*. Coll. "Études d'histoire médiévale", n° 4. Paris: Honoré Champion, 1999, 262 p. (ISBN 2-7453-0114-4).
- xxiv. CONTAMINE, Philippe – *Histoire de la France politique*. Vol. 1. *Le Moyen Âge: le roi, l'Église, les grands, le peuple, 481-1514*. Coll. "L'Univers historique". Paris: Éditions du Seuil, 2002, 521 p. (ISBN 2-02-033248-5).
- xxv. CONTAMINE, Philippe – *Histoire de la France politique*. Vol. 1. *Le Moyen Âge: le roi, l'Église, les grands, le peuple, 481-1514*. Coll. "Points. Histoire", n° H367. Paris: Éditions du Seuil, 2006, 613 p., poche (ISBN 2-7578-0186-4).
- xxvi. CONTAMINE, Philippe; KERHERVÉ, Jean; RIGAUDIÈRE, Albert (dirs.) – *Monnaie, fiscalité et finances au temps de Philippe le Bel*. Coll. "Histoire économique et financière de la France. Animation de la recherche". Paris: Comité pour l'histoire économique et financière, 2007, 318 p. (ISBN 978-2-11-095382-7).

2. Passiva

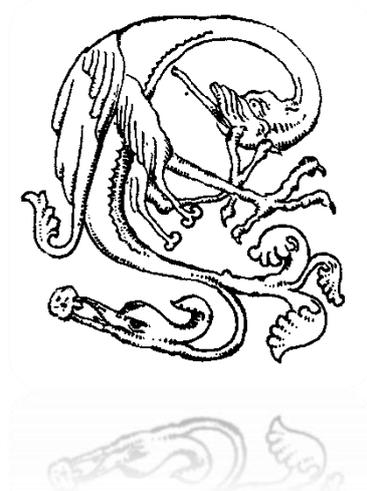
- xxvii. FLANDRIN, Antoine – "L'historien Philippe Contamine est mort". *Le Monde* [Em linha] (27 de Janeiro de 2022). [Consultado a 1 Abril de 2022]. Disponível em https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2022/01/27/l-historien-philippe-contamine-est-mort_6111214_3382.html.
- xxviii. «L'historien Philippe Contamine est mort», *Le Point* (29 de Janeiro de 2022), disponível em https://www.lepoint.fr/histoire/l-historien-philippe-contamine-est-mort-29-01-2022-2462567_615.php.
- xxix. VISSIÈRE, Laurent – "Philippe Contamine, «L'adieu au maître»". *Historia.fr* [Em linha] (28 de Janeiro de 2022). [Consultado a 1 Abril de 2022]. Disponível em <https://www.historia.fr/actu/philippe-contamine-l%E2%80%99adieu-au-ma%C3%A0tre>.
- xxx. "Mort du Lorrain Philippe Contamine, biographe de Jeanne d'Arc". *L'Est Républicain* [Em linha] (28 de Janeiro de 2022). [Consultado a 1 Abril de 2022]. Disponível em <https://www.estrepublicain.fr/culture->

[loisirs/2022/01/28/mort-du-lorrain-philippe-contamine-biographe-de-jeanne-d-arc.](https://www.aibl.fr/membres/academiciens-depuis-1663/article/contamine-philippe?lang=fr)

- xxxii. “CONTAMINE Philippe”. *Académie des Inscriptions & Belles-Lettres* (Membres – Académiciens) [Em linha] (2022). [Consultado a 1 Abril de 2022]. Disponível em <https://www.aibl.fr/membres/academiciens-depuis-1663/article/contamine-philippe?lang=fr>.
- xxxiii. “Philippe CONTAMINE”. *Académie des Inscriptions & Belles-Lettres* (Membres – In Memoriam) [Em linha] (2022). [Consultado a 1 Abril de 2022]. Disponível em <https://www.aibl.fr/membres/in-memoriam/article/2022?lang=fr>.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Philippe Contamine (1932-2022)”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 469-475. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



***Bibliotheca* Iluminada. Produção e circulação da Bíblia em Portugal. Itinerários dos manuscritos iluminados românicos. Biblioteca Nacional de Portugal, 28 de Outubro de 2021 a 22 de Janeiro 2022**

Illuminated *Bibliotheca*. Production and circulation of the Bible in Portugal. Itineraries of the Romanesque illuminated manuscripts. National Library of Portugal, 28 October 2021 to 22 January 2022

(a) *Luís Correia de Sousa*, (b) *Maria Adelaide Miranda*

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

(a) luis.sousa@fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-5672-6746>

(b) adelaide@fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-7581-3888>

Data recepção do artigo / Received for publication: 16 de Março de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5750>



Esta exposição surgiu integrada num projecto mais vasto que incluiu, ainda, um colóquio internacional, realizado nos dias 28 e 29 de Março de 2022¹ e a publicação do catálogo de manuscritos, em 2023. O principal objectivo desta mostra foi dar a conhecer um conjunto de bíblias românicas iluminadas, produzidas durante o século XII e conservadas em instituições portuguesas. Trata-se de um património quase desconhecido, pelo facto dos códices exigirem condições especiais de conservação e, por isso, serem de acesso reservado. Assim, este acontecimento foi, sem dúvida, uma oportunidade rara para o público em geral tomar contacto com os manuscritos, enquanto objectos culturais e artísticos. O título escolhido, *Bibliotheca Illuminada*, foi tomado do nome latino para o conjunto de livros bíblicos que constituíam a Bíblia e que muitas vezes circulavam separados.

Em termos organizativos, a exposição dividiu-se em três áreas – as bíblias que foram produzidas em Portugal ou que circularam nos nossos mosteiros durante o século XII, as bíblias que só mais tardiamente foram incorporadas nas nossas bibliotecas e, ainda, um núcleo, constituído por duas vitrines, onde se apresentaram estudos laboratoriais de alguns fundos monásticos, com a identificação do pigmentos, colorantes e tintas da escrita usadas nos códices. Do ponto de vista museológico, uma questão inicial se colocou: Como mostrar alguns manuscritos que, por motivos vários, nomeadamente o estado de conservação, não puderam integrar a exposição, mas que eram fundamentais para este projecto? Referimos particularmente as bíblias do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, (Sta. Cruz 1, Sta. Cruz 3 e Sta. Cruz 2) e a Bíblia da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC Ms. 3088-3090). Decidiu-se, em articulação com o serviço das Actividades Culturais e Comunicação da BNP, uma solução alternativa que permitiu, de alguma forma, ultrapassar o problema e que foi a apresentação de reproduções de qualidade e em grande escala, dos manuscritos em falta. Para deixar claro junto do público que não se pretendia confundir originais com reproduções, estas foram exibidas na parte exterior das vitrines, sendo que os originais foram expostos no interior dos expositores. Esta

¹ Mais informações no site: <https://sites.google.com/view/bibliaemportugal/eventos-programados/col%C3%B3quio-internacional>.

solução permitiu expor algumas das imagens mais relevantes dos manuscritos em causa, mostrar a exuberância de formas e cores, assim como ligações entre texto e imagem e relações entre manuscritos. Por sua vez, e em contraponto com as reproduções, mostrou-se um significativo número de códices originais, em todo o seu esplendor e monumentalidade, não só como objectos artísticos, em que a iluminura se integra no todo que é o livro, mas também enriquecidos com informação complementar sobre os seus usos e percursos. Algumas questões se levantam, ainda, quanto à origem e itinerários de vários dos exemplares expostos, circulação de modelos artísticos e de iluminadores, assim como no que diz respeito a condições de apoio mecenático.

A exposição incluiu ainda um conjunto de reproduções de fragmentos que permitiram, de alguma forma, revelar indícios do que terá sido a produção de manuscritos bíblicos iluminados na Alta Idade Média, na região que viria a ser Portugal. Apresentaram-se dois fragmentos conservados no Arquivo Municipal Museu Alfredo Pimenta, um deles contendo parte de umas Tábuas de Concordância Evangélica, do século XI (?) (Guimarães, Perg. 413) e um Prólogo de São Jerónimo ao Livro de Daniel, onde consta uma inicial ornada I, preenchida com folha de ouro (Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, C-204), ambos provenientes da Colegiada de Santa Maria de Guimarães. Em termos de iluminura é de salientar o fragmento contendo parte das Tábuas de Concordância Evangélica. Além dos fragmentos referidos, expôs-se, ainda, a reprodução de um outro fragmento, actualmente conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Pelas características codicológicas, conteúdo textual e pelo facto de ter servido de capa a um livro de contas do século XVI, admitimos poder tratar-se de um fragmento pertencente ao que teria sido a grande Bíblia românica do mosteiro de São Mamede do Lorvão.

Estas bíblias românicas², caracterizadas pelas suas grandes dimensões, frequentemente com mais 500 mm de altura, produzidas entre finais do século XI e

² Continuamos a chamar Românicas na continuidade da obra pioneira e incontornável de CAHN, Walter – *Romanesque Bible Illumination*. Fribourg: Office du Livre, 1982. Embora o termo deva ser problematizado à luz das contribuições que foram dadas no volume de homenagem a este autor editado por HOURIHANE, Colum – *Romanesque art and thought in the twelfth century*. Pennsylvania: Princeton University, 2008.

inícios do XIII, dependendo das regiões de origem, são, sem dúvida, um património de excelência. Apresentam a monumentalidade própria das obras de arte encomendadas por importantes mecenas e produzidas para mosteiros onde cumpriram funções litúrgicas e contribuíram para o seu prestígio. Para a sua produção contribuiu uma elite de escribas e iluminadores, muitas vezes artistas itinerantes. Quanto ao conteúdo, a Bíblia, texto fundamental do Cristianismo, o Verbo revelado era, nas abadias, a base da *lectio* divina, planeada para atingir a sua compreensão literal, conceptual e doutrinal, o texto era meditado, memorizado e recitado quase de contínuo. Toda a Bíblia devia ser lida ao longo do ano, no Ofício nocturno e no refeitório. Na sua dimensão artística, a iluminura tornou estes manuscritos numa das manifestações mais prestigiadas deste período; as imagens, mais um menos elaboradas, eram fundamentais para guiar o leitor no seu percurso pelo texto, solidárias com os títulos (*INCIPIT* manchetados), assinalam, através de iniciais ornadas ou historiadas, a abertura dos prólogos e dos livros bíblicos. Os versículos e os *capitula* acolhem, por vezes, uma ornamentação secundária, mais simples, mas que se revela, por vezes, valiosa para a identificação e cronologia dos livros. Destacam-se normalmente, a abrir o Antigo Testamento, as iluminuras do prólogo inicial, constituído pela Carta de Jerónimo a Paulino de Nola (carta 53), do Prólogo de Jerónimo ao Pentateuco e a abertura do Livro do Génesis; no Novo Testamento o destaque vai geralmente para o início dos Evangelhos e para as Tábuas de Concordância Evangélica. A ornamentação conjuga representações antropomórficas, em cenas narrativas ou em metamorfose com elementos vegetais ou zoomórficos, que assumem dimensão simbólica, combinando a recriação de modelos com a inovação criativa, em momentos de inigualável beleza. Para isso concorre a arte do iluminador, através da riqueza e qualidade do desenho e dos processos de elaboração da cor, transmitidos pelos tratados de iluminura, que preservam e transmitem saberes de tradições seculares. Todos estes aspectos foram realçados nos códices expostos.

Em Portugal, estas bíblias foram produzidas e/ou usadas pelos monges nos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça. Mosteiros de fundação régia, ligados à formação de Portugal como reino independente e com ligações internacionais. Santa Cruz (1131) filiada aos cónegos Regrantes de S. Rufo

de Avinhão e Alcobaça (1153) à Cisterciense Claraval, de onde copiaram os textos para os primeiros tempos da sua actividade e receberam modelos para a iluminura, sem nunca renunciarem a um rico passado ibérico, em termos artísticos, que se fará sentir sobretudo em Santa Cruz³.

Na impossibilidade, como se disse, de mostrar os originais do fundo de Santa Cruz de Coimbra, optou-se por apresentar reproduções de alguns fólhos. Merece destaque a Bíblia Sta. Cruz 1, que apesar de conter apenas o Antigo Testamento e as Tábuas de Concordância Evangélica, inacabadas, é sem dúvida um verdadeiro tesouro da iluminura do Românico, pela qualidade da escrita e riqueza da iluminura. As características codicológicas e artísticas aproximam-na das grandes bíblias hispânicas e poderá ter sido copiada pelo copista do *Beatus* de São Pedro de Cardena em finais do século XII. O iluminador, um exímio desenhador e pintor, conhecia os modelos do norte da Europa e do mundo hispânico, deixou-nos, sem dúvida, o mais interessante conjunto de iniciais ornadas e historiadas dos nossos fundos monásticos, onde se conjugam elementos vegetalistas, zoomórficos e antropomórficos. O *INCIPT* que abre o prólogo inicial de São Jerónimo remete-nos para modelos provenientes do norte da Europa, como a Bíblia de Arnstein, de 1172 (BL, Harley Ms. 2799, f. 166). Na inicial historiada I do Génesis, que contém o tema da Criação, identificam-se ligações ao mundo hispânico, nomeadamente à Bíblia de Ávila (parte hispânica), sobretudo nas representações das figuras humanas. As Tábuas de Concordância Evangélica, embora não concluídas, pois não foram introduzidas as referências textuais, destacam-se pela riqueza da iluminura. As tabelas são definidas com desenhos de arquiteturas, pintados com cores fortes, azul, vermelho, verde e ocre; os espaços são preenchidos com elaborados elementos vegetalistas, seres híbridos (nomeadamente nas figuras dos evangelistas, com proximidades à imagem do túmulo de S. Martinho de Dume,) e criativas representações de anjos e dos evangelistas. A relação deste manuscrito com o Sta.

³ MIRANDA, Maria Adelaide – *A Iluminura de Santa Cruz no tempo de Santo António*. Lisboa: Edições Inapa. 1996, p. 98.

Cruz 3 e Sta. Cruz 2 ficaram claras na vitrine seguinte, tendo aquele servido de modelo para a produção de uma segunda Bíblia no mosteiro⁴.

A exposição integrou as duas grandes bíblias de Santa Maria de Alcobaça (BNP, Alc. 396-399 e Alc. 427-431), presentemente conservadas na Biblioteca Nacional de Portugal, uma delas produzida pelos monges alcobacenses (Alc. 427-431). A selecção dos fólhos a expor pretendeu mostrar a iluminura mais significativa e identificadora do *scriptorium* de Alcobaça; um vocabulário ornamental e um bestiário criado pelos monges, ligado a um sistema de cores próprio, embora recorrendo a modelos da Europa setentrional⁵. Ficou patente a harmonia das empaginações, assim como a beleza e o impacto dos paratextos. Apesar de possuírem excelentes iluminadores, adoptam um reduzido número de cenas narrativas, característica comum às restantes artes plásticas deste período, em que domina uma gramática ornamental rica, de interpretação local, com representação de animais. Deu-se destaque, mais uma vez, às Tábuas de Concordância Evangélica (Alc. 396), revelando-se um dos espaços mais criativos, do ponto de vista artístico, onde o iluminador conjugou arquitecturas de carácter orientalizante (evocando a ideia de uma certa Jerusalém Celeste), com cenas ligadas à defesa da Cidade Santa, assim como imagens do quotidiano relacionadas com construção de uma abadia. Estas tábuas desenvolvem-se ao longo de vários fólhos, podendo revestir-se de uma dimensão exegética, mas não deixam de revelar a capacidade de construção de diagramas, facilitando, simultaneamente, a leitura e a memória.

O estudo artístico e codicológico dos manuscritos expostos foi acompanhado pela análise material da cor, trabalho realizado em colaboração com o Departamento de Conservação e Restauro da Universidade Nova de Lisboa e Laboratório Associado para a Química Verde - REQUIMTE, o que permitiu identificar as cores dominantes:

⁴ MELO, Maria João; MIRANDA, Maria Adelaide; SOUSA, Luís Correia de – “Bíblías românicas de Santa Cruz de Coimbra”. In BARROCA, Mário Jorge; BOTELHO, M.^a Leonor; ROSAS, Lúcia M. C. (coords.) – *Enciclopédia do Românico em Portugal*. Palencia: Fundación Santa María la Real (No prelo).

⁵ MELO, Maria João; MIRANDA, Maria Adelaide; SOUSA, Luís Correia de – “Bíblías românicas de Santa Maria de Alcobaça”; SOUSA, Luis Correia de – “IN PRINCIPIO – A Bíblia Medieval em diálogo com a pintura de Ilda David”. In *Catálogo da exposição patente na Biblioteca Nacional de Portugal (16 Fevereiro a 21 de Maio)*. Lisboa: DOCUMENTA, 2016.

o azul, o vermelho e o verde⁶. Destaca-se em Santa Cruz o uso intenso da goma-laca, em substituição da cor púrpura e também do rosa. Mesmo na cisterciense Alcobaça e apesar do “interdito bernardino”, os manuscritos apresentam sempre cores vivas e intensas usadas em contrastes acentuados.

Como anteriormente foi mencionado, a exposição integrou também, excelentes manuscritos que só mais tardiamente foram incorporados nas nossas bibliotecas, nomeadamente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC Ms. 3088-3090), Biblioteca Pública de Évora (Cod. CXXV/2-1 e Cod. CXXV/2-2) e Biblioteca da Ajuda (ms. 52-XIV-13 e 52-XIV -14; ms. 52-XIV-10). A Bíblia da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, de finais do século XII, estudada por Saúl Gomes⁷, é um exemplar de qualidade invulgar e revela algumas singularidades em termos iconográficos; compõem-se de três volumes, faltando-lhe um quarto que conteria os livros de Job, Salmos, Profetas Maiores e Menores. Desconhece-se a origem e a proveniência, mas parece revelar alguma influência do mundo bizantino. Sabe-se que em 1798 já fazia parte do acervo biblioteca da Universidade. Sobre as bíblias da Biblioteca da Ajuda, o estudo minucioso de inscrições marginais, presentes nos próprios manuscritos, permitiram ao investigador Xavier van Binnebeke⁸ esclarecer os seus percursos. São bíblias que apresentam características distintas relativamente às anteriormente referidas, no que à iluminura diz respeito, e cujo itinerário nos leva a aproximá-las da produção do noroeste e centro de França. Nestas bíblias, tal como na de Coimbra, sem dúvida patrocinadas por ricos mecenas, destaca-se um conjunto notável de iniciais historiadas sob fundo dourado com uma rica e por vezes original iconografia. De sublinhar que a Bíblia à guarda da Biblioteca Pública de Évora, em dois volumes, constitui o mais antigo exemplar de Bíblia iluminada, completa, existente em Portugal, cuja cronologia remonta ao primeiro quartel do século XII, tendo sido iluminada por um artista que trabalhou no Norte

⁶ MIRANDA, Maria Adelaide; MELO, Maria João – “*Sécrets et Découvertes en Couleurs dans les manuscrits enluminés*”. In MIRANDA, Maria Adelaide; MIGUÉLEZ CAVERO, Alicia (ed.) – *Portugueses Studies on Medieval illuminated Manuscripts*. Barcelona/ Madrid: Textes et Études Du Moyen, 2014, pp. 15-18.

⁷ GOMES, Saúl – “Manuscritos medievais iluminados e fragmentos”. In AMARAL, António Maia do (coord.) – *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 41-45.

⁸ BINNEBEKE, Xavier van – «French Romanesque Bibles in Portugal. The “*Codex Capituli Ecclesiae B. Mariae Vernonensis*”». *Lusitania Sacra* 34 (Julho-Dezembro 2016), pp. 61-93.

da França, em S. Quentin de Beauvais⁹. A exposição foi acompanhada de um mapa¹⁰ construído para este evento, onde foram cartografados os principais *scriptoria* românicos, podendo assim os visitantes localizar geograficamente todos os mosteiros referidos nas legendas das obras expostas.

Referências bibliográficas

BINNEBEKE, Xavier van – «French Romanesque Bibles in Portugal. The “*Codex Capituli Ecclesiae B. Mariae Vernonensis*”». *Lusitania Sacra* 34 (Julho-Dezembro 2016), pp. 61-93.

CAHN, Walter – *Romanesque Bible Illumination*. Fribourg: Office du Livre, 1982.

DENOËL, Charlotte – “Un légendier enluminé par le maître des Évangiles d’Amiens, Paris, Bibliothèque Sainte-Geneviève, ms 134”. In *Materiam superabat opus’*. Hommage à Alain Erlande-Brandenburg. Paris: Réunion des Musées Nationaux, 2006, pp. 220-229.

GOMES, Saúl – “Manuscritos medievais iluminados e fragmentos”. In AMARAL, António Maia do (coord.) – *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp 41-73.

HOURIHANE, Colum – *Romanesque art and thought in the twelfth century*. Pennsylvania: Princeton University, 2008.

MELO, Maria João; MIRANDA, Maria Adelaide; SOUSA, Luís Correia de – “Bíblia românicas de Santa Cruz de Coimbra”. In BARROCA, Mário Jorge; BOTELHO, M.^a Leonor; ROSAS, Lúcia M. C. (coords.) – *Enciclopédia do Românico em Portugal*. Palencia: Fundación Santa María la Real (No prelo).

MELO, Maria João; MIRANDA, Maria Adelaide; SOUSA, Luís Correia de – “Bíblia românicas de Santa Maria de Alcobaça”. In BARROCA, Mário Jorge; BOTELHO, M.^a Leonor; ROSAS, Lúcia M. C. (coords.) – *Enciclopédia do Românico em Portugal*. Palencia: Fundación Santa María la Real (No prelo).

MIRANDA, Maria Adelaide – *A Iluminura de Santa Cruz no tempo de Santo António*. Lisboa: Edições Inapa. 1996.

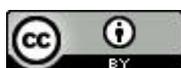
⁹ DENOËL, Charlotte – “Un légendier enluminé par le maître des Évangiles d’Amiens, Paris, Bibliothèque Sainte-Geneviève, ms 134”. In *Materiam superabat opus’*. Hommage à Alain Erlande-Brandenburg, Paris: Réunion des Musées Nationaux, 2006, pp. 220-229.

¹⁰ Autoria de Gonçalo Melo da Silva, investigador integrado no Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH), em colaboração com Luís Correia de Sousa e Maria Adelaide Miranda.

MIRANDA, Maria Adelaide; MELO, Maria João – “Sécrets et Découvertes en Couleurs dans les manuscrits enluminés”. In MIRANDA, Maria Adelaide; MIGUÉLEZ CAVERO, Alicia (ed.) – *Portugueses Studies on Medieval illuminated Manuscripts*. Barcelona Madrid: Textes et Études Du Moyen, 2014, pp. 1-31.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SOUSA, Luís Correia de; MIRANDA; Adelaide – “*Bibliotheca Illuminada*. Produção e circulação da Bíblia em Portugal. Itinerários dos manuscritos iluminados românicos. Biblioteca Nacional de Portugal, 28 de Outubro de 2021 a 22 de Janeiro 2022”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. *-*. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 32 | Julho – Dezembro 2022

ISSN 1646-740X

**Crónica de uma revisão anunciada.
A De Expugnatione Lyxbonensi à luz da investigação
recente**

**Chronicle of an announced review.
De Expugnatione Lyxbonensi in light of recent research**

Pedro Picoito

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

ppicoito@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2272-2680>

Data recepção do artigo / Received for publication: 26 de Maio de 2010

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5754>



A 24 de Outubro de 1147, após um duro cerco de quatro meses, D. Afonso Henriques tomava simbolicamente posse da cidade muçulmana de Lisboa à frente de uma procissão que incluía a “bandeira da cruz do Senhor”, sinal triunfante da Cristandade, o arcebispo de Braga e demais bispos do reino, entoando o *Te Deum*, centenas de cruzados que tinham participado nos combates e numeroso séquito indiscriminado. A data (estranha à tradição, nascida de outros relatos, que consagraria o dia seguinte) é apenas um dos muitos pormenores circunstanciais que nos transmite a mais completa fonte hoje disponível, a chamada *De Expugnatione Lyxbonensi*, carta ou crónica escrita em latim por um cruzado de identidade hipotética, mas sem dúvida anglo-normando e testemunha presencial dos factos¹.

Apesar da sua riqueza, que nos permite reconstituir a conquista de Lisboa com um rigor incomparável ao de qualquer outro episódio da biografia do primeiro rei português, este documento está longe de ser único. Na verdade, tudo indica que as ondas de choque da vitória foram de imediato sentidas dentro e fora das fronteiras do reino, dando origem a uma quantidade de testemunhos que não só “mostra, desde logo, a importância que os contemporâneos atribuíram ao acontecimento, conferindo-lhe repercussões de âmbito europeu”², como “uma intenção marcada na divulgação do feito”³, talvez devido à sua integração na II Cruzada⁴. E se a *De Expugnatione Lyxbonensi* mostra o ponto de vista anglo-normando, a versão do igualmente numeroso contingente alemão e flamengo circularia através de um conjunto apreciável de textos inspirados numa “fonte teutónica”⁵. Trata-se de uma carta ao arcebispo Arnaldo de Colónia, da autoria de Vinando, repetida no essencial

¹ NASCIMENTO, Aires (ed.) – *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*. Lisboa: Vega, 2001, pp. 9-177.

² MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 173.

³ BRANCO, Maria João – “Introdução”. In NASCIMENTO, Aires (ed.) – *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, p. 11.

⁴ Sobre as relações entre a conquista de Lisboa e a II Cruzada, compreensivelmente abordadas por extensa bibliografia, ver por todos EDGINGTON, Susan – “The capture of Lisbon: premeditated or opportunistic?”. In ROCHE, Jason; JANSEN, Janus Moeller (ed.) – *The Second Crusade. Holy War on the Periphery of Latin Christendom*. Turnhout: Brepols, 2015, pp. 257-272; e MARTINS, Miguel Gomes – *1147. A Conquista de Lisboa na Rota da Segunda Cruzada*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2017.

⁵ DAVID, Charles Wendell (ed.) – *The Conquest of Lisbon. De Expugnatione Lyxbonensi*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001 (1936), pp. 48-49.

por outras duas: a de Arnulfo ao bispo Milão de Théroutane, então uma cidade do condado da Flandres, e a de Duodequino ao abade Cuno de Disibodenberg, mosteiro beneditino situado a cerca de cem quilómetros de Colónia⁶. Note-se que os três destinatários são autoridades eclesiásticas da Flandres e da Renânia (regiões de proveniência de grande parte dos cruzados de língua germânica) e eventuais inspiradores ou financiadores da expedição, pelo que estes textos poderiam servir tanto para dar notícia do retumbante sucesso como para justificar a longa paragem que o possibilitara. Um duplo objectivo alcançado, a avaliar pelo amplo eco que a conquista de Lisboa teve na historiografia centro-europeia da época⁷. E que deveremos ter em conta quando abordarmos a muito debatida intencionalidade da carta do cruzado anglo-normando.

2.

Com efeito, a autoria, a data e o contexto de produção desta obra são desde há muito objecto de controvérsia. Apesar de todo o esforço crítico de gerações de historiadores, em particular no âmbito anglo-saxónico, elementos essenciais como as circunstâncias de redacção, a lógica social e até o estatuto literário permanecem teimosamente fugidios. Jonathan Phillips considerou-a “um dos mais misteriosos documentos da história das cruzadas”⁸ e Jonathan Wilson, mais recentemente, “um texto extraordinário que continua ser, até hoje, uma espécie de enigma”⁹. Sem querer resumir o estado da questão, o que Susan Edgington já fez de modo mais que satisfatório¹⁰, vale a pena visitar algumas das suas principais etapas, apresentar as últimas propostas de revisão e ensaiar uma tentativa de síntese. Não apenas para

⁶ O texto latino foi editado e comentado por EDGINGTON, Susan – “The Lisbon Letter of the Second Crusade”. *Historical Research* 69 (1996), pp. 328-329, e traduzido para inglês pela mesma autora, “Albert of Aachen, St. Bernard and the Second Crusade”. In PHILLIPS, Jonathan; HOCH, Martin (ed.) – *The Second Crusade. Scope and Consequences*. Manchester: Manchester University Press, 2001, pp. 54-70. Para uma comparação entre a “fonte teutónica” e a carta anglo-normanda, ver EDGINGTON, Susan – “The capture of Lisbon”; e MOTA, João Paulo – “A conquista de Lisboa aos mouros. Possíveis relações textuais entre as cartas dos cruzados”. In *A Nova Lisboa Medieval*. Lisboa: Colibri, 2005, pp. 43-50.

⁷ EDGINGTON, Susan – “The capture of Lisbon”; MEYER, Bruno – “El papel de los cruzados alemanes en la reconquista de la Península Ibérica en los siglos XII y XIII”. *En la España Medieval* 23 (2000), pp. 42-48.

⁸ PHILLIPS, Jonathan – “Ideas of Crusade and Holy War in *De Expugnatione Lyxbonensi* (The Conquest of Lisbon)”. *Studies in Church History* 36 (2000), p. 124.

⁹ WILSON, Jonathan – “Enigma of the *De Expugnatione Lyxbonensi*”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 9/1 (2017), p. 2.

¹⁰ EDGINGTON, Susan – “The capture of Lisbon: premeditated or opportunistic?”.

diminuir o “mistério” ou o “enigma”, mas para conhecer melhor os próprios acontecimentos.

Tomemos como ponto de partida o influente artigo de 1990 em que Harold Livermore identifica o autor, o anónimo “R.” da dedicatória, com um clérigo anglo-normando de nome Raol (ou Randulfus), possivelmente ao serviço de Hervey de Glanville, comandante dos cruzados de Suffolk e Norfolk. Em apoio da sua tese, Livermore retomava parte dos argumentos de Charles Wendell David, nomeadamente o protagonismo concedido a este aristocrata (o primeiro a ser referido na enumeração dos chefes dos quatro contingentes vindos de Inglaterra, por exemplo)¹¹. Mas ia mais longe. Com base na doação ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1148, da ermida levantada durante o cerco para sepultar os combatentes anglo-normandos por um clérigo de nome Raol, Livermore assinalava as notáveis coincidências entre o doador e o autor da *De Expugnatione Lyxbonensi* e concluía que só podiam ser a mesma pessoa¹². Quanto ao destinatário, aceitava a conclusão já avançada por Charles Wendell David¹³ de se tratar de Osberto de Bawdsey, pároco de uma igreja patrocinada pelos Glanville nas suas terras de Suffolk e testemunha da carta de fundação da vizinha abadia dos cónegos regrantes de Santo Agostinho de Butley, em 1171, fundação da iniciativa de Ranulf, filho de Hervey de Glanville.

Esta convincente identificação do autor e do destinatário da *De Expugnatione Lyxbonensi* foi aceite pela generalidade dos historiadores e é hoje quase consensual. Tem também o mérito de ajudar a esclarecer alguns pontos da história pós-conquista de Lisboa, designadamente a fundação de Santa Maria dos Mártires e de S. Vicente de Fora. No entanto, suscita uma outra interrogação.

¹¹ DAVID, Charles Wendell (ed.) – *The Conquest of Lisbon*, p. 42.

¹² LIVERMORE, Harold – “The ‘Conquest of Lisbon’ and Its Author”. *Portuguese Studies* 6 (1990), p. 6. O documento foi em boa hora reeditado por Aires Nascimento (NASCIMENTO, Aires (ed.) – *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, pp. 202-205). Francisco da Gama Caeiro pôs em causa a sua autenticidade, devido a uma série de características muito singulares, mas nem Maria João Branco nem Aires Nascimento vêem razões suficientes para crer que seja um falso (NASCIMENTO, Aires (ed.) – *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, pp. 31-32 e 153-154).

¹³ DAVID, Charles Wendell (ed.) – *The Conquest of Lisbon*, p. 44; LIVERMORE, Harold – “The ‘Conquest of Lisbon’ and Its Author”, p. 13.

3.

A grande diferença entre este texto e a “fonte teutónica” não está nos factos narrados, que variam pouco, mas em aparentes interpolações como a carta de D. Afonso Henriques ao bispo do Porto, os sermões aos cruzados (em especial o de D. Pedro Pitões), o discurso de D. João Peculiar aos mouros, a resposta do representante destes, o acordo entre o rei e os cruzados sobre o saque, as cartas entre as autoridades muçulmanas de Lisboa e Évora, a intervenção de Hervey de Glanville para conter o motim das tropas inglesas, os termos da rendição da cidade, as referências à comunidade moçárabe e aos limites da diocese, ou as abundantes citações de Solino, da Bíblia e dos Padres da Igreja. Este conjunto de dados indicia não só que o autor anglo-normando recorreu a uma biblioteca bem fornecida e até à chancelaria régia, mas também a informações que só poderiam provir de fontes locais. Mais: tendo em conta o intuito propagandístico e a cuidadosa defesa da cruzada, muito evidentes em todo o texto, a sua intencionalidade parece ultrapassar o mero teor noticioso de uma carta, o que se torna ainda mais notório em comparação com a “fonte teutónica”. Ora, é pouco credível que um estrangeiro em viagem para a Terra Santa dispusesse de tais meios e de tempo para assimilar um conhecimento próximo de realidades geográficas, religiosas e políticas com as quais terá contactado durante escassos meses, mesmo aceitando que não terá partido de novo antes de Abril de 1148, data explícita da doação de Raol ao mosteiro de Santa Cruz¹⁴.

Já Pierre David notara, pela análise paleográfica e textual, que o único manuscrito conservado da *De Expugnatione Lyxbonensi* seria uma cópia, datável de 1160 a 1175, de um original pouco posterior aos acontecimentos, talvez mais tarde ampliado em Inglaterra pelo próprio autor¹⁵. Livermore aceita esta tese e concretiza que o original terá sido escrito entre 1 de Novembro de 1147, última data mencionada no texto, e Abril de 1148, data provável da partida de Raol para a Terra Santa, enquanto a cópia pode ter sido revista por alguém próximo de Hervey de Glanville, se não o próprio¹⁶.

¹⁴ NASCIMENTO, Aires – *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, pp. 204-205.

¹⁵ DAVID, Pierre – “Sur la relation de la prise de Lisbonne (1147), rédigée par un clerc anglo-normand”. *Bulletin des Études Portugaises* 11 (1947), pp. 241-254.

¹⁶ LIVERMORE, Harold – “The ‘Conquest of Lisbon’ and Its Author”, pp. 15-16.

Esta solução resolve o problema das citações clássicas, bíblicas e patrísticas, levantado por Pierre David, mas não todos os outros aspectos mencionados. Pelo menos assim o entenderam Maria João Branco e Jonathan Wilson, que sugeriram, com diferentes graus de convicção e profundidade, uma outra autoria.

Em 2001, na “Introdução” à mais recente tradução portuguesa da *De Expugnatione Lyxbonensi*, Maria João Branco começava por pôr em causa um dos argumentos de Livermore, segundo o qual eram baixas as probabilidades de que “R.” e o Raol da doação a Santa Cruz não fossem a mesma pessoa. Pelo contrário, a documentação lisboeta pós-conquista, apesar de escassa, permitia identificar nos anos 60, 70 e 80 vários nomes de estrangeiros começados por R., uns clérigos, outros de condição desconhecida, “e nada pode garantir não serem o cruzado que escreveu a carta sobre a conquista de Lisboa”¹⁷. Por outro lado, continuava a historiadora, era inverosímil que “um texto estruturado com tanto cuidado, para cuja elaboração o autor teve de trabalhar com acesso a várias fontes, talvez mesmo no *scriptorium* crúzio, tivesse sido escrito por iniciativa própria, sem qualquer preparação prévia e sobretudo sem outra finalidade que não a estabelecida no início da carta”¹⁸. Tudo apontaria para um autor relacionado com os mais altos sectores políticos e eclesiásticos do reino, com a intenção clara de difundir uma imagem favorável do rei no exterior e permanecendo em Lisboa o tempo suficiente para concluir o seu trabalho. Um retrato, em suma, pouco consentâneo com o Raol de Livermore.

Além de contestar a identificação de Livermore, Maria João Branco propunha uma hipótese alternativa que se adequava a este retrato: Roberto, um estrangeiro documentado como deão da Sé após 1147, o mesmo que em 1173 negocia a chegada das relíquias de S. Vicente e talvez o também documentado irmão do bispo Gilberto de Hastings¹⁹, a quem se refere na carta como “um dos nossos”. Estaria de algum modo ligado aos cónegos regantes, como comprova a sua inclusão no *Livro dos Aniversários* de S. Vicente de Fora, o que lhe facilitaria o acesso à chancelaria

¹⁷ BRANCO, Maria João – “Introdução”. In NASCIMENTO, Aires (ed.) – *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, p. 30.

¹⁸ BRANCO, Maria João – “Introdução”. In NASCIMENTO, Aires (ed.) – *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, p. 38.

¹⁹ BRANCO, Maria João – “Introdução”. In NASCIMENTO, Aires (ed.) – *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, pp. 30-31 e 48-49, notas 85-87.

régia de Santa Cruz de Coimbra. O seu cargo possibilitaria o contacto com os bispos do Porto e de Braga, bem como a consulta de várias bibliotecas e informadores locais. E, sendo um anglo-normando, teria participado na conquista, como é manifesto no texto.

Em 2017, inspirado por esta argumentação, Jonathan Wilson concordou que os acrescentos já referidos não poderiam ser da autoria de R., independentemente da sua identidade, mas propôs uma importante adenda à hipótese de Livermore. Além de terem sido escritas em Portugal, as interpolações seriam obra de portugueses. “A versão do texto que chegou até nós parece ter pelo menos dois autores: um “R.”, autor da carta original hoje perdida, que fornece o substrato narrativo básico, e outro que seria um redactor português posterior, ou mesmo uma equipa de redactores.” Para concluir, o ponto central da proposta de Maria João Branco “não está tanto na sugestão de que Roberto é o autor do texto como na noção de que o texto foi compilado em Portugal, com o apoio de instituições portuguesas e de um ponto de vista português. O que temos na *Lyxbonensi* não é a perspectiva dos cruzados sobre os *reconquistadores* portugueses, mas exactamente o oposto: a perspectiva dos *reconquistadores* sobre os cruzados”. Assim, a *De Expugnatione Lyxbonensi* seria ao mesmo tempo a crónica de uma vitória obtida pela cooperação entre os portugueses e os cruzados, um longo *exemplum* destinado à pregação da Reconquista portuguesa aos cruzados e um manual de negociação das autoridades portuguesas com os cruzados²⁰.

4.

Se o desacordo de Maria João Branco com Livermore era já um agitar das águas, a hipótese de Jonathan Wilson, a ser verdadeira, constituiria um terramoto. A ideia de as interpolações, justamente as passagens que tornam a *De Expugnatione Lyxbonensi* um exemplo tão estudado da mentalidade cruzadística do século XII, serem não apenas produzidas em Portugal, mas por portugueses, alteraria por completo tudo o que até agora julgávamos saber sobre a obra. Contudo, ambas as propostas têm pontos fracos.

²⁰ WILSON, Jonathan – “Enigma of the *De Expugnatione Lyxbonensi*”, pp. 1-31, especialmente pp. 7 e 13.

Começamos pela de Maria João Branco. Em rigor, as coincidências entre R. e Raol, que Livermore tão coerentemente sublinhou, não são por ela contestadas, pelo que permanecem convincentes. A defesa da identificação com o deão Roberto radica antes na improbabilidade de um cruzado de passagem e que claramente não era um erudito, como Charles Wendell David e outros apontaram, ter acesso às variadas fontes em que se apoia e tempo para as usar numa narrativa tão extensa. Isto poderia explicar-se facilmente, caso o original tivesse sido escrito ainda em Lisboa e as interpolações posteriormente, já em Inglaterra. Mas, a acreditarmos que R. é o Raol da doação de 1148, os seus contactos com Santa Cruz de Coimbra e os bispos de Braga e Porto, confirmantes do acto, ficam explícitos no próprio documento. Que nos dá também algumas pistas sobre a condição social de um padre que parece suficientemente rico e poderoso para fundar um templo apenas “com o seu próprio dinheiro”, “o favor” do rei e a “autorização” de D. João Peculiar, arcebispo de Braga, ambos individualizados no corpo do texto²¹.

Se as ligações de D. Afonso Henriques e D. João Peculiar a Santa Cruz são bem conhecidas, temos, porém, uma outra prova dos contactos dos cruzados anglo-normandos com o mosteiro de Coimbra. A *Vida de São Teotónio* conta-nos que, “certa vez, chegou de Inglaterra um monge chamado Samuel, incorporado na armada do exército franco que com o rei de Portugal, por permissão de Deus tomou a cidade de Lisboa”²², a fim de ser curado pelo grande taumaturgo, como aconteceu. O verdadeiro motivo da visita pode ter sido, porém, a negociação entre os crúzios e os anglo-normandos de Lisboa com vista à transferência da ermida. O episódio, já citado por Livermore e Aires Nascimento²³, é seguido por uma curiosa referência do próprio São Teotónio às “cartas de recomendação” que aquele monge traria do seu mosteiro, o que indicia algum tipo de aproximação institucional e não apenas pessoal. É muito provável que Raol participasse na visita, como sugerem os termos da doação: “tendo tomado conhecimento da vossa vida em comum sob a Regra de

²¹ NASCIMENTO, Aires – *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, pp. 202-205.

²² NASCIMENTO, Aires (ed.) – *Vida de S. Teotónio*. Lisboa: Colibri, 2013, pp. 140-141.

²³ Que, de resto, confunde este monge Samuel com o Raol da doação (NASCIMENTO, Aires – *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, p. 152, nota 3).

Santo Agostinho, faço-vos testamento do dito lugar”²⁴. Porque não supor que, durante essa visita, Raol teria transcrito os documentos da chancelaria régia que têm sido apontados como interpolações? Esta dupla missão ajudaria a explicar, pelo menos, a intrigante demora da partida de Raol, que em Abril ainda está em Lisboa, quando, segundo a “fonte teutónica”, os cruzados alemães e flamengos partiram no início de Fevereiro.

Não é preciso, pois, recorrer a uma eventual redacção portuguesa das interpolações, como faz Jonathan Wilson. Por outro lado, a sua arrojada hipótese esbarra com alguns factos dificilmente contornáveis.

O primeiro é a quase total ausência dos portugueses no relato. Wilson antecipa esta objecção e diz que tal se deve a que, na sua condição de *exemplum* e de manual de pregação aos cruzados, era a estes que se dirigia. O raciocínio, que revela um grau de distanciamento pelo menos raro na literatura medieval, é pouco convincente. Sobretudo, tendo em conta que toda a narrativa segue um ponto de vista anglo-normando. A repetida animosidade contra os alemães e flamengos não faria sentido na pena de um português que pretendesse recrutar novos cruzados para a Reconquista. Um outro pormenor que trai a origem estrangeira é a dificuldade em transcrever nomes próprios portugueses, por exemplo na lista de testemunhas do pacto entre D. Afonso Henriques e os cruzados, que termina aludindo a “muitos cujos nomes não conseguimos saber”²⁵. Tendo em conta a habitual exaustividade do autor, só haveria uma razão para “não conseguir saber” os restantes nomes consultados no documento: não os compreender por falta de familiaridade com a língua.

Além disso, seria de esperar que um texto desta natureza, se português, fosse produzido em Santa Cruz de Coimbra, Alcobaça ou S. Vicente de Fora. Ora, não há qualquer menção a estes mosteiros quando o autor descreve sumariamente a geografia do país entre o Porto e Lisboa.

²⁴ NASCIMENTO, Aires – *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, pp. 202-203.

²⁵ NASCIMENTO, Aires – *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, p. 91.

O principal argumento contra a redacção portuguesa e também contra a autoria do deão Roberto é, porém, o próprio manuscrito da *De Expugnatione Lyxbonensi*. Embora não conheçamos a sua circulação, não será indiferente que se encontre hoje em Cambridge. A probabilidade de ter sido enviado para Inglaterra ou aí redigido é sem dúvida maior do que a de provir, através de um qualquer acaso desconhecido, de um *scriptorium* português.

Referencias bibliográficas

DAVID, Charles Wendell (ed.) – *The Conquest of Lisbon. De Expugnatione Lyxbonensi*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001 (1936).

DAVID, Pierre – “Sur la relation de la prise de Lisbonne (1147), rédigée par un clerc anglo-normand”. *Bulletin des Études Portugaises* 11 (1947), pp. 241-254.

EDGINGTON, Susan – “The Lisbon Letter of the Second Crusade”. *Historical Research* 69 (1996), pp. 328-329.

EDGINGTON, Susan – “Albert of Aachen, St. Bernard and the Second Crusade”. In PHILLIPS, Jonathan; HOCH, Martin (ed.) – *The Second Crusade. Scope and Consequences*. Manchester: Manchester University Press, 2001, pp. 54-70.

EDGINGTON, Susan – “The capture of Lisbon: premeditated or opportunistic?”. In ROCHE, Jason; JANSEN, Janus Moeller (ed.) – *The Second Crusade. Holy War on the Periphery of Latin Christendom*. Turnhout: Brepols, 2015, pp. 257-272

LIVERMORE, Harold – “The ‘Conquest of Lisbon’ and Its Author”. *Portuguese Studies* 6 (1990), pp. 1-16.

MARTINS, Miguel Gomes – *1147. A Conquista de Lisboa na Rota da Segunda Cruzada*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2017.

MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

MEYER, Bruno – “El papel de los cruzados alemanes en la reconquista de la Península Ibérica en los siglos XII y XIII”. *En la España Medieval* 23 (2000), pp. 42-48.

MOTA, João Paulo – “A conquista de Lisboa aos mouros. Possíveis relações textuais entre as cartas dos cruzados”. In *A Nova Lisboa Medieval*. Lisboa: Colibri, 2005, pp. 43-50.

NASCIMENTO, Aires (ed.) – *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*. Lisboa: Vega, 2001.

NASCIMENTO, Aires (ed.) – *Vida de S. Teotónio*. Lisboa: Colibri, 2013.

PHILLIPS, Jonathan – “Ideas of Crusade and Holy War in *De Expugnatione Lyxbonensi* (The Conquest of Lisbon)”. *Studies in Church History* 36 (2000), pp. 123-141. DOI: 10.1017/S0424208400014376.

WILSON, Jonathan – “Enigma of the *De Expugnatione Lyxbonensi*”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 9/1 (2017), pp. 99-129. DOI: 10.1080/17546559.2016.1166 257.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PICOITO, Pedro – “Crónica de uma revisão anunciada. A *De Expugnatione Lyxbonensi* à luz da investigação recente”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 487-497. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

